

**Universidade de Évora**

**Leitura e Agricultura**

**A Imprensa Periódica Científica  
em Portugal**

**(1772-1852)**

vol. I

**Maria de Fátima Nunes**

**Dissertação de Doutoramento  
em História da Cultura Moderna e Contemporânea**

**Évora 1994**

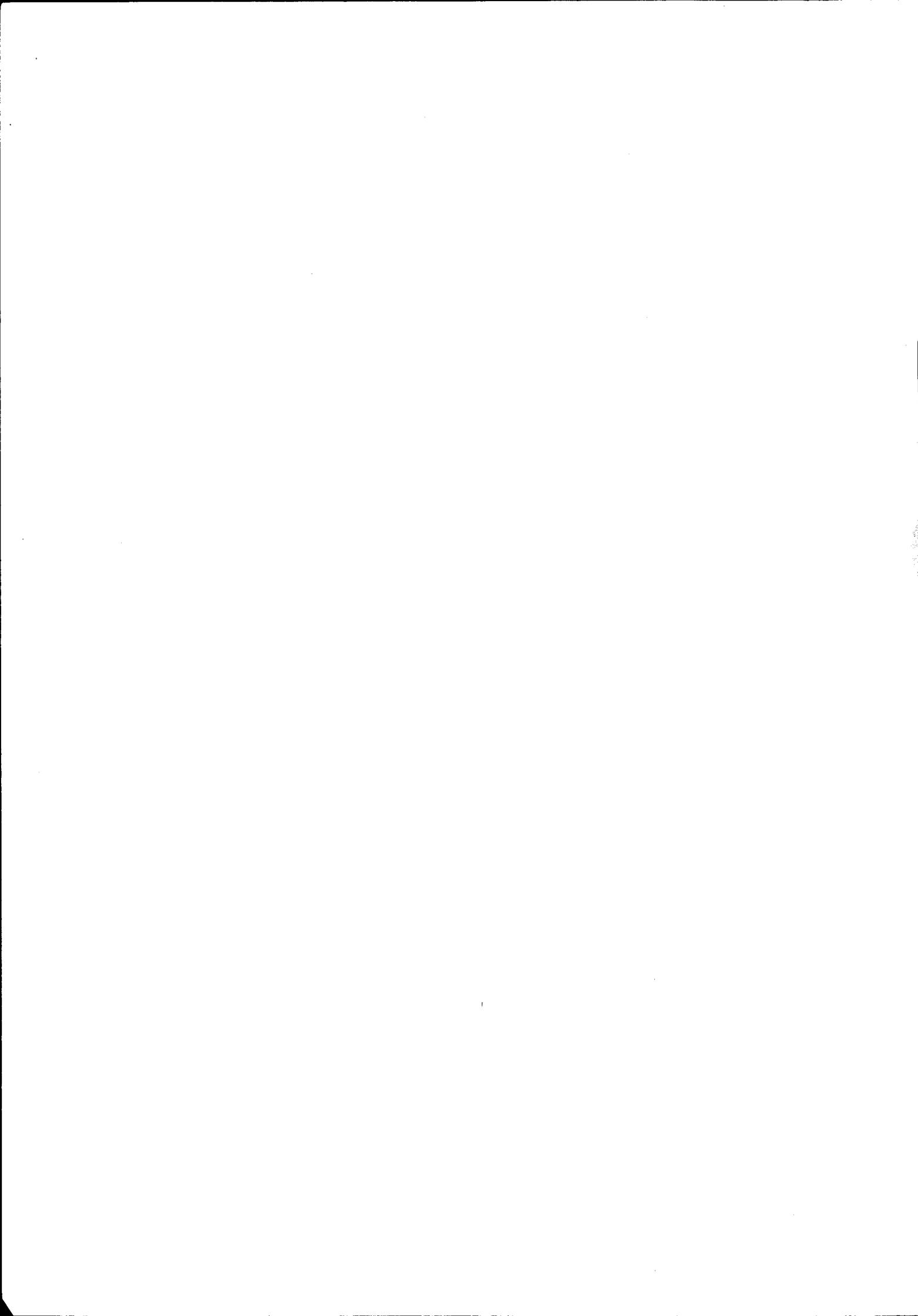
*Aprovado y districen - Coen  
em 6.7.54*

## **Leitura e Agricultura**

### **A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)**



*86117*



## *Introdução*

A construção deste texto foi um gratificante desafio académico. De um tempo já longínquo surgiu a ideia de estudar os jornais, enquanto páginas de leitura de temas da Ciência decorrente da Filosofia Natural de Newton, e de pedagógicas descrições técnicas de diversificados procedimentos utilitários.

Começou, então, uma certa descoberta com sabor a aventura. Confrontar estudos com catálogos, vasculhar gavetas de bibliotecas e ficheiros antigos... Pouco a pouco obtivemos um considerável núcleo que designámos por imprensa periódica científica.

A curiosidade foi crescendo. Urgia, então, dar contornos de sistematização às muitas fichas acumuladas, discernir ideias, interpretar (aparentes) conjugações factuais e contextualizar o peso dos acontecimentos jornalísticos...

Nasceu assim um trabalho de investigação desenvolvido no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa. A partir de 1988 este projecto transformou-se no tema de dissertação de Doutoramento, em História Moderna e Contemporânea, que Universidade de Évora acolheu. É, portanto, o produto de longos anos de interesse por este tema, que apresentamos com o título de **Leitura e Agricultura - A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)**.

A estrutura do trabalho assenta na valorização de duas componentes da História da Cultura - a imprensa científica e a leitura em Portugal, no

longo período que medeia as reformas universitárias de 1772 do aparecimento dos novos estabelecimentos de ensino superior, em 1852.

A organização temática decorre da articulação de diferentes áreas de análise. Em primeiro lugar, tentámos obter pistas referentes à leitura directamente relacionada com os jornais que tínhamos seleccionado. Dados dispersos que procurámos organizar e sistematizar, para posteriormente os interrogarmos, em função do significado cultural da difusão de conhecimentos científicos e técnicos.

As respostas encontram-se distribuídas por duas etapas cronológicas - "*O despertar dos mágicos*": 1772-1834 e "*A sinfonia do Novo Mundo*": 1834-1852. Nelas se encontram uma tipologia para os periódicos científicos que resultou do estudo individual, e historicamente contextualizado, de cada título recenseado. Assim, foram surgindo traços de oposição e de parentesco entre eles. Como denominador comum tínhamos sinais evidentes de uma componente humana, expressos nos diversificados itinerários dos responsáveis pela existência destes veículos de ideias.

Acompanhar os ritmos de difusão das ideias agraristas na imprensa periódica científica deve-se a três factores. O primeiro reside no facto de os temas agrários constituírem uma presença temporalmente permanente em todos os jornais científicos, instructivos e recreativos.

O segundo, prende-se com a necessidade de isolar uma das áreas dos conhecimentos transmitidos. O leque de opções era diversificado: a medicina, a física, a química, a matemática, a botânica... Seguir o rasto das ideias

agraristas e agronómicas possibilitou-nos um contacto mais profundo com os mecanismos de divulgação e de popularização da ciência e da técnica.

O terceiro factor tem a ver com a realidade de Portugal na primeira metade de oitocentos. Uma sociedade e uma economia ainda totalmente dependentes da actividade agrícola. Um País em mutação histórica, inflamado por debates ideológicos em torno da propriedade, da terra, do proprietário, do agricultor... Até que ponto este discurso, essencialmente político e jurídico, se projectou no da difusão dos conhecimentos agronómicos ?

A última parte deste trabalho - "*O juízo final...*" - fecha o trajecto despoletado pelos múltiplos significados de ler, em Portugal, um jornal científico e nele valorizar os temas da agricultura, no período que une as simbólicas datas de 1772 e de 1852.

\*\*\*

Desde o primeiro momento, o Prof. Silva Dias, na qualidade de orientador, mostrou uma grande disponibilidade para pacientemente escutar alguns dos nossos excessos de vivacidade. Revelou-nos, até ao limite das suas condições de saúde, um indizível entusiasmo pela teia que íamos lentamente tecendo. Condições ainda mais estimulantes quando acompanhadas por um amplo espaço de liberdade para pensar, e de uma permanente, quase quotidiana, capacidade de ouvir, de perguntar, de

comentar, de inquirir pelas próximas etapas, de querer discutir o resultado final...

Algumas outras notas explicativas. Nas citações mantivemos a ortografia dos textos originais. As representações cartográficas encontram-se sempre no final de cada capítulo a que dizem respeito. Os Anexos contêm os Quadros resultantes de um trabalho metodológico desenvolvido paralelamente à elaboração deste texto. A Bibliografia deve a sua alargada extensão a pessoais factores de insegurança, que se procuraram contrabalaçar com uma exaustiva leitura de estudos sobre história da cultura, história da imprensa e história da agricultura. Nas notas de rodapé constam sempre as indicações consideradas essenciais para se identificar o Autor e a edição referenciados. Os índices remissivos têm como objectivo ajudar a ler este longo trabalho académico.

\*\*\*  
\*\*\*            \*\*\*

O itinerário que acaba de ser cumprido foi compartilhado por muitos Amigos. Não podemos deixar de ter aqui, mais uma vez, uma referência muito especial ao Prof. José Sebastião da Silva Dias, Mestre dos saberes da vida, que por graves motivos de saúde não conseguiu acompanhar este trabalho até à última etapa ...

Inolvidável o calor humano e o apoio académico prestado pela Prof<sup>a</sup> Zília Osório de Castro. O nosso profundo reconhecimento, por ter

publicamente assegurado a responsabilidade científica desta dissertação e nos ter possibilitado uma humanizada transição na substituição de orientador. Devemos-lhe ainda calorosos agradecimentos pela leitura das páginas deste texto e pelas muitas sugestões e comentários feitos durante longas e agradáveis conversas.

Inesquecível a amizade, e a consequente paciência, da Ana Maria Cardoso de Matos que nos momentos de maior trabalho rotineiro (que inevitavelmente provoca agudas fases de desânimo) se revelou preciosa e inestimável. A Maria Ana Bernardo deu-nos apoio na arte de fazer funcionar computadores e impressoras. O João Brigola pacientemente leu muitos textos, quase à lupa, para encontrar os crimes dos erros das letras e das ideias trocadas. Uma palavra especial de apreço para o José Alberto Machado, pelos incentivos dados e pela ajuda prestada para enfrentar, corajosamente, os dramas das malhas da burocracia e dos processos formais inerentes a dissertações deste género.

A lista seria ainda muito longa para explicitar o apoio e o ânimo que recebemos de imensos outros Amigos. Importante foi também o tempo inventado pelo João Carlos para conceber as representações cartográficas que enquadram este trabalho. Agradecemos ao Rui Pimenta a sua execução gráfica .

Fundamental foi, igualmente, a paciência e o encorajamento de toda a Família.

\*\*\*

Uma última palavra mais para mencionar os apoios institucionais que possibilitaram a resolução de variados problemas conjunturais. Os nossos melhores agradecimentos à Direcção do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa pelo apoio bibliográfico e pelas bolsas de curta duração concedidas em tempo oportuno. Nesta última matéria queremos igualmente agradecer ao Instituto de Cooperación Iberoamericano, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha, à Junta Nacional de Investigación Científica e Tecnológica - Programa Estímulo para as Ciências Sociais e Humanas - à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Instituto Camões.

Por último, o nosso reconhecimento à Universidade de Évora, e de modo especial ao Departamento de História, pelo facto de nos ter concedido a oportunidade de leccionar áreas curriculares inerentes ao tema da dissertação, e que possibilitou, afinal, um gratificante diálogo com algumas centenas de alunos. E, não podemos esquecer as adequações feitas para nos possibilitar dois anos e meio de dispensa de serviço docente, necessários à fase final de investigação e elaboração deste texto.

Lisboa, Fevereiro 1994

*Maria de Fátima Nunes*

# I

## A Imprensa Científica em Portugal: Leitura e Leitores

O presente estudo - *Leitura e Agricultura A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)* - insere-se no âmbito da História da Cultura, de modo particular nos domínios da história da divulgação da Ciência .

Entrámos neste reino da divulgação guiados pela leitura <sup>1</sup>, através dos numerosos títulos de jornais científicos e instrutivos, que foram pouco a pouco ficando registados nos anais do esquecimento.

A medida que o nosso ritmo de leitura crescia, assim nos fomos habituando a um contacto regular com descrições de novidades científicas,

---

<sup>1</sup> Encaramos a leitura como um fenómeno cultural vasto e alargado, que comporta diversas componentes de observação e de estudo. As directrizes de quem produz a leitura; de quem proporciona materialmente a leitura; a quem potencialmente se dirige a leitura; os possíveis impactos culturais e ideológicos; as repercussões de uma leitura, orientada sobre uma determinada temática . Cfr. João Luis Lisboa (1991), *Ciência e Política*, especialmente Cap. IV "Ler e fazer política", p. 51-196; Roger Chartier (1987), *Textes, imprimées, lectures [...]*; Jean-François Brotel (1988), *La diffusion du livre en Espagne (1868-1914)*; Jesus A. Martinez Martin (1991), *Lectura y lectores en Madrid del siglo XIX*.

com úteis recursos técnicos para a vida quotidiana. Familiarizámo-nos com o nome de diversos estabelecimentos, sociedades e associações científicas. Lidámos com personalidades e mecanismos encarregues da difusão, transmissão e popularização dos conhecimentos científicos e técnicos.

A leitura dos periódicos científicos constituiu, para nós, um estimulante exercício académico. A partir dele conseguimos estabelecer uma ponte de ligação de duas margens tão próximas tematicamente, mas ainda distanciadas na percepção da realidade historiográfica- a História da Cultura e a História da Ciência <sup>2</sup>.

## 1. Leituras\_

A leitura dos periódicos científicos pressupõe uma análise, e um ponto de reflexão, sobre o que se entende pelo acto voluntário de ler; sobre quem,

---

<sup>2</sup> Sobre a realidade historiográfica portuguesa cfr. alguns dos textos reunidos sob o título global Problemáticas em História Cultural, resultantes de um Seminário, sobre "Conceitos, Métodos e Objectos em História da Cultura", sob orientação do Prof. José Adriano de Carvalho, realizado na Faculdade de Letras do Porto, em 1987. Cfr. ainda José Luis Peset (1987) *História de la ciencia e história de la cultura [...]*; Mariano Peset (1987), *História de las universidades, história de las ciencias [...]*; Elena Hernández Sandoica (1987), *La substracción del objeto. Sobre história de la cultura e historiadores en España, 1968/1986 [...]*. Pensamos que a grande vitalidade da História da Ciência, nos seus múltiplos aspectos, encontra-se também reflectida nos trabalhos do XIX th International Congress of History of Science, realizado em Saragoça, Agosto de 1993.

potencialmente, lê e ouve ler, ou assiste apenas a comentários de leituras <sup>3</sup>, de modo a se poderem obter alguns contornos do perfil dos leitores

Mas, a leitura compreende também um conjunto complexo de estratégias combinadas, de práticas de sociabilidade - ler em grupo ou para um grupo - para além de constituir um acto de carácter voluntário, privado e individual .

Porém, a escolha de leituras depende ainda de matéria editorial disponível e em circulação nas "nações cultas e civilizadas" e, conseqüentemente, de uma prévia selecção de leitura feita por outros leitores. Estes textos, destinados ainda a uma outra provável leitura, dependem da aceitação de editores e de tipógrafos, ou do acolhimento dos responsáveis pelos títulos de periódicos voltados para a difusão de temas científicos e técnicos <sup>4</sup>.

Estes veículos de ideias constituem uma fonte específica da história da cultura <sup>5</sup>. Levantam-se, pois, outros problemas para além daqueles que os

---

<sup>3</sup> "Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionalismos que pretendem refreá-la. Esta tensão fundamentalmente pode ser trabalhada pelo historiador através de uma dupla pesquisa: identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentava impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada". Roger Chartier (1988), *A história cultural. Entre práticas e representações*, p. 123.

<sup>4</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, cap. IV- "Textos, impressos, leituras", p. 121-139.

<sup>5</sup> Cfr. Manuel Tuñón de Lara (1984), *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, p. 17-18. "El periódico es una fuente multivalente de carácter privilegiado en la historia contemporánea. Puede ser una fuente para expresar corrientes de opinión, actitudes políticas e ideológicas; también una fuente que recoge las mentalidades de una época [...]"

estudos dedicados ao fenómeno da leitura evidenciaram, em diferentes caminhos metodológicos já delineados <sup>6</sup>.

Trata-se, agora, de tomarmos contacto com o periódico sob duas vertentes complementares. Uma, como repositório informativo, resultante de um conjunto de leituras feitas pelos seus responsáveis. Estes, pelo poder

---

En fim, la prensa es, en si misma, objecto de una historia; en este último caso el periodico es objecto y fuente a la vez". Manuel Tuñon de Lara (1984), *Metodología de la historia social de España*, p. 242.

<sup>6</sup> Os caminhos metodológicos já avançados para o trabalho da leitura são muito diversificados. As fontes variam, desde os anúncios bibliográficos existentes na imprensa cultural, até à classificação de catálogos de Bibliotecas públicas e privadas. Os percursos historiográficos seguidos são igualmente variados, passando pela tipologia social dos presumíveis leitores à quantificação dos títulos recenseados, até à cartografia dos locais de venda de leitura, ou à circulação de livros, revistas e hebdomários nos gabinetes de leitura, ou ainda alargando-se ao possível significado das colecções de edições populares, de baixo custo e de grandes tiragens. Sem pretendermos ser exaustivos, deixamos aqui referenciados alguns dos suportes bibliográficos que nos foram de particular utilidade na descoberta de algumas pistas a explorar: Jesus A. Martinez Martin (1991), *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX*; Jean François Botrel (1988), *La diffusion du livre en Espagne (1868-1914)*; María Luz López Terrada (1987), *Libros y folletos científicos en la Valencia de la Ilustración (1700-1808)*; Robert Mandrou (1985), *De la culture populaire aux 17 e. et 18 e. siècles*; O conjunto de colaborações reunidas por Armando Petrucci (1990), *Libros, Editores y Publico en la Europa Moderna*; Elizabeth L. Eisenstein (1990), *La invención de la imprenta y la difusión del conocimiento científico [...]*; Pedro L. Moreno Martinez (1986), *Notas para una sociología de la lectura en Lorca (1760-1815) [...]*; Manuela Domingos (1985), *Estudios de sociología da cultura. Livros e leitores do século XIX*; João Luís Lisboa (1990), *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*; Fernando Guedes (1987), *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII-XIX*; Rosa Esteves (1984), *Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX (1815-1853) [...]*; Marie-Hélène Piwnik (1987), *Lectures des élites portugaises au XVIII e. siècle d'après les annonces de libraire [...]*.

cultural de que estavam imbuídos, podiam determinar qual o conjunto de leituras que deveriam atingir as diferentes camadas da opinião pública <sup>7</sup>.

A segunda, como veículos de difusão de ideias, os periódicos científicos constituíram um suporte de leituras para um público, ou seja para um conjunto de população alfabetizada e com núcleos de interesse focalizados na curiosidade dos segredos da ciência, ou na vaidade de exibir, oralmente ou sob forma epistolar, um suporte de conhecimentos científicos ou de simples técnicas inovadoras sobre questões da realidade prosaica, quotidiana e humana <sup>8</sup>.

Porém, a realidade existencial dos jornais científicos só é possível entender-se mediante as vivências, e sobrevivências, de outros mecanismos culturais de produção e difusão da ciência, como as instituições (as Universidades, as Academias e as Sociedades), as edições livreiras, a imprensa periódica e o papel cultural e social exercido pelo desempenho

---

<sup>7</sup> Veja-se o contributo de síntese de Dena Goodnan (1992), *Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the old regime [...]*.

<sup>8</sup> Javier Ordoñez e Alberto Eleno (1990), responsáveis pela coordenação de um conjunto de contribuições subordinadas ao tema *La Ciencia y su Publico*, que evidenciam a correlação entre quem produz e difunde a ciência e o papel passivo que os destinatários desempenhavam: "La historia de la ciencia, todavía una disciplina joven, ha venido ocupándose casi invariablemente de aquéllos que hacen ciencia y se desentendido por lo general de quienes de un modo u otro la reciben [...] Los destinatarios del conocimiento científico, meros comparsas en un juego cada vez más complejo y problemático [...]". *Idem, ibidem*, p. IV (sublinhado nosso).

individual de cada uma das personalidades científicas ligadas a este hemisfério cultural <sup>9</sup>.

A nossa opção, de seguir os itinerários da leitura na imprensa científica <sup>10</sup>, centrou-se no diversificado mundo dos periódicos de divulgação dos conhecimentos científicos, exactamente porque eles se nos apresentavam como elos vivos e operacionais entre as instituições e os percursos individuais dos cientistas, temas que, afinal, cabiam também numa dimensão de história cultural e social da ciência <sup>11</sup>.

Pegar num periódico implicou, em primeiro lugar, efectuar a arqueologia dos saberes nele contemplados. Atender a inúmeros aspectos formais, como a existência de folhetos de subscrição, ou indagar nos prólogos, ou nas esclarecedoras introduções dos primeiros números de publicação,

---

<sup>9</sup> Cfr. Helge Kragh (1989), *Introducción a la historia de la ciencia*, p. 143-226. Os caminhos da difusão da cultura científica rasgaram novos domínios epistemológicos, ganhando conseqüentemente a História da Cultura novas áreas. Descobriram-se esquinas que haviam passado despercebidas perante os olhos de quem apenas tentava encontrar factos, datas e inaugurações culturais.

<sup>10</sup> Estivemos particularmente atentos a algumas das sugestões dos «estudos de caso» existentes sobre este tema. Cfr. Teresa Núñez (1988), *La prensa periódica de Barcelona en el siglo XVIII. Prensa erudita, gacetas y pronósticos [...]*; Teófanos Egido Lopez (1968), *Prensa clandestina del siglo XVIII. «El duente Critico»*; E. Varela (1966), *Espiritu de los mejores diarios literarios que se publican en Europa. Madrid, 1787-1791*; L. M. Enciso (1956), *Nipho y el periodismo español del siglo XVIII*; Celso Almuíña Fernandez (1977), *La prensa vallasoleitana durante el siglo XIX*; Manuel Calvo Hernando (1982), *El periodismo científico: misiones y objetivos*.

<sup>11</sup> "La técnica histórica basada en biografias colectivas y demás fuentes semejantes se llama prosopografía. Lo que caracteriza este metodo es que emplea los datos relativos a muchas personas y acontecimientos como fuente". Helge Kragh (1989), *Introducción a la historia de la ciencia*, p. 227.

sinais esclarecedores da vida do periódico. Para esta finalidade, importava visionar, meticulosamente, as secções temáticas, a análise qualitativa dos artigos em função da sua proveniência, quer fosse a simples e directa tradução, quer um mais elaborado trabalho de adaptação ao contexto português.

Em seguida partiu-se à descoberta dos rostos humanizado que davam corpo, e alma, à existência deste género de veículos culturais. Deste modo, cotejámos prólogos e introduções de variados periódicos; seguimos perfis bio-bibliográficos de colaboradores, de directores e de redactores <sup>12</sup>. Desmontámos, igualmente, diversos conteúdos temáticos, que se apresentavam como excelentes áreas propícias para um sério e produtivo investimento de trabalho <sup>13</sup>, no que toca à divulgação de uma, ou várias, áreas do saber científico e da cultura técnica do século XVIII enciclopedista e um século XIX de matriz politécnica.

---

<sup>12</sup> Por exemplo as biografias de cientistas permitem-nos perceber como uma individualidade da ciência podia ser um lente universitário, membro de prestígio de uma ou várias Academias científicas e colaborador regular de um ou vários periódicos, quando não mesmo principal responsável.

<sup>13</sup> Cfr. Miguel Angel Blanco Martin (1987), *Opinión pública y libertad de prensa (1808-1868) [...]*; M<sup>a</sup> Dolores Boch Carrera (1990), *La difusión de las ideas ilustradas: la reforma de los usos penales en los periódicos del tiempo de Carlos III*; Alessandra Briganti (1972), *Intellectual e cultura tra ottocento e novecento: nascita e storia della terza pagina*; Gérard Chastagnaret (1975), *Un ejemplo de revista científica: la «Revista Minera» desde 1850 a 1914 [...]*; Fernando Diez Rodriguez (1980), *Prensa agraria en la España de la Ilustración. El «Semanao de Agricultura y Artes dirigido a los Parrocos» (1797-1808)*; Consuelo Miqueo Miqueo, Moreno Vernis (1988), *La comunicación científica de las «Décadas Médico-Quirúrgicas (1821-1828) con otras revistas e instituciones españolas y extranjeras [...]*; M<sup>a</sup> Concepción Perez Garcia, Fernando Muñoz Box (1988), *La revista de los progressos de las ciencias exactas, físicas y naturales [...]*.

Os periódicos de divulgação de temas literários e científicos, de notícias informativas diversificadas e de popularização de conhecimentos técnicos, apresentavam-se numa situação de privilégio para, a partir deles, se mergulhar nas teias de uma trama da história da cultura, enraizadas na trilogia: sociedade - cultura - ciência <sup>14</sup>.

## 2. A leitura dos redactores: cultura literária e cultura científica

A organização temática de um periódico de divulgação de conhecimentos científicos, no tempo das luzes e no tempo do liberalismo, implicou uma sábia combinação entre os meandros da cultura literária e os

---

<sup>14</sup> As perspectivas metodológicas de Georges Sarton (1968), *Ensayos de Historia de la ciencia*, foram sendo progressivamente ultrapassados pela comunidades intelectual e científica que se dedica à (nova) História da Ciência. "Muy a menudo los momentos de mayor excitación en las reuniones científicas se producen cuando se discuten cuestiones que muy probablemente no tendrán utilidad práctica alguna, tópicos tales como las posibles interpretaciones de la mecánica cuántica, o el papel del universo en expansión según nuestro concepto del tiempo. Si la visión positivista, que reduce la ciencia a una cierta forma de cálculo simbólico, hubiera de ser aceptada, gran parte del atractivo de la ciencia se perdería. La síntesis de Newton de conceptos y conocimientos activos se rompería de nuevo en pedazos. Volveríamos a la situación familiar desde los tiempos de Grecia y Roma, con una laguna insuperable entre el conocimiento técnico, práctico, por un lado y el conocimiento teórico por otro. Para los antiguos, la naturaleza era fuente de sabiduría. La naturaleza medieval hablaba de Dios. En los tiempos modernos su silencio es tal que Kant considerava que la ciencia y la sabiduría, la ciencia y la verdad, deberían ser separadas completamente. Hemos vivido con esta dicotomía durante los dos siglos pasados. Es hora de acabar con ella". Ilya Prigogine, Isabelle Stengers (1982), *La nueva alianza. Metamorfosis de la ciencia*, p. 107.

caminhos da difusão da cultura científica <sup>15</sup>. A figura do herói científico, ou por exemplo da poesia sobre os prodígios da natureza <sup>16</sup>, suscitou um grande entusiasmo por parte dos leitores encarregues de organizarem as publicações hebdomárias.

No suporte temporal em que trabalhamos (1772- 1852) a vertente literária apareceu sempre associada a uma vertente de divulgação de ciência. O terreno comum aos intelectuais cientistas deixou-se também seduzir por um imaginário literário, pelo exótico da viagem ou da descrição do espaço diferente e longínquo ou ainda pela ciência transformada em espectáculo descritivo e literário <sup>17</sup>. E no entanto, a cultura literária e a

---

<sup>15</sup> Cfr. Jean Dhombres (1992), *La gloire de la science: culture et poésie vers 1800 [...]*, p. 551-561. Cfr. ainda Joaquín alvarez Barrientos (1989), *El hombre de letras español en el siglo XVIII [...]*; Rosa Maria Baptista Goulart (1991), *Poesia da ciência, poesia do mundo [...]*; Henri Béhar (1991), *La poésie-connaissance [...]*; José Luis Brandão (1991), *Criatividade científica, imaginação e metáfora [...]*; Maria de Sousa (1992), *Procedimentos experimentais: sobre cozinheiros-chefes e cientistas [...]*.

<sup>16</sup> Sobre a associação da figura de «herói» literário ou literato e experimentações científicas sob um olhar retrospectivo cfr. Evangelina Rodriguez Cuadros (1993), *Del saber cenacular a la Ilustración: el borrador enciclopédico de la Academia de los Nocturnos [...]*; Norberto A. f. G. da Cunha (1986), *A ilustração científica de d. Francisco Xavier de Meneses, 4º conde de Ericeira [...]*; Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro (1963), *No alvorecer do «Iluminismo» em Portugal [...]*.

<sup>17</sup> Cfr. James R. Jacob (1990), «Por encanto órfico», *La ciencia y las dos culturas en la Inglaterra del siglo XVII [...]*; Londa Schiebinger (1990), *Cuando la ciencia era mujer [...]*; Ofélia Paiva Monteiro (1991), *O imaginário científico em Almeida Garrett [...]*; M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]*, especialmente Terceira Parte, Capítulo 2 - "A organização do mercado literário", p. 165-277. Cfr. ainda Alvaro Manuel Machado (1986), *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, p. 23-170.

cultura científica faziam ainda parte de uma incomensurável árvore de conhecimentos que crescia harmoniosamente <sup>18</sup>.

Reflexos deste espírito foi, sem dúvida, a organização temática das publicações periódicas da Academia das Ciências, ou a estrutura interna dos jornais científicos que nos permitiram visualizar o modo como, na produção da leitura, a vertente científica se encontrava dependente do alargado e flexível mundo denominado Literatura <sup>19</sup>.

Quando passamos para a particularização de ler jornais científicos, temos inevitavelmente de nos deter no grau de selectividade dos responsáveis, pela circulação deste género de leituras. Leituras que

---

<sup>18</sup> Cfr. Georges Gusdorf (1977), *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*.

<sup>19</sup> Cfr. a narração interpretativa de M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]* relativa aos saraus literários da sociedade portuguesa de setecentos e de oitocentos: "No decurso de um processo de intensificação da componente didáctica, os saraus literário-musicais podiam dar lugar a um outro tipo de realização cultural, caso dos saraus dos Castilhos na casa de Almedina, em Coimbra, a partir dos quais o anfitrião conceberia o plano da Sociedade dos Amigos das Letras (1823) que regularia e sujeitaria a determinadas normas a convivência intelectual até ali praticada nos seus serões sem essa formalização. As sessões da nova Sociedade passaram a celebrar-se numa sala do Hospital da Universidade cedida para o efeito (recorde-se que José Feliciano de Castilho era lente de Medicina) e o anfitrião tornou-se presidente da Sociedade; redigiram-se os respectivos regulamentos e o grupo passou a funcionar como uma pequena academia. Os sócios, estudantes na sua maioria, recitavam as suas composições poéticas ou dissertavam sobre vários temas, segundo o modelo do trabalho académico [...] (moral, história, ciências naturais etc. [...]). O presidente redigia relatórios sobre o funcionamento das sessões e enviava-os ao reitor da Universidade (Fr. Francisco de S. Luís) que protegia a iniciativa" (*idem, ibidem*, p. 295). Este foi o caminho preparatório para alguns dos nossos intelectuais oitocentistas atingirem o estágio da consagração cultural e científica

qualitativamente podiam ser privadas, públicas, ou simples pretexto de um debate ou de uma conversa informal !

Estas personalidades tinham interesses culturais ecléticos, manifestados nas produções bibliográficas, paralelas ao desempenho de responsáveis jornalísticos, desde a juventude. E, decerto não foi por mero acaso que as incursões literárias marcaram, quase sempre, os primeiros anos de notoriedade pública e cultural, como nos demonstra M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos no seu trabalho sobre os intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos.

As bio-bibliografias dos responsáveis periodísticos constituem, assim, um suporte material, e metodológico, importante para entendermos como se processavam os mecanismos necessários ao alinhamento de artigos ou de traduções, na imprensa de divulgação científica em Portugal.

O contacto com leituras oriundas da cultura científica europeia, explicitamente francesa e inglesa, foi um denominador comum destes percursos individuais e colectivos. As traduções e adaptações feitas de Dicionários, de Tratados, de Manuais, ou de artigos da imprensa científica especializada, constituem um claro indicador das possibilidades de selecção para organizar leituras científicas para os portugueses <sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Tomem-se como exemplos mais sintomáticos as figuras de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Silvestre Pinheiro Ferreira, Candido José Xavier, Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, Francisco Solano Constâncio, Francisco Soares Franco, Mouzinho da Silveira, Oliveira Marreca, Fonseca Benevides, José Maria Grande, João Andrade Corvo, ... Veja-se no Anexo Documental o Quadro I. A organização destas leituras decorria paralelamente (e sem encontros institucionais) com os processos de ensino ministrados na Universidade de Coimbra. Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata (1990), *Algumas notas*

No âmbito da análise interna dos periódicos podemos distinguir outros meandros da mundividência da leitura dos seus responsáveis. Pensamos na eficácia e na operacionalidade das listas bibliográficas, sistematizadas por temas, ou dos anúncios de livros nacionais e estrangeiros, que o *Jornal Encyclopedico*, o *Jornal de Coimbra* ou os *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* publicaram <sup>21</sup>. Pensamos ainda na repetição (ou na extrema semelhança discursiva) de artigos de uns periódicos para outros, o que nos levanta a suspeita de leituras coincidentes de uma mesma fonte ou, numa vertente mais simplificadora, a simples leitura dos próprios jornais existentes por parte de quem se encontra atarefado em organizar um novo título <sup>22</sup>.

---

*sobre a produção científica na Faculdade de Filosofia (1772-1820) [...]*, p. 78-80; Luís Reis Torgal (1990), *Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudanças nos primórdios do Liberalismo em Portugal [...]*, p. 141-147 ep. 158-165 e ainda de (1988), *L'Université dans la première période libérale portugaise (1820-1850)*, p. 30-35.

<sup>21</sup> Cfr. João Luís Lisboa (1991), *Ciência e Política [...]*.

<sup>22</sup> Só muito tardiamente o problema da propriedade literária foi levantado. Lembremos as semelhanças existentes entre alguns dos artigos publicados na imprensa portuguesa ou os paralelismos de leitura existentes com os periódicos instructivos espanhóis desta época - com o *Correio Literario y Economico de Sevilla*, Sevilla, 1803 ; *Variedades de Ciencias, Literatura y Artes*, Madrid, 1803-1805. *Biblioteca Economica o Anales de Agricultura, Artes y Comercio*, Madrid, 1820 ; *El Panorama*, Madrid, 1838-1841; *El Iris. Semanario Enciclopedico*, Madrid 1841-1842 ; *Revista de Conocimientos Utiles*, Madrid, 1841-1842 ; Sobre os problemas da propriedade literária vejam-se os artigos publicados - "A *Revista Universal Lisbonense* à imprensa e ao publico (sobre propriedade literaria e os varios jornais existentes), *Revista Universal Lisbonense* (Abril 1842), nº 30, p. 353; "Propriedade Litteraria", *Revista Universal Lisbonense* (Dezembro 1842), nº 12, p. 141; L. A. Rebello da Silva, "Propriedade Literaria", *A Epoca* (1849), nº 33, p. 89-92; nº 34, p. 102-105;

Leituras de diferentes ritmos de quem organizava e fazia publicar, mas também potenciais leituras multiplicadoras por parte do grupo de suporte que comprava, subscrevia e lia o jornal, porque se se interessava pelo conteúdo informativo e formativo das páginas lidas. Pistas que nos conduzem a alguns dos cantos invisíveis do pensamento intelectual da sociedade portuguesa, que sempre se manifestaram logo que se verificava uma possibilidade histórica da feliz conjugação de acontecimentos de índole político-militar, com o envolvimento social ou cultural.

O olhar lançado aos nossos jornais de estudo, em função da explicitação de fontes utilizadas <sup>23</sup>, permite-nos ainda outro olhar diversificado sobre o fenómeno cultural da leitura .

Tomemos o caso do *Correio Mercantil* (iniciado em 1794) no qual se seleccionaram todos os artigos oriundos das publicações das Sociedades Agrícolas europeias na viragem de setecentos. É notória a presença maioritária da realidade da Espanha da Ilustração e do movimento das Sociedades "Amigos del País", a par com referências vindas das Sociedades inglesas, francesas e mesmo do Novo Mundo.

Neste caso o responsável por este periódico acantonou-se num tipo de repositório informativo específico, estável e sempre explicitado. Porém, na

---

<sup>23</sup> Referimo-nos às que se encontram explicitadas a seguir ao título dos artigos, mas também a um quadro referencial temático, implicitamente enunciado, que se torna nítido quando se procede à desmontagem discursiva do artigo. E então surgem as hierarquizações geográficas de espaços culturais europeus e atlantizados pelo aparecimento da realidade cultural do Novo Mundo, a que decerto não era alheia a dispersão dos sócios correspondentes da Real Academia das Ciências de Lisboa, como as Vejam-se as Fig. 7, 8 e 9, adiante reproduzidas, mostram.

maior parte dos casos esta transparência de processo de selectividade de leituras não está presente. Assim, o leitor, o de ontem e o sobretudo o de hoje, tem de proceder a uma dissecação pormenorizada em busca de pontos de referência utilizados <sup>24</sup>.

Em profundo contraste com o que se passou com o *Correio Mercantil*, os outros periódicos evidenciam um claro alheamento pelos traços culturais oriundos de Espanha. Estes apenas se podem intuir nalguns quadros referenciais em assuntos específicos, como seja o publicismo divulgado em torno das Sociedades Económicas e Agrícolas, ou em função de algumas culturas específicas como o arroz na região de Valencia ou a obtenção do azeite no reino de Castela, como veremos na terceira parte deste trabalho. Não pretendemos defender que os responsáveis pelo periodismo científico, e particularmente pela divulgação agrarista, desconhecêssem a realidade da cultura espanhola; pensamos antes que obstáculos de ordem política e ideológica existiram e que não suscitavam grandes incentivos para se produzirem referências explícitas à realidade da Espanha da Ilustração, do Liberalismo ou do Absolutismo! <sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> O que apresentamos nos diferentes capítulos relativos à difusão das ideias agrárias, agraristas e agronómicas constitui uma fatia deste exercício de leitura metodologicamente orientada; dele resultou a percepção de um conjunto de Autoridades científicas e de relatos de experimentações agrárias radicadas na Europa além Pirinéus, geograficamente orientada para a Europa Central e para a Inglaterra agrícola. O fascínio cosmopolita das Luzes manteve-se activo durante uma grande fatia temporal do século XIX, e sem dúvida que o fenómeno da emigração liberal portuguesa constituiu um fermento inestimável para justificar este espectro de referências culturais.

<sup>25</sup> No entanto estamos cientes dos paralelismos com a história do próprio periodismo científico entre Portugal e Espanha.. Cfr. María Cruz Seoane (1983), *Historia del periodismo en España vol. II - El siglo XIX*, p. 86-219, em que os periódicos referidos são

A Europa do Sul, a realidade mediterrânea, aparece-nos claramente explicitada quando deparamos com as culturas específicas da agricultura portuguesa. Em aspectos pontuais e particulares socorreram-se os periodistas de leituras e de exemplos da Península de Itália, o que parece confirmar que os caminhos preparados pelo cosmopolitismo das luzes voltaram a ser utilizados ao longo do século XIX. A propósito da cultura da oliveira e da produção do azeite, vemos reviver as Luzes do Catolicismo <sup>26</sup>, que por exemplo João António Dalla Bella ou a família Vandelli objectivamente fizeram frutificar na sociedade portuguesa desde 1772.

De forma sintética, podemos dizer que da Europa das Luzes e dos caminhos do Romantismo foi o suporte de leitura dos redactores e colaboradores dos nossos periódicos científicos <sup>27</sup>. Leituras que

---

essencialmente periódicos políticos e ideológicos. A consagração historiográfica do género do «periodismo científico» para a Espanha da Ilustração é esquecida quando se analisa a Espanha do Liberalismo. Cfr. José Luis Abéllan (1981), *Historia Crítica del Pensamiento Español tomo III - del Barroco a la Ilustración*, p. 747-763 ; (1984), *Idem*, tomo IV - *Liberalismo y Romanticismo*, onde não existe uma entrada para a imprensa de conhecimentos científicos do período liberal.

<sup>26</sup> Cfr. Zília Osório de Castro (1990), *Cultura e Política. Manuel Borges Carneiro e o vintismo*, III Parte - Conceitos e doutrinas, Capítulo II "O sagrado e o profano", p. 587-607; J. S. da Silva Dias (1982), *Pombalismo e Teoria Política*, p. 112.

<sup>27</sup> "La ciencia, no sujeta nunca a la suerte de los pueblos ni a los límites geográficos, sino sólo humana, como su objetivo, revistió un carácter nacional en las distintas regiones y adoptó su lenguaje. Desde entonces, en cada país, hubo una doctrina y una escuela nacionales y escuelas y doctrinas extranjeras". Giovanni Spadolini (1991), *La Idea de Europa entre la Ilustración y el Romanticismo*, p.83-84. Para a questão específica do «trânsito» da Europa das Luzes para a do Romantismo cfr. especialmente o Cap. I: "El europeísmo cultural: el paso de la ilustración ao romantismo", *idem, ibidem*, p. 3- 12



proporcionaram diversos caminhos de utilização, de onde nasceram outras leituras sobre um mesmo tema...

Estes mecanismos, quase invisíveis, condicionaram e forjaram a alteração de uma cultura literária para uma cultura científica. Sinais que marcaram os vários colectivos responsáveis pela divulgação de novos padrões de um consumo individualizado de Ciência e de Técnica. Um novo modelo de produzir e obter leituras: «experimente e recontem» o sucesso ou as desadequações verificadas na aplicação dos conhecimentos adquiridos, e previamente difundidos e lidos ...

### **3. Pistas internas de leitura**

Os conteúdos temáticos dos periódicos possibilitam-nos ainda obter algumas referências sobre possíveis índices de circulação. Factores internos e endógenos que podem ser equacionados em diferentes categorias.

Numa primeira parte agrupamos as polémicas alimentadas entre alguns dos colaboradores de jornais, em que a sucessão de números mensais ou semanais constituiu uma peça da polémica travada <sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Recordamos a polémica mantida entre *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e o *Jornal de Coimbra*, protagonizada por Mateus de Sousa Coutinho e o responsável pelo jornal londrino, que mais à frente abordaremos com alguma atenção, na Parte III, no Capítulo "O discurso Agrarista: ideologia, memória e valores". Aliás vários foram as polémicas científicas existentes entre os colaboradores destes dois periódicos. Ver ainda M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1988), *O liberalismo português: ideários e ciências [...]*, p. 232-237

Sintomas inequívocos de que existiam projecções de leitura na sociedade eram igualmente as respostas aos pedidos de colaboração. Estratagema fundamentalmente seguido pela *Revista Universal Lisbonense* (1842) e por alguma da imprensa que designámos de «civilidade familiar»<sup>29</sup>. Recurso que já havia sido utilizado pela *Gazeta de Agricultura* (1812), dirigida por Francisco Soares Franco e pelo oficial *Jornal de Coimbra* (1812)<sup>30</sup> através da regular colaboração de membros da Academia das Ciências.

Por outro lado, encontramos nos periódicos estudados uma preocupação em demonstrar que «as páginas que ora se apresentam a público» estavam abertas e receptivas a várias sugestões, críticas e opiniões informativas. Uma tonalidade discursiva sempre presente nos prospectos, nos preâmbulos e nas introduções dos novos títulos. Se por um lado este estratagema constituiu um modo de preencher as páginas a publicar, por outro não deixava de ser um factor indicativo da receptividade que o periódico teria junto de um público leitor.

---

em que se trata da polémica científica travada entre Marino Miguel Franzini e Filipe Folque nas páginas da *Revista Universal Lisbonense*.

<sup>29</sup> Veja-se mais à frente, na Parte II, no Capítulo "Os Periódicos de Civilidade Familiar", quando tratamos da caracterização e da tipologia dos periódicos científicos em Portugal.

<sup>30</sup> Sobretudo os que se encontravam ligados à Instituição Vacínica, cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1991), *A Universidade e a divulgação de conhecimentos científicos e úteis no Jornal de Coimbra (1812-1820)*, p. 133-134. Cfr. Jorge Crespo (1990) que utiliza o *Jornal de Coimbra* como um repositório de informações para ilustrar e desenvolver um tema de estudo, *A História do Corpo*, Capítulo I - "O domínio da situação", p. 21-80.

No domínio específico da divulgação agrária, o pedido de colaboração registou-se muitas vezes pela livre iniciativa do leitor de perfil anónimo <sup>31</sup>, mas dotado de um certo grau de empenhamento cultural, que não hesitava em quebrar o anonimato e escrevia para o periódico, a relatar o que sucedia na sua horta, nos seus campos de oliveiras ou no lagar da sua adega, após a utilização prática dos novos conhecimentos técnicos.

As remissões de um periódico para outro periódico permitem obter um outro elemento que possibilita adivinhar os bastidores da leitura da imprensa instrutiva. Tal era o caso dos artigos extraídos de um jornal já em circulação <sup>32</sup>.

Noticiar a existência de um novo jornal <sup>33</sup>, talvez fosse uma forma de publicidade, que serviria para fomentar, e alargar, o espaço de circulação da

---

<sup>31</sup> Consideramos «anónimo» o colaborador que não integrava os circuitos de reputação e prestígio científico do movimento de Academias científicas ou do movimento editorial de temas científicos e técnicos.

<sup>32</sup> Cfr. por exemplo "Sciencias. Memoria feita pelo Dezembargador Jozé Bonifácio de Andrade, extrahida do Jornal Patriota de Julho de 1813", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Out. 1814), vol. 10, p. 535-540.

<sup>33</sup> Cfr. "França. Prospecto de uma nova obra periódica, intitulada «Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras» - Por um Portuguez residente em Paris", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Março 1818), vol. 21, p. 83-85; "O Agricultor Michaelense", *Revista Universal Lisbonense* (Out. 1843), n.º 9, p. 97-98; "Jardim Portuense", *Revista Universal Lisbonense* (Nov. 1843), n.º 13, p. 145; "O Industrial Portuense", *Revista Académica* (Junho 1845), n.º 7, p. 110-111; "Jornalismo Litterario", *Revista Académica* (Out. 1845), n.º 13, p. 196-198; "Jornal de Agricultura. Prospecto", *Revista Universal Lisbonense* (Agosto 1844), n.º 2, p. 14-15; "O «Agricultor Hespanhol»", *Revista Popular* (Julho 1850), n.º 17, p. 131-133.

leitura e a difusão de novas (ou aparentemente novas) ideias nos círculos da opinião pública.

#### 4. Sinais exteriores de leitura

Ler publicamente um jornal, ser visto a manusear as folhas de um periódico, ou folhear as páginas de um «journal savant» poderia ser indicador de prestígio cultural ou um sintoma de sociabilidade.

O caso dos cafés <sup>34</sup>, no contexto das Luzes e no do Liberalismo, pode ser tomado como uma forma de combinar a leitura e a sociabilidade. "Il pourrait sembler paradoxal au premier abord de considérer le journal comme un instrument de la sociabilité alors que l'écriture du journaliste et l'acte de lire du lecteur peuvent apparaître comme des actes individuels. Toutefois les témoignages littéraires aussi bien qu'iconographiques montrent que la lecture des journaux à la veille de la Révolution se faisait souvent à haute voix dans les jardins publics ou les cafés, voire chez le barbier; une

---

<sup>34</sup> "La masse de journaux et revues disponibles dans certains cafés particulièrement bien fournis reflète toute la diversité de la presse allemande à la fin du XVIII e. siècle [...] Les cafés proposaient des périodiques aussi bien que des revues scientifiques et de synthèse [...] Certains contemporains énumèrent également les journaux et revues présents dans tel ou tel café". Hans Erich Bödeker (1990). *Le café allemand au XVIII e. siècle : une forme de sociabilité éclairée [...]*, p. 578.

caricature du Charivari du 12 juillet 1833 montre la lecture du journal à la campagne avec toute la famille réunie autour du lecteur" 35.

À luz desta interessante sugestão fomos em busca de alguns sinais exteriores de uma possível rede de leitura no País. Vamos dar um destaque especial para os subscritores 36. A prévia assinatura de um periódico constituiria, decerto, um meio relativamente eficaz de fazer chegar notícias diversificadas, e de qualidade selectiva, ao Portugal letrado e interessado em novidades bibliográficas, em informações literárias, em aconteceres políticos ou em alguma das vertentes da cultura científica difundida 37.

Teoricamente, poderemos pensar que os assinantes se encontravam concentrados nos três principais polos urbanos e culturais do país - Lisboa, Porto e Coimbra. Exactamente aqueles que tiveram o monopólio (ou a capacidade) de organizarem o aparecimento de novos títulos de periódicos científicos. No entanto as imagens cartográficas, obtidas a partir das listas dos subscritores, permitem-nos uma outra imagem da realidade.

Olhemos para a Fig. 1, relativa ao *Jornal Enciclopédico*. Na imagem cartográfica obtida, verificamos que a cidade do Porto e de Coimbra surgem como os dois principais focos polarizadores de leitura deste periódico A

---

35 André-Jean Tudesq (1986), *Le journal, lieu et lien de la sociabilité bourgeoise en France pendant la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle [...]*, p. 261.

36 Compulsámos e fizémos cartografar as listas nominais de subscritores com indicação de local de residência. Ver os Mapas em anexo.

37 Ao processo de assinatura temos de juntar a venda directa do periódico, que se efectuava nas livrarias ou nas oficinas tipográficas, tal qual vinha indicado, muitas vezes, nas informações técnicas do jornal.

primeira surge-nos como o centro polarizador de assinaturas, trinta e um assinantes, contra quinze que se localizavam na cidade do Mondego.

No entanto, temos de levar em linha de conta que 334 dos ilustres subscritores para o ano de 1789 <sup>38</sup>, sem localidade identificadora, mencionados na lista que utilizámos, deveriam coincidir com uma parte importante dos leitores de Lisboa. Sustentamos esta hipótese baseados no facto de não se registarem nomes explicitamente sediados na capital, porque aqui existiria uma regular actividade de venda directa do periódico, nas lojas de livreiros e nas oficinas tipográficas <sup>39</sup>.

Importante nos parece também salientar que os outros núcleos de possíveis leitores estavam localizados no interior do País, seguindo a linha do vale do rio Douro. Aqui é possível vislumbrar vários núcleos de três e oito leitores, cujo somatório é, afinal, igual ao total registado para a cidade do Mondego. A linha a Norte do Tejo aparece também como um possível eixo complementar de uma polarização cultural efectuada a partir da Universidade de Coimbra.

De um modo contrastante, temos a imagem do Sul. Nela apenas se destacam as cidades de Elvas, Beja e Lagos, núcleos populacionais de importância eclesiástica, e por conseguinte cultural, onde se fazia sentir o magistério dos seus Bispos.

---

<sup>38</sup> Deste modo o número total de subscritores eleva-se a um quantitativo muito mais elevado, sendo de supor que uma parte destes residiria em Lisboa, a avaliar pelos cargos desempenhados.

<sup>39</sup> Cfr. João Luís Lisboa (1991), *Ciência e Política*, "Como vive a leitura", p. 41-64

Esta orientação de dispersão de leitores, na direcção do litoral para o centro Norte do país, é também corroborado pela localização dos assinantes do *Jornal de Coimbra*. Olhando comparativamente as duas manchas cartográficas - Fig. 1 e Fig. 2 - verificamos algumas alterações, no que toca à direcção dos leitores do *Jornal de Coimbra*. O litoral e a linha a Norte do Tejo concentram a maioria dos subscritores, mas o Porto perdeu o grande peso numérico, que tinha anteriormente. Coimbra, porém, continua a exercer o poder de dinamizar segmentos de leitores instruídos. No que toca ao Norte de Portugal, este encontra-se nesta imagem muito menos polarizado, quando comparado com os dados de 1789, ainda que encontremos pontos de grande incidência numérica, como a Guarda.

A Sul mantém-se também um espaço a descoberto, com a excepção de Elvas e Évora, locais onde se localizam importantes aquartelamentos militares, os quais tinham de manter ligações institucionais com o *Jornal de Coimbra*, como na segunda parte deste trabalho se verificará.

Um último registo. A maior concentração de assinantes localiza-se em Coimbra, local onde o jornal era idealizado e preparado entre o núcleo de Lentes da Universidade. Porém, a sua impressão efectuava-se em Lisboa, na Impressão Régia; talvez fosse, portanto, natural que os leitores de Coimbra subscrevessem, maioritariamente, o periódico, para garantirem a sua rápida recepção.

A interpretação dos dados cartografados complementa-se com algumas indicações qualitativas. É necessário ter em linha de conta o facto de alguns dos assinantes possuírem um efeito de multiplicação de leitura, uma vez que eram entidades colectivas e organismos de dinamismo cultural. Encontram-se

neste rol a Biblioteca da Universidade e a da Academia das Ciências, as Bibliotecas episcopais, as das instituições de ensino militar <sup>40</sup>, ou ainda as estantes de salões da aristocracia portuguesa, que faziam questão de evidenciar sinais de valorização cultural <sup>41</sup>.

O último exemplo de dispersão geográfica de potenciais leitores que nos foi possível elaborar, diz respeito aos membros da vintista Sociedade Promotora da Indústria Nacional - Figura 3.

Na cidade de Lisboa concentravam-se 363 sócios, estabelecendo-se uma hierarquia para as cidades de Coimbra, do Porto e de Vila Real (que tinham 12-16 sócios), de Évora e de Portalegre (estas últimas com 3/4 membros da Sociedade Promotora da Indústria Nacional). Todavia é ainda visível a linha indicadora do Litoral Norte, a partir do vale do Douro. No Sul, mantém-se os polos de Évora e Elvas, como os núcleos populacionais capazes de lhe fornecer aderentes.

Consideramos como plausível o facto de todos os sócios da Promotora serem leitores do órgão veiculador dos ensinamentos da Sociedade, ou seja

---

<sup>40</sup> Sobre o significado dos inventários de Bibliotecas institucionais cfr. Adriane Lay (1990), *Libros y Sociedad en los Estados Sardos del siglo XVIII [...]*, p. 258-260 e ainda François Furet (1990), *La librairie del reino de Francia en el siglo XVIII [...]*, p. 183-183.

<sup>41</sup> Recordemos o que um estudo sobre a leitura na cidade de Madrid do século XIX: "La ampliación social de la lectura no implica su plena socialización. Es preciso recordar, en primer término, que nos ceñimos a la ciudad de Madrid y todos los condicionantes que subyacen en su singularidad. Fue ante todo un fenómeno urbano que afectó más que nada a las grandes ciudades embarcadas en un proceso de crecimiento, tanto de la oferta editorial como de la demanda de lectura". Jesus A. Martinez (1991), *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX*, p. 331-332.

recebiam, liam, debatiam e divulgavam os *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*. As suas páginas congregaram um vasto repositório de cultura técnica recolhida sobretudo em terras gaulesas, constituído por textos seleccionados e adaptados para fazer regenerar, e revolucionar, «a agricultura, as artes, e o comércio» em Portugal .

Esta dispersão geográfica dos assinantes de publicações periódicas científicas permite-nos confirmar a existência de corredores de leitura no País. Levanta-nos, igualmente, a hipótese de se terem estabelecido locais para uma possível sociabilidade científica. Uma sociabilidade que poderia ter assumido a forma de simples tertúlias de serões de província, se fossem dinamizados por alguém pertencente à esfera da leitura instructiva, científica e técnica <sup>42</sup>.

Pareceu-nos também oportuno confrontar as listas de subscritores dos periódicos científicos com as listas dos sócios da Academia das Ciências. Escolhemos os anos de 1818, de 1821 e de 1825, conforme se pode visualizar nas Figuras 4, 5 e 6.

Em primeiro lugar, comparemos as imagens obtidas a partir dos subscritores e as que resultaram da localização das várias categorias de sócios da Academia de Lisboa. Estamos em crer serem alguns destes sócios também leitores, ou mesmo colaboradores, dos periódicos científicos existentes.

---

<sup>42</sup> Cfr. Robert Mandrou (1985), *De la culture populaire [...]*, Capítulo VI - "Les représentations de la société [...]", p. 135-164 e M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]*, "Legitimação e consagração informal - os saraus literário-musicais", p. 279-296.

Num segundo olhar mais direccionado, constatamos haver uma mior concentração dos sócios efectivos da Academia nas cidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra, em 1818 e 1821. Situação contrastante é da Fig. 3, ao mostrar uma diminuição desta qualidade de sócios no ano de 1825.

Numa outra perspectiva, reparamos que apenas Lisboa - centro nevrálgico do poder da ciência - possuía sócios honorários nos três momentos seleccionados. Quanto aos sócios correspondentes, encontramos-os medianamente espalhados a Norte da linha do Tejo e numa linha direccionada a partir de Coimbra. Elementos indicadores de que o interior Norte de Portugal se encontrava completamente desprovido de académicos, fosse que fosse a categoria em apreço.

Se compararmos globalmente as Figuras 4, 5 e 6 - respeitantes à Real Academia das Ciências de Lisboa - com a Fig. 3, constatamos ser o espaço cultural coberto muito mais flexível e alargado quando estamos na presença da repartição cartográfica dos sócios/leitores da utilitária e técnica Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Os membros destas duas agremiações existentes no período vintista não são quantitativamente comparáveis, nem geograficamente assimiláveis, embora alguns dos nomes fossem coincidentes nas duas estruturas de sociabilidade. Talvez possamos, assim, concluir que o potencial universo de leitura era muito mais alargado no mundo dos leitores dos periódicos do que no dos sócios da Real Academia das Ciências.

Se tivermos também em linha de conta a dispersão geográfica internacional dos sócios correspondentes da Academia, dos honorários, dos efectivos e dos correspondentes - Figuras 7, 8 e 9 - outro tipo de pistas conclusivas podem ser extraídas. Notamos de imediato um paralelismo entre

a implantação da imprensa de emigração pré- liberal, de Paris e Londres, e a localização das várias categorias de sócios da Academia de Lisboa.

Num segundo olhar mais atento, das Figuras 7, 8 e 9, não nos escapa a incidência da presença de sócios na Europa do Norte e na Itália, certamente espaços culturais que fizeram sentir claramente a sua presença nas páginas dos jornais de cultura científica, técnica e literária .

Quanto às alterações geográficas da distribuição mundial dos académicos. Verificamos inicialmente uma grande diversidade de qualidade de sócios académicos espalhados pelo Mundo cultural do século XIX (ver Fig. 8); porém esta variedade vai-se alterando qualitativamente. Em 1821, a Real Academia das Ciências de Lisboa mantém alguns contactos com a América do Norte - em Filadélfia- mas, em contrapartida, é muito heterogénea a qualidade dos sócios no Brasil. Estes desaparecem, contudo, em 1825, quando a colónia portuguesa já se havia tornado independente, como mostra a Fig. 9.

Pensamos que a partir das pistas de leitura de periódicos científicos possíveis de cartografar, é possível pensar que estariam criados corredores de leitura de periódicos instrutivos, que também funcionaram para o mundo da leitura dos anos trinta e quarenta do século XIX.

O efeito multiplicador das gerações culturais favorecido pelas reformas de ensino posteriores a 1836 deverá, sem dúvida, estar na base explicativa do sucesso empresarial de alguns jornais e no elevado número de periódicos culturais, instrutivos e científicos que surgidas a partir da década de trinta do século XIX. Para esta época não dispomos de listas de subscritores, nem da

quantificação das tiragens; apenas podemos ter em linha de conta a longevidade do jornal, para avaliar o processo de leitural formal .

Uma leitura, que decerto se diversificou e organizou por tipologias em função de um, presumível, outro público leitor, saído do novo contexto cultural e mental da afirmação da revolução liberal portuguesa <sup>43</sup>.

## **5. Da história da cultura à difusão da ciência**

A História da Cultura comporta diversificadas áreas temáticas que se interligam no tempo histórico característico do pensar, do idealizar e do viver do Homem, no seu maior sentido universalizante.

Entre nós, a História da Cultura que se desenvolveu a partir da Universidade de Coimbra, sob o magistério pedagógico do Prof. Silva Dias,

---

<sup>43</sup> Veja-se o que nos é proposto, sobre este assunto, por um recente estudo espanhol: "La apertura hacia mayor número de lectores y la definición de nuevos tipos de público lector, no sólo está en relación con el avance de la técnica, el aumento de la oferta de libros más baratos y diversificados y el desarrollo del negocio editorial en el mercado, la elevación de las cotas de alfabetización, el levantamiento de trabas de la censura por el régimen liberal y la exposición de publicaciones de libros - también folletos y periódicos - del primer tercio el siglo XIX, sino también, como fruto de la herencia ilustrada". Jesus A. Martínez (1991), *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX*, p. 335.

inaugurou novos caminhos para se poderem equacionar os problemas e o significado da Cultura em Portugal <sup>44</sup>.

Esta foi a vertente - o agir e o pensar, historicamente - que julgamos ver espelhada no arquitectar e no ler dos periódicos científicos em Portugal, entre 1772 e 1852. Um pretexto para nos aproximarmos dos meandros da história da ciência, ou melhor da história das ciências, como uma das facetas da História da Cultura <sup>45</sup>.

Os horizontes epistemológicos foram alargados, os labirintos e os obstáculos da História da Cultura perderam alguns dos seus insondáveis mistérios, ao permitir entrar em contacto com a personalização dos saberes culturais <sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Marcamos o sentido global e inovador aberto pela edição de *Portugal e a Cultura Europeia (séc- XVI a XVIII)* (1953), que se foi ampliando e concretizando na vasta obra do Prof. José Sebastião da Silva Dias.

<sup>45</sup> Cfr. Elena Hernández Sandoica (1987), *La sustracción del objeto. Sobre historia de la cultura e historiadores en España, 1968 / 1986 [...]*; José Luis Peset (1987), *Historia de la ciencia e historia de la cultura [...]*, p. 100-101 ; Mariano Peset (1987), *Historia de las Universidades, Historia de las Ciencias [...]*, p. 107-109.

<sup>46</sup> Cfr. José Luis Peset (1987), *Ciencia y libertad. El papel del científico ante la independencia americana*, que nos apresenta três estudos centrados no papel cultural científico e social de três cientistas no processo de independência americano. "Intentar un cuadro global del papel del científico en la Independencia americana, me parecía una tarea excesiva o demasiado simplificadora. Pensé por ello en la conveniencia de aislar algunas figuras que pudiesen ser tomadas como modelos de comportamiento ante la enorme crisis que se avecinaba, para poderlas seguir una vez seleccionadas com absoluta imparcialidad, de forma que ellas mismas guiasen los hilos de la reconstrucción histórica. A medio camino entre la biografía, la historia y la sociología de la ciencia, mi preocupación más ha sido escuchar el latido del corazón y el cerebro de esos héroes de las nacientes nacionalidades, que obsesionarme por el avatar o la anécdota" (*Idem*,

Como objectos de estudo já consagrados historiograficamente para um tempo de charneira - Luzes / Liberalismo - existiam as páginas dos livros editados, os mundanos salões literários e de curiosidade científica, as reformas da Universidade, assim como a imprensa periódica e as Academias - símbolos da renovação do paradigma de Ciência, ou ainda de uma nova arquitectura dos poderes políticos <sup>47</sup>.

Mas devemos também aqui assinalar a viragem qualitativa que a História da Ciência teve nos anos oitenta, inaugurando-se, então, a época das «novas tendências» <sup>48</sup>, passando-se a equacionar de um outro modo o

---

*ibidem*, p. 15). Cfr. ainda René Taton (1987), *Las biografías científicas y su importancia en la historia de las ciencias [...]*, p. 77-88.

<sup>47</sup> "Ciencia normal y revoluciones científicas, manuales y creatividad de la investigación, tradición y ruptura de las tradiciones, pensamiento convergente y pensamiento divergente: estos son los conceptos sobre los cuales han insistido en estos últimos veinte años. Toda forma de saber científico presupone el consenso de un grupo de hombres, de una (más o menos vasta) comunidad. Divergencias, programas en conflicto, alternativas, puntos de vista diferentes, se presentan, en general, como propios de un terreno reconocido común, al control y conocimiento de los cuales se llega, en la época moderna, através de lo que llamamos educación científica o profesionalidad científica". Paolo Rossi (1990), *Las arañas y las hormigas*, p. 189.

<sup>48</sup> Thomas S. Kuhn (1987), *Las historias de la ciencia : mundos diferentes para públicos distintos [...]* ; Roger Hahn (1987), *Nuevas tendencias en historia social de la ciencia [...]*; Pietro Redondi (1987), *El oficio del historiador de las ciencias y de las técnicas [...]*; José Luis Peset (1988), *Educación y ciencia en el fin del Antiguo Régime [...]*; Antonio Lafuente, Javier Puerto Sarmiento y M<sup>a</sup> Carmen Calleja Folguera (1988), *Los profesionales de la sanidad tras su identidad en la Ilustración española [...]*; Agustín Albarracín Teulón (1988), *Las ciencias biomédicas en España, de 1800 a 1936 [...]* ; Mariano Peset, José Luis Peset (1992), *Las universidades españolas del siglo XIX y las ciencias [...]*; José Manuel Sánchez Ron (1992), *Las ciencias físico-matemáticas en la España del siglo XIX [...]*; Eugenio Portella, Amparo Soler (1992), *La historia natural en la*

pensar e o escrever a História da(s) Ciência(s), das biografias dos cientistas, das instituições, das viagens filosóficas, da correspondência trocada, dos instrumentos e dos laboratórios experimentais, da difusão do conhecimento e da utilidade da inovação técnica <sup>49</sup>.

Ao mesmo tempo, "reconciliaram-se" historiadores da cultura, filósofos, epistemólogos, cientistas, sociólogos, como Paolo Rossi nos sugere através de um gostoso sabor a metáfora literária, na sua apologia da História da Ciência:

"Los historiadores de la ciencia se presentan a comienzos de la década de 1980, como una comunidad científica amplia y articulada, atravesada, como es natural, por tensiones y por contrastes, que mantiene relaciones más o menos difíciles con científicos, historiadores y filósofos, está organizada en sociedades nacionales e internacionales, convoca congresos, se expresa en

---

*España del siglo XIX: botánica y zoología [...]*; Francisco Puerto Sarmiento (1992), *Ciencia y farmacia en la España decimonónica [...]*; José Maria Lopez Piñero (1992), *Las ciencias médicas en la España del siglo XIX [...]*.

<sup>49</sup> "Ma la cosiddetta storia esterna, che richiama con forza l'attenzione sugli aspetti comunitari dell'impresa scientifica, che indaga sulle connessioni scienza-società, rischia spesso di trasformarsi in una sociologia della scienza e delle istituzioni scientifiche. Esse tende a trascurare l'analisi delle teorie, il peso delle tradizioni scientifiche, il linguaggio nelle teorie vengono formulate. Contro le forme, largamente diffuse nel nostro tempo, di affrettato sociologismo Ruppert Hall, Alexandre Koyré, Joseph Ben David (per prendere solo tre nomi fra i più noti) hanno avanzato obiezioni decisive: non furono gli arpenodapti egiziani, che dovevano misurare i campi della valle del Nilo, ad inventare la geometria, ma i Greci che non avevano nulla da misurare [...] i progressi decisivi per l'arte della navigazione non vennero da spagnoli e portoghesi, ma derivarono dall'opere di un astronomo nato in Polonia..." Paolo Rossi (1980), *Storia della scienza Moderna e Contemporanea*, vol. I, p. XIV. **verificar erros -**

colecciones editoriales y en revistas especializadas. La comunidad de los historiadores de la ciencia es heterogénea y variada. La expresión «historia de la ciencia» designa una cantidad de investigaciones y de estudios que van desde la descripción y reconstrucción de una máquina al análisis de la estructura conceptual de una teoría física, de la biografía de un científico a la historia de las instituciones científicas y de las academias, del estudio de la incidencia de las visiones del mundo en el desarrollo de las teorías a la determinación social de los miembros de una academia» 50.

Novos caminhos se inauguraram para estes fazedores da história, mas também para os leitores da sociedade contemporânea. Ciência e ideologia; inovação e tradição; ciência e ética; ciência e sociedade; ciência e liberdade; ciência, cultura e sociedade revelam-se como áreas temáticas que despertaram um rápido interesse a um alargado núcleo de estudiosos de história e epistemologia das ciências 51.

Nesta nova dinâmica perde-se a figura do cientista herói, mas valoriza-se a projecção da leitura do conhecimento científico, sobre um espaço e uma estrutura cultural, historicamente inseridos 52. Descubrem-se alguns dos esquecidos da história e pode-se reconstituir o perfil colectivo de

---

50 Paolo Rossi (1990), *Las arañas y las hormigas*, p. 154 (sublinhado nosso).

51 Cfr. J. W. N. Watwins (1990), *Ciencia e cepticismo*, p. 39. Estamos também a pensar nos problemas levantados pela publicação colectiva *Les pouvoirs de la science. Un siècle de prise de conscience*, Paris, J. Vrin, 1987. Veja-se ainda Paul Scheurer (1979), *Révolutions de la science et permanence du réel*, p. 117-136.

52 Cfr. Xavier Polanco (1990), *Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques [...]*; Bruno Latour, Xavier Polanco (1990), *A propos de l'histoire sociale des sciences: quelques remarques, le modèle de la rosace [...]*.

diversos núcleos de personalidades ligadas à ciência e / ou à técnica, que pausada e ritmadamente foram conduzindo as suas carreiras profissionais e intelectuais <sup>53</sup>. E muitos mantiveram-se no esquecimento da memória nacional ou dos anais da historiografia...

Um conjunto de saberes que são produzidos, e difundidos, com base no relativismo da sua temporal validade e assente na permissa do cepticismo de que a perfectibilidade, e o progresso, são características efémeras, próprias do devir histórico <sup>54</sup>.

Mas, os caminhos epistemológicos da História da Cultura ainda lançaram novas pistas: ao acto de criar e inovar (no que estes têm de contextualização e adequação histórica) sucedia sempre a difusão, a divulgação e a popularização da cultura científica e de uma cultura técnica. Consciencializava-se, assim, a existência de um círculo de opinião pública sensibilizada para o saber (e o poder) da ciência.

Nascia um círculo de potenciais consumidores culturais dos inventos técnicos e das observações e novidades científicas, no que eles comportavam de pragmático e utilitário, com evidentes sinais de fruição material <sup>55</sup>. Afinal um público atento à leitura de feição científica e técnica que permitia ampliar, e multiplicar, os circuitos culturais, e comerciais, do fenómeno Ler...

---

<sup>53</sup> Cfr. José Sala Catalá (1990), *La communauté scientifique espagnole au XIX, et ses relations avec la France et l'Amérique latine [...]*; Juan José Saldaña (1990), *La formation des communautés scientifiques au Mexique (du XVI au XX siècle) [...]*; Xavier Polanco (1990), *Les modes de développement de la science française (de 1666 à nos jours)[...]*.

<sup>54</sup> Tom Sorell (1993), *La cultura científica, mito y realidad*.

<sup>55</sup> Cfr. Martha Féher (1990), *Acerca del papel asignado al público por los filósofos de la ciencia*, p. 435-440.

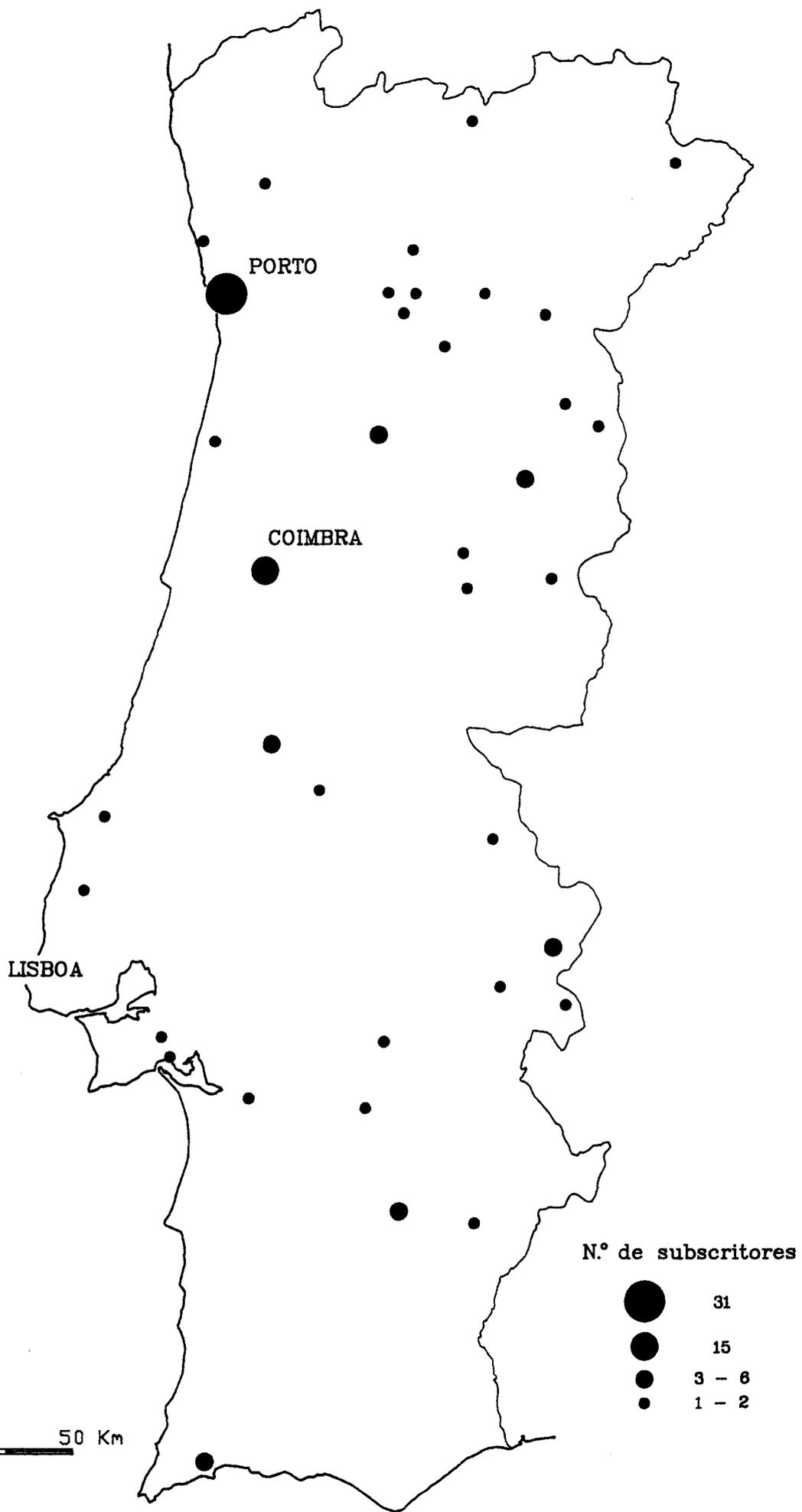
Hoje, o consumo da cultura científica está de tal modo interiorizada na nossa sociedade, que os colóquios e os encontros se sucedem, apelando à reflexão, dinamizando o contacto de diversificados pontos de vista <sup>56</sup>, pulverizando os veículos culturais deste final de século XX com palestras, exposições temáticas, animadas por robots, mesas redondas, entrevistas, prémios... e onde a ficção tem a espectacular capacidade de dar viva voz à imaginação científica. Pensamos que é neste turbilhão de factos culturais e científicos que se insere, por exemplo, o *Manifesto da Ciência em Portugal*, recentemente publicado entre nós <sup>57</sup>!

---

<sup>56</sup> Cfr. Fernando Gil (1990), *A inteligibilidade como problema [...]*; Edmunch Leach (1992), *Universais culturais e singularidade das culturas [...]*.

<sup>57</sup> Veja-se José Mariano Gago (1990), *Manifesto para a ciência em Portugal. Ensaio*, Capítulo 5 - "Resolver o passado científico", p. 62-65.

Fig. 1 - Repartição espacial dos subscritores do *Jornal Encyclopedico*. 1789.

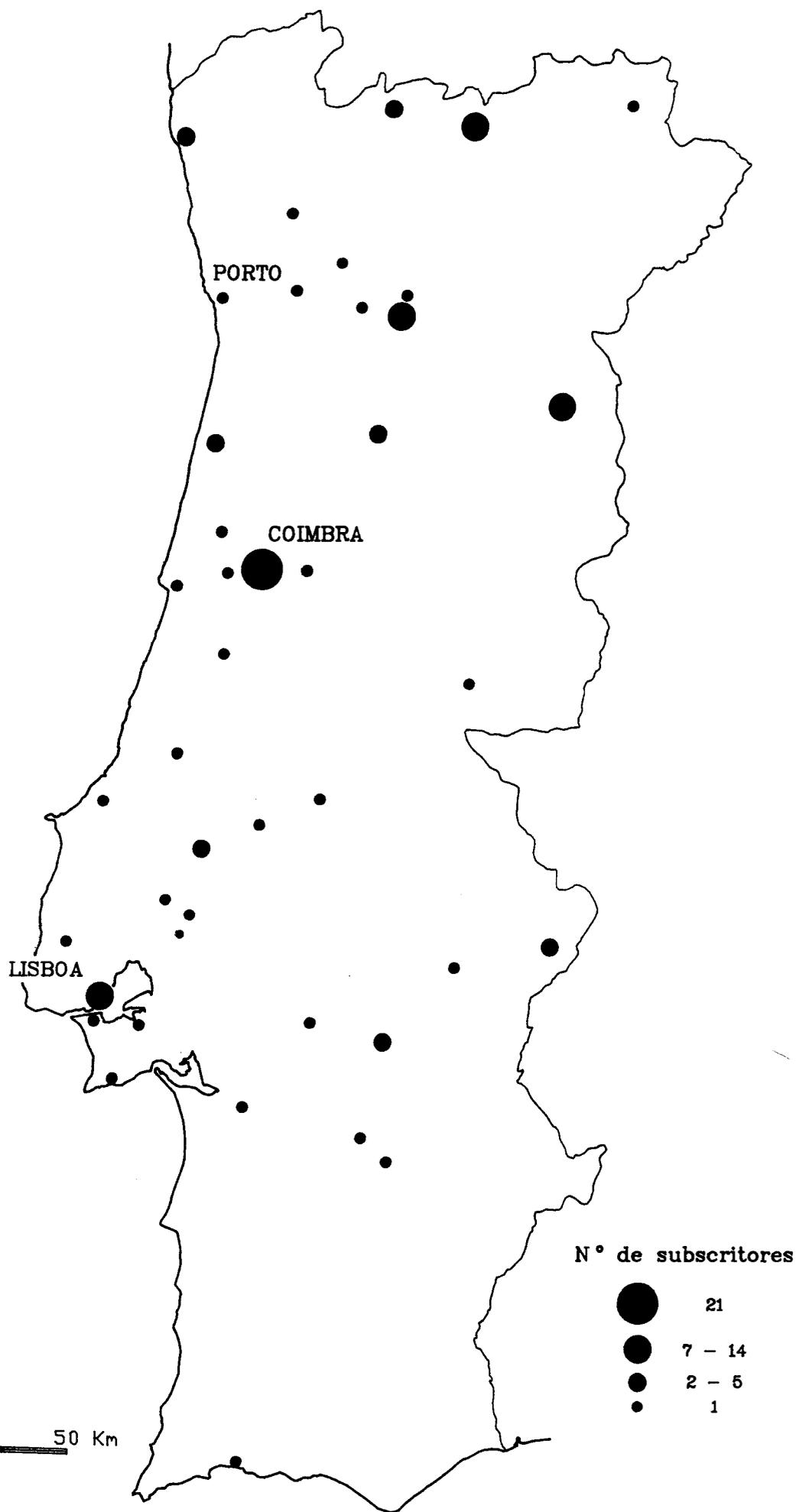


**Nota explicativa da Fig. 1 :**

**Não foram cartografados os subscritores cujo local de origem se localizava fora de Portugal continental. Excluimos igualmente os de Olivença. O maior quantitativo de subscritores - 334 - não apresentava indicação de localidade; porém os nomes indicados e os títulos aristocratas ou a designação de cargos públicos desempenhados fazem-nos pensar que se tratavam de possíveis leitores de Lisboa.**

**Fonte - *Jornal Encyclopedico*, ano 1789.**

Fig. 2 - Repartição espacial dos subscritores do *Jornal de Coimbra* em 1813

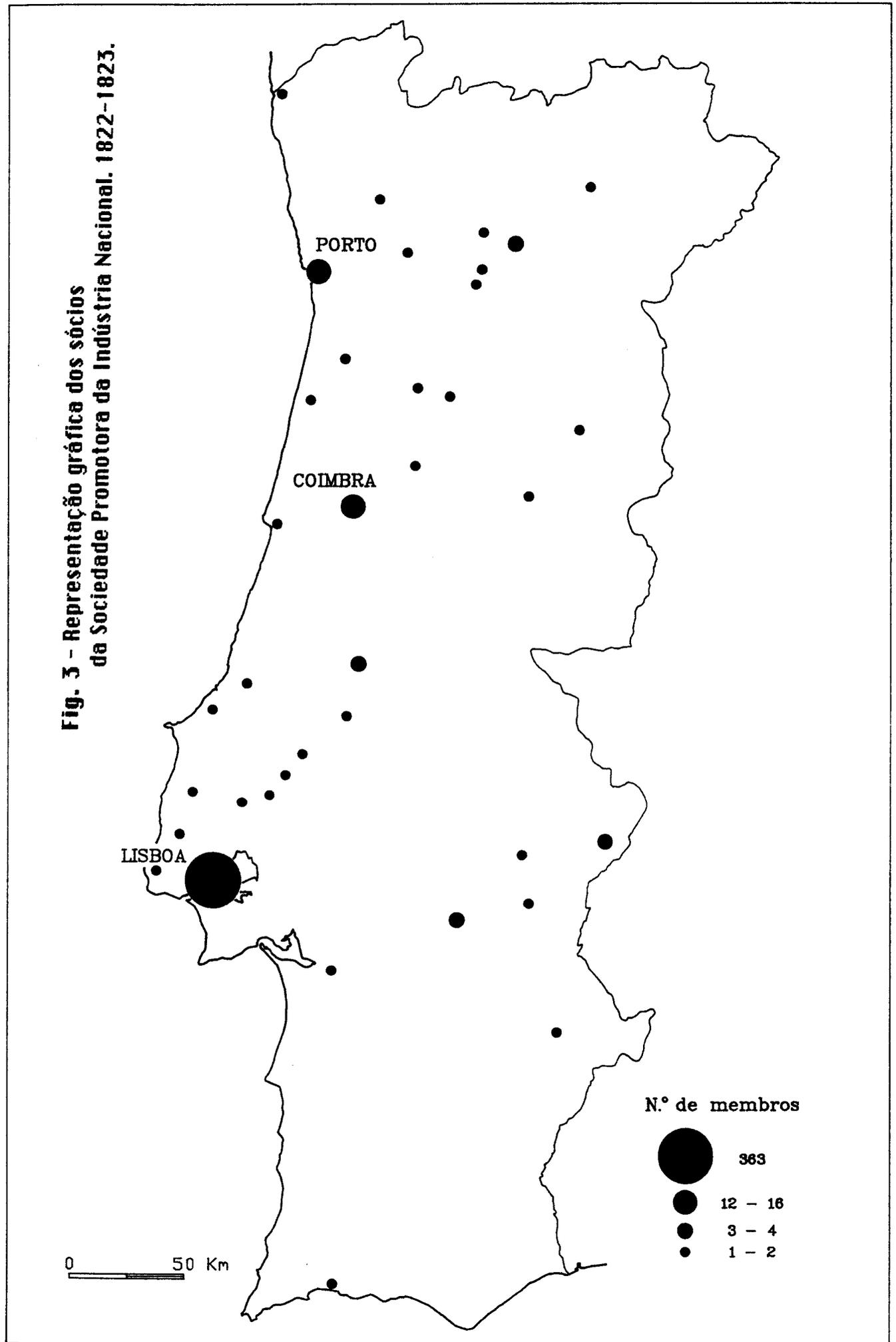


**Nota explicativa da Fig. 2 :**

**Apenas foram cartografados os subscritores de Portugal continental, tendo sido excluídos dois da Baía, um de Pernambuco, dezoito do Rio de Janeiro, dois de S. Paulo e um de Londres. Também não se encontram representados os trinta e quatro subscritores que não apresentavam local de residência.**

**Fonte utilizada - *Jornal de Coimbra*, 1813.**

Fig. 3 - Representação gráfica dos sócios da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. 1822-1823.

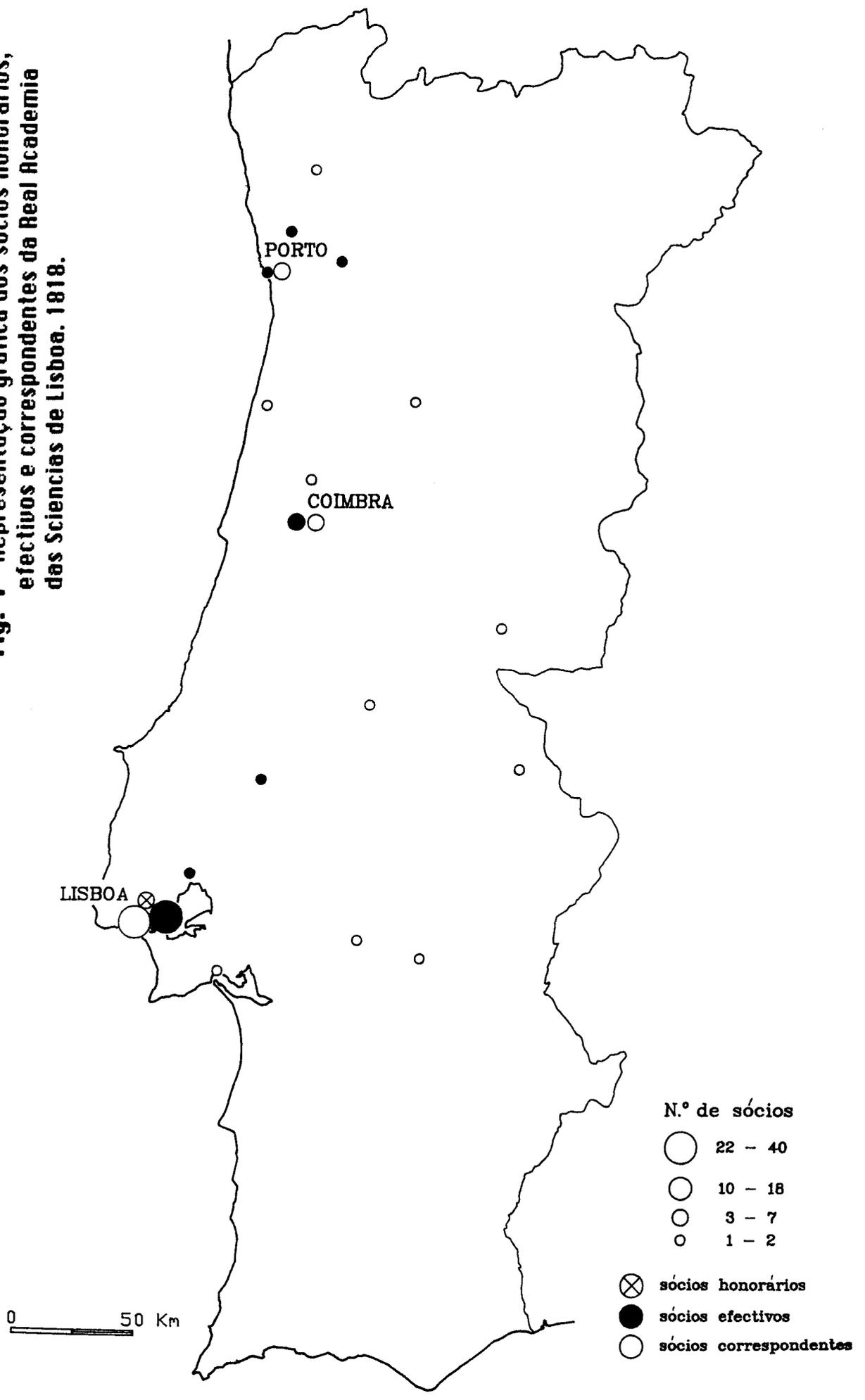


**Nota explicativa da Fig. 3:**

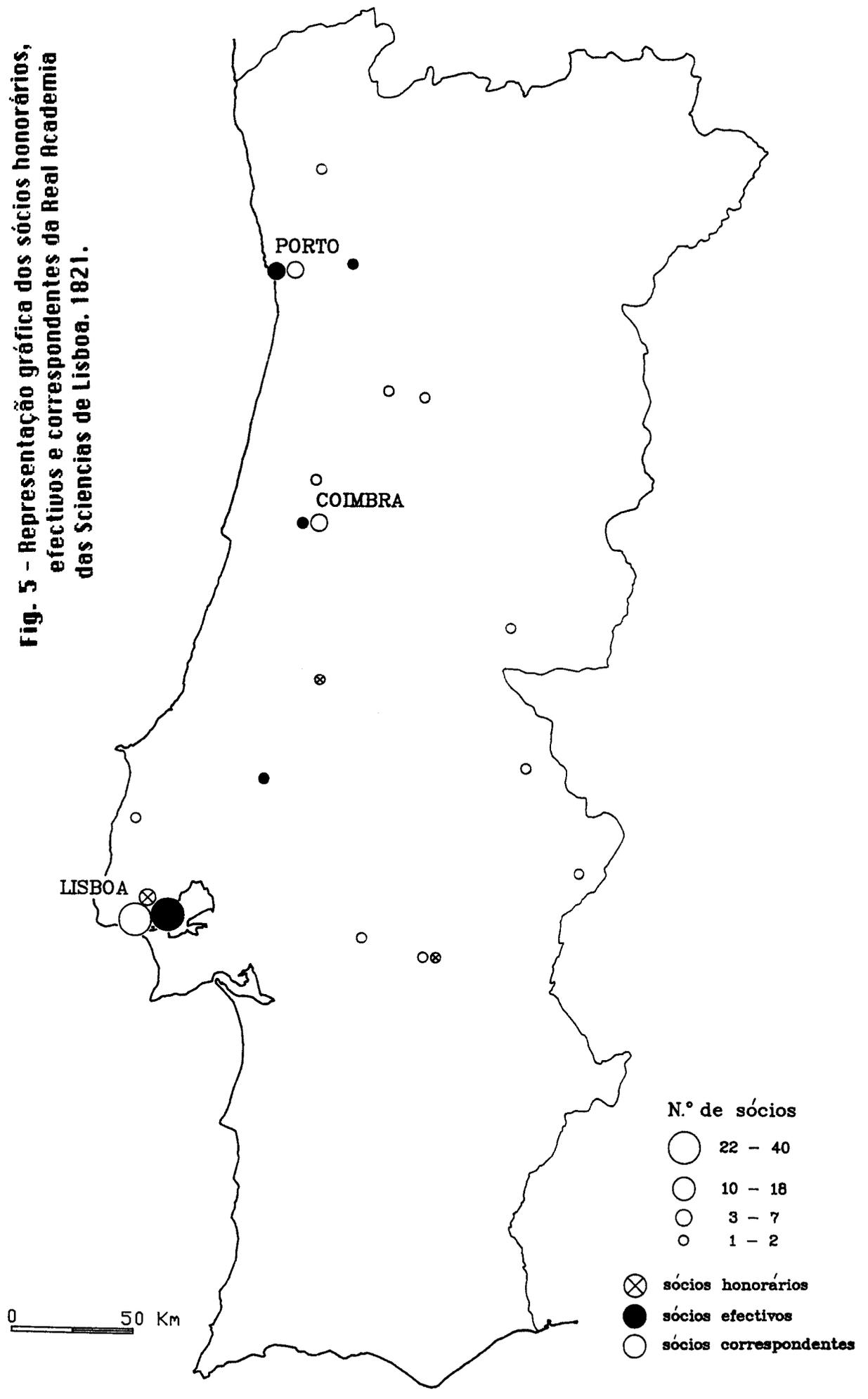
**Apenas foram cartografados os sócios de Portugal continental; não se encontram representados na imagem gráfica um da Baía, um do Rio de Janeiro, um de Cabo Verde, um do Funchal, um de S. Miguel, um de Liverpool, um de Londres, um de Roma.**

**Fonte: *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, 1822-1823.**

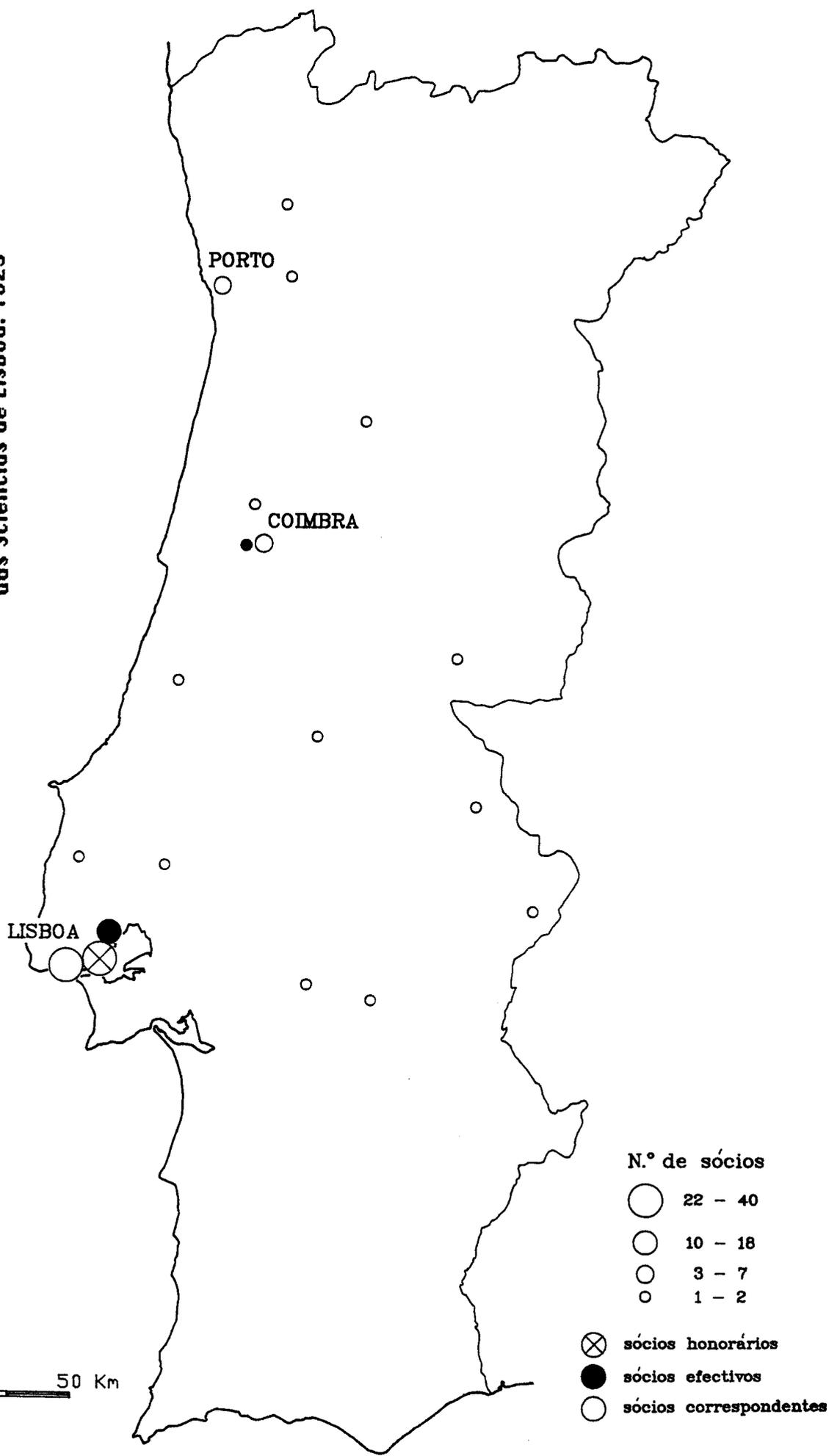
**Fig. 4 - Representação gráfica dos sócios honorários, efectivos e correspondentes da Real Academia das Sciencias de Lisboa. 1818.**



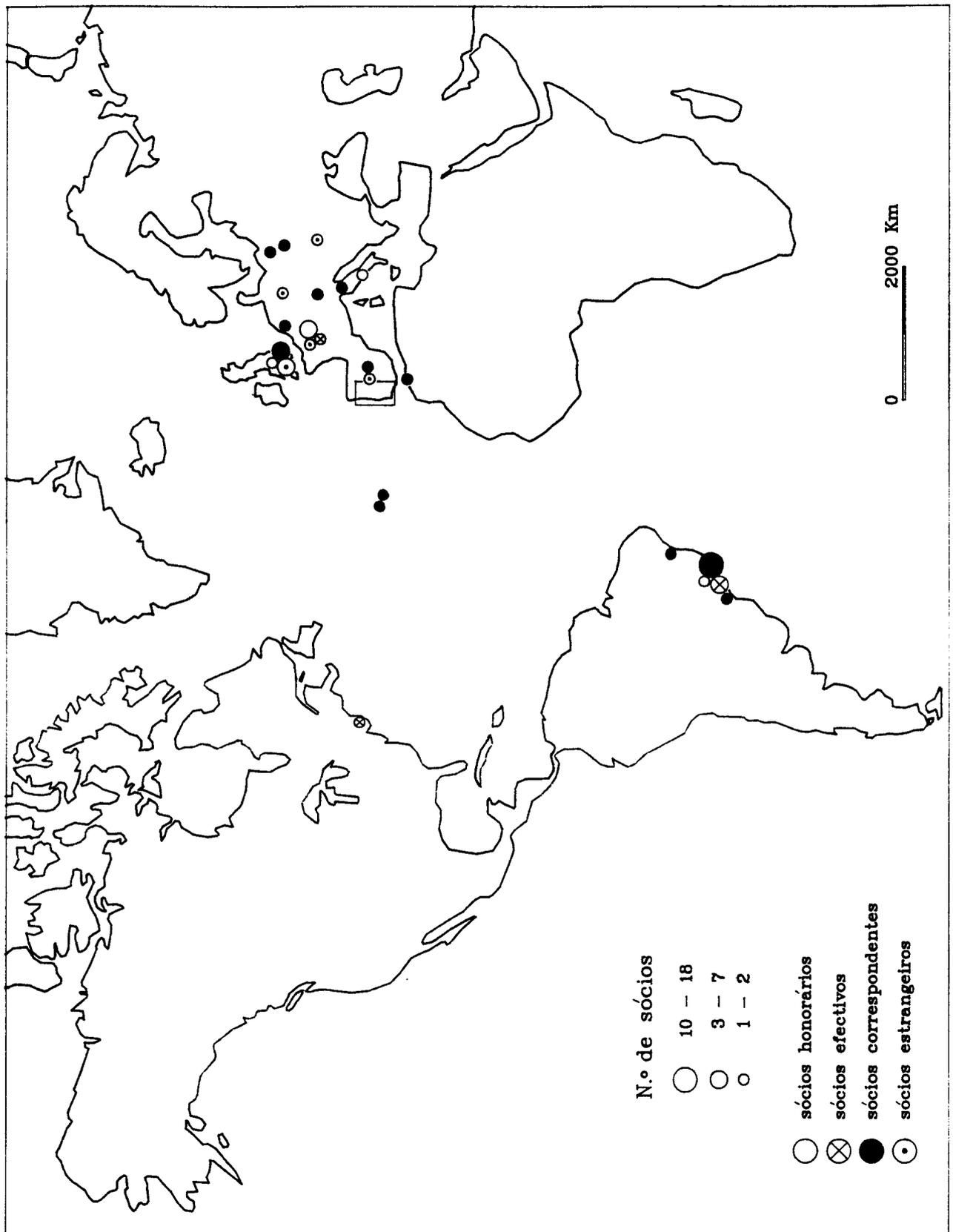
**Fig. 5 - Representação gráfica dos sócios honorários, efectivos e correspondentes da Real Academia das Sciencias de Lisboa. 1821.**



**Fig. 6 - Representação gráfica dos sócios honorários, efectivos e correspondentes da Real Academia das Sciencias de Lisboa. 1825**

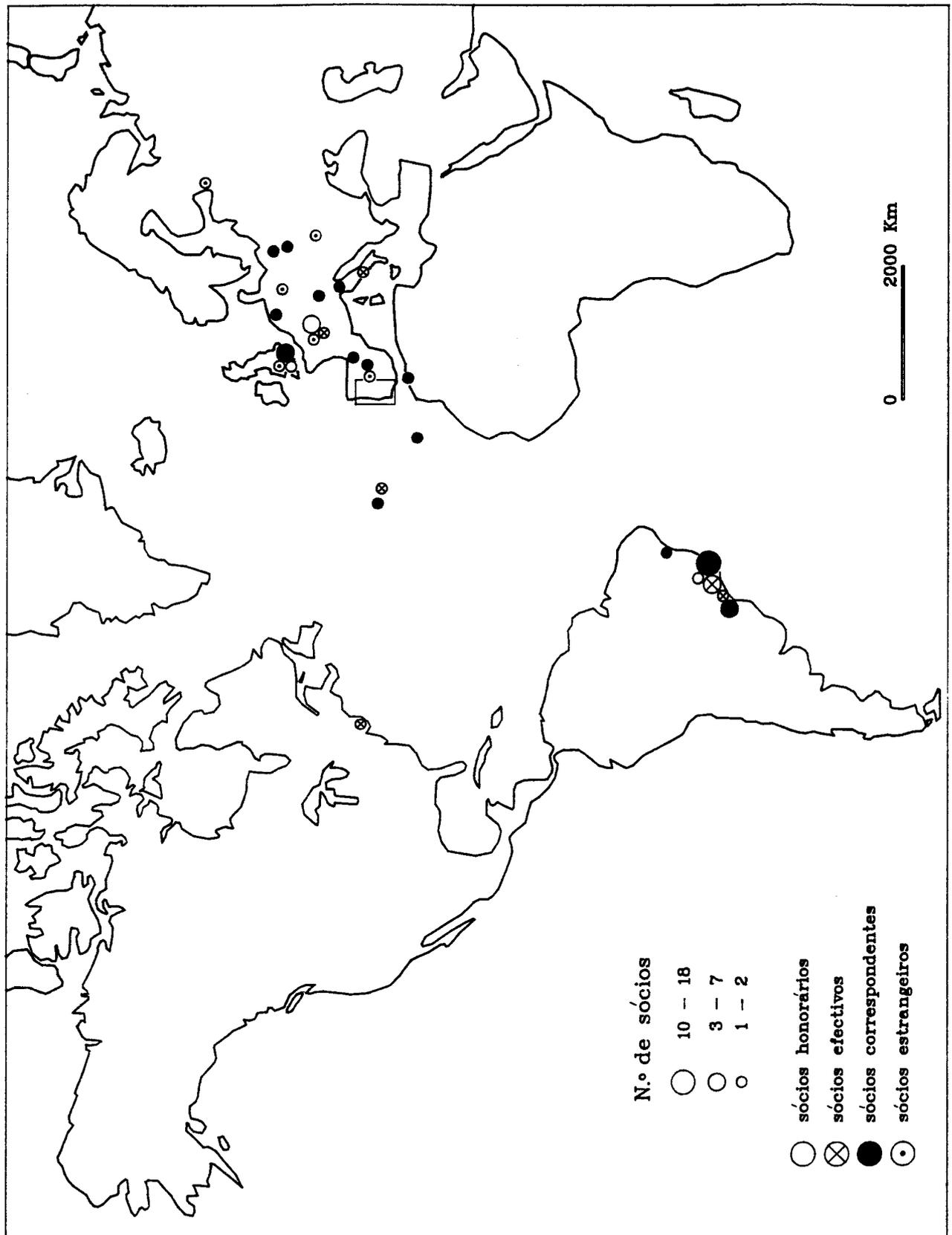


**Fig. 7 - Sócios honorários, efectivos, correspondentes e estrangeiros da Real Academia das Sciencias de Lisboa, espalhados pelo Mundo. 1818.**

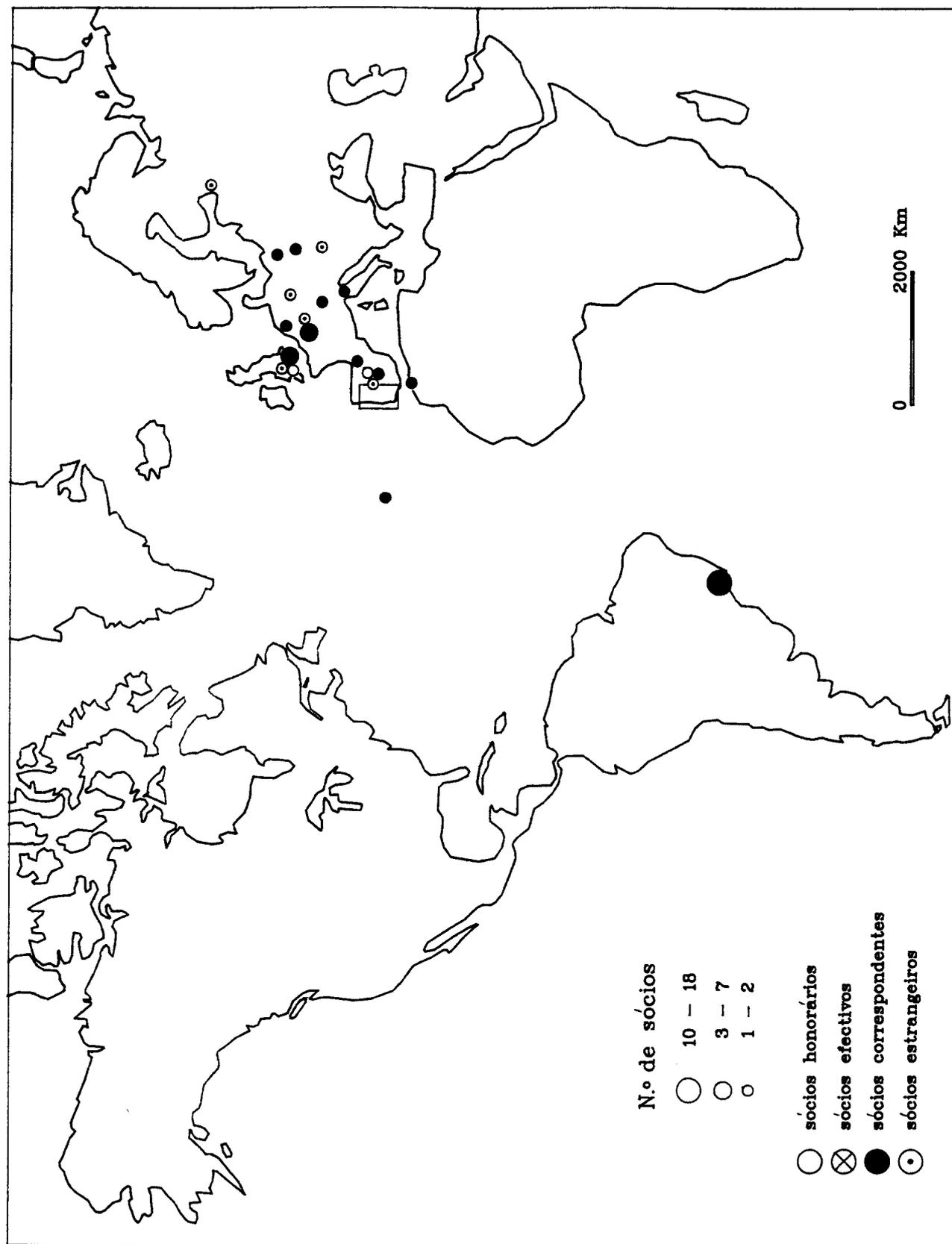


**nota:** a alteração dos símbolos da categoria de sócios deve-se apenas a razões de representação cartográfica.

**Fig. 8 - Sócios honorários, efectivos, correspondentes e estrangeiros da Real Academia das Ciências de Lisboa, espalhados pelo Mundo. 1821**



**Fig. 9 - Sócios honorários, efectivos, correspondentes e estrangeiros da Real Academia das Ciências de Lisboa, espalhados pelo Mundo. 1825**



## II

### Os Periódicos Científicos e Instrutivos das Luzes e do Liberalismo

Numa primeira periodização dos jornais científicos (1772-1834) pretendemos discernir uma possível esfera da acção dos periódicos e dos seus protagonistas, no contexto cultural e político do final de setecentos em sintonia com a sociedade oitocentista. Títulos, autores, círculos de influência que nos levaram a poder perceber diferentes grupos culturais e científicos.

Os periódicos de divulgação de conhecimentos científicos inserem-se numa dinâmica mais vasta: a crescente influência das Luzes na opinião pública, traduzidas em utilitárias propostas técnicas e científicas. Correntes de opinião que se foram demarcando e afirmando na sociedade portuguesa.

Os animadores destes periódicos estão, cultural e mentalmente, inseridos numa «nova forma mentis» que se vinha perfilando no horizonte português desde setecentos. Atinge o seu cume com a acção política de Pombal, as reformas do ensino e as enxertias de personalidades italianas em Portugal, porta-vozes das Luzes Católicas.

Temos de entender a periodização proposta, para a apresentação dos jornais científicos, inserida no contexto cultural, e não apenas como um itinerário cronológico da sucessão de títulos. Não podemos ficar presos às fatias temporais habitualmente propostas pela histórias da imprensa portuguesa <sup>1</sup>.

Ao desdobrarmos os jornais científicos em várias etapas, tivémos como objectivo fundamental ver neles reflexos da cultura e do tempo em que foram produzidos estes veículos culturais. Foram eles os animadores dos meandros da leitura da Ciência, num período muito alargado, da institucionalização das Luzes ao final das lutas e batalhas, militares e ideológicas, do liberalismo português.

---

<sup>1</sup> José Tengarrinha intercala a sucessão de etapas cronológicas, desde as «Gazetas da Restauração», com a caracterização temática do itinerário proposto à qual vai analisando o significado da jornalística em Portugal no século XIX, (cfr.[1989] *História impresa periódica...*) Quando atentamos nos Catálogos das Bibliotecas Pública e Municipal do Porto e da Geral da Universidade de Coimbra verificamos que o critério usado nestes dois indispensáveis instrumentos de trabalho é o desfiar dos títulos, com referências bibliográficas e topográficas completas, seguindo a ordem alfabética (Coimbra, [1983] e Porto [1985]). Quando olhamos para os instrumentos de trabalho do século passado, seja Silvestre Ribeiro, seja Inocêncio da Silva ou Silva Pereira o critério utilizado é muito semelhante. A divisão política e de sucessão de reinados do liberalismo junta-se a ordem alfabética dos títulos apresentados.

## "O despertar dos mágicos": 1772-1834

### CAPITULO 1      Academias, Literatura e Ciência no Portugal de setecentos

Entrar nos domínios das vivências das Luzes e do cosmopolitismo científico de setecentos implica que, sob o ponto de vista da história das ideias, se parta em busca de referentes significativos para encontrar as raízes desta criação cultural <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Evangelina Rodríguez ao estudar uma Academia Literária de Valencia, no dealbar do século XVIII, preocupou-se em discernir, nesse possível espaço público, o terreno propício para se desenvolver, com rapidez, o modelo do conhecimento naturalista e enciclopedista. "Los emblemas, como la literatura de erudición, como las sylvas y theatros, están gestionando los grandes borradores enciclopédicos del Barroco, fraguados progresivamente a través de tres grandes topoi, de tres metáforas. Una de ellas es la idea de la cultura como una incessante renovación, como una cadena de transmisión del pasado al presente, un curso fluvial creciente que autores como Juan Bermudo en su Libro primero de la declaración de Instrumentos afirma que «las ciencias son de tal condición, que cuanto más se comunicam más se aumentan y manan a manera de fuente». La segunda es el renacido culto a la antigüedad como valor cultural de prestigio y como el gran soporte del conocimiento construido in antiquariorum bibliothecis. La tercera, en fim, es la atracción hacia todo lo extraño, admirable o simplemente inusitado. Es decir, volvemos de nuevo al gabinete de

Entre o formalismo da cultura do Barroco e as animadas sessões das Academias Literárias e da Real Academia de História, um conjunto de ideias, inovadoras, revolucionárias algumas, foram criando possíveis espaços de circulação. A institucionalização das reformas do ensino universitário durante o consulado pombalino, ou o aparecimento da Real Academia das Ciências de Lisboa não podem ser entendidas como fenómenos de geração espontânea ou de uma simples imposição dirigista e racional do Estado absolutista das Luzes, ou dos seus mecanismos culturais de poder <sup>2</sup>.

---

curiosidades, a las disertaciones de los académicos valencianos en alabanza «de las cosas pequeñas» y al blindaje de las citas y menciones de Aristoteles a Jenofonte, de las que renegaba Cervantes". Evangelina Rodriguez (1993), *Del saber cenacular a la Ilustración [...]*, p. 45. Cfr. ainda A. Rupert Hall (1972), *Science, technology and Utopia in the seventeenth century [...]*; Lawrence Stone (1979), *The revival of narrative: reflections on a new old history [...]* e Jürgen Habermas (1986), *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, capítulo VI "Evolution des fonctions politiques de la spère publique" , p. 189-204.

<sup>2</sup> Cfr. Luis Miguel Enciso Recio (1990), *Las Sociedades Económicas y el reformismo borbónico en el siglo XVIII [...]*; (1990), *La Ilustración en España [...]*; José Luis Peset (1990), *Ciencia y política en la Ilustración española [...]*; Francisco Aguilar Piñal (1990), *La educación al servicio del progreso en el siglo XVIII [...]*; María del Carmen Iglesias (1989), *Educación y pensamiento ilustrado*; Mariano Peset/José Luis Peset (1989), *Política y saberes en la universidad ilustrada*; Richard Herr (1989), *Carlos III: el rey, el pueblo, el futuro*.

O diálogo existente entre Portugal e a Cultura Europeia <sup>3</sup> no dealbar de setecentos permite-nos entrar em contacto com os primeiros influxos de uma cultura científica. E perceber algumas das querelas entre Antigos e Modernos <sup>4</sup>, manifestadas pela produção da cultura barroca <sup>5</sup>. A criação

---

<sup>3</sup> A elaboração destas marcas introdutórias de variadas notas de leitura, foram maioritariamente subsidiárias das sempre renovadas leituras de descoberta do texto do Prof. Silva Dias (1953), *Portugal e a Cultura Europeia*. Nas suas páginas captámos informação, tomámos contacto com sistemas de pensamento e de conhecimento que seguiam em paralelo, e de quando em vez, se cruzavam e chocavam. Estamos seguros que outras leituras que se venham a fazer terão sempre um carácter de novidade, de uma admirável descoberta de algum ângulo da «forma mentis» portuguesa do final do século XVII e do século XVIII.

<sup>4</sup> Cfr. J. A. Maravall (1966), *Antiguos y Modernos. La idea de progreso en el desarrollo inicial de una sociedad*, especialmente o capítulo II - "Aspectos de la preferencia por lo nuevo", p. 47-90 ; (1991), *Estudios de la historia del pensamiento español s. XVIII* - "El primer siglo XVIII y la obra de Feijoo", p. 315-350 - atente-se no seguinte: "La Ilustración, en sus bases filosóficas, o más ampliamente ideológicas, no fue un cuerpo doctrinal que se elaborase y se tratara de fijar sistemáticamente. No es, ni un sistema, ni una serie de sistemas que se pueden exponer y proponer sucesivamente. Al observarlo así, tiene razón Cassirer sosteniendo que nos es una filosofía, sino el uso que se hace de una filosofía - y ampliaremos esto hasta decir: el uso que se hace del pensamiento, su papel en la construcción del conjunto de los saberes y, fundamentalmente, la misión que se le asigna de conformar la vida". *Idem, ibidem*, p. 315.

<sup>5</sup> Cfr. José Antonio Maravall (1986), *La cultura del Barroco. Análises de una estructura histórica* - "El Barroco, como época de contrastes interesantes y quizá tantas veces de mal gusto (individualismo y tradicionalismo, autoridad inquisitiva y sacudidas de libertad, mística y sensualismo, teología y superstición, guerra y comercio, geometría y caprichos), nos es resultado de influencias multiseculares sobre un país cuyo carácter configuran, ni tampoco, claro está, de influencias que de un país dotado supuestamente con tales caracteres irradiasen sobre los demás com quienes se relacionó. No son razones de influencia o de carácter, sino de situación histórica, las que hicieron surgir la cultura barroca. Participan en esa cultura, por conseguinte, cuantos se hallan en conexión con tal situación, aunque en cada caso sea según la posición del grupo en

literária por parte de intelectuais e pensadores da condição humana, num Universo físico e metafísico, comportava importantes facetas da visão do mundo, <sup>6</sup>.

### 1.1. A Academia de História e o círculo do Conde de Ericeira

Norberto da Cunha, ao propor uma leitura da Academia de História sob o signo da desdivinização do mundo histórico, introduz uma perspectiva inovadora nos círculos historiográficos inerentes à instituição criada em 1720, sob os incentivos do Senhor D. João V <sup>7</sup>.

---

question" (*Idem, ibidem*, p. 46). Cfr. ainda Blas Matomoro (1990), *Una lógica del Barroco [...]*; e María Carmen Iglesias (1990), *José Antonio Maravall y el siglo XVIII español [...]*.

<sup>6</sup> Cfr. M. Morange (1988), *Histoire des Sciences naturelles : les éloges de Condorcet. Condorcet et les naturalistes de son temps [...]* e Marc Baldó (1986), *La Universitat de València*, Capítulo IV - "Novators i Illustrats, 1680-1808", p. 77-83. Cfr. ainda E. Duboi (1986), *The exchange of ideas between England and France as reflected in learned journals of the late seventeenth and early eighteenth century [...]* e Olivier Lutaud (1990), *Emprunts de la Révolution Française à la première révolution anglaise [...]*.

<sup>7</sup> Cfr. Norberto Cunha (1991), *A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa [...]*. Numa outra perspectiva historiográfica a Academia de História é vista sob outro ângulo: "Vemos, pois, a historiografia do tempo elevar a grandeza da Coroa, de modo a que o labor documental se tornasse uma forma laudatória do monarca que inspirava tão alto ambiente do espírito". Joaquim Veríssimo Serrão (1974), *A historiografia portuguesa* - vol. III, p. 53. Esta brevíssima ingerência pela Academia de História deve-se tão somente à preocupação de encontrar registos de enquadramento para as alterações culturais dinamizadas a partir do projecto e da teoria política de Pombal.

A ilustre personagem, D. Francisco Xavier de Menezes <sup>8</sup> incentivou formação de um cenáculo literário, e de assembleias de criação estética. Delas nasceu a Academia de História, como uma assembleia onde se fizessem sentir os novos protagonismos filosóficos e científicos, que por essa época povoavam, igualmente, as demais Academias ou Assembleias Literárias da Europa <sup>9</sup>.

É necessário ter em conta que a figura do conde de Ericeira funcionou como o centro nevrálgico de uma alargada actividade intelectual, e o ponto de encontro de uma geração de homens ilustres e ilustrados denominados «estrangeirados». Gente que procurava equacionar a segunda escolástica vigente com as réplicas do cartesianismo, o modelo experimentalista

---

<sup>8</sup> "Eu creio que o prestígio de D. Francisco Xavier de Menezes se alicerçou em algo mais do que na sua vasta erudição: na liderança e protecção das actividades académicas, promovendo-as ou estimulando-as, contribuindo para as converter em instituições de sociabilidade, de cosmopolitismo cultural e aperfeiçoamento da linguagem [...] Se as instituições académicas seiscentistas começaram por ser instituições que salvaguardaram e reproduziram as belas-lettras e a filosofia natural predominantes, a sociabilidade e estrangeiramento de vários dos seus membros introduziram-lhes dissonâncias ideológicas que as tornaram um dos poucos estímulos de actuação cultural, entre nós, no século XVIII. Ora o papel do 4º Conde de Ericeira nesse esforço de actualização cultural não foi dispiciendo". Norberto A. F. G. da Cunha (1986), *A ilustração científica de D. Francisco Xavier de Menezes 4º conde de Ericeira (I) [...]*, p. 172. Cfr. ainda Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro (1963), No alvorecer do «Iluminismo» em Portugal [...]. Ainda sobre o papel do homem literato no século XVIII veja-se Joaquín Alvarez Barrientos (1989), *El hombre de letras en el siglo XVIII [...]*.

<sup>9</sup> Cfr. Josep Lluís Canet (1993), *Estructura del saber y estructura del poder : organización y funciones de la Academia de los Nocturnos de Valencia [...]*; Josep Lluís Sirera (1993), *El universo cultural de la Valencia de la Academia de los Nocturnos [...]*; Pedro Alvarez de Miranda (1993), *Las Academias de los Novatores [...]*.

baconiano com os primeiros sinais da Filosofia Natural de Isaac Newton. Jansenistas seguidores de Port-Royal, Oratorianos e percursores do regalismo político encontravam-se situados numa mesma dimensão temporal da história da cultura portuguesa <sup>10</sup>. Era uma geração situada na charneira das grandes reformas que as vivências portuguesas do terceiro quartel do século XVIII estavam em condições de proporcionar e de impôr.

A Academia Real da História Portuguesa (1720) pelo número de membros e pelo relevo e prestígio cultural adquiriu um estatuto relevante. Pode contribuir para uma nova formulação do pensamento filosófico no conjunto dos académicos possibilitando que os seus percursos intelectuais individuais fossem influenciados pelas matizes dos novos ventos europeus .

As contradições (sobretudo aos olhos do racionalismo do século XIX e XX...) estavam inevitavelmente presentes, mas elas constituíam um poderoso detonador de ideias e de possíveis aberturas de modernidade, por detrás de

---

<sup>10</sup> Sigamos as propostas de Ofélia Milheiro C .P. Monteiro - "Merecedor é, aliás, D. Francisco Xavier de Meneses de uma análise atenta por parte do estudioso da cultura portuguesa. Se, literariamente, não estamos perante um Autor cujas obras suscitem interesse estético [...] estamos, contudo, perante uma curiosa personalidade que adquire particular relevo quando colocada numa perspectiva cultural que se torna a nossos olhos tanto mais interesse quanto nos transporta a uma complexa encruzilhada, onde se encontram linhas culturais seiscentistas ao lado de outras, renovadoras, que determinarão, na segunda metade do século XVIII, a crise « moderna » portuguesa. O seu nome não pode ser esquecido, ao lado dos de Bluteau, Frei Lucas de Santa Catarina, Azevedo Fortes, Jacob Castro Sarmiento, etc., como um dos que, imbuídos embora, e por uma forma muito entranhada, da « maneira » seiscentista, foram reais pioneiros da revolução ideológica que testemunham já claramente um Marquês de Pombal (mais novo vinte e seis anos do que o Conde da Ericeia) ou um Verney (quarenta anos mais novo que o mesmo fidalgo". (1963) *No alvorecer do Iluminismo em Portugal [...]*, p. 6-7.

um verniz complexo de artefactos estéticos de características acentuadamente barrocas.

E, sobre este assunto, não resistimos a deixar aqui registadas as palavras conclusivas, claras e inovadoras, do responsável pela descoberta da modernidade de um projecto no dealbar de setecentos:

"Por tudo o que acabamos de dizer, creio que podemos concluir que os paradigmas científico-filosóficos dos académicos, embora reflectindo-se nas suas concepções historiográficas, não tiveram nelas uma influência estrutural nem sequer uma influência isenta de contradições. Tiveram, no entanto, uma influência colateral de inequívoca modernidade, ao subordinarem a autoridade da tradição (por muito respeitável que fosse) ao critério de uma razão condicionada pelos <<dados>> documentais, ao defenderem que a autenticidade destes não dependia de uma qualquer autoridade mas apenas da observação sistemática e comparada, e que a verdade era a fonte da moralidade e não o inverso. Por isso, uma nova lógica da História surge nestes historiógrafos" <sup>11</sup> .

Numa outra vertente, as Academias Literárias do século XVIII português proporcionaram a existência de um forte fenómeno de

---

<sup>11</sup> Norberto Cunha (1991), *A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa [...]*, p. 265. Cfr. ainda Jacques Marcadé (1980), *Le Jansénisme au Portugal. Notes d'approche [...]* e Norberto A. F. G. da Cunha (1988-89), *A ilustração científica de D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde de Ericeira (1721-1743) II [...]* em que se tratam pormenorizadamente das aproximações de D. Francisco Xavier de Meneses e o pensamento e a figura de Newton .

sociabilidade literária <sup>12</sup>. Esta traduziu-se em debates literários, na apresentação de rebuscadas formas estéticas de poesia ou peças de retórica. O formalismo barroco implicava regras a cumprir <sup>13</sup>. Mas a imaginação e o cosmopolitismo literário possibilitavam o tratamento de novos conteúdos, de novos temas, nos quais a componente naturalista da Ciência newtoniana fazia as suas primeiras experiências de divulgação <sup>14</sup>. Os cenáculos literários localizados em Lisboa, ou em cidades de província, possibilitaram uma gradual e progressiva aproximação do mundo natural <sup>15</sup>.

No funcionamento interno e na produção externa dos intervenientes deste movimento de imitação da moda das Academias europeias sente-se o despontar de alguns sinais de heterodoxia filosófica e científica, assim

---

<sup>12</sup> A Academia dos Ilustrados (1716), a dos Anónimos (1718), a Problemática (1721), a Vimaranesense (1721), a dos Aplicados (1723), a dos Unidos de Torre de Moncorvo (1731), a dos Escolhidos (1743), a dos Ocultos (1745), a Arcádia Lusitana (1757) e já no final do século a Nova Arcádia (1790). Cfr. João Palma Ferreira (1982), *Academias Literárias [...]*, p. 45-101.

<sup>13</sup> Cfr. José Antonio Maravall (1986), *La cultura del barroco* - terceira parte "Elementos de una cosmovisión barroca", p. 307-418.

<sup>14</sup> "Saldou-se em pouco mais [reuniões no palácio dos Condes de Ericeira] que aberturas de informação e acenos de juízos, no campo filosófico, o labor dos académicos ericeirenses. Não desencadeou ainda a contestação do barroco, nem sequer sob a forma lavrada de militância nas fileiras do pensamento europeu de vanguarda. Trouxe, no entanto, ao de cima da cultura nacional inconformismos doutrinais e anseios de renovação que sugeriam o envelhecimento da escolástica. E foi já algo de significativo em relação à «forma mentis» preexistente. Constituiu um primeiro passo para fora dos parâmetros filosóficos e científicos que delimitaram a «inteligencia» humana". J. S. da Silva Dias (1972), *O ecletismo em Portugal no século XVIII. Génese e destino de uma atitude filosófica [...]*, p. 6.

<sup>15</sup> Cfr. José Antonio Maravall (1991), *Estudios de la historia del pensamiento español s. XVIII*, "El concepto de naturaleza en el siglo XVIII", p. 537-550.

como prenúncios de uma inovação de feição ilustrada, mas, ainda distanciada dos primados do racionalismo formal.

Vivia-se o tempo de novas leituras da escolástica, de criar alternativas aos peripatéticos. Nessas actualizações jogaram fortemente as discussões proporcionadas pelas Academias Literárias. E, juntamente com estas novidades, as actualizações trazidas pelos estrangeirados de renome - Verney, Ribeiro Sanches, Cavaleiro de Oliveira, pelo magistério do Oratório, ou pelos percursos de aproveitamento e instrumentalização política do jansenismo, no qual se viria a desenvolver a corrente regalista do poder político.

Ao produzir leitura barroca, as Academias setecentistas estavam a contribuir para o alargamento temático dos domínios do conhecimento; para o início da derrocada do barroco como forma de paradigma cultural institucionalizado, ou seja, de uma cultura conotada com os sistemas filosóficos pré-newtonianos.

Algumas breves palavras sobre as Luzes joaninas e sobre as Luzes josefinas. Rupturas ou reformas, com significativas alterações qualitativas no modo de legitimar e exercer o fascínio do poder?

Juntando todos os elementos que as leituras historioráficas nos permitem é altura de deixar em aberto o espaço do período pombalino e os seus antecedentes. Nele vemos espelhados alguns sinais de heterodoxia. Evidências de traços de uma crise de consciência, explicitados nas alterações das correntes do sentimento religioso. Marcas também perceptíveis nos jardins experimentalistas dos oratorianos, que contrariavam os processos

pedagógicos do ensino dos jesuitas. Signos de um tempo cultural em mudança, marcas de uma sociedade culturalmente marcada pelo ecletismo lógico, e em progressiva contradição com o modelo pedagógico e científico institucionalizado <sup>16</sup>.

Pretendemos aqui detectar as raízes profundas, e o húmus necessário, para se entender a aceleração cultural da «forma mentis portuguesa», após o emblemático tremor de terra de 1755. A terra estremeceu, mas das ruínas ergueu-se um mundo que possibilitou criar a legalidade institucional, a quanto anteriormente apenas se anunciava e pronunciava em círculos literários. Círculos de sabor naturalista, colecionista, de carácter restricto, mas com alguma funcionalidade para fomentar círculos de opinião pública.

D. José e Sebastião José de Carvalho e Melo permitiram dar a legitimidade política à heterodoxia temática expressada pelo formalismo literário das luzes de fausto, de jogos de teatro, de representação do mundo joanino.

A linear e tradicional sucessão dinástica iria desempenhar um papel de grande relevo entre nós. No novo reinado afirmou-se um novo modelo cultural, que condicionou, e forjou, o devir da sociedade portuguesa nas décadas de setecentos e de oitocentos...

---

<sup>16</sup> Cfr. J. S. da Silva Dias (1972), *O ecletismo em Portugal [...]* e (1986), *Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal [...]*.

## 1. 2. A Cultura Científica ao Serviço do Estado das Luzes

A abertura institucionalizada à nova ciência racionalista e newtoniana foi protagonizada pela acção do Marquês de Pombal <sup>17</sup>.

Iremos começar pelos os efeitos da existência de um novo paradigma científico <sup>18</sup> em Portugal. Porém, temos de aqui lembrar que a Física newtoniana era já familiar à Congregação do Oratório e as observações sobre a Natureza estavam incluídas nos exercícios dos frades de S. Filipe Nery, assim como no ensino ministrado no Colégio dos Nobres <sup>19</sup>. E, estava-se

---

<sup>17</sup> "Em 1755, com a relativa prevalência da explicação científica do Terramoto de 1 de Novembro, sobre a explicação teológica e a explicação peripatético-escolástica, ruiu fragorosamente a antiga fronteira epistemológica e o respectivo obstáculo na pátria portuguesa. Este desmoronamento não foi posto em causa pela própria Inquisição ou, depois (1768), pela Real Mesa Censória. Teve decisivas confirmações na expulsão dos jesuitas e na secularização do ensino preparatório (1759). A reforma da Universidade (1772) foi a consagração da nova cultura europeia em Portugal. Nem a Viradeira o fez voltar atrás", J. S. Silva Dias, *Cultura e obstáculo epistemológico. Do Renascimento ao Iluminismo em Portugal* (1986), p. 49.

<sup>18</sup> Cfr. Thomas S. Khun (1962), *The structure of scientific revolution*, p. 10-19, onde são abordadas as noções de "comunidade científica", "paradigma científico" e "revolução científica" e do mesmo autor (1980) *Los paradigmas científicos [...]*, p. 79-100. Veja-se ainda Bernard Cohen (1983), *La revolución newtoniana y la transformación de las ideas científicas*, p. 58-70. Sobre questões de epistemologia e ideologia científica, como objectos da história da ciência veja-se Georges Canguilhem (1979) *Études d'histoire et philosophie des sciences*, p. 9-23 e (1977), *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*, p. 11-29 e p. 33-45.

<sup>19</sup> Cfr. J. S. da Silva Dias (1966), *A congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos primitivos*. Veja-se também Rómulo de Carvalho (1982), *A física experimental em Portugal no século XVIII*, p. 51-85; (1978) *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra* e (1959), *História da Fundação do Colégio dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*.

ainda num tempo cultural e político anterior às reformas de Sebastião José de Carvalho e Melo...

### **A reforma da Universidade de Coimbra**

O estado da questão sobre os vários significados da reforma universitária levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Mello é vasto, e multifacetado <sup>20</sup>. Aos nossos objectivos imediatos interessa-nos criar um esteio explicativo para enquadrar o aparecimento de folhas periódicas e jornalísticas que tinham como objectivo espalhar as Luzes, divulgar a Física de Newton, a História Natural de Buffon ou o sistema das plantas segundo a lição de Lineu...

O aparecimento em 1771 do *Compêndio Histórico*, encomendado a uma Comissão formada por intelectuais de feição racionalista, e de contactos fáceis com a cultura iluminista e enciclopedista <sup>21</sup>, despertou o interesse pelo mundo da Ciência.

---

<sup>20</sup> A bibliografia sobre a reforma da Universidade de Coimbra de 1772 teve grandiosos contributos científicos por ocasião das comemorações novecentistas do Centenário da morte do Marquês de Pombal e por altura dos oitocentos anos da Universidade Portuguesa, acontecimento que mereceu a realização de um Colóquio, em Coimbra, em 1990. Como peças bibliográficas englobantes e que remetem o leitor para diversas pistas de abordagem sobre este tema destacaremos as seguintes: Joaquim Ferreira Gomes (1972) *A reforma pombalina da Universidade* e (1982) *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Luís Reis Torgal / M<sup>a</sup> Rosário Azenha (1988), *Fontes para a História da Educação Portuguesa*, Luís Reis Torgal (1986), *Universidade, política, ciência e conflito de faculdades nos primórdios do liberalismo* e (1988), *Ilustración y educación en Portugal. Perspectivas Historicas*

<sup>21</sup> Pombal encarregara Frei Manuel do Cenáculo Vilasboas, José Seabra da Silva, João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, D. Francisco de Lemos Faria de elaborarem um

O panorama do ensino praticado na Universidade de Coimbra, apresentado em 1771 por essa mesma Comissão, é completamente confragedor, quer pelas enumerações feitas, quer pelos vincos de crueza e desdém utilizados na linguagem. Repare-se:

"[...] Não he necessario mais do que olhar para os incomparaveis homens, que produziram o Seculo passado, e o presente. Os nomes de Bacon, de Descartes, de Gassendo, de Galilei, de Basson, de Boile, de Pascal, de Neuton, de Torricelli, de Hallei, de Leibnitz, de Thomasio, de Wolfio e de outros muitos, serão sempre ouvidos com admiração. São estes Espiritos creadores, os que deram nova face ás Sciencias; que abriram hum espaçoso caminho para o interior da Natureza; que lançaram os intrumentos, e maquinas admiráveis; que fortemente combatêram a Filosofia Aristotelica; e deram occasião ao estabelecimento de tantas Academias, e Sociedades Literarias para o fim de se Cultivar e aperfeiçoar este util estudo" <sup>22</sup>.

---

relatório minucioso sobre os gravosos prejuizos que os escolásticos Jesuítas haviam produzido na cultura do País. Cfr. J. S. da Silva Dias (1982), *Pombalismo e teoria política*, pp. 86-102.

<sup>22</sup> *Compendio Historico [...] (1771)*, p. 335. Este Compendio é assinado pela "Junta de providencia Literaria em 28 de Agosto de 1771 dia do Grande Santo Agostinho sobre o Compendio Historico, e Appendix, que dão huma clara, e especifica idéa dos estragos que os denominados Jesuitas fizeram primeiro na Universidade de Coimbra; e consequentemente nas aulas de tão grandes, e tão inveterados males se possam indicar mais sensivelmente os remedios, que hão-de constituir os objectivos das paternaes providencias de Sua Magestade pelo que pertence á Theologia, á Jurisprudencia Canonica, e Civil e á Medicina". Todo o longo relatório que esta Junta elaborou constitui, de facto, um libelo anti-jesuita, filosófico, racionalista, ilustrado e absolutista.

Este vasto estudo foi obra encomendada por Sebastião de Carvalho e Melo que "se não partiu já de Portugal para Inglaterra imbuído de concepções adversas à escolástica peripatética, deixou-se contagiar por elas em Londres" <sup>23</sup>. No seu ideário, político e científico, o afastamento da Companhia de Jesus, e dos seus métodos pedagógicos, deveria corresponder, automaticamente, a difusão institucionalizada da obra de Isaac Newton, *Philosophia Naturalis Principia Mathematica* (1687) <sup>24</sup>. Deste modo, se pensava poder adaptar, em Portugal, o ensino universitário às múltiplas descobertas efectuadas sobre as potencialidades da Natureza.

Se as trezentas páginas do *Compêndio Histórico* sempre insistem nos "ruinosos males" causados pelos Jesuítas à cultura, à sociedade e às gerações de intelectuais, rapidamente se compreende a necessidade de providenciar uma solução para tão calamitoso problema. E, é através da Medicina que aí se demonstram todos os estragos causados. Vejamos:

"Todos os Sabios, assim Antigos, como Modernos, concordam, que não se póde fazer progresso na medicina, sem primeiro se lançarem os

---

<sup>23</sup> J. S. da Silva Dias(1984), *Pombalismo e projecto político*, p. 225.

<sup>24</sup> Seguimos a edição de Eloy RADA GARCIA (introducción y notas) (1987), 2 vols. A leitura desta cartilha científica deste reputado membro da Royal Society permite-nos tomar contacto com a amálgama científica efectuada entre os corolários físicos teóricos e as explicações analíticas. A matemática encarregava-se de converter em linguagem universal aquilo que as observações e as experimentações, orientadas por pressupostos teóricos, pretendiam exprimir, generalizar e fazer lei. Não esqueçamos que dentro das "reglas para filosofar" "ya dicen los filósofos: la naturaleza nada hace en vano, y vano sería mediante mucho lo que se puede hacer mediante poco. Pues la Naturaleza es simple y no derrocha en superfluas causas de las cosas", I. Newton, *Philosophia naturalis!* (1687/1987), t. II, p. 615-616.

fundamentos desta Sciencia no conhecimento das Línguas, das Letras Humanas, da Filosofia, da Mathematica, e de todas as mais Doutrinas, que são partes de ambas estas nobilissimas Disciplinas" 25.

Não seria a Medicina, e a profissão de Médico, área do saber profícua paramelhor, e mais rapidamente, galvanizari a a opinião pública? Não seria a Medicina, a Ciência da qual todos os súbditos de Sua Magestade poderiam estar dependentes? Não seria, igualmente, devido ao atraso do conhecimento sobre a "arte e ciência" de curar doentes, e consequentemente adiar o momento da morte, que se tornava mais nítida a necessidade de empreender reformas neste domínio do saber? 26

"Se o Estudo das linguas, e das Letras Humanas, he necessario ao Medico; que se deve dizer da Filosofia? Que Medico póde merecer este nome sem ter desta Sciencia huma perfeita instrucção?" 27 .

Globalmente era este o tom discursivo do *Compêndio Histórico* , amalgamando várias referências ao contexto internacional e nacional das Luzes. Recordem-se as ligações culturais existentes no século XVIII entre Portugal e a Rússia, o Império Austríaco, ou a Itália das Luzes. Lembremos ainda os portugueses familiarizados com a Royal Society, sendo mesmo colaboradores do prestigiado periódico *The Philosophical Transactions* 28 .

---

25 *Compêndio Histórico*(1771), p. 299.

26 Cfr. Jacques Roger (1971) *Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIIIème siècle [...]*.

27 *Compêndio Histórico*(1771), p. 303.

28 Cfr. William P. Rouge (1983), *António Manuel de Vieira na Corte Russa no século XVIII* ; Rómulo de Carvalho (1979), *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII e* (1956), *Portugal nas «Philosophical Transactions» nos séculos XVII e XVIII [...]*.

Em 1771, surgiu este minucioso relatório, cujo principal significado foi, de facto, preparar o terreno político, e anunciar as reformas verticais de Pombal. O império do conhecimento das Humanidades da Companhia de Jesus perdia definitivamente o monopólio e a exclusividade dos saberes em Portugal.

Neste contexto cruzado de indícios culturais e pedagógicos, surgem em 1772 os três volumes dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Neles se legitimava politicamente a reformulação das antigas Faculdades, com particular destaque para a de Canones e Leis, e para a de Medicina, e se estabeleciam as grandes novidades setecentistas universitárias; a criação da Faculdade de Matemática e a de Filosofia <sup>29</sup>.

Encontramo-nos na busca de pistas que permitam relacionar as reformas de 1772 com as novas possibilidades desenhadas no horizonte da cultura portuguesa. Nele, vemos com destaque os jornais que divulgaram o conhecimento da "Nova Ciência". Os três volumes dos *Estatutos da*

---

<sup>29</sup> "Quando, em 24 de Outubro de 1772, regressou à Corte, o Marquês apenas havia lançado os alicerces da «nova função» da Universidade. Pode mesmo dizer-se que, na Faculdade de Medicina e nas duas Faculdades criadas, de novo, foi prematura a abertura das aulas. Com efeito, sendo a nota dominante da Reforma Pombalina - o que lhe dá jus a ser considerada uma das mais avançadas da sua época - a introdução do espírito experimental na universidade, antes da abertura das aulas deveriam ter sido construídos os Laboratórios e todos aqueles estabelecimentos científicos sem os quais não é possível a experimentação. Sem esses estabelecimentos científicos a funcionar não seria possível introduzir na Universidade o espírito novo que permitisse que os seus professores fossem segundo uma fórmula feliz e lapidar do seu Reitor, Mestres e Inventores, ou seja, ao mesmo tempo transmissores e criadores do saber", Joaquim Ferreira Gomes (1982), *Pombal e a Reforma da Universidade*, p. 83.

*Universidade de Coimbra*, especialmente o tomo III, consagrado aos Cursos Médico, Matemático e de Filosofia, contém os elementos estruturantes que marcaram e condicionaram nas décadas seguintes ( do século XVIII e do século XIX) a formação cultural dos agentes sociais. Estes, por seu turno, idealizaram, e concretizaram, a imprensa científica. E, assim, fizeram movimentar ideias, e novos ideais, na sociedade portuguesa <sup>30</sup>. Nos Estatutos, de um modo claro e explícito, afirma-se:

"[...] Hei por bem considerar as ditas tres Profissões, de Naturalistas, Medicos, e Mathematicos, em huma Congregação Geral, a qual tenha por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciencias: do modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais célebres da Europa; melhorando os conhecimentos adquiridos; e adquirindo outros de novo, os quaes se façam logo passar immediatamente aos Cursos respectivos das ditas Profissões, e conforme aos Estatutos, que lhe vão por Mim prescritos na Quarta parte deste Livro" <sup>31</sup>.

As ricas páginas do tomo III dos *Estatutos da Universidade* contém ainda os dados necessários para enquadrar a nova sociabilidade científica, que aparece no final do século XVIII em Portugal <sup>32</sup>. De igual modo, são

---

<sup>30</sup> A título de exemplo refira-se as alterações no ensino ministrado na ordem dos Beneditinos por via da introdução dos manuais de matemática dos franceses La Caille e Marie, ambos abades. Se por um lado este pormenor reforça, no dizer de Oliveira Ramos, a influência dos matemáticos franceses em Portugal, por outro não deixa de ser uma projecção na sociedade das reforma efectuadas na Universidade. Cfr. L. A. Oliveira Ramos (1979), *Influência em Portugal de matemáticos franceses*, p. 49-50.

<sup>31</sup> *Estatutos*(1772), tomo III, p. 5

<sup>32</sup> Referimo-nos à Real Academia das Sciencias e à Sociedade Real Maritima e Cartográfica. Um e outro caso serão aflorados um pouco mais à frente.

essas páginas matriciais ponto de referência fundamental para se entenderem alguns dos "Prospectos" ou "Introduções ao Público" dos periódicos científicos.

Nessas primeiras páginas de leitura propõem os responsáveis do jornal instrutivo divulgar diferentes áreas do saber da Filosofia Natural - a Botânica, a Química, a História Natural, a Agricultura, a Geografia. Saberes que deveriam ser cruzados com os conhecimentos da Matemática (e da sua componente utilitária para a resolução de problemas técnicos) e os da Medicina.

E, uma vez mais, os Estatutos nos esclarecem que "[...] nas duas Partes antecedentes Tenho dado as Providências necessarias para o bom regulamento dos Cursos Medico, e Matemático, que são os dous grandes Ramos da Filosofia particular" <sup>33</sup>.

Paralelamente às reformas estatutárias, a Universidade de Coimbra foi ainda dotada de novos recursos científicos e pedagógicos. Referimo-nos ao aproveitamento dos professores estrangeiros mandados vir para o Colégio dos Nobres, e enquadrados na Universidade para porem em funcionamento os novos planos de estudos <sup>34</sup>. Por outro lado, o ensino ministrado na nova Universidade deveria romper o tradicional espaço físico, no qual mestres e alunos circulavam. No âmbito do ensino da filosofia previa-se a abertura de

---

<sup>33</sup> *Estatutos* (1772), t. III, p. 222

<sup>34</sup> Enumeremos o caso de Miguel Franzini, Domingos Vandelli, Ciera, Brunelli. De um testemunho da época cfr. J. Ratton, *Recordações* (1920), p. 161-162.

um Gabinete de História Natural, <sup>35</sup> a criação de um Jardim Botânico <sup>36</sup>, o funcionamento de um Gabinete de Física Natural <sup>37</sup> e a instalação de um Laboratório de Química <sup>38</sup>.

Na Faculdade de Medicina previa-se a edificação e o funcionamento de um Hospital <sup>39</sup>, de um Teatro Anatómico <sup>40</sup> e de Boticários <sup>41</sup>, ou seja de um dispensatório farmacêutico e de um laboratório. Para o ensino e desenvolvimento da Matemática constava nos Estatutos o propósito de construir um Observatório Astronómico <sup>42</sup>, para providenciar o desempenho de funções científicas e técnicas para a Astronomia, para a Geografia e para a Navegação.

Este conjunto de medidas proporcionou diversas alterações na cultura portuguesa. "Não obstante todos os óbices, na vigência dos Estatutos da Universidade de 1772 ocorre uma revolução no professorado e na mentalidade escolar que levou à renovação do corpo de lentes e do conteúdo programático das cadeiras. Determina-se a existência de compêndios para cada disciplina, recorre-se a métodos sintético-analíticos e também demonstrativos e compendiários, afirma-se o primado da observação e da experiência, exige-se um rompimento violento com o aristotelismo antes

---

<sup>35</sup> cfr. *Estatutos*(1772) tomo III, p. 264-268.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, p. 266-267.

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p. 267-268.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 268-270.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p.114-118.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 120-125.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 126-130 e 130-136.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 213-216.

prevalecente e uma libertação da universidade das ideias ultramontanas por obra do poder civil [...] os estatutos moldaram gerações sucessivas de omnímodas formas, dentro e fora da universidade" 43.

Parece-nos que as alterações provocadas pela acção pombalina, revisitadas pela *Relação do Estado da Universidade*, em 1777, foram o elo de uma longa cadeia de factos culturais, cujos efeitos se projectaram em vários meandros da sociedade portuguesa setecentista e oitocentista.

Pensemos, por agora, na proximidade da fundação da Real Academia das Sciencias de Lisboa, na circulação de periódicos que dedicam grande parte do seu espaço útil à divulgação da Ciência... Mas, recordemos por instantes a formação académica de alguns dos deputados vintistas, ou interroguemo-nos ainda sobre as longínquas raízes do plano de estudos da Escola Politécnica... 44.

Instituições, personalidades variadas, veículos culturais que se cruzam e entrecruzam nas malhas do fazer da história da cultura em Portugal.

D. Maria I ao subir ao poder tinha que verificar os males causados pelo Ministro de Estado de seu Pai, sobretudo quanto à modelação do espírito das gentes. O *Relatório* sobre o ensino universitário, elaborado pelo bispo Reformador, D. Francisco de Lemos, constitui em nosso entender o epílogo do processo das reformas universitárias, e a confirmação do que era aceite institucionalmente como conhecimento científico e como Ciência.

---

43 Luís A. Oliveira Ramos (1988), *Projeções do reformismo pombalino [...]*, p. 22-23.

44 Cfr. José Lopes Ribeiro (1987), *O edifício da Faculdade de Ciências [...]*, p. 115-173.

Em 1777 é entregue a D. Maria I a "Relação Geral do estado da Universidade de Coimbra desde o princípio da Nova Reformação até o Mez de Setembro de 1777 para ser presente a Rainha Nossa Senhora pelo seu Ministtro, e Secretario de Estado da Repartição dos Negócios do Reino, Illmo e Exmo Snr. Visconde de Vila Nova de Cerveira, dada pelo Bispo de Zenopole Coadjuvor, e Futuro sucessor do Bispado de Coimbra e actual Reformador, e Reytor da mesma Universidade".

Este relatório ministerial respeitou estabelecido para as "coisas do Saber da Ciência", e, conseqüentemente, passados dois anos - em 1779 - a Rainha protegeu a fundação, e os fundadores, da Real Academia das Sciencias de Lisboa, na qual, sob diferentes formas, encontramos reflectidos traços de 1772.

Quer dizer, a *Relação* de 1777 teve a capacidade de acordar e recuperar os saberes dos Oratorianos, reacendendo o papel pedagógico das "Luzes Católicas".

E, mesmo as Luzes do catolicismo poderiam estar comprometidas, face aos ventos incendiários de França, a partir de 1789. O poder político reservou um espaço de manobra suficientemente amplo para criar um "cordão sanitário" <sup>45</sup>, capaz de assegurar a ordem e a lei. Montaram-se diversos os mecanismos preventivos e punitivos <sup>46</sup>, como a figura do Intendente Geral de Polícia, ou a actividade da Real Mesa Censória.

---

<sup>45</sup> Utilizamos a expressão consagrada por Godoy, para a Espanha de Carlos IV. Cfr. Richard Herr (1979), *España y la revolución del siglo XVIII*, p. 197-280.

<sup>46</sup> Veja-se a obra de M. Foucault (1977), *Vigiar e Punir [...]*, que nos permite perceber melhor os meandros do poder visível e do invisível, mas sempre presente.

Mas, manteve-se no ideário político português o paradigma da "Regeneração", da "Felicidade", da "Utilidade", da "Ciência" e do "modelo das Nações cultas e civilizadas". Princípios que foram analisados, e considerados benéficos ao estado geral do Reino, na *Relação* de 1777.

A leitura atenta desta obra permite-nos perceber um plano de observação - uma grelha de análise - de modo a rapidamente se perceber qual o estado do ensino superior em Portugal. De uma forma sintética, esse plano racionalizado desdobra-se em algumas questões de inquérito a levar a cabo em todas as Faculdades e em todos os cursos nelas ministrados.

1. Os vícios do Estado anterior do curso de [...] e meios que se aplicarão para a emenda deles e bom ensino da [...].

2. Computo dos alunos, das cadeiras, dos professores e dos manuais utilizados.

3. Obstáculos verificados aos progressos dos Estudos.

4. Remédios mais apropriados, para remover os obstáculos e dificuldades detectadas <sup>47</sup>.

Se este formulário de verificação constitui a primeira etapa do trabalho a efectuar, a *Relação* só estará completa após a "Terceira Parte da legislação Litterária, que respeita a Instrucção dos Doutores, que formam o corpo das Faculdades, e que se destinão ao Magistério" <sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Cfr. a *Relação do Estado da Universidade* (1777), uma vez que apenas efectuamos a súmula do trabalho de verificação que é efectuado pelo bispo Reformador.

<sup>48</sup> *Idem*, *ibidem*, fl. 150-188. É nesta terceira parte que são apontados os remédios/soluções de Coimbra. Tomar os expedientes que anulem os abusos impeditivos

O progresso e o acrescentamento das Ciências, especialmente o das Ciências Naturais saíram reforçados deste esforço de inquirição. Talvez como consequência mais imediata tenhamos a fundação da Academia das Ciências em 1779, exactamente dois anos após se ter avaliado o "problema da Universidade de matriz pombalina".

Neste primeiro fôlego, de trabalhos públicos e oficiais orientados por Sua Magestade D. Maria I, é notório o esforço de fazer aumentar a produção dos saberes, através do trabalho dos Lentes, de modo a "formalizar-se o Corpo das Faculdades a maneira das Academias; trabalhando os Doutores em produções Literarias; e dando huma conta annual dos seus Estudos debaixo da Inspeção dos respectivos concelhos das Faculdades" <sup>49</sup>.

Essa formalização passava por se escreverem dissertações, "sobre alguma materia importante da Faculdade que fosse digna de discussão. Depois de lida passaria a mesma Dissertação pela mão de todos os Collegas, os quaes fariam sobre ella as observações, que lhes parecessem; e tudo seria revisto, e examinado pelos Lentes que assistiriam ás mesmas Assembleias. As obras que fossem julgadas de merecimento seriam destinadas à Impressão" <sup>50</sup>.

---

ao progresso das Ciências (cfr. fl. 181); tomar providências próprias para florescerem as Ciências e haver bons Lentes na Universidade (cfr. fl. 182 e seguintes); por último dar continuidade às providências ordenadas nos Estatutos, a respeito das "Faculdades das Sciencias Naturaes" de modo a impedir a "relaxação" das "Leys Publicas" (cfr. fl. 185 e seguintes).

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, fl. 182.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, fl. 182-183. Em breve, no âmbito da Academia das Ciências estas "Dissertações" passarão a designar-se de memórias e a serem publicadas como publicações periódicas e científicas da Academia.

Estamos em crer que a *Relação do Estado da Universidade de Coimbra* possibilitou reforçar o paradigma da regeneração pela Ciência <sup>51</sup>, quer através de medidas institucionalizadas, quer pela (re)valorização do corpo docente. Os Lentes e Opositores às cadeiras passariam a actuar na sociedade portuguesa como membros de uma comunidade científica <sup>52</sup>. Seriam membros prestigiados da Academia das Ciências, Professores das Academias Militares, colaboradores dos periódicos científicos das Luzes, ou pelo menos leitores privilegiados das suas páginas.

Para o período dos finais do século XVIII na Europa, e em Portugal, o relatório de D. Francisco de Lemos funcionou como uma carta de segurança para a política de Estado da Rainha. Manteve-seo ideário da regeneração das Luzes Católicas, deixando um amplo espaço de criatividade e de liberdade para a produção e o aumento dos saberes das várias áreas da Ciência Newtoniana. As consequências culturais, ideológicas e políticas foram extremamente importantes para o País.

---

<sup>51</sup> "Mais alors , qu'y a-t-il de si radicalement changé? Qu'est ce qui a fait que, dans la mémoire de l'historiographie portugaise, les années 1777-1779 sont considerées comme un temps de transition entre une «période de gloire» et une «période de décadence» des Etudes?". António Nóvoa (1987) , *Le temps des professeurs* , vol I, p. 181. Estas interrogações metodológicas parecem-nos relevantes para se entender o período mariano fora da órbita do paradigma cristalizado da «viradeira».

<sup>52</sup> "Os Estudos dos Doutores seriam mais profundos, e mais methodicos. Com o exercício de escreverem se aperfeiçoariam em todas as Disciplinas subsidiárias de Jurisprudência, que não so lhe servem de ornato; mas que influem tambem na substancia da mesma Jurisprudencia: o merecimento teria provas claras, e não equivocas, por onde pudesse ser conhecido e julgado. A Nação teria Sabios, e a Mocidade Mestres Insignes, que a conduzissem pelos verdadeiros caminhos das Sciencias". *Relação* (1777), fl. 184-185.

Colocamos como hipótese o papel activo dos professores "pombalinos" no seu tempo vivencial, e no seu magistério de várias gerações <sup>53</sup>. Gostaríamos de aferir se a tese defendida por António Nóvoa acerca da utilidade social e cultural <sup>54</sup> protagonizada pelos professores de todos os sectores de ensino <sup>55</sup>, se poderá igualmente aplicar para o tempo e o espaço de crescimento dos jornais científicos.

Gostaríamos de terminar este já longo intróito às condições necessárias para o aparecimento deste género de imprensa cultural, chamando a atenção para o papel dos professores e das gerações formadas pela Universidade<sup>56</sup>, no alargamento dos temas de difusão de conhecimento e de leitura entre nós.

---

<sup>53</sup> Les «agents» de la reproduction sont aussi les «acteurs» de l'émancipation, et vice-versa. Ainsi le Marquis de Pombal met en place, pour le compte de l'État, le premier grand quadrillage d'une nation par un réseau officiel d'enseignement [...] Lutte d'une hégémonie contre une autre (celle de l'Église et des Jésuites), d'une rationalité contre une autre". Daniel Hameline, *Prefácio a António Nóvoa (1987), Le temps des professeurs* vol I, p. XXIV.

<sup>54</sup> António Nóvoa aponta a "utilidade social da cultura" como algo notório na sociedade portuguesa desde Luís António Verney. Cfr. *Le temps des professeurs* vol I, p. 131.

<sup>55</sup> "Notre attention portera essentiellement sur les transformations opérées dans l'exercice et dans le statut de la profession enseignant car, comme l'affirme un historien du XIX<sup>e</sup> siècle, à l'époque pombaline, s'est institué «un magistère digne de sa mission, faisant appel au meerite et à la moralité pour diriger l'enfance, et dénommant les professeurs de l'instruction primaire[...]» Saisir ce moment décisif du processus de professionnalisation de l'activité ensgnante, c'est-à-dire le moment où l'enseignement de la lecture et de l'écriture cesse d'ietre envisagé comme un métier ou comme une profession mécanique". António Nóvoa (1987), *Le temps des professeurs*, vol. I. p. 135.

<sup>56</sup> Baseamo-nos nos perfis prosopográficos de cada um dos periódicos, que nos permitem perceber que o espaço de formação superior foi maioritariamente alguma, ou algumas, das Faculdades. Por outro lado a Academia das Ciências proporcionava-lhes o

Este caminho quase arqueológico em torno do enquadramento institucional de artigos jornalísticos que divulgam Ciência e promovem cultural e socialmente a sua imagem, levou-nos a cair inevitavelmente nas malhas das reformas universitárias de 1772, e na genealogia personalizada e científica que a partir desse aparente ponto zero se inicia. As alusões problemáticas à Universidade são fundamentais para percebermos como e porquê surgiram **outros** mecanismos e veículos culturais paralelos, mas que funcionavam com o mesmo potencial humano . Foram os italianos que se mantiveram no âmbito das instituições científicas criadas sob o incentivo de D. Maria I, que viram os seus textos circularem em memórias e folhas de carácter periódico. Foram Lentes confirmados no seu lugar que se encarregaram de coordenar, traduzir, redigir e animar páginas concorrentes do *Jornal Enciclopédico*, também este directamente relacionado com o tempo vivencial dos professores de Coimbra. Um longo percurso analítico e problemático decorre desde a edição do *Compêndio Histórico* de 1771 e o privilégio de os Lentes de Coimbra serem sócios efectivos de uma agremiação científica em Portugal - a Real Academia das Sciencias de Lisboa .

### **A Real Academia das Sciencias de Lisboa**

Em Portugal havia-se já reformulado o conceito de Ciência. O País tinha feito um esforço para se receber os ventos modernos da Europa e do Novo Mundo do hemisfério Norte. Faltava-nos uma Academia das Ciências, tal como existia nas capitais das «Nações cultas e civilizadas» - Paris, Londres, S. Petersburgo, Berlim...

---

enquadramento da sociabilidade científica. Em Apêndice daremos um quadro esclarecedor destes dados da investigação.

No que diz respeito ao impacto da Ciência europeia entre nós, os ânimos anti-pombalinos estavam tranquilos com os resultados e as propostas apresentadas por D. Francisco de Lemos à Rainha na *Relação do Estado Geral da Universidade*, em 1777. Podia-se avançar, tranquilamente, para a concretização de um sonho - a fundação de uma academia das Ciências em Lisboa <sup>57</sup>.

Em 24 de Dezembro de 1779 a Rainha aprovou os Estatutos de uma Academia de índole Científica e Literária, que os seus súbditos José Francisco Correia da Serra - abade Correia da Serra - e D. João Carlos de Bragança - 2º duque de Lafões - lhe apresentam <sup>58</sup>. O país tinha finalmente entrado para o

---

<sup>57</sup> Não resistimos a inserir um excerto do estudo de António Ferrão: "Não falta quem sustente que, nos Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra, ao tratar-se da Congregação geral das sciencias para o adiantamento, progresso e perfeição das sicencias naturais era duma verdadeira Academia de Sciencias que se cuidava estabelecer, em sequência do ensino universitário e como cúpula deste [...] Mas, se não foi possível levar à prática a criação da Congregação, junto da Universidade de Coimbra nem por isso deixou de notar-se na criação desta Academia a influência do ensino da Universidade pombalina, pois não só foram dos seus primeiros, e mais prestigiosos sócios muitos lentes dessa escola como ainda a orientação filosófica, científica e de aplicação que presidiu à fundação da Academia e aos seus trabalhos seguintes é a mesma que se respira nos Estatutos [...] e na Relação Geral do Estado da Universidade". António Ferrão (1923), *A Academia das Sciencias*, p. 35. Este Autor retoma a linha republicana de interpretar e valorizar a obra de Pombal, no seguimento de Teófilo Braga; cfr. *História da Universidade de Coimbra* (1898), tomo III, p. 112.

<sup>58</sup> "Um ano após a sua chegada a Portugal entregava o Duque de Lafões à Rainha D. Maria I o projecto dos estatutos de uma instituição que pretendia criar entre nós à semelhança do que se observava no estrangeiro, denominada Academia Real das Sciencias de Lisboa [...] Aqui, em Portugal, escolheu para seu parceiro, na elaboração e concretização do projecto, a José Correia da Serra, naturalista com obra científica já realizada e bem acolhida no estrangeiro". Rómulo de Carvalho (1987), *D. João Carlos de*

círculo das Nações cultas e ilustradas, cujo prestígio cultural, e por consequência político, se media pelas actividades das respectivas Academias <sup>59</sup>.

Estas duas personalidades portuguesas, arredadas do espaço nacional nas últimas décadas <sup>60</sup>, propuseram fundar um espaço de elite e de sociabilidade com objectivos muito concretos e precisos:

"O zelo e Amor da Patria, animado com o louvor e Beneplacito de S. Magestade estabelece em Lisboa à imitação de todas as nações cultas esta Academia de Sciencias, consagrada à glória, e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias, e das Artes, e augmento da industria popular" <sup>61</sup>.

---

*Bragança*, p.46. No decorrer deste trabalho Rómulo de Carvalho dá-nos, em síntese, o itinerário turbulento destas duas personalidades, quer no período pombalino, quer após 1789, em que o Abade Correia da Serra é visto como "persona non grata" por Diogo de Pina Manique.

<sup>59</sup> As Academias de Ciências faziam parte do ideário de acção política do absolutismo das Luzes na Europa do século XVIII, tomando como ponto de referência inicial The Royal Society, fundada no século XVII na Inglaterra da «Gloriosa Revolução». Cfr. Christopher Hill (1980), *Los orígenes intelectuales de la revolución inglesa*, p. 105-259 e B. Kopecki (1985), *L'idéologie de l'absolutisme éclairé[...]*, p. 101-118.

<sup>60</sup> "A fundação da Academia das Ciências de Lisboa é um daqueles acontecimentos que, na aparência, melhores condições reúne para que de forma desprevenida e pouco rigorosa se afirme: foi obra de «estrangeirados»". José Luís Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal*, p. 44.

<sup>61</sup> *Plano de Estatutos da Academia* (1780), p. 1. Cfr. Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica da Academia das Ciências* Sobre a fundação e o texto dos Estatutos existe hoje um razoável conjunto bibliográfico que faz circular excertos do texto estatutário para analisar e interpretar vários meandros do papel da Academia no século XVIII e no século XIX. Projecções da Reforma Pombalina na orgânica da Academia -

Pretendemos aqui trazer algumas notas sobre a Real Academia das Ciências por dois motivos. Primeiro, estabelecer ligações entre diferentes personalidades culturais que actuaram em diversos palcos e cenários do Portugal do dobrar do século XVIII para o século XIX. Segundo, perspectivá-la como uma entidade dinamizadora e produtora de publicações periódicas que tinham como nota dominante a divulgação dos trabalhos e dos estudos científicos dos seus sócios. A Academia surge-nos, pois, como um dos elementos vitais da história da ciência e da sua influência social em Portugal.

Em 16 de Janeiro de 1780, no Palácio das Necessidades foram apresentados os princípios orientadores contemplados pelos Estatutos <sup>62</sup>.

---

Classe de Ciências Naturais, de Ciências Exactas e de Literatura. Papel de D. Maria de regenerar o País e dotar a Academia de alguns meios financeiros para encomendar o estudo de memórias sobre o estado material nacional e preconizar soluções. Diferentes tipos de sócios que a Academia admitia e as ligações científicas sustentadas com as Academias de ponta do sector militarizado da sociedade portuguesa. Ligações personalizadas que existiram entre a Academia e a intelectualidade pré liberal e vintista. Empreendimentos da Academia - as publicações seriadas; os títulos saídos da sua Imprensa; o papel da sua Biblioteca e outros órgãos pedagógicos e didácticos. Fundação da Instituição Vacínica. Organização, e incentivos dados, às viagens científicas ao «Novo Mundo» americano, predominantemente, mas também ao asiático e ao africano.

<sup>62</sup> As sessões realizaram-se com uma certa frequência e repletas de vivacidade durante o período de setecentos. Alberto Iria afirma que é "Impossível, porém descrever, resumidamente que fosse, o relato das primeiras sessões da Academia, ao menos até ao final do século da sua fundação", (1986), *A fundação da Academia*, p. 1289. Para uma visão completa do rico e multifacetado itinerário de actividades da Real Academia das Ciências veja-se a sequência cronológica apresentada por José Silvestre Ribeiro (1872), *História dos Estabelecimentos Científicos*, tomo II, p. 289-369.

Para além da ideia de fomentar a Indústria Popular <sup>63</sup> delinearam-se objectivos mais específicos como incentivar as "observações e cálculos da Natureza até à prática dos Agricultores, officiaes mechanicos e outros membros do Corpo Civil, que ou hão de executar os projectos da Academia ou dar informações das suas casuaes observações, que ás vezes occasionão importantissimos descobrimentos para facultar a comunicação entre objectos tão distantes, sem embarçar toda a Academia nas diligencias e investigações continuas" <sup>64</sup>.

A tantas diligências individuais era necessário fornecer o sentido de comunidade científica, o toque de utilitarismo ao esforço e ao desempenho científico de cada um dos membros da Academia. É neste sentido que

---

<sup>63</sup> Esta expressão de «indústria popular» está muito ligada à divulgação da obra do espanhol Campomanes - *Discurso de la Industria Popular*; cfr. Antonio Alvarez de Morales (1989), *El pensamiento político y jurídico de Campomanes*, p. 79-97. Este autor teve um papel muito importante no país vizinho no que toca à criação das originais «Reales Sociedades Economicas de Amigos del Pais», que se disseminaram por todas as provincias espanholas. Ver as comunicações apresentadas ao Colóquio sobre o tema *Las Reales Sociedades Economicas de Amigos del pais y su obra* (1972), realizado em San Sebastián. É importante vermos desde início que a funcionalidade e o utilitarismo da Ciência se conjugava com a necessidade de desenvolver os estudos económicos e de fomentar cientificamente a regeneração da economia, segundo o aproveitamento e rentabilidade da Natureza. Não se pode dissociar esta vertente dos trabalhos dos principios orientadores da Academia, que era igualmente "responsável pelo progresso dos estudos economicos em Portugal [...] [preconiza-se] a formação de uma Junta ou Comissão para a Industria composta por oito sócios, eleitos de três em três anos, por meio da qual cheguem as luzes e cuidado da Academia até aos eultimos ramos da Indústria popular". Mozes B. Amzalak (1931), *Estudos económicos da Academia*, p. 195-196. Cfr. também José Luis Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal* e (1990), *Introdução e direcção de edição «Memorias Economicas[...]»*.

<sup>64</sup> *Plano de Estatutos da Academia* (1780), p. 8.

julgamos poder inserir as publicações especializadas que começaram a surgidas a partir de 1789 <sup>65</sup>.

No ano de 1788 saiu da officina da Academia Real das Sciencias, em Lisboa, o *Prospecto da Obra Periodica sobre a Agricultura de Portugal* (com licença da Real Mesa Censoria), anunciando o aparecimento de Memórias sobre Agricultura. O primeiro empreendimento aparecia, pois, paralelamente às sessões regulares e de discussão da Assembleia dos sócios da Academia.

Este *Prospecto* é sintomático de a Academia pretender contribuir para o desenvolvimento da «industria popular». Por um lado, trata-se de fomentar a publicação de uma obra periódica "por onde os nossos Lavradores hajaõ de dirigir-se [...] [utilizando] a simples lingoagem dos Lavradores" <sup>66</sup>. Por outro, a publicação destinava-se a estabelecer a ponte entre os conhecimentos estrangeiros e a sua aplicabilidade ao solo, clima e situação de Portugal. Os Lavradores do reino seriam peças fundamentais para a concretização deste empreendimento científico e pedagógico. Vejamos.

"Para trabalharmos mais solidamente neste subtil objecto, remettemos todas as perguntas necessarias aos industriosos Lavradores do Reino, para

---

<sup>65</sup> No parágrafo XI dos Estatutos mencionava-se que "Os Membros desta Junta promoverão á competencia o augmento da Agricultura, das Artes e da industria popular, empregando para este fim os meios que lhes são possíveis; já consultando, e sollicitando o parecer dos sogeitos práticos e intelligentes: já estimulando e esportando a emulação com algumas recompensas; já averiguando, e recolhendo os descobrimentos novos e práticos uteis dos Estrangeiros que nos forem proprios, propondo-as e facilitando-as aos nossos Nacionaes". *Plano de Estatutos da Academia* (1780), p.8.

<sup>66</sup> *Prospecto da obra periodica* (1788), p. 3.

delles poder obter a exacta noticia da pratica actual, a fim de a aperfeçoar, ou emendar no que for defeituosa.

Depois de ter recolhido huma sufficiente instrucção de todos os livros antigos, e modernos de Agricultura, e a exacta noticia da pratica de Portugal, e ter feito as precisas experiencias, publicaremos o nosso trabalho periodicamente em Memorias.

E para que os Lavradores, e mais pessoas tenham conhecimento das grandes providencias, que se tem dado em Portugal a favor da Agricultura, e do quanto esta utilissima, e necessaria Arte foi honrada, e privilegiada neste Reino, iremos ao mesmo tempo publicando as nossas Leis Agrarias, e Requerimentos dos Povos em Cortes, até formar huma collecção de todas ellas.

Usaremos do estilo mais conciso, e intelligivel, fugindo toda a theoria, e termos, que não possam accomodar-se á intelligencia dos Lavradores; de forma que seja esta obra huma simples collecção de regras praticas" 67.

Estamos perante uma abertura cultural e de uma certa intervenção social da Academia das Ciências. Apercebemo-nos da existência de um outro registo de linguagem, mais simples, e «popular» destinado a abranger um universo de leitura bem mais vasto que o dos seus sócios.

Se dentro do espaço das Necessidades, paredes meias com a Congregação do Oratório, a elite científica discutia entre si, fora destas instalações era preciso criar elementos de comunicabilidade, a fim de dar

---

67 *Prospecto da obra periodica*(1788) p. 4.

um total sentido de pragmatismo e utilidade <sup>68</sup> às discussões e ao trabalho individual carreado por cada um dos sócios.

Para esta primeira experiência foram os Lavradores chamados a colaborar num plano de inquérito à agricultura do País <sup>69</sup>. As respostas enviadas ao formulário minuciosamente elaborado seriam utilizadas pelos sócios da Academia na gestão interna da escrita das Memórias <sup>70</sup>, originais,

---

<sup>68</sup> Cfr. Robin Briggs (1991), *The Académie Royale des Sciences and the pursuit of utility* p. 39-87.

<sup>69</sup> Não podemos esquecer que decerto os sócios da Academia, e os seus fundadores, conheciam de perto o formulário das Sociedades Economicas Amigos del Pais, posto a circular em Espanha, como um dos veículos culturais e ideológicos da acção política da Ilustração de Carlos III.

<sup>70</sup> De acordo com o «Prospecto» a obra periódica seria dividida em sete grandes grandes, cada uma delas sujeita a subdivisões de taxinomia. Parte 1 - da agricultura em geral. Parte 2 - da agricultura em particular. Parte 3 - dos instrumentos da lavoira. Parte 4 - dos gados, e animais uteis. Parte 5 - das artes dependentes da agricultura. Parte 6 - dos transportes. Parte 7 - da agricultura das conquistas e artes respectivas. *Prospecto da obra periodica* (1788) , p. 5-7. Compulsando as várias subdivisões, constata-se que o projecto desta «obra periodica sobre a agricultura em Portugal» deveria ser um alargado manual de agricultura, completamente adaptado ao espaço territorial do Estado português. Fácil é verificar as semelhanças de divisões e arrumação temática com os manuais da «Nova Agricultura» produzidos em França por Duhamel. É importante ter presente este aspecto pedagógico da Academia das Ciências de Lisboa, que poderia contribuir, com este tipo de trabalho, para superar as carências do ensino da cadeira de Agricultura na Faculdade de Filosofia Natural, em Coimbra. Cfr. sobre esta componente pedagógica e didáctica da Academia Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica[...]*.

científicas, pedagógicas e que discursassem exclusivamente sobre o caso português <sup>71</sup>.

O *Discurso Preliminar*, escrito pelo Abade Correia da Serra, abre as *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal e suas Conquistas <sup>72</sup>. Ele permite efectuar a ligação de ideias e de temas entre o «Prospecto da Obra periodica sobre a Agricultura de Portugal» de 1788, e o ciclo memorialístico de 1789 - 1815. Correia da Serra explicita ao leitor das *Memórias Económicas* o seguinte:

"Estudar para comunicar o fruto dos seus estudos, e facilitar aos povos o seu uso, com alguns prémios que os excitam, é tudo o que a Academia pode fazer para a pública prosperidade. Toca aos particulares aproveitar-se das instruções, e fazer que elas sejam frutuosas. É de esperar que em um século, em que a indústria começa a espertar-se em Portugal, e a agricultura, as artes, o comércio vão sendo objectos da pública curiosidade, não sejam de todo baldados os seus esforços" <sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> A Academia havia já organizado um primeiro ciclo de *Memórias Premiadas de Agricultura* constituídas pelos trabalhos premiados elaborados pelos sócios. Foram agrupadas em dois volumes, tendo sido publicados em 1788 e 1791.

<sup>72</sup> Usaremos sempre a reedição de 1990, do Banco de Portugal, organizada e prefaciada por José Luís Cardoso, que segue a edição original (1789-1815), apenas tendo sido feita a actualização ortográfica.

<sup>73</sup> Abade Correia da Serra (1789/1990), *Discurso preliminar*, «Memórias Económicas», tomo I, p. 11.

No entanto a comunicação desejada só teria efeitos de regeneração e prosperidade <sup>74</sup> mediante determinadas condições assumidas pelos sócios da Academia. E Correia da Serra é extremamente claro e explícito ao enuncia-lo:

"Vasto é o campo de trabalhos que esta sociedade [Academia] tem ante seus olhos, e poucos anos não bastam para desempenhar cabalmente tão grande e variado assunto. As observações particulares de cada sócio, a resolução das questões propostas à pública indagação, as experiências, e as

---

<sup>74</sup> "O desejo da pública prosperidade pode ser igual em todos [...] Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só nas forças dos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza dos seus estudos, é tudo quanto podem, e devem fazer as corporações literárias. As ciências naturais, as exactas, a literatura portuguesa, são o assunto dos trabalhos da Academia. Pouca reflexão basta para ver, que o conhecimento de quase todas as matérias, que podem contribuir à prosperidade de Portugal, fica incluído nos limites das ciências que ela cultiva [...] Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animais, e culturas análogas aos climas, e terrenos que os portugueses habitam; dá-las a conhecer; e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade, que mui propriamente lhe competem". Correia da Serra (1789/1990), *Discurso Preliminar [...]*, p. 9-10. Há uma hierarquia de tarefas a cumprir, estabelecendo-se ligações de índole cultural e científica entre a Universidade, "retificada" em 1777, e a elite científica corporizada na Academia. Um duplo trabalho havia para realizar - engrandecer e prestigiar a agremiação a que pertencem e contribuir para a operacionalidade de racionais reformas por parte do poder político das Luzes.

viagens custeadas , ou dirigidas pela Academia, podem abrir o caminho, e vulgarizar o gosto de tão úteis matérias" 75.

Eis-nos perante uma visionária dimensão das actividades da Academia e das relações que se iam estabelecendo com a sociedade. Contributos registados nos anais da história da cultura e da ciência através da publicação dos relatos das viagens, das experiências da Instituição Vacínica, da publicação das *Memórias de Literatura Portugueza* e da *Historia e Memorias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*<sup>76</sup> .

Começemos pelas *Memorias de Literatura* . No *Prologo* a este conjunto de estudos pode ler-se a explicação para o aparecimento de um outro núcleo de obras periódicas, tematicamente especializado.

"No tempo em que a Academia Real das Sciencias se formou, e fixou para assumpto dos trabalhos de huma das suas tres Classes, a Litteratura Portugueza, varios forão no Publico os juizos, e mui vassas as idéas sobre o que por este nome devia entender-se [...] Huns julgárão, que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida; outros que a Bibliografia naional;

---

75 Correia da Serra (1789/1990), *Discurso preliminar [...]*, p. 10-11. É importante aqui salientar a formação académica superior dos autores das Memórias que compoem os cinco volumes. Cfr. Moses B. Amzalak (1922), *A economia política em Portugal [...]*.

76 Paralelamente iam sempre decorrendo as publicações de «História e Memórias da Academia», onde se publicavam os trabalhos científicos originais escolhidos pela Direcção. A oficina tipográfica manteve sempre uma actividade regular e continua na publicação de opúsculos. As secções bibliográficas dos jornais científicos e os dois livros publicados no início do século XIX pelo francês Adrien Balbi reflectem essa mesma regularidade de edições. Cfr. A. Balbi (1822), *Essais statistique sur le royaume [...]*, e (1822), *Variétés politico-statistiques [...]*.

outros a Poesia; outros por fim varios outros objectos constituição, o que a Academia designava por Litteratura Portugueza".<sup>77</sup>

Dentro do âmbito da designada Literatura vários foram os estudos publicados, desde a poesia, história da legislação portuguesa, crónicas inéditas, assuntos religiosos, e contributos para a história da agricultura em Portugal. Este núcleo de Memórias constitui, ainda hoje, um importante repositório de informação e erudição <sup>78</sup>. Traduz os esforços dos académicos

---

<sup>77</sup> *Memorias de litteratura portugueza* (1792), tomo I, s/p.

<sup>78</sup> Ainda que não tinha sido alvo de nenhum estudo monográfico e específico - como "corpo documental" - à semelhança do que aconteceu com o ciclo de Memórias Económicas e das Memórias das Ciências Exactas e Naturais. Veja-se concretamente *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal* (1986), que reúne as comunicações proferidas por ocasião do II centenário da Academia. Cfr. especialmente Abílio Fernandes (1986), *História da botânica em Portugal [...]*, tomo II, p.1283-1300; Alberto Iria (1986), *A fundação da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo II, p. 1283-1300; A.J. Andrade de Gouveia (1986), *Vicente de Seabra [...]*, tomo I, p. 335-352; Alvaro Rodrigues (1986), *Desenvolvimento da cirurgia portuguesa [...]*, tomo I, p. 509-528; António Marinho Amorim da costa (1986), *Domingos Vandelli [...]*, tomo I, p. 353-372 e Idem, *Thome Rodrigues Sobral [...]*, tomo I, p. 373-402; Bernard Jerosch Herold (1986), *Bernardino Gomes, Pai e [...]*, tomo I, p. 417-434; Fernando R. Dias Agudo (1986), *Contribuição da Academia das Ciências [...]*, tomo II, p. 1301-1340; Filipe Duarte Santos (1986), *Portugal na história da Ciência*, tomo I, p. 291-302; Francisco Carvalho Guerra (1986), *Breve notícia histórica sobre as farmacopeias [...]*, tomo II, p. 815-834; Jaime Celestino da Costa (1986), *O estudo da medicina [...]*, tomo I, p. 497-508; J. Pereira Osório (1986), *Sobre a história e desenvolvimento da astronomia [...]*, tomo I, p. 111-142; J. Tiago de Oliveira (1986), *As matemáticas em Portugal [...]*, tomo I, p. 81-110; Manuel Jacinto Nunes (1986), *A contribuição das memórias económicas [...]*, tomo II, p. 1341-1352.

setecentistas para valorizar o que na época se entendia por classe de Letras e de Literatura <sup>79</sup>.

As viagens filosóficas <sup>80</sup> - expedições científicas - visavam observar e registar as diversas potencialidades naturais do Estado. Este era outra das formas de tornar útil e utilitária a Ciência, no âmbito da Academia de Lisboa. As viagens científicas (a par das literárias e de evasão) em grande voga na Europa racionalista do século XVIII <sup>81</sup>, foram particularmente acarinhadas pela Academia, ao conjugar os seus apoios com os incentivos de explorações naturalistas da Universidade de Coimbra <sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> A Língua e a "Historia portuguesa, consideradas em todos os possíveis aspectos, e relações" incluíam-se em "O muito, que materias tão nossas devem interessar-nos, o proveito, que da sua perfeição se nos segue, e o desejo de fomentar o amor da Pátria, que se a todas as nações he util, he na nossa pequenez necessario, são as causas, que movêrão a Academia a colligir as memorias sobre este assumpto, em hum corpo separado, a que este volume dea principio". «Prologo» (1792) *Memorias de Litteratura [...]*, s/p.

<sup>80</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho (1987), *A história natural em Portugal no século XVIII em Portugal*, p. 81-98.

<sup>81</sup> Lembremos a viagem de Link a Portugal para estudar a flora portuguesa. Cfr. Henry F. Link (1801), *Travels in Portugal and throug France and Spain*, e J. C. de Hoffmanssegg / H. F. Link (1809/1820), *Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal*, 2 tomos.

<sup>82</sup> Sobre este duplo objectivo institucional, em que os protagonistas são os mesmos homens das Ciências Naturais, veja-se Abílio Fernandes (1991), *Contribuições mais relevantes da Universidade de Coimbra [...]*, p. 139-146. Numa perspectiva monográfica sobre as expedições ao Amazonas veja-se Angela Maria Vieira Domingues (1988), *Formas de intervenção no espaço amazónico [...] política, ciência e aventura*. Aliás os Estados Peninsulares, vivendo sob o signo político das Luzes estavam em total sintonia no que se refere a explorações científicas e a descobertas territoriais nos espaços das «suas conquistas». Veja-se, a título de exemplo apenas, Fernin del Pino Diaz (coordenador)

Com objectivos naturalistas, médicos ou farmacológicos várias foram as expedições efectuadas por membros da Academia das Ciências, ou por iniciativa da própria Academia, ou por missão científica universitária <sup>83</sup>. Nestas missões naturalistas uma direcção espacial foi largamente privilegiada : o Brasil. No entanto, o continente africano não ficou fora da mira científica dos membros da Academia das Ciências, especialmente daqueles que pertenciam simultaneamente à Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807) <sup>84</sup>.

Os relatórios e os relatos destas expedições aos domínios portugueses de Africa <sup>85</sup>, na viragem do século XVIII para o XIX, apadrinhadas pela Academia das Ciências constituíram um núcleo de informação muito útil para outras explorações territoriais. Expedições efectuadas ao interior dos territórios africanos "pelos ilustres membros da Comissão Central

---

(1988), *Ciencia y contexto historico nacional en las expediciones ilustradas a America*. Num outro registo veja-se Luis A. de Oliveira Ramos (1991) *Diários das visitas pastorais no Pará [...]*.

<sup>83</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho (1987), *A história natural em Portugal no século XVIII*, p. 39-96.

<sup>84</sup> Sobre esta Sociedade científica veja-se M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1988), *O liberalismo português [...]*; (1989) *A sociabilidade científica [...]* e (1990) *A Sociedade Real Marítima e Geográfica (1798-1808)*. Este último texto contém uma síntese da bibliografia produzida sobre o assunto, com relevo especial para o núcleo de «Estudos de Cartografia Antiga».

<sup>85</sup> Sobre as viagens realizadas até 1808 veja-se o documentado estudo de William Joel Simon (1983), *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories [...]*. Ainda no âmbito das viagens científicas a Africa não podemos esquecer que Cabo Verde foi um dos lugares privilegiados pela Real Academia das Ciências, tendo incorporado no ciclo das «Memórias Económicas» três textos referentes a estas ilhas. Em sintonia de escolha de objecto científico encontrava-se a Real Sociedade Geográfica e Marítima; veja-se o estudo de Orlando Ribeiro (1956), *As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX [...]*.

permanente de Geografia e da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma comissão que haveria de tomar o cariz de causa nacional e de ponto de honra da presença portuguesa em Africa" <sup>86</sup>.

Mas, retornemos ao papel da Academia das Ciências na sua primeira fase de vivências. A sua comunicabilidade com a sociedade portuguesa residia no empenho e no esforço pessoal dos sócios, dos correspondentes, dos membros da direcção, multiplicadas nas variadas actuações nos palcos possíveis da Ciência em Portugal. O trabalho dos académicos surgia, pois, como a conjugação invisível, e pessoalizada, de vários empreendimentos, nacionais e internacionais. As reuniões, estatutariamente obrigatórias, de discussão e apresentação de trabalhos e ideias originais decerto incentivavam e criavam os mecanismos ideais à introdução de novas teorias, de inovações técnicas e científicas. Decerto num desses debates científicos se constatou que :

"Quando já por toda a parte estava generalizada a vacinação, e que na Inglaterra, Alemanha, Russia, França e demais paizes da Europa se vião estabelecimentos publicos de vaccina, protegidos e sustentados pelos proprios Governantes: e que com maior entusiasmo esta interessante descoberta era acolhida até entre os povos menos civilizados da Asia, Africa e America, em Portugal estava ainda pouco familiarizado este precioso antidoto das bexigas naturais, com que a Providencia Divina quiz brindar o genero humano [...] por quanto apezar de ser já conhecida a vacinação em Portugal, desde o anno de 1799, nunca vogou com regularidade bastante, para que se estendesse a todo o Reino [...] em quanto não começarão a

---

<sup>86</sup> Ilídio do Amaral(1986), *Progressos do conhecimento geográfico da Africa*, p. 1150.

aparecer em 7 de Junho de 1812 os trabalhos da Instituição Vaccinica estabelecida pela philanthropia da nossa Academia" 87.

Como prova do amadurecimento deste projecto no seio na Academia, surgiu a público no próprio ano de 1812, saída da sua oficina tipográfica, a *Colleção dos opúsculos sobre a vaccina feitos pelos sócios da Academia Real das Sciencias, que compõem a instituição vaccinica: e publicados de ordem da mesma Academia*. Pensamos ser a criação da «Instituição Vacínica» mais uma faceta a juntar aos outros sinais da história da cultura portuguesa que temos vindo a delinear 88.

\*\*\*

O final do século XVIII em Portugal foi caracterizado por várias polémicas e muitas dissensões que se agudizaram, sobretudo, a partir do ano de 1789.

Os meandros da política e da ideologia cavaram discórdias profundas entre o poder político e parte da intelectualidade portuguesa, mesmo entre os eleitos e prestigiados pelo saber sagrado da Ciência. A «maçonaria» e o «jacobinismo» serviram de rótulos a Pina Manique para etiquetar, e banir, todas as ideias e propostas de aberturta mental, política e ideológica entre nós 89. A polémica, por exemplo, desencadeada em torno do *Novo Código*

---

87 Francisco Elias Rodrigues da Silveira (1821), *Discurso Historico [...]*, p. 9-10.

88 Neste caso, teve a «Instituição Vaccinica» ligações muito próximas com o *Jornal de Coimbra*, nascido em 1812. Sobre esta aproximação veja-se Maria de Fátima Nunes (1991), *A universidade e a divulgação de conhecimentos científicos [...]*, p. 133-136.

89" Manique combinava as relações de Correia da Serra com Brussonet e os americanos, por um lado, e o duque de Lafões, por outro. E na impossibilidade de atingir directamente

(1789),<sup>90</sup> que teve como protagonistas António Ribeiro dos Santos e Melo Freire serviu para demonstrar que "as condições gerais da sociedade portuguesa não permitiam uma abertura cultural, em termos de compromisso tradição-inovação" <sup>91</sup>.

Será neste ambiente paradoxal de travagens e avanços que se firmarão lentamente as bases de uma outra sociedade - a do individualismo liberal. Será igualmente neste ambiente que irá nascer um tipo de imprensa periódica ( nacional e patriótica, mas não nacionalista) de visão cosmopolita, útil e individualista do papel da Ciência, sobretudo das ciências <<do homem>> (medicina incluída) e das <<ciências da natureza>>. Até 1808 - data da chegada dos soldados franceses, com um inevitável valor real e mítico - cada jornal polarizou um conjunto de vontades e de saberes individualizados, e socialmente prestigiados, pela cientificidade dos seus propósitos - a afirmação e a competência dos seus directores e redactores <sup>92</sup>.

Um pequeno mundo convergente, que sempre acabou por cruzar-se no espaço de potencialidades criadas em Portugal a partir de 1772. As <<palavras>> e as <<coisas>> assimiladas no registo de <<francesas>> circulavam há muito entre nós circulavam, por diferentes caminhos e por múltiplos atalhos de leitura.

---

o duque e até mesmo o abade Correia , encarniçava-se contra os seus amigos". Graça e J. S. da Silva Dias (1980), *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo I, p. 379.

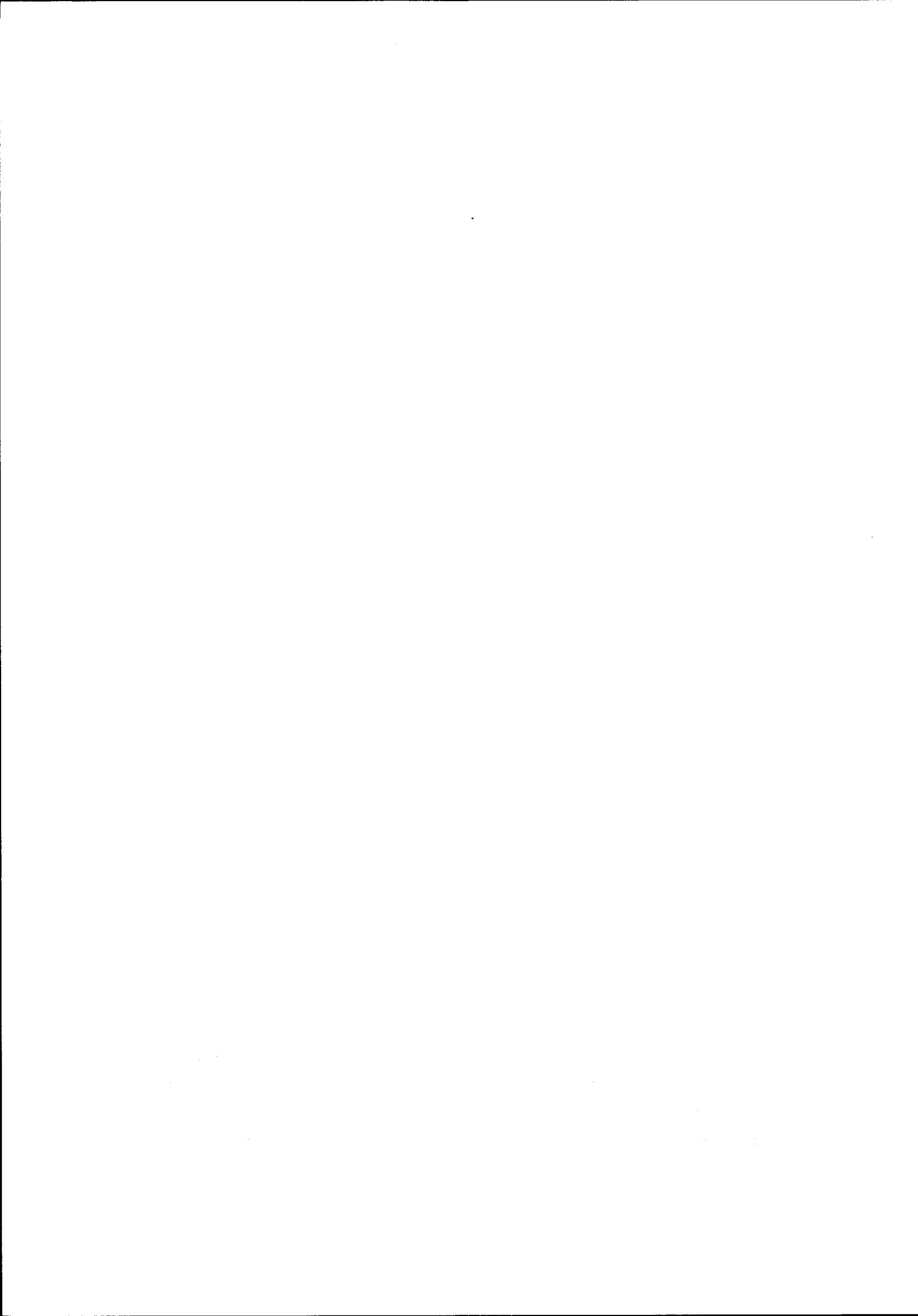
<sup>90</sup> Cfr. José Esteves Pereira (1983 ), *O pensamento político em Portugal [...]*,p. 51-54.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 288.

<sup>92</sup> Recorde-se a concordância da Real Mesa Censória para este tipo de pedidos de edição. Fácil é encontrar o desejado <<pode correr>> da anuência de um dos seus membros. A.N.T.T., Real Mesa Censória - publicações periódicas.

Debrucemo-nos, finalmente, sobre as várias centenas de páginas do periodismo científico das Luzes em Portugal . Títulos que se sucedem cronologicamente uns aos outros, mas cujas páginas nos permitem entrar nas teias do mundo da divulgação da ciência em Portugal, em dois períodos históricos: **1772-1834 e 1834-1852.**





## CAPITULO 2 O Jornalismo Personalizado

### 2.1. A figura de Manuel Gomes Bezerra

A figura do médico de Ponte de Lima, Manuel Gomes de Lima ou Manuel Gomes de Lima Bezerra, como também foi conhecido <sup>1</sup>, permite-nos entrar duplamente no âmbito da análise dos periódicos científicos no final do século XVIII. Médico do período pombalino, membro da Academia das Ciências de Lisboa e sócio honorário da Sociedade Económica de Ponte de Lima, é ainda autor de uma peça literária, de viés económico, denominada *Os Estrangeiros do Lima*, escrita durante o período da regeneração de D. Maria I <sup>2</sup>.

Lima Bezerra atravessa os dois momentos finais de setecentos, arvorando-se publicamente como arauto e concretizador das Luzes da época. O seu itinerário biográfico permite-nos observar o desempenho de um homem, no seu próprio meio cultural <sup>3</sup>. Gomes Bezerra inseriu na sua

---

<sup>1</sup> Cfr. Júlio de Lemos (1948), *O limianista Doutor Lima bezerra [...]*, p. 2-3. Aqui se explicita que, por exemplo nas suas obras médicas usa como apelido apenas Lima, enquanto que na carta de Hábito de Cristo é nomeado "Dr. Manuel Gomes de Bezerra de Lima". Cfr. também sobre este assunto Costa Sacadura (s/d), *Facetas do jornalismo médico*, p. 6.

<sup>2</sup> Cfr. Pedro Vilas Boas Tavares (1988), *Experimentalismo, Iluminismo e Fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno. Evocando Lima Bezerra (1727-1806) [...]*.

<sup>3</sup> Embora Bezerra fosse sócio de Academias internacionais, como a Sociedade Real dos Médicos, de Madrid, Real Colegio de S. Fernando, da Sociedade de Ciências de Sevilha e

prática de personalidade ilustrada, o uso pedagógico das Luzes e dos seus veículos culturais mais sintomáticos - os periódicos, a Universidade e as sociedades científicas ou económicas <sup>4</sup>.

Na Dedicatória de abertura do *Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia*, organizado no Porto de Janeiro a Abril de 1764 <sup>5</sup>, em homenagem a D. José I, afirma Bezerra:

" [...] aquelle discretissimo Rei, que vendo inundados o seu Reino de livros cheios de ignorância, de superfluidades, de erros, constituiu hum Tribunal Regio composto por Varões Sabios, Religiosos, e prudentes, para separarem as obras prejudiciaes, para corrigir as impuras para animar a verdadeira litteratura, e perseguir intrepidamente o fanatismo" <sup>6</sup>.

Esse Tribunal teria uma missão civilizadora. Seria algo semelhante à que Jean Serraih fez ressaltar para o processo da Ilustração espanhola <sup>7</sup>,

---

membro do Real Colégio de S. Fernando. Categorias que apunha na folha de rosto das suas publicações. Cfr. Hernâni Monteiro(1926), *Origens da Cirurgia Portuense*, p. 61

<sup>4</sup> "La mayoría de los escritores que celebraban los adelantos materiales realizados en el país, atribuían de buen grado este progreso a la política ilustrada de Carlos III. Ninguna de las medidas por él adoptadas con intención de fomentar la prosperidad nacional, fue empero tan admirada como el apoyo prestado por su Gobierno a las instituciones capaces de propagar las luces entre sus súbditos. Tres eran particularmente importantes: los periodicos, las universidades y las Sociedades de Amigos del País". R. Herr (1979), *España y la revolución [...]*, p. 129.

<sup>5</sup> Mas apenas publicado em Lisboa, no ano de 1772, na regia officina typographica.

<sup>6</sup> *Diário Universal de Medicina [...] Dedicatória*, s/p.

<sup>7</sup> "Los «medios simplemente civilizadores», la cultura, la escuela y las técnicas, parecen perfectamente suficientes a Jovellanos y a sus amigos para reformar a España. difundir esas cosas significa ahorrar-se los gastos de una revolución sangrienta; y en

concedendo um papel de destaque à cultura e à reforma do ensino universitário - meios indispensáveis para se instaurar o regime reformador pretendido <sup>8</sup>.

Se olharmos para o percurso biográfico de Gomes Bezerra detectamos também alguma actividade científica, na área da Medicina, na cidade do Porto, antes da edição do já referido *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia* e da promulgação dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

## 2.2. Gomes Bezerra e as Academias

No itinerário de Bezerra o ano de 1749 foi particularmente rico em inovações. Registe-se o aparecimento em Dezembro da Academia Médico-Portuense, que tinha como objecto a cultura da medicina experimental. A Academia dos Escondidos foi outra das manifestações da capacidade de organização da sociabilidade científica de Gomes Bezerra, cujo principal órgão era o periódico *Zodiaco Lusitanico, Dhelphico, Anatomico, botânico, Chirurgico, Dendrologico, Ictologico, Lithologico, Medico, Metereologico, Optico, Ornithologico, Pharmaceutico e Zoologico* <sup>9</sup>. Neste ano, Manuel

---

lograr esa revolución pacífica y prudente consiste toda la ciencia de los gobiernos". Jean Serraih (1985), *La España ilustrada*, p. 191-192.

<sup>8</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 194.

<sup>9</sup> Obra publicada debaixo da protecção do Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas. Cfr. Costa Sacadura (s/d), *Facetas do jornalismo medico*, p. 7 e Júlio de Lemos (1948), *O limianista Doutor Lima Bezerra [...]*, p. 11-12.

Bezerra funda e assina, os estatutos da Academia Real Cirurgica Portuense<sup>10</sup>.

A sua actividade em Cirurgia <sup>11</sup> iniciou-se no Hospital da comunidade inglesa portuense <sup>12</sup>. Manter-se-á ali até ao ano de 1764, indo depois para Coimbra estudar Medicina<sup>13</sup>. Desta fase de estudante de Medicina surge um olhar crítico sobre a instituição universitária, publicado no *Diario Universal*, periódico iniciado, exactamente, em 1764.

Porém, este «estudante» universitário, ao chegar à cidade do Mondego, levava na bagagem um curioso «curriculum vitae» <sup>14</sup>, espresso

---

<sup>10</sup> Cfr. Costa Sacadura (s/d), *Facetas do jornalismo medico*, p. 9-10. Sobre as várias academias medicas portuenses veja-se também Hernâni Monteiro (1926), *Origens da Cirurgia Portuense*, p. 47-53.

<sup>11</sup> "Habilitado, na vila natal, em Latim e Filosofia, praticou em Viana a Cirurgia com os mestres Manuel de Amorim Dantas e José Custódio da Costa, indo depois aperfeiçoar-se em Lisboa, no Hospital Real de Todos os Santos, onde pouco permaneceria, porque em breve era admitido à frequência do Hospital Inglês". Júlio de Lemos (1948), *O limianista Doutor Lima Bezerra[...]*, p. 4.

<sup>12</sup> Sobre a implantação da comunidade inglesa no Porto veja-se Jorge Martins Ribeiro (1990), *A comunidade britânica no Porto[...]*, p. 19-31.

<sup>13</sup> Já anteriormente Pedro Brown, médico da "Factoria inglesa e da Relação declara, sob juramento, que não conhecia pessoa mais apta para o ensino da Cirurgia e Anatomia do que Manoel Gomes de Lima". Hernâni Monteiro (1926), *Origens da cirurgia portuense*, p. 61.

<sup>14</sup> "No sobredito ano de 1764, sendo Cirurgião da Casa Real e sócio da Academia de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança, do Real Colégio de S. Fernando e da Academia Real das Ciências de Sevilha, matriculou-se na Faculdade de medicina da Universidade de Coimbra. Contava, então, 37 anos de idade! [...] pela provisão régia de 7 de Janeiro do ano seguinte, eram-lhe concedidos três anos para fazer os actos de medicina e se graduar. Precedera esta mercê consulta da Mesa de Consciência e ordens, [...] concluiu a sua formatura a 13 de Maio de 1767, obtendo plena aprovação cinco dias depois". Júlio de Lemos (1948), *O limianista*

em actividades científicas e em obras já publicadas na cidade do Porto <sup>15</sup>. Remontavam, aliás, às primeiras à colaboração prestada na institucionalização da Academia Cirúrgica Prototipo Lusitânica-Portuense <sup>16</sup>.

Percurso alargado e repleto de acontecimentos científicos o de Manuel Gomes de Lima Bezerra, que ainda encontrou tempo e disponibilidade para colaborar no periódico portuense - *Gazeta Literária* <sup>17</sup> (1761-1762) - organizado pelo irmão, o cónego secular Francisco Bernardo de Lima <sup>18</sup>.

---

*Doutor Lima Bezerra[...]*, p. 23-24. Sobre a ida para Coimbra como estudante veja-se também Hernani Monteiro (1926), *Origens da cirurgia portuense*, p. 61.

<sup>15</sup> Tenha-se em conta as seguintes publicações - *Receptuario lusitano chymico-pharmaceutico[...]*(1749); *Dialogo chirurgico sobre a inflamação[...]*(1756); *Praticante de hospital convencido [...]*(1756); *Oração inaugural[...]* Real Academia Cirurgica[...](1760); *Oração inaugural [...]* Real Academia Cirurgica[...](1761); *Memorias chronologicas e criticas para a historia da cirurgia moderna* (1762)

<sup>16</sup> "Data de 8 de Setembro de 1748 e foi fundada para «curar as queixas chirurgicas executando as operações que forem adequadas para este fim, sem se adherir a sistema particular mais que ao da razão, tudo para augmento da chirurgia e bem do Reyno». Compreendia não apenas Portugal, mas também a Espanha". Júlio de Lemos (1948), *O limianista Doutor Lima Bezerra[...]*, p. 7.

<sup>17</sup> *Gazeta Literaria, ou noticia exacta dos principais escritos, que modernamente se vão publicando na Europa*. Existe um estudo monográfico sobre este periódico - G.C. Rossi, «*La Gazeta Literaria*» del Padre Francisco Bernardo de Lima, in «Annali» Sezione Romanza de instituto Univ. Orientale, napoles, Sep. 1963; **apud**. Irwin Stern (1990), *A limbo of liberal thought[...]*, p. 169.

<sup>18</sup> "O Pe. Bernardo de Lima, nas páginas da sua *Gazeta Literaria*, é o primeiro autor, em Portugal, a revelar publicamente o conhecimento do movimento de renovação da agricultura e do interesse por ela, que se estava expandindo em boa parte da Europa. Defensor da primazia da agricultura, divulga junto dos seus compatriotas as obras de dezenas de escritores (sobretudo franceses e ingleses) sobre questões teóricas e práticas de agricultura, e propõe, à imitação de outros países, a criação de Sociedades Económicas, especialemte vocacionadas para o estudo e experimentação agrárias". José V. Serrão

O trajecto seguido até 1772 deverá ter sido determinante para o pensamento e a acção deste personagem nortenho, assente em três marcos referenciais da sua vida científica. Um, o aparecimento do nosso primeiro periódico científico (dentro do critério das balizas temporais simbólicas estabelecidas neste projecto de trabalho), totalmente enquadrado na acção reformista do Marquês de Pombal. Outro, a colaboração dada à Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, de Ponte de Lima; e o terceiro, e a edição de *Os Estrangeiros no Lima*.

Face ao percurso traçado, julgamos ser significativo analisar o conteúdo discursivo do *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia*, Janeiro a Abril de 1764. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1772. O periódico corresponde à militância científica de Manoel Gomes de Lima, que é dedicado a El-Rei fidelissimo Nosso Senhor D. José I :

"O amor da Patria e o da profissão, que me moverão a principiallo [*Diario Universal*] no anno de 1764 não soffrerião que eu interrompesse a sua publicação, se o destino a não embaraçasse logo no tempo do seu nascimento com alguns urgentes, e quase insuperáveis motivos. Hum delles, e o principal, foi o das minhas assistencias na Universidade de Coimbra, para obter o Magisterio em filosofia e os grao de Medico [...] Rompi com tudo todos estes obstaculos, e pude ordenar este anno de 1770 os cadernos do mez de Abril, que agora sahem à luz publica, e que constão unicamente de algumas observações minhas, para mostrar os bons sucessos que

---

(1988), *O pensamento agrário setecentista [...]*, p. 39. Cfr. *Gazeta Literaria*, nº 23 (Dez. 1761) e nº 24 (Dez. 1761), em que se aborda a importância de criar entre nós sociedades agrícolas.

experimentei com o uso de alguns remedios, e o que penso sobre varios pontos da Faculdade" 19 .

Pensamos ser pertinente perguntar se se aguardou pelo *Compendio* , e pelo respectivo projecto de reestruturar as várias Faculdades, ou se, de facto, Manuel Gomes de Lima estaria tão ocupado na sua profissão de cirurgião ao serviço dos ingleses que não tivesse podido compilar os vários cadernos organizados, desde 1764 , sobre as questões da medicina e as suas novidades e informações revolucionárias.

As reflexões introdutórias são também passíveis de serem entendidas como uma voz crítica, e alternativa, ao estado da Faculdade de Medicina. Segundo Manoel Gomes de Lima esta enfermava de vários, graves e prejudiciais vícios, entre os quais destacava por ordem de importância: o mau método de ensinar; a multidão de manuais inúteis sem exceptuar os franceses; a existência de médicos e cirurgiões inabéis, preguiçosos e avarentos; os empíricos charlatães nacionais e estrangeiros que discorrem pelas nossas provincias; a ignorância, malícia e fraude com que os boticários enganam os médicos e o público, e, finalmente, a omissão e o abuso, com que se castigam os que sem condições precisas se fazem médicos, cirurgiões e boticários.

Temos assim um quadro bastante negro face da relação existente entre Ciência e Público, uma vez que a primeira não visava os objectivos dos sagrados princípios de oferecer os seus méritos filantrópicos à população de todo o País. Este conjunto de prolegómenos científicos aparecem reflectidos

---

19 Nota "Ao Leitor", *Diario Universal de Medicina* [...], s/p.

nas páginas do *Diário Universal de Medicina* - um periódico científico que viveu, essencialmente, a partir do labor de uma única pessoa - Manoel Gomes de Lima <sup>20</sup>.

No número de Abril de 1764 <sup>21</sup> o Autor insere a "Oração Académica inaugural sobre os principaes progressos que a cirurgia da Europa tem feito nestes últimos annos. Segunda parte. Recitada na Academia de Cirurgia do Porto, para abrir os Estudos Académicos". Daqui podemos desde já inferir a ambição do Autor para colocar a cirurgia portuguesa a par da europeia, divulgando o espírito dos melhores autores sobre o assunto <sup>22</sup>. Exemplos, podemos citar o rol de doenças apresentado, com a indicação sistematizada da respectiva cura, ou ainda a influência do clima e da alimentação sobre a saúde e o bem estar dos indivíduos <sup>23</sup>.

Passada a fase da Medicina e do consulado pombalino voltamos a encontrar Manoel Gomes de Lima Bezerra num espaço mais nortenho e delimitado - a sociedade rural de Ponte de Lima. Em 1779 são preparados os Estatutos da «Sociedade Económica de Ponte-de-Lima dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público». Tinha por incumbência promover os melhoramentos dos "motores e das forças" do Bem Público, ou seja da

---

<sup>20</sup> Não podemos desprezar a influência que o jornal *O Anónimo* pode ter exercido neste modelo de jornalismo pessoalizado. Cfr. Marie-Helène Piwnik (1979), «*O Anónimo*» [...].

<sup>21</sup> Este número só viria a ser publicado em 1772, ou seja após o aparecimento do *Compendio Histórico* (1771) e dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772).

<sup>22</sup> Esforço já evidenciado pelas publicações científicas de Lima Bezerra..

<sup>23</sup> Referimo-nos ao artigo "O medico cidadão ou artas escritas pelo Author do diario a varios Amigos sobre o temperamento, ar, alimentos e águas da cidade do Porto. Carta primeira, dirigida a hum Amigo de Lisboa sobre o temperamento, e ar da cidade do Porto", *Diário Universal* [...] *Abril*, (1764), p. 153-187.

«agricultura», da «indústria popular» e do «comercio». Tratava-se de uma verdadeira «academia rural»<sup>24</sup>, que viu os seus Estatutos<sup>25</sup> promulgados por Alvará Régio de 5 de Janeiro de 1780<sup>26</sup>.

Gomes Bezerra foi um dos seus sócios honorários. Teve a seu cargo estabelecer algumas ligações epistolares com a também recém constituída Real Academia das Sciencias de Lisboa. Assim, redige a "Memória pela qual se dá conta à Academia das Sciencias de Lisboa das transacções da Sociedade Economica da villa de Ponte de Lima, no anno de 1780, primeiro depois da sua instituição"<sup>27</sup>.

No seu discurso científico a medicina e a cirurgia deram lugar ao agrarismo, evidenciando o que pode ser feito pela grandeza e pelo desenvolvimento da nobre actividade agrícola. Em um passo da referida

---

<sup>24</sup> Seguimos a expressão de Miguel Roque dos Reis Lemos (1936), *Estudo para os Anais municipais de Ponte de Lima*, p. 107. Este autor dá uma atenção muito pormenorizada à Sociedade de Ponte de Lima, publicando abundante documentação. Ainda no âmbito da edição de documentos referentes à Sociedade veja-se Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica [...]*. No que toca a trabalhos historiográficos mais recentes, respeitantes ao pensamento económico, refira-se José Esteves Pereira (1984), *Economia em Portugal no século XVIII [...]*, p. 28-29 e 32; e José L. Cardoso (1989) *O pensamento económico em Portugal [...]*, p. 47

<sup>25</sup> *Estatutos da Sociedade Economica dos Bons Compatriotas, amigos do Bem Publico, estabelecida na villa de Ponte de Lima, debaixo da Real protecção de Sua Magestade e intervenção da Junta de administração das fabricas do Reino*, Lisboa, Regia Officina Typographica, ano MDCCLXXX (1780).

<sup>26</sup> Curiosamente existiu uma alternativa aos Estatutos, elaborada pelo monge beneditino Frei José da Expectação, natural de Arcozelo (Ponte de Lima) o que denota a importância que esta Sociedade deve ter tido junto do público de Ponte de Lima. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica [...]*, p. 28 e ss.

<sup>27</sup> Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica [...]*, p. 56-57.

Memória diz-nos Lima Bezerra: "Felismente a sociedade conseguiu persuadir os Povos das utilidades desta cultura [ cultura das amoreiras], principalmente nas bordadas dos campos aonde não prejudiquem a produção de outros generos, e geralmente se tem incitado um apetite, e uma especie de emulação em as cultivar" <sup>28</sup>.

Obra última e de síntese de um longo e complexo itinerário bio-bibliográfico é sem dúvida *Os Estrangeiros no Lima ou conversações eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Geografia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias, com huma Descrição de todas as Villas, Freguesias, e Lugares notaveis da Ribeira Lima, suas produccoens, industrias, edificios, familias nobres, filhos illustres em virtude, armas ou lettras; e com a Nobiliarchia portugueza de Villasboas illustradas com todos os escudos de armas dos appellidos das Familias do Reino por ordem alfabetica, e huma breve noticia das Casas, que*

---

<sup>28</sup> *Apud.* de Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica [...]*, p.57. "Apesar desta autoria individual [...] a Memória representa , segundo cremos, o sentir geral dos sócios acerca dos problemas aí abordados. No seu texto, para além do relatório de actividades, propriamente dito, faz-se uma veemente apologia da modernização e mecanização da agricultura minhota, através da aplicação dos conhecimentos científicos e da utilização de novas técnicas; defende-se ainda o reforço da propriedade privada contra a estagnação económica representada pelos terrenos de uso colectivo, os chamados baldios". Joaquim Pintassilgo (1987), *Diplomacia, política e economia [...]*, p. 279.

*ha no mesmo Reino, dos ditos apelidos, sem serem Titulares* <sup>29</sup> . Obra recreativa e educativa, de pendor económico <sup>30</sup>.

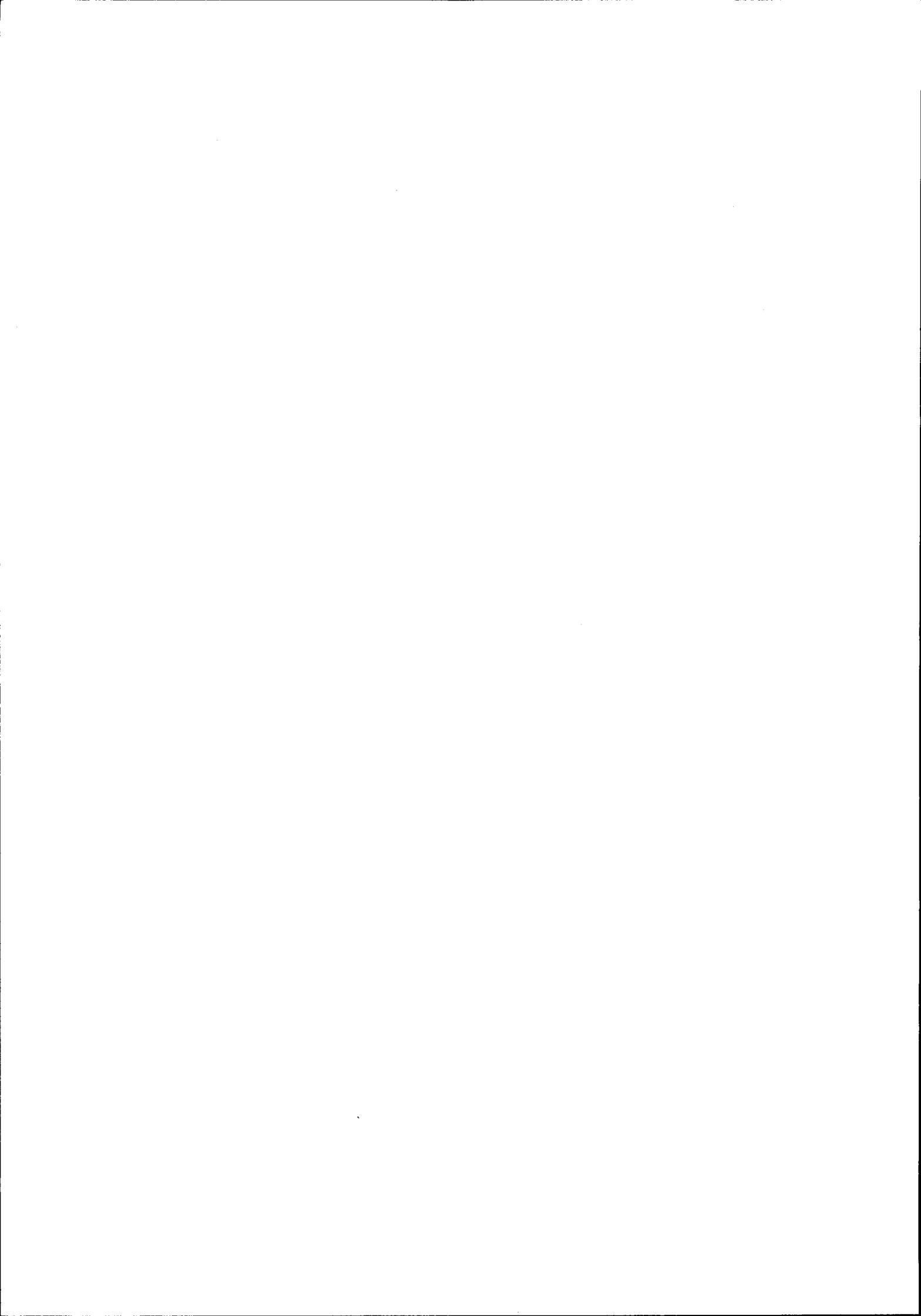
É um longo e descritivo título para apresentar um diálogo de sabor literário entre Raulin, francês e filósofo de profissão; Clark, comerciante inglês; Julio, italiano de nacionalidade e viajante como ocupação na vida; Hugo, especializado genealógico castelhano e finalmente um médico, português de origem, e de nome de apresentação Lami (anagrama de Lima?).

Estamos perante a síntese de três fortes componentes de uma mesma personalidade científica. A mediana dos saberes humanos, concretizados pela Cirurgia e pela Medicina; o segmento nacional racional e ilustrado da prosperidade despoletada pelas potencialidades do agrarismo; o recurso à erudição literária, genealógica e cosmopolita da Europa das Luzes. Nos dois volumes saídos, respectivamente em 1785 e em 1791, Manoel Gomes de Lima Bezerra transpôs para o recanto de Ponte de Lima - espécie de microscópica sociedade lusitana - toda uma reflexão global sobre o final do século XVIII em Portugal e de um possível «diálogo» com a cultura europeia setecentista. Tudo a propósito de uma erudita e instrutiva conversa entre um italiano, um castelhano, um inglês, um francês e um português.

---

<sup>29</sup> Existe o manuscrito desta obra, anotado à margem pelo autor, com referências de erudição e de citação das obras usadas ( Biblioteca Pública de Évora, Fundo Manizolla, Cod. 156).

<sup>30</sup> Veja-se os textos de interpretação de Moses B. Amzalak (1959), *Os estudos económicos de M.G.L.Bezerra*, José E. Pereira (1984), *Economia em Portugal no século XVIII [...]*. Para pormenores informativos e detalhes de erudição veja-se Júlio de Lemos (1948), *O limianista doutor Lima Bezerra [...]*, p. 28-31.



## CAPITULO 3 O Ciclo de Periódicos da "Regeneração das Luzes"

### 3.1. A matriz do *Jornal Encyclopedico*

Em 1779, o ano de muitas das realizações do reformismo mariano <sup>1</sup>, se se permite a expressão, surge um jornal que pretendia ir ao encontro das ideias do século XVIII. De seu nome o *Jornal Enciclopédico*. Dedicado à Rainha Nossa Senhora, destinado à instrução geral, com a notícia dos novos descobrimentos em todas as sciencias e artes. Lisboa. Impresso na Tipografia de António Rodrigues Galhardo <sup>2</sup>, impressor da Real Mesa Censória, 1779-1793.

Estava lançada em Portugal a matriz dos periódicos de índole enciclopedista <sup>3</sup>. Como referente genealógico estaria a célebre obra colectiva de meados do século das Luzes *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des*

---

<sup>1</sup> Lembremos a fundação da Real Academia das Sciencias de Lisboa, a entrega, e posterior aprovação, dos Estatutos da Sociedade Económica de Ponte de Lima e a criação do *Jornal Enciclopédico*.

<sup>2</sup> "Outros impressores: Tipografia Moraziana, Tipografia Nunesiana, Oficina de Filipe da Silva e Azevedo e Oficina de António Gomes. Interrompeu a publicação entre Julho de 1779 e Junho de 1788". Informação explicitada no *Catálogo de Publicações em série [...]* (1984), p. 55.

<sup>3</sup> Cfr. José Tengarrinha (1989), *História da imprensa periódica [...]*, 48. Existe um estudo sobre este periódico, veja-se Lawrence Nevins, *Enlightening Portugal: the «Jornal Enciclopédico», 1770-1806*, publicado in «The Journal of American Portuguese Culture Society», Summer-Fall, 1971, p. 1-12; **apud**. Irwing Stern (1990), *A limbo of portuguese thought [...]*, p. 169.

*sciences, des arts et des métiers*, 28 vols (18 de texto, 11 de "tábuas"), publicada sob direcção de Diderot e D'Alembert.

Este projecto de divulgação do conhecimento científico, experimental e newtoniano <sup>4</sup>, teve repercussões em Portugal. Lembremos, por exemplo, a obra do oratoriano P. Teodoro de Almeida - *Recreação Philosophica* - publicada em dez volumes, entre 1751 e 1800. "Obra que cumpre, no essencial, duas funções: a condensação enciclopédica do saber e a sua divulgação, traduzindo um projecto pedagógico [...] visível na forma diagonal e na simplicidade expositiva em vernáculo" <sup>5</sup>.

Na Europa nasciam, em simultâneo, outros veículos culturais, que procuravam divulgar e «popularizar» a ciência, de modo rápido e pedagogicamente eficiente, levando nas suas folhas os conteúdos dos saberes

---

<sup>4</sup> "La science dont l'Encyclopédie veut faire l'inventaire n'est pas la scientia generalis de Leibniz, ni la science déductive de descartes métaphysiquement garantie par l'existence de Dieu, mais la scientia experimentalis telle que la pratiquent effectivement, dans leurs laboratoires, les savants de la Royal Society, fondée par des baconiens, ou de l'académie des Sciences de Paris, et telle que la physique newtonienne en offre le modèle considéré comme définitif. ainsi entendue, la science est un processus en constant eevolution, sans cesse enrichi par de nouvelles espériences et découvertes, qui saurait ietre enfermé dans un «système» clos". Alain Pons (1986), (Introduction), *Encyclopédie [...] (articles choisis)*, tomo I, p. 35. Veja-se nesta edição o «discurso preliminar» de D'Alembert que nos traça a mancha das secções e dos temas que sernao versados nesta obra colectiva, produto dos filósofos «do século» (cfr. *ob. cit.*, tomo I, p. 75-184).

<sup>5</sup> Francisco Contente Domingues (1989), *Ilustração e Catolicismo [...]*, p. 63.

do século ilustrado. Referimo-nos ao modelo francês do *Journal Encyclopédique* (1756-1793) <sup>6</sup>.

Foi neste cruzamento de contextos nacionais e internacionais, da segunda metade de setecentos, que circulou o prospecto do *Jornal Encyclopédico*. Destinava-se a informar, e entusiasmar, os portugueses anunciando uma nova iniciativa cultural, destinada a regeneração do País. Este periódico conheceu até ao período vintista três fases; a primeira, a de 1777 conotada com o desempenho de Felix Antonio Castrioto <sup>7</sup>, a quem coube o papel de executar as formalidades do projecto jornalístico.

A segunda fase coincide com o período de 1788 a 1793, constituindo o período mais estável, à excepção das sucessivas mudanças de tipografia <sup>8</sup>, de maior produção e prestígio. Durante este espaço de vida, o jornal teve a colaboração, entre outros, de Bento de José de Sousa Farinha, de José Agostinho de Macedo, de Francisco Luís Leal, António de Almeida, Francisco de Sales, Joaquim José da Costa e Sá <sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Desempenhou um papel de importante divulgação da medicina em França, visto que "A coté de l'enseignement proprement dit, il faut tenir compte de la diffusion et de la vulgarisation de la médecine en dehors des milieux médicaux, soit par les médecins, soit par des écrivains non médecins". Pierre Huard (1986), *L'enseignement medico-chirurgical [...]*, p. 213; sobre o *Journal Encyclopédique* veja-se também p. 217 e 222.

<sup>7</sup> Sobre este personagem são muito escassas as informações disponíveis. Sem «obra publicada» parece ter saltado o seu nome para o domínio público apenas para accionar o lançamento do primeiro ano do *Jornal Encyclopédico*. Talvez não seja total acaso o periódico reaparecer só em 1788, agora sob a direcção, e contributo publicista e científico, de um médico - Manoel Joaquim Henriques de Paiva, sobrinho do famoso médico português setecentista António Nunes Ribeiro Sanches.

<sup>8</sup> Cfr. João L. Lisboa (1984), *Enciclopedismo e anti-enciclopedismo [...]* p. 99-100.

<sup>9</sup> Cfr. Inocência da Silva, *Diccionario Bibliográfico [...]*, vol. VI, p. 17-18.

O terceiro fôlego de vida foi extremamete fugaz - o ano de 1806. O jornal publicou-se com um formato muito mais reduzido, desta vez sob a responsabilidade de António Manuel Policarpo da Silva.

Olhemos, com algum pormenor, para este periódico cujo aparecimento foi contemporâneo da fundação da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Duas criações culturais, dois públicos diferentes, com intercepção dos mesmos protagonistas científicos. Aproximemo-nos das razões adiantadas para pôr a circular a folha enciclopedista:

"Em Portugal não havia um Jornal, tendo sido em todos os outros paizes de muito proveito as produçoens deste genero: os Nacionaes lamentavão esta falta, e os Estrangeiros a censuravão. Agora está dado o primeiro passo nesta empreza: quem dezeja que ela prospere deve contribuir para os seus progressos" <sup>10</sup>.

Pretendia-se que o órgão difusor do enciclopedismo fosse o "Jornal da Nação". Através deste veículo podia-se comunicar e divulgar as luzes. Ofício fundamental dos editores, segundo as palavras de Castrioto. E este aplicado e zeloso empreendedor executivo admite estar a idealizar um Jornal Português, "que seja não só um veículo d'instrucción para os ignorantes, mas uma ocazião de se exercitarem os instruidos. O nosso cuidado será ajuntar os materiaes, e comunica-los pronta, e exactamente ao Publico" <sup>11</sup>.

Finalmente somos informados das diversas secções do periódico. Como secções estruturais temos a de Filosofia, Medicina, Historia Natural e

---

<sup>10</sup> *Jornal Enciclopedico*, Lisboa (1779), páginas iniciais, s/p.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*.

Literatura. Relegavam para um segundo caderno a Economia Civil e Rústica, as relações políticas dos diferentes Estados, com o resumo de notícias, miscelâneas e as produções literárias de todas as Nações <sup>12</sup>.

Por razões variadas, e como já se referiu, o periódico só voltará a público em 1788, sob a acção de relevo de Manuel Henriques de Paiva, doutor em Medicina e membro activo dos mecanismos de sociabilidade científica da época, como a Sociedade de Medicina e Madrid, a Academia das Ciências de Estocolmo e a Sociedade de Economia de Harlem. Foi um dos nomes laureados pelas *Memórias de Agricultura premiadas pela Real Academia das Ciências*, apesar de ter tido algumas desavenças com os outros sócios, tendo-se retirado em 1787, "por desconsiderações" segundo Inocencio da Silva <sup>13</sup>.

Henriques de Paiva exerceu também um amplo trabalho de tradutor e de divulgador de temas médicos <sup>14</sup>. Este seu perfil estava ajustado à de difusão do conhecimento enciclopedista. Tal facto, marcou, decerto, a sua rápida passagem pela Academia das Ciências, mantendo-se ligado aos princípios enunciados em 1779:

---

<sup>12</sup> Cfr. o estudo de João L. Lisboa (1991), *Ciência e política [...] em que esta secção informativa do *Jornal Encyclopédico* foi uma das fontes principais para o seu trabalho.*

<sup>13</sup> *Dicionário Bibliográfico*, vol. VI, p. 12

<sup>14</sup> Tenha-se como exemplo alguns dos seus trabalhos publicados nesta época: *Aviso ao Povo ou sumário dos sinais e sintomas das pessoas envenenadas e dos meios de socorrer* (1787); *Aviso ao povo ou sumário dos preceitos mais importantes concernentes a criação das creanças* (1787); *Methodo seguro e facil de curar o galico* (trad. 1791); *Curso de medicina teórica e pratica destinado para cirurgiões quando embarcados ou que não estudaram nas Universidades* (1792); *Aviso ao Povo acerca da sua saude* (1796).

"O fim do Jornal Enciclopédico he, SENHORA, fazer os Vassallos de V. Magestade mais virtuosos, e mais felices; porque o seu assunto he propor-lhes a miudo os meios da felicidade, e os estímulos da virtude" <sup>15</sup>.

Voltemos ao trajecto do *Jornal Enciclopédico*. No início da década de 90, sente-se um mal-estar no seio do jornal. Os condicionalismos das reformas das luzes tinham-se alterado; os ventos perigosos da Revolução Francesa faziam de Pina Manique, e do Tribunal do Santo Ofício, ferverosos perseguidores de potenciais libertinos e/ou jacobinos. Manuel Henriques de Paiva foi um deles.

Um aviso ao Leitor, em Janeiro de 1792, foi um dos sintomas destas vivências:

"AO LEITOR

Depois das repetidas interrupções que tem auido na publicação do Jornal Enciclopédico, parece injustificavel a que acaba de experimentar-se. O Público tem assaz fundamento [...] para estar descontente desta obra periodica[...]" <sup>16</sup>.

E para obviar os incómodos, e talvez o descrédito já visível propunham-se algumas alterações, entre as quais a protecção ao jornal de "Sua Alteza o Principe Regente", e não já de sua mãe... Entre as modificações

---

<sup>15</sup> *Jornal Enciclopédico* (1779), caderno 1, nota de apresentação, s/d. Sobre o problema da virtude e do seu possível eco na opinião pública cfr. José dos S. Alves (1992), *Ideologia e política na imprensa do exílio [...]*, p.171-200.

<sup>16</sup> *Jornal Enciclopédico*, Janeiro 1792, s/p.

incluía-se a exclusão de referir "noticias ou contar factos que são assunto da gazeta"<sup>17</sup>.

Nos artigos continuam a manter-se os temas da Moral, das Bellas Artes e da Literatura, além das "observações medico-metereologicas vindas do Porto, elaboradas por um habil professor daquela cidade". Estamos em crer tratar-se do "Dr. Lima", ou algum dos seus continuadores, e dos periodicos médicos que o Porto viu nascer no seculo XVIII.

Contudo em 1793 termina esta segunda fase da existência jornal, não sem ter desempenhado um importante papel junto dos leitores e subscriptores. Correspondendo à matriz enciclopedista, publicaram-se ali textos sobre temas tão diferenciados, mas unidos sob uma mesma árvore dos saberes, como a agricultura e a medicina, o pensamento económico e político, as informações bibliográficas ou peças de literatura nacional. O projecto acalentava ainda sopros de vida. Surge assim uma terceira e curta fase de publicação. Apresentou-se sob a responsabilidade de António Manoel Polycarpo da Silva, na forma de um pequeno «opúsculo» denominado *Jornal Encyclopedico ou diario universal de sciencias e artes*. Lisboa, Typ. Lacerdiana, 1806.

Retoma-se o título e, de certo modo, o conteúdo. Segundo Inocencio "Entre muitas inutilidades, artigos que hoje não podem ser de alguma valia, a collecção contém ainda várias noticias, discursos, e pequenos opusculos, já dos proprios redactores, já dos correspondentes que subministram especies

---

<sup>17</sup> *Idem, ibidem.*

de instrução e proveito, concernentes à historia literaria de Portugal e ao estado das Sciencias e artes entre nós" 18 .

Antonio Manoel Polycarpo da Silva tinha já alguma rodagem nesta matéria. No início do século XIX, 1802 fizera aparecer a público, em Lisboa, as *Leituras uteis e divertidas, traduzidas em vulgar*, impresso na officina de João Procopio Correa da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal 19. Nesse mesmo ano e no seguinte era entregue à Real Mesa Censória um manuscrito intitulado *O Piolho Viajante* 20 , que viria a conhecer edição pública apenas em 1846 21. Neste texto, em forma de relatos de viagens, dava-se conta das inúmeras novidades, políticas, culturais e literárias, que ocorriam pelo mundo...

Compreende-se, pois, que Policarpo da Silva ao pegar no *Jornal Encyclopedico* não embarcou numa aventura completamente desconhecida.

---

18 Inocêncio da Silva , *Diccionario Bibliografico*, tomo IV, p. 178.

19 Vendiam-se estas «Leituras» na loja da Gazeta de Lisboa. A lista dos assinantes destes três volumes (o exemplar da Biblioteca Nacional está encadernado em dois tomos) encontra-se igualmente divulgada , vol. III, p. 81-109. O volume II trazia o «Catalogo» dos livros de novelas, contos moraes e historias que se vendem na Loja da Gazeta de Lisboa, Praça do Comércio, bem assim como as que eram vendidas no Porto em casa do Impressor e Livreiro Antonio Alvares Ribeiro; as de Coimbra, vendidas em casa de Manoel Pedro de Lacerda e as de Braga, na casa de José Joaquim Nunes. Policarpo da Silva, em 1819 voltaria a publicar um outro opúsculo: *Leituras uteis e divertidas*, na tipografia Rollandiana.

20 A.N.T. T. , Real Mesa Censória, Publicações periódicas, cx. 455.

21 *O piolho viajante divididas as viagens em mil e uma carapuças*, Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1846. Existe uma reedição prefaciada e anotada por João da Palma Ferreira, saída em Lisboa, Estúdios Cor, 1973.

A dedicatória é dirigida a D. João VI, Augusto Senhor, sendo antecedida por um pequeno «prospecto» que tinha como objectivo convencer o grande público a comprar este «diario universal». O reaparecimento de 1806 é marcado pelo anúncio do que ultimamente se havia publicado em Portugal <sup>22</sup>. As secções consignavam os temas de Filosofia Natural e Filosofia Racional e Lógica (obedendo-se aos «Estatutos da Universidade de Coimbra»...), e de Belas Artes. Seguia-se uma parte mais recreativa - as anedotas e miscelâneas e, por fim, o habitual cardápio das "produções literárias de todas as nações". Sairia, mensalmente, um caderno de 128 páginas; porém apenas um veio a público.

Assim terminava a existência do *Jornal Enciclopédico* em Portugal, deixando um rastilho para o aparecimento de outras publicações científicas, literárias e instructivas.

---

<sup>22</sup> Destaque para o título de Agostinho Inácio da Costa Quintela, *Tratado para a cultura das vinhas em Portugal conforme o temperamento do seu clima, no qual se mostra o verdadeiro methodo de as plantar, cultivar, renovar ou restabelecer, com muito menos despeza e restabelecer com muito maior proveito, do que actualmente se practica. Em que se estabelecem novas regras fundadas nas melhores observações e principios de Agricultura. E em que se corrigem ou refutam muitos abusos prejudicialissimos e principios mal fundados, introduzidos na sua cultura*, Lisboa, Typ., Academia das Sciencias, 1800.

### 3.2. *Variedades, Miscellanease Bibliothecas* de modelo enciclopédico

Entre os concorrentes ao *Jornal Enciclopédico*, temos de considerar os outros periódicos, que decerto terão contribuído para alargar os círculos de leitura das obras editadas pela Academia das Ciências, e pelas suas publicações periódicas. Trata-se de um conjunto ainda significativo de títulos que permitiram o alargamento da leitura de erudição e recreio, científica e útil, e para a introdução de novas ideias em Portugal <sup>23</sup>.

Vejamos sucintamente, caso a caso, os títulos que amalgamámos como variáveis à matriz do jornalismo do enciclopedismo. Em primeiro lugar a *Miscellanea Curioza e Proveitoza* ou compilação tirada das melhores obras das Nações estrangeiras. <sup>24</sup>, 7 tomos. Traduzida, e ordenada por \*\*\* [C.J.] . Lisboa, Typographia Rollandiana <sup>25</sup>, 1779-1785.

---

<sup>23</sup> "In spite of the obstacles of the era, the Portuguese newspapers was the only means of relative «mass communication» of ideas". Irwing Stern (1990), *A limbo of liberal thought [...]*, p. 168.

<sup>24</sup> De imediato, ocorre-nos comparar este título ao periódico espanhol *Espiritu de los mejores periodicos de Europa*, Madrid, 1787-1790.

<sup>25</sup> "O público mostrava-se receptivo a informações literárias, e os Rollands, compreendendo a oportunidade, editam uma publicação anual, a *Miscellanea Curioza, e proveitosa. Ou compilação Tirada das melhores Obras das Nações estrangeiras...*, em que se lançam nomes novos. Ai aparecem pela primeira vez, entre 1778 e 1783, composições anónimas de Nicolau Tolentino - cuja edição, mais tarde, já com o nome do autor, figura entre as da *Typografia Rollandiana*". Francisco G. Caeiro (1980), *Livros e livreiros franceses em Lisboa [...]*, p. 162.

A «*Miscellanea*» tinha por objectivo ser proveitosa e acima de tudo "dar noticia " do que se passava pela Europa, relativamente à "Agricultura, ao Commercio e à Economia Publica".

No *Prólogo* podemos tomar contacto com os objectivos empreendidos pelo redactor da *Miscellanea*:

"[...] As sciencias profundas só são fructos de grandes applicações, sem ellas far-se-hão os homens instruídos, mas não sabios; o viajante , ainda que lide com homens doutos, podera ter boa noticia dos uzos, costumes, leis dos povos; adeantar-se-ha na politica, mas nunca sera hum homem de letras. Estas querem aqui meditação, e se nas viagens se lida com os homens doutos, nos gabinetes trata-se mais familiarmente com elles" <sup>26</sup> .

A instrução e o desejo de formar homens doutos constituíam, pois, linhas orientadoras das traduções a efectuar e das compilações a elaborar. É natural que o manuseamento destes tomos exigisse concentração e espirito desanuviado. Os artigos seleccionados são de um modo geral extensos e densos, intercalando-se aqui e ali com algumas das produções literárias que entre nós se iam escrevendo.

Do compilador pouco, ou nada sabemos, enquanto personagem identificada. Conhecemos a *Miscellanea* e, numa das suas páginas, uma carta enviada ao editor, Francisco Rolland, justificando o teor e conteúdo de tão doutos e sábios artigos:

---

<sup>26</sup> Retirado do «prólogo» , s/p.

"...E como isto he para utilidade da Patria, tambem como amator da minha Patria, devo promover de todo o modo que posso, tudo quanto puder concorrer para o desabuso, augmento, e perfeição desta Nação, que em todos os tempos tem brotados Homens em todas as Artes, e Sciencias, que derão brado nas Nações estranhas, e na nossa. Os nossos Livros tem sido bem acolhidos de todos os Reinos, são buscados de todas as Nações. Deixe gritar os nossos mãos, ou superficiaes Patricios, que nós não temos Livros bons [...] Não ha duvida nenhuma que nós temos muito bons Livros, em que nenhuma cousa se acha senão puerilidades, quimeras e falsidades" 27 .

Salientamos nesta nota de apresentação dois longos artigos traduzidos e compilados pelo misterioso \*\*\*. Assim, temos "Da Sociedade considerada

---

27 'Carta ao Editor Senhor Francisco Rolland', *Miscellanea Curiosa e Proveitosa*, T. IV, (1782), p.4. No seguimento da missiva dá-se conta que o plano das luzes joaninas foi amplamente aumentado por S. M. D. José I e pela acção pedagógica das Luzes. "Eu estimo estas boas formas, e ideas, e tambem o zelo, com que muitos Portuguezes se tem esmerado em querer desabusar, e augmentar a nossa Litteratura, e introduzir neste Reino todas aquellas Maximas, com que os Homens se illuminem, e augmentem os seus pensamentos. Assim tenho visto franqueadas muitas obras, que nos servem de muita utilidade. Destas tem apparecido as suas traducções , que utilizão muito aquelles que ignorão as línguas, em que as Sciencias, ou Artes, ou Historia estão. O certo he, Amigo, que aquelle Paiz, aonde todos lem, e ainda o mesmo Povo, he o mais polido, mais religioso, e mais obediente aos soberanos. A razão porque as Nações barbaras prohibem a lição, e a applicação às Artes, e Sciencias, he para que os seus Povos não conheção nunca o erro em que estão, a má, e pessima Religião que seguem [...] Ora com razão V.M. deve ter hum lugar distinto entre os bons Portuguezes, porque tem tido o desejo de introduzir neste Reino obras uteis, já reimprimindo os nossos bons Authores, já mandando traduzir todas aquellas obras, que pode, servir de illustrar a quem não tiver maiores conhecimentos", *Idem, ibidem* p. 5-6.

relativamente ao seu exterior", 28 e o "Discurso sobre a Educação popular dos artistas e do fomento, traduzido do espanhol" (Campomanes).<sup>29</sup> A publicação por capítulos em vários tomos, dando sequência ao trabalho iniciado e, simultaneamente, criando laços entre o leitor e o compilador, não seria igualmente uma técnica de vender o periódico por parte de Francisco Rolland?

A década de 90 do século XVIII retomou a tradição dos *Mercurios*, em termos simbólicos, embora, aproximando-se tematicamente de *O Anónimo* <sup>30</sup>. Aparece na capital o *Mercurio Historico, Politico e Literario de Lisboa*, 14 volumes. Publicado com privilégio de Sua Magestade, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Iniciou-se em Janeiro de 1794, tratando-se de uma publicação mensal <sup>31</sup>.

Globalmente segue a tradição e o modelo do periódico da época moderna - o *Mercurio* <sup>32</sup>. Mas, talvez pretendesse agora associar fins

---

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, vol III, V, VI, VII.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, vol. III, V, VI, VII

<sup>30</sup> Cfr. O estudo feito por Marie-Helene Piwnik (1979), «*O Anónimo*» *Journal portugais du XVIII e. siècle (1752-1754)*, p. 10-13, onde se caracterizam os hebdomários «*Mercurios*». Veja-se também a pequena referência de Irwing Stern (1990), *A limb of liberal thought/...*, p.169, que não integra este *Mercurio Historico* [...] na linha tradicional do período anterior ao pombalismo.

<sup>31</sup> Lembremos que em 1793 se tinha interrompido a publicação do *Jornal Encyclopedico*, nesta fase sob a autoridade «literária» de Manoel Henriques de Paiva.

<sup>32</sup> "Evocando o mensageiro dos deuses, a designação de *mercúrio* foi adoptada por publicações de vários países europeus [...] As características dos mercurios apresentam-se cada vez mais distintas das gazetas, podendo dizer-se que aqueles estavam para estas como as revistas estão para os jornais na actualidade [...] No nosso país, o mais importante é o *Mercurio Português*, que aparece em janeiro de 1663 [:] Inseriria também [além das

informativos com conotações discursivas de ordem política, científica, formativa e informativa que fossem ao encontro do panorama cultural e político de Sua Magestade para o ano de 1794 !

Ao longo da leitura dos vários volumes nota-se que o rol de notícias é muito heterogéneo e boa parte dos artigos não se encontram assinados. Exceptuam-se alguns elaborados pelos homens da Academia das Ciências, como é o caso de Custodio Jose Gomes de Villasboas , com o seu "Alvará e Regulamento do encanamento do rio Cávado" <sup>33</sup>. O *Mercurio* é extremamente documentado no que se refere a notícias, designadas de «políticas», oriundas de várias partes do mundo. Esta valorização relegava para um plano secundário as notícias e informações de carácter científico.

Além destas duas temáticas, o jornal fornecia ainda aos seus leitores informações variadas. Temos um exemplo no Alvará de criação de uma Livraria Publica "a qual sirva como hum thesouro de todas as Artes e Sciencias, e aonde se achem, com os Livros mais preciosos pela sua raridade, e estimação, os monumentos mais respeitaveis das mesmas Artes, e Sciencias" <sup>34</sup>.

Quanto ao objectivo da publicação, somos informados no *Prologo* que este *Mercurio* deverá ultrapassar o tom superficial e lacónico, em termos

---

novas da guerra entre Portugal e Castela] muitas outras informações, , tanto do País como do estrangeiro; mas a sua feição era sensivelmente diferente da da *Gazeta* , pois, embora não perdesse o carácter predominantemente noticioso, tinha já intenção política". José M. Tengarrinha (1989), *História da imprensa periódica [...]*, p. 39-40

<sup>33</sup> *Mercurio Historico e Literario de Lisboa*, tomo 5, Março 1795, p. 111-129 .

<sup>34</sup> *Mercurio Historico e Literario de Lisboa*, vol. 9, (Fev. 1796), p. 104.

informativos, das *Gazetas*, devendo contribuir para a formação cultural, e talvez ideológica, do País. Se estas são relíquias, as «nações cultas» e «civilizadas» possuem já mecanismos de difusão cultural mais alargados, que funcionam como repositórios de conhecimentos úteis e regeneradores, de modo a contrastar com o habitual tom efêmero das *Gazetas* <sup>35</sup>.

Compreende-se, deste modo, o lugar ocupado no espaço do periódico pelas notícias alongadas, como os relatórios saídos da "Comissão de Agricultura, que foi encarregada de tudo fazer no que diz respeito à economia rural, à criação de animais domésticos, as escolas veterinárias, as artes mechanicas, e tudo quanto diz respeito à industria manufactureira" <sup>36</sup>.

Uma outra alternativa se colocava, porém, às bibliotecas dos leitores de setecentos. Referimo-nos às *Novidades Literarias, Filosoficas, Scientificas, Poeticas e Mercantis* Por \*\*\* P. R. Lisboa, Officina Nunesiana Anno 1801 <sup>37</sup>.

Estamos, neste caso, perante um universo de público menos literato. Os artigos são muito, muito pequenos, um ou dois curtos parágrafos, e retirados, adaptados, de outros periódicos estrangeiros, como *The Philosophical Magazine*.

---

<sup>35</sup> Cfr. *Mercurio Historico e Literario de Lisboa*, vol. I, (Janeiro 1794), "Prologo", s/p. Esta questão de oposição entre as *Gazetas* e os outros periódicos merece ser equacionado de modo a perguntarmos se a *Gazeta* não seria já muito tênue para lutar contra os possíveis ventos revolucionários da Europa. Talvez houvesse necessidade de o poder politico criar um mecanismo mais contundente e formativamente alargado para o público leitor.

<sup>36</sup> *Mercurio Historico I Politico e Literario de Lisboa*, vol. II, (Abril 1794), p. 183-185.

<sup>37</sup> Remete-nos imediatamente para *Anacleto, Archivo de Peças Scientificas* (1800, e o de 1807), para outros semelhantes já referenciados e remetidos de uns para os outros.

Na introdução, que é simultaneamente uma apresentação do jornal, podemos ler o seguinte:

"Reconhecendo a obrigação, que a natureza impoz aos homens de serem uteis, e prestadios aos seus semelhantes, este dever tão importante à policia, e civilidade de todos os Imperios me obrigu a empregar a presente Obra. Desejo com ardor, e sinceridade cooperar, quanto me he possível para a utilidade e beneficio do Publico: e por isso rompo a travez de quasi immensas difficuldades, que podião atalhar as minhas intenções. Se me faltão os devidos conhecimentos para a perfeição desta empreza , ao menos não me falta a vontade officiosa, firme, e constante de servir a Nação, e muito principalmente a huma Nação tão dada aos estudos das Sciencias e Artes, a quem com tanto zelo, e interesse aspiro a ser util" <sup>38</sup>.

As secções em que se divide constituem a habitual divisão temática da imprensa enciclopedista e publicista - as novidades literarias, as novidades filosóficas, as novidades scientificas, as novidades poéticas, as novidades mercantis, de tudo quanto as Nações mais cultas da Europa produzem e editam.

Em condições muito semelhantes encontra-se o jornal *As Variedades*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da Meza do Desembargo do Passo, 1801 - 1804. Da responsabilidade de D. António da Visitação Freire de Carvalho, cónego regrante de S. Agostinho, e irmão de

---

<sup>38</sup> *Novidades Literarias Filosoficas Scientificas Poeticas e Mercantis*, vol. I (1801), p. 3-4.

José Liberato Freire de Carvalho, que escreveu e traduziu alguns artigos para este periódico <sup>39</sup>.

No *Prospecto* do periódico anuncia-se - "Se alguém ao gosto de recrear-se quizer ajuntar o desejo de instruir-se, achará nesta publicação motivos de satisfazer a sua curiosidade. Sem ligação determinada de objectos, esta obra comprehende tudo quanto pode interessar o coração, e comprazer o entendimento [...] Nada se poupará finalmente de quanto possa convir ao designio. O Público pode confiar na nossa escolha. A donzella pudibunda, a Matrona sizuda, o Pai de Família, o Magistrado Severo, nada encontrarão, que possa offender a delicadeza, ou escandalizar o escrupulo" <sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Cfr. Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliografico [...]*, vol. I, p 296. "Eu e meu irmão [António] continuámos a viver muito estimados dos nossos amigos, e eu comecei a ser igualmente tratado pelo duque de Lafões com a maior afabilidade; porque disse a meu irmão, que me levasse consigo às sessões literárias da Academia, enquanto eu nela não era admitido. A algumas delas assisti e sempre aí fui distintamente tratado pelo presidente, e mais sócios[...] Entretanto, nas horas vagas das nossas obrigações ainda nos ocupámos em pequenos trabbalhos literários. Escrevemos um pequeno jornal de recreio, intitulado as *Variedades*, que era muit bem recebido. Deste jornal não tenho exemplar algum, e talvez poucos ou nenhuns dele existam". J. Liberato Freire de Carvalho (1855/1982), *Memórias da Vida*, p. 25-26. Sobre os seus escritos de erudição científica (sobre o ensino da geografia náutica nas aulas de Marinha) apresentados na Sociedade Real Marítima de Lisboa (de que D. Rodrigo de Sousa Coutinho o fez nomear sócio) veja-se também p. 22 das referidas *Memórias da Vida*. Estes textos foram posteriormente publicados como artigos no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, quando o irmão José Liberato era o responsável pela sua redacção.

<sup>40</sup> Retirado do *Prospecto* de *As Variedades* (sublinhado nosso). Ressaltam as preocupações etico-morais, de cultivar, instruir e divertir toda a família, sem, no entanto, causar estragos ou abalos.

Neste primeiro contacto com o público, decerto António da Visitação Freire de Carvalho deve ter recordado os tempos, não muito longínquos, em que havia organizado um boletim informativo para seu irmão, José Liberato, estudante em Coimbra. Essas notícias eram elaboradas a partir do *Correio da Europa*, distribuído no convento de Grijó por um escrivão de Vila da Feira, de seu nome Manuel Gomes. "É de saber, que então era o tempo da maior efervescência da revolução francesa, e que tudo o que ali se passava era do maior interesse para o Mundo, particularmente daquela parte que se interessava pela liberdade, e pela antecipação futura do género humano. Meu irmão achou ali, como vulgarmente se diz, uma mina riquíssima de que podia tirar conhecimentos não só para si, mas para os outros [...] Além deste boletim semanal, ou quase semanal, me mandou também meu irmão alguns livros, então raros, de que não tinha notícia" <sup>41</sup>.

Pegando em *As Variedades* verificamos que os assuntos anunciados na *Introdução* são os habituais do jornalismo enciclopedista. Uma miscelânea de temas, assuntos e artigos para vários gostos, servindo os pedagógicos objectivos de recrear instruindo. Encontram-se, pois, ali, as secções dedicadas a relatos de viagens, à história natural, às anedotas, à filosofia, às moralidades, aos poemas, aos bons ditos, aos usos e costumes dos povos, às sentenças, às antiguidades, aos modelos de eloquência, às curiosidades científicas, aos contos de rir, e aos acontecimentos militares europeus mais marcantes.

O periódico devia (sobre)viver por meio de subscriptores, que se podiam dirigir às lojas da *Gazeta de Lisboa* e da Bertrand, em Lisboa; à

---

<sup>41</sup> J. Liberato Freire de Carvalho (1855), *Memórias* [...]p. 13.

livraria Aillaud, em Coimbra, e no Porto à livraria de Ribeiro França. Os circuitos da rede de leitura de periódicos em Portugal estavam pois fortemente dependentes das lojas de venda de livros e das lojas dos proprietários das casas tipográficas, como era por exemplo o caso de Ribeiro França no Porto <sup>42</sup>.

A selecção dos artigos, mesmo quando tinham opções marcadas, reflecte a busca de um discurso metafórico e simbólico, que afinal pudesse ser lido por "todo o Público". *As Variedades* viviam de paredes meias com a literatura de ficção, como se nota neste pequeno excerto:

"O elogio da Agricultura he a sua recompensa na satisfação de nossas precisões. Se eu tivesse hum homem, que me produzisse duas espigas de trigo em lugar de huma dizia hum Monarcha, eu o havia de preferi a todos os genios politicos. Porque razão este Rei, e estas palavras são unicamente a ficção do Filosofo Swift? "<sup>43</sup> .

---

<sup>42</sup> Veja-se J. Luís Lisboa (1991), *Ciência e política [...]*, p. 39-54; Francisco Caeiro (1980), *Livros e livreiros [...]*, p. 142-167; Fernando Guedes (1987), *O livro e a leitura em Portugal. Subsídio para a sua história. Séculos XVIII e XIX*, p. 15-69 Ler periódicos podia também ser feito nos gabinetes de leitura, através de sistema de empréstimo. Vejam-se os estudos de Manuela Domingos (1985), *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores em Portugal*, p.137-176 e de Rosa Esteves,(1984), *Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX* p. 213-226.

<sup>43</sup> *As Variedades*, vol. I (1801), nº II, p. 42. Não deixa de ser interessante como a pena organizativa de D. Antonio da Visitação nos faz lembrar a parábola e a simbologia da força da imagem das espigas de trigo... na cultura cristã.

A ficção do Filósofo assenta na eleição da capacidade do trabalho humano <sup>44</sup>, que podia facilmente suplantar e ultrapassar a de um "génio político". Para a satisfação das humanas necessidades - aqui simbolizadas pelas espigas - deveriam contribuir, utilitariamente os conhecimentos da ciência, para criarem verdadeiros prodígios <sup>45</sup>. Em vez de duas espigas, porque não várias outras...?

\*\*\*

Entre os periódicos que ainda possuem como referência, mesmo longínqua, o *Jornal Enciclopédico* temos três títulos, cujos conteúdos nos aparecem como uma subdivisão especializada de *Miscellaneas*, de *Varietades* ou de *Mercurios*.

Vejamos o que pode simbolizar, ou significar, na história do periodismo científico em Portugal a *Bibliotheca das Sciencias e Artes*, ou Noticias das melhores obras, que sahem na Europa, como tambem os melhores discursos, Dissertaçoens, Memorias, compostas sobre as Sciencias, e Artes, pelos mais celebres escriptores em Latim, / Francez, Inglez,

---

<sup>44</sup> Cfr. Louis Dummont (1977), *Homo Aequalis. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique* e Faure Saulet (1964), *Economie et politique et progrès au siècle des lumières (1750-1789)* sobre o novo conceito individual e de categoria social de prestígio do trabalho. Finalmente, para uma visão global, veja-se Paul Hazard (1974), *O pensamento europeu no século XVIII*, tomo I p. 43-64 que permanece admirável no caminho que traça para os novos alicerces do pensamento racionalista do século XVIII que se prolonga para as décadas de oitocentos.

<sup>45</sup> Cfr. *As Varietades [...]*, sobre estímulo das ciencias, vol. III, (1802), n.º XIV, p. 89-94; ou sobre a perfectibilidade da espécie humana, vol. II, (1801), n.º XII, p. 291-295.

Italiano , Alemão etc , para utilidade dos applicados . Porto, Officina Pedro Ribeiro França, 1793 <sup>46</sup> .

Trata-se de uma publicação mensal, distribuída por números ou cadernos, segundo se anuncia no *Prologo* .

Quanto aos temas - a medicina ocupa um lugar de destaque iniciando-se esta *Bibliotheca das Sciencias e das Artes* por um artigo traduzido do alemão a propósito das gentes robustas, cuja finalidade seria um povo numeroso . Os artigos referentes à robustez dos povos, intercalam-se com conselhos médicos dados a um ansião e com um *tratado* sobre as virtudes e os efeitos do café. No número dois surgem os temas agraristas, logo seguido, de um *tratado* de tísica pulmonar, e seus possíveis remédios. Por último, um artigo dedicado à cura dos nervos e doenças afins, através das águas minerais e medicinais.

Pedro Ribeiro da França ao apostar, como impressor, na publicação desta *Biblioteca* decerto teria na mente a pressão da sociabilidade médica portuense, e a tradição dos jornais de medicina no Porto <sup>47</sup> .

Apesar da sua curta existência é perfeitamente visível que este periódico se destinava a um público de elites científicas - como os membros da Academia das Ciências - cujo perfil académico se inseria no âmbito dos estudos superiores da Universidade de Coimbra. Os temas seleccionados, a

---

<sup>46</sup> Foram consultados os números I e 2 na Bibliotheca Pública e Municipal do Porto, uma vez que a Biblioteca Nacional não possui este jornal no seu espólio; o mesmo se passa com a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>47</sup> Cfr. o que anteriormente foi escrito sobre o «caso nortenho» de Manoel Gomes Bezerra de Lima.

maior parte traduzidos, e o conceptualismo do discurso científico não permitiam uma grande divulgação popular. Esta marca de elite académica e científica é extremamente vincado no texto de apresentação do periódico:

"Como em todas as naçoens cultas da Europa se publicação todos os dias Obras immensas sobre diferentes objectos, de que tem resultado grande utilidade aos seus naturaes [...] Quem poderá negar o quanto sãa scientificas, instructivas, e literarias as memorias, que se leem nas mais principaes Academias da Europa; os Discursos que se publicação nos melhores Diarios estrangeiros; as invençoens, que se fazem em Inglaterra, França, Alemanha, Italia etc. A utilidade que se tira do conhecimento das melhores Obras, cujo objecto são as Sciencias, e Artes, a Literatura, a Agricultura, a Economia Rural, o Commercio, a Politica" <sup>48</sup>.

Assim se tentava em 1793 a partir da comunidade científica do Porto aumentar o número de homens sábios e cultos, medidos pelos padrões dos "mais célebres escritores do latim, do francês, do inglês, do italiano, do alemão" <sup>49</sup>. Com tais proveitosas leituras decerto se contribuiria também para o progresso e a regeneração da Nação.

Exactamente com desígnios semelhantes surgia em Lisboa uma nova publicação periódica, *O Redactor, ou Ensaios periodicos de Litteratura, e Conhecimentos Scientificos destinados para illustrar a Nação Portugueza* Lisboa, Impressão Regia, 1803.

---

<sup>48</sup> Retirado do «Prologo » de *Bibliotheca das Sciencias e Artes [...]* sem indicação de página ou de Autor.

<sup>49</sup> Enunciado explicitamente no subtítulo do periódico.

A público vieram apenas três números, antecedidos por um pequeno aviso:

"Como esta obra periodica he emprehendida por huma pessoa só, e por conseguinte lhe seja muito trabalhosa a sua composição, o Author julga o proposito communicar aos amigos da Literatura, e que desejão o seu progresso em Portugal, que lhe serão de grande utilidade alguns escritos sobre quaesquer das materias apontadas no plano desta obra" <sup>50</sup>.

E entre os artigos enviados, mas não assinados, encontramos um sobre a agricultura em Portugal <sup>51</sup>, certamente reflexo de um estudo ou relatório elaborado por um pensador crítico da época. Também a Filosofia Natural tem o seu lugar entre as notícias referentes a descobertas e novidades científicas.

Neste último subgrupo falta-nos referir o periódico de Lisboa, denominado *Bibliotheca Universal, extrahida de muitos jornaes e das obras dos melhores escriptores antigos e modernos pelo author das Viagens de Altina Liboa*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803.

---

<sup>50</sup> Retirado da contracapa de *O Redactor*.

<sup>51</sup> «Reflecções sobre a Agricultura de Portugal», *O Redactor* (Nov. 1803), nº 3, p. 102-106. Aqui vem a lume a questão da agricultura do Brasil e das suas potencialidades, após se ter distendido sobre as potencialidades da agricultura do continente - a vinha, o pão, o azeite, os prados e as florestas.

Este autor de imaginárias viagens é Luiz Caetano de Campos <sup>52</sup>, "homem dotado de grande engenho, não menos aplicado às ciências físico-matemáticas, filologia e belas artes. Versado na lição dos filósofos enciclopedistas franceses, com especial predilecção por Mercier. Viajou por vários países da Europa para escapar à Intendência Geral da Polícia, que via nele um perigoso seguidor das ideias da Revolução Francesa" <sup>53</sup>.

De tão alargada experiência ficou decerto o desejo de poder dar notícias do mundo das ciências, de forma regular e continuada. Mas Luís Caetano de Campos não concretizou a sua iniciativa isoladamente. Rodeou-se de um conjunto de colaboradores que lhe permitiram dar actualidade, competência e prestígio à *Bibliotheca Universal* <sup>54</sup>, de modo a ilustrar a

---

<sup>52</sup> Autor de *Viagens d'Altina nas cidades mais cultas da Europa e nas principais povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo*, 4 tomos, Lisboa. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790-1793. Vendia-se na loja da Gazeta, na da Academia, na Rua Augusta, na de Pedro José Rey, ao Chiado, na esquina da Rua Nova de S. Francisco. Também era possível comprar estas *Viagens [...]* na cidade Porto. Este saboroso texto literário faz recordar as *Lettres Persanes* de Montesquieu, paredes meias com os relatos dos viajantes setecentistas. O texto está construído em diálogo, com intuítos visivelmente pedagógicos, no qual se procura dar instrução aos leitores, nomeadamente no que respeita à «nova agricultura» de Duhamel.

<sup>53</sup> Inocência da Silva, *Dicionário Bibliográfico[...]*, vol. V, p. 235. É ainda Inocência da Silva que nos explica que "por uma notável e esquisita singularidade o seu nome, que não aparece no frontispício do livro, acha-se formado pela reunião das letras iniciais dos dezanove capítulos que entram no tomo I, as quais juntas sucessivamente pela ordem numérica da sua distribuição completam e perfazem, como delas se vê, LUIZ CAETANO DE CAMPOS". *Idem, ibidem*, p. 236.

<sup>54</sup> Vendia-se na oficina de Simão Tadeo Ferreira, na loja da Gazeta [de Lisboa], na loja de Francisco Rolland, ao Loreto, na Viuva Bertrand, aos Mártires, e na de e também na loja de Pedro José Rei, ao Chiado, na esquina de R. de S. Francisco.

educação dos seus concidadãos<sup>55</sup>. Neste caso encontram-se os nomes de F. S. C. (julgamos ser Francisco Solano Constancio), Bernardino Antonio Gomes, médico de Armada e autor de vários opúsculos sobre a quina e outros assuntos, além de um valoroso trabalho como membro da Instituição Vacínica.<sup>56</sup>

O leitor ao tomar contacto com esta *Bibliotheca Universal* deveria ficar desde logo deleitado e entusiasmado com os propósitos enunciados. "A Instrucção Pública, os progressos das Sciencias, e a Industria Nacional, são os grandes objectos, que devem occupar a attenção de todo o Escritor, que emprehende huma Obra periodica, com o designio de se tornar util aos seus Concidadãos. Em consequencia destas considerações farei todos os esforços

---

<sup>55</sup> Além do papel informativo, e formativo, da imprensa científica, há também que dar alguma atenção ao papel de instrução pedagógica que estas «folhas» periódicas tinham junto dos leitores directos, e junto dos leitores que ouviam ler, comentar ou simplesmente «falar de...». Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, dedica a sua atenção a uma instituição - a Academia - como alternativa aos estabelecimentos de ensino. Pensamos que, de modo semelhante, os periódicos instructivos das «Luzes» tinham também uma função alternativa de ampliar e actualizar os conhecimentos dos indivíduos / cidadãos literatos.

<sup>56</sup> Curiosamente estes dois homens da Ciência viriam a desempenhar um papel fundamental na história do periodismo científico em Portugal, após o ano de 1812 (quando era necessário «regenerar» o País dos desaires vividos...), activando Francisco Solano Constancio alguns jornais inseridos no ciclo da emigração de Paris, entre eles os *Annaes das Sciencias e das Artes*. Bernardino António Gomes, viajante científico por conta da Universidade de Coimbra, dinamizador da campanha de vacinação através da Academia das Ciências, teve igualmente uma presença regular nos vários números do *Jornal de Coimbra*. Cfr. M<sup>a</sup> Fátima Nunes (1987), *Notas para o estudo do periodismo científico: «Annaes das Sciencias das Artes e das Letras» [...]* (1991), *A Universidade e a divulgação de conhecimentos úteis no «Jornal de Coimbra» [...]*.

por desempenhar o titulo desta Obra, dando huma noticia exacta de todas as descobertas novas nas Sciencias, e nas Artes e huma escolha de conhecimentos , nos principaes Ramos de Filosofia, de Moral, de Erudição, e de Litteratura, que facilite a qualquer Pessoa meios promptos de se instruir, em tudo o que interessa essencialemte aos Homens no Commercio da Sociedade. Trinta annos de applicação, de meditações, e de Viagens, emprehendidas unicamente com o designio de me instruir, não bastarião para me animar a huma empreza tão superior às minhas forças, se não tivesse a fortuna de poder reunir o fructo dos meus trabalhos litterarios, ao de alguns Sábios de conhecido merecimento" 57 .

Anuncia-se igualmente que haverá artigos sobre assuntos de politica, de erudição, de filosofia, de moral, de literatura e até de alguns aspectos relacionados com as mulheres. Com a "defensa das mulheres, deste Sexo amavel, que a natureza destinou para fazer a felicidade da Especie humana"<sup>58</sup>, dando conta de histórias-relatos de heroínas femininas, e de histórias das mais terriveis mulheres de carácter "sanguinario e exacravel"<sup>59</sup>.

Decerto que o responsável pela *Bibliotheca Universal* , e o seus colaboradores, contribuíram de forma assinalável para os anais da leitura

---

57 Da «Prefação», *Bibliotheca Universal* n.º 1. (1803) p. 3-4.

58 *Idem, ibidem*, p. 7

59 Sobre este aspecto inovador Irwing Stern afirma: "A change in the political atmosphere and his personal situation is evident from the content of this periodical [Bibliotheca Universal] . There are many themes on the French Revolution and «advances» in French and English cultures. Topics include : «Mulheres da revolução francesa», as well as an analysis os Erasmus Darwin's Zoonomy". (1990). *A limbo of liberal thought*, p. 170.

em Portugal, fazendo rodopiar novos turbilhões de ideias e sugestões para um universo de opinião pública que se queria cada vez mais alargada e conscientemente empenhada em discutir o modo de repensar a sociedade portuguesa.

### 3.3. Os periódicos de matemática

Os periódicos que, na suas páginas, contemplam exclusivamente assuntos científicos e técnicos constituem um grupo deveras singular no panorama que temos vindo a delinear. O público a que se destinavam era específico e capaz de entender, por exemplo, a universal linguagem da matemática e das observações astronómicas. Estamos, pois, perante publicações totalmente vocacionadas para serem complementares, e utilitárias, no desempenho de alguma profissão ou no alargamento experimental de algum dos ramos da Ciência.

É o caso das *Ephemerides Nauticas*, ou Astronomicas para o ano de 1789, que contem todos os elementos necessarios para determinar a latitude no mar, não só pela altura meridiana do sol; mas tambem pela Lua, pela dos planetas superiores, e pela das estrellas fixas, com as distancias da lua ao sol, e as estrellas. Para determinar a longitude do navio a qualquer hora, e o metodo de a deduzir. Calculado para o meridiano de Lisboa e publicado por ordem da Academia Real das Sciencias. Para utilidade da navegação portugueza, e augmento da Astronomia . Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1788 <sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Segundo Inocencio da Silva , estas *Ephemerides Nauticas* publicaram-se até 1809.

Nesta publicação, de periodicidade anual, colaboraram muitos dos homens da Universidade de Coimbra, da Academia dos Guardas Marinhas, da Academia de Marinha ou membros da Sociedade Real Marítima <sup>61</sup>. Em causa estavam os progressos para a navegação e para a cartografia pensada e realizada sob as reformas do Estado das Luzes <sup>62</sup>.

Os objectivos haviam sido explicitados pelo Abade José Correia da Serra, secretário da Academia, que determinava, segundo a acta da sessão de 13 março de 1788, que as observações e a metodologia a seguir, tendo em conta as suas finalidades científicas, seria feita de acordo com o método seguido pelo cavaleiro Borda...<sup>63</sup>.

Completando o papel da Academia das Ciências, e dando total utilidade ao estabelecimento anexo à Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, ficou a Real Imprensa encarregue de trazer à mão dos homens de saberes marítimos e cartográficos as *Ephemerides Astronomicas*. Calculadas para o Meridiano do Observatório Real da

---

Houve depois uma interrupção, e só em 1820 se recomeçaram a publicar ainda sob a égide da Academia das Ciências. Cfr. *Diccionario Bibliografico [...]*, vol. II, p. 229.

<sup>61</sup> Entre outros destaques Custodio Gomes Villasboas, F. de B. Garção Stocker, J. M. Dantas Pereira, Francisco Antonio Ciera. Para as relações científicas das Instituições referidas veja-se M<sup>a</sup> Fátima Nunes (1988), *Liberalismo e Ciência [...]*, p.23-38 e João C. Brigola(1990), *Ciência e política [...]*, p. 188-214.

<sup>62</sup> Sobre a cartografia portuguesa em fase de mudança nesta época veja-se M<sup>a</sup> Fernanda Alegria / João Carlos Garcia (1991), *Etapas de evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)[...]*, p. 270-271.

<sup>63</sup> Conforme consta das *Ephemerides Nauticas*, 1789, p. 1, que explica qual o método usado pelo "cavaleiro Borda para o calculo das longitudes no mar...". Para se uma noção dos trabalhos semelhantes levados a cabo em Espanha, nesta mesma altura, veja-se Rudofe Núñez de las Cuevas (1991), *Historia de la cartografia española [...]*, p. 190-193.

Universidade de Coimbra para uso do mesmo Observatório, e para o da Navegação Portuguesa. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1803-1821 <sup>64</sup>.

Nos volumes publicados temos várias colaborações dos matemáticos de Coimbra <sup>65</sup>, que aliavam o saber teórico e de observações experimentadas ao poder da divulgação do seu trabalho <sup>66</sup> para uma

---

<sup>64</sup> Segundo Inocêncio da Silva prolongou-se até 1828. De facto, o último volume publicado tem a data de 1827, mas como de «efemérides calculadas» se tratavam, diziam respeito ao ano seguinte, 1828. De qualquer modo, verificou-se uma interrupção que medeia a implantação do vintismo e a implantação do absolutismo miguelista. As *Ephemérides Astronómicas* voltariam a surgir em 1841. Cfr. *Diccionario Bibliografico*, vol. II, p. 228. Estas *Ephemerides Astronomicas* funcionavam de acordo com o "Regulamento do Observatorio Real da Universidade de Coimbra, ordenado pelo Principe regente Nosso Senhor em carta de 4 de Dezembro de 1799" que foi publicado no vol. referente ao ano de 1804 (editado em 1803) e repetido em 1814, no vol. respeitante às efemérides calculadas para 1815, como se se quizesse reiterar as orientações de funcionamento do Observatório de Coimbra após o interregno da história da ciência em Portugal de 1808-1812.

<sup>65</sup> Cfr. o quadro elaborado por João C. Brigola (1990), *Ciência e política [...]*, Anexo I e II, respectivamente "personalidades com formação matemática universitária, contemporâneos de Francisco Simões Margiochi (1774-1823)" e "bacharéis formados pela Faculdade de Matemática (1775-76/1819-20)".

<sup>66</sup> Destaque para o trabalho do matemático José Monteiro da Rocha, primeiro lente jubilado pela Faculdade de Matemática, director do Observatório Astronómico e vice-reitor da Universidade de Coimbra. Traduziu algumas das obras dos matemáticos franceses, nomeadamente Bezout, Maria e Fontaine. Entre outros colaboradores do observatório e das *Ephemerides [...]* contavam-se Paulo José Maria Ciera, José Joaquim de Miranda, este praticante de guarda do Observatório, Custodio Gomes de Villasboas, Manoel do Espirito Santo Limpo. Retenha-se o grupo de gente ligada à reforma pombalina, ou à sua confirmação de 1777; os nomes ou mantêm-se, e circulam pelas instituições científicas existentes pelo País (Coimbra, Lisboa, Porto) e pelas páginas do

comunidade fechada, de elite e de reputação científica, cujo discurso pouco tinha a ver com o público leitor dos periódicos científicos ou mesmo das várias *Memórias* da Academia das Ciências.

Num outro registo discursivo refira-se o caso do *Engenheiro Civil Portuguez*, respondendo aos quisitos que lhe propõem relativos à sua profissão. Obra utilíssima a todas as classes de pessoas por J. M. de C. e N. Lisboa, Abril a Maio 1804.

Vendia-se e subscrevia-se este especializado periódico em Lisboa, nas duas lojas da Impressão Régia e na mesma oficina; também era possível encontrá-lo na loja das Arcadas da Praça do Comércio. Em Coimbra podiam adquirir-se na loja de Orcel, e na de Semiond e no Porto na loja de Domingos Ribeiro <sup>67</sup>.

Na anotação inicial do primeiro número explica-se que *Engenheiro* é sinónimo de Arquitecto, referenciado como arquitecto civil /ou militar <sup>68</sup>,

---

periodismo científico, de passagem de pai para filho, criando quase pequenas dinastias científicas. Caso dos Ciera, dos Franzini, dos Margiochi...

<sup>67</sup> Informações que constam da folha de rosto de *O Engenheiro Civil Portuguez* nº 1, (1804), que inclui também a lista dos subscritores. Entre estes contam-se os duques de Lafões, de Cadaval, os Conselheiros de Estado, vários outros membros da aristocracia, as Livrarias de alguns colégios conventuais, além de dignatários do Estado. Alguns exemplares seguiam ainda para o Brasil.

<sup>68</sup> A expressão de «engenheiro português» surge em Portugal pela mão do engenheiro-mor do reino, Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) que publicou dois trabalhos técnicos ao serviço do Estado e do seu poder de dominar o espaço de um modo científico. Foram eles o *Tratado de fazer cartas geográficas* de 1722 e *O engenheiro Português*, de 1728-1729. Cfr. J. Esteves Pereira (1991), *Ética, estética e técnica no pensamento e na pedagogia de Manuel de Azevedo Fortes [...]*.

prevalecendo a dimensão técnica do conhecimento. Assim, "o Engenheiro Civil significa um Architecto Scientifico, que tem, ou que se suppõe ter todos os conhecimentos precisos relativos à sua Profissão. Tem-se praticado em Algumas Nações cultas da Europa, o haver Engenheiros sómente Desenhadores, subordinados porém aos Engenheiros Directores, que são os Scientificos; servem para passar a limpo os Mappas, as Plantas, as Fachadas, os Côrtes, e Perfiz, e todos os mais Desenhos inventados pelos Engenheiros directores. Com este estabelecimento se aproveitão todos os que tem habilidade, e que lhe falta a Sciencia, talvez por não terem tido os princípios da educação, e dos estudos indispensaveis, como se observará na continuação desta obra" <sup>69</sup>.

Trata-se de um periódico orientado para um determinado saber - o da cartografia - tendo ainda como ponto referencial o cargo de Engenheiro-Mor do Reino <sup>70</sup>.

Os objectivos deste periódico prendem-se com a necessidade de formar um corpo de engenheiros. No entanto, dadas as características deste saber de ponta e do saber científico praticada nas Escolas Militares, o aparecimento de um corpo de engenheiros teria forçosamente de estar ligado ao corpo militar <sup>71</sup>. O plano de trabalho que o periódico propõe aos seus utilizadores, consta de trinta e três pontos <sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> "«Annotação», *O Engenheiro Civil Portuguez*, nº 1, (1804) s/p.

<sup>70</sup> Cfr. M<sup>a</sup> Fernanda Alegria / João Carlos Garcia (1991), *Etapas de evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)* [...], p. 269-271.

<sup>71</sup> O Real Corpo de Engenheiros foi criado em 1792, mas a regulamentação da sua existência só viria a aprezer em 1812, com a publicação do *Regulamento Provisional do*

Reflecte as preocupações de efectuar um serviço de apoio técnico aos engenheiros militares, com outras áreas de trabalho, como a engenharia civil, e não apenas obras de planeamento e edificação de fortalezas ou de precisões cartográficas <sup>73</sup>. Este plano era tão ambicioso, que os seus dois últimos pontos - "Fazer hum cathalogo dos Architectos, ou Engenheiros civis mais insignes que tem havido até o presente, etc." e "Fazer hum dictionario Architectonico, conciso, etc" só viriam a ser concretizados em pleno século XIX pela mão do erudito Sousa Viterbo <sup>74</sup>.

Estamos em crer que começava a fazer-se sentir, de modo muito ténue em Portugal, a influência da matriz politécnica francesa com o seu conjunto de saberes eminentemente pragmáticos e utilitários. De um modo muito incipiente, começa a delinear no nosso horizonte cultural um espaço de divulgação científica conquistado ao terreno do modelo do enciclopedismo...

---

*Real Corpo de Engenheiros*. Cfr. M<sup>a</sup> Fátima Nunes (1988), *O liberalismo português [...]*, p. 49-50 e p. 212-216.

<sup>72</sup> *O Engenheiro Civil Portuguez*, nº 1, (1804), p. 7-14.

<sup>73</sup> Estava subjacente a este plano de trabalho de engenharia, de formação científica e pedagógica, uma outra visão da sociedade e do seu funcionamento. Estava o «engenheiro civil» preocupado em como se deveria estabelecer uma casa para «pebleus» solteiros, casados, de escolas masculinas e femininas, de fontenários, de aquedutos de abastecimento de água à população além de "Quaes reflexões, e observações deve fazer o referido Engenheiro Civil Director, a respeito da Agricultura em Portugal; a fim de poder com mais acerto projectar todas as obras da sua profissão relativas á agricultura, e que são da mior necessidade, e do mais relevante beneficio para a mesma" (*O Engenheiro Civil Portuguez*, nº XI, [1804], p. 8).

<sup>74</sup> Cfr. Sousa Viterbo (1899/1988), *Dicionário histórico e documental do architecto, engenheiros e constructores portugueses*, 3 vols.

### 3.4. A causa *re-rustica*

Começemos por um periódico problemático quanto à classificação de "instrutivo e científico". Referimo-nos ao *Correio Mercantil e Economico de Portugal*, que contém toda a qualidade d'annuncios. Lisboa, Officina de Thaddeo Ferreira, 1794-1811. ( Publicação semanal, que saía à terça feira) <sup>75</sup>.

À primeira vista parece ser um boletim económico informativo onde podemos colher índices sobre a venda de propriedades, o movimento de navios nos portos portugueses, especialmente na barra de Lisboa; referências a cartas de negócios e até mesmo anúncios a venda de propriedades. Estaríamos, pois, perante uma fonte privilegiada para os estudos economicistas...

No entanto, ao longo dos seus sete anos de publicação a primeira página foi sendo maioritariamente preenchida pela publicação de artigos ou de memórias de Sociedades Económicas e Agrícolas europeias, sendo bastante alargado o espaço geográfico das notícias publicadas <sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Publicou-se nos anos de 1793, 1794, 1795, 1800, 1801, 1810, 1811. A sua estrutura foi sempre monolítica e repetitiva. As informações não são assinadas e os artigos de primeira página provêm sempre das Sociedades Agrícolas europeias. Não existe nunca um mínimo traço de comunicabilidade próxima com o leitor: as introduções, prólogos ou explicações dos hiatos temporais havidos são inexistentes. Ausência total também de referências a possíveis locais de venda ou de subscrição..

<sup>76</sup> Em maior número as Sociedades Económicas espanholas. Surgem repetidas vezes (Vila Nova de Sagra, Badajoz, Truxilo, Murcia, Madrid, Ciudad Real, Oviedo, Córdova, Valladolid, Exea), e são entremeadas por várias *Memórias* de Londres, Amesterdão, Filadelfia, Berlim, Florença, Lausanne, Leide, Glasgow, Cambridge, Roma, Génova, e inevitavelmente Lisboa... Estes artigos, publicados pela oficina tipográfica de Thaddeo Ferreira (e não sob os auspícios do Estado), dão-nos uma ideia da eferevescência de

Este periódico coloca-nos, pois, problemas quanto à operacionalidade das fontes. Inserir-lo aqui, num subgrupo de imprensa especializada, deve-se aos laços existentes com a difusão de ideias agraristas. No cômputo global do periódico, verificamos serem as traduções dos artigos, sobre as experimentações ou novidades agrícolas, que lhe conferem o grau de erudição e de leitura possível. Como tal, distanciam-no de um mero boletim de índices de preços, de toneladas e de indicadores de importação e exportação...

Ainda no final do século XVIII surge um outro periódico agrário. Falamos do *Paládio Portuguez* ou Clarim de Pallas que anuncia os novos descobrimentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio, etc. <sup>77</sup>. Fr. José

---

trabalhos agraristas que pululavam pela Europa das publicações de pendor agrário já existentes, e que davam voz pública e publicista às actividades das Sociedades Económicas e aos interesses agrícolas. Cfr. Carlo Pazzagli (1990), *Economia e territorio nel Senese di primo ottocento [...]*, p. 5-91; André J. Bourde (1967), *Agronomie et agronomes en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, tomo III, p. 1193-1203; *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos del País [...]* (1777/1986), apresentação e notas bibliográficas de Juan Antonio Garcia Fraille, p. 5-19 e 49-52; Joaquín Fernández Pérez ( ), *La ciencia ilustrada y las sociedades económicas de Amigos del País [...]*, p. 217-232; *The Agrarian History of England and Wales* (1989), vol. VI - 1750-1850 ; p. 361-383.

<sup>77</sup> Na Biblioteca Nacional, em Lisboa, não existe referência alguma nos ficheiros a este periódico; apenas aí se encontram as obras de Fr. José Mariano da Conceição Veloso.

Mariano da Conceição Veloso. Lisboa, 1796, 2 vols. <sup>78</sup>. Lisboa Officina Patriarchal, Abril a Maio de 1796, vol. 1, vol 2 <sup>79</sup>.

A alma e o carisma deste periodico foi sem dúvida a figura do ilustrado e científico frade José Mariano da Conceição Veloso, proprietário da tipografia calcografica, especializada em gravuras. Localizava-se esta oficina ao Arco do Cego, e foi mandada incorporar Regia Officina Typographica. Passou, então, a designar-se Impressão Regia <sup>80</sup>.

Temos pois um periódico a que o seu dinamizador deu o título do "último dos *scriptores de re rustica* isto é, o último dos autores latinos que escreveram sobre agricultura" <sup>81</sup>.

Frei Mariano Veloso desenvolveu grande actividade como editor, após a curta experiência deste periódico agrícola. Frade de vários fôlegos, com tipografia de gravuras, tradutor de um tratado sobre batatas, botânico e

---

<sup>78</sup> O periódico não tem introdução nem apresentação, apenas se explicita que é oferecido aos Senhores Deputados da Real Junta do Commercio. É esta sem dúvida a razão pela qual os temas inerentes às manufacturas, extraídos de publicações inglesas, têm um peso muito considerável.

<sup>79</sup> Destacamos o artigo - "Observações relativas á poda dos pomares por Thomaz Skip Dyot Bucknall. Tiradas das Trasacções da Sociedade para o estímulo das Artes, Manufacturas, e Commercio". *Paladio Portuguez* (Abril 1796), p. 21-30 por estabelecer um paralelo entre a fisiologia vegetal das árvores e o trabalho dos cirurgiões médicos.

<sup>80</sup> Cfr. Francisco Inocência da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. V, p. 54.

<sup>81</sup> Moses B. Amzalak (1953) *Paladio e a exploração agrícola*, p. 7.

coleccionador de espécies vegetais do Brasil, agrarista do Novo Mundo como alguns dos títulos, e do conteúdo, nos fazem perceber <sup>82</sup>.

Na linha continuadora desta experiência encontram-se também os *Annuncios Ruraes* a favor da Agricultura do Reino, e Colónias por <sup>\*\*\*</sup>. Lisboa, Regia Officina Typographica, anno 1802. Editado com licença de Sua Alteza Real <sup>83</sup>.

Numa petição que antecede o primeiro artigo destes *Annuncios Ruraes* pede-se aos "amadores do País" que embarcarem para as costas orientais ou ocidentais de AFRICA "queirão por serviço de Deos, de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, e bem commum da Nação, mostrar-se prestadios, em beneficio da cultura, e da abundancia, trazendo, ou mandando vir daquellas paragens os grãos, e sementes, que neste folheto se recenseão, de plantas tão interessantes, e até agora tão pouco conhecidas, ou totalmente ignoradas, a serem connaturalizadas neste Reino, e Colonias, como o tem sido pela diligencia dos Antigos, a maior parte das que fazem o objecto da sua Agricultura, e horticultura presentemente" <sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Veja-se a relação completa das suas edições na Bibliografia, secção de «outras fontes impressas».

<sup>83</sup> Saiu um número, que funciona como uma brochura autónoma, ainda que seja referenciado por A. Xavier Silva Pereira como um periódico do século XIX. José Tengarrinha (1989), referencia-o como um dos "primeiros jornais especializados em agricultura", *História da imprensa periódica [...]*, p.53. No catálogo das obras agrícolas existentes no Instituto Superior de Agronomia figura como opúsculo, na secção de «culturas exóticas e coloniais». Veja-se Carlos Simões (1937), *Obras de agricultura [...]*, p. 195.

<sup>84</sup> *Annuncios Ruraes [...]*, p. 1.

O alvo preferencial deste periódico irá ser o continente africano, em vias de conhecimento através de viagens de exploração geográfica e naturalista, empreendidas desde o último quartel do século XVIII, perante o olhar atento e interessado da Academia das Ciências e da Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica <sup>85</sup>. Este interesse de explorações terrestres em terras africanas era parte integrante de um plano mais vasto - conhecer cientificamente as múltiplas potencialidades do Novo Mundo. Empreendimentos do Estado ampliados pelo movimento editorial da época <sup>86</sup>.

E como de *Anúncios* se tratava, este curioso folheto era um pequeno catálogo que deveria figurar, quiçá, na bagagem de quem por uma ou outra razão embarcava para bandas africanas. A descrição e a imagem acompanhavam a lista dos frutos agrícolas a observar, a recolher, talvez mesmo a trazer para experimentações inovadoras <sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Sobre este tema - viagens científicas a África - veja-se M<sup>a</sup> Emília Madeira Santos (1988), *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*, p.175-189.

<sup>86</sup> Chamamos, uma vez mais, a atenção para o trabalho de editor, tradutor e autor José Mariano da Conceição Veloso. Refira-se a título de exemplo *O fazendeiro do Brasil [...]* (1798); *De rebus rusticis brasílicis* (ed. literária) (1798); *Memórias e extractos sobre a pipereira negra, que produz o fructo conhecido vulgarmente pelo nome pimenta da Índia* (1798); *Memória sobre a utilização e preparação do girofeiro, vulgo cravo da Índia [...]* (1798); *Collecção de memórias inglesas sobre a cultura e commercio do linho [...]* que devem entrar no quinto tomo do *Fazendeiro do Brasil* (1799); *Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil* (1800); *Compendio sobre a canna e sobre os meios de lhe extrair o sal essencial* (1801); *Instrucções para o transporte por mar de árvores, plantas vivas, sementes e de outras diversas curiosidades naturais* (1805).

<sup>87</sup> Eram os seguintes os produtos agrícolas do Catálogo de \*\*\*: - ervilhas de Judá; milhos africanos; arroz de Sena e Quelimane; gramma (relva), erva para prados artificiais, e as suas várias tipologias..

Ainda no âmbito dos periódicos dedicados à agricultura, essencialmente dos territórios ultramarinos, temos de incluir o último desta série - *Extractos Practicos e Uteis* à economia rural portuguesa, assim no reino, como nas colónias ou *Gazeta do Campo*. Lisboa, Impressão Regia (por Ordem Superior).

Esta *Gazeta do Campo*, como vulgarmente é conhecida, versava os temas de agricultura de terras quentes e húmidas, através da publicação de artigos traduzidos da imprensa agrarista e científica europeia <sup>88</sup>.

Periódicos unicamente agrícolas tinham, entre nós, uma acção subsidiária das viagens e dos estudos científicos que os membros das instituições científicas portuguesas realizavam, no âmbito do plano de conhecer racionalmente todas as potencialidades naturais do Estado português, ou seja das diferentes parcelas constitutivas do seu território <sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Ao folhearmos o jornal inevitavelmente nos ocorre o nome de José Mariano da Conceição Veloso, pelas selecções efectuadas, pelas fontes utilizadas. Pelo menos o contexto das ideias em que um e outro se movimentavam teria de ser o mesmo... José Tengarrinha (1989) afirma que o responsável por esta *Gazeta do Campo* era "o célebre botânico Francisco da Conceição Veloso" (*História da imprensa [...]* p. 53. (sublinhado nosso).

<sup>89</sup> Também a Espanha da Ilustração, de Carlos III e Carlos IV, fomentou várias viagens de exploração científica à América Latina, existindo hoje um acervo bibliográfico monumental. Uma das formas de comemorar o ano Colombo 1992 e de intensificar os projectos de História da Ciência Ibero-Americana, por parte do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, em Espanha. Para uma leitura de síntese sobre estas viagens, e objectivos de Estado, veja-se Enrique Beltrán (1985), *Las reales científicas a Nueva España [...]*, p. 217-2227.

### 3.5. Sob o signo da recreação e da erudição literária

Finalmente o último e mais recreativo conjunto de periódicos, que pelo seu próprio título fazem adivinhar a recreação e a diversão, quando ler ciência era uma moda e um modo de estar perante as coisas da cultura e de olhar o mundo físico e político de então.

Entre este grupo, integrado no bloco temporal que finda com a chegada dos franceses, e a desestabilização das estruturas científicas já existentes, inserimos o *Archivo de Peças Importantes er Instructivas*, editado em Lisboa, 1800<sup>90</sup>.

Julgamos, porém, que este misterioso periódico deveria ser muito semelhante ao *Anacleto de Recreação e Erudição*. Por \*\*\*. Lisboa, Impressão Régia, 1805-1806. Por Ordem Superior. Publicação mensal ( saíram apenas cinco números )<sup>91</sup>.

Os artigos são traduções e não se encontram assinados, versando temas de literatura, de história e ciência, além de alguns problemas técnicos.

No início, é explicado aos leitores quais os objectivos de mais uma publicação que repisa os caminhos já traçados por vários outros:

---

<sup>90</sup> Informação obtida em Augusto Xavier Silva Pereira e referenciado por José Tengarrinha (1989), *História da imprensa [...]*, p. 50, que o inclui no ciclo dos «periódicos enciclopedistas». Nas Bibliotecas onde trabalhamos não encontramos este periódico.

<sup>91</sup> Francisco Inocência da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. VII, p. 54 e 68 remete-nos para as *Novidades Literarias, Philosophicas, Scientificas, Poeticas e Mercantis*(1802) e para o *Archivo de Peças Divertidas e Scientificas*(1807).

"Como a sabedoria seja a mestra da vida, e nem todos estejam accommodados aos penosos meios de adquirir, meditei huma forma de escriptura que sem desviar aos Cidadãos dos seus uteis, e laboriosos exercicios lhes servissem de recreio, e de instrucção nas horas de repouso. Pequenos, e resumidos discursos nas Sciencias, e Artes uteis, e agradaveis, variados com diversos contos moraes, e algumas poezias, pareceo responderem convenientemente ao intento; e muito principalmente offerecidos em breves folhetos mensaes, que não offendão a economia do cabedal, e do tempo. Temos pois que offerecer aos leitores alguns artigos de muita valia, concernentes à Ethica, Política, Jurisprudência, Economia pública, e particular, Diplomacia, Commercio, Geographia geral e particular, Physica, Chimica, Agricultura, e à Philosophia em geral, e todos os seus ramos em particular, sem nos esquecermos do que se for publicando pelas Nações Sábias em semelhantes assumptos. Não se nos contará em ostentação a proposta: porque o nosso trabalho se reduzirá à escolha do que escreverão os melhores, e ao seu translado em vulgar; e só entraremos com algumas reverentes advertências, ou ainda ampliações de nosso cabedal; ou também com escriptos originaes, que serão denotados com a devisa - de Author anonymo -. Em huma Nação, em que abundam as virtudes, e os talentos, servirá esta obra de incitamento a mais bem apparadas pennas; e eu me contarei por feliz, conseguindo o ser de alguma maneira util aos meus conterraneos, a quem submissamente dedido este trabalho. Valete" 92 .

Explicação morosa e detalhada, repleta de precauções e de intuitos de recrear, mas promover simultaneamente a erudição dos leitores em

---

92 *Anacleto de Recreação e Erudição*, nº I, (1805), p. 3-4.

importantes temáticas próprias das «Nações Cultas». E sob este título de *Anacleto* figuram temas originais e pouco usuais (talvez daí a função de «recrear») de medicina e de agricultura - como o fazer renascer nados-mortos ou preparar o café sem o torrar...<sup>93</sup>.

No ano de 1807 viu o público, leitor e entusiasta destas temáticas cosmopolitas e informativas, surgir o último título deste já longa fatia temporal da história do periodismo científico português. Tratava-se de um jornal pequeno em formato, mas longo no explanar de suas intenções.

Falamos do *Archivo de Peças Divertidas e Scientificas . Consta de novellas , Anedotas , Ditos Filosoficos , Fabulas , Historia Antiga, e Moderna; Noticias dos Filosofos ; dos elementos ; das quatro partes do Mundo: das plantas raras , e Aves exquisitas , de Peixes , e Pedras preciosas ; Noticias dos Theatros , Anfítiatros , Obeliscos , Piramides , Colosos , Ruinas , edificios e a Origem dos Deuses*. Com huma estampa illuminada. Lisboa, Impressão Regia, 1807 <sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 27-30 e nº V, (1806), p. 204-208.

<sup>94</sup> O exemplar que vimos na secção de Reservados da Biblioteca Nacional, dois folhetos com 68 páginas, revela-nos ser a geografia a área do conhecimento mais evidenciada no campo dos conhecimentos científicos.

### 3. 6. 1807 : a força dos acontecimentos

1807-1808 entrou para os registos da historiografia portuguesa, e para os anais da memória <sup>95</sup>, como o momento de viragem e de ruptura do processo histórico português.

Com cores vivas e a pena apaixonada de José Acúrcio das Neves, eis o relato sobre as repercussões dos acontecimentos:

"O brilhante reinado do Senhor Rei D. José faz uma época muito memorável e muito feliz na nossa história: debaixo das providentes vistas deste monarca famoso, o génio criador do Marquês de Pombal animou grandemente a agricultura e o commercio[...] Pensa-se, ou diz-se vulgarmente, que tudo se aniquilou depois dele; mas os nossos olhos nos convencem do contrário [...] veio depois o governo do nosso amado Príncipe, cujas intenções benéficas se fizeram sentir por toda a parte. Ministros tão sábios como laboriosos, auxiliando os desejos do soberano, trabalharam à porfia na grande época de prosperidade dos vassallos [...] Tudo

---

<sup>95</sup> Consideramos desnecessário (porque excessivamente longa para uma nota) fazer a enumeração sistemática de todas as obras e artigos já publicados, em que a data de 1808 surge sempre como elemento factual de baliza temporal, de alteração de contexto, seja sob o ponto de vista da história económica, da história social, da história política, da história cultural ou da história da ciência em Portugal. A bibliografia deste trabalho contém as referências bibliográficas marcantes. Veja-se A. Silbert; Graça e J. S. da Silva Dias; J. L. Cardoso; M<sup>a</sup> E. Madeira Santos; Sandro Sideri; M. Villaverde Cabral; J. M. Tengarrinha; Ana Cristina Araújo; Manuel Augusto Rodrigues. Por todos passa a referência 1807/8 como elemento vivo e marcante para se perceber o evoluir do real histórico da sociedade portuguesa.

repentinamente, mudou de face debaixo do terrível acoite dos nossos bárbaros usurpadores [...]

Que terríveis consequências da fatal revolução que experimentou Portugal; e que multidão de vítimas sacrificadas à ambição de um só homem! Retratando estes anos, eu não tenho dado por factos meras produções de imaginação. Referi, sem exagerar, o que eu mesmo presenciei, enquanto as circunstâncias me não permitiam abandonar a habitação desta cidade infeliz, para ir passar o restante da tragédia no fundo de uma província onde os males se não sentiam tanto..." 96 .

O impacto e as consequências da invasão dos exércitos de Junot em Portugal, que vivia ainda restos da influência de um reformismo científico de Estado, foram muito grandes. O País ficou **outro** , depois da saída dos franceses. Não apenas porque as destruições , os saques e as contendas militares, tivessem devastado e desequilibrado as estruturas materiais e culturais... Mas, porque após 1812 as realidades e os paradoxos a gerir estavam longe de se assemelharem à (aparente) unanimidade discursiva do pragmatismo das medidas reformistas, à universalidade do saber e ao poder e prestígio que a ciência conferia 97.

Neste contexto achamos natural que a data de 1808 venha também ao terreiro dos periódicos científicos. Se privilegiámos os fios de ligação dos jornais com o tempo e a cultura da sua (sobre)vivência, lógico nos pareceu tomar o pulso aos possíveis significados das invasões dos franceses, no

---

96 José Acúrcio das Neves (1810/reed. s/d), *História Geral das Invasões Francesas e da Restauração deste Reino*, tomo II, p. 263-264; 267; 269 (destaque nosso).

97 Cfr. Graça e J. S. da Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria[...]*, vol. I, tomo II.

espaço particularmente sensível da cultura e da história da ciência e dos itinerários das personalidades científicas.

O magnetismo de 1808 pode, segundo o nosso ponto de vista, desdobrar-se em várias leituras; como, por exemplo, o do significado real no consciente *vs.* inconsciente colectivo do País dos factos ocorridos ou a desestabilização no funcionamento regular de instituições, como a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências, ou o Arquivo Militar, depósito dos segredos do saber cartográfico do território nacional. Lembremos ainda o desmembramento do poder político, disperso pelo Príncipe Regente, no Brasil, pelos Governadores do Reino, no continente, e pela acção militar do general inglês Beresford.

Mas 1808 comportou igualmente outros significados importantes no campo do imaginário, sobretudo do imaginário popular, na simbologia do publicismo religioso, por exemplo, de "maus desígnios" e "maus sinais", sempre assimilados a "afrancesados", "jacobinos", "libertinos" e "maçons". E também nos domínio da literatura, que, pela via da ficção, conjugou todos estes ingredientes.

Do cruzamento destas perspectivas, no contexto em que nos movimentamos desde 1772, resultam várias mudanças. A Academia das Ciências de Lisboa interrompe a publicação do seu ciclo de *Memórias Económicas* e o ritmo de trabalho individual e o dos sócios é mais brando e espaçado<sup>98</sup>. A Universidade de Coimbra vê-se confrontada com tendências

---

<sup>98</sup> Veja-se *Memórias Económicas Inéditas* (1987) (Introdução de J. L. Cardoso)

ideológicas, que ultrapassam a ideologia da ciência<sup>99</sup>. A Sociedade Marítima, Militar e Geográfica termina abruptamente <sup>100</sup> e parte do seu espólio documental e científico segue com a Corte para o Brasil. O mesmo destino teve o material pedagógico e didático das Academias Militares, incluindo a Biblioteca dos Guardas Marinhas.

Num outro ângulo, vemos o espaço brasileiro ser culturalmente reforçado e valorizado. Por um lado a presença do Rei e da Corte, por outro a intelectualidade local ao tirar partido dos materiais culturais e científicos englobados na bagagem da fuga do Reino <sup>101</sup>. E, é importante não desprezar o capital humano também embarcado na expedição.

Quer dizer, o Brasil que não havia conhecido um movimento institucionalmente forte de difusão das Luzes no século XVIII <sup>102</sup> (contrariamente à ilustrada América espanhola) vai deter novos mecanismos de poder cultural, de difusão e produção do conhecimento científico. Para trás ficaram as expedições racionalistas dos cientistas em missão do Estado <sup>103</sup>.

Quanto aos periódicos, é fácil verificar que nenhum dos títulos existentes sobreviveu à presença dos franceses invasores. O facto não nos

---

<sup>99</sup> Cfr. Carlos Pimenta (1991), *A Universidade e as invasões francesas [...]*.

<sup>100</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1990) *A Sociedade Real Marítima [...]*.

<sup>101</sup> Cfr. Carlos H. Oberacker (Jr.) (1977), *O movimento autonomista no Brasil [...]* e M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da Silva (1986), *O Império luso-brasileiro. 1750-1822*.

<sup>102</sup> Veja-se Carlos Guilherme Mota (s/d) *Atitudes de inovação no Brasil. 1789-1801*.

<sup>103</sup> Vejam-se os textos bibliográficos incluídos no bem documentado Catálogo da Exposição *Memória da Amazônia. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica. 1783-1792* (1991).

deve surpreender. As personagens que davam vida e alma às folhas do publicismo científico viram os seus planos pessoais (de militância cultural) e de percursos profissionais subitamente alterados, e por vezes mesmo adulterados.

Também quando olhamos para o resto do espaço peninsular, verificamos a mesma sintonia, quer do discurso historiográfico, quer do correr dos factos e dos acontecimentos históricos. A Espanha da Ilustração, mercê das invasões francesas, deu lugar, a partir da emblemática cidade marítima de Cádiz <sup>104</sup>, a uma Espanha liberal e constitucional <sup>105</sup>.

Os ventos que de Espanha sopravam para Portugal seriam brisas de ideologia liberal, lufadas de novas propostas culturais e políticas. Aguardava-se a possibilidade de fazer vingar a realidade liberal.

---

<sup>104</sup> Cfr. Ramon Solis (1987), *El Cadiz de las Cortes*.

<sup>105</sup> Seria irrelevante colocar aqui uma exaustiva lista bibliográfica sobre o assunto, pela sua constante e marcante actualidade historiográfica; refira-se simbolicamente Miguel Artola (1959/1975), *Los origenes de la España Contemporánea*.

## CAPITULO 4 De 1812 ao Triunfo do Liberalismo

Expulsos os franceses, organizado o poder do Príncipe Regente no continente, o País parecia querer voltar a reencontrar-se com algumas das reformas anteriormente propostas. Vários indícios nos levam a enquadrar o reiniciar dos periódicos científicos num contexto de alterações estruturais, previstas para a sociedade portuguesa. Projectos dos Governadores do Reino, polémicas na praça pública animavam o debate de ideias e o confronto de propostas para regenerar Portugal <sup>1</sup>, especialmente quando a vizinha Espanha debatia publica e parlamentarmente o final do Antigo Regime, e legislava constitucionalmente a partir de Cádiz <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> "Com esforço, lenta e cautelosamente, a maçonaria e as forças liberais começaram, desde 1813, a reorganizarem-se. A polémica Fernandes Tomás-Lobão, em torno do problema dos forais é um claro sinal de que os debates ideológicos renasciam no país, e de que o seu alvo eram, com as estruturas sócio-económicas, as estruturas políticas e culturais". Graça e J. S. da Silva Dias (1980), *Primórdios da Maçonaria [...]*, vol. I, tomo II, p.587. A polémica referida entre Lobão / Tomás ficou cristalizada nos seguintes textos : Manuel de Almeida e Sousa Lobão (1813), *Discurso jurídico, histórico e crítico sobre os direitos domínios dominiais* ; Manuel Fernandes Tomás (1814), *Observações sobre o discurso que escreveu Manoel d'Almeida e Sousa*.

<sup>2</sup> Não podemos nunca perder de vista este referente peninsular que, directa e indirectamente, veio a pesar nos debates e nas opções culturais e ideológicas portuguesas deste período pré-liberal. Sobre a importância do "mote Cadiz" veja-se o interessante estudo de José Muñoz Pérez (1987) *Los catecismos políticos: de la Ilustracion al primer liberalismo español, 1808-1822*, p. 191-200.

Entre nós, os Governadores do Reino estavam interessados em revigorar o País, nomeando comissões, encomendando estudos estatísticos, protegendo e incentivando os novos planos da Real Academia das Sciencias de Lisboa, criando mesmo uma publicação científica oficial - o *Jornal de Coimbra*

O engenheiro militar, Marino Miguel Franzini é encarregado de elaborar instruções estatísticas. Para aumentar a prosperidade nacional e para "preencher as importantes vistas da legislação he por tanto indispensavel proceder a indagações bem circunstanciadas. Hum simples exame sobre a situação de hum paiz, não pode fornecer os elementos, de que necessitão os Ministros intelligentes, que desejão o bem da sua patria: he necessario ter hum conhecimento exacto do estado da sua agricultura, commercio, e manufacturas, e dos meios de aperfeçoar cada hum destes ramos" <sup>3</sup>.

No entanto, a nomeação de uma Comissão <sup>4</sup> para estudar os forais e melhorar a agricultura <sup>5</sup> é talvez a medida que melhor espelha o desejo de

---

<sup>3</sup> M.M.Franzini (1815), *Instruções statisticas que por ordem do excellentissimo e reverendissimo senhor Principal Souza compilou [...] em 1814*, p. 4.

<sup>4</sup> Esta ficou conhecida como a "Comissão dos Forais de Alberto Carlos Menezes", e veio a publicar em 1825 alguns dos relatórios elaborados. Na Biblioteca Pública de Évora, Fundo Manizolla, Cod.179, encontra-se o livro de actas dos relatórios assinados por todos os membros da Comissão : João António Salter de Mendonça, Secretário de Negócios do Reino e Fazenda; doutor João Pedro Ribeiro, Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação e Lente de Diplomática; Francisco Ribeiro Dias Guimarães, Lente Substituto da mesma cadeira e Francisco Manuel Trigozo, Opositor da Faculdade de Canones na Universidade de Coimbra.

<sup>5</sup> Cfr. Benedita Cardoso Câmara (1989), *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, p. 70, nota 59.

continuar os estudos de pendor económicos da Real Academia das Sciencias de Lisboa <sup>6</sup> . Ao mesmo tempo, iniciava-se um tempo de reflexão sobre possíveis reformas jurídicas no âmbito da propriedade individual.

A eficácia do labor dos "três canonistas", no entender de Trigoso Morato (um dos membros ), não parece ter sido muito relevante, já que a desorganização de trabalho era grande. "Assim cada um escrevia as propostas sobre assumptos desligados e todos as assignavam. Durou este trabalho quase hum anno, e subiram varios projectos ao Governo, que sobre elles mandou ouvir a mesa do desembargo do Paço, e depois os consultou para o Rio de Janeiro; porém, como entre todos elles só um foi resolvido, parece inutil continuar a fazer propostas, e a Comissão dos Foraes veio a converter-se insensivelmente em Comissão de Pesos e Medidas" <sup>7</sup> .

---

<sup>6</sup> "É interessante verificar que um dos primeiros pedidos de reforma dos forais tenha sido feita por um grande jurista que geralmente se considera como partidário dessa doutrina - Melo Freire". Albert Silbert (1977), *O feudalismo português e a sua abolição*, p. 86. Num outro estudo, afirmara o mesmo Autor (1978): "La vogue de l'école physiocratique, sa pénétration en profondeur dans les cadres de l'administration est déjà un signe. Les bases de l'ancien régime économique ont été vigoureusement attaqués", *Le Portugal Méditerranéen [...]*, vol. I, p. 153..

<sup>7</sup> Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1933), *Memórias*, p. 63-64. Apesar de Trigoso denunciar o carácter eminentemente jurídico dos membros da Comissão, e que estes nada sabiam de agricultura, enquanto actividade prática, veio o mesmo Aragão Morato, em 1815, a publicar um trabalho na série *História e Memórias da Academia Real das Sciências*, Tomo IV, Parte I, p. 58-73, sobre a oportunidade de implantar entre nós um estabelecimento de ensino agrícola. O artigo intitulado "Projecto de hum estabelecimento de escolas de agricultura prática", pode ser considerado como sinal evidente do desejo de entre nós promover um conhecimento prático e técnico da matéria, que aliasse um modelo teórico a uma dimensão utilitária da realidade.

E aqui deparamos, uma vez mais, o Governo interessado em dar uma cobertura oficial aos trabalhos científicos que o País necessitava .

#### 4.1. 1812: o ano de novos periódicos instructivos

Reiniciamos o contacto com estes veículos culturais com a análise do periódico de maior fôlego da segunda década do século XIX - o *Jornal de Coimbra*, "escrito em Coimbra" <sup>8</sup>, e editado em Lisboa, na Impressão Régia, 1812-1820 <sup>9</sup>.

Este periódico teve como membros fundadores e directores três lentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra - José Feliciano de Castilho, Angelo Ferreira Diniz e Jeronymo Joaquim de Figueiredo <sup>10</sup>. No primeiro número do jornal expõem o plano redactorial do projecto, pensado e executado na cidade universitária:

"Fazem objecto do J. de C. Observações, Memorias, Extractos, etc, sobre todas as partes essenciaes, ou accessorias da Arte de curar - sobre Educação, assim Fisica, como Moral - Agricultura - Economia pública, e domestica - E

---

<sup>8</sup> "[...] não foi impresso em Coimbra. Entendemos, porem, deves-o incluir nesta relação [jornais de Coimbra], não só pelo titulo; mas porque é escripto nesta cidade pelos lentes de Medicina [...] e enviados os manuscritos para Lisboa, a fim de alli ser impresso o jornal na impressão régia", Joaquim de Carvalho (1875), *Jornalismo de Coimbra [...]*, p. 1.

<sup>9</sup> As subscrições podiam fazer-se em Lisboa, "na loja da Gazeta de que é administrador Manoel José Pinto Baptista; em Coimbra na de José Bernardo Girão; no Porto na da Viuva Alvares Ribeiro e Filhos no largo dos Loyos", *Jornal de Coimbra*(1812), n.º 1, p. III.

<sup>10</sup> Cfr. Francisco Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. IV, p. 177-178.

havera hum Extracto das noticias politicas, e militares, que se publicarem nos periodicos de Portugal em cada mez" 11.

O lugar de destaque dado às notícias da "arte de curar", não se pode atribuir apenas às prioridades científicas dos directores. Está relacionado com a ideia de fundar um jornal oficial, científico, no âmbito da Medicina, que estivesse directamente ligado à Universidade de Coimbra. Para tal os Governadores do Reino determinam em portaria de 24 de Outubro de 1812 o seguinte :

"Sendo a saude dos Póvos, e a conservação da vida dos infelizes, a quem Pais deshumanos, ou desgraçados desampararam logo ao nascer, hum dos principaes objectos, que merecêrão sempre o maior cuidado aos Soberanos, [...] E sendo igualmente manifesto que para se conseguirem estes interessantes fins, cumpre colligir em hum ponto central as observações dos Facultativos sobre as enfermidades, que grassão em cada huma das terras do Reino, as suas causas, tratamento, e meios de as evitar, ou remediar, assim como tudo o que diz respeito ao importantissimo artigo da criação dos expostos; não só para que publicando se as ditas observações por via da impressão, possão os Medicos, e Cirurgiões adiantar os seus conhecimentos em beneficio da humanidade" 12.

E para dar avanço ao saber da medicina, determinaram as referidas Autoridades governamentais que os provedores de todas as Comarcas enviassem à Intendência Geral da Polícia "huma relação exacta de todos os

---

11 *Jornal de Coimbra* (1812), vol. I, nº 1, p. I.

12 *Collecção de Legislação Portuguesa* (1825), vol. 1811-1820 , p. 194. Cfr. Silvestre Ribeiro (1873), *Historia dos estabelecimentos scientificos [...]*, tomo III, p. 382-383.

medicos, e Cirurgiões de partidos de Camaras, Hospitais Civis, Casas de Expostos, Cadeias, Communidades, e outros Estabelecimentos públicos, que houver em suas Commarcas [...] para se publicarem no *Jornal de Coimbra*..."<sup>13</sup>.

Estava dado o mote para um periódico universitário, que deveria contribuir para o alargamento, e aperfeiçoamento, do estudo da Medicina entre nós. Saliente-se ter sido 1812 o ano de início do jornal, passada "a invasão franceza, o paiz procurava restabelecer-se da desordem em que caíra, e em todos os ramos de actividade scientifica se trabalhava denodamente. Era indispensavel um archivo para recolher os productos d'essa elaboração e tal foi a origem do *Jornal de Coimbra* Este periódico é certamente uma das publicações mais interessantes que viu o principio do seculo. Destinado a dar conta de todas as descobertas e progressos nas sciencias, deu logar nas suas columnas a importantes trabalhos de medicina..."<sup>14</sup>.

Trabalhar os dezasseis volumes da colecção completa permite-nos avaliar muito claramente as múltiplas potencialidades do jornal, como fonte de informação e como veiculo de notícias, debates e projectos culturais e científicos <sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> *Collecção de Legislação Portuguesa* (1825), vol. 1811-1820, p. 194.

<sup>14</sup> Maximiliano de Lemos (1899), *História da Medicina em Portugal*, vol. II, p. 397-398. Sobre as ligações científicas e pedagógicas entre o *Jornal de Coimbra* e a Universidade veja-se M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1991), *A universidade e a divulgação de conhecimentos [...]* p. 134-137.

<sup>15</sup> Os temas que encontramos nas páginas do *Jornal de Coimbra* são muito variados. A secção das notícias políticas, as páginas dedicadas aos vários ramos da Ciência, os

Existia no universo cultural europeu, do dealbar de oitocentos, um conjunto de regras que diziam respeito ao género do periodismo científico. Assim, é o leitor, ou eventual colaborador, do *Jornal de Coimbra* informado pelos redactores do seguinte:

"O Periodista de objectos Litterarios deve evitar quanto possivel for contestações alheas da Sciencia, e mais ainda as conduzidas com animosidade e grosseria. [...] Os Periódicos são interessantes, se publicação Escriptos originaes uteis, ainda que pouco extensos. Huma Observação, huma Experiencia, etc. de grande valor inclue-se ás vezes em poucas linhas: o Público ficará pela maior parte privado d'essa Observação, ou Experiencia, se não houver hum Periódico, em que ella se publique.

Hum Escripto d'esta qualidade evita aos AA. collisões, trabalhos, despezas, delongas, e podendo remetter-se pelo Correio até se tira occasião de suspeitar-se quem elles são, no caso de quererem occultar-se [...]

Estas poucas reflexões parece que bastão para evidenciar que os Periódicos sôbre objectos Litterarios promovem as Sciencias: e se a experiencia não confirma esta doutrina, tambem a não contraria. Em Inglaterra, Alemanha, França, e Italia ha huma immensidade de periódicos; e nem por isso pôde negar-se grande saber, muitas e interessantes Publicações, aos Inglezes, Alemães, Francezes, e Italianos" 16.

Face a estes propósitos de cosmopolitismo cultural associado a uma informação nacional do que decorria de oficial ou officioso relativamente às

---

extractos do que os periódicos científicos europeus mais importantes publicavam, além do catálogo das publicações recentes, nacionais e estrangeiras.

16 "Reflexões sôbre Periódicos", *Jornal de Coimbra*, (1813) vol. 3, p. 106-107.

instituições científicas <sup>17</sup> ou militares, ou às medidas legislativas tomadas pelos Governadores do Reino, decerto se compreende o elevado número de subscritores deste periódico científico, e a sua dispersão geográfica .

De facto, estava-se perante um periódico que respondia às necessidades informativas dos seus leitores, hierarquizando-as a partir do primado da importância do conhecimento da Ciência, e do valor da instrução pública nacional. As listas bibliográficas iniciadas logo no ano de 1812, decerto contribuiriam para a formação intelectual do leitor. Mas tinham uma outra função: a da exaltação patriótica. Ao enumerar-se o rol dos títulos portugueses, em relevante nota explicativa, afirma-se que "Portugal acha-se hoje [1812] em hum desenvolvimento, e entusiasmo, difficil de conceber, quanto mais de explicar-se..." <sup>18</sup>.

O *Jornal de Coimbra* vivia pois das imprescindíveis notícias, de artigos traduzidos de outros periódicos, de informações sobre as várias áreas do saber científico - meteorologia, geografia, agricultura, botânica, física, química, matemática, medicina.... Contava ainda com a colaboração <sup>19</sup> de

---

<sup>17</sup> Essencialmente a Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências. Anualmente eram publicadas as listas dos alunos que entravam para as diferentes Faculdades e dos que terminavam os seus cursos.

<sup>18</sup> *Jornal de Coimbra* (1812), vol 1, p. 6.

<sup>19</sup> "Não é só aos redactores principaes do *Jornal de Coimbra* que se deve o seu merito; é também á illustrada collaboração que elles souberam attrahir. Ali se encontram memorias importantes, subsidios curiosos para a historia politica e scientifica de Coimbra e de Portugal, polemicas doutrinaes, alvitres desaprovados para a civilização portugueza, narrativas interessantes, estreias poeticas de bons engenhos, e documentos eloquentissimos". Júlio Castilho (1926), *Memórias*, vol. I, p. 90.

algumas das personalidades científicas portuguesas <sup>20</sup>. Competia aos redactores organizar e sistematizar todo este material.

Através do *Jornal de Coimbra* estreitavam-se os laços de sociabilidade da comunidade científica, faziam-se reencontrar temas que passavam pelas diferentes Faculdades da Universidade de Coimbra, trabalhos pensados no âmbito da Academia das Ciências ou animados debates em torno de problemas nacionais, como o da agricultura e os diferentes meios de a melhorar e aumentar .

O periódico funcionava, de facto, como um pólo aglutinador de experiências e demonstrações práticas de matérias científicas, especialmente médicas e do foro da farmacopeia. Com ligações personalizadas à Instituição Vacínica, que a Academia fizera nascer também no ano de 1812..., natural é que desde cedo se estabelecesse uma estreita ligação entre o trabalho pioneiro e inovador dos académicos e a sua regular divulgação nas páginas do periódico pensado em Coimbra.

Em 1812 um grupo de sócios da Academia das Ciências apresenta a seguinte proposta:

---

<sup>20</sup> Entre os autores que assinam os artigos e que regularmente colaboram temos José Maria Soares (médico do hospital militar); Jacinto José Vieira (primeiro cirurgião); Daniel Ellis (médico inglês militar); Bernardino António Gomes (médico e "viajante científico" para assuntos de farmacopeia); Constantino Botelho de Lacerda Lobo (lente de física experimental na Faculdade de Filosofia Natural); António de Araujo Travassos (doutor em leis); Luiz de Santa Anna Gomes (médico); Marino Miguel Franzini (engenheiro militar); Henrique Xavier Baeta (doutor em medicina); Bispo de Aveiro; Wenceslau Anselmo Soares (médico do hospital da Marinha); António de Almeida (bacharel em filosofia e médico).

"A Academia Real das Sciencias de Lisboa persuadida do poder anti-varioloso da vacina, e não podendo ser insensível à multiplicidade de obitos e de deformidades que as frequentes epidemias de Bexigas causão em Portugal, por se não ter generalizado bastantemente neste Paiz o uso daquele preservativo: seguindo o seu Instituto, que he cooperar, quanto cabe nas suas faculdades, para o progresso das Sciencias e do bem publico, resolveo fazer huma Instituição Vaccinica , nomeando huma Commissão, a qual, pondo nesta capital o antidoto das Bexigas gratuito, e ao mais facil alcance de todos os seus habitantes, que quizerem precaver esta temivel enfermidade, procure tambem fazer chegar o conhecimento, e gozo deste beneficio da Providencia ao menos instruido, e mais remoto habitante das Provincias deste Reino" <sup>21</sup>.

Esta iniciativa deve-se aos sócios Francisco Soares Franco, Francisco de Mello Franco, Bernardino Antonio Gomes e José Martins da Cunha <sup>22</sup> , todos médicos. E as relações entre a Academia das Ciências e o *Jornal de Coimbra* estabeleceram-se através da colaboração de alguns dos membros da Instituição Vaccinica neste periódico <sup>23</sup> e, em sentido inverso, pelas noticias regularmente aqui publicadas, relativas à actividade daquela Instituição.

---

<sup>21</sup> *Collecção de Opusculos sobre a vacina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias* (1812), p. 7.

<sup>22</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1872), *Historia dos estabelecimentos scientificos*, vol. II, p. 307-311.

<sup>23</sup> É o caso de Bernardino António Gomes, José Maria Soares, Francisco Ellias Rodrigues da Silveira, Venceslau Anselmo Soares e José Feliciano de Castilho. Sobre este último recorda Júlio Castilho nas suas *Memórias* (1926): "Castilho sahia de Coimbra no intervallo das suas obrigações universitárias, e ia às aldeias conferenciar com os poderosos, os parochos, os ricos; a sua palavra amena e energica, a sua posição official, a sua influencia, o seu reconhecido saber, e até provavelmente a magnetização que os

Assim o *Jornal de Coimbra*, enquanto entidade colectiva, promoveu o estabelecimento de laços científicos, culturais e sociais com a Universidade de Coimbra. Mas também com a Academia das Ciências e com os diferentes hospitais militares do país, cujos médicos e cirurgiões deveriam enviar os relatórios das suas observações e casos clínicos.

Nas suas páginas é possível encontrar traços do trabalho efectuado por uma comunidade científica, que procurava difundir os trabalhos, e alargar os seus conhecimentos. E, simultaneamente, informar os leitores deste periódico das actividades desenvolvidas...

Ainda corria o ano de 1812, quando circulou por Lisboa o "Prospecto" referente a uma nova publicação, o *Semanario de Instrução, e Recreio*<sup>24</sup> anunciando o seu aparecimento do seguinte modo:

"O inimigo commum da Europa com sua injustissima aggressão, além dos estragos e mortes com que devastou o nosso Paiz, desde o fim do anno de 1807, fez paralizar os progressos que as Sciencias hião fazendo em Portugal, protegidas pelo paternal desvelo, e governo do melhor dos Principes [...] Recuperada porém a liberdade da nossa Patria por tantas victorias, e desassombro o nosso Paiz da presença de seus barbaros inimigos, he justo e conveniente que se torne a lancar mão de leituras e estudos uteis, a fim de

---

seus olhos exerciam operavam milagres, e o beneficio lavrava", *Idem, ibidem*, vol. I, p. 96.

<sup>24</sup> Os números deste periódico vendiam-se nas lojas de António Manoel Policarpo da Silva, na Imprensa Regia, no terreno do Paço; na de Carvalho, aos Martyres, e na de Nascimento, abaixo do Correio. Podiam igualmente serem feitas subscrições. Informação obtida no final do «Prospecto» deste *Semanario* [...].

por todas as classes de pessoas menos instruidas se derramarem os conhecimentos e a civilização. Tal he por tanto o objecto que se propõe o Editor do presente Periodico; para cujo desempenho possui sufficiente cabedal de obras impressas e manuscritas, e os necessarios meios de fazer agradavel seleccão dos assuntos mais interessantes à publica instrucção" 25.

O redactor e editor Joaquim José Pedro Lopes 26, procurava diversificar os assuntos tratados. Teriam assim lugar nesta publicação, as secções de "Sciencias e Artes", de "Commercio e a Agricultura", de "Belas Letras e Moral", e de "Variedades". Retornava-se, deste modo, ao modelo matricial dos periódicos científicos, antes da desestruturação causada pelas invasões francesas. Modelo para este movimento jornalístico de cariz instructivo foi inequivocamente o *Jornal Encyclopedico*. Vejamos um pequeno excerto exemplificativo:

"[...] Poucos são os homens que podem fazer estudos regulares [...] e não he possivel que huma Nação se componha de sabios: mas he mui conveniente que se leião cousas uteis, e cousas que recreiem o espirito sem o corromper; e não sei de hum methodo mais facil para espalhar por entre o povo menos instruido o amor da leitura, e por meio d'esta huma certa amenidade nos costumes, do que a publicação de bons jornais litterarios: assim o tem

---

25 « Prospecto » do *Semanario de Instrucção, e Recreio* (1812), tomo I, n.º 1, s/p.

26 "O Editor, e Redactor deste Periodico Literario he Joaquim Jose Pedro Lopes. As peças simplesmente traduzidas por elle não levarão assignatura nenhuma e as de sua composição, ou coordenação, levarão hum E.; as de outros authores diversos levarão o nome do Author, ou suas iniciaes, ou hum A. no caso de serem, ou quererem ser anonymos". *Semanario de Instrucção e Recreio* (1812), tomo I, n.º 1, p. verso da folha de rosto.

praticado todas as nações cultas da Europa, e mesmo a nossa gozou por algum tempo de ter hum bom jornal qual era o Jornal Encyclopedico..." 27.

Ressalte-se as expressões de "bons jornais literarios", "nações cultas" e a recorrência explícita ao periódico enciclopedista do século XVIII português. Parece visível o desejo de evidenciar, através do conteúdo do periódico, o regresso à normalidade e o retorno à aproximação das nações cultas da Europa.

Ainda que as secções de "Sciencias", "Historia Natural" e "Astronomia" ocupem um lugar de algum destaque na economia do periódico, o Editor e Redactor - Joaquim José Pedro Lopes - garante privilegiar os manuscritos sobre agricultura e comércio "sendo escriptos com decência" 28.

Os artigos oriundos da perigosa França de 1790 obedeceram, decerto, às regras de uma escrita decente. Reflectiram a possível actuação política do rei Luís XVI 29. Foi igualmente considerada notícia de moral irrepreensível

---

27 "Reflexões sobre os jornaes e jornalistas", *Semanario de Instrução e Recreio* (1812), vol. I, nº 1, p. 16.

28 Duas notas sobre este pormenor informativo. O *Semanario de Instrução e Recreio*, contou com a colaboração de José Agostinho de Macedo para temas literários, e talvez os conselhos de uma boa escrita (anti-revolucionária, anti-jacobina...). De modo paradoxal, a secção de "Commercio e Industria" publicou artigos que informavam da realidade francesa de 1790.

29 "Entre os flagelos que pezarão sobre a França nos primeiros annos da Revolução foi a subida falta de comestiveis o que motivou maiores inquietações. Este era o grande segredo dos perturbadores, e o fermento dos tumultos populares. Nestas circunstâncias mandou El-Rei chamar o Corregedor-mor do País, que era então o Célebre Bailly...". "Conversação de Luiz XVI com Bailly, Corregedor-mor de Paris, sobre objectos de

a biografia do astrónomo João Sylvano Bailly, eleito para os Estados Gerais do ano de 1789 <sup>30</sup>.

Já o ano de 1813 ficou assinalado por incluir artigos sobre a realidade agrícola portuguesa, na secção de "Commercio e Agricultura" num registo algo semelhante ao das *Memórias Económicas* da Academia das Ciências. Particular atenção deve ser dada às "Reflexões economico-políticas sobre o augmento e diminuição das riquezas em hum Estado" <sup>31</sup> em que se entrecruzam os problemas técnicos de cariz agronómico com o debate jurídico em curso entre nós sobre o regime de propriedade, ou as questões que se prendiam com o "socorro das boas leis" <sup>32</sup>.

Da leitura de todas as secções fica sempre a presença da instrução, em detrimento do recreio. Este estava subordinado, apenas, a uma evasão pedagogicamente útil aos leitores e, conseqüentemente, à Nação.

Ainda nesta perspectiva de utilidade nacional, registamos o aparecimento no Brasil de *O Patriota . Jornal Litterario , Politico, Mercantil*, Rio de Janeiro, 1803-1804. Insere-se nos jornais "literários e científicos", tal como explicitamnte o designa M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da Silva. O conteúdo de *O Patriota* revela uma maior preocupação com as ciências e as artes, ou, como diríamos hoje, com a tecnologia. Nele colaboravam naturalistas como José

---

primeira necessidade em 1790", *Semanario de Instrução e Recreio* (23 Setembro 1812), n<sup>o</sup> 4, p. 54.

<sup>30</sup> Cfr. *Semanario de Instrução e Recreio* (30 Setembro 1812), n<sup>o</sup> 5, p. 76-78.

<sup>31</sup> Iniciou-se a sua publicação no *Semanario de Instrução e Recreio* em Dezembro de 1812 prolongando-se por vários números até Agosto de 1813.

<sup>32</sup> *Semanario de Instrução e Recreio* (18 Agosto 1813), n<sup>o</sup> 51, p. 189.

Bonifácio de Andrade e Silva, Manuel de Arruda da Câmara ou Domingos Borges de Barros" <sup>33</sup>. Trata-se de um periódico que se insere no desenvolvimento científico do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Ali iam surgindo Academias que integravam algumas das personalidades ligadas ao periodismo científico português entre 1772-1807. Tais eram os casos de António José Castrioto e Joaquim Henriques de Paiva.

Voltemos ao espaço de Portugal continental. Em 28 de Setembro de 1811, a *Gazeta de Lisboa*, publicava o seguinte anúncio:

"Prospecto de Nova Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal que ha de servir de continuação ao Correio Mercantil [...] [em que] poremos algum artigo de Agricultura; esta sciencia fórma a base principal da prosperidade dos Povos, e nas nossas actuaes circunstancias deve occupar huma parte essencial das nossas meditações, e trabalhos".

Estava anunciado um novo periódico para o espectro cultural português. Esperava-se que retomasse o espírito agrarista do *Correio Económico*, do final do século XVIII, e pudesse também contribuir para regenerar o "espírito nacional de 1812".

Francisco Soares Franco <sup>34</sup>, ao acumular as funções de colaborador da *Gazeta de Lisboa*, com as de redactor do novo periódico - a *Gazeta de*

---

<sup>33</sup> M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da Silva (1986), *O império luso-brasileiro*, p. 463. *O Patriota* tinha como secções a química, a mineralogia, a literatura, a história, a política, a geografia, a agricultura, além da estatística, da medicina e da correspondência.

<sup>34</sup> "O dr. Soares Franco foi também redactor da *Gazeta de Lisboa* pelos annos de 1809 e seguintes até o de 1813, em que foi substituído n'este encargo por Joaquim José Pedro Lopes". F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliografico [...]*, vol. III, p. 64.

*Agricultura* - foi, decerto, um elemento estratégico. Tentemos, pois, estabelecer alguma correlação entre a *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1812-1813, e a figura deste médico agrarista <sup>35</sup>.

Alertados pelo anúncio da *Gazeta de Lisboa*, fomos verificar a eventual coincidência de arrumação temática, de estrutura e apresentação formal do periódico com o *Correio Mercantil*. Além das notícias e operações militares que ocorriam na Península e na Europa, a *Gazeta de Agricultura* geria as suas páginas em função de artigos sobre Agricultura e de listagens das entradas e saídas dos navios de Lisboa.

No primeiro artigo do número um pode ler-se:

"Em Portugal não se tem cuidado destes Estabelecimentos [Sociedades Económicas e Agrícolas], nem a fallar a verdade, seriam muito uteis antes de decorrerem alguns annos depois da Reforma da Universidade, feita pelo Sr. D. José I, de gloriosa memoria, no anno de 1772. Era preciso dar tempo a que homens instruidos nas Sciencias naturaes (de que infelizmente se não tem tirado entre nós partido algum) se espalhassem pelas Províncias, e se semeassem luzes, de que para o futuro se recolherião os fructos" <sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Cfr. Benedita Cardoso Câmara (1989), *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, p. 5-11; p. 21-53

<sup>36</sup> "Agricultura. Sociedades de Agricultura nas Províncias", *Gazeta de Agricultura* (7 Janeiro 1812), nº 1, p. 3-4. Imediatamente a seguir a este artigo vêm as «Variedades» que encerra, com uma "Carta aos Senhores Editores do Investigador Portuguez" assinada por Francisco Soares Franco, como que a demarcar o peso institucional que tinha na *Gazeta de Agricultura*.

Não seria afinal Francisco Soares Franco um dos homens instruídos da Universidade reformada, a personagem ideal para fazer levantar os ânimos após as invasões e para publicitar periodicamente os temas de interesse face ao contexto nacional de então <sup>37</sup> ?

A data de assumir a direcção da *Gazeta de Agricultura* tinha já Soares Franco evidenciado obra notória, que subdiviríamos em quatro etapas.

A primeira situa-se no ano de 1793, e é marcada pelas publicações literárias, de carácter erudito. Soares Franco apresenta-se como Bacharel em Filosofia <sup>38</sup>. Decerto uma obra de estudante que transitava deste grau para o curso de Medicina, na Coimbra universitária.

A segunda etapa é fundamentalmente marcada pela tradução, e adaptação, da obra do abade Rozier - *Cours complet d'Agriculture théorique et pratique ... pour une Societé d'Agriculteurs*, Paris, an. IX, 6 vols. A edição portuguesa (impressa na Universidade de Coimbra) saiu em 5 volumes, entre 1804-1806 com o título de *Diccionario de Agricultura ,extrahido em grande*

---

<sup>37</sup> "Na senda da imprensa ilustrada do século XVIII, a *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, dirigida meteoricamente por Soares Franco, propôs-se orientar a opinião pública no labirinto da divulgação de tantos conhecimentos úteis". Benedita Cardoso Câmara (1989), *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, p. 89. Soares Franco esteve à frente da *Gazeta de Agricultura* como redactor entre 7 de Janeiro e 30 de Junho de 1812, ou seja nos seus 26 primeiros números.

<sup>38</sup> F. S. Franco (1793), *Herminia Tragedia*, na qual é visível o exotismo oriental, com referências paradigmáticas: o Cairo, o serralho, o sultão...; *Obras poéticas*, compostas por várias poesias de carácter heico/nacional. Refira-se a "Ode recitada em Coimbra por ocasião da feliz gravidação da Serenissima Senhora Princeza do Brazil". Obra poética que termina do seguinte modo: "E desta Augusta Prole/vermos renascer hum João segundo/d'ensinar a ser reis,/os Reis do mundo".

*parte do Cours d'Agriculture de Rozier, com muitas mudanças principalmente relativas à theoria, e ao clima de Portugal, e offerecido a sua Alteza Real, o Principe Regente.*

Nesta obra de maturidade, Soares Franco já se apresenta como o "demonstrador de anatomia, operações chirurgicas, e arte obstetrica na Universidade de Coimbra, oppositor de medicina, bacharel em philosophia". Ou seja, deixa claro que o poder do saber científico pode legitimar uma edição perante o público leitor. Uma tradução especial, adaptando o original francês ao contexto agrário, e agrarista, nacional <sup>39</sup>, senão mesmo peninsular <sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Em 1804 haviam já saído três volumes das *Memórias Económicas* da Real Academia das Sciencias de Lisboa, cujos textos citavam e referenciavam já o abade Rozier (especialmente o vol. II e III). Por outro lado Francisco Soares Franco, no «discurso preliminar» com que abre o vol. 1 do seu *Diccionario de Agricultura* manifesta o desejo de adaptar ao contexto do rectângulo peninsular as várias entradas do Curso completo de agricultura teórico-prática da França do revolucionário ano IX. Atente-se nas suas palavras: "Penetrado pois do conhecimento da grandissima influência, que tem a Agricultura na prosperidade de huma Nação, e da falta, que della ha entre nós; resolvi no meio dos meus trabalhos Academicos, e clinicos tirar huma porção de tempo, para entregar no estudo, e publicação de huma Obra de Agricultura; projecto, em que ao mesmo tempo que me instruo, sou de algum modo util ao meu paiz. O *Diccionario* do Abade Rozier me pareceo a obra mais accomodada a este respeito, e della principalmente he que fiz o presente extracto". Francisco Soares Franco (1804), *Diccionario de Agrciultura [...]*, vol. 1, p. X. Cfr. igualmente a entrada *Agricultura*, vol. 1, p. 128-152, sintomática da leitura adaptada que é feita em função do contexto português.

<sup>40</sup> J. A. Guerra traduziu Rozier no final do século XVIII. A edição tomou o nome de *Curso completo ó diccionario universal de agricultura teórico-prática, económica y de medicina rural y veterinaria* escrito en frances por una Sociedad de Agronomos y ordenado por el abate Rozier, traducido al castellano por D. Juan Alvarez Guerra, individuo de la Sociedad Economica de Madrid, Madrid, Imprenta Real, 1796-1803, 16

O terceiro degrau dos textos publicados por Soares Franco surge quando os militares franceses invadem Portugal <sup>41</sup>. Muito acutilante é a publicação datada de 1809 do "lente da Faculdade de Medicina, formado na de Philosophia em a Universidade de Coimbra". Vejamos um pequeno excerto:

"Os males, que nos tinham causado o Governo Francez, erão de todos conhecidos; as desgraças, que estavam imminentes sobre nossas cabeças, se elle continuasse a dominar-nos, não erão, nem são ainda, patentes a todos: a alguns por falta de reflexão, a outros por alimentarem esperanças mal fundadas à cerca de homens, cujo carácter não conheciam" <sup>42</sup>.

E as reflexões graves e catastróficas iniciam-se de um modo sistematizado, percorrendo os possíveis estados do País sob o domínio dos

---

tomos. "El pensamiento de traducir por primera vez esta notable obra, que, con el auxilio de nuestros autores clásicos, ha sido el fundamento principal de otras publicaciones de igual indole que pasan por originales, y cuyos artículos o tratados mas interesantes han dado tambien materia para esos apreciables manuelitos que han solido aparecer con el carácter de anónimos, partió de D Francisco Fernandez Monillo. Pues apenas comenzó a ver la luz pública en Francia, cuando la dió a conocer à la Sociedad Económica Matriense, proponiendo que, repartiendo el original entre los individuos de la misma, se tradujera y propagase la obra por la Peninsula". Braulio A. Ramirez (1865), *Diccionario agronomico [...]*, p. 101( sublinhado nosso).

<sup>41</sup> Cfr. F. S. Franco (1808), *Reflexões sobre a conduta do príncipe regente de Portugal. Revistas, e corregidas por...* Trata-se de um opúsculo escrito em 1807, em Londres, abordando as relações geo-estratégicas entre Portugal e o estado vizinho, face ao tirano Bonaparte que atemoriza toda a Europa. Brochura que explicitava os locais de venda nas cidades de Coimbra, Porto, Lamego, Braga e Viseu.

<sup>42</sup> F. S. Franco (1809), *Memoria com que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar*, «Prefação», s/p.

franceses - "Desgraçada filha de Ceres, como estavas já atormentada com a curta perseguição de oito mezes, e como te acharias no fim de dois, ou tres annos!"<sup>43</sup>.

Mas, desta visão pessimista de Soares Franco emerge, também, a perspectiva de uma possível solução para a situação de crise da agricultura em Portugal<sup>44</sup>. Perspectiva que ganhará um novo fôlego, a partir de 1812, com Soares Franco periodista, na redacção da *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, reagindo energicamente a comentários desagradáveis feitos pelo *Investigador Portuguez em Inglaterra*<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 26. Cfr. Benedita Cardoso Câmara (1989), *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, p. 55-68

<sup>44</sup> "A maior cultura do pão se faz em Portugal em campinas descobertas. Provámos em diversas partes do dictionario de Agricultura, quanto era pernicioso este sysytema. Hum proprietario tira muitas vezes o duplo da produção de huma fazenda murada ou vallada, do que hum campo deescoberto. As pequenas culturas de batatas, legumes etc. quasi que não se fazem em taes campos com o susto, de que as estrague o gado, ou as roubem os passageiros". F. Soares Franco (1809), *ob. cit.*, p. 46-47.

<sup>45</sup> "Hum Amigo meu me avisou, que vos tinheis lembrado do meu nome no vosso Periodico, eu não o tenho, porque bem vedes que as noticias politicas, por antigas, e as de Sciencias Naturaes, por ja sabidas, me não podiam servir de utilidade alguma. Fiquei admirado com o vosso insulto, por não o ter provocado, e fico mui duvidoso, se for algum sermão, que vos encommendarão. Seja o que for; como Professor de medicina, nada tenho que agradecer o vosso elogio [...] e como Redactor da *Gazeta de Lisboa*, tem esta merecido constantemente os inuteis ataques dos mal-intencionados; e pode ser que algum dia publique as cartas anonymas, que tenho recebido desta boa casta de gente; e então se verá, se ella tem satisfeito ao seu fim, ou não; mas por isso mesmo he que tenho continuado a redigi-la [...] Desde que componho esta Folha, seguindo os principios ditos, tem mais duplicado o seu consumo, e seus interesses, tenho-lhe dado hum credito, que ella não tinha; o que mostra, que a opinião pública he contraria á vossa, o que talvez não

Esta quarta etapa do fio cronológico da produção literária deste lente de Coimbra é assinalada, de facto, com a publicação deste novo jornal. Naturais, pois, nos pareceram as marcas deixadas nos vinte e seis números de que foi responsável.

No número de 30 de Junho de 1812 anuncia explicitamente, no artigo «Agricultura» que "como esta he a ultima Gazeta de agricultura, que se imprime debaixo da nossa direcção, não entraremos em discussão alguma nova, mas retocaremos alguns dos pontos sobre o que já temos fallado" <sup>46</sup>. E, a tonalidade discursiva, sobretudo quanto aos temas agraristas dos restantes números, altera-se com a saída do lente de Coimbra.

O tema das Sociedades Agrícolas - um projecto apresentado para o País <sup>47</sup> - desaparece. Publicam-se, em substituição artigos meramente instructivos, como a "Geonomia ou conhecimento das terras" <sup>48</sup>, ou a rápida história da agricultura desde os egipcios.

---

estranhareis" Francisco Soares Franco, "Variedades. Carta aos Senhores Editores do Investigador Portuguez", *Gazeta de Agricultura* ( Janeiro 1812), n.º 1, p.4-5.

<sup>46</sup> *Gazeta de Agricultura* ( Junho 1812), n.º 25, p. 203.

<sup>47</sup> Prioritariamente dever-se-iam criar Sociedades em Faro (para o Algarve), em Évora (convergindo aí a região do Alentejo), Santarém (para a Estremadura), Coimbra (para a Beira), Braga (para o Minho), Vila Real (para Trás-os-Montes). Num plano mais secundário, a contar com as iniciativas locais, poder-se-ia aceitar a fundação de outras Sociedades Agrícolas em Tomar, Abrantes, Leiria, Castelo Branco, Viseu, Lamego, Guimarães, Viana, Chaves e Bragança.

<sup>48</sup> *Gazeta de Agricultura* ( Outubro 1812), n.º 43, p. 338-340; ( Novembro 1812), n.º 44, p. 346-347; ( Novembro 1812), n.º 45, p. 354-356; ( Novembro 1812), n.º 46, p. 363-364; ( Novembro 1812), n.º 47, p. 371-372; ( Dezembro 1812), n.º 48, p. 378-387.

Após a saída de Soares Franco a *Gazeta de Agricultura e Commercio* de Portugal deixou de ter um carácter dialogante com os leitores/lavradores. Sob a direcção do médico, tradutor e literato, procurou-se, e conseguiu-se, o diálogo com o subscritor/leitor. Vários dos artigos publicados foram artigos comunicados <sup>49</sup>, reflectindo pontos de vista individuais e simbólicos sobre o significado das ideias agrárias e agraristas em várias regiões do País. E em muitos deles se seguia um comentário agronómico do Redactor que havia traduzido e adaptado no início do século XIX o «Dicionário universal de agricultura teórico-prática».

#### 4. 2. Patriotismo e erudição

Nos últimos anos da segunda década de oitocentos, a ideia de criar novos títulos literários e científicos, com objectivos patrióticos, auto-legitimando-se pela "ausência deste género periodístico entre nós" continua a marcar a história cultural portuguesa deste período. Existem algumas experiências esporádicas, artifícios para fazer marcações pontuais sobre determinados assuntos. Vejamos alguns casos sintomáticos.

---

<sup>49</sup> Sobre a origem geográfica dos artigos comunicados cfr. *Gazeta de Agricultura*, para o Alentejo (24 Março 1812), n.º 12, p. 90; (2 Junho 1812), n.º 22, p. 170; Porto (11 Fevereiro 1812), n.º 6, p. 42; Torres Novas (18 Fevereiro 1812), n.º 7, p. 50; (31 Março 1812), n.º 13, p. 99; (Abril 1812), n.º 14, p. 107; (Abril 1812), n.º 15, p. 114; Valença do Minho (Fevereiro 1812), n.º 8, p. 58; Algarve (Março 1812), n.º 9, p. 66; Castelo Branco (Março), n.º 10, p. 75.

Em 1818, a apresentação de um novo periódico - *Observador Portuguez* - fazia-se do seguinte modo:

"A utilidade dos Jornaes, e Periodicos he geralmente reconhecida. Elles propagam as luzes na classe menos instruida das Nações [...] e são (digamo-lo assim) o canal, porque as ciencias entre si commerceiam. A elles devem a França, a Inglaterra, e Alemanha grande parte do seu lustre literario. Porém este genero de escriptos tem sido entre nós sobejamente desprezado, pois todos os nossos Periódicos não tem agora contido (com muito poucas excepções) mais que novidades politicas" 50.

O pretexto residia no facto de criar um periódico, pretensamente, inédito em Portugal. O *Observador Portuguez*, obra de erudição e recreio por huma Sociedade de Literatos. Lisboa, Nova impressão de João Baptista Morando, 1818. Esta «Sociedade de Literatos» propunha-se fazer um jornal puramente literário e científico, aberto às colaborações do público leitor, que podia remeter ao Editor algumas das suas produções 51.

Os membros desta Sociedade ao apresentarem o seu projecto como inovador, esqueceram-se - consciente ou inconscientemente - que em 1816 Pedro Alexandre Cavroé 52 fazia editar o *Jornal de Bellas Artes ou*

---

50 «Introdução», *Observador Portuguez* (1818), nº 1, s/p. (sublinhado nosso).

51 Cfr. *Idem, ibidem*, nº 1, s/p.

52 "With the end of Napoleonic period, the lines between Portuguese absolutism and liberalism became more defined and the newspapers took definitive stances. Cavroé was one of the more fascinating autodidacts and liberals of the period. His journal attempted to view Portugal within the European cultural framework of the time". Irwin Stern (1990), *A limbo of liberal thought [...] p. 173*. Para um retrato biográfico completo deste jornalista e artista de marcenaria de pendor liberal, que teve varias zangas

*Mnémosine Lusitana*, redação patriótica. Lisboa, Impressão Regia, 1816-1817, 2 tomos. Ora, este periódico ao dar atenção às Bellas Artes <sup>53</sup> não deixou também de cultivar os temas de cultura científica, como a biografia do dr. Bernardino António Gomes, membro da Instituição Vacínica e colaborador do *Jornal de Coimbra*.

O sentimento de patriotismo deste redactor, de origem francesa, aparecia reiterado na apresentação do seu periódico:

"Finalmente, desde que em 1808 até ao presente tem sido objecto da admiração geral as acções patrióticas dos Portuguezes, pasmosas pela grandeza dos recursos, comparadas com a limitação do seu terreno; nada mais natural que os seus Sabios Escritores publicassem hum Jornal Patriotico, que divulgasse estas mesmas acções, o crédito que ellas nos aquirirão nas Nações estranhas, o louvor que por isto nos cabe, e trazendo-nos à memoria aquellas epocas em que os Portuguezes forão o assombro do mundo [...] Não tendo porém apparecido no Público Periodico algum, que no todo, ou em parte preenchesse este fim, julguei fazer hum servico aos Amigos da Nação em publicar, não o que tanto desejava; porque para tão elevada empreza não possuo os necessarios talentos; mas hum Jornal de Bellas Artes, que comprehendendo entre os principaes Artigos hum sobre a exposta materia, em os outros trate diversos assumptos uteis, e agradaveis,

---

ideolóficas com José Agostinho de Macedo cfr. Harry Bernstein (1978), *Pedro Alexandre Cavroé [...]*, p. 167-190.

<sup>53</sup> Cfr. "Descrição do Real Theatro de S. Carlos", *Jornal de Bellas Artes [...]*, (1816), nº 1, p. 189-193.

todos tendentes ao mesmo fim, isto he, ao de promover a divulgação das cousas gloriosas a Portugal" 54.

Pedro A. Cavoé procurou, realmente, conciliar nos dois volumes publicados do seu periódico os temas que exaltavam o patriotismo nacional e a divulgação de conhecimentos da área do saber e da cultura científica. Recordar a obra científica de Bernardino Antonio Gomes era também um acto patriótico. Trata-se de um dos "sabios, que honrão a sua Patria pelas suas especulações, e descobrimentos scientificos, a bem da humanidade, e progresso das luzes da Faculdade que exercitão, merece mui distincta, e particular menção [...] Hum recente Artigo publicado em Londres no Medical, and Fysical Journal, nº 211, a pagina 253, he hum testemunho público do apreço em que são tidas as suas experiencias, analyses, e os resultados dellas, dos proprios Facultativos dos Reinos Estrangeiros" 55.

Atitude patriótica era ainda recordar as glórias literárias ou militares dos protugueses, ou fazer publicar na integra, no nº V do ano de 1817 os "Annuncios Ruraes. A favor da agricultiura do Reino, e Colonias por \*\*\*, sob o pretexto de se tratar de um artigo interessantíssimo pelo seu objecto. Em 1820 distribuio-se gratis nesta Cidade" 56.

---

54 «Introdução», *Jornal de Bellas Artes [...]*, (1816), nº 1, p. 4.

55 *Idem, ibidem*, nº 1, p. 44.

56 *Idem, ibidem*, (1817), nº V, p. 65-70.

Militância patriótica pela divulgação do saber podia ser ainda o anúncio da *Encyclopedia Portugueza*, que se publicava por meio de subscrição <sup>57</sup>.

Saber e patriotismo conjugavam-se de modo diferenciado no *Observador Portuguez* que dividia os artigos publicados pelas secções de Ciências e Artes; Literatura; Poesia; Crítica, História, Geografia e Biografia, cumprindo pois a matriz habitual de um jornal literário e científico <sup>58</sup>.

Logo Pato Moniz no primeiro número <sup>59</sup> chama a atenção dos leitores para o aparecimento do periódico parisiense - *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* , e para a importância dos artigos publicados no primeiro número de 1818 <sup>60</sup> .

---

<sup>57</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, (1817), n.º V, p. 285. Sobre a Enciclopédia Portuguesa diz-se: "A tarefa, que emprehendeo o seu Author, he muito honrosa á Nação Portugueza, para que os Literatos desta excellente Nação deixem de apressar-se a subscreverem, para animar esta ardua empreza, e mais promptamente poder sahir á luz pública. Esta Encyclopedia de verá ser a mais completa de todas quantas até hoje se tem publicado [...] O apreço que as Pessoas intelligentes da materia tem feito desta Obra, he ainda outro abono do seu grande merecimento" (p. 286). A subscrição podia ser feita na Loja de Francisco José de Carvalho, ao Pote das Almas.

<sup>58</sup> O carácter pragmático do saber é também visível em *O Negociante Perfeito ou Jornal de Commercio e de Geografia*. Lisboa, Regia Typographia Silvina, 1816. Periódico que zelava pelos interesses e pela cultura geral dos negociantes portugueses, onde a par das informações relativas aos assuntos comerciais lhes eram facultadas leituras sobre a Geografia como saber do Universo.

<sup>59</sup> Cfr. F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliografico*, vol. VI, p. 319

<sup>60</sup> Cfr. os vários números do *Observador Portuguez*(1819), n.º I, p. 10-15; n.º II, p. 24-30; n.º IV, p. 45-52; n.º V, p. 58-62; n.º VII, p. 78-83; n.º VIII, p. 89-93, que se referem ao novo periódico português editado em França.

Nesta fase de antecâmara do liberalismo, a sociabilidade possível era de carácter científico, como a da Academia das Ciências de Lisboa, ou de carácter literário, patriótico e de divulgação de conhecimentos. A sociabilidade política, o clube político ainda não faziam parte do quadro das vivências portuguesas. Só a vigência do liberalismo vintista a iria possibilitar e impulsionar <sup>61</sup>.

No momento exacto da viragem da sociedade portuguesa para o liberalismo, o Pe. José Agostinho de Macedo e Joaquim José Pedro Lopes retomaram o fio condutor do periodismo enciclopedista. Em Janeiro de 1820 surge o *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, coordenado pelo Pe. J. A. M., Lisboa, Impressão Regia, 1820, 2 vols <sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Cfr. M<sup>a</sup> Carlos Radich (1982), *Formas de organização políticas: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836 [...]*, pp. 122-129. Da Espanha de 1820 vieram provavelmente também ventos inspiradores - "Qué fueron, pues, y qué importancia tuvieron las Sociedades Patrióticas? Fueron clubs abiertos a la discusión política, creados en España, como tuvieron cuidado de recalcar sus enemigos, a imitación de los famosos clubs de la Revolución francesa; pero también se inspiraron en ejemplos ingleses e incluso de los Estados Unidos". Alberto Gil Novalis (1975), *Las sociedades patrióticas (1820-1823) [...]*, tomo 1, p. 5. A Espanha liberal aproveitou as teias regionalizadas da sociabilidade dos "Amigos del País" para promover a criação de Sociedades Patrióticas, um pouco por toda a Espanha. Cfr. a. Gil Novalis, *ob. cit.*, p. 9-14.

<sup>62</sup> Este periódico publicou-se mensalmente de Janeiro de 1820 a Dezembro deste mesmo ano. O volume um contempla os meses de Janeiro a Junho e o volume dois de Julho a Dezembro. José Agostinho de Macedo foi apoiado por Joaquim José Pedro Lopes, que havia já desempenhado funções de direcção no *Semanario de Instrução e Recreio* (1812-1813), no qual José Agostinho de Macedo havia colaborado na secção de Belas Artes. J. Tengarrinha reforça o facto de o *Jornal Encyclopedico de Lisboa* ter sido o último novo título a ser publicado antes da revolução liberal de Agosto de 1820. Cfr. José Tengarrinha (1989), *História da imprensa [...]*, p. 124.

Um dos objectivos era publicitar a existência de traços da cultura científica entre nós, frequentemente negados pelo olhar dos estrangeiros. A literatura de viagens setecentista sobre o pitoresco de Portugal e a visão da decadência do nosso país foi fortemente veiculada e difundida pelo viajante Carrère, que traça o seguinte perfil da nossa cultura, para o ano de 1796:

"Se percorrermos os fastos das ciências, bem como os da literatura, quais são os nomes portugueses neles inscritos? Percorrendo as bibliotecas selectas e bem organizadas, quais são os livros portugueses que nelas figuram. Enumerando os nomes dos homens célebres nas ciências, os nomes dos autores citados pelos sábios das diversas nações, as antologias de poesia, de oradores, de historiadores, quais são os autores portugueses que se contam? Portugal tem dado teólogos ascéticos e escolásticos, mas nunca produziu qualquer obra de teologia dogmática. [...] As obras de medicina consistem em arrazoados sem fim sobre Hipócrates, sobre Galeno, sobre as doutrinas árabes, sobre Mesné, sobre Matiole, etc; não se encontra nelas qualquer vestígio de química, quaisquer conhecimentos de física, quaisquer experiências anatómicas, qualquer observação prática, qualquer iniciação em matéria médica, qualquer luz em conhecimentos modernos, destes preciosos conhecimentos que no presente século enriquecem a arte de curar. [...] A física deste país, está na infância; apenas se sabe que existe uma física fundada em princípios rigorosos, constantes observações, experiências belas e luminosas. Ainda aqui se ignora o uso e a aplicação da física no progresso das ciências e no aperfeiçoamento das artes. Matemáticos não existem, os geómetras não merecem confiança, os botânicos são desconhecidos, os naturalistas ignorados. A colecção universal de todas as obras que Portugal produziu nas ciências não alcança o número suficiente para constituir uma

vulgar biblioteca particular e se houvesse a pretensão de a reduzir, já não digo apenas aos bons livros, mas às obras de uma mediocridade aceitável, a biblioteca então não poderia contar mais de duzentos volumes" <sup>63</sup>.

Para rebater este tipo de discurso, usado interna e externamente, iniciou a sua publicação o *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, sob orientação de José Agostinho de Macedo. Pretendia desfazer a imagem negativa que os viajantes sempre tinham de Portugal e assinalar a existência de uma comunidade científica

Várias frentes de batalha se procuravam travar ao formular o projecto "de hum Jornal Literario, mas Portuguez, e prover nelle a necessidade em que nos julgão estar, os que fóra de Portugal escrevem, de noticias e conhecimentos estranhos. Desejei mais que tudo offerecer ao Publico hum documento subsistente, e até progressivo, que por isso fosse bastante para convencer de erroneas e abusivas as idéas de muitos Aristarcos estrangeiros, e nacionais tambem; provando clara e evidentemente á vista do Mundo, que em Portugal ha materia bastante para crear engenhos, e para produzir huma nova geração de sugeitos, que illustrando e enriquecendo a Patria com portentosos inventos, resuscitando com extraordinario beneficio do Reino, e de toda a Nação antigos thesouros literarios e mecanicos, que pela incuria, pelas calamidades, pelas guerras, e pelos eclipses politicos que tem acontecido, e se tem visto por tantos annos neste Reino, jazem perdidos" <sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> J. B. F. Carrère (1796 / 1989), *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 106.

<sup>64</sup> "Discurso Preliminar", *Jornal Encyclopedico de Lisboa* (Janeiro 1820), nº 1, p. 11.

O *Jornal Encyclopedico* de Lisboa optou por publicar artigos sobre os temas úteis e científicos, tais como a agricultura, o comércio, a navegação, a moral prática, bem assim como "a compilação critica de quanto escrevem os Estrangeiros sobre as principais materias do Commercio, da cultura das Artes, Agricultura, Navegação, Moral, Fysica experimental, e a Literatura patria" 65.

Julgamos perceber ser o *Jornal Encyclopedico de Lisboa* era um complemento aos sermões de José Agostino de Macedo quanto ao discurso conservador alinhado pelo pensamento contra-revolucionário europeu 66. Através das páginas do periódico procurava-se formar e informar, sem corromper, o público leitor, dando-lhe a capacidade de intervir como colaborador de matérias técnicas e científicas. Evidencia, assim, uma cultura experimentalista e um saber utilitário.

A agricultura, como tema agrarista e como área de um saber experimental, conheceu um lugar privilegiado no âmbito deste jornal mensal, de carácter enciclopédico. Recuperou a tradição das publicações da Real Academia das Sciencias de Lisboa e contribuiu para "influir nos lavradores e

---

65 *Idem, ibidem*, p. 12. Como fontes informativas seviriam os periódicos da Europa que tivessem como objecto o emprego das "Sciencias e das Artes", concretamente de Inglaterra, de Espanha, da Alemanha e de Itália.

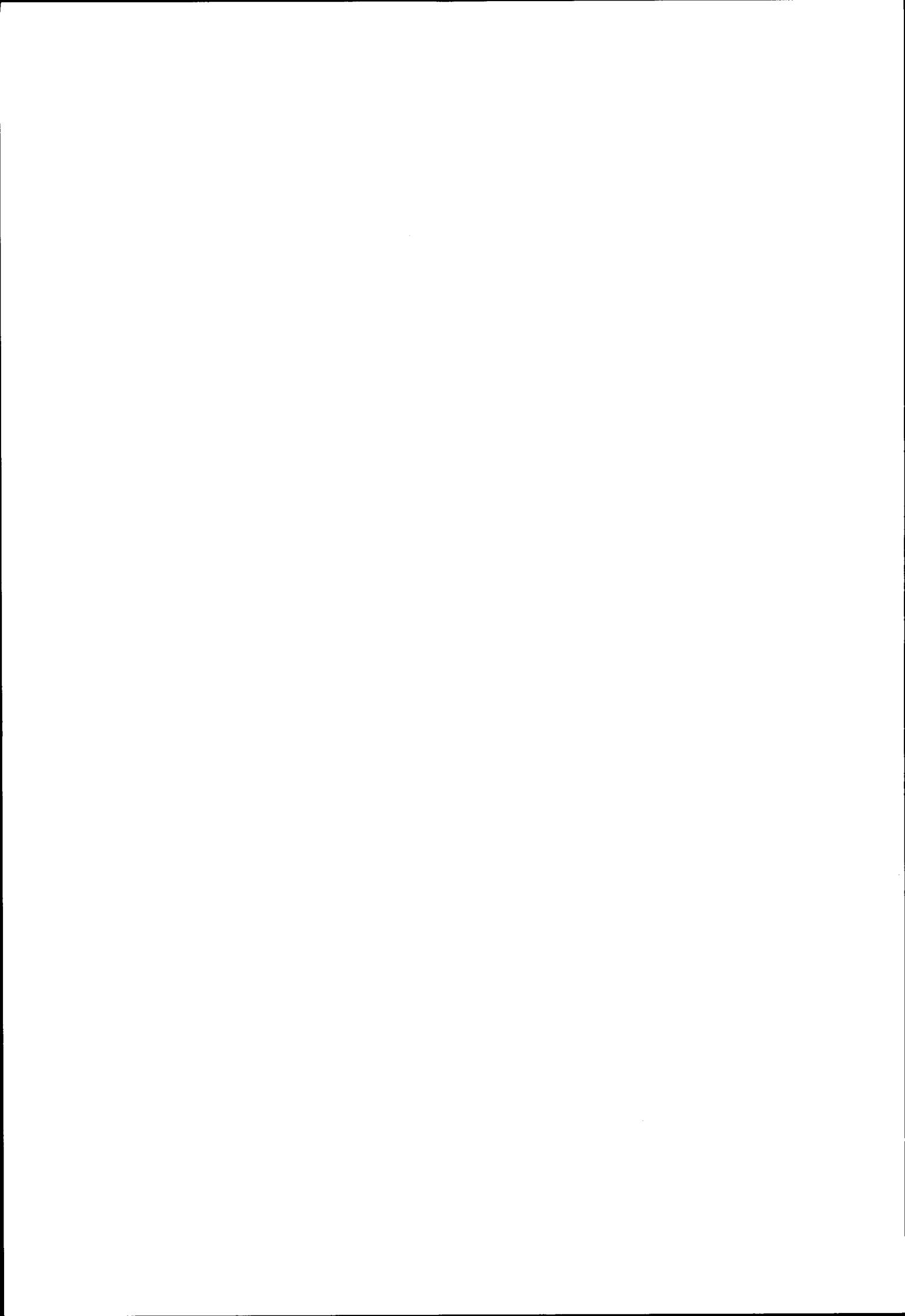
66 "Atente-se em que as invasões e a ocupação napoleónicas haviam favorecido, por toda a Europa, a difusão de um doutrinário que era veiculado pelas gazetas afrancesadas e pela literatura panfletária que lhe seguia as pisadas. Ao denegrir a obra revolucionária, desacreditando-a e esvaziando-a de suas contribuições positivas, acabam tais escritos [os sermões] por anatemizá-las sem apelo". João Francisco Marques (1991), *A Revolução e as invasões francesas no sermonário do P. José Agostinho de Macedo [...]*, p. 158.

nas suas opiniões. He preciso fazer-lhes cotejar os methodos estrangeiros com os nacionais, para que as luzes que tirem desta comparação lhes sirvão de regras directivas em seus trabalhos ruraes" 67.

Para José Agostinho de Macedo este trabalho de periodista cultural e científico em breve iria ser substituído pela virulência do jornalismo contra-revolucionário, coadjuvado pelos panfletos e essencialmente pela sermonaria.

---

67 "Discurso Preliminar", *Jornal Encyclopedico de Lisboa* (Janeiro 1820), nº 1, p. 15. Veja-se o artigo que se publicou logo em Janeiro de 1820 "Agricultura. Breve exposição dos principios que constituem a bondade e a riqueza da Agricultura de hum paiz", p. 44-48.



## CAPITULO 5 A Difusão da Ciência nos Periódicos da Emigração Liberal

No dizer de Maria de Lourdes Lima dos Santos o exílio liberal pré-vintista constituiu um espaço de aprendizagem dos intelectuais portugueses, localizado em Paris e sobretudo em Londres. Abandonara-se o reino por acusações de jacobino ou de maçónico. Entre o perfil das fileiras de exilados contavam-se antigos estudantes de Coimbra; "concentravam-se em Londres e Paris, onde começariam a redigir os jornais e revistas que constituiriam o novo veículo através do qual a influência dos intelectuais portugueses no estrangeiro iria actuar sobre a vida do seu país" <sup>1</sup>.

Destes dois privilegiados postos de observação os intelectuais portugueses olhavam o país com a dupla perspectiva de estrangeiro e de português. Vincavam nas suas publicações periódicas a cumplicidade do olhar de censura e reprovação face à situação existente em Portugal, à indiciação de propostas de reformas, com o apontar de alternativas para a construção do futuro... <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988). *Intelectuais portugueses [...]*, p. 108.

<sup>2</sup> "Entre os vários emigrados em Londres que redigiram periódicos em português durante o decénio que precedeu a Revolução de 1820 havia três que sobressaíam pelos seus méritos e influência: o brasileiro Hipólito da Costa e os portugueses João Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato de Carvalho". Alfred Hower (1970), *Dois jornalistas da primeira emigração liberal [...]*, p. 191. A perspectiva tradicional é de apenas ver na imprensa de emigração um papel político, componente que normalmente é a mais

As publicações periódicas dos jornalistas da emigração actuaram, decerto, junto da opinião pública portuguesa, especialmente nos círculos entusiasmados pela leitura do periodismo das Luzes <sup>3</sup>, contribuindo, pois, para enriquecer os ideários em circulação.

---

valorizada. O nosso objectivo é seguir as pistas da divulgação da Ciência nestes periódicos "estrangeiros", que tão de perto viviam com o desenvolvimento dos jornais de matriz científica.

<sup>3</sup> "La notion d'«opinion publique», qui fait partie aujourd'hui de notre inconscient politique, a bien évidemment connu, elle aussi, depuis sa première apparition en France vers le milieu du 18<sup>ème</sup> siècle, des variations sémantiques de même ampleur". Patrick Champagne (1990), *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*, p. 44. No século XVIII a imprensa, as reuniões de salão e os debates cosmopolitas das luzes ou dos inflamados argumentos da Revolução procuravam moldar e alargar o espaço público de opinião pública, susceptível de ser entusiasmada. Actuava-se sobre o consciente e o inconsciente da sociedade, no sentido de modificar e pressionar os caminhos das ideias dos homens da época. "L'opinion publique est aussi une sorte de machine de guerre ideologique «bricolée» durant le 18<sup>ème</sup> siècle, par les élites intellectuelles et par la bourgeoisie de robe afin de légitimer leurs propres revendications dans le domaine politique et d'affaiblir l'absolutisme royale" (P. Champagne, *ob. cit.*, p. 46). Um trabalho de «bricolage» para o qual a imprensa desempenhou um papel de primordial importância, ao revitalizar o espaço público, visível ou invisível, da estrutura cultural e do suporte ideológico dos Estados europeus na viragem das Luzes para o tempo do liberalismo individualista. Para a arqueologia e operacionalidade do conceito de "opinião peublica" cfr. Jurger Habermas (1986), *L'espace publique*, p. 99-148; e para o cruzamento de espaço público com periodismo cfr. *ob. cit.*, p. 189-204. No plano das concretizações históricas destes fenómenos culturais tenha-se em conta os estudos sobre opinião pública moldada pelo processo histórico da Ilustração em Espanha. Cfr. M<sup>a</sup> del Carmen Iglesias (1989), *Educación y pensamiento ilustrado [...]*, em que se analisa o da perfectibilidade para legitimar as reformas na educação, p. 1-20. Numa perspectiva de balanço historiográfico veja-se Luis Miguel Enciso Recio (1990), *La Ilustración en España [...]*, tomo I, especialmente p. 685-699. Paraa o «caso português» veja-se a síntese sobre a projecção do movimento das Luzes e da Ilustração em Portugal. Luis Oliveira Ramos (1989), *Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834)*, p. 190-203.

Estes periódicos - de Paris e de Londres - veiculavam os "novos conhecimentos científicos e literários e informação actualizada sobre vários países" <sup>4</sup>. Traziam até Portugal um conjunto de informações que, a nível cultural e científico, podiam completar os trabalhos da Academia das Ciências e dos Lentes de Coimbra. Teoricamente, coadjuvavam os planos de reformas dos Governadores do Reino. Apetrechavam melhor as elites leitoras do periodismo científico nacional, que podiam actuar, utilitariamente, no contexto de uma desejada renovação nacional, característica do período imediatamente anterior a 1820 .

Em Londres e em Paris sobressairam estes objectivos, de modo diferenciado. Da cidade do Tamisa destacou-se na comunicabilidade dos saberes da cultura científica o *Investigador Portuguez em Inglaterra* , enquanto que da capital da «Grande Revolução» os periódicos de emigração coincidiram sempre com a acção publicista desenvolvida pelo médico formado em Edimburgo, Francisco Solamo Constâncio.

### 5.1. A sociabilidade jornalística portuguesa em Londres

O núcleo de jornalismo londrino iniciou-se com o aparecimento de *O Correio Braziliense* , Londres, 1808-1822, sob a responsabilidade do brasileiro Hipólito José da Costa. Do núcleo de intelectuais emigrados na capital inglesa, e sob influência dos meios diplomáticos portugueses, apareceram sucessivamente *O Investigador Portuguez em Inglaterra* , Londres, 1811-1818, o *Espelho Político e Moral* , Londres, 1813-1814, o

---

<sup>4</sup> M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]* , p. 110.

*Portuguez*, Londres 1819-1821 e o *Campeão Portuguez*, Londres, 1819-1821.

Títulos que correspondiam aos sonhos e aos interesses de um punhado de jornalistas que procuravam (in)formar a opinião pública portuguesa, constituindo vagas de ondulação na esfera do espaço público e político português. Deste modo "[...] o discurso que os liberais exilados em Londres, antes de 1820, projectavam através dos seus periódicos na sociedade portuguesa, que é parte do desejo evidente de inculcar na sociedade um modelo de eficácia que seja, ao mesmo tempo, de transformação tendo como paradigma o reformismo pombalino no qual se inclui obviamente a reforma da Universidade" <sup>5</sup>.

Todos os jornais citados denotam preocupações de moldar a opinião pública quanto ao debate das questões políticas, sobretudo constitucionais.

---

<sup>5</sup> José A. Santos Alves (1990), *A universidade de Coimbra na memória da emigração liberal* [...] p. 183. Cfr. sobre estes periódicos de exílio os dois mais recentes estudos de José A. dos Santos Alves (1992), *Ideologia e política na imprensa de exílio* [...], e João Pedro da Rosa Ferreira (1992), *O jornalismo na emigração* [...]. Longe está o tempo historiográfico caracterizado por Vitorino Nemésio: "Como disse Gomes de Amorim e outros muitos, a história do êxodo liberal está por fazer. O excesso de depoimentos memorialísticos, a sua dispersão por jornais da época e outros papéis avulsos ou o seu encrave em documentos oficiais e cadernos íntimos..." *A mocidade de Herculano* [...] vol 2, p. 17. Se Georges Boïverst (1974), *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal* e M<sup>te</sup> Helena Carvalho dos Santos (1982), *O pensamento político de Rocha Loureiro (1778-1853)* [...] abriram o caminho para o estudo de aspectos parciais de um ou outro periódico, o aparecimento da obra de Graça e J. S. da Silva Dias (1980), *Os primórdios da maçonaria em Portugal* revolucionou por completo o estado da questão sobre o assunto, abrindo perspectivas inovadoras para trabalhos de investigação futuros, que se vieram a concretizar ao longo da década de oitenta!

Demarca-se *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Político etc* <sup>6</sup>, 1811-1818, Londres, H. Bryer Impressor, por dar grande relevo à divulgação e discussão da cultura da ciência <sup>7</sup>.

O *Prospecto* deste periódico "literário e político" esclarecia os seus potenciais subscritores do seguinte:

"Hum jornal escrito na língua Portugueza, e mensalmente publicado que, expondo com fidelidade os acontecimentos politicos, [pretende] apresentar noticias geraes de Literatura, e Sciencias, e dos progressos que as mesmas vão fazendo neste Reino, e nas mais partes da Europa [...] Para darmos huma ideia mais clara deste Jornal o dividimos em quatro distinctas partes:

Na primeira daremos huma noticia das obras de Literatura, que forem sahindo, e extractos das suas melhores passagens [...]

Na segunda exporemos as ultimas, e importantes descobertas nas Sciencias, Naturaes principalmente aquellas, que tiverem huma immediata applicação ás Artes. A Botanica, a Agricultura, e a Mineralogia occuparão hum lugar distincto neste Jornal, como as promotoras da riqueza, e

---

<sup>6</sup> "O seu aparecimento promovido pelo conde de Funchal, representante diplomático de Portugal em Londres, com o fim de contrariar a influência do *Correio Braziliense*", José Tengarrinha (1989), *História da imprensa [...]*, p. 87. O *Investigador Português* apareceu sob a responsabilidade de Bernardo Abrantes e Castro, preso pela Inquisição em 1809, sob a acusação de jacobino e maçã; de Vicente Nolasco da Cunha, que fugiu de Junot, porque havia saudado publicamente a Casa de Bragança; de Miguel Caetano de Castro, brasileiro formado na Universidade de Edimburgo.

<sup>7</sup> Cfr. José A. Santos Alves (1990), *A Universidade de Coimbra na memória da emigração [...]*, p. 185, nota 28 e M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses [...]*, p. 109-110.

prosperidade Nacional: a Medicina, e Cirurgia terão no *Investigador Portugez* aquella parte com que diariamente a illustrão os seos mais habeis Professores.

Na terceira apresentaremos todas as observações, discursos, e Memorias, que nos forem enviadas sobre Literatura, Sciencias, e Politica. Esperamos que os nossos Nacionaes do velho, e novo mundo aproveitem com prazer esta occasião para mostrar que em Portugal, no Brazil, e nas Ilhas não só ha talento, e engenho, mas taobem lição, e saber [...]

Na quarta parte em fim daremos o rezumo dos sucessos ocurrentes mais notaveis na Europa, Asia e America" <sup>8</sup>.

*O Investigador Portugez em Inglaterra* procurava, pois, apresentar-se como um ambicioso projecto jornalístico.

O *Correio Braziliense, ou Armazém Literário*, Londres, Impressão W. Lewis, 1809-1822, pretendia além das motivações políticas, traçar ainda algumas linhas sobre a melhoria das Ciências e das Artes. "A estrutura do jornal incluía as rúbricas "Política", onde se publicavam diplomas oficiais; "comércio e Artes" abordando assuntos de âmbito económico; "Literatura e Ciências", em que surgiam comentários e recensões a obras publicadas sobretudo em Inglaterra e Portugal e se davam notícias de campos tão diversos como a Filosofia e a Medicina; "Miscelânea" onde o redactor se pronunciava directamente sobre a actualidade política nacional e internacional, e onde inseria os boletins militares nos períodos de guerra [...]

---

<sup>8</sup> "Porspecto" , *O Investigador Portugez em Inglaterra* (Julho 1811), vol. 1, p. 2-3.

e a "Correspondência", que divulgava cartas sobre variados assuntos, quase sempre anónimas ou assinadas com pseudónimos" <sup>9</sup>.

A vertente do saber útil, e a educação e instrução das "coisas da ciência" fez-se essencialmente conjugando as notas críticas sobre a publicação de livros com o olhar crítico lançado sobre o País, ao mesmo tempo que o redactor centrava a sua atenção na necessidade de fazer expandir o saber útil das novas publicações <sup>10</sup>.

Vejamos agora o caso de *O Portuguez, ou Mercurio Político, Commercial, e Literario*, Londres, 1814-1822. Trata-se de um periódico de opinião pública, onde a «ciência política» é orientada para formar e orientar o consciente colectivo português <sup>11</sup>, pela mão de João Bernardo da Rocha Loureiro, que sonhava <sup>12</sup> alterar Portugal...

Se o tema da ciência está implicitamente presente (ainda que se deva marcar a ausência de artigos sobre matérias científicas ...) essa presença está enfeudada no da Educação e no movimento pedagógico de formar a opinião

---

<sup>9</sup> J. Pedro da Rosa Ferreira (1992), *O jornalismo na emigração [...] p. 22*. Este estudo centra-se na actividade jornalística desenvolvida pelo *Correio Braziliense* e pelo impacto que teve na opinião pública metropolitana e brasileira de tendência autonomista.

<sup>10</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 147-166. A agricultura, a indústria são aqui os temas nacionais onde entroncam os assuntos da educação e da instrução. Mas, artigos do género «Memórias» sobre assuntos de algum ramo do saber científico, estão ausentes de o *Correio Braziliense*..

<sup>11</sup> Cfr. José A. dos Santos Alves (1992), *Ideologia e política na imprensa de exílio [...] p. 13-23*.

<sup>12</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 27-60.

pública<sup>13</sup>. "A educação, funcionando como o «o fosso do elevador», onde existe a necessidade de produzir conhecimento, mas também de transmiti-lo, é também um projecto pedagógico inserido num quadro de ilustração, como ordem de transformação da sociedade, projecto que incorpore uma quotidianidade de saber, que conduza à mutação da sensibilidade política, económica, social e cultural, mas ainda da mentalidade, por via da instrução"<sup>14</sup>.

Eis porque *O Portuguez* não é à primeira vista, tal como o *Correio Braziliense*, um periódico da linha dos «literários e científicos» ou «de sciencia e literatura» lado a lado com os meandros da política e das ideologias. E no entanto, neste ciclo de emigração liberal temos inevitavelmente que fazer uma referência à sua existência, apontando-o como um modelo de comparação face aos outros periódicos londrinos.

Regressemos então ao *O Investigador [...]* que, entretanto, mudara de direcção em 1814. José Liberato Freire de Carvalho assumiu então a sua coordenação recorda mais tarde, tal facto:

"*O Investigador*, pois, nessa época [1814] tomou todo o ascendente sobre os dois jornais que se publicavam em Londres, que eram o *Correio Braziliense* escrito por Hipóplito, e o *Portuguez* por João Bernardo da Rocha

---

<sup>13</sup> "Na linha de Fontenelle, Turgot, Spencer ou Condorcet, *O Portuguez* associa implicitamente ciência, moralidade, felicidade, justiça e civilização, à noção de progresso, segundo o princípio de uma filosofia dinâmica da natureza, em que a crença no progresso entra na quotidianidade, dignificando os princípios da ordenação racional pelos quais o indivíduo domina o seu destino". José A. dos Santos Alves (1992), *Ideologia e política na imprensa de exílio [...]*, p. 152-153.

<sup>14</sup> José A. dos Santos Alves (1992), *Ideologia e política na imprensa de exílio [...]*, p. 143.

[...] Nenhum deles advogava os interesses de Portugal; porque o primeiro só tinha por missão o servir o Brasil à custa da mãe pátria; e o segundo, bem que dissesse, e escrevesse coisas a bem do seu país, não tinha plano nem sistema naquilo que escrevia; tudo se reduzia a ideias gerais..." 15.

Mas se o discurso de pendor liberal, e de exaltação militante de Liberato de Carvalho nos podia induzir numa alteração dos temas previstos, a confrontação mensal com as páginas de *O Investigador* assegurou-nos que os artigos sobre assuntos da Ciência e da sua utilidade para a prosperidade da Nação portuguesa mantiveram o mesmo lugar cimeiro na gestão interna do periódico. Mais; existem traços vivos de uma certa comunicabilidade científica entre os periódicos editados em Portugal - caso de o *Jornal de Coimbra* - e os artigos de discussão e polémica científica em *O Investigador*, alimentadas pelas «memórias» enviadas para Londres pelos lentes de Coimbra, também eles colaboradores do periódico da cidade do Mondego 16 .

Além dos artigos sobre assuntos médicos em discussão em Portugal, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* publicava muitos textos que recebia

---

15 José Liberato Freire de Carvalho (1855/1982), *Memórias da vida de ...*, p. 94. Para a tónica memorialista sobre *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, cfr. igualmente p. 95-100.

16 Cfr. por exemplo a polémica entre Bernardino António Gomes e José Feliciano de Castilho *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Janeiro 1816), p. 313-325 e (Janeiro 1817), p. 260-275.. Mas não foram apenas as polémicas e as tensões políticas que deram vivacidade a este singular *Investigador*[...]. Este periódico era um verdadeiro repositório de interesses culturais e científicos, que os seus subscritores se habituaram a ler e a seguir. Juntava-se-lhe, decerto, o interesse de informação bibliográfica com que mensalmente a "lista das principais obras ultimamente publicadas em Inglaterra" e "partes da Europa" finalizava o jornal.



de Portugal, escritos pelos homens da ciência da altura, quer do âmbito da Universidade de Coimbra, quer dos círculos militares - sobretudo oficiais da Marinha e do ramo de Engenharia, assim como notícias e artigos sobre as actividades da Real Academia das Sciencias de Lisboa ou de alguns dos seus sócios.

Folhear este periódico editado em Londres quase corresponde a visualizar as teias de comunicação da Ciência em Portugal <sup>17</sup>; talvez uma forma de fazer legitimar a passagem do periódico pelas malhas da comissão de censura, no intuito de as notícias políticas e militares poderem circular sem problemas de maior.

Para completar a série de jornais londrinos deste primeiro exílio liberal, ainda uma breve referência ao *Espelho Político e Moral*, Londres, impresso por T. C. Hansard, officina portugueza, 1813--1814 (3 vols.) e ao *Campeão Portuguez ou O Amigo do Rei e do Povo*. Jornal político, publicado

---

<sup>17</sup> Sem pretendermos ser exaustivos assinalem-se alguns desses elementos das vivências científicas portuguesas entre 1811 e 1818. Em 1811 dá-se conta da correspondência que Marino Miguel Franzini, engenheiro militar, trocou com Arrowsmith, impressor londrino, para a publicação da Carta hidrográfica de Portugal. ao longo de 1812 a criação da Instituição Vacínica foi tema presente em vários meses, dando-se conta dos seus propósitos e objectivos. Também nesse ano os colaboradores do *Jornal de Coimbra*, Daniel Ellis e Bernardino António Gomes enviam colaboração para Londres, assim como José Agostinho de Macedo que vê publicados dois poemas. No ano de 1813 fazem-se publicar os *Princípios Matemáticos* de José Anastácio da Cunha, assim como uma memória sobre o método de conservar limpa a cidade de Lisboa. E ainda neste ano que surgem outras memórias sobre a resolução de problemas regionais - as pescarias no Algarve, um canal entre Setúbal e Lisboa, uma memória sobre a barra de Aveiro... Em 1815 uma memória sobre a vila alentejana do Redondo está relacionada com um artigo que versa a manufactura das lãs.

todos os quinze dias para advogar a cauza e interesse de Portugal, Londres, impresso por L. Thompson, 1819-1821.

O *Campeão Portuguez* tratará de "Politica", "correspondencia" e "resumo das novidades do tempo", segundo o seu redactor - José Liberato Freire de Carvalho <sup>18</sup>. Ao transitar de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (que terminara em 1818) para o *Amigo do Rei e do Povo*, José Liberato apenas desejava publicar mais um jornal de opinião pública a juntar aos seus dois mais directos concorrentes.

O *Espelho Político e Moral* funcionava, como o seu próprio nome faz crer, como um «espelho» das gazetas francesas, espanholas, portuguesas, alemãs, latino-americanas e inglesas. Tratava-se, afinal, de uma

---

<sup>18</sup> "Assim que cheguei a Londres, da minha volta de França, cuidei logo em mandar imprimir, para ser distribuido pelos meus amigos, o prospecto do meu jornal, que baptizei com o nome de *Campeão Portuguez, o Amigo do Rei e do Povo*, porque segundo o plano que tinha traçado não pretendia escrever ao acaso; queria ter por mim dois grandes poderes - o Povo, e o Rei, a fim de que a minha marcha tivesse os menos embaraços possiveis [...] No fim de Junho tinha já impresso, e distribuido pelos portugueses de Londres o prospecto do meu jornal, e imprimi e distribui o meu primeiro número no 1º de Julho do ano de 1819 [...]; eu queria firmemente concorrer para libertar o meu pais da dura escravidão em que estava, e da vil sujeição em que o tinha o Brasil [...]. E verdade que nessa luta me achava só, porque os dois colegas jornalistas, que estavam em Londres, não me ajudavam; um, como João Bernardo da Rocha, editor do *Portuguez*, nem tinha a intelligência sufficiente para conhecer a situação actual, bem que homem *politicamente* honesto, nem era eficaz em seus trabalhos, por muito descuidado e preguiçoso; e o outro, Hipólito, editor do *Correio Braziliense*, não tinha probidade alguma politica, e indiferentemente vendia a sua pena a quem melhor lhe pagava". José Liberato Freire de Carvalho (1855/1982), *Memórias da vida de...*, p. 115-116.

experimentação de Rocha Loureiro, antes de se lançar na empresa de *O Portuguez*.

Este jornal, ao procurar espelhar - através das páginas impressas - o que de mais palpitante existia na Europa para noticiar, seleccionou também um conjunto de artigos sobre a situação da agricultura em Portugal <sup>19</sup> e a Companhia dos Vinhos do Alto Douro <sup>20</sup>.

O periodismo desta fase primeira da emigração liberal em Londres teve portanto três centros polarizadores, três projectos jornalísticos distintos, três núcleos de ideias diferenciadas, protagonizadas pelos respectivos redactores.

Como periódico científico destacou-se apenas *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, o verdadeiro interlocutor de exílio do parisiense de Francisco Solano Constâncio.

---

<sup>19</sup> "Agricultura em Portugal", *Espelho político e moral* [...] (Londres, Maio 1813), nº 2, s/p. "[...] um dos Governadores do Reyno reconhecendo a urgente necessidade, que havia, instou muito no Governo, para que se dessem algumas providencias sobre a agricultura: então lembrou o Secretario do Governo, que se reformassem os foraes...", reflectindo-se em Londres, deste modo, o que se passava no espaço do recângulo peninsular!

<sup>20</sup> "Companhia dos Vinhos do Alto Douro", *Espelho político e moral* [...] (Londres, Agosto 1813), nº 18, s/p. - "... o governo de Lisboa informou, como esperavamos, que era util, e se devia conservar a Companhia; e o Principe Regente N.S. ainda não determinou o que havia de guardar em este negocio [...] Portanto aproveitando-nos da liberdade , que nos dá o nosso Augusto Regedor, interporemos em poucas palavras nosso juizo, e parecer em um negocio, que muitos tem ventilado, e pouco o tem conseguido fazer sem paixão".

## 5.2. Francisco Solano Constâncio - um periodista em Paris

O grupo de Paris, com dois jornais - *O Observador Lusitano em Paris* e *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* - iniciados respectivamente em 1815 e 1818, viveu à sombra da figura tutelar de Francisco Solano Constâncio, "um nome que tem passado despercebido aos estudiosos da cultura oitocentista. Se é certo que a sua vida demasiado acidentada e os seus interesses demasiado dispersos lhe poderão ter impellido um relevo de primeiro plano, a verdade é que é injusto o esquecimento a que tem sido votado. Foi notável a sua curiosidade científica insaciável, o seu trabalho como divulgador de ideias económicas e científicas sobretudo originadas na Grã Bretanha, país cuja influência cultural o dominou sempre, embora nunca deixasse escapar uma oportunidade de atacar as suas estruturas políticas e sociais" <sup>21</sup>.

Trata-se de um súbdito português, formado no espaço católico da Universidade de Edimburgo, no reino da Inglaterra protestante <sup>22</sup>. Por

---

<sup>21</sup> M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1979), *Solano Constâncio [...]*, p. 17. Sob o ponto de vista historiográfico a figura de Francisco Solano Constâncio ultrapassou já a fase de anonimato, havendo um conjunto de estudos que contêm referências importantes para o conhecimento e compreensão da sua acção científica e publicista. Cfr. M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1988), *Um ano de diplomacia luso americana [...]*; (1983), *A abertura de Portugal à cultura europeia [...]*; (1976), *The Ghost [...]*; Albert Silbert (1977) *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, Francisco Fortunato Queirós (1983), *Annaes das sciencias das artes e das letras [...]*; M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1987) *Notas para o estudo do periodismo científico [...]*

<sup>22</sup> A Universidade ganhou fama entre os portugueses com o envio dos 'bolseiros de Pina Manique' - "Alguém lhe [a Pina Manique] aconselhou a Universidade de Edimburgo, que nessa altura atraía estudantes de todo o mundo, sobretudo no campo médico, dada a fama do grupo de professores então em exercício. A maior glória da Escola Médica de

vicissitudes várias foi viver para Paris <sup>23</sup>, após se ter formado em medicina e ostentar, como título honorífico, a qualidade de membro da Sociedade Médica e de História Natural de Edimburgo, membro da Academia de Nova York e correspondente da Sociedade Linneana de Paris.

Silbert apresenta Constâncio como um emigrado activo, "essencialmente um jornalista e um vulgarizador. Há nele qualquer coisa de director de um <<digesto>> científico" <sup>24</sup>. Alia o olhar cosmopolita formado pelos contactos e vivências adquiridos em Inglaterra, nos Estados Unidos, em Espanha e em França, à faceta de tradutor de textos clássicos da economia política inglesa <sup>25</sup>, todos publicados nos seus próprios periódicos de matriz científica.

A actividade periodística de Solano Constâncio iniciou-se ainda no final de setecentos, com *The Ghost* (1796) "periódico do tipo do *The spectator*, que lhe serviu de veículo para uma crítica sobretudo social e do sistema educativo, mas também literária, política e religiosa. Nesta primeira publicação surgem já temas e pontos de vista que viriam a ser importantes

---

Edimburgo era o seu ensino clínico, mas as cadeiras de anatomia (criada em 1705) e de Obstetrícia (1739) eram também famosas...". M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1983), *A abertura de Portugal à cultura europeia [...]*, p. 10.

<sup>23</sup> Em 1808 emigra de Portugal para Paris, para evitar perseguições políticas e ideológicas, uma vez que se mostrava acérrimo defensor dos franceses. "Depois de percorrer quase toda a Europa, e a América do Norte, assentou por fim a sua residência em Paris...". Francisco Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. III, p. 65.

<sup>24</sup> Albert Silbert (1977) *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 141.

<sup>25</sup> Cfr. Moses B. Amzalak (1923), *F. S. Constâncio e os seus estudos de economia política*; (1940), *F.S. Constâncio e o economista inglês William Godwin*, (1942), *F. S. Constâncio e os economistas clássicos britânicos*

na obra futura do autor, cuja actividade como médico se foi progressivamente reduzindo, enquanto aumentava a actividade literária" <sup>26</sup>.

Mas a actividade diplomática de Solano Constâncio levou o autor a olhar criticamente a situação do embargo francês a Portugal, atacando os ingleses por prejudicarem os interesses portugueses. Reflexos desta crítica são visíveis neste texto:

"Depuis que les Remontrances des négociens du Brésil ont paru dans le journal portugais *l'Investigateur*, qui s'imprime à Londres, les avanies faites au commerce du Brésil n'ont point discontinué, et la valeur des bâtiments saisis se monte déjà à plus de dix millions de francs, sans que le gouvernement anglais ait rien encore pour arrêter ces déprédations" <sup>27</sup>.

Possuidor de uma apetência pelas questões científicas e pela mediana crítica das relações políticas que interessavam a Portugal, Francisco Solano Constâncio faz editar em 1815 *O Observador Lusitano em Pariz, ou collecção litteraria, politica e commercial*, Pariz, P. N. Rougeron Impressor. Periódico que privilegiava os assuntos políticos da Europa pós napoleónica, mas onde os temas da erudição científica estavam igualmente presentes <sup>28</sup>. Deste modo

---

<sup>26</sup> M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1979), *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*, p. XIII.

<sup>27</sup> F. Solano Constâncio (1814), *Rémontances des négocians du Brésil contre les insultes faites au pavillon portugais*, p. VI-VII. Trata-se de uma publicação que contém um conjunto de textos traduzidos para francês que têm directamente a ver com a situação comercial portuguesa com o Brasil e a Inglaterra. Foi o *O Investigador Portuguez em Inglaterra* que noticiou o aparecimento desta publicação de Solano Constâncio, o que demonstra a eficácia informativa dos periódicos.

<sup>28</sup> Cfr. "Sciencias. Analyse dos trabalhos da classe das ciencias mathematicas e physicas do Instituto Real de França, durante 1814", *O Observador Lusitano em Pariz [...]*, (Março

os leitores de Lisboa tomavam contacto com a mundividência de Constâncio e do seu olhar crítico sobre a realidade portuguesa <sup>29</sup>.

Quanto à organização temática. Verifica-se ser de longe o "corpo dos negociantes" o núcleo de maior importância <sup>30</sup>, imediatamente secundado pelos temas relativos à indústria. Neste sentido, os leitores são informados de que o responsável pela edição fará "conhecer successivamente o estado das fabricas em França onde a industria, a pizar da guerra e das discordias intestinas, tem feito progressos que pasmão o observador que não tem visto este paiz desde o principio da revolução. Os descobrimentos nas artes e sciencias, e principalmente aquelles que eu julgar poderem ser com mais utilidade adoptados entre nós, serão expostos com clareza e acompanhados de reflexões practicas, referindo-me sempre ás obras de que foram extrahidas taes memorias, para que o leitor curioso saiba onde achar as explicações circumstanciadas indispensaveis para a intelligencia e execução dos inventos uteis ás manufacturas" <sup>31</sup>.

---

1815), p. 378-406; "Memoria sobre os pesos e medidas portuguezas comparadas com as franceses", *O Observador [...]*, (Abril 1815), p. 516-548. Registe-se que exactamente no ano de 1815 Morato Trigoso fazia publicar no vol. V das *Memórias Económicas* (1815 / 1992) da Real Academia das Sciencias de Lisboa o seu trabalho sobre os pesos e medidas: "Memoria sobre os pesos e medidas portuguezas, e sobre a introdução do sistema metro-decimal", p. 253-305.

<sup>29</sup> O periódico vendia-se, ou subscrevia-se, em Lisboa, na loja de P. e J. Rey, aos Martires. Também em Londres, Paris e Rio de Janeiro era possível adquirir ou encomendar este primeiro grande empreendimento de Solano Constâncio.

<sup>30</sup> Cfr. "Discurso Preliminar", *O Observador Lusitano em Pariz [...]*, (Janeiro 1815), p.II-III.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. IV.

Um terceiro núcleo de artigos terá a ver directamente com a agricultura, "mãe de todas as artes e origem principal da riqueza dos povos, acabrunhada em Portugal quando em quasi toda a Europa tem feito rapidos progressos, terá hum distincto lugar no *Observador*" 32.

Uma secção de artigos variados - Variedades - sobre "objectos de interesse ou curiosidade que não puderem entrar nas outras divisões" 33 completavam a gestão interna das notícias e artigos de *O Observador*. No entanto, Solano Constâncio achou indispensável dissipar possíveis suspeitas sobre qualquer semelhança com o modelo de funcionamento do mítico *Jornal Enciclopedico*. Propõe-se abordar um leque variado de temas, mas tem a consciência de deles fazer uma selecção "sobre os diversos ramos que são da minha competência" 34.

Porém, foi o título dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, por huma Sociedade de Portuguezes residentes em Paris, Paris, Officina A. Bobée, 1818-1822, o verdadeiro porta voz da pequena comunidade de intelectuais exilados em Paris 35.

---

32 *Idem. ibidem*, p. IV.

33 *Idem. ibidem*, p. V, especificando-se que tais notícias podem ser "biographicas, annuncios de sociedades literarias e scientificas, de descobrimentos novos ainda nnao publicados em livro ou folheto separado, anedotas, revistas dos theatros francezes, noções de estatistica, etc., e será terminado com a lista das obras novas as mais interessantes, com o preço e nome do editor annexos".

34 *Idem. ibidem*, p. VI.

35 "De 1818 a 1822 publicou com os seus amigos José Diogo Mascarenhas Neto e Cândido José Xavier os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, que forneciam ao público português um meio cómodo de ficar ao corrente do progresso das ciências, das artes e das letras, como o título indica. Tentativa que a personalidade dos autores não impediu que

Os membros desta «sociedade portuguesa» em Paris eram José Diogo de Mascarenhas Neto <sup>36</sup>, Cândido José Xavier Dias da Silva <sup>37</sup> e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque <sup>38</sup>.

Quanto aos seus propósitos e objectivos. O habitual *Discurso Preliminar* fornece-nos alguma luz sobre o problema. Na senda de Condorcet, a perfectibilidade, a pedagogia das luzes, o papel de instrução e da divulgação de conhecimentos são a tónica dominante desta apresentação aos leitores. Vejamos alguns excertos:

“A instrução publica bem regulada em todos os seus graos desde o ensino elementar até o das Sciencias, e assentada sobre a conveniente applicação da theoria á pratica he a base mais solida da prosperidade das nações e da força dos seus governos. As sociedades literarias, e a protecção dada aos cultores de todo o bom saber, excitando a emulação entre os sabios,

---

fosse bem acolhida em Portugal. O rei, a pedido do embaixador de Paris, assinou a publicação. Entre os subscritores encontra-se o escol intelectual do País e até instituições religiosas e embaixadores”. Albert Silbert (1977), *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 138-139.

<sup>36</sup> Bacharel em leis; desembargador da Casa de Suplicação; superintendente de calçadas e canais, que decerto influenciaram as opções temáticas da colaboração nos *Annaes [...]*

<sup>37</sup> Brigadeiro do Exército; director do Real Colégio Militar. A sua colaboração saldou-se fundamentalmente por vários textos sobre o método de ensino Lancaster e pela tradução de *Re rustica*. Veio a colaborar também na Sociedade Promotora da Indústria Nacional e nos respectivos *Annaes*.

<sup>38</sup> Cfr. Rogério Fernandes (1983), *Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836*, p. 223-226. Este colaborador evidenciou-se nos *Annaes [...]* com a difusão de temas relacionados com a instrução pública. Para uma informação mais pormenorizada sobre cada um dos redactores. Cfr. Francisco Fortunato Queirós (1983), *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras [...]*, p. 17-18.

completão o que a educação principiara, e abrem huma livre estrada ao desenvolvimento e á propagação dos conhecimentos uteis" 39.

Pretendia também o corpo redactorial "concorrer até onde chega o seu cabedal de conhecimentos adquiridos por muito estudo, experiência, e observação em diversos paizes, para apressar a fausta epoca que deve repor a nação portugueza no lugar que outr'ora occupou entre as nações cultas, determináram aproveitar-se da residencia que todos elles tem escolhido, para d'este centro da Europa instruida fazerem reflectir os raios luminosos das Artes, e Sciencias e da Literatura sobre os vastos e distantes Estados de S.M.F. [...] As obras periódicas que publicação em França, Alemanha, Inglaterra, e Italia, o extracto dos trabalhos dos sabios são tantas e tão volumosas, que só ellas bastarião para formar huma biblioteca; e hum méro extracto dos principaes, por mais resumido que fosse formaria huma obra de volume excessivo e preço exorbitante, que assim mesmo, a poucos leitores agradaria" 40.

Assim os *Annaes* [...] desdobraram-se em vários saberes que se organizariam por volume em secções próprias - Ciências com aplicação às Artes; Agricultura vs. Agronomia; Ciências Médicas e Cirurgia 41. Um verdadeiro repositório de conhecimentos científicos e úteis ao indivíduo, ao cidadão e à Nação que terminou em 1822, quando alguns dos responsáveis

---

39 F. S. Constâncio "Discurso preliminar", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* [...] (Julho 1818), vol. 1, p. 19--20.

40 *Idem, ibidem*, p.22.

41 Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1987), *Periodismo científico* [...], p. 668-676.

foram chamados a Lisboa para desempenharem funções públicas no governo vintista <sup>42</sup>.

\*\*\*

Talvez agora possamos olhar os círculos da emigração com um papel complementar ao do papel político desempenhado por uma imprensa de oposição e combate ideológico... Talvez os debates em torno das reformas da instrução e do ensino travadas no Parlamento vintista <sup>43</sup> tenham obtido alguma influência destas leituras oriundas de Paris.

### 5.3. A persistência de Solano Constâncio

O periodismo científico de emigração prolongou-se no tempo pós vintismo. Como protagonista continuamos a ter a carismática figura de Francisco Solano Constâncio; como espaço de enquadramento o eterno retorno à cidade de Paris.

Em 1822 é oferecido a Solano Constâncio o lugar de encarregado de Negócios nos Estados Unidos <sup>44</sup>. A permanência neste país decerto lhe

---

<sup>42</sup> Cfr. Albert Silbert (1977), *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 139, nota 56.

<sup>43</sup> Cfr. L. Reis Torgal / Isabel Nobre Vargues (1984), *A revolução de 1820 e a instrução pública [...]*, p. 31-55.

<sup>44</sup> Cfr. M<sup>ª</sup> Leonor Machado de Sousa (1988), *Um ano de diplomacia luso-americana [...]* que contém um estudo introdutório à documentação reproduzida, relativa ao exercício deste cargo público.

alargou as fronteiras mentais e os horizontes culturais. Sobre esse período diz-nos avisadamente M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa:

"Ao analisar as cartas de Constâncio, sobretudo quando se lêem integradas na cronologia da correspondência da Legação que de algum modo lhe diz respeito [...] ressalta a qualidade do estilo e pensamento deste homem. Não se tratava de um dos vulgares «empregados» do serviço diplomático, com o fio das ideias muitas vezes perdido no exagero pomposo das fórmulas, que se limitavam estritamente a acusar a recepção dos ofícios, comunicar secamente os factos importantes e apresentar as eternas queixas quanto às dificuldades económicas e cujos horizontes não ultrapassavam o serviço da Legação. Do mundo exterior, só as notícias do Brasil lhes mereciam interesse, e geralmente porque elas colidiam com as suas atribuições. E precisamente o contrário que as cartas de Constâncio nos revelam: ansioso pelo correio que lhe trazia jornais de Lisboa, Paris, Lisboa, seleccionava criticamente as notícias e chamava a atenção para tudo o que pudesse interessar a Portugal" 45.

Quando em 1823 o governo constitucional que o nomeara é destronado, Francisco Solano deixa de exercer funções diplomáticas, permanecendo, no entanto, até 1826, em Nova Iorque. Aí "vivendo da sua profissão de base, a medicina, e demonstrou que nada abatia o seu desejo de

---

45 M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1988), *Um ano de diplomacia luso-americana [...]*, p. 79. Desta particular atenção às questões diplomáticas do Brasil, vistas a partir do posto de observação dos estados Unidos, irá Francisco Solano Constâncio escrever a (sua) *História do Brazil* (1839).

convívio intelectual e actualização, ligando-se a Sociedades de Medicina e Ciências Naturais" <sup>46</sup>.

Mas, Paris continuou a exercer o seu fascínio mágico, de marca cultural, política e ideológica sobre este peculiar médico formado na católica Universidade de Edimburgo. Uma vez regressado à emblemática cidade da liberdade, rapidamente retomou os círculos de sociabilidade e de amizades que havia anteriormente criado, apesar do ambiente político vigente lhe não ser totalmente favorável <sup>47</sup>.

Amalgamando ideias e experiências políticas observadas e vividas, Solano Constâncio retoma, uma vez mais, a militância cultural do periodismo, fazendo publicar os *Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, Paris, Impresso por C. Farcy, Janeiro-Julho 1827 (publicação mensal). Seguindo a metodologia das reflexões preliminares de homem de ciência, de cultura e das coisas políticas, o médico "parisiense" é contundente ao apresentar a sua nova publicação:

" Ninguém por si mesmo se fez sabio [...] E a capital da França o mais rico d'esta sorte de mananciaes; Paris indisputavelmente a mais rica fonte de

---

<sup>46</sup> M<sup>a</sup> Leonor Machado de Sousa (1988), *Um ano de diplomacia luso-americana [...]*, p. 82.

<sup>47</sup> Da biografia traçada por Albert Silbert destacamos a imagem que ressalta da documentação existente nos Arquivos de Policia francesa entre 1826-1827: "A despeito do Ministério do Interior, que realça os antecedentes desfavoráveis de Constâncio e dos seus amigos portugueses, o perfeito nunca tem nada a dizer. A sua conduta é perfeita (23 de Agosto de 1826). Visita muitos portugueses, entre eles o encarregado de Negócios de Paris (14 de Abril de 1827). Passa a maior parte do tempo a escrever. Sai raramente, com a família, e recebe muitas vezes a visita do côsul-geral do seu país (17 de Junho de 1827)". Albert Silbert (1977), *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 140.

conhecimentos humanos, onde as sciencias, por assim dizer, pululando a cada instante, em quasi successivas descobertas, oferecem novos meios de riqueza, e excellencia a todas as artes; que pela sua utilidade derramam a abundancia, o gosto, e a mais solida prosperidade em todas as classes de cidadãos" 48.

Estava então na mira dos seus objectivos de experimentado viajante-observador do mundo propagar os bons conhecimentos das ciências e das luzes, para o bem público e a felicidade individual de cada cidadão, ou seja de toda a Nação. Localizando-se no "emporio das sciencias", segundo as suas próprias palavras, onde se cruzavam as ideias e as novidades mais avançadas, propunham-se os *Novos Annaes* [...] dar notícia detalhada e reprodução de memórias publicadas que versassem "Sciencias e Artes" 49, *Litteratura e Sciencias Moraes*, "Correspondencia" (secção em que se incluíam os textos enviados de Portugal com memórias relativas a objectos

---

48 "Prefacção", *Novos Annaes das Sciencias e das Artes* (Janeiro 1827), nº I, p. II.

49 "Communicar o que occorrer de novo mais interessante em todas as sciencias e artes ou industria. O interesse de taes communicações é demasiadamente claro para que se recomende. Portugal ja sentiu os seus influxos nos *Annaes das Sciencias* - cujo plano seguimos no essencial [...] O mais notavel das sessões da Academia real das sciencias de Paris, e d'outras academias, sejam de França, sejam d'outros paizes; memorias a estas enviadas, programmas propostos, etc. pois que formando todos os sabios uma nação, e estando estes em continuas relações em toda a Europa de que é centro e capital esta cidade". "Prefacção", *Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, (Jan. 1827), nº I, p. IV. Entre as "sciencias" encontravam-se todos os saberes que se relacionavam directa ou indirectamente com a agricultura e o ensino agronómico; assim estes temas tiveram um peso qualitativo de significativa importância na economia interna do periódico, ao estabelecer-se o paralelismo entre a agricultura portuguesa e a nova agricultura dos paises europeus, que possuíam já estabelecimentos de ensino especificos.

de "sciencias, artes ou literatura" nacionais ... E, em cada mês, não deixariam de dar conta da "publicação das obras mais notaveis que apparecem em Paris, e nos differentes paizes" 50.

Quando ocorreu entre nós a "Revolução de Setembro", Solano Constâncio estava em Portugal. Eleito deputado às Cortes de 1837, não chegou a cumprir o mandato<sup>51</sup>. Nesse mesmo ano encontra-mo-lo uma vez mais em Paris, a dirigir um outro periódico, continuador dos objectivos do *Observador Lusitano em Pariz*, de 1815.

Neste final da década de trinta propõe-se o nosso médico, diplomata e publicista <sup>52</sup> apresentar e desenvolver mensalmente o *Archivo dos Conhecimentos Uteis*, destinados a promover a agricultura de Portugal e do Brasil. Paris, Livraria de J. P. Aillaud, Janeiro-Abril 1837 <sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> "Prefacção", *Novos Annaes das Sciencias e das Artes* (Janeiro 1827), nº I, p. V.

<sup>51</sup> Cfr. Albert Silbert (1977), *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 140. Cfr. igualmente Victor de Sá (1978), *A crise do liberalismo [...]*, p. 164-170, em que se caracteriza Francisco Solano Constâncio como um dos introdutores do pensamento social, do "ideal pequeno burguês", em Portugal. "A seguir à Revolução de Setembro, Solano Constâncio volta aos problemas sociais; versá-lo-á sobretudo na revista mensal portuguesa que no ano de 1837 publica em Paris - o *Armazém dos Conhecimentos Uteis*. As suas posições são mais avançadas que anteriormente e reflectem bem o progresso do pensamento socialista europeu na década de 1830". Victor de Sá, *ob. cit.*, p. 167.

<sup>52</sup> No frontespício do periódico "por F. S. Constâncio" apresenta-se como "D. M. das Sociedades medicas e de historia natural de Edimburgo, e da Academia de medicina de New-York, correspondente da Sociedade Linneana de Paris, autor do dictionario critico e etymologico da lingua portugueza, etc."

<sup>53</sup> Na edição que consultámos na Biblioteca Nacional, a folha de rosto do Nº 1 do *Archivo [...]* é imediatamente seguida de um outro frontespício que se denomina - *Armazem de Conhecimentos Uteis*, nas artes e officios; ou collecção de tratados, receitas e invenções de utilidade geral; destinado a promover a agricultura e industria de Portugal e do

O aparecimento do *Archivo dos Conhecimentos Úteis* insere-se na linha continuadora dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, reflectindo, simultaneamente, o fulgor da imprensa de conhecimentos úteis e instructivos que um pouco por toda a Europa se ia desenvolvendo.

Pretendia-se com este periódico contribuir para a instrução do público leitor de modo a "espalhar conhecimentos uteis, com especialidade aquelles que tem mais, immediata applicação ás profissões scientificas, á agricultura, e aos diversos ramos da industria. Por huma appropriada selecção de materias interessantes, e de noticias dos progressos das sciencias e artes, poderá este periodico servir de auxilio aos sabios dos estados em que a lingua portugueza he a nacional, e de guia á mocidade" <sup>54</sup>.

O publicismo instructivo e de conhecimentos úteis, que enorme successo fará no Portugal pós 1836, chega como novidade de Paris. Uma leitura fácil e pedagogicamente aceite como universal, um discurso claro mas arredado de pormenores e aprofundamentos que só os "sábios" podiam entender e ajuizar.

---

Brasil; por F.S. Constancio. Paris, Livraria de J. P. Aillaud, 1838. Esta dupla designação causou-nos alguma estranheza. Pensamos porém tratar-se da mesma publicação que se deveria continuar em 1838, e que, por razões que não conseguimos apurar, não teve continuidade. Victor de Sá afirma que Francisco Solano Constâncio em 1837 em Paris fez editar entre Janeiro e Abril um periódico designado *Armazem dos Conhecimentos Úteis* [...]. "E preciso não o confundir com uma reedição aparecida em Paris em 1855, portanto depois da morte do autor [Paris 1846] [...] expurgada dos artigos de género social". V. de Sá (1978), *A crise do liberalismo* [...], p. 165, nota 24.

<sup>54</sup> "Prospecto", *Archivo dos Conhecimentos Úteis* (Jan. 1837), nº 1, p. 2.

Francisco Solano Constâncio procurava atingir uma larga camada de público, em Portugal e num outro espaço privilegiado do seu mapa mental de referências culturais: o Brasil. "Este vasto e rico imperio cujo terreno he tão fertil, cujas costas dilatadas abundão em excellentes portos, cujas producções variadas offerecem hum inexaurivel manancial de riquezas, de nada precisa senão de saber aproveitar os dons que a natureza com mão tão liberal lhe distribuiu, e quasi sem desconto, por quanto o clima em toda a extensão do Brasil leva vantagem ao dos outros estados americanos, e he mais sadio que qualquer d'elles. Que falta pois aos Brasileiros para se elevarem ao grao de prosperidade a que podem e devem aspirar? A cultura do espirito e a aquisição de conhecimentos solidos, em todos os ramos da Agronomia e Industria, ajudadas de noções exactas sobre Economia politica e Administração" 55.

A instrução e a educação deveriam, pois, alargadas quer no Brasil quer no reino de Portugal 56. Assim, o *Archivo dos Conhecimentos Uteis* propunha-se divulgar mensalmente nas suas páginas "As principais doutrinas de Economia politica, Estatística, a Geographia e Viagens, a Medicina scientifica domestica, as artes Chemicas, a Metallurgia, a Physiologia vegetal, a Agricultura, a Economia rural e domestica serão

---

55 *Idem, ibidem*, p. 4.

56 Ainda na linha iniciada pelos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, cada número do *Archivo [...]* incluía uma «Bibliographia», com a possibilidade de o livreiro J. P. Aillaud se encarregar de "expedir as obras annunciadas [...] ou quaesquer outras, pelos preços os mais accomodados, sendo acompanhada a encomenda de huma ordem sobre huma casa de Inglaterra ou de França". Aviso incluído na secção de informação bibliográfica mensal, que se distribuía por artes industriais, ciências naturais, fisica, ciências politicas e morais; ciências médicas; livros portugueses.

tratadas, assim como o que interessar a educação e mui particularmente a elementar [...] Noticias exactas de estatística, metereologia, geognosia, agricultura, botanica, historia natural, medicina e cirurgia, serão sempre bem recebidas" 57.

Estava aberto o caminho para a rede dos jornais publicistas portugueses da década de 1830 e 1840. Um periodismo caracterizado por notícias diversificadas; pequenas mas claras e elucidativas do objecto a tratar, acompanhadas da grande inovação técnica e jornalística da época - as estampas litografadas a ilustrar os textos.

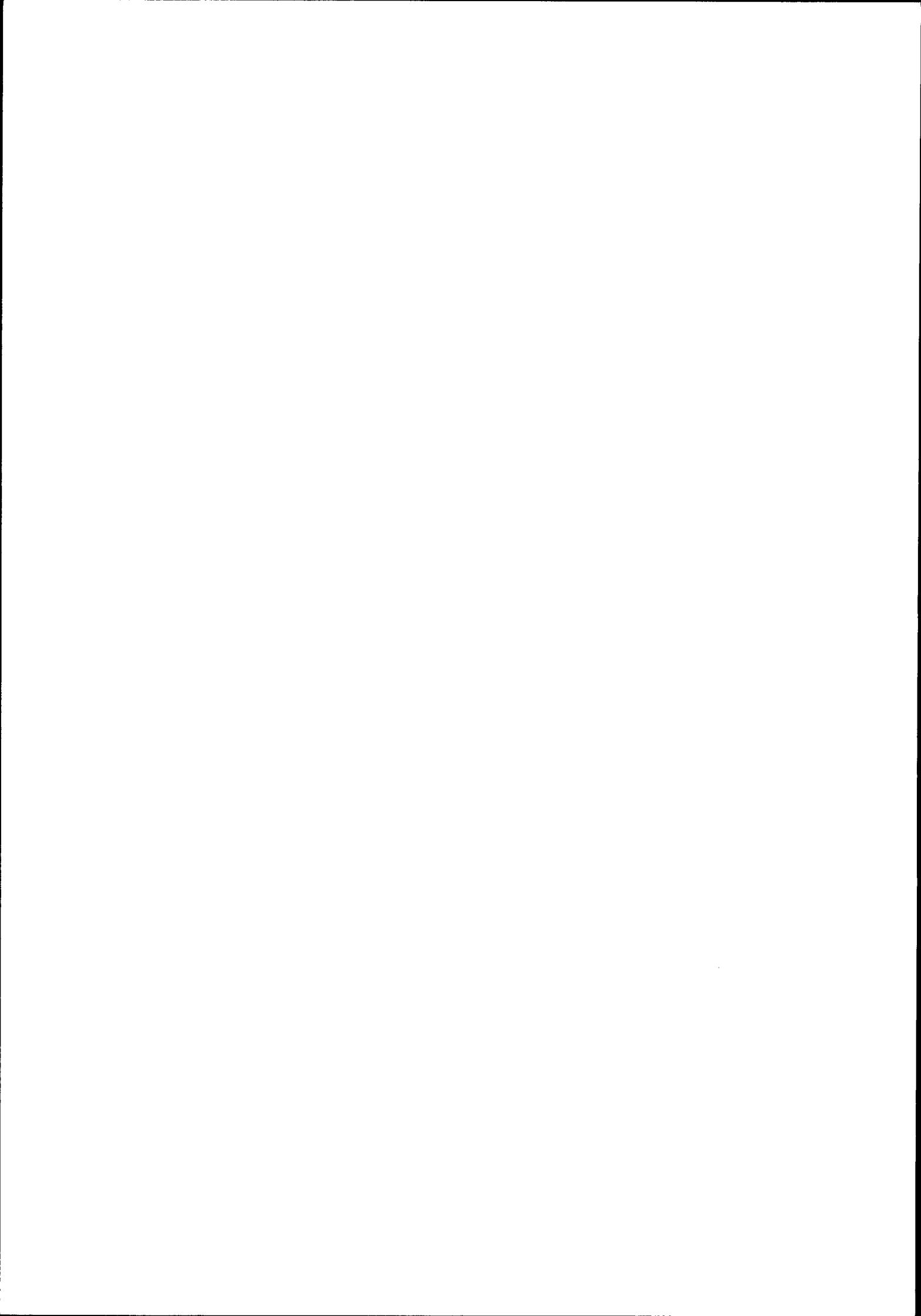
Podemos concluir dizendo que a personalidade de Francisco Solano Constâncio contribuiu para uma nota de cosmopolitismo português. Filho de médico da Corte setecentista, através das suas múltiplas errâncias, transpôs para os cinco periódicos de que foi responsável a imagem, ou as imagens culturais - de fragmentos de uma cultura científica 58 - de um périplo geográfico: Edimburgo, Portugal, França, Estados Unidos, Brasil, Itália, Bélgica, Holanda 59. Estas permanências permitiram-lhe estabelecer contactos com personalidades do mundo da Ciência e da Política, conhecer os caminhos de várias agremiações científicas dos dois lados do mundo ocidental e atlântico, cujos trabalhos de experimentações e de saberes teóricos deram ensejo a preenchimento de várias páginas de periódicos organizados e dinamizados por Francisco Solano Constâncio. Uma espécie de caixa de ressonância da cultura cosmopolita e científica europeia.

---

57 "Prospecto", *Archivo dos Conhecimentos Uteis* (Jan. 1837), nº 1, p. 4-5.

58 Cfr. José Luis Peset (1987) *Historia de la ciencia, historia de la cultura [...]*, p. 94 e 98.

59 Cfr. Albert Silbert (1977), *Acerca de Francisco Solano Constâncio [...]*, p. 141.



## CAPITULO 6 Do Vintismo à Revolução de 1834

A simbólica data de 24 de Agosto de 1820 alterou a história da imprensa em Portugal, nomeadamente a do periodismo científico, de modo significativo <sup>1</sup>. A instauração do liberalismo entre nós trouxe modificações no modo de (in)formar o público leitor. Em Paris e em Londres permaneceram os títulos em publicação, adaptando o discurso de oposição ao olhar de ansiedade e de expectativa face ao que ia ocorrendo e sucedendo entre nós <sup>2</sup>.

No espaço consagrado do palco da revolução o tempo era de refazer a casa e instaurar um novo edifício <sup>3</sup>, fomentando um amplo movimento de opinião pública a partir da livre publicação e circulação de jornais políticos e ideológicos, de tendência liberal e revolucionária. "A actividade jornalística começava a atingir uma envergadura nunca até aí nem de longe alcançada,

---

<sup>1</sup> Cfr. Graça e J. S. da Silva Dia (1980), *Os primórdios da maçonaria [...]*, vol. I, tomo II, p. 766-785, nas quais se demonstra o papel que a imprensa política e ideológica desempenhou nas suas diferentes facções das forças sociais existentes - radicais, moderados e gradualistas. Cfr. M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Os intelectuais portugueses [...]*, p. 81-86, coloca em destaque os jornais estudantis, de linha radical, ligados às actividades clubistas. Paralelamente, desenvolvia-se o movimento periodístico de sabor contra-revolucionário e conservador, com uma acutilância tnao forte quanto a da tendência liberal. Cfr. o trabalho pioneiro neste âmbito Luís Reis Torgal (1973), *Tradicionalismo e contra-revolução [...]*, p. 54-65.

<sup>2</sup> Caso de os *Annaes das Sciencias e das Artes*, (Paris, 1818-1822) e de *O Portuguez*. Cfr. José A. dos Santos Alves (1992), *Ideologia e politica na imprensa de exílio [...]*, p. 192-227.

<sup>3</sup> Cfr. Ana Maria Pina (1988), *De Rousseau ao imaginário da revolução de 1820*, p. 101-113.

bastando dizer que só em Fevereiro de 1821 saíram em Lisboa 17 jornais políticos [...] Razão tinham, pois, os partidários do regime absoluto em ver na abundância de periódicos e na influência crescente destes um dos seus principais inimigos" 4.

José Agostinho de Macedo, porta-voz dos defensores do Portugal Velho, capitalizou rapidamente a experiência e o treino adquirido como responsável e colaborador no movimento periodístico, especialmente na imprensa de instrução, que se tinha desenvolvido até 1820. . Usando das suas capacidade literárias, abriu fogo cerrado contra as fileiras dos liberais, utilizando as mesmas armas na disputa pelo terreno da influência de opiniões - a imprensa! 5.

---

<sup>4</sup> José M. Tengarrinha (1989), *História da imprensa [...]*, p. 125. E no itinerário cronológico de marcos referenciais da história da imprensa portuguesa até 1834, acrescenta Tengarrinha: "apesar de todas as limitações, 1821 parece ter sido o ano áureo do nosso periodismo do primeiro quartel do século XIX, atingindo-se então o número record de 39 novos jornais - o qual só foi ultrapassado no segundo quartel do século", *ob. cit.*, p. 131.

<sup>5</sup> "O liberalismo concreto possuía uma dinâmica liberal e outra anti-liberal. a primeira alcançava, principalmente, os intelectuais, a burguesia agrária, a burguesia mercantilista, o médio funcionalismo urbano; a segunda enleava sobretudo o clero e a nobreza (fossem lisboetas ou fossem provinciais), a burguesia ligada a esses estratos da população, camadas extensíssimas do alto e baixo funcionalismo, grande parte do comércio retalhista, a generalidade dos industriais e o grosso do povo miúdo. A acção corrosiva da Imprensa de extrema esquerda juntou-se a de órgãos caracterizadamente direitistas, como a *Gazeta Universal*, o *Patriota Sandoval*, e depois, a *Trombeta Lusitana*, para transformar a dinâmica negativa do processo revolucionário em dinâmica positiva do antiprocessos revolucionário". Graça e J. S.da Silva Dias (1980), *Os primórdios da maçonaria [...]*, vol. I, tomo II, p. 697-698.

Verificamos pois que o movimento periodístico após 1820 foi galvanizado pelo espectro de títulos de tendência ideológica antagónica - os revolucionários liberais e os contra-revolucionários absolutistas e conservadores <sup>6</sup>. Uma e outra secundarizaram totalmente o universo regular de periódicos de instrução e recreio que se vinha desenvolvendo desde as luzes josefinas.

Com a Assembleia Nacional Constituinte em funcionamento, muitos dos projectos e informações que os periódicos científicos haviam fornecido tinham agora a possibilidade real e efectiva de se materializarem. As reformas e a regeneração de Portugal através da instrução e do aumento das luzes individuais de cada cidadão podiam ser levadas à prática. Reduz-se assim o espaço de manobra destes periódicos, ultrapassados pelos grandes debates nacionais levados a cabo pelos entusiasmados deputados vintistas, talvez com excesso de retórica, talvez com pouco sentido das realidades prosaicas, humanas e quotidianas do real português.

É nesta secundarização da cultura técnica e científica, no período vintista, e nos períodos de alternância ideológica e política até à vitória militar e liberal de 1834, que pensamos encontrar uma explicação plausível para o reduzido número de títulos existentes nestes catorze importantes anos da vida portuguesa.

---

<sup>6</sup> Cfr. M<sup>a</sup> Alexandre Lousada (1987), *O miguelismo (1822-1834): o discurso político [...]*, p. 89 e (1989), *Imprensa e política: alguns dados sobre a imprensa periódica portuguesa [...]*; Armando B. Malheiro Dias (1993), *Miguelismo. Ideologia e mito*; M<sup>a</sup> Teresa Mónica (1991), *Errâncias miguelistas (1834-1843)*.

Os temas agrários, agraristas e já com alguns laivos de um saber experimental agronómico, haviam dado traços de coesão a todos os títulos já registados, articulando-os implicitamente com as instituições científicas existentes e em funcionamento <sup>7</sup>. Personalizando os títulos, através de multiplicadas acções culturais e científicas dos seus responsáveis e colaboradores, o vintismo alterou significativamente este equilíbrio e estas vivências. Vejamos algumas das direcções dessas mudanças.

O parlamento vintista pegou na temática agrária e empolgou o seu debate até à exaustão, sob o ponto de vista jurídico e político. O tema da propriedade individual polarizou as sessões. Mas, não se enformou este debate com uma argumentação agrária de cariz técnico.

O discurso revolucionário <sup>8</sup>, ideológico e político, que tinha como objectivo supremo a elaboração de legislação apropriada, falou sempre muito mais alto. Era fundamental criar um corpo legislativo para solucionar de dois dos magnos problemas colocados à Comissão de Agricultura <sup>9</sup> - a reforma /

---

<sup>7</sup> Referimo-nos essencialmente à Academia das Ciências e à Universidade de Coimbra.

<sup>8</sup> No sentido dos debates da Assembleia Nacional francesa e da Assembleia Constituinte de Cádiz.

<sup>9</sup> Comissão que tinha também como missão 'ouvir' e dar despacho às petições dos povos, que davam viva voz ao Portugal real. Cfr. Albert Silbert (1985), *Le problème agraire portugais [...]* e o estudo efectuado sobre um dos membros desta Comissão de Agricultura - Francisco Soares Franco, Benedita Cardoso Câmara (1989), *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, estudo que nos esclarece do seguinte modo: "Apesar da persistência de Soares Franco em incluir nas «causas da decadência» da agricultura «a falta de Luzes nos métodos aperfeiçoados de cultura», a dimensão técnica tornou-se subalterna pela «imputação ao político». Contudo, a sua atenção à «parte científica da ciência» agrícola tranluz na defesa do «projecto lei sobre abolição dos pastos comuns», onde a «evidência» que insita à teoria agronómica, travejada no proprietarismo, silencia

extinção dos forais e a reforma / extinção da Companhia dos Vinhos do Alto Douro <sup>10</sup>.

De toda esta actividade parlamentar resultou a aprovação de legislação proposta pela Comissão de Agricultura e pela Comissão de Reforma dos Forais, que consignaram as concepções económicas do liberalismo individual, assente na terra e na propriedade.

O tema da agricultura aparecera, anteriormente, explicitado pela discussão das ideias agraristas, no quadro da Fisiocracia e de uma matriz doutrinária e científica, cruzada com os trabalhos da Comissão de estudo e Reforma dos Forais. Surgia, agora, num novo contexto de leitura, criado pela revolução liberal, emblematicamente simbolizada pelos signos "terra" e "propriedade" <sup>11</sup>. Um terreno muito fértil para alimentar debates parlamentares e artigos de imprensa liberal e contra-revolucionária. Uma

---

preocupações antes dominantes [...] A transmutação da atitude do autor fica a dever-se ao novo espaço político dimensionado na reforma institucional por via legislativa. Na verdade, o discurso de Soares Franco neste debate, aparece pautado pela abstracção e generalização, distanciando-se do adoptado no *Diccionario*" (p. 127). Estamos perante alguns indícios evidentes de privilegiar a oratória parlamentar e a acção política de representante mítico da Nação, em detrimento do país real e das vivências prosaicas, rotineiras e quotidianas dos quatro cantos agrícolas de um Portugal ainda de forte persistência de Antigo Regime. Para os problemas da representação cénica dos parlamentares em Cortes, face a um público real ou imaginado, cfr. M<sup>a</sup> Cruz Seoane (1977), *Oratoria y periodismo en la España del siglo XIX*, p. 62-87.

<sup>10</sup> Cfr. Zília Osório de Castro (1990), *Cultura e política [...]*, p. 243-256 e p. 409-421; José Henrique Dias (1988), *José Ferreira Borges [...]*, p. 96-115.

<sup>11</sup> Cfr. André Vachet (1970), *L'idéologie liberale [...]*, p. 223-234, p. 305-344.

porta aberta para um longo percurso a percorrer até à «revolução portuguesa de 1834» preparada pelo legislador Mouzinho da Silveira <sup>12</sup>.

Mas o problema da escassez de periódicos científicos entre 1820 e 1834 tem uma outra vertente - a secundarização do publicismo científico. Verificámos que este tipo de jornal tinha como objectivo prioritário formar e instruir os seus leitores. Ora, um dos debates das cortes vintistas foi o da instrução pública <sup>13</sup>, mas saldou-se numa grande ineficácia como Luís Reis Torgal e Isabel Vargues salientam:

"Poderá dizer-se que, na realidade, na área do ensino superior, apenas se limitou a simples medidas pontuais geralmente sem grande significado e que, no campo dos «Estudos Menores», se restringiu à criação de seis

---

<sup>12</sup> "Ora a corrente liberal portuguesa vendo-se diante do carácter imperativo das grandes reformas vai programá-las no enquadramento dum sistema político que preservaria o poder nas mãos de uma elite burguesa, impedindo-o de cair nas mãos do povo. Da Revolução Francesa retirava-se na década de trinta uma dupla inspiração: a da necessidade e inevitabilidade da destruição do Antigo Regime, e também a da utilidade demolição dirigida por um poder executivo a fim de evitar os confrontos sociais [...] Quando finalmente na década de trinta, D. Pedro, o ex-imperador, se propuser restabelecer a Carta Constitucional em Portugal, encontrará em Mouzinho da Silveira o grande obreiro do novo Estado liberal. O «Príncipe» e o «Legislador» encontram-se finalmente lado a lado, numa acção conjunta político-militar". Miriam Halpern Pereira (1986), *Mouzinho da Silveira: do modelo da Revolução Francesa ao modelo napoleónico [...]*, p. 112-113. Cfr. ainda da mesma Autora (1986), *Estado e Sociedade. Pensamento e acção política de Mouzinho da Silveira [...]*, p. 21-119.

<sup>13</sup> Cfr. L Reis Torgal / Isabel Nobre Vargues (1984), *A revolução de 1820 e a instrução pública*.

dezenas de escolas, na maioria dos casos devido a pedidos formulados pelas populações, e à melhoria de condições materiais dos professores" 14.

Mas o parlamento vintista trouxe outras desmotivações aos periódicos da divulgação da ciência. Uma das mais importantes foram as considerações fortemente negativas relativas ao valor e sentido da Ciência, tal qual ela era entendida pelo paradigma científico do século XVIII. O debate em torno da liquidação da Academia das Ciências de Lisboa, e respectiva substituição por um Instituto Nacional, como se tinha procedido em França 15, é bem ilustrativo do ambiente de referências e de hierarquias existentes. Segundo a óptica de alguns dos parlamentares liberais havia que destronar as ciências improdutivas dos sábios da Academia, ou fundar novas instituições como o projecto de instrução pública apresentado pelo médico agrarista e periodista Francisco Soares Franco 16.

As possibilidades revolucionárias abertas pelo vintismo não alteraram a estrutura e os componentes dos saberes existentes, os conhecimentos teóricos, os experimentais ou os técnicos. A ideologia dos deputados de perfil científico emprestou aos dons da retórica e da oratória, dos fazedores da opinião pública, um brilho adicional ao valorizar culturalmente os referentes da Ciência. Mas, em termos reais a essência da cultura científica em Portugal pouco, ou nada, beneficiou com a revolução liberal vintista 17.

---

14 *Idem, ibidem*, p. 32-33.

15 Cfr. *Idem, ibidem*, p. 51-55.

16 Cfr. *Idem, ibidem*, p. 177.

17 Não podemos esquecer que as preocupações jornalísticas passaram a estar dominadas pela eferevescência liberal, de modo a contribuir para a consolidação do Liberalismo.

### 6.1. Os *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*

A realidade abstractamente teorizada, discutida e legislada nas Cortes Constituintes, produziu alguns efeitos laterais, ao nível das realizações institucionais. O idealizar ganhou um novo dinamismo ao dar-se corpo material às ideias; um executar influenciado pelo arquétipo do sistema parlamentar, no que toca ao seu sistema burocrático e componente humana.

É neste contexto que a Sociedade Promotora da Industria Nacional surgiu no ano constitucional de 1822, albergando alguns deputados vintistas e consignando uma comissão para se ocupar dos assuntos de indústria e outra para os temas da agricultura. Como reflexo do trabalho dos seus membros publicaram-se os *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, que saíram a público entre 1822 - 1854, com múltiplas interrupções, ao sabor das conjuncturas políticas<sup>18</sup>. O periódico foi editado mensalmente em Lisboa, na Typographia Rollandiana, ainda que tenha mudado diversas vezes de tipografia.

A criação desta Sociedade, de objectivos materiais e patrióticos, com uma publicação própria como órgão difusor, surge na confluência de vários factores do cosmopolitismo das Luzes e da afirmação do individualismo

---

<sup>18</sup> Em Maio de 1824 o Governo de D. Miguel decreta a suspensão da Sociedade; retomam-se as actividades em 1826, com a outorga da Carta Constitucional; em Outubro de 1828 o Governo absolutista manda-a "dissolver peremptoriamente". Corria o ano de 1833 quando se procede à restauração da Sociedade, recomeçando-se a publicação dos *Annaes* em 1834. Em 1835 verifica-se nova interrupção até 1840; os acontecimentos de 1848 provocam nova paragem e só a "regeneração de 1851" criará condições para o retomar das actividades da Sociedade e dos *Annaes*, desta vez sob a responsabilidade do publicista José Sebastião Ribeiro de Sá.

liberal, reafirmando, ao sabor do vintismo, a eficácia utilitária de modelos semelhantes para as Sociedades de interesses económicos, já preconizados desde o século XVIII.

Trata-se também de estabelecer uma ligação entre o parlamento vintista e um mecanismo de sociabilidade material, instructiva e patriótica, que funcionaria de modo semelhante à Academia das Ciências de Lisboa. Essa ligação estava tacticamente presente nas pessoas que estavam na origem da Sociedade e que simultaneamente eram deputados às Cortes Constituintes e trabalhavam nas respectivas comissões especializadas.

Quando lemos os princípios orientadores da Sociedade Promotora da Indústria Nacional rapidamente detectamos marcas das Sociedades Económicas espanholas, mas também da já longínqua Sociedade de Ponte de Lima. Descobre-se ainda o desejo mimetista das Sociedades agrícolas e industriais francesas. Neste último caso, parece-nos sintomático que o ministro da Guerra de 1822 - Cândido José Xavier <sup>19</sup>- tenha publicado em 1819 um artigo referente à "Société d'encouragement pour l'industrie nationale" <sup>20</sup>. No ano de 1820 opinava nos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* sobre a necessidade de criar em Portugal um órgão semelhante e com funções equivalentes <sup>21</sup>.

No dia 18 de Abril de 1822 foi ao paço das Bemposta uma deputação da Sociedade para apresentar a el-rei D. João VI o programa da instituição.

---

<sup>19</sup> Membro da "sociedade de portugueses residentes em Paris" que colaborava nos *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*,

<sup>20</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1876), *História dos estabelecimentos [...]*, vol. IV, p. 155-156.

<sup>21</sup> Cfr. "Secção de notícias", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1820).

Candido José Xavier falou em sua representação <sup>22</sup>, salientando "o util fim da prosperidade publica, a que ella tem por instituto votar todos os seus trabalhos a [...] promover por todos os modos a felicidade da nação. Possa a sociedade promotora da industria, senhor, á sombra de tão bons auspícios, vingar e florescer, quanto o merece, e o necessita o objecto sagrado da sua instituição: possam os seus membros dar sempre á nação, e a V. M., provas efficazes dos seus patrioticos desejos, e possa V.M. afortunando por largos tempos os leaes povos que tão gloriosamente rege, ver justificados os direitos que a Sociedade espera conservar sempre á protecção de V. M., e ao reconhecimento da industria nacional" <sup>23</sup>.

A Sociedade pode-nos ainda conduzir aos anseios de um País real, uma vez que a tónica discursiva dominante desta apresentação se centra na **indústria** e na necessidade de a **promover** <sup>24</sup>, ainda que o seu corpus

---

<sup>22</sup> A deputação era composta por Ernesto Biester, João Baptista Angelo da Costa, Manuel Ribeiro Guimarães e Victorino José Ferreira Braga. Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1876), *História dos estabelecimentos [...]*, vol. IV, p. 142.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 142.

<sup>24</sup> "[...] Portugal ficou subitamente com um futuro que não soube preparar, aberto aos nossos olhos pelo fechar de um ciclo do Império que havia atraído uma parte significativa do esforço nacional. Frustrada a recuperação do Brasil, Portugal virou-se, lento e hesitante, para o seu espaço, cingido e esartejado por estruturas económicas e sociais que se haviam tornado obsoletas e bloqueadoras do seu rendimensionamento". David Justino (1988), *A formação do espaço económico-nacional*, vol. I, p. 20. Julgamos poder detectar no grupo de dirigentes da Sociedade Promotora da Industria Nacional (que eram igualmente dignos representantes da Nação nas Cortes Constituintes...) o veemente desejo de tentar desbloquear as estruturas obsoletas existentes, promovendo acções que privilegiassem os interesses económicos individuais. Sobre as realidades legislativas do periodo vintista cfr. José Luís Cardoso (1991), *A legislação económica do vintismo: economia politica e politica económica nas Cortes Constituintes [...]*, p. 471-486.

documental nos revele uma hierarquia de actividades económicas mais consentânea com a realidade portuguesa: a agricultura , a indústria e o comércio.

Como membros da Sociedade eram aceites os funcionários públicos, os 'sábios', os artistas, os agricultores, os fabricantes, os negociantes e todos os amigos das artes <sup>25</sup>, ainda que do primeiro ponto dos propósitos da Sociedade constasse "Recolher de toda a parte e fazer patentes todos os descobrimentos que podessem ser uteis á agricultura em geral, ás pescarias, ás artes e ao commercio" <sup>26</sup>.

Da análise do programa da Sociedade Promotora da Industria Nacional <sup>27</sup> somos levados a melhor compreender o aparecimento desta Sociedade no quadro político e cultural da sociedade portuguesa do vintismo. Graças à "regeneração política" de 1820 podiam os cidadãos do País aspirar à materialização da felicidade. Neste sentido, explicita-se o seguinte:

"Somos em fim Portuguezes; somos livres; e no estado actual da nossa civilização deixariamos de o ser, senão animassemos a nossa industria, verdadeira fonte de riquezas, e baze a mais segura da prosperidade das nações" <sup>28</sup>.

---

Sobre os interesses industriais no periodo vintista cfr. Miriam Halpern Pereira (1988), *Artesãos, operários e o liberalismo [...]*, p. 50-60 .

<sup>25</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1876), *História dos estabelecimentos [...]*, vol. IV, p. 143.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 144.

<sup>27</sup> *Programa sobre a a criação da Sociedade Promotora da iIndustria Nacional* (1822), Lisboa, Imprensa Nacional.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 3.

E essa prosperidade passava pela mediação de três componentes da sociedade - o corpo legislativo, o corpo executivo e a acção concertada dos membros úteis e mais aptos da sociedade, que deveria completar e preparar o terreno para tornar mais eficazes as providências tomadas pelas Cortes em prol da agricultura, da indústria e do comércio. "Este fim só pode ser plenamente preenchido por associações de homens sabios, de artistas, fabricantes, e cidadãos zelosos, que por seus esforços reunidos se achão habilitados para entrarem nas mais pequenas considerações, e nos mais severos exames [...] por isso mesmo que o voto destas Sociedades he sempre sancionado pela opinião publica, e izempto das colisões do egoismo, da vaidade, e do capricho" 29.

Tendo um alargado leque de potenciais membros, residentes em Lisboa, apontava a Sociedade como objectivo propagar a instrução pública, formar um deposito das artes, uma biblioteca, assim como promover e fomentar o desenvolvimento das actividades económicas. Outro dos seus intuitos era o estabelecimento de relações de correspondência científica com nacionais e estrangeiros a "fim de que a sociedade tenha hum perfeito conhecimento de tudo quanto possa interessar-lhe" 30 .

Para gerir toda a informação recebida e as actividades dos sócios, a Sociedade organizar-se-ia em Comissões relativas a questões de agricultura, economia rural e doméstica, artes mecânicas e químicas, e pescarias, que deveriam completar o trabalho que as Comissões análogas do Congresso

---

29 *Idem, ibidem*, p. 4.

30 *Idem, ibidem*, p. 6.

efectuavam <sup>31</sup>. A imagem produzida globalmente pelo conjunto dos 487 sócios que a Sociedade contava em 1823, dispersos pelo país <sup>32</sup>, fixava-se na publicação dos *Annaes*, porta voz utilitário dos propósitos e objectivos apresentados.

Na abertura do primeiro número é explicitado ao leitor o seguinte:

"A Sociedade Promotora da Industria Nacional não cumpriria seus deveres para com o Publico, e para com os seus socios, se omitisse por mais tempo o publicar pela imprensa o objecto de seus trabalhos [...] dando-lhe a extensão necessaria para que possa ser proveitoso: a instrucção sobre todos os objectos, que interessam a agricultura, as artes, e o commercio, propagando-se por este meio, levará a toda a parte os elementos da prosperidade, deixando a Sociedade convencida de que, favorecendo efficazmente o progresso da industria, enche as vistas do publico, que attende seus trabalhos, e recompensa dignamente as fadigas e sacrificios, com que cada hum de seus Socios contribue para tão louvavel fim" <sup>33</sup>.

A recolha do material - tanto das colaborações dos membros, como das traduções mimetistas de obras francesas, seria orientada pelas respectivas

---

<sup>31</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 7- 8.

<sup>32</sup> Cfr. *Lista dos membros da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, em 16 de Maio de 1829, anexa no final do vol. 1 (1822) dos *Annaes [...]*. Maioritariamente eram de Lisboa e Porto, mas o leque de localidades era extremamente alargado, cobrindo, em termos de representação, as várias 'Províncias' portuguesas. Arriscamos a hipótese de ver repetir o universo habitual de subscriptores dos periódicos científicos e instructivos.

<sup>33</sup> "Ao Leitor", *Annaes da Sociedade Promotora [...]*, (1822) vol. 1, p. 3. Cada número mensal deveria conter leitura sobre os descobrimentos úteis, as ofertas recebidas, traduções e memórias originais enviadas, além de extractos das Actas das sessões.

Comissões - artes mecânicas <sup>34</sup> ; artes químicas <sup>35</sup> ; agricultura <sup>36</sup> ; fabricas e comércio <sup>37</sup>. De resto, a sua composição social, cultural e ideológica leva-nos rapidamente a perceber a confluência de interesses entre as elites liberais e científicas das Cortes vintistas e o modelo de sociabilidade e instrução que esta Sociedade Promotora dos interesses nacionais procurava defender <sup>38</sup>.

Assim, é entendível serem os artigos ou trabalhos originais enviados pelos sócios <sup>39</sup>, ou traduções feitas pelo redactor Santos - João António dos Santos - que exercia simultaneamente as funções de Bibliotecário <sup>40</sup>.

A Sociedade ressentiu-se com as alterações conjunturais do liberalismo. Em 1828 cumpria-se o seu primeiro ciclo de vida, ainda sob o signo do "fomento" e da "regeneração". Até ao encerramento da primeira fase de existência os *Annaes*, com as interrupções devidas aos

---

<sup>34</sup> Composta por Domingos Antonio de Sequeira; Francisco de Paula Travassos e José Maria Dantas Pereira.

<sup>35</sup> Desta comissão faziam parte Tomé Rodrigues Sobral e Gregório José de Seixas.

<sup>36</sup> Englobava Bento Pereira do Carmo, Francisco Soares Franco, José Correia da Serra.

<sup>37</sup> No comércio e industria estavam José Ferreira Borges, José Ferreira Pinto Basto, Francisco Vanzeller e José Ignacio de Andrade.

<sup>38</sup> E deveras impressionante analisar a lista de ofertas que os membros canalizavam para a Biblioteca da Sociedade, verdadeiro espólio bibliográfico que nos permite imaginar o universo de leitura dessas personalidades. Cfr. "Relação das ofertas feitas á sociedade pelos socios abaixo declarados", *Annaes [...]* (Junho 1822), nº 2, p. 40-49 (seguindo-se a relação pelos números dos meses seguintes). Um corpus de leitura que reflecte a existência de linhas de continuidade, cujas origens se fizeram sentir no universo de elites intelectuais e científicas desde a institucionalização política do paradigma científico da Filosofia Natural.

<sup>39</sup> Nesta primeira fase de vivência dos *Annaes [...]*, 1822- 1828, apenas dois membros colaboraram: Oo visconde de Vilarinho de S. Romão e José Xavier Mouzinho da Silveira.

<sup>40</sup> Cfr. F. Inocêncio da Silva, *Diccionario bibliographico [...]*, vol. I, p. 74.

acontecimentos políticos e militares, mantiveram-se sempre fiéis aos objectivos originaes do prometedor e revolucionário contexto vintista:

"A publicação dos Annæes he, Senhores, o meio que a Sociedade julgou mais efficaz para a propagação dos conhecimentos uteis aos diversos ramos da industria, e este he tambem hum dos pontos em que o conselho sentio, no principio, todo o peso de difficuldades inseparaveis da marcha de hum estabelecimento novo; porém essas primeiras difficuldades estão vencidas, e até ao mez de Maio, em que finda a administração do presente Conselho, todos os Nos dos seus Annæes estão promptos, e não tardarão em ser-vos entregues, mais do que o tempo necessario para gozarem do beneficio do prelo: nem pareça estranha no primeiro anno esta demora, quando no paiz classico da Industria, a Sociedade mais rica de conhecimentos, de escriptos, de invenções e de productos, passados mais de vinte annos de hum exercicio não interrompido, em muitas occasiões he forçada a suspender por tres e quatro mezes a publicação regular do seu Buletim" <sup>41</sup>.

O programa para o anno de 1827 é um verdadeiro cardápio de generosos incentivos. Passavam estespela ajuda monetária a "moços pobres" dedicados à agricultura e querendo casar-se, desde que soubessem ler e escrever... <sup>42</sup>.

Este tipo de accões acompanhadas por um trabalho pedagógico junto de agricultores e de homens da industria passou pelo inquerito lançado "para

---

<sup>41</sup> "16 de Maio. Assembleia Geral", *Annaes da sociedade promotora da industria nacional* (Maio 1823), n.º 13, p. 7-8.

<sup>42</sup> Cfr. "Programma para o anno de 1827", *Annaes da sociedade promotora da industria nacional* (Maio 1827), n.º 25, p. 20-26.

melhor obter com patriotico objecto dos seus estatutos, precisa conhecer com a possivel exactidão, qual he o estado actual da agricultura, das artes, e do commercio, a fim de partir de hum ponto de comparação, que mostre com alguma certeza os progresso futuros, e também para animar os diferentes ramos da mesma industria, por todos os meios que estão ao seu alcance" <sup>43</sup>.

## 7.2. Despertar a agricultura

Ora, enquanto no parlamento vintista se dabitia ferverosa e apaixonadamente os grandes temas da regeneração agricola nacional <sup>44</sup>, os

---

<sup>43</sup> "Circular que foi dirigida aos socios, e aos amantes da industria portugueza", *Annaes da sociedade promotora da industria nacional*, (Agosto de 1827), nº 28, p. 776. Cfr. p. 76-88, pelas quais se alarga o inquérito, na linha do conhecimento das potencialidades e problemas do Pais, tal como já se tinha feito sob o efeito da matriz das Luzes e da Academia das Sciencias de Lisboa.

<sup>44</sup> Esta questão da hipotética novidade da regeneração agricola vintisata tem de ser desmontada em função da revisitação dos meios historiograficos herdados do liberalismo oitocentista. Daí decorre a crescente atenção dada ao reformismo absolutista no que se refere à protecção e atenção do trabalho agricola nacional. "A ideias, bastante divulgada, de que a nossa primeira regeneração foi, quanto ao comércio de cereais, proteccionista carece de ser precisada, pois pode conduzir à conclusão, quanto a nós deficiente, de que a protecção da cerealicultura portuguesa, através de medidas alfandegárias, foi uma invenção do «vintismo», uma ruptura com a politica económica liberal que o absolutismo esclarecido tinha desenvolvido e um empobrecimento do anseio transformador da agricultura nacional que, na viragem do século XVIII para o XIX se fora manifestando". Jaime Ferreira (1991), *Proteccionismo e contrabando cerealifero, 1821-1822 [...]*, p. 489. Este autor defende que o proteccionismo cerealifero **não foi** uma invenção vintista, mas antes a revalorização de pistas reformadoras postas

periódicos sobre a divulgação de temas de agricultura escasseavam como já se referiu ...

Em 1821, com a chancela de prestígio da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, e obtidas as necessárias e convenientes licenças da Comissão de Censura, surge a público o *Despertador Nacional ou Jornal de Educação, Agricultura, Commercio e Artes, etc., etc.*, Janeiro 1821-Junho 1821.

Este periódico inscreve-se no círculo do jornalismo instructivo, e do papel formativo da imprensa junto dos leitores e da opinião pública em geral, uma vez que "A Imprensa, como todos sabem, he o maravilhoso órgão, que deu ao Mundo a incomparavel vantagem de fazer soar as ideas de qualquer escriptor aos habitantes das mais afastadas Regiões [...] A facilidade de comunicação forma os bons costumes; promove a Agricultura; propaga as Sciencias e Artes uteis; illustra o commercio; combate os abusos; e n'um breve periodo mostra ao homem de todos os Estados um vasto campo de especulações, que o conduzem ao melhor regulamento de seus projectos" 45.

Encontramos estas preocupações patentes nas várias secções do periódico - a agricultura, o comércio, as artes e considerações gerais sobre a educação física e moral dos meninos, assim como as novidades nacionais e

---

em marcha no âmbito da prática do absolutismo jusnaturalista e das suas reformas para a "felicidade da Nação". O estudo citado contém um importante acervo de referências documentais relativas ao movimento editorial agrarista, ideologizado e politizado pelos protagonistas do vintismo revolucionário.

45 "Introduccção", *Despertador Nacional [...]*, (Janeiro 1821), nº I, p. 2-3.

estrangeiras <sup>46</sup>. Da leitura das suas páginas resulta a nítida percepção de que o despertar da Nação se deveria efectuar a partir da educação <sup>47</sup>, sobretudo dos meninos. O tema introduz uma novidade: o valor ético e moral dos conhecimentos agrícolas, agora valorizados e instrumentalizados à luz do patriotismo e da exaltação nacional. Vejamos um excerto significativo desta lógica de discurso periodístico e instructivo:

"[...] a Educação tem muitas analogias com a Agricultura; e que assim como um campo não pode corresponder às fadigas do Lavrador, se este não conhece bem a natureza do terreno e os meios mais proprios de o cultivar e de colher delle uma digna recompensa: assim o Educador, que não estudar capazmente a constituição fysica do seu Educando, e que não aproveitar com summa vigilancia todos os meios mais oportunos de o conduzir para o fim, que tem na mira, não conseguirá o honroso premio, que podia prometter-se; qual o de formar e instituir racionalmente um homem, proveitoso para a sociedade <sup>48</sup>.

E o Autor (não identificado) prossegue o paralelismo entre educador/lavrador, face ao educando/terreno. Tal como o lavrador deve experimentar vários tipos de sementeiras, quando as colheitas não resultam, buscando com o seu esforço e suor o que é mais próprio ao terreno a agricultural, "da mesma sorte deve proceder o Pai, ou quem tiver a seu cargo a

---

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, nº I, p.3.

<sup>47</sup> Cfr. "Considerações sobre a educação", *Despertador Nacional [...]*, (Janeiro 1821), nº I, p. 5-8; artigo com que muito significativamente se inicia o periódico em referência.

<sup>48</sup> *Despertador Nacional [...]*, (Janeiro 1821), nº I, p.6.

Educação dos meninos: observando o temperamento e inclinação, que elles vão manifestando" 49.

A agricultura caminha aquide mãos dadas com as finalidades educativas dos futuros indivíduos e cidadãos. E estas preocupações educativas passam pela mediação do campo religioso, ao incutir na educação referentes à religião cristã. Os artigos agraristas assentam num dualismo de conhecimento agrícolas e de conhecimentos de uma cultura religiosa, fundamentalmente bíblica 50.

Mas, os artigos de teor rural deste *Despertador Nacional*, editado na tipografia do Bispo-Reitor, arvoravam-se ainda de continuadores da obra iniciada pelas *Memórias Económicas* da Academia das Ciências, defendendo a causa dos lavradores, e elevando-os sob o ponto de vista cultural. Uma vez que "estamos determinados a advogar a causa dos lavradores; pois parece ser chegada a epocha de se olhar para esta boa gente; e de se dar tanto a elles, como aos seus campos, a attenção absolutamente necessaria. Por isso consagraremos algumas paginas do nosso periodico ás memórias e conhecimentos de agricultura, que o maior numero delles seguramente ignora. Varia e abundante materia nos offerecem aquellas, que tem merecido a approvação e applausos da nossa Academia Real; das quaes grande numero

---

49 *Despertador Nacional* [...], (Janeiro 1821), nº I, p. 7.

50 "Lemos na Sagrada Escritura, que Deos collocara Adão no Paraizo, para que o cultivasse; e que não só Adão, mas tambem Abel, Seth, Noé, Abrahão, Isaac, Jacob e outros muitos Patriarchas forão Agricultores...". "Agricultura", *Despertador Nacional* [...], (Janeiro 1821), nº I, p.9, artigo que se irá prolongar por alguns números mais deste periódico.

de Lavradores, com quem havemos tracto, não tem a menor idea, ignorando até, se taes memorias existem" 51.

Cabe neste itinerário de titulos efectuar um reparo sobre a possivel relação entre este periódico vintista e o aparecimento de um prospecto de um jornal intitulado *Semanario Nacional de Agricultura, Economia Rural, Artes e politica, dedicado às Camaras destes Reinos, Reverendos Parochos, benemeritos Magistrados, Illustres Capitães-Mores, e illustrados proprietarios* 52.

Estamos em crer que o semanário anunciado neste «Prospecto» veio possivelmente a designar-se *Despertador Nacional*. Na verdade, detectamos tonalidades discursivas coincidentes entre o seu texto de quatro páginas e o desenvolver e desenrolar dos seis números do periódico editado pela Imprensa da Universidade em 1821.

---

51 "Agricultura", *Despertador Nacional* [...], (Fevereiro 1821), nº II, p.74.

52 Prospecto impresso na "impressão de Alcobia", com licença da Comissão de Censura, sem data. Inocêncio da Silva, no *Diccionario Bibliographico* [...], vol XIX, p. 195, afirma ser este *Semanario Nacional de Agricultura* [...] o primeiro periódico agrícola que circulou em Portugal, na data de 1821! Verificámos já que outras ondas de periódicos agraristas haviam já marcado presença na cultura portuguesa; por outro lado nas nossas pesquisas apenas encontramos o *Prospecto do Semanario Nacional de Agricultura, Economia Rural, Artes e Politica* [...], não existindo nem na Biblioteca Nacional, nem nas Bibliotecas de Evora, Coimbra e Porto nenhum periódico com este titulo. Por outro lado, este *Semanario Nacional* [...], que se anuncia através da marca de impressão de Alcobia, é uma possível adaptação contextualizada ao período vintista português de um periódico espanhol denominado *El Semanario de Agricultura y Artes dirigido a los Párrocos* (1797-1808). Ao confrontatmos os dois prospectos são nítidas e flagrantes as semelhanças, os cortes e as adaptações. Cfr. Fernando Diez Rodrigues (1980), *Prensa agraria en la España de la Ilustración* [...], p. 179-186.

No início do *Prospecto* afirma-se que "He huma verdade bem conhecida de todos os povos do Mundo [...] que a Agricultura foi sempre, e será a base fundamental das subsistências, e estabilidade da sociedades humanas; a origem unica e mais fecunda da população, e das virtudes sociaes pela simplicidade dos costumes; e o manancial donde tem sahido os maiores Heroes, e os mais honrados, e honestos cidadãos das Républicas antigas [...] mas não he inutil repetir-se que a Agricultura he a primeira, a mais indispensavel occupação do homem, que a Providencia Divina tem patenteado aos indivíduos da especie humana para affastar da barbara vida errante a que provida natureza os tem entregue em differentes regiões, para os tornar bons esposos, bons Pais, e benemeritos cidadãos" 53 .

Estavam lançadas as sementes do papel educativo, e eticamente formador, que a agricultura deveria ter, sobretudo quando se esperava do "sabio Governo, Author da nossa feliz regeneração grandes reformas e melhoramentos na Agricultura, e Artes" 54 .

Apresentados os enormes avanços europeus no domínio da agricultura, após se ter salientado a forma como o lusitano País desde sempre olhara positivamente a agricultura, colocava-se um problema. Como transmitir tão assombrosos conhecimentos aos lavradores "quando sabemos que em Portugal os que cultivão a terra não lêm, e os que lêm não cultivam a terra? Qual será a sorte de huma Obra impressa para este fim, vendo que se tem escrito tanto e tão excellentes tratados com o mesmo zelo de instruir nas

---

53 *Prospecto do Semanario Nacional [...]*, p. [1].

54 *Idem, ibidem*, p. [1].

lavouras a gente do campo, os quaes só se encontrão entre os estudiosos, e apenas se achão em casa de hum practico cultivador" 55.

A resolução passava, segundo a óptica do redactor, por dois caminhos complementares. Um, era o papel pedagógico que os párocos deveriam exercer junto dos seus paroquianos com as novidades literárias sobre agricultura e artes; o outro era o de subscreverem um periódico que desse particular atenção à instrução dos lavradores e artistas. Exactamente aquele que se anunciava neste *Prospecta*

Nesta imprensa do vintista temos ainda que referir o aparecimento efêmero do *Diario Economica*, Lisboa, Regia Typographia Silviana, 1822. Um periódico cujo aspecto formal e objecto temático nos faz retornar ao período anterior, junto do *Correio Mercantil* e da *Gazeta de Agricultura*, ainda que numa versão muito mais empobrecida 56, e sobretudo como uma correia transmissora dos debates travados nas Cortes Constituintes.

Os periódicos do período vintista não trouxeram qualquer novidade em relação aos objectos jornalísticos do período do absolutismo reformista ou pré-liberal. A ausência de rupturas ou cortes epistemológicos na qualidade de sugestões e temas propostos referentes à cultura científica da agricultura, leva-nos a supor a dissociação entre o entusiasmo doutrinário, político,

---

55 *Idem, ibidem*, p. [3].

56 Refira-se que apenas conseguimos encontrar o nº 1, e que nem as folhas eram objecto de paginação. Neste exemplar demos particular atenção aos "Discursos de agricultura", em que se exaltava importância nacional de desenvolver a agricultura pelos métodos mais adequados, conforme a "ciência da agricultura"; cfr. fl. 13vs, 14, 14 vs.

revolucionário e os saberes teórico e experimental que em tudo permaneceram inalteráveis. Não será de pasmar que o trabalho de António Alexandre Vandelli <sup>57</sup> - *Colleção de Instruções sobre a Agricultura, Artes, e Industria* Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, se tenha publicado em 1831-1832, ou seja durante o período miguelista...<sup>58</sup>.

Esta *Colleção (...)* retoma afinal o espírito agrarista e pedagógico da Academia das Ciências, no qual não faltava um abundante universo de referências aos sábios franceses, desde Chaptal a Rozier. Um mundo de referências científicas e culturais, pontuado por um discurso científico elitista, vocacionado para um grupo muito específico de leitores.

---

<sup>57</sup> Filho do botânico e lente Domingos Vandelli; tal como seu pai foi sócio da Real Academia das Sciencias de Lisboa, tendo colaborado no vol. IV das *Memorias Económicas* com o trabalho intitulado "Memória sobre a gravidade específica das águas de Lisboa e seus arredores". Em 1813 publica o *Resumo da arte de destillação [...]*, texto em que salienta a necessidade de publicitar junto do grande público - artistas e agricultores - as obras estrangeiras que se vão publicando relativos ao avanço científico e técnico desses conhecimentos. "A falta de instrução dos Artistas he huma das poderosas causas que tendem a perpetuar o estado de imperfeição, em que se achão as Artes. alguns ha que procurão instruir-se do modo que lhes he possível, e achei hum tintureiro, a quem não erão desconhecidos os Macquers, os Hellots e os Berthollets, e que possuia suas Obras em Hespanhol, unica lingua estranha que sabia". (A.A. Vandelli, *ob. cit.* p. 8.)

<sup>58</sup> Após o exílio de D. Miguel, Alexandre Vandelli emigrou para o Brasil onde viria a morrer. Cfr. Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. 1, p. 29 e vol. 2, p. 87.

### 6.3. A política, a literatura e a ciência

Em maior consonância com a exaltação política do momento revolucionário de 1820-1823, registamos a existência de um último grupo de periódicos em que a divulgação da Ciência aparece directamente associada e dependente do papel político e literário do jornal, fazendo legitimar a visão política e cultural da sociedade com o suporte da ideologia científica.

Neste resíduo destaca-se cronologicamente *O Cidadão Literato, periodico de politica, e de literatura*, coordenado por José Pinto Rebello <sup>59</sup>, Manoel Ferreira de Seabra <sup>60</sup> e Antonio Luiz de Seabra <sup>61</sup>. Lisboa, Janeiro - Maio 1821, Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.

Sob a tutela empreendedora do bacharel médico José Pinto Rebello, aproveitando as disponibilidades de encontro, e de discussão inconformista

---

<sup>59</sup> José Pinto Rebello era bacharel em medicina. Participou também no *Censor Provinciano*, como adiante veremos, tendo já anterioremente colaborado no jornal de Pedro Carvoé, *Mnemosine Lusitana*, em 1816. "Além do *Cidadão Litterato*, em que teve parte [...] foi durante a emigração [1828-1833] redactor de dous periodicos politicos, *A Tezoura* e *O Pelourinho*". Inocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. 5, p. 104-105.

<sup>60</sup> Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra e posteriormente Juiz da Relação do Porto. Havia já colaborado no *Jornal de Coimbra*, no *Investigador Portuguez em Inglaterra* e no *Mnemosine Lusitana*. Cfr. Inocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. 5, p. 426.

<sup>61</sup> Bacharel em canones e leis pela Universidade de Coimbra; juiz da Relação do Porto, sócio da Academia das Ciências. Tal como os seus companheiros redactores havia já colaborado no periódico de Pedro Cavroé. Cfr. Inocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. 1, p. 192.

de ideias que a "cidade universitária" <sup>62</sup> oferecia aos seus habitantes lectivos, *O Cidadão Literato* apresenta a política como um largo caminho de encontro entre a literatura e a ciência:

"O melhoramento Politico de todas as nações será seguramente devido ao progresso de suas Luzes: se estas se não tem espalhado ainda sufficientemente; se a opinião pública se não acha ainda pela maioria decidida, e fixada sobre o ponto primordial da mudança, ou melhoramento; nesse caso as revoluções, ainda que promovidas por despoticos gravames, offerecem quasi sempre a transição de um mal a outro, ou ainda a maiores calamidades..." <sup>63</sup>.

E a recorrência à cultura clássica, funcionava como exercício literário, a que se associavam os propósitos instrutivos desejados para um verdadeiro, e revolucionário, cidadão literado:

"A segunda parte deste *Periodico* será destinado á literatura propriamente dita. Na grande *arvore* dos conhecimentos humanos (como a afigurava o Ilustre Saavedra) as *Bellas Letras* são a flor, bem como as

---

<sup>62</sup> "A «cidade universitária», como se convencionou significativamente chamar a Coimbra, foi um meio propício ao surgir de uma imprensa radical. Em 1820-1823 era ainda um pequeno meio urbano, com uma população relativamente escassa, localizado numa zona essencialmente rural e com um fraco desenvolvimento da indústria. A sua importância no País devia-se, assim, à presença da Universidade, à volta da qual girava toda a vida do burgo e da sua região". Luis Reis Torgal (1982), *A imprensa estudantil de Coimbra [...]*, p. 241. Cfr. ainda L. Reis Torgal / Isabel Vargues (1986), *A revolução de 1820 [...]*, p. 293-321, em que se retrata a figura de José Pinto Rebelo de Carvalho e a sua acção periodística e cultural no *Cidadão Literato*, antes de vir a colaborar também no *Censor Provinciano*, em 1822.

<sup>63</sup> "Introdução", *O Cidadão Literato [...]*, (Janeiro 1821), nº 1, p. XIII.

*Sciencias* o fructo. É indissolúvel a sua estreita aliança: fructo sem flor não existe. As *Bellas Letras* adoçam os costumes, tornão o homem sensível, e vão desenvolver no amago de sua alma os sentimentos de igualdade, e beneficencia, que ahi graveara a Providente mão da Natureza: são a mais pura fonte dos innocentes prazeres da vida social: são a base, e sustentaculo de todas as *Sciencias*: são igualmente filhas do *Genio*, e da *Liberdade*[...] A Epocha da nossa Regeneração Política deve marcar a Epocha da nossa Regeneração Literaria; nem é possível, como acima temos notado, que se opere; nem é possível, como acima temos notado, que se opere algum melhoramento politico, que sólido, e perduravel seja sem que as *Sciencias*, *Literatura*, e *Artes* recebam um energico impulso, que as arranque do lethargo, em que um vil desleixo as tinha sepultado. As leis protegerão as *Letras*, e as *Letras* protegerão a *Liberdade*" 64.

E, nesta sequência de raciocínio, recorre-se à pátria das ciências, e também da liberdade (leia-se da democracia ...) - a Grécia e os engenhosos atenienses e todos os contributos que deram à civilização ocidental 65.

---

64 *Idem, ibidem*, p. XX.

65 "Etre au monde, c'est être dans le temps. Le temps se donne à nous comme la procession des «maintenant» entre les horizons du passé et de l'avenir. La conscience temporelle est ainsi liée au développement de l'aventure humaine, dont elle permet de ressaisir le sens, les progrès ou les échecs. La pensée contemporaine s'est beaucoup préoccupée d'élucider, de rendre plus authentique cette coincidence de l'être-humain avec lui-même sous le chiffre du temps". Georges Gusdorf (1984), *Mythe et métaphysique [...]*, p. 114. Ainda sobre o peso cultural que o espaço mediterrânico tem no mundo ocidental cfr. de Fernand Braudel (1989), *El Mediterráneo* e de Orlando Ribeiro (1987), *Mediterráneo. Ambiente e tradição*, p. 23-40.

No entanto, para entendermos a funcionalidade da convivência estudantil reflectidas neste periódico, registre-se que o *Cidadão Literato* estava aberto a todos os contributos e colaborações, como é o caso do artigo "Sciencias naturaes. Utilidade, usos e applicações da philosophia natural. (Artigo communicado pelo Sr. J. H. F. F., Dr. em Phil.)" <sup>66</sup>.

Neste longo e erudito "artigo comunicado" estão reflectidos os vários ramos do saber, genealogicamente dependentes da Filosofia Natural: a História Natural, a Zoologia, a Botânica, a Mineralogia. Como justificação para surgir tão vasta erudição, de recorrência setecentista, para o momento revolucionário, o leitor é informado, na *Advertencia*, do seguinte:

"As utilidades da philosophia Natural são tão conhecidas pela cultura desta Sciencia, que o ensino das suas doutrinas entre as Nações mais desveladas é extensissimo em todos os seus ramos. Não falta entre nós quem igualmente as conheça; mas apezar de haver já 49 annos que ella constitue uma das Faculdades, que se ensinão na Universidade de Coimbra, assim mesmo hoje há muitos homens, que prezando-se de instruidos, cuidão que a Philosophia natural é unicamente uma Sciencia preparatoria da Medicina, quando esta não é outra cousa mais do que uma parte da mesma Philosophia. Para divulgar por algum modo o conhecimento do verdadeiro objecto desta Sciencia, e patentear as suas utilidades e usos, é que publicamos este escripto: e já se vê que não o destinamos propriamente para a leitura dos

---

<sup>66</sup> *O Cidadão Literato* [...], (Abril 1821), nº IV, p. 201-215. Artigo que constitui uma síntese do essencial sobre cada um dos temas, e que reflecte sem sombra de dúvida a orgânica da Universidade de Coimbra, reformada por Pombal e estatutariamente legitimada em 1772.

Sabios; pois que isto seria fazer injuria ás suas luminosas ideias e a seus amplos conhecimentos: mas sim para instrucção daquellas pessoas, que não formão ainda o justo e devido conceito da Sciencia da Natureza" 67.

A sagrada trilogia da política, da literatura, da ciência estendeu-se ainda a outros títulos .

Em Lisboa, entre 16 de Abril e 11 de Outubro de 1822, publicou-se semanalmente o *Jornal da Sociedade Literaria Patriotica*, 3 vols., impresso na Typographia Rollandiana. O jornal conciliava duas vias - a do periodismo instructivo e a vivência da sociabilidade política, e, portanto, também instructiva e formativa da opinião pública.

Este jornal, enquadrado numa sociedade simultaneamente literária e patriótica, leia-se liberal no contexto da época 68, preencheu as suas páginas, tal como se anunciava na Advertência do número 1, com cinco secções. Artigos sobre assuntos politicos relativos ao sistema constitucional; temas de ciências e artes; assuntos de variedades, onde se inclui a história, a literatura, a critica e outros; a publicação das leis aprovadas e extractos dos debates

---

67 "Sciencias Naturaes. [...]", *O Cidadão Literato* [...], (Abril 1821), nº IV, p. 205-206.

68 Esta categoria de associação política foi muito comum no periodo do triénio espanhol (1820-1823). "... Y en los comienzos, todas las Sociedades Patrióticas se habían preocupado por parecer como moderadas, ganar respectabilidad, no asustar y no seguir la ruta que habian seguido los clubs en la Revolución francesa. Pero su concepto de moderación, en esta época de términos todavia imprecisos, era muy diferente del de los moderados auténticos; excluía el pacto con las fuerzas de Antiguo Régime [...] Los liberales sinceros viven horas de inquietud [...] En marzo-junio de 1820 para un liberal da única realidad de mejora del espíritu público eran las Sociedades Patrióticas. Gil Novalis (1975), *Las Sociedades patrióticas* [...], vol. 1, p. 18-19.

parlamentares; por fim o noticiário nacional e estrangeiro, de carácter factológico e devidamente anotado <sup>69</sup>.

Tais assuntos deveriam ser ventilados nas reuniões da Sociedade, e seriam talvez decorrentes de outras experiências anteriores. Não podemos deixar de pensar nos possíveis referentes sociais, literários ou aprendidos no contacto dos setecentistas salões da Marquesa de Alorna e da Sociedade da Rosa <sup>70</sup> ou do arquétipo das reuniões em Casa do lente de Coimbra José Castilho, na rua de Almedina <sup>71</sup>.

Os Estatutos desta sociabilidade política e vintista, denotavam claramente o triplo objectivo temático da acção e doutrina dos seus membros,

---

<sup>69</sup> Cfr. "Advertencia", *Jornal da Sociedade Literaria Patriótica*, (16 Abril 1822), nº 1, contracapa. Indicava-se igualmente que o jornal podia ser adquirido por subscrição ou avulso, nas lojas de Rey aos Martires, de João Henriques na R. Augusta e sob a Arcada do Senado em Lisboa.

<sup>70</sup> "Minha Avó [Marqueza de Alorna] odiou toda a sua vida as sociedades maçônicas e detestou os jacobinos, porque tinha sempre presente à imaginação as scenas de horror que presenciara em Paris e Marselha, onde estive na epoca do Terror da Revolução francesa. D'aqui resultou que esta tivesse o pensamento de organizar uma associação que intitulou a *Sociedade da Rosa* [...] Apesar dos esforços empregados por meu Pai para afastar minha Avó do seu intento, a associação progrediu e muitas pessoas nella se filiaram entre elas o famoso Bocage, fazendo-se as primeiras reuniões na minha casa de Benfica. Nesta reuniões, que tanto cuidado davam á policia, tratava-se menos de politica e mais de litteratura e artes ...". E. Campos de Andrade (1926/1986), *Memorias do Marquez de Fronteira e Alorna*, vol. I-II, p. 15.

<sup>71</sup> "As sessões celebravam-se n'uma sala da casa, ou n'uma aula mais vasta no Hospital da Universidade, em vespuras de feriado á tarde. O Doutor Castilho era o Presidente; dirigia os trabalhos com a maxima benevolência e rectidão. Os trabalhos consistiam em dissertações oraes ou escritas sobre pontos de Moral, de Historia, de Sciencias Naturaes...". Julio Castilho (1926), *Memorias*, tomo II, p. 27.

uma vez que estava explicitado que "A sociedade literaria patriotica tem por objecto dirigir, a bem do systema constitucional, a opinião publica por meio de escriptos; e servir de eschola de adquirir habito de fallar em publico com precisão, e acerto" 72. Mas, não bastava ser-se dotado de tons oratórios, era também indispensável para se adquirir a condição de sócio possuir e demonstrar "as virtudes sociaes, e principalemnte o amor da patria; mas a sabedoria, e amor das letras são qualidades mais attendiveis no candidato" 73.

Este eco de vivências de sociabilidade vintista influenciou o aparecimento de outros núcleos. Consideremos o aparecimento da Sociedade Funchalense dos Amigos das Artes e Sciencias, da Sociedade Patriótica de Alfandega da Fé e da Sociedade Literaria e Patriotica da Covilhã 74 .

Um último pormenor referente ao universo de leitores desta publicação periódica. A lista dos 269 indivíduos/cidadãos dos subscritores do *Jornal [...]* comporta um leque social, profissional e naturalmente cultural extremamente alargado e vasto - militares, negociantes, desembargadores, deputados, professores e lentes, médicos e cirurgiões, funcionários públicos, advogados e magistratados, eclesiásticos, proprietários e jornalistas 75.

---

72 "Estatutos da sociedade literaria patriotica" (artigo 1), *Jornal da Sociedade [...]*, (Agosto 1822), n.º 6, p. 128.

73 "Estatutos da sociedade literaria patriotica" (artigo 7), *Jornal da Sociedade [...]*, (Agosto 1822), n.º 6, p. 129.

74 Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1988), *O liberalismo português: ideários e ciências [...]*, p. 39-41, especialmente nota 71.

75 "Lista dos socios da sociedade litteraria patriotica", *Jornal da Sociedade [...]*, (1822), final do vol. 2, s./p.

Afinal um universo de "cidadãos especiais", procurando demonstrar que partilhavam de ideários semelhantes, primordialmente assentes no princípio basilar do "direito de associação" <sup>76</sup>, considerado pedra de toque para a síntese e eficácia da política, da literatura e da ciência.

Seguindo a linha do tempo, voltamos a encontrar-nos com os 'jornalistas' de Coimbra e com o seu inconformismo radical, ajudado pela instrução e divulgação dos conhecimentos da Ciência. Apresentemos, pois, o *Censor Provinciano. Periodico semanario de philosophia, politica e literatura* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822. Redigido por José Pinto Rebello de Carvalho, bacharel em Medicina e Cirurgia.

Longa apresentação para o renovar de uma experiência periodística anterior deste bacharel de medicina, que pretendia contribuir para alargar qualitativamente o debate sobre a instrução pública <sup>77</sup> através de uma crítica constructiva às discussões nas Cortes Extraordinárias, Gerais e Constituintes.

---

<sup>76</sup> "O direito de associação he natural a todos os homens por o instinto de sua conservação [...] os cidadãos tem incontestavelmente o direito de se reunir; e, ao tempo em que huma Nação institue o seu governo, o direito de associação he o cimento ou a base de todos os seus direitos; e he licito a todos os cidadãos formarem-se acerca dos negocios da sua patria, e dos actos publicos do seu governo". "Introducción", *Jornal da Sociedade [...]*, (16 Abril 1822), nº 1, p. 5-6.

<sup>77</sup> "A maneira das concepções mais revolucionárias, o redactor Rebello de Carvalho põe o centro tónico na importância de um ensino prático, que dê a conhecer as regras fundamentais por que se deve reger o cidadão ou que lhe dê ensinamentos úteis para desenvolver as artes produtivas". L. Reis Torgal / Isabel Vargues (1986), *A revolução de 1820 [...]*, p. 74.

E sob o mote da Ciência, da Liberdade, da Justiça e da Constituição que o *Censor Provinciano* se apresenta a público <sup>78</sup>. Abre o primeiro número com o artigo "Philosophia" que "abrange a investigação de toda a a Natureza" <sup>79</sup>. De modo idêntico, os filósofos são "os amigos da Sabedoria e da Razão, a qualquer parte que se dêm do immenso estudo da Natureza, seja a physica, a moral, a literaria, quando seus esforços tendem para romper as cadeias, e illuminar os espiritos de seus semelhantes, unico meio de tornal-os bons e felizes [...]" <sup>80</sup>.

Sob o ponto de vista do redactor, era imperioso formar, e informar, a opinião pública qualitativamente liberal, constitucional e esclarecida. Tal era a missão de *O Censor Provinciano*. Ao passar para as suas páginas semanais os pontos de vista criticos dos debates constitucionais procurava apontar o caminho que as questões da instrução deveriam seguir em Portugal <sup>81</sup>.

Estava implicita nesta leitura uma referência ao grupo dos Ideólogos franceses, tal como não era fruto do acaso as recorrências de erudição ao jornal *La Décade* e ao Instituto, como organismo alternativo à Academia das Ciências. Por último, recordar a traição do imperador Napoleão, ao grupo portador da consciência revolucionária, podia ser lido como uma advertência

---

<sup>78</sup> Podendo ser assinado por três meses em Coimbra, na Loja de A. L. Coelho e na de OrceI. O redactor estava aberto a receber escritos científicos e literários a fim de os incorporar. Cfr. *O Censor Provinciano, periodico semanario de Philosophia e Literatura*, (7 Dezembro 1822), n.º 1, p. 1-2.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p.3.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>81</sup> Cfr. os artigos "Academia das Sciencias", *Idem*, (18 Janeiro 1823), n.º 7, p. 109 - 112; "Instrução Publica", *Idem*, (11 Janeiro 1823), n.º 6, p. 81-89; (25 Janeiro 1823), n.º 8, p. 113-121; (15 Fevereiro 1823), n.º 11, p. 191-171.

à instrumentalização dos trabalho dos sábios e cientistas, por parte do poder político...<sup>82</sup>.

Em Portugal, no contexto vintista "nós carecemos d'outra instrucción, e em lugar de tantos doutores, que temos, precisamos d'alguns homens doutos, que são coisas mui diferentes. Precisamos, que a massa geral da Nação tenha mais ou menos luzes [...] á cerca dos direitos dos Cidadãos governados, e dos deveres dos Cidadãos governantes. Nisto consiste toda a sciencia do Direito, e não nessas cabalisticas doutrinas, que estão em voga. Precisamos, que o estudo das leis da natureza physica se vulgarize para o avance das Artes, da Agricultura e do Commercio" <sup>83</sup>.

O empenhamento destes periódicos em combinarem habilmente a politica, a ciência e a literatura vai desaparecendo à medida que as convulsões políticas e ideológicas se vão agravando em Portugal. Digamos que o espaço possível para a imprensa científica desaparece e apenas alguns casos atípicos, isolados e sem repercussão alguma no nosso panorama cultural pontuam o âmbito cronológico em análise.

---

<sup>82</sup> Cfr. Georges Gusdorf (1978), *Les Ideologues*; Sergio Moravia (1974), *Il pensiero degli ideologues* [...] e Demetrio Castro Alfin (1986), *Los ideólogos en España la recepción de Destutt de Tracy y de Voleny* [...], p. 337 e ss. Cfr. ainda Joanna Kitchin (1965), *Un Journal «Philosophique»*. *La Décade (1794-1807)*.

<sup>83</sup> "Instrucção Publica" , *O Censor Provinciano* [...], (11 Janeiro 1823), n.º 6, p. 84. Neste mesmo artigo, e no seguimento da ideia apresentada, tecem-se duras criticas à Comissão de Instrucção Publica a funcionar no Parlamento, "composta de graves doutores" e que muito pouco trabalho teriam apresentado para a reforma do sistema de ensino em Portugal, desde as primeiras letras até à Universidade.

Um desses exemplos é *O Chronista, semanario de politica, litteratura, sciencias*, 2 vols <sup>84</sup>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1827.

Propondo-se oferecer ao leitor um jornal para a reflexão, em opposição às folhas diárias, *O Chronista* anuncia no seu Prospecto de quatro páginas, que se dividirá em duas partes principais: a da política, e a da litteratura-ciências-artes. "A segunda parte conterá análises de novas publicações; e objectos litterarios de toda a especie. Muitos escriptores ha actualmente na Europa, cujas obras são conhecidas ja, e lidas de meio mundo. A isolação quasi completa em que até aqui temos vivido do resto da civilização, - que não pareciamos da grande familia europeia - apenas a um ou outro curioso tem deixado chegar alguma noticia do estado litterario da Europa. Será um dos empenhos d'este semanario, na parte de litteratura, familiarizar-nos com a litteratura das nações civilizadas, que pela maior parte, á excepção da franceza, conhecemos pouco" <sup>85</sup>.

Propósitos semelhantes teve igualmente *O Constitucional, periodico philosophico, politico e litterario*, Janeiro-Março 1828. Noticiava em curto espaço as informações relativas aos acontecimentos literários e instructivos que ocorriam pela Europa. A eficiência chegou ao ponto de anunciar o inicio de uma subscrição para a "Encyclopedia popular, ou as sciencias, artes, e os officios, postos ao alcance de todas as classes; série de tratados publicados em

---

<sup>84</sup> Que contém os meses de Março, Abril e Maio, e os de Junho, Julho e Agosto respectivamente.

<sup>85</sup> "Prospecto", *O Chronista [...]*, vol. 1 (Março 1827), p. 2-3.

Londres sob os auspícios da sociedade instituída para a propagação dos conhecimentos uteis" <sup>86</sup>.

Finalmente, no despontar do período miguelista surge um periódico temático - *Jornal de Medicina Veterinaria*, por João Januario Vianna de Rezende, medico veterinario das reaes cavalarças <sup>87</sup>, ex-repetidor da Real Escola Veterinaria d'Alfort. Lisboa, Impresso R. Fanqueiros, 1828. Tratava-se de um oficial recém chegado de França que procurava (de)monstrar ao seu 'Principe' que as artes e as ciências podem também contribuir par "a felicidade das nações" e para as fazer 'prosperar', 'florescer' e 'progredir'...

\*\*\*

Havia-se perdido a onda de dinamismo dos periódicos científicos, tal como se haviam afirmado no final do século XVIII, e progredido em fluxos regulares de novos títulos durante as primeiras décadas da centúria de oitocentos.

As conturbações ideológicas e políticas deterioraram o espaço de manobra e de intervenção destes veículos culturais. Seria necessário outro tempo de "revolução" <sup>88</sup>, que proporcionasse outras dinâmicas sociais,

---

<sup>86</sup> *O Constitucional* [...], (16 Janeiro 1828), nº 2, p. 35.

<sup>87</sup> "Offerece a um Monarca, ou a pessoa que o representa, uma obra scientifica, e de assumpto novo entre o povo, ou a nação; é dar-lhe provas que se pode ministrar os meios de cultivar aquelle ramo de instrucção de que nella se trata". *Jornal de Medicina Veterinaria* (1828), nº 1, s/p.

<sup>88</sup> Referimo-nos concretamente à obra de Mouzinho da Silveira (também ele um periodista) de "1834 ou a revolução portuguesa", na forma popularizada por Alexandre

culturais e ideológicas, para reaparecer no horizonte da história da imprensa portuguesa um periodismo científico, instructivo e civilizador, pleno de vitalidade para atrair um novo público leitor.

---

Herculano, afinal um outro reputado e inovador periodista, do tempo que a vitória militar permitiu inaugurar.

## "A sinfonia do Novo Mundo": 1834-1852

### CAPITULO 7 O Periodismo Instructivo

Em Portugal a data de 1834 simboliza a grande revolução imaginária e real. Se, como vimos, o vintismo e a carta constitucional não apagaram da nova sociedade antigos vestígios, não deixaram, porém, de salpicar também o imaginário social e cultural com várias utopias a erguer num futuro próximo. O regresso triunfal do poder liberal operacionalizou em terras portuguesas a vinda de um segundo grupo de estrangeirados - os exilados/emigrados liberais. Haviãam calcorreado sobretudo a França e a Inglaterra, e deixaram-se comover, e entusiasmar, com as correntes do sentir romântico, com o novo nacionalismo liberal <sup>1</sup>. Tinham o espírito propenso ao alargamento dos horizontes culturais, e à aceitação da crença no progresso científico <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. Paloma Ciruano Marin *et. all.* (1985), *Historiografia y nacionalismo español 1834-1868*.

<sup>2</sup> A ideia de progresso inerente à perfectibilidade humana havia-se desenvolvido em ritmo de aceleração desde o século XVIII, sobretudo a partir do trabalho publicista de Condorcet. Cfr. Condorcet (1977), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. "No es fácil para una nueva idea especulativa llegar a penetrar e informar la conciencia general de una comunidad hasta que ha assumido una incarnación externa

Portugal tentava mudar, mas de acordo com a hora europeia, no momento em que também a Europa herdada das Luzes, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa se encontrava igualmente a transformar os seus equilíbrios de forças <sup>3</sup>.

As exposições nacionais, internacionais e universais marcariam com o seu peso a dobragem do século XIX, ao evidenciarem o triunfo e a superioridade de um outro mundo de homens, hierarquicamente estabelecidos, na escala social de cada um dos Estados-Nações, pela bitola de um estatuto económico e cultural que haviam conseguido herdar, conquistar ou manter....

Os periódicos instructivos e civilisadores que nos propomos apresentar neste segundo fôlego de análise da nossa imprensa científica e útil , permitem-nos entrar em contacto directo com muitos destes problemas; servem-nos de candeia de iluminação para os domínios da história da cultura e da história da ciência , num especial momento de aceleração do

---

y concreta o ha sido impuesta por una evidencia material sorprendente. En el caso del Progreso, ambas condiciones se cumplieron entre 1820 y 1850 [...] Los resultados espectaculares del avance científico y la técnica mecánica hicieron que el hombre medio considerase algo familiar el crecimiento indefinido del poder humano sobre la naturaleza, al tiempo que su mente penetraba los secretos de ésta. Este evidente progreso material que, desde entonces, no se ha detenido, ha sido la base fundamental en que se apoya la creencia general en el Progreso, hoy prevaleciente". John B. Bury (1971), *La idea del progreso*, p. 291.

<sup>3</sup> Cfr. Eric J. Hobsbawm (1973), *A Era do Capital. 1848-1870*, p. 11-43 e Maria Manuela Tavares Ribeiro (1990), *Portugal e a Revolução de 1848*.

processo de (tentar) moldar a sociedade portuguesa de acordo com novos padrões e referentes mentais <sup>4</sup>...

### 7.1. As reformas culturais

Nas hostes militares de D. Pedro, no desembarque do Mindelo e no regresso dos caminhos de exílio vieram, diversas personalidades que procuraram criar no País - pobre, exausto e desorganizado - um novo perfil segundo as vivências de além Pirinéus <sup>5</sup>. Liberais de várias famílias e facções

---

<sup>4</sup> Sem pretendermos cingirmo-nos ao fio cronológico e factual da década de trinta, não podemos ficar alheios à riqueza factológica deste período em acontecimentos relacionados com o binómio Cultura - Ciência. Em 1834 funda-se em Lisboa e Porto, respectivamente, as associações Comerciais de cada uma destas cidades. 1835 Herculano publica o *Repositório Literário* e Luís Seabra e Oliveira Marreca o *Jornal Mensal de Educação*. Neste mesmo ano a Comissão da Academia das Ciências é nomeada para propôr ao Governo um plano provisório para o melhoramento do ensino público; ainda neste primeiro ano do novo regime liberal é criado o Conselho Superior de Instrução Pública, presidido por Rodrigo de Fonseca Magalhães e é estabelecido o princípio obrigatório da frequência escolar. O ano de 1836 marcado pela eclosão da Revolução de Setembro é também "célebre" pelas reformas educativas que os políticos revolucionários decidiram levar a cabo; destacamos as reformas do ensino primário e a criação dos liceus e a criação da Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, a Escola do Exército, dois Conservatórios de Artes Dramáticas e a Academia de Belas Artes, em Lisboa e Porto. Logo em 1837 dá-se início em Coimbra ao curso de Economia Política, sob a responsabilidade de Adrião Forjaz de Sampaio. Apenas pretendemos aqui enunciar os caminhos institucionais que permitiram uma agitação cultural tão vasta quanto a que caracterizou as décadas de trinta e quarenta em Portugal no século passado.

<sup>5</sup> Cfr. Miriam Halpern Pereira (1986), *Mouzinho da Silveira : do modelo da Revolução Francesa ao modelo napoleónico [...]*; Maria de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*; Alberto Ferreira (1971),

aqui chegadas com a cabeça plena de novos ideais, uns muito avançados, outros um pouco desadequados da nossa realidade que vivia ainda sob o signo da mediatização das Luzes para o Liberalismo.

Olhando para este tempo do liberalismo português, somos confrontados com a projecção, real e mítica, da legislação de Mouzinho da Silveira, num fervor legislativo insuflado pelos os ventos franceses, e essencialmente, parisienses no imaginário, e na vontade individualista dos intelectuais liberais portugueses <sup>6</sup>. Mecanismos que também se reflectiram no trabalho de preparação legislativa inerente à instrução pública, da parte de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque <sup>7</sup>.

---

*Perspectivas do Romantismo português*; Hernani Cidade (1985), *Século XX: a revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*; Alvaro Manuel Machado (1986), *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientation nationales*, especialmente o Capítulo III - "Du pre-romantisme au romantisme: nationalisme, exil et images de l'étranger", p. 105-172.

<sup>6</sup> "A revolução estava nas coisas e era portanto necessário aceitá-la. No exílio Mouzinho da Silveira reflectira longamente sobre a estrutura financeira do Estado e sobre os "vícios" da sua administração. Mouzinho da Silveira tinha um plano preestabelecido de acção, que transparece em duas memórias existentes da Biblioteca Nacional; parecem rascunhos de uma memória explicativa da acção a desenvolver provavelmente apresentada ao conselho de ministros ou ao Imperador. A confirmar estes documentos está o relatório do projecto de venda dos bens nacionais que apresentou nas Cortes em Novembro 1834, e as intervenções que fez em sua defesa". Magda Pinheiro (1989), "Mouzinho da Silveira e as finanças públicas", in *Mouzinho da Silveira. Obras*, p. 229.

<sup>7</sup> Cfr. Madga Pinheiro (1992), *Luís Mousinho de Albuquerque. Um intelectual na revolução*, p. 57-84; Rogério Fernandes (1983), *Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836*, p. 246-264. Cfr. ainda a legislação compilada por Joaquim Ferreira Gomes (1977), *Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, que reflecte já um certo grau de sistematização legislativa que os ideólogos do movimento revolucionário de trinta tinham atingido.

Globalmente, podemos dizer que o contexto político dos anos trinta foi propício ao desenvolvimento da área das reformas de ensino <sup>8</sup>, e à criação de novos, e inovadores, estabelecimentos de ensino, destinados a fazer multiplicar os seus efeitos culturais. Pensamos, concretamente, no trabalho de abertura de novos horizontes, e conseqüente alargamento das concepções do mundo, que os Liceus <sup>9</sup> e as Escolas Politécnicas <sup>10</sup> puderam desempenhar na sociedade portuguesa.

---

<sup>8</sup> "Só Passos Manuel, o estudante de Direito redactor do Amigo do Povo, de 1823, o companheiro de Garrett e o revolucionário setembrista de 36, manteve a coerência - foi durante o seu curto governo que surgiram os liceus e instituições de ensino técnico, que se extinguiu o Colégio dos Novres e se criaram as escolas politécnicas, e que as Faculdades de Cânones e de Leis deram lugar à Faculdade de Direito. foi a única reforma realmente significativa da instrução pública no decorrer do liberalismo ". Luís Reis Torgal / Isabel Vargues (1984). *A revolução de 1820 e a instrução pública*, p. 92. Cfr. ainda Joaquim Ferreira Gomes (1984). *Dois projectos de lei do século XIX para a criação de cursos ou faculdades de letras [...]*, p. 523-523.

<sup>9</sup> "O Governo saído da revolução de Setembro de 1836 inicia imediatamente a promulgação de leis abrangendo um conjunto de reformas políticas, administrativas, judiciais, económicas, sociais e educativas [...] Substituem-se as aulas secundárias dispersas por um sistema de liceus nacionais, em todas as capitais de distrito. Reconhece-se publicamente que o ensino secundário é de todos os ramos de ensino aquele que mais carece de modificações, de modo a satisfazer os objectivos, que primitivamente, norteavam os Setembristas. Não se trata apenas de um ensino preparatório para ingresso nos estudos superiores, mas também de uma formação para a vida, para a entrada no mundo das artes e ofícios que se pretende desenvolver. Procura-se, por isso, dirigir estes «estudos da mocidade» para as ciências de aplicação material". Aurea Adão (1982). *A criação e instalação dos primeiros Liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica. (1836/1860). Contribuição monográfica*, p. 53.

<sup>10</sup> "Dans la conscience collective française et l'imaginaire international commun, l'École polytechnique est une institution qui trouve une niche quelque part entre l'Académie française, le vin de Bourdeaux, la raison de Descartes et la Tour Eiffel [...]. Symbole d'une conception scientifique et technique française, l'École polytechnique

Estava-se perante veículos de ideias que permitiriam preparar as futuras gerações para mudanças qualitativas, no pensar e no agir do universo português <sup>11</sup>, de modo a criar um forte impacto no tecido social do País, dinamizando vários grupos culturais.

Estamos certos que a vivacidade da imprensa científica e instrutiva do final da primeira metade do século XIX é subsidiária destas movimentações e deste fervilhar intelectual. E é também pedra angular da especialização e da cientificidade <sup>12</sup> ligada aos periódicos das Ciências Naturais e Exactas publicados ao longo da restante centúria de oitocentos.

## 7.2. O idealizar das mudanças

No número 1 do *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, de 1836, fazia-se publicar a "Notícia resumida dos trabalhos da Comissão de instrução publica, creada por decreto de 13 de Maio de 1834 [...] para organizar e propor ao Governo um plano d'Estudos provisorio, e outro permanente: o 1º

---

est d'abord le lieu de formation d'une élite, a priori bourgeoise puisque depuis deux siècles au moins la France l'est dans ses rouages de direction. Cette Ecole est donc ainsi à l'origine de bien des courants qui animent l'élite active, courants canalisées par les liens de camaraderie au fil de carrière de jeunesse'. Jean Dhombres, "L'École polytechnique et ses historiens", in Ambroise Fourcy (1828/1987), *Histoire de l'École Polytechnique*, p. 7. Cfr. Alexandre Herculano (1841), *Da Escola Polytecnhica e do Collegio dos Nobres, debate em Assembleia deos Deputados*. Cfr. ainda Pedro José da Cunha (1937), *A Escola Politécncia de Lisboa [...]*.

<sup>11</sup> Cfr. Ana Luisa Janeira (1987), *Sistemas epistémicos [...]*, p. 95-96.

<sup>12</sup> Cfr. Fernando Catroga (1977), *Os inícios do positivismo em Portugal [...]*; Amadeu Carvalho Homem (1989), *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*.

devia compreender sómente a Instrução Primaria e os estudos Medicos das Cidades de Lisboa e Porto; o 2º geral e definitivo devia abranger toda a Educação e Instrução Publica".

Este artigo constitui um pequeno apontamento que reflecte o quase estado febril de idealizar, de imaginar, de propôr medidas legislativas. Os signos cruzavam-se no papel e na pena dos intellectuais e dos políticos redactores. Pistas indiciadoras do conhecimento de outras realidades culturais, que muitas vezes entravam em rota de colisão quanto à sua applicabilidade à realidade portuguesa. Lembramos, por exemplo, a publicitação do modelo universitário da Alemanha <sup>13</sup>, a divulgação e defesa entusiasmada, e entusiasmante, da francesa Escola Politécnica <sup>14</sup>. Divulgar tais modelos traduzia o desejo de implantar e assim revolucionar as setecentistas reformas de ensino das Luzes, tributárias do movimento iluminista da Europa do sul, centrado, essencialmente, nas Luzes Católicas do Estados virados para o Mediterrâneo <sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Cfr. "Philosophia-Educação das Universidades da Alemanha e do Ensino Universitário da Europa", *Revista Litteraria* (1842), Tomo 8, p. 232-265; artigo extraído do *British Scientific Repository*.

<sup>14</sup> Lembramos que vários dos seus lentes foram redactores ou colaboradores da imprensa instructiva, como os próximos capitulos evidenciarão.

<sup>15</sup> Cfr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rívara, "Philosophia Memoria. sobre a insuficiencia do ensino da Philosophia pelo methodo ordenado no decreto de 17 de Novembro de 1836", *Revista Litteraria* (1839), tomo 4, p. 126-133.

E a imprensa <sup>16</sup>, sobretudo a do novo modelo empresarial desta fatia oitocentista, com que os portugueses tinham tomado contacto directo em França e Inglaterra, revelava-se como a mediação cultural mais eficaz para difundir as propostas de reformas, para influenciar os meandros do poder <sup>17</sup>, sobre o papel da instrução tinha como mecanismo revolucionário, de pendor cultural, e factor de aceleração do desenvolvimento material para obter a desejada perfectibilidade do Progresso!

---

<sup>16</sup> Sobre os vários trabalhos historiográficos relativos ao papel de agitação e difusão cultural que a imprensa pode desempenhar em diferentes espaços e tempos históricos, cfr. Maria Dolors Bosch Carrera (1992), *Los inicios de las revistas especializadas en España [...]*; Celso Almuiña Fernandez (1977), *La prensa vallsolletana durante el siglo XIX*; Joan Torrent / Rafael Tasis (1966), *Historia de la prensa catalana*; Ramón Solís (1971), *Historia del periodismo gaditano. 1800-1850*, "Las revistas literarias y culturales desde 1830 a 1850", p. 305-326; Cristina Manzano (1990), *Las expediciones de Narciso Lopez a través de la prensa de Nueva York [...]*; José María Serrano Martínez (1986), *La distribución de la prensa nacional e local en la región de Murcia (España). Análisis geográfico [...]*.

<sup>17</sup> "Na Inglaterra, os jornais são uns interpretes e traductores da opinião publica; na França são elles os que a dictam". "Costumes Politicos. O jornalismo na França e na Inglaterra", *Revista Litteraria* (1842), tomo 8, p. 351.

## CAPITULO 8 Os Mediadores da Sociabilidade Institucionalizada

### 8.1. A Academia das Ciências

As Academias e as Sociedades herdadas do espírito do século XVIII <sup>1</sup>, de matriz racionalista e enciclopedista, e com um papel pedagógico favorável ao Estado absolutista, mantiveram-se ao longo do liberalismo, porque também se demonstraram eficazes para o ideal de progresso do Estado liberal <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este "espírito do século XVIII" traduziu-se numa dinâmica de traços comuns para a criação de "El modelo institucional [...] cerrado por una triplice vía: en primer lugar se han creado los centros necesarios para que en la segunda mitad del siglo XVIII las ideas de Boherhave, Bergman, Werner, Newton, Linneo o Buffon sean familiares a un núcleo reducido de estudiosos espannoles. En segundo lugar se ha favorecido una dinámica de militarización, centralización y utilitarismo científico, eficaz para el modelo perseguido por la monarquía absolutista [...]. J. Javier Puerta Sarmiento (1989), *La Revolución Francesa y la ciencia española: de la originalidad a la dependencia [...]*, p. 19. Pensamos que a fundação da Real Academia das Sciencias de Lisboa ou a Sociedade Real Marítima, Geográfica e Militar se encaixam nesta linha interpretativa das materializações do "espírito científico" de setecentos.

<sup>2</sup> "Il faut en effet attirer ici l'attention sur toute une filière théorique qui, au long du XIX e. siècle, considérera la Sociabilité comme une valeur de Progrès, une vertu publique à cultiver, une règle à établir dans la société politique, et pas seulement comme une vertu privé qui traduise vos égard pour vos proches et le souci du charme de la vie". Maurice Agulhon (1986), *Introduction: la sociabilité est-elle object d'histoire? [...]*, p. 20.

Fenómeno mais durável, ainda que de oscilações temporais muito marcantes, registamos a Academia das Ciências de Lisboa. Insegura durante o processo de implantação do liberalismo, periclitante durante a guerra civil, deambulou por vários edifícios da cidade de Lisboa <sup>3</sup>, até se fixar no antigo convento de Jesus, após 1834.

Das suas actividades pedagógicas mantiveram-se o Museu de História Natural, as aulas de Zoologia, a Biblioteca, as máquinas, o Jardim Botânico. Como intermediário cultural perduraram os volumes da série História e Memórias da Real Academia das Ciências de Lisboa, nos quais abundavam eloquentes e eruditos textos de biografias de reputados sócios; comunicações que os membros da Academia no percurso do desenvolvimento do seu labor individual científico e profissional - ou seja, fora dos círculos estatutários da Academia - foram levando a cabo.

Podemos afirmar, pois, que teoricamente a instituição se manteve viva; na prática, há muito que perdera o sentido utilitário <sup>4</sup> e intervencionista de regenerar sociedade portuguesa, que os seus Estatutos de 1779 haviam consagrado. Se anteriormente era a Academia a dar estatuto cultural e social aos seus membros, agora o processo era um pouco antagónico. Rivalizando com várias outras instituições vocacionadas para os

---

<sup>3</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa [...]*, p. 44-50. "Com transferências de mobiliário, de livros, de material científico dos gabinetes, de exemplares museológicos, tudo em número avultado, compreende-se que a Academia fosse sofrendo nos seus bens, um desgaste muito acentuado e por vezes irrecuperável", acentua Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>4</sup> Cfr. Robin Briggs (1991), *The «Académie Royale des Sciences» and the pursuit of utility [...]*, p. 38-87.

problemas da instrução pública <sup>5</sup>, a Academia das Ciências honrava-se de poder contar, entre os seus membros, com qualificadas personalidades que se multiplicavam em afazeres públicos e em colaborações em periódicos instrutivos, científicos e literários. Com boa parte delas marcamos desde já encontro para o itinerário individualizado dos periódicos instrutivos e científicos dos anos trinta e quarenta <sup>6</sup>.

## 8. 2. A Sociedade Promotora da Indústria Nacional

Entre os sinais da história da cultura portuguesa e da história da cultura científica <sup>7</sup>, temos aqui de referir a ressurreição dos *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, em 1835 <sup>8</sup>, ainda sob o peso de contribuir para a batalha instrução pública nacional. O ciclo do recomeço é

---

<sup>5</sup> Referimo-nos fundamentalmente à Escola Politécnica de Lisboa e à Academia Politécnica do Porto. Cfr. Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa [...]*, p. 68.

<sup>6</sup> Retenha-se desde já o nome de alguns desses sócios da Academia ds Ciências: José Maria Grande, Andrade Corvo, Silvestre Pinheiro Ferreira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Oliveira Marreca, José Silvestre Ribeiro, Andrade Corvo.

<sup>7</sup> Sobre as questões metodológicas relativas à história da cultura e história da ciência cfr. Elena Hernández Sandoica (1987), *La sustracción del objecto. sobre história de la cultura, e historiadores en España [...]*, p. 143-164; José Luis Peset (1987), *Historia de la ciencia e história de la cultura [...]*, p. 91-101.

<sup>8</sup> Manter-se-à em actividade até 1854, ainda que a partir de 1851 José Sebastião Ribeiro e Sá passe a responsável redactorial.

marcado pelo reavivar da memória dos leitores, recuperando a história da implantação da Sociedade <sup>9</sup>.

Os artigos publicados prosseguem o mesmo discurso de matriz técnica, de descrição das coisas experimentadas, acompanhadas de um sabor de erudição sobre a cultura tecnicista, agrária e industrial, essencialmente francesa.

Este novo fôlego da Sociedade não demonstra, ou evidencia, capacidades de inovação e revolução dos saberes e das técnicas, de modo a demonstrar que redactores, e possivelmente os leitores, viviam um outro tempo cultural...

E, paradoxalmente, as inovações povoavam as várias páginas dos *Annaes*. Podiam os sócios ficar informados acerca da importância das exposições agrícolas e industriais <sup>10</sup>, ou das novas culturas, como a papoila, o girassol, a pita, o almeirão ou o polémico arroz <sup>11</sup>. Dentro das novidades os

---

<sup>9</sup> "É a imitação daquelas duas [França e Espanha] ricas nações, e com o mesmo espirito, que em Portugal, depois do primeiro ensaio da regeneração politica, se organisou na Capital a Sociedade Promotora da Industria Nacional em Maio de 1822, debaixo dos melhores auspícios [...] Mas o espirito de resistencia, acordando das primeiras impressões do geral enthusiasmo, recua, cresce, e se torna geral pela ignorância, e, o que é peor, pelo erro, e fanatismo; minou e fez cair as Instituições Politicas, e com ellas quantas lhes devião o ser". "Ao Leitor. Considerações geraes, e sua deducção analytical[...]". *Annaes da sociedade promotora [...]*, (1835), nº 37, p. 8.

<sup>10</sup> As exposições agrícolas e industriais procuravam evidenciar o grau de desenvolvimento que as estruturas materiais e económicas de um país podiam mostrar e exhibir.

<sup>11</sup> "Envolvido a [a cultura do arroz], desde o primeiro momento, numa acesa controvérsia em que se opunham interesses económicos e questões de hygiene pública,

artigos de economia agrícola, normalmente traduzidos, andavam a par com pequenos ensinamentos instrutivos, essencialmente técnicos e mecânicos, para a indústria, (para as artes, para os artistas, e para a indústria nacional). Simultaneamente, dava-se um peso qualitativo considerável ao cultivo da vinha, da oliveira e do trigo. Afinal, a tradicional imagem de um país agrícola, de cunho mediterrânico e atlântico <sup>12</sup>, mas também a realidade do Portugal do século XVIII e XIX, senão mesmo entrando pela centúria de novecentos.

\*\*\*

Como nota de vivacidade e dinamismo de possíveis publicações de Sociedades registe-se um outro projecto (que disso não passou), o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras. Órgão da Sociedade dos Amigos das Letras*, Abril - Agosto de 1836 <sup>13</sup>.

---

considerando-se os arrozais prejudiciais à saúde[...]" Irene M<sup>a</sup> Vaquinhas (1991), *Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88* [...], p. 689.

<sup>12</sup> Numa visão global das características histórico-geográficas cfr. Orlando Ribeiro (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Especificamente sobre a imagem, e a realidade, agrícolas portuguesas cfr. também de Orlando Ribeiro (1991), *Opúsculos geográficos, vol. IV: o mundo rural*, especialmente os seguintes textos: "Aux confins du domaine méditerranéen. l'olivier dans le Nort-Ouest du Portugal" (p. 171-182); "A cultura do milho e a disseminação do povoamento em Portugal" (p. 191-192); "Aspectos da cultura do trigo no Alentejo" (p. 207-213).

<sup>13</sup> Sobre alguns pormenores originais relativos à organização desta Sociedade veja-se Júlio Castilho (1932), *Memórias [...]*, vol. V, p. 166-168. "Formara-se uma associação de homens dedicados à cultura das letras e sciencias, zelosos pelo engrandecimento da patria, com o fim de reunir e centralizar os esforços para robustecer a vida intelectual

Nesta Sociedade todos os membros se consideravam "irmãos em sciencia", ideia que se estendia às 'sciencias' morais e políticas, físicas, matemáticas, jurídicas, médicas, militares, de instrução pública e boas artes . Por desejo e livre vontade do "Corpo Cathedratico da Capital" <sup>14</sup>, que esteve na origem deste projecto, a Sociedade estatutariamente previa uma série de publicações, entre as quais se incluíam tratados, memórias e um Jornal <sup>15</sup> .

---

dos portugueses". J. Silvestre Ribeiro (1879-), *Historia dos estabelecimentos [...]*, vol 8, p. 10.

<sup>14</sup> "Houve neste tempo um pensamento nobre e exemplar; e esta Sociedade nasceu. após longo batalhar do despotismo contra a ciência, [...] pensou o escasso número dos que em nossas terras a cultivam que se uma vez se lograsse remir a instrução, [...] liberdade sem instrução é edificio apparatuso mas sem alicerce nem cimento. Reformas clamadas pelos tempos e circunstâncias, foram encetadas, e no assento dos peritos logrou o Legislador sua recompensa [...] A nascença feneceu pois um plano de boa reforma pelo qual os homens d'instrução se congratulavam; foram todas essas providencias suspensas, isto é, sobre ellas se lançou a terra dos mortos[...]" . "Os Amigos das Letras. A construção da Sociedade", *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, (Abril 1836), nº 1, p. 1. Face a este panorâma ruinoso à ciência e à instrução o 'Corpo Cathedratico da Capital' dirigiu-se a sua Magestade para que as medidas fossem de imediato postas em execução. Na essência tratavam-se das grandes reformas da instrução pública que iriam em breve ser accionadas pelo Governo Setembrista .

<sup>15</sup> Cfr. "Estatutos da Sociedade dos Amigos das Letras", *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, (Abril 1836), nº 1, p. 6. Os Estatutos da Sociedade dos Amigos das Letras deixam-nos perceber que estamos na zona de fronteira de uma sociabilidade literária e científica para uma sociabilidade política e activamente interventiva. Cfr. Maurice Agulhon (1977), *Le cercle dans la France bourgeoise [...]* e, numa perspectiva comparativa da politização da sociabilidade, cfr. Ran Halévi (1986), *Les origines intellectuelles de la révolution française: de la maçonnerie au jacobinisme [...]*, p. 183-200, e Gérard Gayot (1986), *Les relations de pouvoir dans la franc-maçonnerie française de 1750 a 1850 [...]*, p. 203-212.

Nesta Sociedade e como membros do corpo redactorial do periódico incluíam-se três personalidades que partilhavam de um mesmo ideal: a libertação do indivíduo pelo caminho da instrução. Referimo-nos a Alexandre Herculano, a António Feliciano Castilho e a Oliveira Marreca. Curiosamente os três estiveram envolvidos em fazer nascer três periódicos instrutivos e civilizadores <sup>16</sup>, destinados ao público liberal, ainda que com estratégias e percursos diferenciados, como adiante se verá.

Esta Sociedade dos Amigos das Letras congregava vários intelectuais <sup>17</sup> entusiasmados pelo ideal romântico da liberdade pela educação e pela

---

<sup>16</sup> Herculano esteve ligado ao *Panorama* (1837); Castilho à *Revista Universal Lisbonense* (1842); Oliveira Marreca ao oficial *Jornal da Educação* (1835).

<sup>17</sup> A avaliar pela lista de sócios efectivos da Sociedade (cfr. *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (Abril 1836), nº 1, p. 29-32) existia um leque variado de profissões - deputados, lentes, advogados, oficiais militares, médicos, além de personalidades nobilitadas ou distinguidas com comendas. Uma elite de intelectuais ligados as esferas do espectro ideológico liberal. Entre os nomes destacaremos aqueles que encontramos noutros periódicos publicistas da primeira metade do século XIX; José Feliciano Castilho, Antonio de Oliveira Marreca, António Feliciano Castilho, António José de Avila, Bento Pereira do Carmo, Bernardino Antonio Gomes, Filipe Folque, Francisco Soares Franco, Joaquim Larcher, José Ferreira Borges, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, todos residentes em Lisboa. Como membros portuenses permitimo-nos dar destaque a Alexandre Herculano, na altura Bibliotecário da Biblioteca Pública da liberal cidade do Porto, e o académico e erudito João Pedro Ribeiro. Não podemos deixar de relevar que o periódico, projectado por um potencial corpo redactorial e de colaboradores tão alargado, era ele mesmo um mecanismo de sociabilidade, de discussão de ideias e de acerto de artigos a eleger, sobre o modo de olhar um jornal como um mecanismo endógeno do fenómeno da sociabilidade cfr. André-Jean Tudesq (1986), *Le journal, lieu et lien de la société bourgeoise en France pendant la première moitié du XIX e. siècle [...]*, p. 246.

instrução <sup>18</sup>. Ideários e utopias que se haviam projectado neste rectângulo da Península Ibérica, trazidos pelos exilados/emigrantes regressados de França e de Inglaterra. Porém, a Sociedade dos Amigos das Letras deixou de funcionar ainda no próprio ano de 1836, sem dúvida sobressaltada e dividida pela chegada setembrista dos irmãos Passos a Lisboa. Fragilidades da esfera cultural portuguesa ou excesso de perturbações e motivações políticas? <sup>19</sup>.

Estamos em crer que o modelo das Academias e das Sociedades com finalidades científicas, instrutivas e económicas não tiveram um pleno êxito na vigência do liberalismo da primeira metade do século XIX. Surgiram ainda à sombra do ideário encicopedista das Luzes e da utilidade e felicidade pública. Repletas de visonários projectos de reformas, protagonizados pelos seus distintos membros, personalidades sempre ligadas a uma elite cultural e científica (na qual se enleavam algumas das malhas da teia política e ideológica...), sempre acabaram por cair na estagnação, na repetição e na inoperância de intervenção cultural e de alteração epistemológica, na sociedade portuguesa. Excesso de idealismo e/ ou ausência de realismo? <sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Cfr. Alberto Ferreira (1979), *Perspectiva do romantismo português*, especialmente o capítulo "A primeira geração romântica: esforços de actualização cultural" (p. 37-52) e, do mesmo Autor (1980), *Estudos de cultura portuguesa. Século XIX*, o capítulo "Caminhos da educação no oitocentos português" (p. 13-40). Cfr. ainda M<sup>ª</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, o capítulo "Os intelectuais e as reformas pedagógicas" (p. 122-136).

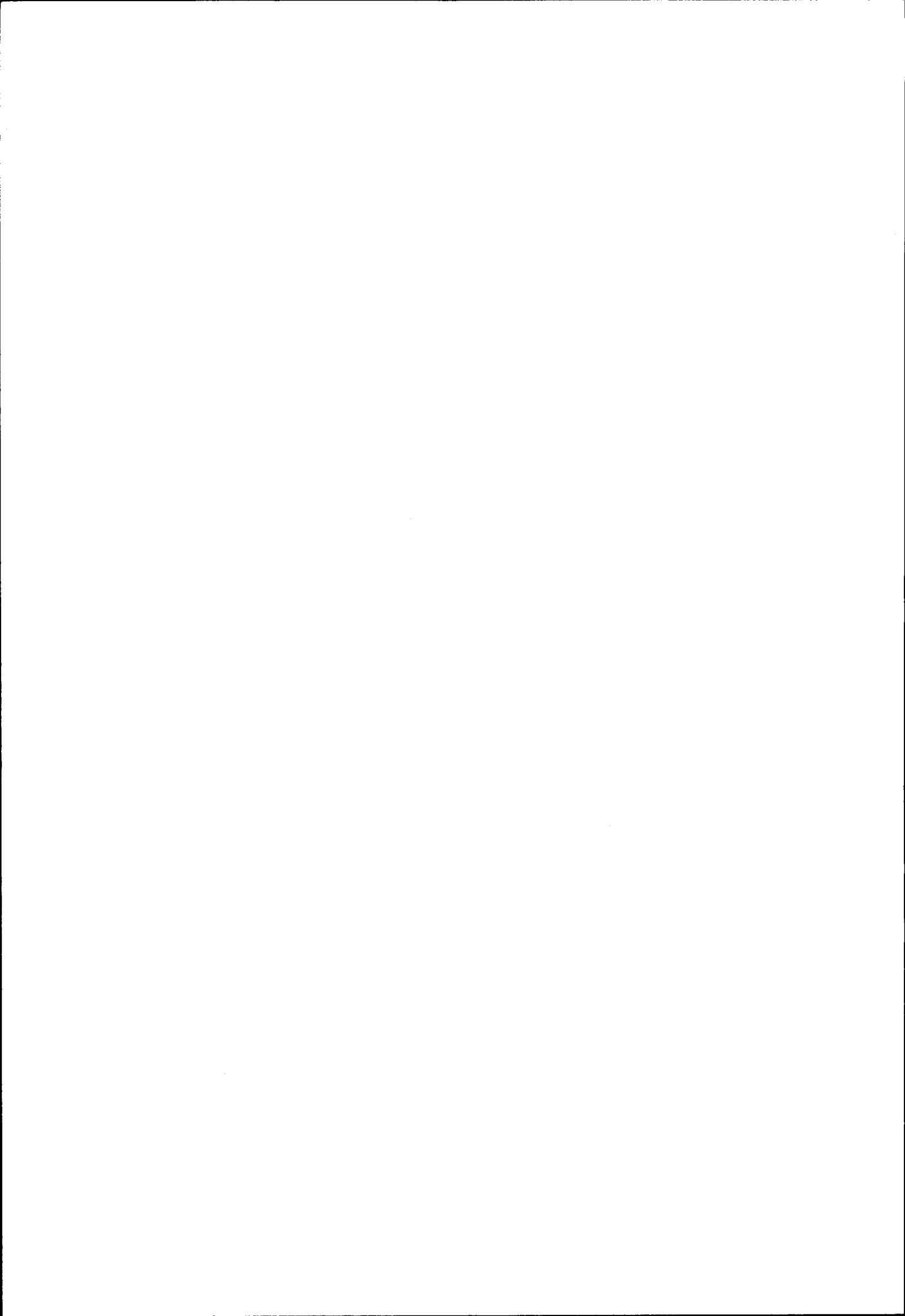
<sup>19</sup> Sobre a instabilidade política e a violência física registada, por exemplo quando dos actos eleitorais, durante as duas décadas que antecederam a Regeneração de 1851, veja-se M<sup>ª</sup> Fátima Bonifácio (1992), *A guerra de todos contra todos [...]*, p. 91-94.

<sup>20</sup> Estamos a usar a expressão no sentido que o Prof. Silva Dias lhe confere para o período vintista. Cfr. Graça e J. S. da Silva Dias (1980), *Primór dios da maçonaria [...]*, vol. I, tomo II, p.819.

Por agora, vejamos outras pontas da difusão da ciência e do conhecimento técnico entre nós, como problemas da história da cultura portuguesa <sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Pensamos que este segundo fôlego do liberalismo, iniciado com a vitória militar de 1834, permitiu efectuar um frágil ponto de passagem de uma cultura racionalista / liberal, para uma cultura romântica, liberal / tecnicista. Um espaço de finitude que cede lugar a um espaço e a um tempo de preparação e gestação de uma nova matriz cultural, ideológica e mental, baseada no progresso da civilização industrial e na modernidade da ciência do positivismo, do darwinismo e do laicismo. Cfr. Fernando Catroga (1988), *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, p. 3-86 e p. 107-168; ainda do mesmo Autor o seu estudo (1977), *Inícios do positivismo em Portugal [...]*, p. 287-394. Cfr. também Amadeu Carvalho Homem (1989), *A ideia republicana em Portugal [...]*, p. 221-232; Ana Leonor Pereira Dwarkasing (1991), *O espírito científico contemporâneo [...]*, p. 347-365 e (1991), *Novas sensibilidades científico-culturais em Portugal [...]*, p. 421-431.



## CAPITULO 9 Os Jornais Médicos: o afirmar da especialização

### 9.1. A tradição setecentista

A história da medicina em Portugal, segundo a imagem historiográfica que os médicos eruditos produzem, ou produziram <sup>1</sup>, virou uma página da sua existência a partir da década de trinta do século XIX <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> "A história da medicina portuguesa, no seu triplice aspecto, assistencial, pedagógico e científico, foi contada e analisada, já neste século, por médicos ilustres: Maximiano de Lemos, Ricardo Jorge, Silva Carvalho, Costa Santos, F. da Silva Correia, Luis de Pina, Hernâni Monteiro e A. Celestino da Costa". Jaime Celestino da Costa (1986), *O estudo da medicina [...]*, p. 498. E, ao confrontarmos estes diferentes contributos sobre a história da medicina em Portugal, desde a Idade Média..., verificamos que a outra baliza temporal é exactamente a década de trinta e quarenta do século passado, momento exacto em que desponta no horizonte cultural português a imprensa médica especializada.

<sup>2</sup> Em 1825 foram criadas as Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e do Porto, Quanto o país viveu um outro tempo cultural e político, após a vitória militar do liberalismo, existiam espaços institucionalmente criado para o ensino da medicina e da cirurgia - Lisboa, Porto e Coimbra - Prestou-se também uma atenção mais clínica às questões de farmacopeia, e ao seu poder preventivo e curativo. Simultaneamente, o Estado liberal, criou condições propícias para a existência de um discurso médico em relação à opinião pública, nomeadamente referente às questões da saúde pública. Cfr. Michel Foucault (1985), *Saber y verdade*, fundamentalmente o capítulo "La política de salud en el siglo XVIII" (p. 89-106) e Rogger Cooter (1984), *The culture meaning of popular science*, estudo em que se analisa a interiorização social de um discurso médico especializado, o

"Ao entrar no século XIX a Anatomia Portuguesa estava definitivamente organizada em moldes modernos" <sup>3</sup>; noutras áreas do saber médico, a institucionalização das Escolas Médico-Cirúrgicas em Lisboa e no Porto decerto contribuíram para o avanço da ciência que mais rapidamente galvanizava a opinião pública.

Mas, outros factores endógenos da sociedade portuguesa, e dos seus traços culturais e científicos, favoreceram o movimento específico da imprensa médica após 1834. Pensemos no impacto e no espírito de abertura e inovação que o regresso dos bolseiros portugueses formados na escola inglesa <sup>4</sup> certamente possibilitaram ao meio médico-cirúrgico português. Paralelamente, assinale-se o retorno da intelectualidade de diversas formações académicas e científicas de França e de Inglaterra <sup>5</sup>. Por último é bom não esquecer a tradição que a imprensa médica já tinha entre nós, desde o século XVIII, com a *Gazeta Literária* da cidade do Porto, de Francisco

---

campo da frenologia e das descobertas médicas sobre o cérebro humano. Cfr. ainda José Sala Catalá (1987), *Ideología y ciencia biológica [...]*, p.19.

<sup>3</sup> Nuno Grande (1986), *Estudos anatómicos em Portugal [...]*, p. 490.

<sup>4</sup> Cfr. Maximiano de Lemos (1860/1991), *História da medicina em Portugal [...]*, p. 211-297, com particular destaque para as referências aos discípulos de Manoel Constâncio, do Hospital de todos os Santos em Lisboa.

<sup>5</sup> Cfr. Agustín Albarracín Teulón (1988), *Las ciencias biomedicas en España*, p. 147. O Autor considera, que no âmbito das ciências biomédicas a década de trinta da sociedade espanhola foi determinante. Sob o ponto de vista da interpretação histórica valoriza a transição definitiva do absolutismo para o liberalismo, o regresso dos exilados políticos, o esforço individual, ou de grupos restritos, de personalidades da ciência que activam mecanismos a fim de dinamizarem núcleos de saber médico e cirúrgico, mesmo à margem das instituições, que pouco bolem.

Bernardo de Lima, até ao oficial e oficioso *Jornal de Coimbra*, (1812-1820) dirigido por três lentes da Faculdade de Medicina.

## 9. 2. O publicismo das ciências médicas

As malhas da sociedade portuguesa da década de trinta geraram ainda outras potencialidades para o rápido desenvolvimento de publicações periódicas médicas, com diferentes tonalidades discursivas, com diferentes objectivos, e para diferentes públicos de leitura <sup>6</sup>. A edificação e organização racional do (novo) Estado Liberal a partir de 1834 foi acompanhada por um grave problema de saúde pública - a epidemia de cólera que grassou por toda a Península Ibérica <sup>7</sup>, entre 1833 e 1835 <sup>8</sup>. Assim, foi possível gerar uma espécie de "ecletismo médico" <sup>9</sup>, congregando os elementos da nosologia

---

<sup>6</sup> Leituras que abandonam o cariz de "cultura popular" e exigem da parte do leitor um conhecimento específico, e por vezes especializado, da matéria que tem para folhear. Cfr. Roger Chartier (1988), *A história cultural [...]*, especialmente "Leitores e leituras" (p. 183-187). Artigos que se pautam por marcas de distinção e disciplina de revelar saberes próprios - "Discipline et invention donc, mais aussi distinction et divulgation. Ce second couple de notions solidaires permet de proposer une compréhension de la circulation des objets ou des modèles culturels qui ne la réduit pas a une simple diffusion, généralement pensée comme descendant d'échelle sociale". Roger Chartier (1987), *Textes, imprimés, lectures [...]*, p. 206.

<sup>7</sup> Cfr. Marquês da Fronteira (1928/1986), *Memórias [...]*, tomo III/IV, p. 337-338, em que se pode ler que de facto "o cholera matava!".

<sup>8</sup> "La primera pandemia colerica azotó la Península Iberica entre 1833 y 1835". Esteban Rodriguez Ocaña (1981), *La dependencia social de un comportamiento científico: los médicos españoles y el colera de 1833-35*, p. 103.

<sup>9</sup> Empregamos a expressão na acepção que J. M. Lopez Piñero lhe confere no seu estudo (1985), *Ciencia y enfermedad [...]*, p. 39-46.

médica, com a importância da estatística para o Estado, como modo de solucionar rapidamente um problema que afectava a saúde pública de toda a população, tornando muito débil e imprevisível a fronteira entre a vida e a morte...<sup>10</sup>.

É neste contexto que pensamos ser lícito inserir o aparecimento de duas publicações periódicas, médicas, mas sob os auspícios do Estado, concretizando alguns dos planos liberais relativos à saúde pública <sup>11</sup>. Referimo-nos aos *Annaes das Sciencias Medicas*, redigidos por A. J. de Figueiredo <sup>12</sup>, Lisboa, Typ. F.A.C.T. d'Abranches e aos *Annaes do Conselho de Saúde Pública do Reino*, pelos vogaes F. J. S. Cruz <sup>13</sup>, F. C. Faria, J. J. S. Silva e

---

<sup>10</sup> Cfr. E. M. Sigworth (1972), *Gateway to death? Medicine, hospitals and mortality, 1700-1800 [...]*, p. 97-110. Numa outra perspectiva cfr. Michel Foucault (1977), *O nascimento da clinica*, p. 23-40, em que a história das epidemias (e as epidemias como uma especie de individualidade histórica - p. 27...) pode ser uma forma de nos aproximarmos do discurso da consciência política que o Estado moderno, racional e estatístico, desenvolveu desde o século XVIII. Ainda referente ao estudos sobre epidemias e saber médico cfr. Esteban Rodriguez Ocaña (1981), *La dependencia social de un comportamiento científico: los médicos españoles y el cólera de 1833-35*

<sup>11</sup> O problema da "saúde pública" havia já sido objecto de atenções parlamentares, durante o periodo vintista, e de uma Comissão dedicada exclusivamente a este assunto. Veja-se a recente recolha documental de Luisa Tiago Oliviera (1992), *A saúde pública no vintismo*.

<sup>12</sup> Doutor em medicina pela Faculdade de Montpellier, bacharel pela Universidade de Coimbra e lente da Escola Politécnica de Lisboa, cuja "lição de abertura da aula de Botânica e principios de agricultura, em 3 de Fevereiro de 1838" foi publicada nos *Annaes [...]* (Fev. 1838), nº 2, p. 33-53. Desta publicação saíram apenas três números, correspondentes ao meses de Janeiro, Fevereiro e Março.

<sup>13</sup> "Quando entre nós se instituiu o Conselho de Saúde Pública do Reino, pelo Regulamento, que faz parte do decreto de 3 de Janeiro de 1837, o qual lhe deu a inspecção e fiscalização superior em todos os objectos da competência da higiene pública, e Policia

A. J. S. Pinto, Lisboa, Typ. R. C. Costa, 1840 - 1841. Ambas as publicações funcionavam pelo sistema de subscrição, cuja lista de assinantes vinha incluída no volume que reunia os primeiros números dos periódicos.

Ainda que de diferentes modos, os responsáveis por estes *Annaes* reflectem as preocupações da época relativamente à saúde pública, às epidemias, às ligações entre a botânica e a medicina, aos aspectos profilácticos e preventivos, ao problema da prostituição nos seus diferentes flagelos para a sociedade, ao problema dos enterros nas igrejas, da insalubridade das prisões... Relatórios que preenchem páginas, que contam casos e avançam com as medidas necessárias a tomar <sup>14</sup>. Um discurso

---

Médica [...] Entre os imensos assuntos da competência da hygiene pública há seguramente um dos mais importantes: o estabelecer os meios de obstar à desenvolvimento dos contágios e à sua propagação quando já existentes; entre estes há sem dúvida o Virus venereo, um dos mais terriveis, que mais estragos e vítimas tem feito nas presentes, e vai causar às futuras gerações [...] foi este talvez o mais importante de todos os objectos, de que o conselho logo lançou mão depois de sua instalação em 19 de Janeiro de 1837". Assim iniciava Francisco Ignacio dos Santos Cruz (1841/1984) o seu estudo *Da prostituição na cidade de Lisboa*, p. 17-18.

<sup>14</sup> Cfr. "Indagação sobre os caracteres chimicos da saliva, considerada como meio de diagnostico em algumas affecções do estomago", *Annaes das Sciencias Medicas* (Jan. 1838), nº 1, p. 27-29; "Do uso do tartaro emetico, em altas doses, na cura das lesões traumaticas - analyse de uma memoria premiada pela Sociedade Cirurgica d'Emulação", *Annaes das Sciencias Medicas* (Fev. 1838), nº 2, p. 66-72; "Quadro synoptico dos signaes da auscultação nas molestias do peito", *Annaes das Sciencias Medicas* (Jan./Junho 1838), p. 66-82; "Necessidade das casas mortuarias; a fim de obstar aos enterros prematuros, e de verificar se as mortes são reaes ou apparentes", *Annaes das Sciencias Medicas* (Jan./Junho 1838), p. 136-153; "Projecto de hum plano para a formação do codigo Sanitario Português", *Annaes das Sciencias Medicas* (Jan./Junho 1838), p. 162-167; "Relatório sobre as prisões do Limoeiro", *Annaes das Sciencias Medicas* (Jan./Junho 1838), p. 174-216; "Relatório da commissão encarregada de propôr os meios medicinaes,

médico alicerçado e legitimado pelo poder instituído, que por seu lado busca a preparação de um terreno mental e social, para impôr medidas e promulgar legislação adequada <sup>15</sup>.

Num registo semelhante incluímos o *Jornal dos Facultativos Militares . Periódico dos Cirurgiões militares*, 1843-1844. A sua assinatura e divulgação estendia-se a todos os "colegas civis", evidenciando quanto os profissionais da saúde pública podiam ainda ter alguma influência dos saberes de uma ciência militarizada <sup>16</sup>. Esta podia ser disponibilizada para a sociedade,

---

administrativos, e regulamentares, para obstar á propagação do virus venereo; e à sua extinção, se possível", *Annaes das Sciencias Medicas* (Set. 1838) , p. 24-126. "Relatorio Geral dos trabalhos do Conselho de Saude Publica do Reino em o anno de 1839 ", *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino* (Março 1840), p. 3-64; "Sobre a peste d'Alexandria e de outras povoaçoens do Baixo Egypto" *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino* (Nov. 1840) , p. 255-284.

<sup>15</sup> Numa perspectiva de hipótese de trabalho comparativa registe-se a opinião de Esteban Rodriguez Ocaña: "A tenor de las realizaciones efectivas en materia de salubridad, higiene y medidas sociales llevadas a cabo en la España del siglo XIX, no parece que la decisión a enfrentar-se con ese verdadero peligro fuese tan grande ni tan asumida por los sucesivos gobiernos como habían sido las medidas tendentes a evitar el contagio exótico. Las consideraciones sociales, en el momento del definitivo derrumbamiento del Antiguo Régimen en España, especialmente importantes por parte de comerciantes e industriales - la clase social que asumía el poder - fueron suficientes para arrumbar una politica sanitaria [...] como para crear una nueva según la lógica de los acontecimientos". Esteban Rodriguez Ocaña (1981), *La dependencia social de un comportamiento científico: los médicos españoles y el colera de 1833-35* , p. 130 (sublinhado nosso).

<sup>16</sup> Sobre o tema da militarização da ciência e da sua utilidade, e aproveitamento, para o Estado (absolutista ou liberal...) veja-se, numa perspectiva comparada, Antonio Lafuente / Javier Puerto Sarmiento / M<sup>a</sup> Carmen Calleja Folquera (1988), *Los profesionales de la sanidad tras su identidad en la Ilustración española [...]*, p. 71-72 e Antonio Lafuente /

sempre que o Estado assim o achasse conveniente, necessário ou útil. Um fundo de reserva social médica, que em 1837 se transformou no Quadro de Cirurgiões Militares <sup>17</sup>.

A capacidade de organização, de dinamismo e de sociabilidade dos médicos e cirurgiões portugueses deste período encontrava-se vivamente consagrada nos vários títulos de periódicos que a partir de 1835 começaram a surgir. O *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, Lisboa, 1835, Imprensa João Maria Rodrigues e Castro <sup>18</sup> ; a *Gazeta Médica do Porto. Periódico de Medicina, Cirurgia, Pharmacia e Sciencias Acessorias* <sup>19</sup> , Porto, Typ. da Revista, 1842-1854 ; o *Zacuto Lusitano. Jornal semanal de medicina e sciencias acessorias* <sup>20</sup> , Lisboa, 1849 ; o *Esculápio , boletim semanal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia* . Por huma sociedade de medicos, cirurgiões e pharmaceuticos, Lisboa, Imprensa F. X. de Sousa, 1849-1854 ; o *Jornal de Medicina e Sciencias Acessorias , redigido pela Sociedade de emulação medico-cirurgica de Lisboa*, Lisboa, Typ. Francisco Xavier de Souza, 1849-1851.

Era um vasto universo de produção de leitura ou leituras médicas, e de "ciências acessórias", escritas para um universo restricto. Páginas

---

J. L. Peset (1985), *Militarización de las actividades científicas en la España ilustrada (1726-1754) [...]*, p. 127-143.

<sup>17</sup> Cfr. Alvaro Rodrigues (1986), *Desenvolviemnto da cirurgia portuguesa [...]*, p. 516-517.

<sup>18</sup> A partir do ano de 1836 passou a ter a designação de *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* .

<sup>19</sup> Redigido por Januário Peres Furtado Galvão, Luiz António Pereira da Silva e João Ferreira da Silva Oliveira.

<sup>20</sup> Da responsabilidade de José Eduardo Magalhães Coutinho.

preenchidas com artigos sobre variados casos e doenças de foro clínico, relatórios hospitalares, informações metereológicas cruzadas com observações agronómicas, propostas ou relatos das reformas das instituições médicas. Um vasto campo de notícias que tinham uma função informativa e eminentemente pedagógica <sup>21</sup>.

Tratava-se de fazer reter em todos os leitores que a Medicina era uma ciência global, um saber humanizado. Dizia respeito a todos os meandros da sociedade, às suas instituições e às opções ou deliberações do poder político. Os médicos, como grupo social e científico de elite estavam plenamente conscientes da importância ideológica do discurso da ciência médica, ou das

---

<sup>21</sup> Periódicos que se afastavam radicalmente do modelo das «gazetas médicas» da revolução Francesa, avaliar pelo estudo de Nina Rattner Gelbart (1989), *The French revolution as medical event: the journalist gaze [...]*, p. 417-427.

ciências médicas <sup>22</sup>. A leitura dos periódicos atrás mencionados evidenciam claros sinais de um discurso ideológico da ciência <sup>23</sup>.

Entre as «ciências acessórias» destacava-se a crescente autonomia das que se encontravam relacionadas com as virtualidades dos saberes da farmacopeia. Assim o provam as duas publicações desta época - o *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa* <sup>24</sup>, Lisboa, Imprensa Candido Antonio da

---

<sup>22</sup> Para algumas pistas de trabalho cfr. Nicole et Jean Dhombres (1989), *Naissance d'un nouveau pouvoir: sciences et savants en France (1793-1824)*, especialmente o capítulo IX "Les scientifiques au service des pouvoirs", p. 691-708. Retenha-se ainda o seguinte: "To do justice to the political effects of the sciences [...] we need an alternative to traditional liberal and Marxist accounts of power. Such an account would emphasize the productive of power rather than repression and distortion; it would focus upon its engagement with actions and practices rather than beliefs; and it would describe its local, decentralized, and nonsubjective deployment. Above all, power must not be characterized as antithetical to or separable from knowledge. The development of knowledge may introduce new forms of constraint, while the imposition of power may itself produce knowledge". Joseph Rouse (1987), *Knowledge and Power [...]*, p. 209. (Sublinhado nosso).

<sup>23</sup> Um estudo monográfico e contextualizado sobre cada um dos títulos apontados é sem dúvida uma hipótese de trabalho a explorar num espaço de tempo relativamente breve, que não o do tempo desta dissertação.

<sup>24</sup> "É o primeiro jornal de Farmácia publicado no nosso país e um dos mais antigos do mundo, pois segundo parece, só três ou quatro o antecederam. Através das suas páginas desenrola-se a história da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa que pouco depois viria a chamar-se sociedade Pharmaceutica Lusitana. A revista compreendia várias secções como história natural, química, farmácia, saúde pública, direito pharmaceutico português, correspondência das actas das sessões da Sociedade". *Exposição de obras antigas e revistas portuguesas de farmácia* (1972), p. 27.

Silva Carvalho, 1836 e o *Jornal de Pharmacia e Sciencias Acessorias de Lisboa* 25, Lisboa, Imprensa Candido Antonio da Silva Carvalho, 1848-1849 .

Poderá esta emancipação significar que o poder profissionnal dos farmaceuticos foi crescendo paralelamente ao dos médicos, mas numa via individualizada 26 ?

\*\*\*

---

25 "Redigida pelos farmaceuticos José Tedeschi, José João de Sousa Telles e Vicente Tedeschi [...] O jornal inscreve, sobretudo, divulgação de conhecimentos médicos , ciências naturais, formulário, notas de toxicologia e de química, e noticiário diverso. Traz no fim do volume uma lista de preparações farmaceuticas e substâncias medicamentosas, que se podem vender sem receita médica, publicada por decreto real. Com este decreto, de 1851, procura-se regular o artigo 15º do Regimento do Fisico-Mor do Reino, de 25 de Fevereiro de 1521". *Exposição de obras antigas e revistas portuguesas de farmácia* (1972), p. 28.

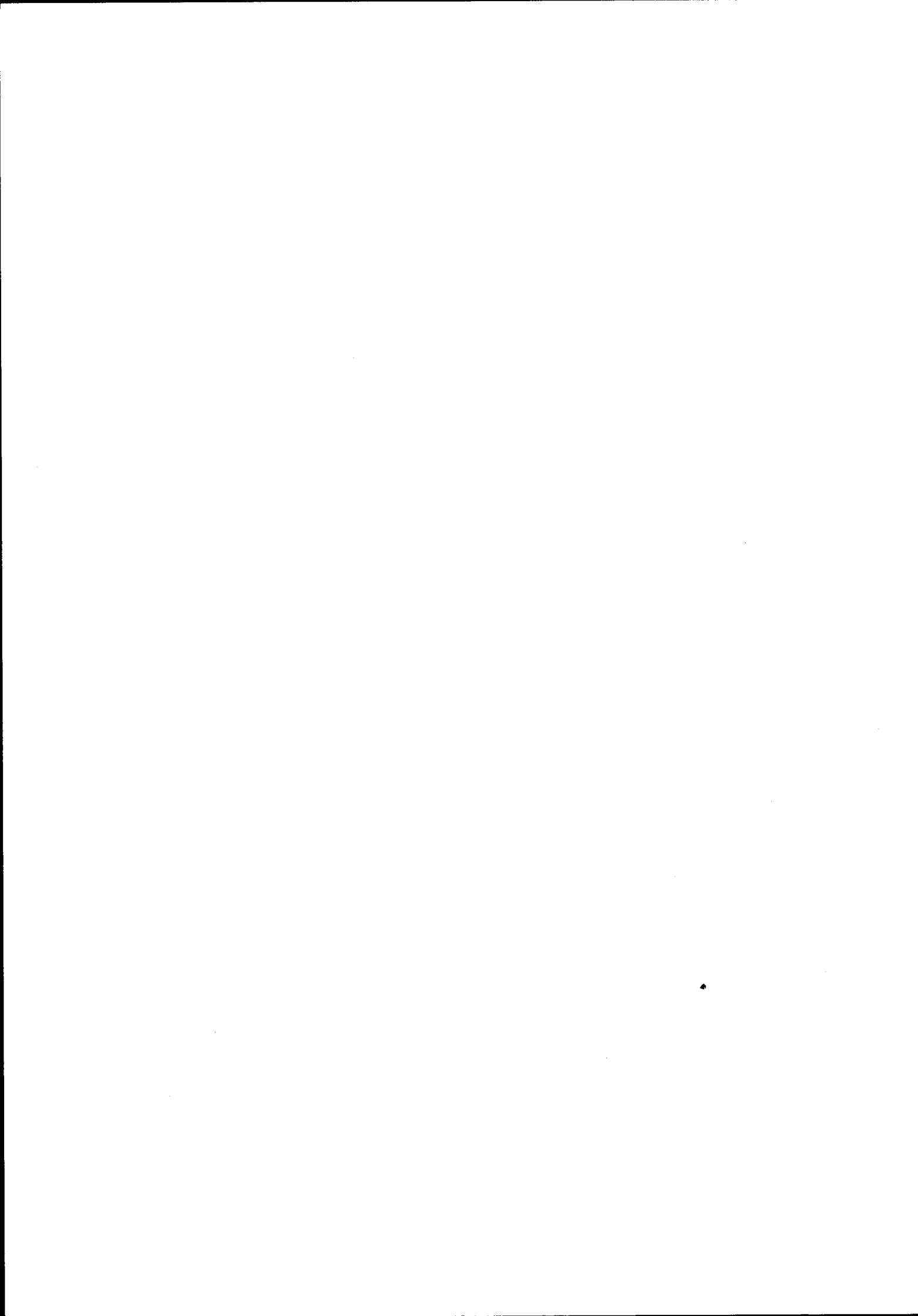
26 Estamos a levantar a hipótese por paralelismo com o contexto espanhol, onde a viragem da década de trinta para a de quarenta significou "Socialmente, el prestigio de los farmacéuticos crece paralelamente al de los médicos; uno de los momentos culminantes del ascenso, se detecta con la promulgación de la Ley de Sanidad, según la cual los farmacéuticos participan en las Juntas de Sanidad provinciales y municipales en igualdad a los médicos [...] Este protagonismo e intervencionismo social indirecto, se refuerza con la creciente asunción de cargos administrativos o políticos por profesionales destacados". F. Javier Puerto Sarmiento (1985), *La profesion farmaceutica: del gremialismo al corporativismo*, p. 404.

Desta rápida visita à imprensa médica das vivências culturais do romantismo, fica-nos, então, um horizonte muito amplo no que toca ao estudo da difusão da Medicina. Certamente um contributo para a história da cultura, para a história das ideias e para o estudo dos traços de mentalidades de uma época <sup>27</sup>. Neste sentido, acreditamos que a imprensa médica em Portugal é um prometedor, individualizado e autónomo núcleo a estudar como contributo para a nova «história da ciência» dos anos oitenta e noventa <sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Cfr. José Luis Peset (1987), *Historia de la ciencia e historia de la cultura [...]*, p. 94-96 e ainda Jacques Léonard (1983), *Histoire des sciences médicales et histoire des mentalités*, p. 355-362, para a utilização da imprensa médica como fonte para a história das mentalidades.

<sup>28</sup> "Los historiadores de la ciencia se presentan, a comienzos de la década de 1980, como una comunidad científica amplia y articulada, [...] [e] la expresión «historia de la ciencia» designa una cantidad de investigaciones y de estudios que van desde la descripción y reconstrucción de una máquina al análisis de la estructura conceptual de una teoría física, de la biografía de un científico a la historia de las instituciones científicas y de las academias, del estudio de la incidencia de las visiones del mundo en el desarrollo de las teorías a la determinación de la procedencia social de los miembros de una academia". Paolo Rossi (1988), *Las arañas y las hormigas*, p. 153-154.



## CAPITULO 10 Os Periódicos de Instrução Liberal

### 10. 1. A cultura e a instrução do cidadão

As reformas da instrução pública alteravam, sob o ponto de vista institucional e legal, os contornos da estrutura cultural. Popularizar e amplamente divulgar esses pressupostos de articulados de decretos e portarias fazia parte de um outro âmbito da sociedade portuguesa - o publicismo periódico, a divulgação do conhecimento técnico com base científica <sup>1</sup>.

Como um dos primeiros empreendimentos culturais do novo tempo constitucional surge na liberal cidade do Porto o *Repositário Literario*, da *Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* 1834-1835 <sup>2</sup>.

A instrução do intelectual liberal e o mundo da ciência médica eram temáticas que os redactores, entre os quais se conta Alexandre Herculano, procuraram cultivar.

---

<sup>1</sup> Cfr. Susan Sheets-Pyensen (1985), *Popular science - periodicals in Paris and London: the emergence of a low scientific culture, 1820-1875 [...]*, p. 549-572.

<sup>2</sup> Este periódico publicou-se entre 15 de Outubro de 1834 e 1 de Outubro de 1835; a partir do nº 12 (1 Abril 1835) passou a designar-se apenas *Repositorio Literario da Sociedade Literaria Portuense*. Cfr. Inocência da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. VII, p. 77.

Este periódico portuense apresentou-se a público como o órgão da Sociedade das Sciencias Médicas e de Literatura do Porto. Na realidade, o seu objectivo foi inaugurar a nova etapa da cultura liberal, porque "depois do restabelecimento das Liberdades Patrias, cumpre promover a diffusão da instrucção publica, base a mais solida e inconcursa em que aquelas podem assentar pelos annos do imperio da ignorancia, e da iniquidade" <sup>3</sup>.

Com o traquejo e o conhecimento que alguns dos seus redactores obtiveram durante os anos de exílio <sup>4</sup>, propunha-se este *Repositório* de conhecimentos instructivos dividir-se em duas partes: a medicina e a literatura, reflectindo os trabalhos estatutariamente previstos pela Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto <sup>5</sup>. E entre os temas tratados

---

<sup>3</sup> *Repositorio Literario* (Out. 1834), nº 1, p. 1.

<sup>4</sup> "Muitos dos nossos leitores, especialmente aqueles que nunca tem saído de Portugal, estão bem longe de formar uma ideia razoavel do muito que se imprime em Inglaterra. O mesmo nos aconteceu a nós, antes das convulsões da nossa patria nos levassem para aquele país da industria e da riqueza. Vamos pois, hoje dizer alguma cousa do que temos observado a este respeito, extractando tambem d'algumas obras inglezas as noticias que pensamos dar aos nossos leitores". José de Urculle, "Periodicos Inglezes", *Repositorio Literario* (Março 1835), nº 10, p. 79.

<sup>5</sup> "Coube ao Sr. Dr. Antonio Carlos de Mello, a gloriosa lembrança d'estabelecer nesta heroica cidade uma Associação de Literatos, que conferenciando sobre os objectos da sua profissão, podessem por este modo não só communicar suas idéas e conhecimentos, mas procurar os meios de os augmentar, e converter em utilidade publica [...] [fundou-se] uma Sociedade Scientifica, que não se limitasse só ás Sciencias Medicas, [...] mas que se estendesse a toda a especie de Literatura, a fim de que em sessões regulares se tratassem e discutissem objectos scientificos, com a intenção tanto de cada um augmentar os seus proprios conhecimentos por meio de leitura, discussão, e mutua communicação, mas trabalhar pela diffusão da instrucção nacional, e em objectos d'interesse e utilidade publica". *Repositorio Literario* (Out. 1834), nº 1, p. 1.

de conhecimento útil e instrutivo, para além da estética literária, encontravam-se os temas agrícolas, como o texto de erudição de João Pedro Ribeiro <sup>6</sup>, fazendo pressentir, ou anunciar, grandes alterações legislativas no domínio da propriedade em Portugal.

O aparecimento do *Jornal Mensal de Educação*, redigido sob a protecção especial de D. Maria II <sup>7</sup>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835 <sup>8</sup>, trouxe a terreiro público as preocupações governamentais para com os

---

<sup>6</sup> João Pedro Ribeiro, "Sobre as vantagens dos Prazos a bem da Agricultura e riqueza Nacional, pelo Conselheiro ...", *Repositorio Literario* (Fev. 1835), nº 9, p. 69-70.

<sup>7</sup> "Pela portaria de 25 de setembro de 1835 foi o sr. Antonio de Oliveira Marreca, então administrador geral da Imprensa Nacional, encarregado da fundação e direcção de um jornal mensal, destinado a fazer conhecer aos novos professores os methods, o progressivo melhoramento que iam tendo nos outros paizes; os livros mais notaveis que sobre este assumpto apparecessem; finalmente, um jornal tendente a desenvolver os diferentes ramos da instrucção, considerada na sua perfectibilidade theorica, mas ainda mesmo nos seus resultados praticos em relação aos interesses individuais, domesticos e sociaes. O commissariado apresentou ao governo o programma do jornal em 30 de setembro, e em 6 de outubro immediato foi expedida pelo ministerio do reino uma portaria, na qual era approved o mesmo progrmma". Silvestre Ribeiro (1879) *Historia dos Estabelecimentos Scientificos* [...], vol VIII, p. 16-17. Sobre os conhecimentos de economia politica de Oliveira Marreca cfr. João Bonifácio Serra (1980), *Em defesa dos interesses industriais de Oliveira Marreca [...]*, p. 53-55. Cfr. igualmente Oliveira Marreca (1983), *Obru Económica*, vol 1, p. 37-51 que integra o artigo retirado do *Jornal d'Educação*, "Educação das Mulheres". Interessante verificar como Oliveira Marreca começa por se interessar pelas questões de educação e depois alarga os seu horizonte de interesses até à economia política, à indústria, à agricultura e à estatística, tal como a Antologia, organizada a partir de textos denominados de carácter económico, reflecte e evidencia.

<sup>8</sup> Exemplar muito raro, tendo sido localizado apenas na Biblioteca Pública e Municipal do Porto, onde existe apenas o número 1, correspondente a Outubro de 1835.

problemas da instrução pública e das reformas que era necessário levar a cabo <sup>9</sup>, a fim de assegurar e manter a viabilidade do regime liberal.

A forma de actualizar e modernizar o ensino em Portugal passava pela introdução de um novo sistema de instrução pública e de um novo modo de ensinar <sup>10</sup>. O *Jornal d'Educação* estava especialmente "consagrado aos Professores para servir-lhe de norma, e estima-los no desempenho da sua nobre e importante missão: o que de nenhum modo implica que elles se devam adstringir a uma repetição diaria, servil, e rotineira das peculiaridades do ensino" <sup>11</sup>. Deste modo o professor seria o modelo ideal de cidadão liberal. Um cidadão capaz de contribuir activamente para a modificação cultural e mental da sociedade.

---

<sup>9</sup> E neste sentido que interpretamos o longo e erudito artigo com que o abre o periódico: "Do Ensino Publico em Portugal. Ensaio Historico", *Jornal d'Educação* (Out. 1835), nº 1, p. 22-42, em que se analisa as quatro fases da história da instrução pública em Portugal, deixando pressentir o modelo do *Esquisse* de Condorcet ou as etapas do pensamento de Auguste Comte. Assim, a primeira etapa começou com a Monarquia em 1140 e terminou com a fundação da Universidade de Lisboa em 1290; a segunda decorreu desde essa época até à reforma da Universidade de Coimbra de 1640; a terceira prolongou-se até à reforma universitária pombalina de 1772 e a quarta desde essa época até 1834, momento que deverá inaugurar um outro período da história do ensino em Portugal.

<sup>10</sup> Cfr. Alberto Ferreira (1971), *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português* vol. I, p. 143-160; excertos de José Augusto Braamcamp, Alexandre Herculano, Araújo e Castro que contemplam a importância que os liberais davam à instrução pública, uma vez que o País necessitava de "homens instruidos e não de homens sábios". Cfr. ainda a obra referenciada, vol. II, p. 115-156 onde é possível tomar contacto com as novas propostas de ensinar e de edificar a instrução pública na sociedade portuguesa.

<sup>11</sup> "Programma do Jornal d'Educação", *Jornal d'Educação* (Out. 1835), nº 1, p. 50.

No final de 1837 surgia o modelo de periódico publicista que veio revolucionar por completo a história da imprensa periódica portuguesa <sup>12</sup>. A entidade privada denominada Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis considerou empresarialmente rentável e útil à nação liberal fundar um periódico, semelhante aos publicistas ingleses, de grande circulação e de baixo custo. Surgia assim na capital a revista *O Panorama, Jornal Literário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, impresso na tipografia da Sociedade, 1837-1868 <sup>13</sup>.

A Sociedade <sup>14</sup> escolheu para responsável redactorial a figura de Alexandre Herculano <sup>15</sup>, que associou a sua doutrina cultural, formada nos círculos do exílio europeu, a este projecto de conhecimentos, integrado num

---

<sup>12</sup> Por este tempo a estrutura cultural portuguesa tinha sido fortemente agitada desde as últimas batalhas do exército liberal. Lembramos os ecos da urbana e popular da Revolução de Setembro e os desentendimentos da família liberal - os antagonismos entre setembristas e cartistas.

<sup>13</sup> " *O Panorama* da 1ª série terminou em 1844; [...] Uma nova empresa quis fazer reviver o primitivo repositório, e ainda nos anos de 1846 e 1847 publicou 38 números. Em 1852 outra empresa se levantou, que pôde sustentar a nova publicação nos anos seguintes até 1858; e mais tarde ainda apareceu outra tentativa". J. Silvestre Ribeiro (1879), *História dos estabelecimentos [...]*, vol.VIII, p. 27.

<sup>14</sup> O *Diário do Governo* de 21 de Fevereiro de 1837 informava que um "grupo de cidadãos portugueses, amigos da verdadeira ilustração, conceberam o projecto de derramar, por meio de uma publicação semanal, a maior cópia possível de conhecimentos úteis, procurando por esse fim aproveitar os vastos subsídios que lhe fornecem as obras periódicas dos outros países".

<sup>15</sup> Nesta altura já Herculano havia colaborado no *Repositorio Literario*, quando exercia as funções de Bibliotecário na Biblioteca Pública do Porto.

esforço nacional de elevar o grau de instrução de que a Nação tanto carecia <sup>16</sup>.

De facto, todo o periódico constitui ainda hoje um importante repositório de informações eruditas e um revelar dos temas e polémicas que dominavam os debates intelectuais da sociedade portuguesa das décadas de quarenta e cinquenta do século XIX. Demonstrou-se o papel de eficácia cultural da imprensa na valorização individual de cada cidadão. Assim, publicaram-se explícitos artigos sobre o desempenho deste veículo em França e em Inglaterra <sup>17</sup>. Paralelamente, o tema da instrução teve um tratamento qualitativamente melhorado <sup>18</sup>, como o comprova a abundância de artigos publicados neste órgão difusor de conhecimentos úteis. A gravura e os pequenos artigos sobre descobertas úteis como a máquina de costura, a

---

<sup>16</sup> Cfr. sobre este assunto M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]*, p. 101-121; M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1989), *O Panorama [...] [antologia] Introdução, notas [...]*, p. 8-14, onde se podem encontrar várias referências bibliográficas sobre *O Panorama* no contexto cultural português do século XIX.

<sup>17</sup> Cfr. "A imprensa periódica em Inglaterra em Dezembro de 1837", *O Panorama* (1838), n<sup>o</sup> 43, p. 61-62; "O que é um jornal político de Inglaterra", *O Panorama* (1839), n<sup>o</sup> 109, p. 175-176; "Imprensa periódica francesa", *O Panorama* (1857), n<sup>o</sup> 19, p. 149-151.

<sup>18</sup> Cfr. "Da Educação Intelectual", *O Panorama* (1837), n<sup>o</sup> 27, p. 214-215; "Progressos Literarios nos Estados Unidos", *O Panorama* (1839), n<sup>o</sup> 116, p. 227-228; "Da Educação em todas as Idades", *O Panorama* (1839), n<sup>o</sup> 122, p. 278-279; "Sobre Educação", *O Panorama* (1840), n<sup>o</sup> 188, p. 391-392; "Instrucçao Popular", *O Panorama* (1841), n<sup>o</sup> 202, p. 87-88; "O Ensino Público", *O Panorama* (1842), n<sup>o</sup> 10, p. 78-79; "Estudos sobre os diferentes Métodos de ensinar a ler em Portugal", *O Panorama* (1854), n<sup>o</sup> 4, p. 31-32; "Escola Normal de Paris", *O Panorama* (1854), n<sup>o</sup> 16, p. 121-122; "Dignidade das Funções dos Professores Primários", *O Panorama* (1855), n<sup>o</sup> 21, p. 166-168.

par da parte literária do "folhetim" <sup>19</sup> davam o tom leve e de cultura popular <sup>20</sup> necessárias à Sociedade necessitava enquanto empresa jornalística, e tipográfica, de sucesso empresarial.

Estava descoberta em Portugal a matriz de uma imprensa popular, instructiva e de baixos custos, o modelo do periódico britânico - *The Penny Magazine of the society for the diffusion of Useful knowledge* <sup>21</sup>.

Fora dos meandros empresariais da capital e atestando o dinamismo intelectual de Coimbra e do Porto, surgia a *Revista Estrangeira*. *Periodico de*

---

<sup>19</sup> Componente aprendida nos modelos franceses e ingleses, e de muita utilidade para escritores, para leitores e para editores. Cfr. Alvaro Manuel Machado (1986), *Les romantismes au Portugal [...]*, "Diffusion des périodiques littéraires: diffusion des modèles et des images de l'étranger", p. 130-154.

<sup>20</sup> "Cultura popular" no sentido que aparece caracterizada como «estudo de casos» nos seguintes contrubutos bibliográficos: Greg Myers (1989), *Science for women and children: the dialogue of popular science in the nineteenth century [...]*, p. 171-199; Manuela D. Domingues (1985), *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*, p. 15-134 e Susan Sheets-Pyenson (1985), *Popular science periodicals in Paris and London [...]*, p. 549-572.

<sup>21</sup> Cfr. Jacinto Baptista (1977), *Alexandre Herculano jornalista*, p. 26-28.

*Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias e Bellas Artes* 22, Coimbra, Imprensa da Universidade 23, 1837-1838 24.

Uma das preocupações dos redactores desta *Revista* era colocar os leitores em contacto com a cultura europeia, apesar de o momento político nacional não ser o mais favorável 25. Para tal propunham-se compilar extractos da imprensa paradigmática europeia - a inglesa e a francesa - trazendo até ao rectângulo peninsular os temas e os conteúdos que permitissem uma rápida modernização da cultura portuguesa 26.

---

22 O exemplar que consultámos na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o periódico apresentava como subtítulo "Collecção de artigos extrahidos dos melhores escriptos periodicos estrangeiros, principalmente inglezes e francezes".

23 No ano de 1838 foi impressa na Typografia Commercial Portuense, ainda que conservasse o mesmo aspecto gráfico. A *Revista Estrangeira* podia ser subscrita em Lisboa na casa da Viuva Bertrand e Filhos, em Coimbra na de Antonio Lourenço Coelho e no Porto na de João Pereira de Queiroz Basto.

24 A *Revista Estrangeira* publicava-se simultaneamente nas duas cidades, dirigida por Agostinho Albano da Silveira Pinto. A partir de Junho de 1838 passou este periódico a ser substituído pela *Revista Literaria*, publicada na cidade do Porto. Cfr. Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliographico*, vol. VII, p. 150. Cfr. fig. Agostinho Albano da Silveira Pinto .....

25 "A redacção da *Revista* reconhecia que não era aquella época a mais bem escolhida para desempenhar a sua tarefa, por quanto o espirito publico estava quasi de todo occupado com os objectos e cuidados da politica domestica. Não desesperava comtudo da protecção dos cidadãos portuguezes, por quanto se propunha a escrever para a nação, para os indivíduos, e não para os partidos". J. Silvestre Ribeiro (1879), *Historia dos Estabelecimentos Scientificos [...]*, vol. VIII, p. 36-37.

26 Os temas agrícolas e rurais com que alguns redactores haviam já iniciado a sua publicitação no *Repositorio Literario*, vão preencher abundantes páginas deste periódico, tentando contribuir para o melhoramento científico e técnico do perfil dos agricultores portugueses, sem dúvida dos novos proprietários dos bens nacionais. "Duas ordens de razões se impuseram no debate sobre a venda dos bens nacionais: uma, mais

Esta deveria efectuar-se a partir da tradução de textos referentes à realidade agrária e agronómica da Europa do Norte <sup>27</sup>, sem dúvida dentro do espírito de que "cousas já conhecidas entre os Estrangeiros, ou de muitos que lêem os Periodicos Estrangeiros [...] mas esta razão enfraquece consideravelmente [...] reflectindo que é novo entre nós o que pela primeira vez é **publicamente** conhecido; que, se o que hoje em nossa terra publicamos, não é novo para a maioria dos Estrangeiros, inteiramente novo o será para a maioria dos nossos compatriotas" <sup>28</sup>.

Boa parte desta argumentação vai estar presente nos princípios editoriais da publicação portuense denominada *Revista Literaria* <sup>29</sup>,

---

relevante e prioritária, tinha em vista a resolução do problema financeiro e a consecução de objectivos políticos; a outra mais secundária e genérica, visava em articulação com a anterior, a melhoria económica do país, e uma mais justa repartição social da propriedade [...] permeabilizada por espírito inovador e vontade empresarial, obtinha-se assim, a constituição de grandes e modernas sociedades agricolas com a reunião das parcelas, o alargamento das áreas cultivadas e a introdução de novas culturas, novos métodos de cultivo e meios técnicos". António Martins da Silva (1982), *Venda de bens [...]*, p. 100.

<sup>27</sup> Este desfasamento face à nossa realidade atlântica e mediterrânea decerto não contribuiu para um rápido melhoramento da questão agricola portuguesa - a triologia simbólica do mundo rural : o pão, a vinha e o azeite. Cfr. O. Ribeiro / H. Lautensach / S. Daveau (1991), *Geografia de Portugal - vol. IV: a vida económica e social*, p. 989-1033.

<sup>28</sup> "Introdução", *Revista Estrangeira* (Abril 1837), n.º 1, p. 2. Seguindo ainda esta peça jornalística introdutória somos informados das secções que se comporá o periódico: 1.ª Lieratura; 2.ª Ciências e Artes; 3.ª Miscelânea, de modo a abarcar temas tão variados como a História, a Geografia, a Poesia, a Medicina, a Física, a Química, a História Natural, a Economia Política, a Jurisprudência. Cfr. "Introdução", *Revista Estrangeira* (Abril 1837), n.º 1, p. 3.

<sup>29</sup> Este periódico apresenta-se como o sucedâneo da *Revista Estrangeira*

*periódico de Litteratura, Philosophia, viagens, Sciencias e Bellas Artes* Porto, Typ. Commercial Portuense, 1838-1844 <sup>30</sup>.

Estamos perante um veículo e intermediário cultural da esfera periodística e regional, uma vez que este empreendimento jornalístico constituiu uma tentativa de réplica portuense a *O Panorama*. Desdobrava-se o jornal nortenho nas secções de Historia, de Literatura, a Galeria de Retratos e as Notícias Científicas, acompanhadas de estampas como ilustrações.

A tonalidade discursiva dos artigos é variada, abarcando os temas habitualmente agrários e rurais, com reflexões sobre experimentações técnicas e científicas, e uma atenção pormenorizada à questão das vias de comunicação em Portugal, especialmente no que toca à navegabilidade dos grandes rios peninsulares <sup>31</sup>. Evidenciava-se, deste modo, algumas das preocupações materiais, e de infra-estruturas, que estariam na mente da intelectualidade pensante portuguesa das décadas de trinta e quarenta do século XIX.

Esta Revista estava, cultural e politicamente, apostava no alargamento dos horizontes mentais dos seus leitores. Efectuou uma crítica selecção dos

---

<sup>30</sup> "Começando [...] com tão bons auspícios, pôde a Revista Litteraria chegar ate ao anno de 1844, acreditada no conceito publico, e de util curiosidade nos dominios das lettras e das sciencias. Fomos acompanhando, como assignante, este periodico desde 1838 at'1844, e julgamos ser bem merecido o juiso expressado no *Diccionario Bibliographico* [...] uma das melhores e mais uteis publicações periódicas, saidas dos prelos portuguezes desde 1833 até hoje". J. Silvestre Ribeiro (1879), *Historia dos Estabelecimentos Scientificos* [...], vol. VIII, p. 38.

<sup>31</sup> Cfr. "Navegação do rio Tejo", *Revista Literaria* (1839), tomo 4, nº XX, p. 136-253; "Navegação do Douro", *Revista Literaria* (1840), tomo VI, p. 26 e ss.; p. 34-64; p. 97-138.

debates parlamentares <sup>32</sup>. Divulgou o papel pedagógico desempenhado por instituições científicas e literárias, como o Atheneu Científico e Literario de Madrid <sup>33</sup>.

Ainda no âmbito de um periódico com preocupação de divulgar "aquelles conhecimentos uteis, que admittindo serem tratados sem a especialidade de principios scientificos, estão ao alcance de todas as intelligencias" se inseria o *Museu Portuense. Jornal de história, artes, sciencias industriaes e bellas - artes*, publicado debaixo dos auspícios da Sociedade Commercial Portuense, Agosto 1838-Janeiro 1839 <sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> E dada particular importância aos debates havidos em torno da eterna questão da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Cfr. "Discurso. Do Deputado Agostinho Albano da Silveira Pinto, sobre a questão dos Vinhos do Alto Douro, na Camara dos Deputados de 1841(sic)", *Revista Literaria* (1840), tomo 6, n.º 34, p. 352-366; "Discurso sobre a questão da Companhia dos Vinhos", *Revista Literaria* (1840), tomo 6, n.º 35, p. 384-422.

<sup>33</sup> Cfr. "Lições de Economia Social que se estão dando no Atheneo Cientifico e Litterario de Madrid por D. Ramon de Sagra", *Revista Literaria* (1840), tomo 5, n.º 25, p. 5-25. Sobre o Ateneu Cientifico e Literario de Madrid cfr. Antonio Ruiz Salvador (1971), *El Ateneo científico, literario y artistico de Madrid (1835-1885)*, p. 15-74; Francisco Villacorta Baños (1985), *El Ateneo de Madrid (1885-1912)*, p.7-11. Ambos os estudos contêm abundante bibliografia sobre a Instituição, nas diferentes vertentes culturais e sociais.

<sup>34</sup> Este periódico portuense inclui nas suas habituais apresentações ao leitor, o problema técnico dos caracteres tipográficos, que "Como os mais accreditados jornaes de instrucção popular que entre nós circulão, seremos obrigados, máo grado nosso, a recorrer principalmente ao estrangeiro para os typos solidos de metal fundido donde se tirão as impressões das estampas que ornão nossas p'áginas". *O Museu Portuense* (Agosto 1838), n.º 1, p. 1. Atestando a importância que é dada a este assunto cfr. os artigos "Das Imprensas Typographicas movidas a vapor", *O Museu Portuense* (Agosto 1838), n.º 1, p. 9-11 que disserta sobre as características tipográficas do *Penny Magazine* e do *Magazin Pittoresque*.

Os temas abordados não escaparam ao padrão de publicismo que caracterizou este género de periodismo nesta época em Portugal. A publicitação das técnicas agrícolas intermeia-se com a descrição de cidades e monumentos, lado a lado com desenhos pedagógicos e pormenorizados relativos a algum novo engenho para ser aplicado às artes ou à agricultura. Um título mais, afinal, a juntar a este longo corolário de periódicos de instrução liberal.

Corria o ano de 1841 quando mais um periódico instrutivo se apresentou. A *Revista Universal, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios, por uma Sociedade estudiosa*<sup>35</sup>, para no ano seguinte, 1842, se passar a designar de *Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*<sup>36</sup>. Obteve a colaboração de muitos homens de ciência e da cultura e dinâmica do Romantismo<sup>37</sup>, e foi dirigido por António Feliciano de Castilho.

---

<sup>35</sup> "Comprende 48 numeros, publicados semanalmente de Outubro de 1841 a Setembro de 1842". F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. VII, p. 158. Foram estes primeiros números impressos na Imprensa Nacional e na Typ., Lusitana.

<sup>36</sup> Cfr. F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol VIII, p. 158-160, para uma caracterização anual de cada um dos doze tomos que constituem a edição completa da *Revista Universal Lisbonense* e dos seus vários responsáveis redactoriais - António Feliciano de Castilho, José Maria Silva Leal, Sebastião José Ribeiro de Sá, a partir de 1847. "Com razão se disse que a *Revista Universal Lisbonense* foi, no periodo de doze annos da sua duração, uma verdadeira encyclopedia portuguesa, util a todas as classes da sociedade, e particularmente aos agricultores, fabricantes, litteratos, e ás diversas associações económicas e industriaes". J. Silvestre Ribeiro (1879), *Historia dos estabelecimentos [...]*, tomo VIII, p. 42.

<sup>37</sup> "É sabido que as correntes ideológicas heterodoxas que no século XIX agitaram a consciências da Europa, seguidas da larga movimentação das guerras da Republica e do Império, fizeram da Revolução Francesa um movimento de mundial repercussão. Todo o

Chegara o momento de criar um verdadeiro rival jornalístico de *O Panorama*, ainda que "a índole [deste] era literaria, e historica; os romances, os estudos historicos, as biografias, os contos e anedotas que ali dêem-se agora como se liam então; estão sempre vivos; ao passo que a *Revista* muito mais larga no seu programma, dava sciencia, invenções, descobrimentos, notícias com actualidade (noticiario), e literatura; [...] No seu tempo (isto é o que me parece) foi a *Revista* muito mais utilmente prática do que *O Panorama*. Cada número da *Revista* tinha vida propria, interesse no momento, tinha existência, em relação com o resto da cidade e do Reino; ao passo que cada número de *O Panorama* era parte de um volume, que só no seu todo interessava" <sup>38</sup>.

---

mundo da cultura europeia foi revolucioariamente removido, ou no irrequieto inconformismo de uma fase de crescimento espiritual que procurava romper as formas de vida [...] ou no ardor intolerante de as defender como definitivas [...] viagens, exilios voluntários e forçados, expedições militares, contactos de vária ordem ficaram célebres na História da Cultura, como na História Política e Social". Hernâni Cidade (1983), *Século XIX, revolução cultural em Portugal [...]*, p. 13. Entre as personalidades destas "viagens e exilios" destacamos Alexandre Herculano (antes da sua briga eterna com Castilho e do exílio campestre de Vale de Lobos), António Ribeiro Saraiva, Antonio de Oliveira Marreca, Barão d'Eschewege, Filipe Folque, Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, José Maria Grande, José Silvestre Ribeiro, Luiz Antonio Rebello da Silva, Luiz Augusto Ribeiro da Silva, Marino Miguel Franzini, Silvestre Pinheiro Ferreira, Visconde Vilarinho de S. Romão, José Feliciano Castilho, Almeida Garrett. Não queremos deixar de assinalar que muitos destes ilustres intelectuais colaboravam igualmente noutros títulos de imprensa instructiva e recreativa, acreditando assim contribuir com o seu labor joranístico para a reforma cultural do País. Cfr. M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses [...]*, p. 166-174 e p. 178-185.

<sup>38</sup> Júlio Castilho (1930), *Memórias [...]*, vol. IV, p. 38-39.

Assim desabafava um dos descendentes de Castilho. Na verdade o que verdadeiramente aqui está em causa é a comparação entre dois periódicos dirigidos a um mesmo público, com objectivos globalmente semelhantes, mas com estratégias de implantação ligeiramente diferenciadas.

A concorrência da imprensa do publicismo instrutivo tinha-se, visivelmente, instalado entre nós, reflectindo uma certa energia dos intelectuais pensantes, e intervenientes. Por outro lado, este desafio de títulos não deixa de reflectir, em termos qualitativos e quantitativos, um salto muito grande, quando comparamos a década de quarenta de oitocentos com o dealbar do liberalismo cultural em Portugal.

Um e outro projecto só foram viáveis graças a alguns factores já conquistados: um aumento do potencial número de leitores, provavelmente reflexo das reformas do ensino primário e secundário ministradas pelos liberais de trinta. O jornal ter deixado de ser olhado como um veículo cultural individualizado, ou centrado na personalidade forte e quase militante de um director ou de redactor; tratava-se agora de um conjunto de colaboradores especializados em várias áreas temáticas <sup>39</sup>, que semanalmente enviavam para as redacções o material produzido, compilado, traduzido ou plagiado...

Finalmente, não podemos desprezar o facto aparecerem, no horizonte económico e social português, empresas com fins lucrativos - as Sociedades

---

<sup>39</sup> Para nos apercebermos deste fenómeno basta olharmos a lista de colaboradores que como meio publicitário *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense* publicitam nos seus índices. Este grupo de colaboradores eram de facto a alma das publicações, o que explica que elas se tenham mantido activas após os seus primeiros directores-redactores se terem afastado, caso de Alexandre Herculano e de António Feliciano Castilho.

de difusão de vários tipos de conhecimentos. Afinal, os dois projectos deste género jornalístico que transitaram para o novo tempo da Regeneração fontista. Periódicos que ao longo dos últimos cinco anos da década de quarenta se afadigaram em publicar artigos visando os melhoramentos materiais tão necessários ao País - as estradas, os levantamentos e estudos geológicos e geodésicos, o ensino superior agrícola, o ensino da engenharia civil, o interesse económico das colónias africanas, ou o acompanhamento da fundação da "Liga Promotora dos Interesses Materiais do País" <sup>40</sup>.

A comunidade académica de Coimbra, reavivando antigas tradições jornalísticas e instructivas, organizou-se "por meio de uma sociedade de mancebos espontanea e especialmente creada" <sup>41</sup> para publicar a *Revista Academica*, *Jornal Litterario e Scientifico*, 1845-1848, impressa na tipografia de E. Trovão.

Uma publicação movida pelo interesse de fazer aumentar os conhecimentos em Portugal, divulgando artigos instructivos e de fácil

---

<sup>40</sup> "Estradas e caminhos de ferro, mas também rios navegáveis e canais, constituíam desde o início do século passado, e especialmente desde o começo da década de 1840, com a subida de Costa Cabral ao poder, preocupações fundamentais, a que se designava «melhoramentos materiais» directamente se referia. A fundação da Sociedade Promotora dos Interesses Materiais da Nação em 1842 [...] mostra bem a relação estreita entre os termos estradas [...] e «melhoramentos materiais»". Fernanda Alegria (1990), *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910)* [...], p. 32. Cfr. também A. Teodoro de Matos (1980), *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*.

<sup>41</sup> "Introdução de J. Lemos", *Revista Academica* (1845), nº 1, p. 3. Neste periódico, no dizer de Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico* [...], vol. VII, p. 149, colaboraou gente de diversas Faculdades da universidade de Coimbra, tentando-se pois dar uma aparência de coesão de sociabilidade académica, útil, instructiva e nacional.



apreensão. As temáticas presentes prendiam-se com os ensinamentos de agricultura/agronomia, o noticiário informativo sobre os novos títulos de jornais congêneres que iam surgindo no panorama cultural português, e a difusão da estética literária romântica, através de pequenas peças jornalísticas.

Este universo de periódicos de instrução e publicismo liberal do final da primeira metade do século XIX foi ainda pontuado pelo aparecimento de *A Aurora*<sup>42</sup> e de *Revista Popular*<sup>43</sup>, ambas publicações de Lisboa.

Enquanto a primeira versou assuntos de uma cultura erudita, (no sentido em de contraposição a cultura popular<sup>44</sup>) e de conteúdo filosófico e ético<sup>45</sup>, a segunda teve como característica fundamental aproximar-se do

---

<sup>42</sup> *Publicação Mensal Scientifica e Litteraria*, redigida por José da Silva Mendes Leal-Júnior, 1845-1846, impressa na Imprensa Nacional.

<sup>43</sup> *Semanario de Litteratura e Industria*, ornado de 115 gravuras em madeira executadas por artistas nacionais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848-1855.

<sup>44</sup> Utilizamos a expressão "cultura popular" com a amplitude que Chartier e Mandrou lhe conferiram. Cfr. Roger Chartier (1987), *A história cultural [...]*, "Cultura política e cultura popular no Antigo Regime", p. 189-213 e Robert Mandrou (1985), *De la culture populaire aux 17e. et 18e. siècles [...]*, p. 11-18 e p. 182-195.

<sup>45</sup> "A sociedade tem-se dado tam tenazmente a profunder a sua existencia, tem analysado tanto os seus males e os seus gozos, que, em presença dos reiterados desinganos, sente desfallecerem-lhe as forças e quebrarem-se-lhe os animos. Nestes periodos de desalento, a fé e a esperança - esses primeiros elementos de todo o esforço generoso - adormecem no coração das nações [...] O paiz que applica toda a attenção a enriquecer-se materialmente, sem moralmente gozar, faz-nos o effeito do avaro que amontoa valores ociosos: não os desfruta, não os torna fertilisadores; é como se os não possuísse. O corpo não vive só. O espirito, o coração e a imaginação também tem a sua fome e a sua sede. Tirai do mundo as paixões, e vede se as podeis substituir com as vossas machinas de vapôr. Imaginai uma economia para o sentimento. Não estranhemos, portanto, o

plano redactorial de *O Panorama*, de modo a "proporcionar às classes menos abastadas - as mais numerosas da sociedade - por preço acessíveis a todos, um honesto recreio, e um meio de instrução variada e agradável" <sup>46</sup>.

Estamos frente a duas perspectivas de intervenção cultural diametralmente opostas. Em comum o apelo à elevação do espírito individual dos cidadãos. E, no entanto a informação veiculada sobre a realidade europeia colocava já o problema das consequências inerentes ao desenvolvimento económico e civilizacional. Publicavam-se páginas informativas sobre as convulsões sociais que ocorriam em França, na Inglaterra e na Alemanha <sup>47</sup>.

---

desenvolvimento do positivismo social: assustam-nos somente as suas tendencias demasiado materiais e egoistas". Mendes Leal Junior, "Introdução", *A Aurora*, (1845), vol. I, p.5-6. Temas e problemas que estavam na fase de início de generalização no nosso País. Cfr. Manuela Tavares Ribeiro (1990), *Portugal e a revolução de 1848*, p. 195-210; F. Catroga (1977), *Os inícios do positivismo em Portugal [...]*, p. 221-232.

<sup>46</sup> "Introdução", *Revista Popular* (Março, 1848), nº 1, p.1. E, um pouco mais à frente, explicitamente se esclarece: "E não é novo isto em Portugal; bem presentes estão a todos os eminentes serviços que á ilustração do nosso paiz fez o primeiro e o melhor dos nossos jornaes populares, *O Panorama*; e tambem o acolhimento que elle recebeu em todo o reino provou exuberantemente quanto convinha continuar largamente naquelle systema de publicação, que já agora está provado ser o mais que se conforma com os nossos habitos, com a nossa indole, e com o nosso estado actual da nossa civilização. A *Revista Popular* não tem, nem póde ter, as pretensões do *Panorama* - é mais modesta; mas ha de trabalhar por ser mais util ainda, se é possível, e mais accessivel a todas as intelligencias".

<sup>47</sup> Cfr. E. J. Hobsbawm (1978), *A Era das revoluções*, p. 153-181 e Roland N. Stromberg (1990), *Historia intelectual europeia desde 1789*, p. 137-146 : "La experiencia de 1848 - año que se inició con revoluciones democráticas en toda Europa y que concluyó con la confusión y el desconcierto ante dichas revolucionarias - provocó una reacción transitoria contra todo tipo de «romanticismo social»[...]" (p. 144).

Enquanto se glosavam as vantagens da civilização industrial e do progresso, no caso de a *Revista Popular* <sup>48</sup>, em *A Aurora* deparamos com um olhar céptico e crítico face a um desenvolvimento racionalista <sup>49</sup>, ao mesmo tempo que Silvestre Pinheiro Ferreira aí publicava "Das Sciencias em Geral, e da sua Classificação em Particular" <sup>50</sup>.

Paradoxos, virtualidades e dinamismos dos traços ecléticos da cultura portuguesa <sup>51</sup> neste dobrar de meados de oitocentos, que os periódicos de

---

<sup>48</sup> Tenhamos em conta todos os artigos referentes ao desenvolvimento técnico da agricultura e da indústria ou as várias notícias referentes às exposições agrícolas. Cfr. "Industria e Agricultura", *Revista Popular* (Jan., 1848), nº 18, p. 123-124; Escola de Veterinaria e de Agricultura", *Revista Popular* (Fev., 1848), nº 51, p. 404-405 e nº 52, p. 412-413; "Sociedade de agricultura", *Revista Popular* (Set. 1851), nº 35, p. 347-3349; "Exposição publica de machinas, instrumentos agrarios, e productos agricolas portuguezes", *Revista Popular*(Out. 1851), nº 39, p. 378-380;

<sup>49</sup> "A sociedade tem-se dado tam tenazmente a profundar a sua existencia, tem analysado tanto os seus males e os seus gozos, que, em presença dos reiterados desenganos, sente desfallecerem-lhe as forças e quebrarem-se-lhe os animos. Nestes periodos de desalento, a fé e a esperança - adormecem no coração das nações [...] O paiz que applica toda a attenção a *enriquecer-se* materialmente sem moralmente *gozar*, faz-nos o effeito deo avaro que amontoa valores ociosos: não os desfructa, não os torna elementos fertilisadores; é como se os não possuísse. O corpo não vive só. O espirito, o coração e a imaginação tambem tem a sua fome e a sua sede". *A Aurora* (1845), p. 5-6. Cfr. Max Horkheimer / Theodor W. Adorno (1974), *La dialectique de la raison*, p. 21-57.

<sup>50</sup> *A Aurora* (1845), vol. I, p. 33-55. Sobre o papel cultural de Pinheiro Ferreira, após o seu regresso do exílio cfr. José Esteves Pereira (1974), *Silvestre Pinheiro Ferreira [...]*, p. 153-166. No que toca aos seus escritos ligados com a teoria das classificações cfr. M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da Silva (1975), *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*, p. 187-203.

<sup>51</sup> "O conflito de antigos e modernos é uma constante da história filosófica e cultural portuguesa da época de Setecentos. dizemos da época de Setecentos, isto é, de uma fase da vida lusitana, com raízes distantes ainda nas primeiras batalhas de pensamento e accção do século XIX. Não foram , todavia, sempre os mesmos os antigos e os modernos que em

divulgação de instrução, de ciência e de técnica nos permitem visualizar no passado e na memória do século XIX.

## 10.2. O publicismo rural e agrícola

Numa época marcada pela acesa discussão e valorização política do proteccionismo agrícola <sup>52</sup>, não será estranho encontrar na década de quarenta, três periódicos instructivos e publicistas dos benefícios técnicos dos conhecimentos e actualizações rurais, dirigidos e pensados para os lavradores e os agricultores de todo o País <sup>53</sup>.

A *Encyclopedia Rural, Jornal d' Agricultura e d'Economia Domestica* <sup>54</sup>, alinhava no publicismo ruralizante, vindo ainda do final do século XVIII e que se mantivera sobrevivente durante a vigência do primeiro liberalismo. De matriz dita 'enciclopedista' apostava num saber experimentado, e no saber empiricamente observado pelo agricultor, que se instruía acerca de novidades - produtos agrícolas, técnicas agrícolas - sem ter de se alterar a estrutura de ensino público referente à instrução dos que se ocupavam da agricultura. Propunha-se pois este periódico coligir os melhores artigos que

---

tão dilatados anos estiveram frente a frente". J. S. da Silva dias (1972), *O ecletismo em Portugal no século XVIII [...]*, p. 4.

<sup>52</sup> Sobre o problema do proteccionismo pautal referente à agricultura cfr. M<sup>a</sup> Manuela Tavares Ribeiro (1977), *Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautal [...]*, p. 18-19 e Manuel Villaverde Cabral (s/d), *Materiais para a história da questão agrária em Portugal - século XIX e XX*, p. 41-42.

<sup>53</sup> Neste âmbito se insere o *Manual do Agricultor [...]* de José Maria Grande, que apareceu em primeira mão, sob a forma de «folhetim» no jornal *A Epocha*.

<sup>54</sup> Cuja existência se reduziu aos três primeiros meses de 1841.

sobre agricultura se pudessem recolher <sup>55</sup>, funcionando como referências de autoridade as da ilustração agrarista popularizadas pela centúria de setecentos: Duhamel, Parmantier, Bertrand, Lineu, Buffon, Chaptal, e o retorno à erudição dos latinos, tendo Columella como o "último dos agrónomos" clássicos...

No final do ano de 1843, o médico portuense Luiz Antonio Pereira da Silva <sup>56</sup> aparece a dirigir o *Jardim Portuense*, *Jornal de Cultura Universal*. Periódico directamente vocacionado para tratar de assuntos de botânica e de agricultura, contendo para o efeito várias traducções de *Annales de la S. R. d'Horticulture de Paris*

No início de Janeiro de 1845 o mesmo periódico adquire uma outra dinâmica e passa a apresentar como subtítulo *Boletim da Sociedade Horti-Agrícola do Porto*. Inaugura-se um novo ciclo das publicações de carácter rural e agrícola, marcado pelo aparecimento de Sociedades Agrícolas <sup>57</sup>,

---

<sup>55</sup> "Formamos por tanto o projecto de collegir e copiar periodica e mensalmente, os melhores artigos sôbre todos os ramos d'Agricultura [...] emprehendendo a publicação de um jornal de pura agricultura, e destinado sómente a propagar os conhecimentos desta Sciencia de pura practica, concebemos a possibilidade de transmitirmos assim de umas para as outras Provincias do Reino, o fructo da observação e da experiencia de muitos dos nossos Sabios e abalisados Agronomos, que por sua Philosophia e amor da Sciencia se dignaram enviar-nos os seus artigos". "Exposição e Plano deste Jornal", *Encyclopedia Rural*(Jan. 1841), nº 1, p. 2.

<sup>56</sup> Ligado também à *Gazeta Médica do Porto* e lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto. Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1878), *Historia dos estabelecimentos [...]*, tomo VII, p. 445-446, onde se dá igualmente conta dos rasgados elogios que Antonio Feliciano Castilho teceu a este *Jardim Portuense*.

<sup>57</sup> Cfr. 'Installação da Sociedade [Horti-Agrícola do Porto]', *Jardim Portuense*(Fev. 1845), nº 2, p. 27-29.

sonhadas e idealizadas desde os projectos agraristas das *Memórias Económicas* da Real Academia das Sciencias de Lisboa.

Dentro deste espírito de concretizações surgiu nos Açores o órgão oficial da Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense, denominado *O Agricultor Michaelense*, e começado a publicar em Outubro de 1843 <sup>58</sup>.

Este periódico assumia-se como o continuador insular da imprensa instructiva que existia no continente, apenas especializado numa actividade específica - a agricultura. O contributo de Castilho <sup>59</sup> para esta publicação foi de feição agrarista e literária <sup>60</sup>, relegando para segundo plano uma visão científica da agricultura, ou seja uma visão teórico-prática, e não apenas a exaltação da actividade agrícola <sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> Interrompido em Junho de 1845 e retomado em Janeiro de 1848. Cfr. "Ao Publico", *O Agricultor Michaelense* (Jan. 1848), nº1, p. 1. Apenas pudemos tomar contacto com o terceiro reaparecimento deste jornal, ou seja de 1848 em diante, uma vez que apenas a Biblioteca Nacional tem esta série; nem a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nem a Biblioteca Pública Municipal do Porto possuem números alguns deste periódico.

<sup>59</sup> Por decreto de 6 de Dezembro 1848 o governador Civil de Ponta Delgada nomeava António Feliciano de Castilho Comissário dos Estudos no districto de Ponta Delgada. Cfr. Júlio Castilho (1932), *Memórias [...]*, vol. V, p. 58-144, em que se dá conta pormenorizada das vivências jornalísticas e da vida calma da Sociedade Promotora da Agricultura de S. Miguel.

<sup>60</sup> Cfr. o texto de erudição clássica e moralmente valorativo que Castilho escreveu a iniciar o ano de 1848. Cfr. "Ao Publico", *O Agricultor Michaelense* (Jan. 1848), nº1, p. 1-16.

<sup>61</sup> "É lindíssimo notar como a parte pratica e litteraria do *Agricultor* se viu auxiliada pela arte, n'uma terra estagnada, onde não havia vislumbre de sentimento artistico! Graças á boa vontade, ao engenho, á perserevança do redactor, adornou-se o jornal com gravuras em madeira, executadas alli mesmo por pessoas que nunca tinham gravado". Júlio Castilho (1932), *Memórias [...]*, vol. V, p. 63-64. Sobre o papel que o *Agricultor*

Pensamos que este periódico agrícola pouco, ou nada, contribuiu para o desenvolvimento do ensino agrícola <sup>62</sup> de matriz agronómica em Portugal, e particularmente nos Açores. Numa sociedade agrícola e rural, com fortes persistências e permanências de técnicas, *O Agricultor Michalense* funcionou, essencialmente, como um polo aglutinador da sociabilidade rural da ilha, e não como um mecanismo de desenvolvimento e progresso técnico no domínio da agricultura açoreana.

### 10.3. A perspectiva económica da divulgação científica

Procuremos analisar um grupo mais limitado de periodistas e potenciais leitores, que desaguam directamente nos meandros das elites científicas de meados do século XIX português.

"Colligir n'um paiz adiantado na industria os diferentes factos economicos, investigar as diferentes fases e symptomas do trabalho material em todos os ramos, é tarefa util, e ao paiz onde a industria está atrasada é indispensável [...] Convencidos da necessidade que temos de conhecer a nossa

---

Michaelense deveria desempenhar, retenha-se a opinião do próprio António Feliciano de Castilho: "Antes de tudo, é necessário que a Imprensa, representante neste caso da opinião pública, tome a si o excitá-la ainda mais, o esclarecê-la sobre os meios, o alvitrar, o discutir, o convencer os incredulos [...] O Jornalismo, que podendo, deixa de ser missionário do Progresso, é alguma coisa pior que uma ociosidade: é um amigo, que deveria à arvore multiforme da instrução profícua, parte da seiva que a devia alimentar". António Feliciano de Castilho (1903/1987), *A Felicidade pela agricultura*, p. 44-45.

<sup>62</sup> Cfr. Luís de Albuquerque (1976), *António Feliciano de Castilho [...]*, p. 43-44, em que reforça que o tema «agricultura» ornamentou e ocupou as suas horas de ócio açoreanas.

situação económica, procurâmos estudá-la, colligir os dados que nos ajudem a apreciar-la, e communicar ao publico por meio d'este Jornal o resultado das nossas indagações" 63.

Assim se apresentava ao público a *Revista Económica* 64, Lisboa, Tipografia Nacional, 1846, propondo-se levantar e apontar soluções para os problemas económicos do País, sobretudo as estradas com eixos de comunicação entre o Norte e o Sul.

Entretanto, na cidade do Porto havia-se iniciado, em 1845, a publicação de *O Industrial Portuense. Periodico mensal*, Porto, Typ. R. Formosa. "A formma de periodico, que adoptamos, parece-nos a mais vantajosa, porque suppre um dictionario, tendo um indice alphabetico, e fornece ao Industrial as noções, de que muitas vezes elle precisa sobre outros ramos d'industria, relacionados com o que elle professa; no que é superior aos Manuaes: demais, vai seguindo passo a passo o progresso industrial, e o seu preço, pago por parcellas, é menospezado. Além d'isso o *Industrial Portuense* é um brado que nós lancamos por esse paiz a favor da industria

---

63 "Introdução", *Revista Economica* (Fev. 1846), nº 1, p. 1.

64 Apenas foi publicada entre 13 de Fevereiro 1846 e 5 de Junho do mesmo ano. Na opinião de Moses Amzalak o aparecimento da *Revista Económica* está directamente relacionada com o ambiente de galvanizar a economia política e o número significativo de obras que se haviam publicado. "Sente-se nela [*Revista de Economia*] a influencia do pensamento económico liberal, através dos economistas estrangeiros, Ricardo, Chevalier, J. B. Say, rossi e dos escritores nacionais Silvestre Pinheiro Ferreira, A. Forjaz Sampaio, Agostinho da silveira Pinto". Moses B. Amzalak (1978), *A «Revista Económica» publicada em 1846*, p. 39.

nacional, e que esperamos será reforçado por vozes mais fortes, e mais influentes que as nossas[...]" 65.

No entanto, apesar de se arvorarem como um grupo de interesses económicos, os redactores e os colaboradores do *Industrial Portuense* estendem-se pelos temas da agricultura e do publicismo rural 66 ou pela descrição dos segredos inerentes às artes dos ofícios mecânicos 67.

Significa então que, aparentemente, se está perante um órgão oficioso de um grupo de interesses económicos, geograficamente localizado - os «industriais» do Porto, que aglomerava a zona Norte. Porém, a realidade é bem diferente. Que sentido real e operativo tinha o «industrial» do Porto, enquanto agente social e económico, num país que teimava em acordar 68 para a aceleração da civilização industrial? A resposta (em termos de desilusão) reside no carácter mimetista dos artigos deste jornal *Industrial Portuense* perante os inúmeros títulos de recreação e instrução que iam circulando.

---

65 J. de P. e S. L., 'Introdução', *O Industrial Portuense* (Março 1845), n.º 1, p. 8.

66 Cfr. como exemplos: "Batata, seus principais usos, sua cultura, e o modo de a conservar", *O Industrial Portuense* (Março, 1845), n.º 1, p. 24 e (Abril 1845), n.º 2, p. 45-46; "Couve Flor e Brogolo, sua cultura", *O Industrial Portuense* (Julho 1845), n.º 5, p. 139-142; "Dos terrenos, e sua natureza, e do meios de os conhecer", *O Industrial Portuense* (Agosto 1845), n.º 6, p. 171-176.

67 Veja-se, por exemplo "Marcenaria" *O Industrial Portuense* (Maio 1845), n.º 3, p. 65-67

68 O fraco desenvolvimento industrial português na primeira metade do século XIX é também visível na escassez de bibliografia sobre o tema. Cfr. Armando de Castro (1978), *A revolução industrial no século XIX*, p. 29-35 e J. M. Amado Mendes (1980), *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX [...]*, p. 31-34.

Com um estatuto diferenciado encontrava-se a *Liga. Jornal dos interesses económicos, por huma sociedade d'economistas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848-1849. Periódico directamente ligado à Liga Promotora dos Interesses Económicos do Paiz, da qual faziam parte Ayres de Sá Nogueira, José Maria Grande, Polycarpo Francisco de Lima, José Maria da Silva Leal <sup>69</sup>.

Pretendia, pois, *A Liga*, enquanto jornal porta-voz de interesses económicos, defender os "princípios eminentemente civilizadores, de reunir todas as paixões, de discutir e promover todas as reformas de que dependesse a prosperidade publica" <sup>70</sup>.

Afinal mais uma mostra de vitalidade da intelectualidade e da elite social e económica portuguesa, de pensar, planear de acordo com a realidade, visando a sua alteração. Talvez faltasse apenas a adequação do tempo político a este conjunto de propostas de melhoramentos para o País. Mas, numa prova inequívoca de dinamismo cultural, outros casos semelhantes se registaram ainda, antes da implantação do desenvolvimento e do fomento económico impostos pelo tempo da Regeneração de 1851...

---

<sup>69</sup> Voltaremos a abordar esta instituição - A Liga - quando nos detivermos no tema das Sociedades económicas e agrícolas em Portugal.

<sup>70</sup> *A Liga* (Janeiro 1848), nº 7, p. 63. E mais se explanava: "Quasi todas as municipalidades, e muitos estabelecimentos d'instrucção publica; muitas sociedades litterarias e industriaes, se achavam representadas nesta associação. Ella contava no seu seio um grande numero de dignos pares e srs. Deputados; muitos dos principais escriptores publicos e em grande numero de lavradores, de artistas, e de commerciantes". *Idem, ibidem*, p. 93.

Associando as preocupações da economia política com a instrução sobre agricultura e indústria demarcaram-se dois periódicos da cidade de Lisboa, ambos saídos no ano de 1849.

Um, *A Epoca, Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas Artes*<sup>71</sup>, Lisboa, Typ. da Revista Universal Lisbonense, 2 vols. Outro, *O Industriador, Jornal Pratico de Sciencias, Artes Mechanicas e Agricultura*<sup>72</sup>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849-1851<sup>73</sup>.

Dois periódicos que se demarcaram de todos os outros até agora apresentados, pela matriz de formação (e visão do mundo) politécnica dos

---

<sup>71</sup> Tendo como redactores João Andrade Corvo e Luiz Augusto Rebello da Silva e José Maria Grande que publicou neste periódico, em capítulos, o seu *Guia e Manual do Cultivador*.

<sup>72</sup> Contou com a colaboração de José Maria Grande, primeiro Director do Instituto Superior Agrícola.

<sup>73</sup> "Publicando este jornal é nosso fim tornarmo-nos uteis aos operarios de todas as classes [...] de todos os ramos da industria agricola e manufactora. Não nos poupámos nem á despesa, nem ao trabalho necessario para conhecermos quanto se tem feito e escripto nos paizes aonde a industria tem vencido os obstaculos, que por tanto tempo tiveram como manietado o seu desenvolvimento: compulsámos os melhores livros e jornais, e recorreremos aos conhecimentos dos homens mais competentes para tratarmos do nosso objecto com o maior conhecimento de causa, e confiámos em que esta obra se não preencher os nossos intentos, servirá ao menos para em muitos casos esclarecer o fabricante e o operario, e dar-lhes idéas uteis, ou preveni-los contra tentativas e despesas completamente inuteis ou ruinosas". "Introdução" *O Industriador [...]*, (1849), nº 1, p. 1. Repare-se que se distingue já no emissor a atingir o 'operário' e o fabricante', como dois componentes distintos da economia. Não deixa também de ser revelador de algumas influências do ideal utópico de 1848... Cfr. Manuela Tavares Ribeiro (1990), *Portugal e a revolução de 1848*, p. 251-271.

seus redactores/colaboradores <sup>74</sup>. Todos eles eram personalidades da Ciência que em breve estariam a dirigir o Instituto Agrícola. Mas não só. A tonalidade discursiva dos artigos publicados delineava um universo de conhecimentos que se pautavam pela associação da teoria à prática experimental e direcionada, a fim de se produzir outra teoria e outro conhecimento <sup>75</sup>, num infindável modelo de progresso e de relatividade do saber.

Queremos ver nas palavras introdutórias de João Andrade Corvo e Rebelo da Silva um signo de ruptura que marcou a viragem na história da imprensa instructiva portuguesa e, simultaneamente, na história das ciências, e por consequência da cultura em Portugal:

"O futuro hoje representa-se confuso e melancólico: a humanidade vai dobrar um cabo proceloso, além do qual nevoas e sombras estendem um véo impenetrável; mas uma bússula lhe marca o rumo, e um vento rijo lhe incha as vélas; a bússula é a sciencia, e o trabalho e as maquinas dão-lhe o movimento. Empenhemo-nos em ter presente sempre aos olhos de todos a agulha salvadora, acordemos nos homens bons de Portugal o amor do

---

<sup>74</sup> Mesmo quando esta tinha sido adquirida na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, e alargada com viagens e leituras de aprofundamento científico.

<sup>75</sup> Cfr. Arthur O. Lovejoy (1983), *La gran cadena del ser. Historia de una idea*, cap. "La temporalización de la cadena del ser", p. 315-372 e J. W. N. Watkins (1990), *Ciência e cepticismo*, cap. "Cepticismo, probabilismo e irracionalismo", p. 13-27.

trabalho, ensinemos-lhes os meios de o tornar fecundo, e conseguiremos levar a salvamento esta náu, em que a Providencia nos embarcou" [1849] <sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> *A Epoca* [...], (1849), nº 1, p. 1.

## CAPITULO 11      Periódicos de Civilidade Familiar

O ambiente político e intelectual português, a par com a cultura de vertente popular europeia, voltou-se para um público que importava cultivar, e sobretudo civilisar.

A educação das crianças, das mulheres, dos trabalhadores, numa palavra do "povo" fizeram despoletar um conjunto de periódicos que corriam paralelamente aos que os novos ânimos nacionais de trinta e quarenta fizeram surgir no panorama da história da imprensa em Portugal <sup>1</sup>.

Por outro lado, os ecos de um romantismo social, de uma certa ideia de Europa <sup>2</sup> passaram para o plano do publicismo civilizador, abalizados pela

---

<sup>1</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses na primeira metade do século XIX*, p. 52-56: "[...] pode dizer-se que uma das razões do súbito crescimento do número dos leitores de jornais após 1836 foi o democrático regime de sufrágio universal estabelecido pela Revolução de Setembro, que permitiu um alargamento considerável da massa de eleitores. É claro que, neste segundo quartel do século XIX, tudo isto se passa, predominantemente, ao nível das camadas médias. Mas verificamos também, pela análise do conteúdo literário e da índole política dos jornais aparecidos depois de 1836, que alguns deles encontram já o seu público, não nas classes superiores e médias, mas na pequena burguesia ilustrada, especialmente de Lisboa e Porto". José Tengarrinha (1989), *História da Imprensa [...]*, p. 162.

<sup>2</sup> Cfr. Giovanni Spadolinni (1991), *La idea de Europa entre la Ilustración y el Romanticismo*, fundamentalmente o capítulo "El europeísmo cultural: el paso de la Ilustración al Romanticismo", p. 3-12. Para uma caracterização cultural desta ideia de Europa romântica cfr. Roland N. Stromberg (1988), *História intelectual europeia desde*

divulgação das ideias pedagógicas de Pestalozzi <sup>3</sup> . Afinal, vamos encontrar as origens culturais e matriciais da imprensa operária da segunda metade do século XIX, quando uma verdadeira aristocracia cultural operária <sup>4</sup> se esforçava por aumentar e reabilitar o estatuto social dos que trabalhavam, através do acesso à cultura, e às luzes do progresso.

### 11. 1. A recreação civilizadora

Instalado o liberalismo constitucional, apagadas as chamas dos últimos combates era hora de os intelectuais e agentes económicos se dedicarem às

---

1789, p. 83-146 e Georges Gusdorf (1985), *Le savoir romantique de la nature*, p. 275-299, para uma aproximação entre a sensibilidade romântica e o conjunto de valores e ideais próprios dos vários estudiosos científicos da Natureza.

<sup>3</sup> "Segundo a doutrina de Pestalozzi interessa mais a formação do carácter do que a aquisição de conhecimentos. A educação ou a superioridade do valor humano sobrepõe-se à instrução ou ao conteúdo formal [...] Deseja uma educação integral que formasse o coração, a cabeça e as mãos. Repete com insistência que a primeira e a mais duradoura de todas as educações é a recebida em casa dos pais". Rafael Avila de Azevedo (1973), *As ideias pedagógicas de Pestalozzi*, p. 9.

<sup>4</sup> Sobre as elites/aristocracias operárias portuguesas cfr. M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1979), *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914) [...]*, p. 859-866 e também de M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1991), *Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande [...]*, p. 505. Sobre o veículo cultural privilegiado por este grupo social - a imprensa operária - cfr. ainda M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1982), *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Numa perspectiva mais alargada, relativamente ao problema das características da cultura operária, cfr. E. P. Thompson (1986), *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, vol. II, p. 313-452 e José Alvarez Junco (1990), *Cultura popular y protesta política [...]*, p. 157-168.

## CAPITULO 11      Periódicos de Civilidade Familiar

O ambiente político e intelectual português, a par com a cultura de vertente popular europeia, voltou-se para um público que importava cultivar, e sobretudo civilisar.

A educação das crianças, das mulheres, dos trabalhadores, numa palavra do "povo" fizeram despoletar um conjunto de periódicos que corriam paralelamente aos que os novos ânimos nacionais de trinta e quarenta fizeram surgir no panorama da história da imprensa em Portugal <sup>1</sup>.

Por outro lado, os ecos de um romantismo social, de uma certa ideia de Europa <sup>2</sup> passaram para o plano do publicismo civilizador, abalizados pela

---

<sup>1</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais portugueses na primeira metade do século XIX*, p. 52-56: "[...] pode dizer-se que uma das razões do súbito crescimento do número dos leitores de jornais após 1836 foi o democrático regime de sufrágio universal estabelecido pela Revolução de Setembro, que permitiu um alargamento considerável da massa de eleitores. É claro que, neste segundo quartel do século XIX, tudo isto se passa, predominantemente, ao nível das camadas médias. Mas verificamos também, pela análise do conteúdo literário e da índole política dos jornais aparecidos depois de 1836, que alguns deles encontram já o seu público, não nas classes superiores e médias, mas na pequena burguesia ilustrada, especialmente de Lisboa e Porto". José Tengarrinha (1989), *História da Imprensa [...]*, p. 162.

<sup>2</sup> Cfr. Giovanni Spadolinni (1991), *La idea de Europa entre la Ilustración y el Romanticismo*, fundamentalmente o capítulo "El europeísmo cultural: el paso de la Ilustración al Romanticismo", p. 3-12. Para uma caracterização cultural desta ideia de Europa romântica cfr. Roland N. Stromberg (1988), *História intelectual europeia desde*

divulgação das ideias pedagógicas de Pestalozzi <sup>3</sup>. Afinal, vamos encontrar as origens culturais e matriciais da imprensa operária da segunda metade do século XIX, quando uma verdadeira aristocracia cultural operária <sup>4</sup> se esforçava por aumentar e reabilitar o estatuto social dos que trabalhavam, através do acesso à cultura, e às luzes do progresso.

### 11. 1. A recreação civilizadora

Instalado o liberalismo constitucional, apagadas as chamas dos últimos combates era hora de os intelectuais e agentes económicos se dedicarem às

---

1789, p. 83-146 e Georges Gusdorf (1985), *Le savoir romantique de la nature*, p. 275-299, para uma aproximação entre a sensibilidade romântica e o conjunto de valores e ideais próprios dos vários estudiosos científicos da Natureza.

<sup>3</sup> "Segundo a doutrina de Pestalozzi interessa mais a formação do carácter do que a aquisição de conhecimentos. A educação ou a superioridade do valor humano sobrepõe-se à instrução ou ao conteúdo formal [...] Deseja uma educação integral que formasse o coração, a cabeça e as mãos. Repete com insistência que a primeira e a mais duradoura de todas as educações é a recebida em casa dos pais". Rafael Avila de Azevedo (1973), *As ideias pedagógicas de Pestalozzi*, p. 9.

<sup>4</sup> Sobre as elites/aristocracias operárias portuguesas cfr. M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1979), *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914) [...]*, p. 859-866 e também de M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1991), *Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande [...]*, p. 505. Sobre o veículo cultural privilegiado por este grupo social - a imprensa operária - cfr. ainda M<sup>a</sup> Filomena Mónica (1982), *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Numa perspectiva mais alargada, relativamente ao problema das características da cultura operária, cfr. E. P. Thompson (1986), *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, vol. II, p. 313-452 e José Alvarez Junco (1990), *Cultura popular y protesta política [...]*, p. 157-168.

questões da cultura e das normas de civilidade <sup>5</sup> , dentro dos padrões europeus, através de periódicos especialmente pensados para o efeito.

*A Bibliotheca Familiar e Recreativa , oferecida à Mocidade Portuguesa ,* Lisboa, Imprensa Nevesiana , 1835-1844 , anunciava o seguinte :

"Propondo-nos a redigir huma obra que fosse digna de oferecermos ao illustrado Publico d'esta Capital para seu recreio, e divertimento, julgamos que nenhuma outra preenchia tanto as nossas vistas, como a presente..." <sup>6</sup> .

Associando o contexto político existente à necessidade de instruir e civilizar os povos, foi o papel desempenhado, com um olhar crítico <sup>7</sup> , pelo *O*

---

<sup>5</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1983), *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, especialmente o que diz respeito à literatura de civilidade , p. 11-55 . Uma temática que entrou nos hábitos prosaicos e quotidianos dos vários estratos burgueses do liberalismo: "A partir de 1834 multiplicaram-se as sociedades fundamentalmente orientadas para a convivialidade - sociedades de recreio e instrução -, muito apreciadas pela sua missão civilizadora. Atenuada a desconfiança que a liberdade de associação inspirava, vulgarizavam-se em vários pontos do país aqueles novos espaços de convívio onde a burguesia organizava os seus ócios , à semelhança do que já há muito se vinha fazendo em países como a Inglaterra e a França. Tratava-se de ocupar o tempo livre *civilizadamente* , conversando, jogando [...] ou lendo os jornais políticos e literários, que qualquer sociedade de recreio e instrução que se prezasse deveria ter no seu gabinete de leitura". M<sup>a</sup> de Lourdes Lima dos Santos (1990), *Sociabilidade, comunicação e aprendizagem [...]*, p. 368.

<sup>6</sup> *Biblioteca Familiar e Recreativa* (1835), n<sup>o</sup>1, p. 1. Entre os temas incluem-se nos quase dez anos de publicação, a educação sob o ponto de vista da 'civilidade' ou da 'polidez'; noções breves, mas úteis, sobre Geografia e História ; a literatura e as biografias de personagens famosas ; relatos de viagens e alguma informação sobre agricultura, indústria ; variedades científicas e temas sobre educação e moral.

<sup>7</sup> "Marchamos no caminho da destruição [...] Portugal está quasi a ficar sem finanças ; empréstimos sobre empréstimos darão enfim este triste resultado: e quando elle chegar,

*Industrial Civilizador . Jornal de agricultura, industria, economia politica e miscellanias*, Lisboa, Typ. Lisbonense / Imprensa Nacional, 1835-37 .

Neste periódico associavam-se editorialmente os artigos de feição política, como o folhetim, e as miscelâneas sobre assuntos materiais ( como a febre das vacas ou a grama para cavalos). E ainda, artigos diversos que tinham como ideal contribuir para o desenvolvimento e progresso da agricultura e da indústria em Portugal. Mas, civilizar podia também conter uma cambiente de intervenção política, refugiando-se afinal na legitimidade e autoridade do periodismo instructivo... Exemplo semelhante foi exercido pelo *O Investigador*, Lisboa, Tip. da Costa, que privilegiou na sua missão de civilidade política a recorrência, e instrumentalização, da memória da História de Portugal:

" Todos sabem que recentemente, isto é, no segundo, e felizmente extinto reinado da nefanda Carta Constitucional, de odiosa memoria, se introduziu o uso da palavra chamorro, applicada como epiteto injurioso pelos opposicionistas aos minesteriaes; que desde a revolução de 9 de Setembro se

---

a Nação, sem poder pagar nem as despesas de um exercito, nem, as d'um trono, terá que pedir a outra que se encarregue de governá-la [...] O nosso presente estado é na verdade o mais incerto; parece que nenhuma lei nos rege, e que algum resto de ordem se mantem sómente por habito [...] Um systema que vai por dois annos ainda não soube dar-nos sennao discordias, que augmenta sempre mais a miseria publica ...". "Politica Interna", *O Industrial civilizador* (1837), p. 1-2. De notar que a lógica desta argumentação estava próximo quer das hostes miguelistas, quer dos descontentes setembristas. Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Bonifácio (1991), *Seis estudos sobre o liberalismo português*, "Nas origens da dissidência portuense: as contradições entre a capital do Norte e a capital do país", p. 182-244 e "As dissensões políticas provocadas pelo debate da Pauta Geral de 1837", p. 245-251.

passou a dar esta alcunha a todos os cartistas, ou partidarios da fatal Carta [...] O Povo é ignorante, mas não é tolo; e está já tão ilustrado em materia de revoluções, e tão habilitado, por consequencia, para conhecer que o fim de todos os revolucionarios não é outro, seão empolgar o poder, promover os seus interesses particulares, e saciar a sua desmedida ambição, sem que o amor do bem publico tenha a menor parte dos seus procedimentos, ou nas suas intenções, que muitos da classe mais rude dizem com a sua natural franqueza que os revolucionarios e Pedreiros -livres o que querem é enganar o Povo..."<sup>8</sup>.

Numa outra dimensão encontravam-se *O Ramallete*, *Jornal d'Instrução e Recreio*<sup>9</sup>, 1837 -1842 e o *Archivo Popular*, *leituras de instrução e recreio. Semanario Pintoresco*, Lisboa, Typ. A. J. Cruz, 1837-1843.

Um e outro apresentavam-se como modelos populares de *O Panorama*. Esta filiação era notória quer na apresentação gráfica<sup>10</sup>, de que as estampas explicativas dos artigos constituíam um atractivo para o leitor, quer na selecção temática dos artigos<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> *O Investigador* (1837), p. 39 e 43. Sobre a vulgarização política do epíteto de «chamorros» durante o setembrismo cfr. Júlio J. C. Rodrigues da Silva (1992), *As Cortes Constituintes de 1837-38*, p. 62 e 78.

<sup>9</sup> Redactor - J. X. Pereira da Silva. Este periódico vendia-se por subscrição, ou nas lojas da viúva Henriques, na Rua Augusta.

<sup>10</sup> Sobretudo no caso do *Archivo Popular*, que inseriu desde início, como folhetim, o "Cathecismo de Agricultura", diálogo entre mestre e discípulo, em lições seguidas, e por vários números.

<sup>11</sup> As biografias, o romance literário, os pequenos eventos sociais, as anedotas, as culturas agrícolas ou a novidade sobre algum assunto da cultura técnica popular, tudo

No entanto, a questão de popularizar conhecimentos ganhou estatuto de instituição em 1840, quando foi publicado, pela Sociedade Propagadora de Utilidade e Recreio <sup>12</sup>, *O Joven Naturalista* <sup>13</sup>, com temas de História, Geografia <sup>14</sup> e Cosmografia (um curso em várias lições pedagogicamente explanadas) e os habituais temas de agricultura, economia rural.

---

era traduzido da imprensa popular inglesa e francesa, No caso do *Archivo Popularos* temas de divulgação de experimentações agrícolas - trigo, batatas, arroz - tiveram uma permanência constante.

<sup>12</sup> "Por entre a alluviam de periodicos da capital ainda o *Joven Naturalista* vae tomar voo; e oxalá nam seja elle sopeado por carencia do elemento (fallamos d'assignantes), em que tem de expandir as suas asas...". "A Sociedade Propagadora d'Utilidade e Recreio. Aos senhores Assignantes", *O Joven Naturalista* ( Janeiro 1840 ), nº 1, p. 1. Nota-se pois que o seu responsável estava bem consciente da grande concorrência que na altura existia de periódicos de instrução, de divulgação de conhecimentos técnicos e científicos, de recreio, de evasão, de civilidade e costumes morais e políticos.

<sup>13</sup> Publicado em Lisboa sempre em tipografias diferentes, o que não deixa de revelar uma certa fragilidade da publicação.

<sup>14</sup> "PROGRAMMA. O Portugal pinturesco, e formulas de sua publicidade. 1. Mappa geographico de cada provincia em particular - Discripçam sobre clima, producções, temperaturas, dimensões graduaes, legoas, estradas, rios, ribeiros e montanhas. 2. Desenhos originaes - das terras mais notaveis, nas suas particularidades, usos, trajos, e economias domesticas e ruraes: tudo circumstanciadamente e com desenhos dos individuos, de todos seus monumentos dignos de prelo, de suas montanhas mais pinturescas e elevadas, rios os mais caudalosos, e mattas celebres. 3. Depois de publicados os mappas tipographicos na forma acima dicta, se procederá ao formato do mappa especial ou corographico-politico de todo o reyno. 4. Exgotados os trabalhos no reyno, se passará a operar no archipelago dos Açores, e depois no ultramar". "Aos Srs. Assignantes", *Joven Naturalista* (Março 1840), nº 4, p. 27. Infelizmente os trabalhos geodésico e astronómios necessários a tal trabalho cartográfico não foram desenvolvidos para este projecto de Atlas de Portugal. Só na segunda metade do século XIX Bernardino Barros Gomes viria a publicar as *Cartas Elementares de Portugal*. "A obra [Cartas Elementares de Portugal] foi de facto escrita para um nível de ensino

Apresentou-se igualmente como periódico vocacionado para o mundo feminino, ao apresentar uma secção de Moda, acompanhada de estampas elucidativas. Sinais evidentes do alargamento e da diversificação dos leitores deste género de publicações, recreativas, educativas e civilizadoras.

## 11. 2. Jornais de recreação: o papel da ética e da instrução

Podemos ainda considerar um último núcleo - os periódicos que amalgamavam os princípios doutrinários e éticos aos temas recreativos e de evasão.

*O Jornal dos Artistas*<sup>15</sup>, Lisboa, 1837, dirigia-se deste modo aos operários lisboetas<sup>16</sup>:

---

«elementar», e o prefácio sublinha que o autor deseja «contribuir para melhorar, quanto possível, o ensino escolar português». Eis aqui o principal intuito de Barros Gomes: a melhoria do ensino podia apenas concretizar-se introduzindo na difusão dos conhecimentos o sentido do «progresso dos estudos»...», afirmam Nicole Devy-Vareta/J. Resina Rodrigues, J. C. Garcia (1878/1990) na introdução à reedição das *Cartas Elementares de Portugal*, p. VII.

<sup>15</sup> Jornal que estava pensado para sair todos os sábados, vendia-se e assinava-se na Rua Augusta, na Rua da Prata, defronte do chafariz do Loreto, na loja dos livros Martin, defronte do convento dos Paulistas e na loja Carvalho.

<sup>16</sup> No léxico da época designados de 'artistas', por estarem dependentes de um saber que se aprende da relação pessoal entre o mestre e o aprendiz. "A informação tecnológica específica de cada ofício acabaria, aliás, por dominar as páginas deste jornal [*Jornal dos Artistas*], que assim procurava materializar os objectivos anunciados. constiu testemunho irrecusável duma modificação da atitude dum grupo de artesãos. Meio geralmente acusado de conservadorismo técnico, procurava agora assentar a sua defesa

"[...] Mas nós temos grandes esperanças, que os nossos artistas hão-de ler e comprar o seu Jornal, que he o unico, que tem apparecido seu amigo. Nós bem sabemos que elles se querem apurar; pois elles acabão de dar o exemplo mais decisivo da sua boa vontade, matriculando-se hum grande número na aula de mechanica [da Sociedade Promotora da Industria Nacional]. He com o maior prazer, que nós ali temos artistas já cançados de idade, e aprendizes de todos os officios : tal gente merece amor de todos os seus concidadãos, e todos os sacrificios, que possão fazer para a sua instrucção. Tenhão pois os artistas este Jornal como o farol, que os ha de tirar das trevas, e da escuridão" <sup>17</sup>.

Tratava-se de estabelecer uma ligação directa entre uma publicação instrutiva e a valorização social, e cultural, de um grupo - *os artistas*. Nesta acepção valorativa de instrucção e de recreio temos outros casos a assinalar:

"Cultivar, e engrandecer o genio na vasta extensão da republica das letras, e dos conhecimentos uteis, felicitando d'esta arte a humanidade com a diffusão das luzes, é indubitavelmente o mais sublime meio de dirigir seguros passos para aquisição exuberante d'uma gloria estavel, a que deve aspirar o homem, que votado aos puros sentimentos de verdadeira

---

já não em privilégios antigos, mas na modernização dos instrumentos de trabalho. A valorização do trabalho manual pela instrucção técnica era uma ideia que se estava a generalizar [...] Era toda a nova concepção de origem iluminista acerca da articulação entre a mão e o cérebro, revolucionária na sua percepção da ligação entre conhecimento científico e trabalho manual...". Miriam Halpern Pereira (1988), *Artesãos, operários e o liberalismo [...]*, p. 62-63.

<sup>17</sup> *O Jornal dos Artistas* (1837), nº 1, p. 7.

philantropia, tem como civico timbre ser util á sua patria, em geral aos seres da sua especie " 18.

Assim se apresentava *O Museu Pittoresco . Jornal d'Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1840-1843 , que conjugou os artigos das notícias biografias de notáveis, e os artigos sobre História de Portugal, com um discurso de exaltação ética de patriotismo nacional 19. Nele se explicitava a defesa da agricultura, como forma de vida ideal do cidadão português, pelas virtudes e pelos princípios cristãos que ajudava a cultivar 20.

Num registo semelhante , de valorização ético-religiosa da actividade agricola 21 , encontramos *O Illustrador, Jornal critico, instructivo e recreativo*, Lisboa, Imprensa Lusitana, 1845 22, acompanhado do *Jardim*

---

18 *O Museu Pittoresco* (Maio 1840), nº 1, p. 1.

19 Na mesma linha esteve também a *Minerva Lusitana . Jornal d'Instrucção e Recreio*, Lisboa, Typ. José Baptista Morando, 1842.

20 Cfr. "Agricultura", *Museu Pittoresco* (1840), nº 8, p. 62 63 - "A agricultura é o verdadeiro destino do homem: por certo tudo depende em última analyse das terras; deste manancial fecundo das verdadeiras riquezas de um estado [...] Certamente a agricultura nasceo com as leis, e com a sociedade [...] A vida sempre occupada, qual é a agricula, e mesmo a manufactora concorre para garantir os povos de todos os vicios, e de todos os males; na verdade verifica-se, logo que a molleza, amontuando uma multidão de preguiçosos vadios, e de zangões consumidores, que, não se votando a qualquer exercicio, que lhes proporcione os meios da sua subsistencia, se deixão lançar nos braços de todos os vicios"(p. 62).

21 Esta linha agrarista viria, ao longo do século XIX, a manter-se presente em várias facetas da realidade cultural portuguesa, quer nas correntes literárias, quer em algumas das opções políticas e económicas. Cfr. Eugénio Castro Caldas (1992), *A agricultura portuguesa através dos tempos*, p. 443-448.

22 "Uma das razões por que os nossos Lavradores não colhem do seu trabalho tanto producto como lhes seria facil, é por que ostentam uma feia tenacidade em não ouvir

*Litterario . Semanario de Instrução e Recreio* , Lisboa, Imprensa Nacional, 1847-1854 <sup>23</sup>.

Ainda sob o signo das "Luzes", e da instrução e recreio, inscrevem-se outros títulos <sup>24</sup> , que têm como particularidade publicar a tradução de artigos estrangeiros para difundir os conhecimentos úteis de que a população tanto carecia. Assim, o tema da educação das "classes jovens", no interior da sociabilidade familiar <sup>25</sup>, tornou-se uma das preocupações destes periódicos do final dos anos de quarenta.

---

conselhos, e muito menos lições, persuadidos de que a simples pratica, ou talvez melhor, o exemplo dos seus avós é de sobejo". " Agricultura", *O Illustrador*(Nov. 1845), nº 12, p.91. Assina-le-se que (Fev. 1846), nº 25 do mesmo jornal se publica o artigo "Moral Pública" (p. 194-195) sob o mote do dever e "sagrada obrigação" de o escritor público encaminhar o seu "Povo " para a verdadeira moral e Religião.

<sup>23</sup> " a nossa estampa nos recorda a princeza das artes; a arte por excellencia - a AGRICULTURA ; aquella, que por sua antiguidade, constiute a primeira occupação, o primeiro officio do homem; unica entre as artes, que teve origem no berço do mundo, no estado da innocencia, apparecendo todas as mais no mundo aviltado já pela culpa: sua instituição vem directamente de Deos, e não seremos temerarios se lhe chamarmos Divina". "Agricultura", *O Jardim Litterario*(1847), vol. I, nº 2, p. 13.

<sup>24</sup> Referimo-nos ao *Jornal Encyclopedico*, Typ. Galhardo e Imãos, Lisboa, 1836-1837 ; ao *Archivo Popular. Leituras de instrução e recreio. Semanario pittoresco* , Lisboa, 1837-1843; a *O Instructor Portuense . Periodico mensal, contendo differentes artigos de Educação, Litteratura, Moral, Historia, Sciencias e Artes* , Porto, 1844-1845 ; à *Revista Recreativa . Periódico Litterario e Instructivo* , Lisboa, Typ. Luzitana, 1846-1847 ; a *O Baratissimo ou o pequeno civilizador popular. Semanario de conhecimentos usuaes, e de litteratura para as classes laboriosas* , Lisboa, 1848-1849 ; ao *O Auxiliador Industrial Portuguez ou archivo dos progressos industriaes. Conhecimentos necessarios e uteis aos artistas*, Lisboa, 1849.

<sup>25</sup> Decerto que a questão Maria da Fonte, e a instabilidade política e social, que se vivia desde 1846, não estariam completamente arredadas destas preocupações, ou do espaço

Como reflexão emblemática deste último agrupamento, fixem-se os princípios orientadores de um destes periódicos do ano de 1849:

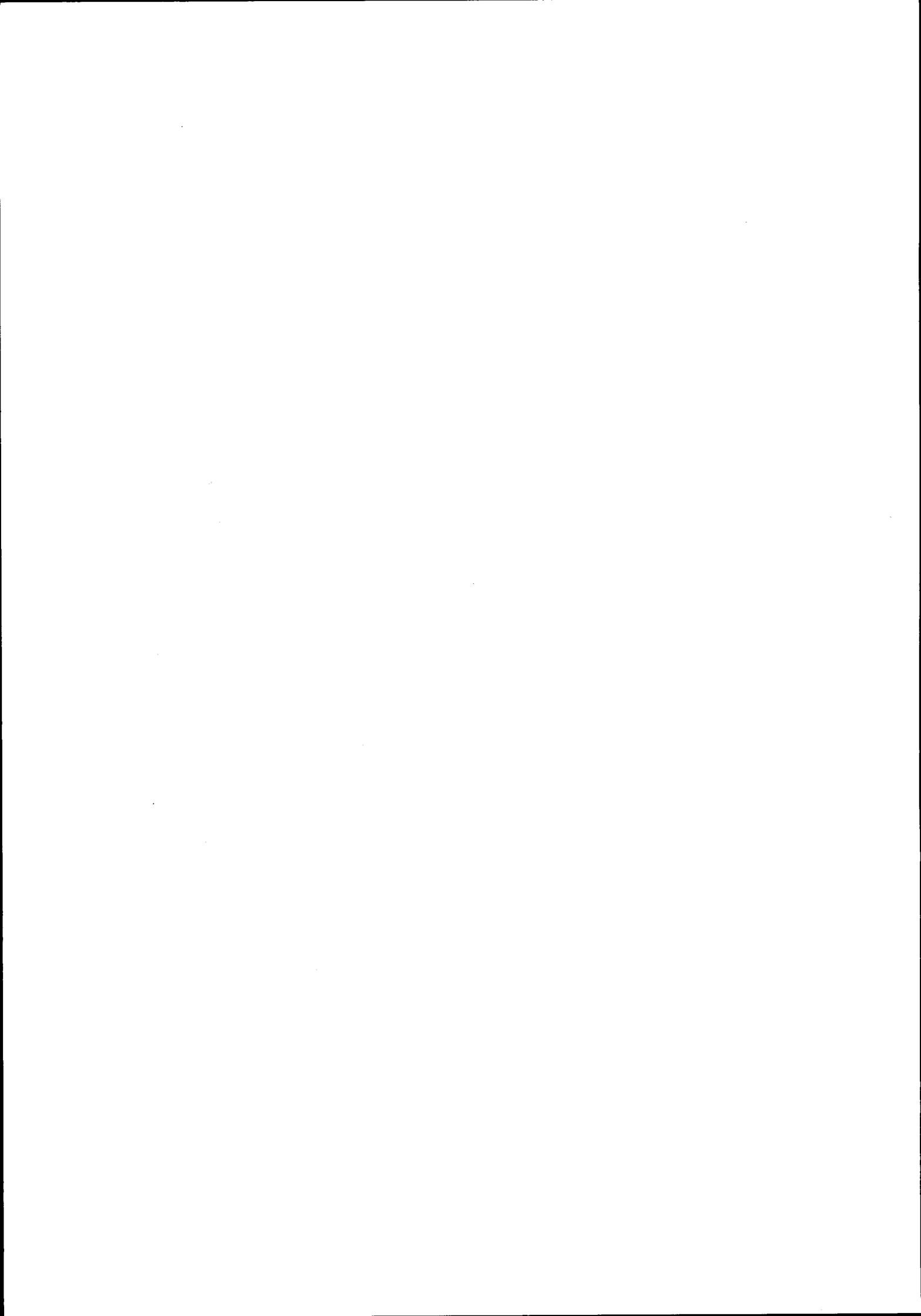
"São conhecimentos necessários, os que tem por objecto o prover ao homem dos alimentos indispensaveis á sua existencia. São conhecimentos uteis os que comprehendem a Agricultura, a construção dos Edifícios públicos e particulares, o fabrico da Vestimenta, a Medicina, a Cirurgia, e todas as artes conservadoras dos interesses sociaes, e protectoras da integridade nacional" <sup>26</sup>.

Em Portugal, a avaliar por este excerto do periodismo instructivo, no final dos anos desta década havia sinais inequívocos de alterações muito substanciais no mundo da leitura e dos leitores...

---

possível de incluir estes periódicos. Cfr. *Histoire de la Vie Privée*, tomo 4 (1987), Michelle Perrot, "La vie de famille", p. 187-191.

<sup>26</sup> "Introdução", *O Auxiliador Industrial Portuguez* (Jan. 1849), nº 1, p. 1.



## CAPITULO 12    Periodistas, Redactores e Colaboradores

Vamos finalizar este itinerário pelo mundo personalizado, e de rosto humano, dos jornais de divulgação da ciência e da técnica. Lidámos com um universo de de cerca de cento e cinquenta personalidades <sup>1</sup>. A elaboração das fichas de observação e a junção de vários elementos foram consequências naturais, decorrentes das várias propostas incentivadoras de leituras cruzadas, de cariz teorizante e metodológico <sup>2</sup>.

Preocupámo-nos em reler todo o material de investigação. Partimos, agora, em busca de outros traços referenciais, tais como peculiaridades

---

<sup>1</sup> Cfr. o Quadro I, no anexo existente no final deste trabalho, referentes ao perfil cultural e social deste conjunto multifacetado de personalidades portuguesas, oriundas de vários quadrantes.

<sup>2</sup> Cfr. Helge Kragh (1989), *Introducción a la historia de la ciencia*, especialmente Capítulo 11, "Las fuentes", p. 159-174 e Capítulo 16, "La prosopografía", p. 227-236; David Knight (1990), *La popularización de la ciencia en la Inglaterra del siglo XIX [...]*; Nicole et Jean Dhombres (1989), *Naissance d'un nouveau pouvoir: sciences et savants en France. 1793-1824*; e ainda o arquétipo do modelo teorizante subjacente ao estudo de transmissão de saberes relativos ao manuseamento do sal e de salinas na França do século XX - Geneviève Delbos / Paul Jorion (1984), *La transmission des savoirs*. Não podemos também deixar de aquimencionar o original estudo de André-Jean Tudesq (1986), *Le journal, lieu et lien de la sociabilité bourgeoise en France pendant la première moitié du XIX e. siècle [...]*, sobretudo o subcapítulo "Le journal lien idéologique et politique", p. 270-271.

biográficos, aproximações e rivalidades entre periódicos, ou o dinamismo cultural das três principais cidades do século XIX português - Lisboa, Coimbra e Porto. Tentámos igualmente entrar nas enigmáticas oficinas de tipografias e impressores, ou mesmo espreitar pelas portadas de livreiros e editores.

### **12. 1. A descoberta de um campo de cientistas divulgadores**

Cada título de jornal constituía um suporte de potenciais humanos muito específicos. Um suporte de nomes directamente ligados a uma cultura enciclopedista, numa primeira fase, a traços de convivência directa com a cultura científica dita europeia, num outro passo. E, finalmente, a geração marcada pelo dinamismo da aceleração do Progresso técnico, cristalizado no símbolo emblemático da Escola Politécnica.

Deste modo considerámos todos os nomes de Responsáveis, Directores, Redactores ou Colaboradores do largo rol de títulos de periódicos recenseados. Cada um teve um tratamento individualizado em função de um determinado número de referentes <sup>3</sup> que nos poderia dar alguma luz sobre

---

<sup>3</sup> Cfr. o quadro comparativo dos perfis biográficos das personalidades científicas que se encontra em Anexo. Numa primeira leitura é visível a coincidência temática dos interesses de uma cultura literária seguida de uma cultura científica, o que vai ao encontro de algumas das conclusões de David Knight: "Los primeros años del siglo diecinueve habían supuesto una época heroica de la ciencia, en la que frecuentemente el investigador y el espectador se situaban prácticamente en el mismo nivel y cualquier interesado y capaz podía introducirse en la disciplina de manera rápida; la línea que separaba a la ciencia formal de la popular era muy tenue, y grandes hombres de la ciencia eran a menudo, los propios popularizadores y divulgadores de sus puntos de

os mecanismos de divulgação e popularização da ciência e sobre as possíveis ligações entre os binómios **poder e ciência** e **ciência e sociedade**.

Deparamo-nos com três gerações de elites científicas. Gente de reputação cultural e social, aureolada pela distinção de serem membros, ou sócios, de academias científicas, da nacional Real Academia das Ciências, às de várias agremiações internacionais, dispersas por várias cidades integradas no cosmopolitismo cultural e científico da Europa dos séculos XVIII e XIX.

Uma primeira geração é pautada pelos que se formam à sombra das reformas das luzes, na Universidade de Coimbra, nas Instituições Militares ou ainda pelos bolseiros enviados para fora do país <sup>4</sup>.

---

vista; incluso se ganaba la vida dando conferencias populares y escribiendo para el mismo tipo de público" David Knight (1990), *La popularización de la ciencia en la Inglaterra del siglo XIX* [...]; p. 329. Cfr. ainda as perspectivas sobre a intervenção dos cientistas na sociedade - Guy Barthélemy (1988), *Les savants sous la révolution*, Capítulo "les savants des Académies", p. 55-103 e Jean-Charles Sournia (1989), *La médecine révolutionnaire (1789-1799)*, Capítulo III, "Les idéaux de liberté et d'égalité appliqués à la médecine", p. 95-150.

<sup>4</sup> Para o Estado das Luzes interessava criar uma estrutura cultural que associasse a utilidade de uma cultura científica ao pragmatismo de desenvolver os mecanismos de poder inerentes ao Estado iluminado. É nesta perspectiva que inserimos o conjunto de medidas tomadas em Portugal. Cfr. Luis Reis Torgal (1988), *Ilustración y Educación en Portugal. Perspectivas Históricas* [...]. Para estabelecer algum paralelismo com a Ilustração espanhola cfr. Juan Francisco Fuentes (1988), *Luces y sombras de la Ilustración española* [...]; Fernando Alvarez-Uría (1988), *La Ilustración y su sombra. Dominación cultural y pedagogía social en la España del siglo de las Luces* [...]; Agustín Escolano (1988), *Economía y Educación. Técnica en la Ilustración española* [...]; Antonio Moreno Gonzalez (1988), *Hacia la felicidad pública por la Ciencia y la Educación* [...]; e numa perspectiva de relacionar Reformas - Ciência - Estado veja-se A. Lafuente / J. L. Peset (1988), *Las actividades e instituciones científicas en la España ilustrada* [...];

Este grupo atravessou as primeiras vivências do liberalismo, marcadas pelos debates oratórios do vintismo e pelas sequelas panfletárias e bélicas travadas entre miguelistas e pedristas. Foi o tempo do triunfo da política e do retórica irrealista e apaixonada, na qual o discurso racionalizante da ciência e da técnica soava a algo muito prosaico, pouco sonhador e nada utópico. Ou, numa outra visionária dimensão, ciência e técnica eram mechas de variados rastilhos de pendor revolucionário, perigosamente incendiários e subversivos <sup>5</sup>.

A segunda geração foi caracterizada pelos que tiveram a sua formação académica durante o período das conturbações revolucionárias. Este factor é por demais importante para lhe não darmos algum destaque.

---

Horacio Capel (1988), *Geografía y cartografía [...]*; A. González Bueno / F. J. Puerto Sarmiento (1988), *Ciencia y farmacia durante la Ilustración [...]*.

<sup>5</sup> Retenham-se dois pequenos excertos exemplificativos do papel detonador de transformação dos cientistas na França de 1789: 1. "Le monde savant va être directement, à l'époque, à l'origine d'une des entreprises les plus actives de destruction de monuments anciens, par le biais de la découverte du salpêtre comme composant de la poudre à canon, ou plus exactement, du constant qu'on peut retirer ce nitrate de potassium tout simplement du grattage des vieux murs". Guy Barthélemy (1988), *Les savants sous la révolution*, p. 29; 2. "Les médecins appartenaient au Tiers Etat, leur mode de vie les classait parmi les bourgeois, mais les petits bourgeois [...] Et pourtant, plus instruits que, la plupart d'entre eux, ils avaient fait plus d'études et s'estimaient plus utiles à la nation que les nobles inactifs [...] Les médecins n'exprimaient pas un véritable rancœur, mais, parmi les conquêtes de la Révolution, on comprend qu'ils aient été surtout attachés à l'égalité; c'est ce thème qui promettait à leurs enfants l'élévation sociale grâce à la culture, et non à la faveur du rang héréditaire ni de la fortune". Jean-Charles Sournia (1989), *La médecine révolutionnaire*, p. 18-19.

A Universidade de Coimbra ou as instituições militares que proporcionavam educação de nível superior possibilitaram uma sociabilidade académica muito dinâmica e específica <sup>6</sup>. Nela ciência e revolução, inovação e utopia, técnica e regeneração conjugavam-se muito idilicamente, e talvez com excessos de facilidade, para a sociedade em vias de se (re)erguer e (re)organizar. Projectos e propostas que foram adiados e interrompidos pelo exílio decorrido entre 1828 e 1834.

Esta geração abalou para terras de França e de Inglaterra, com laços de solidariedade já estabelecidos, e munidos de uma bagagem científica suficiente para olhar a realidade circundante e aferir diferenças e paralelismos. O epílogo foi, em termos globais, tentar rentabilizar utilitariamente o tempo de emigração. E esta jovem elite científica portuguesa não desperdiçou tempo. Acabou de se formar nas Escolas Superiores de França, de Inglaterra e da Bélgica, ou depois de obtido o diploma de licenciado ou de bacharel, procurou espaços científicos que lhe proporcionasse um grau de especialização e a subida de grau académico - o doutoramento nalguns casos.

Não é difícil imaginar estas personalidades a conviverem com os membros das Academias científicas existentes e a tomar contacto directo com as publicações periódicas científicas em circulação. Uma destinadas a um público restrito - a comunidade científica - outras, para um público meramente alfabetizado: a popularização da ciência.

---

<sup>6</sup> Cfr. algumas pistas equacionadas por João Lourenço Roque (1990), *Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana [...]*.

Nestes percursos europeus cimentaram contactos e estabeleceram amizades duráveis, leram-se diversos manuais universitários e deslubraram-se com os liceus e com a Escola Politécnica. Visitaram fábricas e quintas modelos, enquanto expoentes do progresso técnico. Abriam os olhos para uma realidade completamente diferente daquela que haviam deixado em final dos anos vinte da centúria de oitocentos...

A vitória liberal permitiu o ambicionado regresso <sup>7</sup>. Os sonhos e as utopias idealizadas nos círculos de sociabilidade académica, e aumentados durante o período das vivências estrangeiras, esbarraram com a realidade material do país saído da guerra civil, desorganizado e exausto. Os contrastes com o progresso da crescente civilização industrial de um Prometeu há muito libertado além-Pirinéus <sup>8</sup> eram muito marcantes e profundos ...

Mas, talvez essa negra marca da diferença de inferioridade esteja na base do afã de actividade deste núcleo de *sábios*, modernos e inovadores, recém-chegados. Desdobraram-se em projectos legislativos <sup>9</sup>, em gizar planos

---

<sup>7</sup> Cfr. Francisco Villacorta Baños (1980), *Burguesia y cultura. Los intelectuales españoles en la sociedad liberal 1808-1931*, Capítulo "Los intelectuales y la revolución burguesa, 1834-1868", p. 26-52. Ainda sobre o papel destes «demiurgos» de uma nova sociedade veja-se do mesmo Autor (1985), *El Ateneo Científico Literario y Artístico de Madrid (1885-1912)*, p. 17; cfr. também Antonio Ruiz Salvador ([1971]), *El Ateneo Científico Literario y Artístico de Madrid (1835-1885)*. Para um estudo concreto de uma comunidade de cientistas veja-se Marc Baldó i Lacomba (1984), *Profesores y estudiantes en la época romántica [...]*, Capítulo IV, "La ruptura burguesa", p. 223-240.

<sup>8</sup> Cfr. David Landes (1975), *L'Europe technicienne ou le Prométhée libéré [...]*.

<sup>9</sup> Tenha-se em conta a febril actividade parlamentar de Silvestre Pinheiro Ferreira para o ano de 1843, que apresentou vinte e três *Projectos de Lei* para alterar a realidade do País. Cfr. também José Esteves Pereira (1974), *Silvestre Pinheiro Ferreira [...]*, Capítulo IV, "O pensamento económico e social", p. 147-166.

para reformas administrativas e institucionais, além de cavarem um fosso decisivo na estrutura fundiária portuguesa pelas mãos do revolucionário Mouzinho da Silveira <sup>10</sup>. Paralelamente cresceu de um modo avassalador o movimento e a intensidade da difusão dos conhecimentos da ciência e da técnica. Surgiu o movimento do «experimente você mesmo», o método ou a cultura agrícola proposta, a máquina em imagem anexa ou o esquema de organizar um espaço fabril ou um espaço rural.

Foi esta pujante geração <sup>11</sup> de científicos, com apetência por interesses literários e muitos devaneios poéticos, ainda por vezes com incursões breves pelo género dramático <sup>12</sup>, que soube, gradativamente, combinar o poder da ciência e a ciência do poder. De um modo lento, mas irreversível, os saberes científicos souberam insinuar-se junto do poder político, e demonstrar as potencialidades da junção de ciência e poder para legitimar através da Ciência opções ideológicas e orçamentais ou a promulgação de decretos leis. Ciência, poder e sociedade poderiam caminhar lado a lado, cruzando-se quando necessário, concedendo um novo estatuto à comunidade dos cientistas.

---

<sup>10</sup> Cfr. Miriam Halpern Pereira (1989), *Mouzinho da Silveira. Obras*, o estudo introdutório "Estado e Sociedade", «A crítica da Sociedade e do Estado de Antigo Regime», vol. I, p. 36-57.

<sup>11</sup> Corroboramos a opinião formalizada por Maria de Lourdes Lima dos Santos (1988), *Intelectuais Portugueses [...]*, Segunda parte, Capítulo 2 - "O exílio, lugar de aprendizagem", p. 102-120.

<sup>12</sup> Um caso exemplificativo desta evolução pode ser o de Joaquim Larcher, dono da fábrica de lanifícios de Portalegre; baseámo-nos na comunicação, que nos foi facultada por Ana Maria Cardoso de Matos (1993), apresentada num Encontro sobre os Emigrados em Portugal, no Palácio Marquês da Fronteira: *A Família Larcher em Portugal - percurso de vida e sociabilidade*.

Desta intervenção cirúrgica emergiu uma terceira geração de personalidades científicas, que despontaram para a opinião pública no final da viragem da primeira metade do século. Um núcleo de homens responsáveis pela vida das instituições científicas portuguesas, que viriam a tomar corpo no segundo grande fôlego do século XIX português - de 1851 em diante! Um punhado de técnicos (sempre insuficiente) que estaria ligado às estradas, ao caminho de ferro, aos levantamentos geodésicos, às expedições africanas, à organização de Exposições nacionais e internacionais. Numa palavra ao movimento do Progresso da Civilização.

O mesmo núcleo de personalidades foi ainda responsável pela existência, na segunda metade do século XIX, de uma imprensa científica especializada, vocacionada para um único ramo do saber. Uma imprensa voltada para um grupo de leitores muito específico, e portanto restricto, enquanto o grande público era alvo das atenções do empresário livreiro David Corazzi <sup>13</sup>.

Se falámos em sucessão de gerações, temos ainda de ter em linha de conta os efeitos do movimento de inércia exercidos pelos elos de ligação de um degrau geracional para outro. Mais importante do que a divisão temporal da vida dos biografados foi perceber as teias de ligação e de continuidade que os acontecimentos culturais marcaram o ritmo e a *forma mentis* de várias camadas de personalidades ligadas à Ciência em Portugal. Uma mesma personagem pode ter pertencido a mais de uma das gerações culturais acima

---

<sup>13</sup> Cfr. Manuela Domingues (1985), *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*, Capítulo II, "David Corazzi e o projecto da «Biblioteca do Povo e das Escolas»", p. 21-44.

enunciadas. Tudo dependeu do próprio ritmo de cadência história das vivências da sociedade portuguesa, do momento da concretização possível ou da máxima adequação à realidade.

Este problema torna-se mais nítido quando deslocamos o cerne das observações, do somatório de itinerários individualizados, para o perfil colectivo de uma instituição que atravessou as convulsões do nosso liberalismo - a Sociedade Promotora da Indústria Nacional <sup>14</sup>.

Se olharmos os percursos biográficos dos sócios, com particular acuidade para o grupo que compunha a Direcção e se responsabilizava pela publicação dos Annaes, verificamos como as fracturas do tempo vivencial dos acontecimentos cronológicos possibilitaram mudanças de geração.

A Sociedade Promotora, pelo leque dos seus componentes, pelos contactos que conseguia manter, reflectidos na leitura das páginas das suas publicações, funcionou como um elemento polarizador da difusão da ciência e sobretudo da técnica em Portugal.

Com um espaço de intervenção pública muito mais alargado que a Universidade de Coimbra ou a Academia das Ciências, esta instituição do regime liberal foi responsável por um importante trabalho de difusão dos saberes utilitários da Filosofia Natural. Julgamos que este caso evidencia claramente a vida personalizada dos periódicos, ou seja as instituições a que directa, ou indirectamente, estava ligado o corpo científico responsável e a

---

<sup>14</sup> Os dados necessários para delinear alguns destes traços foram extraídos do projecto de investigação «Sociedades e Associações de interesses agrícolas e industriais» financiado pela J. N.I.C.T.

projectão social, e cultural, desse mesmo corpo de personalidades de matriz científica com algumas vivências de poder exercido.

Se nos voltarmos para o grupo da difusão da Medicina, percebemos que não foi por acaso ou simples capricho que a imprensa médica foi a primeira a afirmar a sua especialização. Por detrás dessa libertação dos jornais médicos encontra-se um percurso complexo da acção concertada de vários perfis individuais de Médicos e de Cirurgiões, da valorização cultural e política da medicina civil e de medicina militar, da necessidade científica de lidar complementarmente com botânicos e farmacêuticos. Por outro lado verificamos que o poder político desde cedo concedeu importância institucional à medicina; recordemos as Comissões de Saúde no Parlamento; a criação das Escolas Médico-Cirúrgicas em Lisboa e Porto; o aparecimento da Sociedade de Ciências médicas em 1835; as medidas profilácticas e preventivas tomadas quando das epidemias ...

Temos assim de considerar que a difusão de conhecimentos científicos se centrou-se em dois polos de referência - as instituições de formação e as instituições de sociabilidade científica. A estas pertencia-se por mérito e competência.

Nestes núcleos formaram-se as comunidades de *sábios*<sup>15</sup>, que tomaram consciência do seu poder<sup>16</sup> e assumiram o papel pedagógico de

---

<sup>15</sup> Cfr. Nicole et Jean Dhombres (1989), *Naissance d'un nouveau pouvoir [...]*.

<sup>16</sup> E perante a consciência do poder que possuem, e podem exercer, os cientistas ditam as regras da moda da popularização da ciência: Janis Langins (1987), *La république avait besoin de savants*. E o fenómeno de moda também não podia ser esquecido em tempos de

difundir e popularizar a ciência e a técnica pela opinião pública, contribuindo deste modo para alterar traços de mentalidade existentes. Basta pensarmos no imenso trabalho, colectivo e individualizado, dos membros da Academia das Ciências de Lisboa, ou a projecção cultural e científica dos quatrocentos sócios da Sociedade Promotora da Indústria Nacional no agitar das águas da cultura científica e da cultura técnica <sup>17</sup>.

Se atendermos que os membros destas instituições se encontravam espalhados pelo país <sup>18</sup> podemos facilmente imaginar uma outra forma interna de comunicação existente nesta comunidade - as cartas e a produção de um género epistolar de tonalidades científicas <sup>19</sup>. Decerto estas cartas

---

cosmopolitismo cultural - cfr. Robin E. Rider (1990), *El experimento como espectáculo* [...], p. 134.

<sup>17</sup> Estamos a pensar concretamente na publicação dos *Annales*, na dinamização de actividades como a Exposição da Indústria Portuguesa ou a concessão de prémios para agricultores e «artistas»; temos ainda de levar em linha de conta, no plano individualizado, o infundável rol de contributos bibliográficos dos seus sócios, sobre temas variados, mas versando sempre os problemas da difusão do conhecimento científico.

<sup>18</sup> No capítulo da leitura voltaremos a este assunto, tentando analisar a dispersão geográfica dos possíveis leitores dos periódicos, uma vez que uma larga fatia deveria coincidir com os sócios destas agremiações científicas. Cfr. Mary Jo Nye (1986), *Science in the Provinces. Scientific Communities and Provincial Leadership in France, 1860-1930*; cfr. ainda os vários estudos de sociedades científicas de província, incluídos em *Metropolis and Province. Science in British Culture, 1780-1850* (1983), Ed. Ian Inkster.

<sup>19</sup> Cfr. Helge Kragh (1989), *Introducción a la historia de la ciencia*, Capítulo 11 - "Fuentes", p. 161. As epístolas dos científicos fazem parte de um domínio restricto de uma cultura de elite científica, em que a divulgação se efectua em circuito fechado e hermético. Cfr. James R. Jacob (1990), «*Por encanto órfico*». *La ciencia y las dos culturas en la Inglaterra del siglo XVII*, p. 45; Francisco Pelayo (1989), *Los fondos documentales americanistas del XVIII existentes en el archivo del Real Jardín Botánico*

marcaram o terreno para o fenómeno da divulgação das propostas a enviar para os jornais e revistas, das reflexões sobre leituras de outros periódicos, de cruzamentos de outras sociabilidades científicas <sup>20</sup>.

Nesta actividade paralela dos redactores e colaboradores da imprensa instrutiva, o tema **agricultura** manteve-se uma preocupação constante quando os rostos colectivos dos periódicos decidiram popularizar a utilidade do conhecimento experimentado, alargando, pois, o leque social das camadas que se deixavam entusiasmar pela Ciência <sup>21</sup>.

O trabalho de divulgação e de difusão de conhecimentos desempenhado por este tipo de imprensa útil mediatizou o discurso erudito das Memórias da Academia das Ciências e o discurso sobre agricultura que os

---

(Madrid) [...] em que se contempla a «correspondência científica». Cfr. ainda o estudo sobre Humbolt a partir de fontes epistolares: Charles Minguet (1989), *Alejandro de Humboldt y los científicos españoles e hispanoamericanos* [...].

<sup>20</sup> A correspondência científica é um domínio de trabalho a considerar, um percurso por arquivos públicos e privados, mas não foi contemplado nas opções metodológicas por nós assumidas.

<sup>21</sup> De algum modo encontramos um paralelismo entre a situação portuguesa e o caso francês: "L'enthousiame de l'aristocratie et des classes bourgeoises pour la science dans le dernier quart du XVIII e siècle continua à se manifester nettement pendant la Révolution, mais il toucha aussi les couches populaires. Or il véhiculait le goût d'une science «utile», terme que l'on retrouve à satiété dans le discours politique, dans les péroraisons suscitées par les fêtes révolutionnaires ordonnancées avec tant de pompe et de rigueur, ou encore dans les descriptions d'ouvrages d'enseignement ou de vulgarisation". Nicole et Jean Dhombres (1989), *Naissance d'un nouveau pouvoir: sciences et savants en France 1793-1824*, p. 345

---

<sup>22</sup> Cfr. B. S. Capp, *English Almanacs 1500-1800* (Ithaca, N. York, 1979), **apud.** James R. Jacob (1990), «Por encanto órfico». *La ciencia y las dos culturas* [...], p. 45-47; "No geral, as várias definições [de Almanaque] convergem, permitindo caracterizar o almanaque através de poucas componentes: 1 - a existência de um calendário e de outras indicações sobre o tempo [...]; 2 - a periodicidade da publicação, que é anual; 3 - a inclusão de indicações práticas, a qualquer título consideradas úteis [...]; os almanaques podem ter um cunho sobretudo literário, recreativo, instructivo, agrícola, político, religioso, regional, burocrático...". M<sup>a</sup> Carlos Radich (s/d), *Almanaques, tempos e saberes*. Cfr. ainda Manuel Viegas Guerreiro / J. David Pinto Correia (1986), *Almanaques ou a sabdoria e as tarefas do tempo* [...]. Sobre a dinâmica destes saberes do tempo, de feição agrarista, registre-se a opinião ainda de M<sup>a</sup> Carlos Radich - "À medida que se via dotada com os conhecimentos que a ciência oitocentista facultava, a agronomia foi passando em revista, cuidadosamente, os saberes técnicos que havia herdado do passado e que à partida constituíram o seu próprio fundo de saber. Deste modo, as mais variadas práticas agrícolas e respectivas fundamentações foram sendo analisadas, sistematizadas e criticadas à luz da moderna ciência. E acabariam por seguir destinos opostos, conforme fossem aprovados ou banidos pelos critérios científicos. A parte, aliás muito respeitável, do fundo técnico antigo que sobreviveu à severidade da ciência moderna, junta com as novas técnicas que a generosidade dessa mesma ciência fazia nascer, deram à agronomia portuguesa uma notável robustez. Com o seu saber e o seu saber fazer faltava-lhe partir à conquista da agricultura do seu tempo". M<sup>a</sup> Carlos Radich (1989), *Confrontos de um saber* [...], p. 653.

*Agricultor Perfeito* <sup>23</sup> haviam cristalizado.

O discurso experimentalista do periodismo científico, assente numa base de conhecimentos científicos aliado a uma prática técnica de procedimentos agrários, procurou colmatar o vazio entre o conhecimento de ponta e os dogmas repetitivos. Interessava popularizar a utilidade de um saber cientificamente orientado e experimentado, que pudesse substituir as crenças na capacidade agrária da lua, ou a infertilidade de uma colheita de cereais após anos sucessivos de ocupação do solo... .

Mas, esta pedagógica missão - é necessário lembrarmo-nos dos mecanismos explicativos, das alegorias, dos paralelismos, do recurso à cultura experimentada e botânica e geologicamente apresentada - apenas foi possível graças ao contributo de cada uma das personalidades que davam corpo colectivo ao título semanal ou mensal.

---

<sup>23</sup> Cfr. *Agricultor instruído que trata do modo de preparar as terras [...]* (1803); *Agricultor instruído : obra útil aos donos de quintas, pomares, vinhas [...]* (1818); *Agricultura simplificada segundo as regras dos Antigos [...]* (1814); A.N.T.T. - Real Mesa Censória (publ. per.), *Agricultor perfeito, muito útil a todos os lavradores, pomareiros e jardineiros [...] composto por António Costa, lavrador de Coimbra* (1774); *Agricultor Perfeito. Observando os quartos de lua computados sem erro algum neste anno de 1791 [...] por Damião Francez, astrónomo lusitano* (1791); *Almanak curioso ou prognóstico geral dos tempos para uso dos lavradores [...] composto por Bento Aires Pinto, astrónomo* (1805) para apenas referir alguns dos almanaques agrícolas que haviam pedido licença de impressão à Real Mesa Censória.

## 12.2. As cidades dos jornais científicos

Neste caminho de seguir percursos colectivos, cabe-nos dar alguma imprensa ao espaço nacional que enquadrou o movimento de novos títulos registados durante os cerca de setenta e cinco anos observados. Preocupemo-nos, pois, por agora, com as raízes geográficas de cada periódico.

Se dirigirmos um inquérito relativo ao local onde se idealizaram, pensaram, produziram e editaram <sup>24</sup> os veículos culturais periódicos, de divulgação de conhecimentos científicos durante os dois grandes períodos temporais (1772-1834 e 1835-1852) obtemos algumas pistas de reflexão.

Desde a fundação da Real Academia das Sciencias de Lisboa, em 1779, até à chegada dos franceses em 1808, a capital do Reino fez rodopiar tipografias e impressoras com o aparecimento de catorze novos títulos. Decerto a sombra tutelar da Academia, da sua Biblioteca e a presença na Corte de fortes desejos de espalhar as luzes da Ciência fez sentir alguma influência.

Em contraste numérico encontrava-se o Porto e Coimbra, cada um com um título apenas, como se pode constatar no quadro referido. Deste modo estamos em crer que o dinamismo revelado pela cidade invicta no domínio das sociedades literárias e médico-cirúrgicas não se traduziu no aparecimento de periódicos instructivos.

---

<sup>24</sup> Consideramos como local simbólico de todo este processo de nascimento de cada um dos periódicos a cidade onde se indicava que era publicado. Ver em Anexo os Quadros referentes aos periódicos.

Mas, Coimbra - a cidade universitária, a urbe do Jardim Botânico e das várias dependências experimentais anexas às recém reformadas Faculdades - constitui, a nosso ver, um verdadeiro paradoxo!

Quererá dizer que a instituição em si não possuía uma vida expansiva e de capacidade de comunicar e divulgar os seus saberes, os acumulados ou os aí produzidos à luz do newtonianismo? Ou que os seus lentes, alunos, experimentadores demonstravam o seu dinamismo fora da alçada institucional do Bispo Reitor? De um facto estamos seguros. Em Lisboa, quer nos periódicos, quer nos primeiros entusiasmos dos inúmeros trabalhos da Academia das Ciências deparamos a todo o momento com gente ligada academicamente à Universidade <sup>25</sup>.

Coimbra constituiria talvez o trampolim necessário para se desencadearem mecanismos de agitação cultural e científica. Coimbra proporcionava as primeiras sociabilidades - a das vivências estudandis, preparava o terreno para futuros debates científicos, abria a apetência dos recém bachareis ou licenciados a leituras que ultrapassassem os manuais escolares dos Lentes. Coimbra era ainda o espaço propedeutico de inúmeros fenómenos culturais do Portugal desta época <sup>26</sup>, nos quais incluímos a leitura científica e a divulgação de técnicas inovadoras, frutos colhidos em leituras

---

<sup>25</sup> Cfr. em anexo os quadros biográficos das personalidades científicas.

<sup>26</sup> Cfr. Luis Reis Torgal (1990), *Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do Liberalismo em Portugal [...]*.

directas e indirectas, saberes adquiridos em viagens de exploração científicas, ou de permanências no estrangeiro <sup>27</sup>.

Estas características, relativas aos locais de edição de periódicos científicos, mantiveram-se até ao Liberalismo de 1820. Exceptuava-se a imprensa de primeira emigração. Londres e Paris complementavam (ou procuravam qualitativamente ultrapassar...) o trabalho periodístico do Reino. A ida da Corte para o Rio de Janeiro trouxe um novo dinamismo à colónia americana <sup>28</sup>. Talvez aqui possamos tomar como mero símbolo o aparecimento de dois títulos de jornais de difusão de conhecimentos úteis e instructivos.

O despertar triunfante do liberalismo em Agosto de 1820 poderia fazer-nos pensar simultaneamente num despertar de sábios, que disponibilizassem o seu espírito inventivo ao serviço da Revolução <sup>29</sup>. Mas, a situação vivida foi bastante diversificada.

Em termos de novos títulos de periodismo relacionado com questões científicas apenas em 1821 houve tempo e espaço mental para criar

---

<sup>27</sup> Lembramos que utilizámos como campo alargado de observação, e de actuação personalizada dos agentes culturias, a divulgação da agricultura como cultura científica e técnica.

<sup>28</sup> Cfr. M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da Silva (1986) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*, 465-472.

<sup>29</sup> "La Révolution, tout en jetant bas le passé, a l'obligation, plus encore que le désir, d'employer les découvertes scientifiques de l'époque, ne serait-ce que pour survivre face aux dangers qu'elle court. Ces circonstances donneront aux maîtres de l'heure l'occasion d'agrandir et de multiplier quelques-unes de leurs applications pratiques. Telle est en tout cas l'evidence que s'impose aux contemporains devant résumer l'oeuvre positive accomplie alors". Guy Barthélemy (1988), *Les savants sous la Révolution*, p. 37.

algumas páginas instrutivas <sup>30</sup>, com um discurso adaptado aos fervores revolucionários. Havia que saber tirar o máximo partido da liberdade de imprensa e das inúmeras possibilidades das novas medidas legislativas. O tempo revolucionário dos inflamados debates ideológicos, lado a lado com as conturbações políticas e militares que caracterizaram o País até 1834, era muito mais favorável a uma imprensa panfletária, ideológica e politizada <sup>31</sup>.

As personalidades científicas fixadas em Lisboa fizeram aqui aparecer dez novos títulos. Alguns de muito curta duração temporal. Outros compartilhavam a difusão de técnicas agrícolas e manufactureiras, ou de conselhos médicos primários, com advertências constitucionais ou excertos de cartilhas políticas de tonalidade liberal... A grande excepção reside ns *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* ...

Os porta-vozes desta Sociedade, directamente importada dos ideais utilitários de ciência e de técnica franceses, constituíram uma fileira cerrada de *sábios* ao serviço da revolução. Personalidades que se dividiam entre a necessidade de inventar cientificamente novos objectos, para reconstruir o presente e alargar a esperança utópica do futuro, e o dever cívico de darem o

---

<sup>30</sup> No quadro em que se encontram os títulos organizados por local e ordem cronológica pode constatar-se que para o ano de 1820 figura o *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, dirigido pelo Padre José Agostinho de Macedo, que começou a publicar-se em Janeiro desse ano. Ora significa que este título nasceu ainda sob a dinâmica do contexto da ciência racionalista e utilitária, bem arredado de entusiasmos liberais ou revolucionários.

<sup>31</sup> Cfr. José Manuel Tengarrinha (1993), *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida* [...].

seu melhor contributo de competência individual aos trabalhos do Parlamento, como dignos deputados representantes da Nação .

Mas este foi o caso de excepção. Maioritariamente a inflação de novos títulos neste período de encruzilhada não ficou a dever-se a motivações de divulgação de conhecimentos científicos <sup>32</sup>. O que nos faz pensar no enorme contraste existente com o tempo da vivência das Luzes, malgrado as medidas preventivas de Pina Manique <sup>33</sup>. Estas, no entanto, não chegaram a afectar os caminhos já trilhados pela imprensa de matriz enciclopedista.

Este tipo de imprensa comportava referências de leitura muito mais alargadas do que a simples difusão de uma mensagem científica. Lembremos, como exemplos quase ao acaso, Fourcroy, Carnot, Monge, Bertholet, Laplace, Condorcet, Lavoisier, Cuvier, Chaptal, Parmentier e uma alargada galeria de símbolos emblemáticos de outras instituições científicas que a dinâmica da Revolução Francesa havia gerado <sup>34</sup>, como o prestigiante e republicano *Institut* <sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Para Coimbra registaram-se dois títulos e o Porto um apenas, e quer a cidade dos jovens universitários quer o epicentro dos acontecimentos liberais cruzaram nestes jornais a vertente da Ciência com uma vertente restricta do discurso político e ideológico.

<sup>33</sup> O dispositivo de um *cordão sanitário*, à semelhança do ministro Floridablanca, para impedir o avanço das ideias afrancesadas e revolucionárias após 1789. Cfr. Richard Herr (1979), *España y la revolución [...]*, Capítulo X - "Cierra España", p. 245-260. Cfr. ainda Graça e J. S. da Silva Dias (1980), *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Capítulo VIII - "A revolução maçónica dos fins do século XVIII", p. 339-420.

<sup>34</sup> Cfr. a obra colectiva coordenada por René Taton (1986), *Enseignement et diffusion des sciences en France au XVIII e. siècle*.

<sup>35</sup> "Dans la pensée des législateurs, l'institut devait être le couronnement de ce vaste édifice d'instruction publique qui comprenait les trois degrés d'enseignement,

Este dinamismo da sociedade portuguesa, antes dos aconteceres (e das tensões...) liberais, criou inércias que ibernaram no inconsciente colectivo dos sócios da Academia das Ciências, e simultaneamente no alargado e disperso rol dos membros da Sociedade Promotora. Vírus que subtilmente também se propagaram às novas gerações universitárias ligadas às ciências da Natureza e aos saberes inerentes ao corpo Humano.

Se acrescentarmos a esta equação de ideias o fermento de agitação, de vivências e de sociabilidades variadas (formais e informais...) inerentes ao exílio liberal dos anos vinte e trinta, é-nos relativamente fácil interpretar a segunda parte dos quadros de títulos de jornais científicos e instrutivos, organizados por local de edição, a partir do ano de 1834.

Em 1835, a cidade do Porto, na qual se encontrava Alexandre Herculano, inicou o repto dos jornais científicos e instrutivos com o aparecimento do *Repositório Literário*<sup>36</sup>, para de seguida a capital levar a dianteira com quatro novos títulos<sup>37</sup>. Estavam lançados os dados para a nova etapa na história dos periódicos científicos portugueses.

Na capital do Reino localizou-se o grande movimento editorial, e acima de tudo empresarial: trinta e nove novos títulos. Enquanto o Porto, já dotado de Escola Superior Médico-Cirúrgica e de Academia Politécnica viu surgir

---

primaire, secondaire, supérieur". Guy Barthélemy (1988), *Les savants sous la Révolution*, p. 72. ainda sobre os seavios do Instituto francês cfr, Georges Gusdorf (1978) *Les Idéologues [...]* e Sergio Moravia (1974), *Il pensiero degli ideologues [...]*

<sup>36</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Nunes (1989), *O Panorama [...]*, "Introdução, p. 7-20.

<sup>37</sup> Recordamos os seus títulos : *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa* ; *Bibliotheca Familiar e Recreativa* ; *Jornal d'Educação* e *O Industrial Civilisador*.

cinco títulos, que em tudo procuravam comparar-se, pela forma e conteúdo, ao que em Lisboa se fazia. Talvez se possa visualizar neste fenómeno centrado na cidade invicta o esboço de uma desejada autonomia cultural, em que cultura científica e cultura económica tiveram um significado importante. Lembremos, por exemplo, o aparecimento do Ateneu Comercial do Porto, da Associação Industrial Portuense ou já no final de oitocentos a esquecida Sociedade de Geografia Comercial do Porto <sup>38</sup>.

Mas, voltemos ao panorama nacional do significado do periodismo científico. Uma vez mais constatamos que Coimbra e a Universidade - no que têm de simbolismo institucional - não conseguiram desencadear qualquer tipo de acção jornalística ligada aos problemas científicos. No entanto, os membros ligados à instituição universitária acabam sempre por surgir à frente de um projecto editorial ou como responsáveis por algumas dezenas de páginas, para difundir saberes de agricultura, de medicina, de física e de química, de tinturaria e de tecelagem, de economia política, ou sobre o funcionamento de uma máquina a vapor.

A Universidade funcionava como um corpo cultural isolado do resto da sociedade, escudado nos poderes de legitimar a essência do saber científico, que demonstrava e transmitia ano lectivo sobre ano lectivo. O diálogo ou a

---

<sup>38</sup> Esta Sociedade existiu entre 1882-1887, tendo o seu espólio transitado para a Associação Industrial Portuense, instituição com que manteve sempre ligações muito próximas, como a leitura do Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto deixa perceber. Queremos agradecer ao geógrafo Rui Alcântara Carreira, do Porto, as informações retiradas do trabalho de investigação que se encontra neste momento a elaborar sobre a Sociedade de Geografia da cidade nortenha.

intervenção nos sedimentos culturais do tecido social existente efectuava-se através dos seus membros, ou seja da componente humana.

Estes intervinham a título individual, prestigiados por um percurso científico que se tinha iniciado nos anfiteatros da (ainda) Universidade pombalina. As esferas de competência e reputação científica, mas também de distinção social, advinham da sobreposição de outros títulos académicos (nomeadamente estrangeiros), dos contactos com as elites da sociabilidade científica, sobretudo internacional e do acumular da experiência de divulgação e popularização conhecimentos científicos.

### **12.3. Editores e Tipografias**

Inventar e idealizar um novo título de jornal, contactar colaboradores, assegurar um mínimo número de leitores, reunir textos de diversas procedências <sup>39</sup>, implicava cumprir uma última etapa para tudo se poder

---

<sup>39</sup> A difusão da ciência pela "Província" decorria paralelamente à (sobre)vivência da instituição universitária, ainda que Portugal não conhecesse nesta época sociedades culturais de província. Pensamos que foram os jornais científicos, que circulavam pelos núcleos de leitores de província, que desempenharam um papel significativo no trabalho da difusão de uma cultura científica. Não se pode igualmente desligar este problema da crescente importância que os moinhos de papel e os aspectos técnicos relacionados com as tipografias e as casas editoras foram tendo neste tempo do cosmopolitismo das Luzes. Vejam-se as propostas de investigação - indústria de papel, matrizes e tipos, aparecimento de impressores de renome, artes do livro, fortuna

concretizar: assegurar a feitura material do periódico <sup>40</sup>. Deste modo, os contactos com editores e oficinas de tipografias constituem um elo fundamental para o historial da leitura científica.

Voltemos para os quadros organizados em função do nome responsável pelo aparecimento dos veículos culturais.

No primeiro período, o de 1772-1834, destacam-se as três grandes oficinas tipográficas nacionais : a Universidade de Coimbra, a Imprensa Régia / Imprensa Nacional e a Academia das Ciências. Decorriam, paralelamente, contactos directos com famílias proprietárias de oficinas de tipografia, ou com livreiros <sup>41</sup>. Para Lisboa registamos a da Viúva Neves e Filhos, que passará a usar o nome de Nevesiana; a de António Rodrigues Galhardo, a de Thadeo Ferreira e as que adjectivam o nome de família - a Nunesiana, a Silviana, a Lacerdina e a Rollandiana. Para o Porto, registamos a oficina de Pedro Ribeiro da França <sup>42</sup>, também responsável pela edição de

---

editorial - que François Lopez propõe (1989), *La edición española bajo el reinado de Carlos III [...]*.

<sup>40</sup> Cfr. João Luís Lisboa (1991), *Ciência e Política [...]*; Francisco da Gamam Caeiro (1980), *Livros e livreiros franceses em Lisboa [...]*.

<sup>41</sup> Os tipógrafos e os livreiros encarregavam-se de fazer sair à luz do dia o jornal, mas também de os venderem ou organizarem a sua expedição aos subscritores.

<sup>42</sup> Pensamos que o estudo das tipografias é uma hipótese de trabalho com algum interesse, ainda que tenha de ter uma metodologia muito específica e socorrer-se do cruzamento de informações oriundas de diversos campos de investigação. As potencialidades informáticas hoje existentes talvez possam carretar bases informativas que nos permitam construir algumas hipóteses sustentáveis sobre o real e efectivo papel que as tipografias - os seus proprietários - tiveram no universo da leitura.

por um razoável número de livros, no final de setecentos e nos alvares de oitocentos.

O que aqui pretendemos salientar é a existência de uma receptiva sensibilidade pela divulgação e difusão de conhecimentos científicos, por parte de uma específica elite técnica e cultural. A comunidade dos cientistas tinha absoluta necessidade de cativar o diálogo com este grupo prestigiado pelos conhecimentos tipográficos e pela capacidade de fazer aritmeticamente multiplicar os saberes que lhes eram confiados.

Parece-nos lógico que a partir de 1834 se tenham efectuado lucrativos e proveitosos cruzamentos entre projectos de jornais, e revistas, e as oficinas das empresas tipográficas. Três casos são dignos de registo, pelo significativo dinamismo editorial: a tipografia de *A Epoca*, a tipografia de *O Panorama* e a tipografia da *Revista Universal Lisbonense* <sup>43</sup>.

Em plano de concorrência encontravam-se, decerto, as imprensas comerciais de Candido Antonio da Silva Carvalho, a de F. X. de Sousa, a de João Maria Rodrigues e Castro, a de A. J. C. da Cruz e a de Galhardo e Irmãos que passou a designar-se por Lisbonense. Neste domínio da edição perderam, claramente, terreno as três mencionadas oficinas tipográficas do Estado.

---

<sup>43</sup> Para além de fazerem sair regularmente os números dos títulos por que eram responsáveis, estas tipografias editavam alguns dos artigos sobre a forma de separatas (o que alargavam o círculo de intervenção do colaborador do periódico). Exerciam ainda uma actividade editorial «independente», ou seja respondiam às solicitações que lhe eram feitas.

A *ciência para a burguesia* liberal <sup>44</sup> - a popularização da ciência - era cada vez mais uma tarefa da intervenção do dinamismo económico individual <sup>45</sup>, e não da acção protectora ou directiva do Estado. A ciência podia agora vender-se, podia transformar-se num produto comercial, sob a forma de um jornal ou de uma revista <sup>46</sup>.

\*\*\*

---

<sup>44</sup> Cfr. Horacio Capel [et. all.] (1983), *Ciència para la Burguesia*, p. 43-53; J. L. Peset, S. Garma y J. S. Pérez Garzón (1978), *Ciencias y enseñanza en la revolución burguesa*, sobretudo o que diz respeito ao papel dos periódicos científicos, p. 78-83.

<sup>45</sup> "Désigner un object comme populaire, c'est le déclarer tel au nom d'une organisation ou d'un pouvoir qui relèvent d'une institution rationnelle, et c'est en cela, comme le dit Michel Certeau, que s'effectue «un clivage entre la raison et son "reste"; un reste que cette autorité (ou ce pouvoir) vise à récupérer: «La raison a son propre trésor caché dans le peuple et inscrit dans l'histoire". Geneviève Bollème (1986), *Le peuple par écrit*, p. 19.

<sup>46</sup> Veja-se o que a historiografia espanhola já apurou sobre o assunto: "Nos hallamos en el período que nos ocupa, a caballo del acceso de la burguesía al poder, acceso que no viene precedido de un hecho revolucionarios, como el frances, por ejemplo, sino fruto de este pacto. Y la burguesía llega incapaz de realizar esta revolución, incapaz, por tanto, de imponer una revolución industriale que complete la revolcuión burguesa. Atrapada por el drama de gobernar en un país en el que no puede plantear una dominación definitiva que suponga la destrucción completa del esquema del Antiguo Regime. En la prensa ocurre lo mismo. Mientras el punto de partida, 1833, podría tener ciertas similitudes con países cercanos como Francia, el punto de llegada, finales de la década de los sesenta, muestra un cuadro diametralmente distinto. La prensa francesa comienza su periodo de racionalización junto por los años treinta: revolución en el lenguaje, revolución en el concepto de empresa peridodistica organizada como industria". Josep-Francesc Valls (1988), *Prensa y burguesía en el XIX español*, p. 98 (sublinhado nosso).

A partir da década de trinta o espírito de militância, patriótica e cultural, foi substituído pelos imperativos da venda lucrativa de produtos de culturais. Neles se inseria a cultura da ciência e da técnica, necessárias para o público leitor, empenhado em aumentar o potencial dos seus conhecimentos individuais <sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Vejam-se as pistas abertas pelo estudo de Horacio Capel (1990), *El público y la circulación de obras de geografía en la España del siglo XVIII...*, com particular acuidade o subcapítulo: "La Geografía en las Gacetas", p. 286-293.

### III

## Tradição e Inovação nas Ideias Agraristas em Portugal (1772-1852)

Porquê seleccionar a agricultura, os temas agraristas e a difusão da agronomia? Em primeiro lugar este campo temático revelou-se comum ao nosso universo de pesquisa. A agricultura renascida com o impacto da Filosofia Natural, tornou-se, a par com a Medicina, numa das áreas mais sensíveis da divulgação do conhecimento científico <sup>1</sup>, constituindo os seus temas um mote, igualmente, fácil e flexível, para a popularização da Ciência

Guiados pela leitura dos temas agrícolas na imprensa científica portuguesa foi possível tomar contacto directo com a ideologia científica, com o sabor conjuntural e do poder do saber, com a ideologia dos cientistas, com o

---

<sup>1</sup> Cfr. Jacques Gadille, Régis Ladous (1984), *Des sciences de la nature aux sciences de l'homme* e Jacques Roger (1971), *Les sciences de la vie dans la pensée française au XVIII<sup>ème</sup> siècle. La génération des animaux de Descartes à l'Encyclopédie*.

cruzamento dos problemas culturais com os problemas da divulgação científica <sup>2</sup>, e um paradoxal afastamento do mundo real.

Delineadas as diferentes tipologias de títulos dos jornais estudados, de acordo com a orientação discursiva de quem difunde e de quem potencialmente capta os conhecimentos, lançamo-nos, agora, na observação meticulosa dos artigos agraristas e agronómicos.

Foi assim possível descer até ao pequeno detalhe da difusão de conhecimentos científicos e técnicos. Observar por exemplo, minuciosamente, o itinerário de uma ideia lançada no final de setecentos, reaproveitada e reajustada aos contornos da conjuntura liberal ao longo da primeira metade do século XIX.

Seguir as propostas de possíveis instituições agrárias e de inovações técnicas para as culturas agrícolas foi também uma via de nos confrontarmos, com a pequena comunidade científica, ligada à difusão agrária e agronómica em Portugal.

Dois corpos independentes - os jornais e a comunidade - mas vizinhos de uma mesma rua... De um lado o suporte material dos jornais e do perfil dos seus responsáveis; do outro lado da berma o núcleo de uma cultura técnica e científica ligada aos amanhos da terra, segredos cientificamente

---

<sup>2</sup> Cfr. Vicente Casals Costa (1988), *Defensa y ordenación del bosque en España. Ciencia, Naturaleza y sociedad en la obra de los Ingenieros de Montes durante el siglo XIX*; John Reeder (1978), *Economía e ilustración en España : traducciones y traductores 1717-1800 [...]*; Francisco Cabrillo (1978), *Traducciones al español de libros de economía política (1800-1880) [...]*; J. H. E. Polt (1976), *El pensamiento económico de Jovellanos. y sus fuentes inglesas [...]*.

desvendados na Mãe-Natureza! Deambular pelos múltiplos itinerários das ideias agraristas difundidos em Portugal na época das Luzes e da cultura liberal possibilitou-nos o contacto com um verdadeiro caleidoscópico, agrarista e agronómico, de ideários e sugestões, no qual se ramificaram várias propostas para os ideários agraristas e agronómicos em Portugal.

O resultado deste encontro saldou-se na escolha de dois blocos temáticos, que nos pareceram suficientemente sólidos e representativos dos ideais e ideários agraristas, de pendor cultural, de feição científica e de cariz técnica. O primeiro engloba os ideários propostos na divulgação do agrarismo em Portugal: as sociedades, o ensino e a história da agricultura, que constituíram também canais de auscultação do (in)consciente colectivo. O segundo tomou corpo através da leitura das múltiplas propostas técnicas, referentes às culturas agrícolas deste País de sabor mediterrânico.

A *Sciencia Agricola - Nova Agricultura* - desabrochou a partir da moderna revolução científica. Não foram apenas os saberes técnicos e científicos que contribuíram para inovadoras combinações de afolhamentos rotativos. As novas experimentações agrícolas foram registadas sobre o modelo de sistematização da árvore de conhecimentos, a que não faltou nunca um sabor pedagógico, que os ventos culturais das Academias Científicas e do Enciclopedismo exigiam.

A difusão da *Nova Agricultura* desenvolveu-se a partir da combinação dos esforços agrícolas e publicistas do inglês Jethro Tull e do francês Duhamel du Monceau. Fomos, de seguida, em busca de sinais deste movimento em Portugal através das páginas da imprensa científica. O resultado obtido saldou-se no encontro com as Autoridades agrícolas e num

pormenorizado publicismo técnico para as velhas e as novas culturas agrícolas.

Num primeiro tempo detivémo-nos nos tratamentos adequados para a cultura cerealífera, para a vinha e para a oliveira; em seguida, parámos no idear das culturas alternativas, ainda consideradas como exóticas ou estranhas - caso da batata e do arroz. Retivémo-nos ainda num possível imaginário de especialização de produtos por regiões agrícolas.

Por último, procurámos equacionar este publicismo de inovações, decorrente do desejo de estabelecer em Portugal uma actividade agrícola diferente, com os contornos da tradicional imagem de atraso e de decadência que a agricultura portuguesa sempre teve.

## CAPITULO 1 As Sociedades Económicas e Agrícolas

### 1.1. Academias e Sociedades na cultura da Europa Moderna

O que é a Europa Moderna, segundo a terminologia anglo-saxónica, ou a Europa Contemporânea afinada pelas luzes emblemáticas de 1789 ? O fio que marca as rupturas ou as linhas de fronteira em história da cultura, e no percurso histórico das ideias, é extremamente ténue. Referências que adormecem e despertam subitamente atordoadas pelo ecoar de canhões ou de movimentos intelectuais, emergência de novos conhecimentos que apenas ousavam mostrar-se na sombra calada de alguns salões, ou em murmúrios balbuciados entre quatro paredes fortemente solidárias... E por vezes num ápice, por vontade do poder instituído, a cultura marginal ou tolerada passa para o nível oficial e institucional, obrigatoriamente aceite por todos, e utilitariamente usada para a felicidade da Nação e do Estado.

As Sociedades e as Academias de carácter científico não são meros títulos institucionais. Constituem um universo colectivo, numa perspectiva social da história da cultura e da história da ciência, tal como nos é proposto por Paolo Rossi <sup>1</sup>.

A matriz da *Royal Society*, e o prestígio conseguido pela intervenção cultural e científica dos seus membros, revelou-se um importantíssimo

---

<sup>1</sup> Cfr. Paolo Rossi (1988), "Le istituzioni e le immagini della scienza", *Storia della Scienza Moderna e Contemporanea*, vol. 1, p. 3-30.

modelo para a Europa continental <sup>2</sup>, fazendo despoletar o aparecimento (ou o desejo de criação ...) de Academias e de Sociedades . Os fundadores da instituição inglesa <sup>3</sup> assentavam o seu saber de homens da ciência na esfera da Filosofia Natural de Newton.

Neste âmbito de saberes e de propósitos epistemológicos de observar, experimentar e conhecer a Natureza, cabiam os hortos botânicos, os jardins de aristocratas ou de burgueses curiosos da novidade observada e experimentada.

O interesse pelo racional aproveitamento da mãe naturante, sob o ponto de vista agrícola, surgiu acompanhado do aparecimento de várias sociedades agrícolas. "Between 1750 and 1850, however, a number of national institutions were formed to encourage the development of agriculture. These were the *Society for the Encouragement of Arts*,

---

<sup>2</sup> Cfr. Christopher Hill (1980), *Los Orígenes intelectuales de la Revolución inglesa*, especialmente o Capítulo 3 - "Francis Bacon y los parlamentarios", p. 105 - 155. do mesmo Autor ver ainda (1983), *El mundo transtornado. El ideario popular extremista en la Revolución inglesa del siglo XVII*, Capítulo XIX - "Los predicadores artesanos y la filosofía mecanicista", p. 275 - 293.

<sup>3</sup> "[On Wednesday 28 November 1660, The Royal Society of London, although not then so entitled, was formally constited at Gresham College in the City of London by «these persons following», as the Journal Book of the society records, namely, «The Lord Brouncker. Mr. Boyle, Mr. Bruce, sir Robert Moray, sir Paul Neile, Dr. Wilkins, Dr. Goddard, Dr. Petty, Mr. Ball, Mr. Rooke, Me. Wren, Mr. Hill". D. Mcke (1960), *The origins and foundations of the Royal Society of London [...]*, p. 1. Este Autor é um dos colaboradores da obra *The Royal Society; its origins and founders*; cfr. E. S. Beer (1960); Summeson (1960); Whiteside (1960); Ronan (1960); Fulton (1960); Andrade (1960); Scott (1960); Armitage (1960); Bluhm (1960); Payne (1960); Josten (1960); Martin (1960); Youngson (1960).

*Manufactures and Commerce*, generally known as the *Society for Arts* in 1754" <sup>4</sup>.

A partir desta Sociedade formaram-se várias sociedades locais de carácter científico e agrícola, institucionalizadas pelo *Board of Agriculture*, criado em 1793, uma Junta de Agricultura que a nível governamental se encarregava dos benefícios materiais e das alterações de legislação referentes à agricultura inglesa <sup>5</sup>.

Também na França de setecentos proliferaram as Academias de província <sup>6</sup>, cujo modelo de funcionalidade se inspirava na *Royal Society*. Eram agremiações de elite cultural e social, nas quais se debatiam temas e preocupações científicas, relacionadas com a fisiologia, a botânica, a química... E a agricultura estava sempre presente, tanto pela via da ciência experimental, como em debates, como ainda através dos jardins e dos herbários pertencentes a cada um dos membros. "L'activité agronomique des Académies provinciales fut donc loin d'être négligeable singulièrement dans ces régions où une société d'agriculture n'avait pu être établie. Les Sociétés

---

<sup>4</sup> *The Agrarian History of England and Wales* (1989), vol. VI, p. 370-371. Refira-se que «The Smithfield Club» surge em 1798; «The Horticultural Society» em 1804; «The British Association for the Advancement of Science», com uma secção de agricultura, em 1831; «The Royal Agriculture Society of England», em 1838; finalmente «The Farmers Club» surge em 1842. É importante ter-se em linha de conta os elos de parentesco de funcionalidade e de estrutura modelar existentes com a «Royal Society».

<sup>5</sup> Cfr. *The Agrarian History of England and Wales* (1989), vol. VI, p. 376. Paralelamente, desenvolveu-se em Inglaterra o movimento dos enclosures que deu aso a um alargado publicismo dos novos métodos agrícolas. Cfr. Marc Bloch (1978), *La historia rural francesa*, Capítulo 6 "Los inicios de la Revolución agrícola", p. 463-499.

<sup>6</sup> Cfr. A. Bourde (1967), *Agronomie et agronomes en France*, tomo II, p. 1537, nota 1.

d'agriculture étaient d'entrer en correspondance avec des compagnies plus anciennes ou plus distinguées [...] Mais alors que les Sociétés d'agriculture purent avoir une influence sur les décisions de l'administration parce qu'elles orientent officieusement les recherches agronomiques, les Académies provinciales durant se contenter de refléter un goût ou une mode souvent sans originalité" 7.

Em França e em de Inglaterra forjou-se, assim, o modelo das Sociedades que viriam a conhecer um grande incremento sob a acção cultural e política do movimento das Luzes, assente na corrente utilitarista da ciência ao serviço do Estado 8.

De carácter original e rompendo com a europeia lenda negra 9 que caía sobre a Espanha, irrompe logo no início da Ilustração de Carlos III, com o incentivo dos ministros ilustrados, o original movimento das Sociedades Económicas "Amigos del País". A síntese dos vários embriões de sociabilidades científica e económica existentes no espectro cultural europeu 10, torna-se um dos principais canais de difusão do espírito das

---

7 *Idem, ibidem*, tomo II, p. 1540.

8 Cfr. Lester G. Crocker (1985), *The enlightenment: problems of interpretation [...]* e o estudo específico sobre a realidade espanhola Emilio Balaguer Periguell (1986), *Ciencia e Ilustración: la incorporación de España a la Revolución científica [...]*.

9 Cfr. Ricardo García Carcel (1992), *La leyenda negra. Historia y opinión* e Dena Godman (1992), *Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approach [...]*.

10 Cfr. Giuseppe Galasso (1985), *Scienze, Istituzioni e attrezzature scientifiche nella Napoli del settecento [...]*; Hans-Ulrich Jost (1986), *Sociétés culturelles et artistiques en Suisse [...]*; Jean-Pierre Chaline (1986), *Sociétés savants et Académies de Province en France dans la première moitié du XIX e. siècle [...]*. Vejam-se ainda os recentes

luces <sup>11</sup>, lado a lado com o movimento periodístico <sup>12</sup> e as Universidades reformadas.

---

contributos sobre a Sociedade Filomática de Paris - J. André Thomas (1990), *La société Philomatique de Paris [...]*; André Tuillier (1990), *Les débuts de la Société Philomatique de Paris et le contexte idéologique [...]*; Jacques Roger (1990), *Antoine-Laurent Lavoisier et la Société Philomatique de Paris [...]*.

<sup>11</sup> "La mayoría de los escritores que celebraban los adelantos materiales realizados en el país, atribuían de buen grado este progreso a la política ilustrada de Carlos III. Ninguna de las medidas por ele adoptadas con intención de fomentar la prosperidad nacional, fue empero tan admirada como el apoyo prestado por su gobierno a las instituciones capaces de propagar las lucess entre sus súbditos. Tres eran particularmente importantes: los periódicos, las universidades y las Sociedades de Amigos del País". Richard Herr (1979), *España y la revolución del siglo XVIII*, p. 129.

<sup>12</sup> Cfr. Celso Amuña (1978), *José Mariano Beristain. Diário Pinciano. Primer periodico de Valladolid (1787-88)*; M<sup>a</sup> Dolores Boch Carrera (1990), *La difusión de las ideas ilustradas: la reforma de los usos penales en los periódicos del ytiempo de Carlos III [...]*; E. Varela Hervias (1966), *Espíritu de los mejores diarios literarios que se publican en Europa. Madrid 1787-1791*; Francisco Aguilar Pilar (1988), *Bibliografía de estudios de Carlos III y su época*. Especificamente sobre a divulgação da agricultura veja-se Joaquín Fernández Pérez (1988), *La difusión y divulgación de la literatura agronómica durante la Ilustración en España [...]*.

A primeira Sociedade foi a Vascongada <sup>13</sup>, fundada em 1764, no País Basco, de origem e iniciativa privada, local e fortemente personalizada pelo Conde de Peñaflorida. No entanto, dez anos depois, as regras do seu funcionamento são propostas, para todas as províncias de Espanha, pelo ministro das reformas ilustradas, Campomanes:

"En noviembre de 1774 éste [ Campomanes] lanza una circular a todas las autoridades locales del país, ordenandoles la fundación de Sociedades Economicas a imitación de la Vascongada. El programa obedecía a los proyectos de regeneración del país que tenía el propio Campomanes, y eso explica que la circular fuera acompañada de su *Discurso sobre el fomento de la industria popular*, que llegó a todos los rincones; en 1775 el programa allí expuesto fue completado con su otro *Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento*" <sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> "La Sociedade Vascongada de Amigos del País se fundó gracias a la iniciativa del Conde de Peñaflorida, quien se sentía dichoso de presidir una Academia de espíritu moderno y de contribuir a la felicidad de sus compatriotas. Las Sociedades económicas que florecen diez años después en toda España son fundaciones del poder central. También en este aspecto, Carlos III y sus consejeros dan muestras de su voluntad de dirigir la cultura nacional en un sentido netamente utilitario". Jean Serrailh (1985), *La España Ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*, p. 252. Cfr. ainda Gérard Dufour (1986), *De la Ilustración al Liberalismo [...]*; Gonzalo Anes Gonzalez (1990), *Educación Popular y Amigos del País [...]*; Luis Miguel Enciso Recio (1999), *Las Sociedades Económicas y el reformismo borbónico en el siglo XVIII [...]*.

<sup>14</sup> J. L. Abellan (1981), *Historia crítica del pensamiento*, tomo III, p. 732-746. A Sociedade Matritense congregou em seu torno a figura de Jovellanos, na qual viria a apresentar em 1785 o *Informe sobre la ley agraria*, antecedido, em 1784, de um *Discurso sobre el establecimiento de un montepío para los nobles de la Corte*. Na órbita de Madrid giravam as Sociedades económicas de Toledo, Guadalajara, Segovia, Avila e Talavera, enquanto que entre 1776 e 1781 cidades como Zaragoza, Valencia, Sevilla, Palma,

Ora, a Espanha da segunda metade do século XVIII, encontrava-se culturalmente próxima de Portugal, (por via de alguns laços ideológicos no exercício do absolutismo das luzes...). Ambos os Estados ibéricos possuíam um relevante movimento periodístico, de difusão de conhecimentos científicos e úteis e uma matriz reformadora dos sistemas de ensino vigentes.

Se considerarmos que os periódicos das luzes foram um dos principais veículos de difusão de ideias, responsáveis também pelo alargamento de horizontes culturais e mentais, parece-nos lícito partir em demanda de alguns dos ecos destas complexas e múltiplas Sociedades na imprensa científica portuguesa. Títulos instructivos que circularam entre nós sob os auspícios de múltiplos signos do discurso do poder político do movimento das luzes, originando o prenúncio de uma regeneração que potencialmente poderia ser de quadrante ideológico liberal <sup>15</sup>.

## 1.2. O jogo das referências na imprensa das Luzes

A imprensa portuguesa setecentista de difusão de conhecimentos científicos e úteis desde muito cedo revelou grande apreço e curiosidade pela existência das Sociedades e Academias europeias, e uma considerável

---

Segovia e Oviedo tiveram as suas respectivas Sociedades instaladas. Em 1804 existiam em toda a Espanha 63 Sociedades económicas. Cfr. *Idem, ibidem*, p. 732-746.

<sup>15</sup> Cfr. Luís A. de Oliveira Ramos (1989), *Le Portugal et la Révolution française (1777-1834) [...]*.

propensão para publicitar os seus trabalhos, originando vários tipos de leituras <sup>16</sup>.

As primeiras referências encontram-se na *Gazeta Literaria*, publicada no Porto, em 1761. Aponta-se o exemplo grandiloquente das Sociedades Agrícolas da Bretanha, de Inglaterra e da França <sup>17</sup>, como incentivos para fazer prosperar as luzes da agricultura. Sob o ponto de vista pedagógico, saliente-se o papel que os párocos podiam ter na difusão dos novos saberes junto do "povo agricultor" <sup>18</sup>, tal como era relatado nas Academias agrícolas da Suécia, da Irlanda e da Alemanha.

Na tradução apresentada, valorizam-se duas componentes dos discursos proferidos nas mencionadas Sociedades: a novidade agrícola e a sua difusão pelos párocos <sup>19</sup>. Quer-nos parecer que os responsáveis pela *Gazeta Literaria* estavam muito mais interessados nos temas agraristas, constituindo a temática das Sociedades um ponto de partida para levantar os

---

<sup>16</sup> Pensamos que muitas das referências apreendidas terão sido feitas em segunda mão, pela imprensa inglesa, francesa e mesmo espanhola, ou ainda através de todas elas, qual círculo de anéis de divulgação de conhecimentos; pensamos que os vários volumes do *Semanário de Agricultura y Artes dirigido a los parrocos* (Madrid, 1797-1800) é um exemplo cristalizado destes jogos de referências.

<sup>17</sup> "Da utilidade, e necessidade da sciencia da Agricultura, e sobretudo das Sociedades Economicas, que tem por principal objecto a agricultura", *Gazeta Literaria* (1761), vol. I n.º 23, p. 365-374

<sup>18</sup> Cfr. *Gazeta Literaria* (1761), vol. I, n.º 24, p. 375

<sup>19</sup> Mencione-se ainda as referências ao "projecto para o estabelecimento de algumas Sociedades correspondentes para o adiantamento da agricultura, das Artes, e do Commercio pela Sociedade económica de Berne", *Gazeta Literaria* (1761), vol. I 23, p. 373 e as "Memorias publicadas pela sociedade Hollandeza de Haarlem", *Gazeta Literaria* (1761), vol. I, n.º 25, p. 391-394.

problemas de uma renovada agricultura setecentista, na qual se incluíam as alusões à Toscana<sup>20</sup>.

A *Gazeta Literária* (1761) põe-nos em contacto com o primeiro grupo de Sociedades Agrícolas europeias. Um jogo de leituras dispersas geograficamente, porém amalgamadas num artigo prolongado por vários números.

Os demais artigos da imprensa científica são de tal modo profícuos às Sociedades que nos permitem efectuar pequenas digressões a algumas delas. Tomemos o caso da Irlanda:

"Entre as excellentes instruções, que sobre varios ramos da Agricultura tem publicado a *Sociedade de Dublin* se achão algumas relativas ao melhoramento e cultura de terras destinadas para o linho"<sup>21</sup>.

O artigo manterá os leitores presos por mais alguns números. Cada leitor fica a saber que a Sociedade de Dublin possui elementos suficientes para legitimar os processos aconselhados para o cultivo do linho, uma vez que a produção recompensará o investimento feito<sup>22</sup>. Era ainda sob o ponto de vista de rentabilidade de investimentos, na economia agrícola, que o leitor podia ainda ficar informado sobre a "maneira de nutrir as vitelas, por meio

---

<sup>20</sup> Cfr. *Gazeta Literaria* (1761), vol. I, n.º 25, p. 391-394. Cfr. Marino Berengo (1985), *Le origini settecentesche della storia dell'agronomia italiana [...]*.

<sup>21</sup> "Agricultura. Dublin", *Correio Mercantil* (Junho 1794), n.º 22, p. 169.

<sup>22</sup> Cfr. *Correio Mercantil* (Junho 1794), n.º 24, p. 186.

da qual se pode numa so estação criar quatro ou cinco com o leite de huma vaca", tal como vinha publicado nas Memórias da Sociedade de Dublin <sup>23</sup>.

Mas, as próprias Sociedades, e as respectivas publicações, encontravam-se em contacto umas com as outras, citavam-se, cruzavam informações, como se pode inferir da informação complementar sobre os linhos publicitadas a partir das terra gaélicas:

"A Sociedade de Berna nos cantões Suissos adoptou os mesmos methodos e observações á cerca da cultura do linho, bem como o fez a Sociedade de Irlanda" <sup>24</sup>.

O modelo de Berna será várias vezes referenciado sobretudo quando releva o papel instructivo, didáctico e publicista que as Sociedades deveriam desempenhar. Tomemos o caso do artigo intitulado "Extracto ácerca da questão qual será o melhor methodo da educação dos camponeses á agricultura, tirado das Memorias, e observações da Sociedade Economica de Berne, anno 1766" <sup>25</sup>.

A educação dos camponeses constitui o principal objectivo quer do artigo publicitador, quer da ideia central do papel de intervenção cultural desta instituição. Complementa-se esta ideia com a defesa do trabalho

---

<sup>23</sup> *Jornal Encyclopedico* (Jan. 1791), p. 164-166. Consistia o económico método em misturar água, feno e leite...

<sup>24</sup> *Correio Mercantil* (Julho 1794), nº 26, p. 201.

<sup>25</sup> Cfr. *Miscellanea Curioza e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 9-40.

agrícola e da instrução agrarista como meios de favorecer a regeneração do indivíduo <sup>26</sup>.

Associa-se o homem honrado - Bom Pai de Família - ao camponês ou ao agricultor, mas com um ideário de conhecimentos adequados ao tempo do racionalismo e à interpretação das leis da Natureza. A agricultura deverá então seguir os salutares princípios da Física, para se poder transformar em saber de Agronomia. Se para o agricultor ilustrado, e culto, bastariam as publicações da(s) Sociedade(s) Económica(s), já o simples e rural camponês necessitaria de outros intermediários culturais. Neste domínio caberia a intervenção pastoral dos párocos e o uso pedagógico dos catecismos do campo <sup>27</sup>.

Estamos, pois, perante a difusão, aparentemente inócua, de divulgar notícias directas, ou indirectas, relativas a estes mecanismos de ilustração e difusão de conhecimentos. A França e a Inglaterra, enquanto Estados empreendedores de Sociedades Agrícolas, surgem múltiplas vezes referenciados. Porém, a Espanha é apenas pressentida, não explicitada ou denunciada nesta vaga de periódicos do século XVIII, apesar da rede de "Amigos del País" existente.

---

<sup>26</sup> Consideramos que é importante (re)lembrar o papel pedagógico que a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert, havia feito, no que toca à valorização ética, moral, social e cultural do trabalho. Sobre este assunto específico cfr. Jean Ehard (1985), *Aspects de l'idée du travail dans l'Encyclopédie*. Vejam-se ainda as perspectivas abertas por Daniel Teyssie (1982), *Pédiatrie des Lumières*.

<sup>27</sup> Voltaremos a este tema mais à frente quando tratarmos do problema do valor ético, moral e religioso do trabalho agrícola.

Fixemo-nos por agora na imagem da França tricolor e nas suas Sociedades Económicas e Agrícolas nas linhas da imprensa instructiva portuguesa.

A Sociedade de Rennes é nomeada como um elo de ligação com a produção de linho da Rússia <sup>28</sup>, enquanto a Sociedade de Agricultura de Paris disponibiliza as informações do "cidadão Lasteryrie, seu Socio, que anda agora viajando pelo Norte da Europa para estender os seus conhecimentos e instruir os seus Concidadãos das cousas úteis, que se praticão nos outros paizes" <sup>29</sup>.

A variedade das coisas úteis podia ser tão banal e prosaica como o caso de um parto de uma ovelha, relatado à Sociedade de Agricultura de Bolonha pelos "cidadãos Courtin, Pichonn e Liegear" <sup>30</sup>. Outro exemplo possível é o caso de uma inovação de cultivo fornecido pela Sociedade de Agricultura de Montmarsan, em que "o cidadão Alexandre, Professor de Pharmacia, deo conta das experiencias, que tinha feito com a planta chamada pistacho terrestre" <sup>31</sup>.

Vamo-nos apercebendo, gradativamente, que a difusão das ideias agraristas assentava na informação obtida a partir das publicações e do

---

<sup>28</sup> "As razões precedentemente apontadas fizeram com que a Sociedade de Rennes na França, publicasse hum Aviso, que lhe fora remettido de Livonia [...] [sobre] a especie de terra que empregão na Russia para a producção do linho...", *Correio Mercantil* (Junho 1794), n.º 25, p. 193.

<sup>29</sup> "Agricultura. Génova. 19 de Dezembro", *Correio Mercantil* (Fev. 1800), n.º 5, p. 33 (sublinhado nosso).

<sup>30</sup> "Agricultura. Leide. 27 de Junho", *Correio Mercantil* (Julho 1800), n.º 29, p. 225.

<sup>31</sup> "Agricultura. Amsterdam. 13 de Julho", *Correio Mercantil* (Agosto 1801), n.º 32, p. 249.

funcionamento de Sociedades Económicas e Agrícolas; neste caso de uma França de fase revolucionária <sup>32</sup>, quando se tratava simultaneamente de tentar solucionar o problema das subsistências alimentares:

"Sobre as esperanças que ha de naturalizar a arvore do pão em França, diz a sociedade d'Agricultura do Departamento do Sena, que a arvore do pão sera com o andar dos tempos hum dos vegetaes cultivados em França, e que se ajuntará este novo fructo aos que já servem de alimento aos habitantes da Republica" <sup>33</sup>.

Parmentier lê na Sociedade Real de Agricultura a 23 de Setembro de 1790, "hum extracto de huma Memoria sobre as sementeiras"<sup>34</sup>. Nela

---

<sup>32</sup> Não podemos deixar passar despercebido o léxico utilizado pela imprensa portuguesa ao noticiar os assuntos de inovação apresentados às Sociedades - o **cidadão** que levou a cabo a experimentação agrária, ou que a apreendeu pela leitura ou pelas viagens instructivas, que depois são facultadas aos **habitantes da Republica** através das **sessões públicas das sociedades** e das suas publicações periódicas. Poderemos ver nestas sessões públicas, de debate e instrução nacional, alguns gérmens de um modelo de funcionalidade política.

<sup>33</sup> "Agricultura. Amsterdão. 8 de Setembro", *Correio Mercantil* (Out. 1800), n.º 40, p. 313. De notar como a utopia naturalista e exótica, senão mesmo literária, da América do Sul, neste caso da árvore do pão, é utilizada para utilitariamente contribuir para a resolução do problema das subsistências alimentares, baseadas no cultivo dos cereais. Cfr. Luis Carlos Arboleda (1990), *José Celestino Mutis (1792-1808), l'expédition botanique (1783-1816) et la naissance d'une tradition scientifique à la Nouvelle Granade [...]*; Joaquín Arce (1977), *Idolos científicos en la poesía española de la Ilustración [...]*; M<sup>a</sup> Belén Baños Llanos (1989), *Ciencia y política ilustrada: Cuéllar y la expedición botánica al Perú [...]*; Enrique Beltran (1985), *Las reales expediciones científicas a Nueva España [...]*; Henri Bhear (1991), *La poésie-connaissance [...]*; Eduardo Estrella (1985), *El Ecuador y la expedición botánica de Nueva Granada (1783-1816) [...]*.

<sup>34</sup> *Jornal Encyclopedico* (Jan. 1791), p. 157-162.

valoriza a "experiência" e a "observação" dos agricultores durante o ciclo agrícola das sementeiras .

Por seu lado "Mr. Sovin, membro da Sociedade Real de Agricultura e da Academia Real das Sciencias de Paris, disserta sobre o "methodo de tratar as árvores maltratadas pela neve e saraiva" <sup>35</sup>, enquanto que na "Academia publica das Sciencias e d'Agricultura de Bresse" João Baptista Cornian - um dos presidentes - dissertava sobre os efeitos físicos do ar no crescimento e desenvolvimento vegetal, aludindo à experimentações e saberes já publicitados por Duhamel nas suas obras <sup>36</sup>.

Em Abril de 1790 o *Jornal Encyclopedico* fazia publicar o "Discurso sobre as vantagens da Agricultura, e o parallelo entre os costumes do campo, e os habitantes da Cidade lido na Assembleia publica da sociedade real de Agricultura de Lyon"<sup>37</sup>. Decerto uma assembleia atenta à valorização da agricultura e do trabalho agrícola <sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> *Jornal Encyclopedico* (Nov. 1788), p. 356-359. Ainda na mesma linha de registos legitimados pelo saber conferido pela Academia das Ciências retenha-se que "Em Paris se publicou ha pouco hum aviso util aos Lavradores. consiste em ter o cidadão Durand [...] Correspondente da Sociedade d'Agriultura, e Socio do Liceo d'Artes, inventado huns moinhos caseiros de mão, os quaes foram aprovados pela Academia das Sciencias". "Agricultura. Amsterdam. 15 Dezembro", *Correio Mercantil*(Jan. 1801), nº 2, p. 9.

<sup>36</sup> *Jornal Encyclopedico* (Julho 1779), p. 128-130. Artigo traduzido pelo médico M. J. Henriques de Paiva, na altura responsável por esta publicação portuguesa.

<sup>37</sup> *Jornal Encyclopedico* (Abril 1790), p. 28-37.

<sup>38</sup> "As importantes utilidades attribuidas a arte de cultivar a terra não são de modo algum exageradas, pois que os principios moraes, e politicos, que formam a sua base, formam tambem a da civilização [...] O premio mais digno, o triunfo da sciencia he fazer feliz a humanidade". *Jornal Encyclopedico*(Abril 1790), p. 29-30; 34.

Ainda dentro do espaço cultural e geográfico da França, vemos noticiar nas páginas da imprensa instructiva portuguesa ligações personalizadas e institucionalizadas entre as Sociedades regionais e a nacional Academia Real das Ciências de Paris <sup>39</sup>.

O lado experimental e informativo das Sociedades em França, era completado pelas notícias que se recebiam das Sociedades inglesas e dos prémios que estas institucionalizaram para os melhores agricultores, para os melhores produtos e para as melhores experimentações <sup>40</sup>. O modelo será estatutariamente seguido pelas "Sociedades Económicas Amigos del País" na Península Ibérica, na Espanha de Campomanes.

Por motivos metodológicos, antes de analisarmos as vivências estatutárias da única Sociedade Económica que existiu em Portugal no século XVIII, passemos uma rápida busca às alusões feitas pelos sócios da Real

---

<sup>39</sup> Está em causa a valorização da Ciência e do conhecimento científico por oposição às Letras. Cfr. Georges Gusdorf (1977), *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*, "L'opposition entre les lettres et les sciences", p. 9-41 e Francisco Abad (1989), *La constitución de las ciencias humanas en el siglo XVIII español [...]*.

<sup>40</sup> "Em huma sessão que ha pouco teve a Sociedade d'Agricultura de Bath, se demonstrou que as batatas cortadas em talhadas, e depois seccadas em forno, podem conservar-se muitos annos sem se deteriorarem nem perderem a sua qualidade nutritiva". "Agricultura. Glasgow na Escocia. 5 de Setembro", *Correio Mercantil* (Out. 1800), n.º 41, p. 321. É o mesmo periódico que regista que "À sociedade d'Agriultura de Bath se pediu ha pouco o premio de 5 guinéos, que ella promettiera por dispôr trigo em 24 acres de terreno...". *Correio Mercantil* (Out. 1800), n.º 43, p. 337.

Academia das Sciencias de Lisboa a estes mecanismos de sociabilidade económica, agrária e científica <sup>41</sup>.

As alusões, explícitas ou implícitas, a estas instituições tão características da Europa setecentista não tiveram um lugar de destaque no conjunto do ciclo das *Memórias Económicas*, publicadas entre 1789 e 1815. Contudo, o assunto não passou despercebido no conjunto dos textos produzidos, e editados, pela instituição fundada à sombra das luzes marianas.

"No século proximo passadoas luzes da Critica e Filosofia Natural fizerão emendar alguns erros de theoria dos Authores antigos [...] mas as suas praticas quasi todas continuarão no essencial, mais ou menos aperfeiçoadas em divresas Nações, á proporção que nellas se estabelecêrão Soicedades Agrarias, e se seguio a experiencia illuminada pela Filosofia Natural <sup>42</sup> . Assim se expressava Felix Avelar Brotero, para introduzir tão importante assunto : as Sociedades Agricolas e a Agricultura vista sob o prisma da Filosofia Natural <sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Cfr. Mary Jo Nye (1986), *Science in the Provinces. Scientific Communities and Provincial leadership in France, 1860-1930*; Ian Inkster (1983), *Introduction : aspects of history of science culture in Britain, 1780-1850 and beyond [...]*.

<sup>42</sup> Felix Avelar Brotero (1815), *Reflexões sobre a agricultura em Portugal*, in "Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa", tomo IV, Parte I, p. 79. (Sublinhado nosso).

<sup>43</sup> "A Suissa e a Grã Bretanha, aonde hum verdadeiro patriotismo tudo anima parece ter feito mais progresso. Na Suissa este adiantamento científico procede dos excellentes escritos, que as Sociedades de Berne, de Zurich, e outras tem publicado em Agricultura [...] Na Inglaterra e seus Reinos Unidos, as differentes Sociedades Sabias, as Juntas de Agricultura, a Sociedade estabelecida com hum rico fundo para promover com grandes premios o progresso das Artes [...] Em França há muitas Sociedades Agrarias, innumeraveis escritos em Agricultura e Economia Rural, tanto originaes como

As *Memórias Económicas* são escassas em informações sobre este assunto, mas uma das memórias inéditas, e sob o segredo do anonimato, refere-se directamente às Sociedades, na sua vertente mutualista:

"A criação de um montepio pecuniário, em cada uma das cidades, e grandes vilas, da província do Alentejo, para socorro, e o maior fomento da agricultura, deve merecer a mais vigilante atenção da Real Academia das Ciências, tão desejosa de restabelecer esta nobre arte, como empenhada nos seus progressos [...] Os depositos de trigo, sempre tão uteis aos povos, mas se bem advertimos, de tempos a tempos, muito mais o podem ser os pecuniários [...] A Inglaterra, os Países Baixos, a França, e a Espanha, fizeram os mesmos montepios em diversos tempos, com mais felizes, ou infelizes progressos, conforme os seus fundos, e estatutos" <sup>44</sup>.

Os montepios, antepassados dos bancos rurais, ou das caixas agrícolas, constituíam um dos importantes corolários funcionais das Sociedades Agrícolas, ombreando com o das escolas e do ensino agrícolas. Se na perspectiva de Brotero, as *Memorias Economicas* da Real Academia das

---

traduzidas dos melhores Agronomos estrangeiros". Felix Avelar Brotero (1815), *Reflexões sobre a agricultura em Portugal*, in "Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa", tomo IV, Parte I, p. 79-80. De notar que Brotero invoca dois tipos de autoridade: a legitimidade dos «clássicos» que enaltecem o valor moral e virtuoso da actividade agrícola e os «sábios das luzes», os novos observadores da natureza e detentores do poder de saber domá-la e aproveitá-la.

<sup>44</sup> Anónimo (1781), "Plano de erecção de montepios pecuniários para o maior fomento da agricultura, artes, e comércio", in J. L. Cardoso (1987), *Memórias Inéditas [...]*, p. 167-168-169. Este plano de montepios agrícolas, qual socorro de lavradores, já era conhecido no Alentejo setecentista. Cfr. Rui Santos (1987), *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792*.

Sciencias de Lisboa constituíram a versão lusitana de uma Sociedade de "Sábios" com interesses agraristas, as suas publicações deveriam ser completadas com o ensino de cadeiras de agricultura e botânica, e pela proliferação de escolas rurais <sup>45</sup>. O corolário que as Sociedades espanholas possuíam - o de bancos agrícolas- seria, então objecto de atenção de um dos textos não publicados, e conservado como anónimo, relativo à região mítica da agricultura em Portugal - o Alentejo <sup>46</sup>.

O plano global de uma rede de Sociedades para Portugal, remonta, de facto, à *Memória Económico-Política da Província da Estremadura* <sup>47</sup> que explicita uma proposta da sua funcionalidade:

"Em todas as cabeças de comarca se deveriam formar estas sociedades de certo e determinado número de homens inteligentes, ou pelo seu estudo ou pela sua prática de agricultura, comércio e artes, para se encarregarem dos fins da sua instituição, e é assim que se comporiam de homens literatos, lavradores e artistas, cujos conhecimentos e experiência fossem mais bem reputados" <sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Cfr. Felix Avelar Brotero (1815), *Reflexões sobre a agricultura em Portugal*, in "Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa", tomo IV, Parte I, p.82

<sup>46</sup> Certamente no seguimento do texto de António Henriques da Silveira, *Racional Discurso sobre a província de Alentejo*, publicado pela Academia em 1789, no primeiro volume das Memórias Económicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa.

<sup>47</sup> De autoria de José Abreu Bacelar Chichorro, 1795, e publicada em 1943 por Moses B. Amzalak

<sup>48</sup> Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade económica de Ponte de Lima [...]*, p. 5.

Se pensarmos então na Academia como entidade produtora de estudos monográficos regionais <sup>49</sup> - **Memórias** - que deveriam cobrir todo o país, certamente nos aproximamos das menções a Academias rurais, ou Sociedades Agrícolas, cujo modelo de funcionamento e de implantação era, de facto, muito próximo daquele que se encontrava no país vizinho.

Será apenas no segundo fôlego periodista do século XIX ( de 1812 a1820) que se podem encontrar propostas concretas para estabelecer, em Portugal, uma rede de Sociedades Económicas e Agrícolas, como adiante veremos Ou seja, após as alusões implícitas sobretudo nos autores publicitados no ciclo de *Memórias Económicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. E, após a breve experiência local de Ponte de Lima e dos seus patrióticos intelectuais.

### 1.3. A Sociedade Económica e Patriótica de Ponte de Lima

*Os Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Publico, estabelecida na villa de Ponte de Lima, debaixo da Real Protecção de sua Magestade e intervenção da Junta de administração das fabricas do Reino*, publicados em Lisboa, na Regia Officina Typografica, no

---

<sup>49</sup> Cfr. Moses Bensabat Amzalak (1943), *A memória económica-política da provincia da Estremadura, de Bacelar Chichorro*; Fernando de Sousa (1974), *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*; (1983-1984), *Portugal nos fins do Antigo Regime (fontes para o seu estudo) [...]*; António Cruz (1970) *Geografia e economia da Provincia do Minho nos fins do século XVIII, plano de descrição e subsidios por Custódio José Gomes de Villas-Boas*; José Maria Amado Mendes (1981), *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*.

ano de 1780, permitem-nos estabelecer, no real histórico, a ponte de ligação entre as várias as Sociedades e a sua concretização no tecido social português <sup>50</sup>.

De imediato nos ocorre estabelecer comparações estatutárias com as congéneres espanholas <sup>51</sup>, "Amigos del País".

No discurso de apresentação oficial da Sociedade pensamos encontrar a ponta do fio de ligação à ideia de Campomanes para a Espanha da Ilustração. A Sociedade deveria cobrir localmente, e "derramar ensinamentos" sobre os três motores da produção: a agricultura, a indústria popular e o comércio.

Esta terminologia remete-nos de imediato para a leitura de Pedro Rodrigues de Campomanes e o seu mui célebre texto *Discurso sobre a Educação Popular e Fomento dos Artistas*, Madrid, Tip. A. Sancha, 1774 <sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Em 1778 surge a ideia de fundar a Sociedade, entre um grupo de naturais de Ponte de Lima; 1779 apresentação oficial e formal da Sociedade, no Palácio do Visconde de Vila Novba de Cerveira; 1780 é concedido o Alvará, por D. Maria I e nesse mesmo ano são publicados os respectivos estatutos. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, p. 6-9.

<sup>51</sup> Ainda que as referências às Sociedades "Amigos del País", sejam praticamente inexistentes, no universo periodístico compulsado, acreditamos que estas eram conhecidas em Portugal. Decerto o clima diplomático entre os dois Estados não era de forma a proporcionar um excesso de publicismo em torno de exemplos espanhóis. Cfr. Simão José da Luz Soriano (1867), *História da Guerra Civil [...]*, 1ª época, tomo II, p. 82-172.

<sup>52</sup> "Encaminado, en fin, este memorable escrito é remover los obstáculos que se oponian à la prosperidad del país, colocando al frente de esta pacífica revolución à los hombres más ilustrados y más amantes del progreso de la Agricultura, de la industria y del comercio, inició la conveniencia de fundar Sociedades Economicas, y trazó la línea de su

Este texto era conhecido em Portugal como o parece evidenciar o artigo intitulado "Discurso sobre a Educação Popular e Fomento dos Artistas"<sup>53</sup> e, anteriormente, a publicação do *Discurso acerca do modo de fomentar a industria do povo publicada em Hespanha por ordem de S. Magestade Catholica e do Concelho, e traduzido em portuguez por ...*, Lisboa, T. Rollandiana, 1778<sup>54</sup>.

Pela imprensa das luzes corriam também os planos das Sociedades Económicas para cada provincia, que deveriam funcionar em sintonia com os núcleos dos ofícios<sup>55</sup>, catapultando para a sociedade portuguesa o plano global, genericamente atribuído a Campomanes<sup>56</sup> de espalhar luzes e Sociedades pela provincia.

---

conduta". Braulio Anton Ramirez (1865/1988), *Diccionario de bibliografia agronomica [...]*, p. 119.

<sup>53</sup> *Miscellanea Curiosa e Proveitosa* (1781), tomo III, p. 132-184; (1783) tomo V, p. 79-140; (1784), tomo VI, p. 44-75; (1785), tomo VII, p. 59-1148.

<sup>54</sup> Cfr. A. A. Gonçalves Rodrigues (1992), *A tradução em Portugal*, vol. I, p. 168.

<sup>55</sup> *Miscellanea Curiosa e Proveitosa* (1785), tomo VII, p. 95-99 e p. 112-116.

<sup>56</sup> "Uno de los motivos de la fama póstuma de Campomanes es, sin duda, sus escritos. Las características de éstos son, sin embargo, su flata de originalidad, que le lleva a apropiarse lo escrito por otros y su afán de apoyarse en escritos españoles meas antiguos. Es bien significativo a este respecto el último descubrimiento hecho por los estudiosos Urzainqui y Ruiz de la Peña sobre el Discurso de la Industria Popular, uno de los escritos que más cimentaron la fama de Campomanes. Este escrito es obra de una figura secundaria de la Ilustración española, Manuel Rubin de Celís". Antonio Alvarez de Morales (1989), *El pensamiento politico y juridico de Campomanes*, p. 81. Rubin de Celis desempenhou as funções de tradutor do francês, tendo traduzido de Marcandier para o castelhano Tratado del Cañamo a que acrescentou a tradução de "un «discurso sobre el modo de fomentar la industria popular», que es el mismo en lo fundamental que el que de orden del Rey y del Consejo se publica ese mismo año (1774) con la

Não é de pasmar que da comparação dos Estatutos da lusitana Sociedade de "compatriotas", de "bem público", de "amor da Pátira" e das "luzes" com texto estatutário de uma das múltiplas Sociedades "Amigos del Pais" resultem semelhanças muito próximas<sup>57</sup>.

Na Sociedade de Ponte de Lima considerava-se que os sócios , nacionais ou estrangeiros, podiam ser todos os indivíduos que contribuíssem para o bem público e que pagassem a quantia prevista pelos Estatutos<sup>58</sup> , na mesma linha de "adelantamiento, y publica utilidad, y ha de constar de un indeterminado numero de Individuos. Será su instituto conferir, y prodicir los medios, que se creysen mas proporcionados, para mejorar, y adelantar la industria del pais; los oficios; secretos de las artes; los Instrumentos y máquinas para facilitar la maniobras"<sup>59</sup>.

---

sorprendente tirada de 30.000 ejemplares, bajo el patrocinio y el impulse de Campomanes, al que siempre se ha considerado como autor". *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>57</sup> Seguimos os *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, y demas pueblos de la comprehension de su Obispado*, Madrid, Imprensta de Don Antonio Sancha, 1777 (reedición de 1986), que seguiu a matriz dos Estatutos da Sociedade Economica Matritense. "El consejo de Castilla casi nunca denegó el permiso para la fundación de Sociedades. Este, se asesoraba de la Sociedad Económica Matritense, y ésta emitía casi siempre un informe favorable, porque creía que el establecimiento de sociedades en los pueblos y ciudades era beneficioso siempre, aunque de ellas no resultasse otro enriquecimiento que el intercambio de conocimientos a través de la palabra hablada". Juan A. Garcia Fraille (1986), "Introduccion", *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, [...] [año 1777]*, p. 8.

<sup>58</sup> Cfr. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, p. 14 e 15.

<sup>59</sup> *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, [...] [año 1777]*, p. 25.

A vida quotidiana e anual da Sociedade estava burocraticamente hierarquizada de modo que o topo da pirâmide do poder, o Presidente, pudesse controlar a vida da sociedade, desde as censuras ao movimento de tesouraria <sup>60</sup>, tal como "el orden de los asientos será segun vayan llegando los socios, y solo los oficiales se colocaran à la testera, presidiendo el Director, y poniendose à sus dos lados el Censor, Secretario, Contador, y Tesorero por el orden que van nombrados" <sup>61</sup>

A fim de marcar a vitalidade e o trabalho esforçado dos sócios deveria a Sociedade organizar a publicação das respectivas *Memórias*, de modo a se poder formar uma obra periódica, que cobrisse os três ramos da economia nacional <sup>62</sup>.

Os fundos da Sociedade seriam aplicados na obra pedagógica e educativa que lhe era estatutariamente inerente: a atribuição de prémios aos que se distinguissem na agricultura ou na indústria popular; a criação de uma livraria para os sócios; a organização de publicações monográficas e periódicas <sup>63</sup> e a fundação, e respectiva manutenção, e das Escolas Patrióticas, gratuitas, e especialmente vocacionadas para a mulher... <sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> Cfr. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, p. 16-20.

<sup>61</sup> *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, [...]* [año 1777], p. 34.

<sup>62</sup> Cfr. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, p. 20-23

<sup>63</sup> Do mesmo modo "Esta sociedade [Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza.] no podrea publicar memorias, discursos, ni otro asunto tocante à las tres clases de industria, sin que primero se consulte, y obtenga la arpobacion para ello de la

As equivalências estatutárias entre Ponte de Lima e as Sociedades espanholas reforçam-se à medida que avançamos na leitura dos respectivos regulamentos. Podemos perceber que o ensino através das Escolas Patrióticas constituía um verdadeiro *ex-libris* das Sociedades Económicas, como os veículos pedagógicos " de la enseñanza metódica es la que mas contribue à favorecer la industria, se debe proponer la sociedad el examinar los medios de erigir escuelas patrioticas, que la propaguen en ambas clases" 65.

Nesta amplitude de "ambas as classes" - homens e mulheres - não podemos deixar de reflectir sobre a possível interferência das leituras de Jovellanos. Estamos a pensar no discurso apresentado à Sociedade Económica de Madrid, sobre a entrada das mulheres nas Sociedades, sobretudo nas escolas de fiação de seda e de linho 66, e o concomitante desempenho que deveriam assumir no mundo familiar e social.

---

sociedad de Madrid, à que estea agregada". *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, [...] [año 1777]*, p. 43.

64 Cfr. Cfr. Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, p. 22

65 *Estatutos de la Sociedad Economica de Amigos de el pais de la ciudad de Siguenza, [...] [año 1777]*, p. 45.

66 Este papel educativo das Sociedades peninsulares tinha algo de inovador para a época: cfr. J. Jefferson Looney (1989), *Culture life in provinces: Leeds and York, 1720-1820 [...]*, que centra o seu estudo na popularização da ciência na província, através de espectáculos e outras formas de ócio científico. Veja-se ainda José Luis Fernández Fernández (1991), *Jovellanos: antropología y teoría de la sociedad*, especialmente o Capítulo V: "La educación, eje conductor hacia la «sociedad universal»", p. 311-384 ; Vicent LLombart Rosa (1981), *El sorgimento de les societats Econòmiques [...]* e (1976), «*Lei Agraria*» y «*Sociedades de Agricultura*». *La idea inicial de Campomanes [...]* para um contributo sobre as raízes deste movimento para institucionalizar as Sociedades Económicas, que tinham uma forte componente agrarista.

Mas o plano de actividades da Sociedade de Ponte de Lima estava longe de ter apenas um único sentido. O frade beneditino Frei José da Expectação <sup>67</sup>, despoletou uma polémica, equivalente a um antagonismo entre "los antiguos y los modernos" <sup>68</sup>. Nos Estatutos alternativos que propôs, encontramos subjacente ao seu discurso uma concepção económica normativa, eivada de considerações morais e ética:

"Sem as luzes da verdadeira Religião com facilidade as sobreditas inclinações e propensões da natureza serão emerecidas e abolidas pelas viciosas concupiscencias originadas pelo pecado" <sup>69</sup>.

E dando provas de um conhecimento da realidade peninsular evidencia que se tem "visto na Europa florescerem a Agricultura, as Artes e Fabricas admiravelmente pelo meio de sociedades voluntarias, e aprovadas pelos respectivos Monarcas: Os nossos amados visinhos Hespanhois actualmente as vão erigindo com efeitos felicissimos, e utilissimos ao bem comum. Esta forma de sociedade, he plenamente voluntaria, e fundamental no suave zelo, amor, ensino, socorro e premios que promovem a prosperidade da Nação"<sup>70</sup>.

Mas, enquanto os espanhóis e os patrióticos Amigos de Ponte de Lima discorrem sobre o texto estatutário à luz dos princípios do pensamento

---

<sup>67</sup> Cfr. Luís de Oliveira Ramos (1988), *Problemas e virtualidades da congregação de S. Bento nos fins do século XVIII*.

<sup>68</sup> Cfr. J. António Maravall (1966), *Antigos e Modernos [...] e* (1991), *Estudios de la historia del pensamiento español (siglo XVIII)*.

<sup>69</sup> Moses B. Amzalak (1950), *A Sociedade Económica de Ponte de Lima [...]*, . 30

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

racionalista, universal e abstractamente aplicável ao universo de indivíduos que abarca <sup>71</sup>, o frade beneditino agrupou num imenso articulado considerações variadas, de cariz económico, político e religioso, como normas de funcionamento interno para a Sociedade de Ponte de Lima.

Apesar deste debate, a Sociedade de Ponte de Lima foi de efémera existência, ou seja uma experimentação tão rápida e fugaz que não provocou repercussões nos meandros culturais portugueses. Excepto, talvez, no plano da história das ideias ...

#### **1. 4. O plano de Sociedades na imprensa pré-liberal**

O tema das Sociedades Agrícolas retorna ao espaço público da leitura da imprensa instructiva e científica, imediatamente após as convulsões da guerra peninsular. Na verdade o ano de 1812 foi extremamente rico e impulsionador para a divulgação da ideia de uma rede que cobrisse todo o território nacional <sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Estamos próximos dos textos constitucionais e da sua formulação jurídica, jusnaturalista e universal, para além dos debates inerentes a estas Sociedades. Cfr. Jean Boulaine (1990), *Les avatars de l'Académie d'Agriculture sous la révolution [...]*.

<sup>72</sup> "Agricultura. Sociedades de Agricultura nas Províncias", *Gazeta de Agricultura* (Jan. 1812), nº 1, p. 1-4; nº 2, p. 11-12; nº 3, p. 19-20; nº 4, p. 26-29; (Fev. 1812) nº 5, p. 35-36. Artigos agraristas, que aqui acompanharemos com algum detalhe e demora, nas páginas da publicação que na altura estava sob responsabilidade do médico e publicista Francisco Soares Franco, como já anteriormente tivemos oportunidade de analisar.

Após as experiências setecentistas de Ponte de Lima e do trabalho, de feição fisiocrata, da Academia das Ciências de Lisboa <sup>73</sup>, os leitores da *Gazeta de Agricultura* são despertados para uma nova maneira de publicitar as Sociedades Económicas e Agrícolas. É abandonado o discurso das alusões directas e indirectas, da notícia que se leu aqui ou ali, no cruzamento de informações.

Com o vigor que o contexto vivencial exigia, propõe-se um plano de Sociedades Agrícolas de Província para Portugal, uma vez que "todas as Nações da Europa tem recorrido a este grande meio para adiantar a sua Agricultura, e Industria, e fazer deste modo prosperar este seguro manancial das riquezas permanentes. A Inglaterra, e a França devem muito às Sociedades de Agricultura; mas a Prússia, a Suíça, e a mesma Hespanha lhes devem infinito" <sup>74</sup>.

Mas, os jogos de dados de uma geografia cultural das luzes - França, Prússia, Espanha, Suíça, Inglaterra - que constituíam o modelo das "nações cultas e civilizadas", não deixa escapar as diferenciações regionais do espaço ibérico, entalado entre o Atlântico e, na época, a Espanha de Cádiz. De modo categórico faz publicar o redactor da *Gazeta de Agricultura*:

"A Agricultura deve variar conforme as diferentes Provincias; a do Alemtejo he, por ex. absolutamente diferente da da Beira etc. e não he

---

<sup>73</sup> Cfr. Jacinto Nunes (1987), *Prefacio in "Memórias Económicas Inéditas"* e José Luís Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal*; (1987), *Introdução in "Memórias Económicas Inéditas"*; (1988), *Os escritos económicos de domingos Vandelli [...]*, (1988), *A influência de Adam Smith no pensamento económico português (1776-1811/12) [...]*.

<sup>74</sup> *Gazeta de Agricultura* (Jan. 1812), nº 1, p. 3.

possível alcançar o público hum cabal conhecimento a este respeito, senão por meio das Sociedades de Agricultura; pois que dentro da mesma Provincia ha districtos, que requerem differentes practicas para o mesmo objecto; e outras vezes hum methodo bom, e que poderia ser geral, está limitado a hum unico lugar. São pois precisas muitas pessoas, instruidas no local, e nos methodos dos seus districtos, que, trabalhando ao mesmo tempo nas diversas Provincias, illustrem a Nação sobre as suas proprias cousas, e nos tirem da ignorancia em que até aqui temos estado. Desta maneira por meio de suas Memorias confirmão a bondade dos melhoramentos estabelecidos, ou mostram seus defeitos; ensinam aos proprietarios a cultura de novas hervas, e plantas, ou practicas, que lhes dão maiores interesses; em fim por meio de premios desenvolvem a sua curiosidade, e emulação; e por via de empréstimos lhes facilitão recursos que não tinham" 75.

Estava, pois, programaticamente definido qual o papel destes "Estabelecimentos" na "regeneração" nacional e na "promoção da industria dos Lavradores", o mesmo será dizer no aumento do grau da sua instrução e dos seus conhecimentos.

A leitura dos Estatutos propostos 76 permite-nos verificar que o modelo de funcionamento continuava ainda muito próximo das Sociedades espanholas 77, ou relembrando o nacional episódio de Ponte de Lima !

---

75 *Idem, ibidem*, p. 2-3.

76 Cfr. *Idem, ibidem*, nº 2, p. 11-12; nº 3, p. 19-21; nº 4, p. 27-28.

77 "Como não podemos alargar-nos em longos discursos, diremos succintamente os artigos com que se organisou a Sociedade de Agricultura de S. Lucar de Barrameda, na Hespanha, para servir de modelo das nossas". *Idem, ibidem*, nº 2, p. 11.

O objectivo da Sociedade, que contava com um número "indeterminado de Individuos", residia na promoção da Agricultura e da Industria, devendo cada sócio anualmente contribuir com uma quota (no valor de 3.200 réis), classificando-se na qualidade de efectivos e honorários.

Mas, dois grupos de intervenientes sociais tinham espaço de manobra neste plano de Sociedades de Província. Referimo-nos aos párocos <sup>78</sup> e aos alunos, "mancebos em que se descobrirem juizo, e talentos proporcionados" <sup>79</sup> que assistiriam às conferências semanais organizadas pelas Sociedades .

Estas <palestras constituíam o núcleo pedagógico e didáctico destas instituições, contribuindo directamente para a valorização do ensino da agricultura e das artes em Portugal. Estava também previsto que caso não houvesse nenhum contributo da assembleia semanal se leria "alguma Obra impressa, ou Memoria das outras Sociedades patrioticas" <sup>80</sup>.

Os aspectos inerentes ao funcionamento institucional - tesouraria, livraria, presidente, censores, tesoureiro - em tudo obedeciam ao plano já conhecido, de um discurrer burocrático, hierarquizado de poderes e

---

<sup>78</sup> "[...] se reputão por Socios natos, sem obrigação de contribuição annual, em consideração á necessidade que tem a Sociedade do seu respeito, medição, informes, persuasão, e conselhos, para satisfazer aos seus louvaveis fins". *Gazeta de Agricultura* (Jan. 1812), n.º 2, p. 12. Cfr., para uma analogia de propósitos agraristas, o *Semanario de Agricultura dirrigido a los parrochos*.

<sup>79</sup> *Gazeta de Agricultura* (Jan. 1812), n.º 2, p. 12.

<sup>80</sup> *Idem*, (Jan. 1812), n.º 3, p. 19.

atribuições dentro da Sociedade <sup>81</sup>, no qual damos um papel de relevo às Escolas Patrióticas:

" A erecção de Escollas Patrioticas he hum dos Officios, em que mais se devem interessar os disvellos desta Sociedade, para que nellas se dê huma educação Christã, e se ensine gratuitamente a cozer, fiar, e tecer às meninas pobres, e desvalidas, conseguindo por este meio livra-las da pobreza, da mendicidade, e da vergonhosa libertinagem a que as arrasta a indigencia, e a torpe ociosidade. A Sociedade pois propõem-se ao estabelecimento destas Escollas, e offerece arbitrar os meios mais efficazes para se crearem, designando Socios-Curadores, que cuidem do seu bom regulamento [...] A Sociedade não cuidará só das Escollas geraes; mas attenderá também às particulares; pois que qualquer mulher, sendo obrigada da necessidade se erige em Mestra, sem muitas vezes ter para isso as qualidades necessarias; a Sociedade tomará debaixo da sua direcção estas Escollas, e não permittirá para o futuro outras Mestras senão as que forem examinadas, e tiverem bons costumes" <sup>82</sup>.

Temos, pois, já delineado o funcionamento e os objectivos destas Sociedades; falta-nos agora atender à sua área de dispersão.

"Em cada provincia pode haver huma, e em algumas duas; os lugares mais proprios de suas residencias me parecem os seguintes: Faro no Algarve; Evora no Alentejo; Santarem na Extremadura; Coimbra na Beira; Braga no Minho; Villareal em Traz-os-Montes. Comtudo Thomar, Abrantes, Leiria,

---

<sup>81</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, n.º 4, p. 26-28.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p.28.

Castello Branco, Vizeu, Lamego, Guimarães, Vianna, Chaves, e Bragança, são terras igualmente consideráveis, em que ha Pessoas instruidas, poderosas, e desejosas de trabalhar no bem da sua Patria [...] quanto mais se generalisem os focos de luz, e de conhecimentos uteis, mais se generalisem a emulação pelo trabalho, e pela perfeição..." 83.

Não podemos deixar de nos interrogarmos sobre o eventual sucesso deste plano de dispersão institucional no Portugal do pré-liberalismo. Como seria o país com vários núcleos de sociabilidade espalhados pela província, congregando os mais capazes, os mais instruídos e semanalmente debatendo temas e problemas, propostas e sugestões...? 84.

Mas, voltemos à realidade da segunda década do século XIX português e à inexistência de qualquer tipo de Sociedades Económicas ou Agrárias. Salvava-se a honra nacional, face aos países "cultos e civilizados", com a permanência e (sobre)vivência da Real Academia das Sciencias de Lisboa.

Porém, um outro tipo de sociedade foi anunciada como possível para Portugal. Um dos periódicos da primeira emigração liberal difundiu e publicitou com grande minúcia um novo tipo de Sociedade, um novo projecto, que rompia pelo seu enunciado e objectivos com a herança agrarista herdada

---

83 *Idem*, (Fev. 1812), nº 5, p. 35.

84 Cfr. Mary Jo Nye (1986), *Sciences in Provinces. Scientific communities and provincial leadership in France, 1860-1930*, especialmente o Capítulo 7 - "Conclusion: the character and achievements of french provincial science"; Paul Weindling (1983), *The British mineralogical society: a case study in a science and social improvement [...]*; Steven Shapin (1983), *Science in a commercial city: Bristol 1820-1860 [...]*; Derek Orange (1983), *Rational dissent and provincial science: William Turner and the Newcastle literary and philosophical society [...]*.

da cultura setecentista. Alguns leitores portugueses tiveram, assim, acesso à informação do novo modelo de Sociedade existente em França:

"As Sociedades bem organizadas, isto he, compostas de cidadãos não só honrados, mas entendidos em materia de industria, são pois [...] o unico meio efficaz para conseguir este fim tão complettamente, quanto o permitem as cousas humanas. Cada huma destas sociedades forma hum nó que prende moralmente todos os homens industriosos; aproveitando as luzes das Academias, cujos institutos abração todos os ramos do saber humano, são o complemento dellas na applicação particular das suas theorias" <sup>85</sup>.

Segundo a portuguesa *Gazeta de Agricultura* o Estado deveria promover e fomentar o estabelecimento das Sociedades Agrícolas pela província. No caso francês, o voluntarismo individual estava na base do aparecimento desta Sociedade Promotora, de carácter nacional e não regional. Assim, aos Governos "toca apoiar-las; mas a sua instituição he tanto mais util e fecunda, quanto mais procede spontaneamente do patriotismo, e do zelo e entusiasmo de cidadãos honrados". <sup>86</sup>

Todo o artigo discorre em torno dos inúmeros factores positivos do estabelecimento em Portugal de uma Sociedade semelhante, de modo a obter rápidos proventos de felicidade pública. E, seguindo a matriz pedagógica a que obedeciam os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*,

---

<sup>85</sup> Candido Xavier, "Sobre a Origem da Sociedade Promotora da Industria Nacional em França ( Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale)", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1819), vol. V, p. 7.

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*, p. 8

o Autor não se poupa a esforços, e enumera todos os princípios estatutários da Sociedade Promotora da Industria Nacional, em França... 87.

Dando sequência a este tema, e procurando reforçar os seus pontos de vista, o periódico de uma sociedade de portugueses editado em terras parisienses, mantém os seus leitores informados sobre o que em França se estava a proceder para desenvolver a "indústria nacional". Referimo-nos, concretamente, a um artigo de Candido Xavier, "Do Conservatorio das Artes e Officios de Paris, e da possibilidade de hum estabelecimento semelhante em Portugal" 88, no qual se explica o funcionamento deste Conservatório de Artes e Offícios directamente ligado à francesa Sociedade Promotora da Industria Nacional, de modo que um e outro apenas tinham utilitariamente benefícios a retirar.

Referências e exemplos cruzados no horizonte cultural e mental português. Projectos, propostas e sugestões inoperantes, mas em estado de latência, podendo despertar logo que a conjuntura histórica fosse favorável. É exactamente desse momento que nos vamos aproximar, ao saltar para o palco do vintismo e das suas concretizações.

---

87 *Idem, ibidem*, p. 17-22.

88 Candido Xavier, "Do Conservatorio das Artes e officios de Paris, e da possibilidade de hum estabelecimento semelhante em Portugal". *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1819), tomo VI, p. 87-107.

Entre esses projectos e sugestões consideramos de notável destaque o artigo de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque <sup>89</sup>, "Considerações sobre a utilidade das Sociedades de Agricultura" <sup>90</sup>.

Estava indubitavelmente em causa o desenvolvimento da "publica prosperidade", há muito ensaiada e esperada. "Estamos persuadidos que hum dos meios mais efficazes para obter hum fio tão desejavel, he o estabelecimento das Sociedades agronomicas, e esperamos fazer aos nossos leitores evidente esta verdade..." <sup>91</sup>.

As Sociedades agronómicas pertence reunir e difundir os "conhecimentos practicos e theoreticos, de cuja reunião em hum individuo ponderámos a difficuldade, podem facilmente achar-se juntos em huma sociedade ; os seus diversos membros, tirados huns da classe dos homens instruidos, outros d'entre os mais habeis e zelosos colonos, formarão hum todo, que, unindo os principios geraes ao conhecimento practico das localidades, estará em estado de inculcar ao cultivador os melhores e mais appropriados methodos de cultura" <sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> "O casamento com sua prima Ana Mascarenhas e Ataide, filha do desembargador «setembrizado» José Diogo de Mascarenhas Neto, levou-o a tentar, durante algum tempo, a agricultura em Santarém, e mais tarde no Fundão. O trabalho agrícola impelia Mousinho ao estudo das questões fundiárias numa perspectiva fisiocrática [...] . Rogério Fernandes (1983), *Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836* [...], p. 223.

<sup>90</sup> Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, "Considerações sobre a utilidade das Sociedades de Agricultura", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1821), vol. XI , p. 3-32.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 9-10.

Os vários leitores dos *Annaes das Sciencias , das Artes e das Letras* podiam ficar instruídos sobre todos os mecanismos e vantagens destas Sociedades, e das respectivas publicações. Recordar-se a Sociedade Real e Central de Agricultura de França, criada, em 1819, com vários intuitos. Entre eles suprir a falta de "azeites resultantes dos estragos causados ás oliveiras dos departamentos meridionais pelos fortes gelos de Janeiro de 1819 [...] [e] a referida Sociedade nomeou huma Commissão especial [...] para redigir huma Instrucção sobre o cultivo da ditta planta [...] a qual foi publicada nos *Annaes de Agricultura Franceza*, Caderno de Março de 1820" <sup>93</sup>.

O longo e pormenorizado artigo de Mouzinho de Albuquerque reflecte uma recolha de erudição exaustiva sobre as Sociedades de cariz agrário da Europa <sup>94</sup>, nos quais o nosso publicista considera útil referenciar os trabalhos agraristas da Academia das Ciências de Lisboa .

Estamos, de facto, perante o mais completo texto de divulgação sobre as Sociedades Científicas Agrícolas, e o longo itinerário percorrido por estas instituições europeias desde o século XVII. O verdadeiro motivo de fazer publicar o extenso artigo, encontra-se simbolicamente encerrado na sua derradeira frase:

---

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>94</sup> Além do caso da França, já referido, aponta-se as estabelecidas em Inglaterra (Edimburgo, Londres) a da Irlanda, sediada em Dublin e ligada à de Londres, as Assembleias Agrícolas da Escócia, as da Toscana, Berna, Prússia, Rússia, Suécia, Dinamarca e as "ilustres Sociedades Económicas de Murcia, Saragoça, Santander, Valladolid e Madrid". Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque, "Considerações sobre a utilidade das Sociedades de Agricultura", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1821), vol. XI, p. 20-30.

"Possa Portugal ver em breve creadas em seu seio tão beneficadas Instituições, e por seu influxo existir na prosperidade, e na abundância!" <sup>95</sup>.

### 1.5. A Sociedade Promotora da Industria Nacional

"Somos em fim Portuguezes; somos livres; porém não basta; he necessario sermos felizes; e no estado actual da nossa civilização deixariamos de o ser senão animassemos a nossa industria, verdadeira fonte das riquezas, baze a mais segura da prosperidade das nações" <sup>96</sup>, assim se introduzia o aparecimento da Sociedade Promotora da Indústria Nacional.

As linhas de orientação dos seus promotores <sup>97</sup> ecoavam, claramente, dos meandros informativos da França, da Espanha e da Inglaterra. No contexto do vintismo, os liberais que formavam a Sociedade tinham como

---

<sup>95</sup> Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, "Considerações sobre a utilidade das Sociedades de Agricultura", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1821), vol. XI, p. 32.

<sup>96</sup> *Programma sobre a criação da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (1822), p. 3.

<sup>97</sup> Os dados de investigação inerentes ao quadro bio-biliográfico dos promotores e dos sócios da Sociedade Promotora da Indústria Nacional confirmam claramente o conhecimento que tinham das sociedades existentes em França e na Inglaterra. Estas informações foram retiradas do projecto da Universidade de Évora, subsidiado pela J.N.I.C.T. - Sociedades e Associações Agrícolas e Industriais - da nossa responsabilidade e da Dr<sup>a</sup> Ana Maria Cardoso de Matos.

missão coadjuvar e complementar a acção parlamentar dos deputados e das Comissões de Agricultura e de Manufacturas <sup>98</sup>.

Este objectivo "só pode ser plenamente preenchido por associações de homens sabios, de artistas, fabricantes, e cidadãos zelosos que por seus esforços reunidos se acham habilitados para entrarem nas mais pequenas considerações, e nos mais severos exames" <sup>99</sup>.

E quando se entra na pormenorização do trabalho a realizar, e sobre quem o deverá levar a cabo, percebemos rapidamente a nitida influência que os mentores da Sociedade Promotora da Industria Nacional tiveram da sua congénere francesa. Este grupo de intelectuais esclarecidos e adeptos das ideias liberais socorrem-se da cartilha ideológica da época para exporem o seu programa e tentarem influenciar os «verdadeiros portugueses patriotas» a aderirem à causa da Sociedad Promotora:

"Para promover o bem do seu paiz, e a prosperidade nacional, todos aquelles que, por seus conhecimentos theoreticos, e praticos na agricultura, nas

---

<sup>98</sup> Eram membros da Comissão de Agricultura - Felix Avelar Brotero, Francisco Soares Franco, Francisco de Lemos Bettencourt, António de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, João Vicente da Silva, José Carlos Coelho Carneiro Pacheco, Francisco António de Almeida Moraes Pessanha, Bento Pereira do Carmo, Pedro José Lopes de Almeida; cfr. Albert Silbert (1985), *Le problème agraire portugais [...]*, p. 5-6. Da Comissão das Artes e Manufacturas, como grupo que assinava os pareceres da respectiva Comissão, faziam parte Hermano José Braamcamp de Sobral, Thome Rodriguez Sobral, Manoel Gonçalves de Miranda, Francisco António dos Santos, Francisco de Paula Travassos; cfr. Miriam Halpern Pereira (1992), *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições*, p. 507.

<sup>99</sup> *Programma sobre a criação da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (1822), p. 4.

artes, e nos diversos ramos da industria, poderão concorrer para o bem geral dos seus condidadãos, se unirão sem duvida, formando hum corpo, ou sociedade, da qual como de hum centro de luzes partão prolificos e luminosos raios, que vão despertar a industria até nos mais remotos angulos do territorio Portuguez" 100.

Como sócios aceitavam-se os funcionários públicos, os "sabios", os artistas, os agricultores instruídos, os negociantes, os fabricantes e os amigos das artes. Saliente-se o carácter potencialmente mais alargado deste grupo social, tendo em consideração as habituais elites de prestígio do saber das Sociedades e Academias das Luzes...

Façamos um pouco de arqueologia de modelos. Em artigo divulgado na imprensa científica , em 1819, podia ler-se o seguinte:

"Esta Sociedade [Sociedade Promotora da Industria Nacional em França (Société d'Encouragement pour l'industrie nationale)] admitirá e até convida a unirem-se a ella, todos os funcionários publicos, todos os sabios, todos os artistas, todos os negociantes, todos os fabricantes, em fim todos os amigos das artes que quizerem ter parte nos seus esforços, e no fructo que resultar delles" 101. Este texto que ao explicitar pormenorizadamente o modelo francês, decerto influenciou a Sociedade Promotora da Industria Nacional , em Portugal. Influências de universos de leitura, e influências

---

100 *Idem, ibidem*, p. 4.

101 Candido Xavier, "Sobre a Origem da Sociedade Promotora da Industria Nacional em França (Société d'Encouragement pour l'industrie nationale)", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*(1819), vol. V, p.17 (sublinhado nosso).

personalizadas, através da presença entre nós, no período vintista, de Candido Xavier.

No do espírito de Regeneração, eram três os objectivos fundamentais da Sociedade Promotora, sediada em Lisboa, mas com amplitude nacional:

"1º. Recolher de toda a parte e fazer patentes todos os descobrimentos, que possam ser uteis e interessantes á agricultura em geral, ás pescarias, e commercio da Nação, tanto interno como externo.

2º Promover e animar a industria, ou seja por meio de premios, ou seja por gratificações distribuidas em cada anno aquelles sabios, artistas, ou fabricantes, que melhor satisfizerem aos programmas e fim da Sociedade.

3º Propagar a industria publica sobre todos os objectos relativos á industria, publicando memorias, e instrucções claras e methodicas, descripções, e desenhos de maquinas, e instrumentos, ou mandando construir, e até distribuir modelos para os fazer conhecer" 102.

Estamos, afinal, perante os arquétipos das Sociedades Económicas setecentistas, relidas e reactualizadas para os novos contextos oitocentistas: o ensino, os prémios, a complementaridade da agricultura e da indústria, com o comércio e o desenvolvimento material do País. Alia-se a força da tradição

---

102 "Programma sobre a criação da Sociedade Promotora da Industria Nacional", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Maio 1822), nº 1, p. 7. Cfr. Candido Xavier, "Sobre a Origem da Sociedade Promotora da Industria Nacional em França (Société d'Encouragement pour l'industrie nationale)", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1819), vol. V, p. 19-25, em que é nítido o paralelismo entre os objectivos apontados para o caso francês e a sua adaptação para a sociedade portuguesa.

com o fulgor da novidade e da revolução. Talvez, como fio condutor, Candido Xavier tenha desempenhado um papel de relevo e de grande importância na emergência desta instituição vintista.

Como já tivémos oportunidade de assinalar, a vida da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, e dos seus *Annaes* foram sobressaltados pelos aconteceres ideológicos, e estiveram sempre dependente das conjunturas políticas existentes. Porém, apesar da turbulência, nos momentos de ressurgimento sempre fez questão de reiterar os patrióticos objectivos dos estatutos primitivos <sup>103</sup>, solicitando, por exemplo, a ajuda e o empenho dos sócios, a fim de responderem a um inquérito referente à situação dos produtos e das culturas agrícolas de cada região, às técnicas e instrumentos usados, à existência de baldios, dados sobre os gados, as oliveiras, os pomares e as condições naturais (pântanos, lagoas, água para beber) <sup>104</sup>.

O espírito matricial das Sociedades e das Academias ressurgia, pois, nos momentos de arranque, como iria acontecer em 1835, perfeitamente assumido quando ao leitor dos *Annaes* é explicitado o seguinte:

"É a imitação daquellas duas tão ricas nações [Inglaterra e França], e com o mesmo espírito, que em Portugal, depois do primeiro ensaio de

---

<sup>103</sup> Em 1827, "A Sociedade Promotora da Industria Nacional, para melhor obter o patriotico objecto dos seus estatutos precisa conhecer com a possivel exactidão, qual he o estado actual da agricultura, das artes, e do commercio". "Circular que foi dirigida aos Socios, e aos amantes da industria Portugueza", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Agosto 1827), n.º 28, p. 76.

<sup>104</sup> Cfr. "Circular que foi dirigida aos Socios, e aos amantes da industria Portugueza", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Agosto 1827), n.º 28, p. 76-81.

regeneração política, se organizou na capital a Sociedade Promotora da Industria Nacional em Maio de 1822, debaixo dos melhores auspícios" <sup>105</sup>.

No que toca às questões da agricultura, essencialmente as que nos interessam aqui auscultar, a legitimidade é alicerçada na erudição de personagens históricas e a estados de modelo tutelar, de modo a obter-se uma máxima instrumentalização dos signos culturais <sup>106</sup>. Esta apresentação no novo tempo liberal pauta-se por uma exagerada carga de recursos históricos, como se fosse na memória que residia a vitalidade da nação e as forças agrárias e agraristas da Sociedade <sup>107</sup>.

Com a viragem do século XIX, e as suas múltiplas alterações, a Sociedade Promotora e os respectivos *Annaes* agora sob o comando de Sebastião José Ribeiro de Sá <sup>108</sup>, procura conquistar um espaço de

---

<sup>105</sup> "Ao leitor. Considerações geraes, e sua dedução analytica", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*(1835), nº 37, p. 8.

<sup>106</sup> Dividiríamos em três classes o núcleo de referências. O primeiro é constituído pelos clássicos da cultura ocidental: Xenofontes, Aristóteles, Platão, Virigilio Montesquieu, Gulliver, Cromwell, Cuvier, Bacon, Galeileu, Descartes. Na segundo incluímos os estados: França, Inglaterra, Roma, Egipto, Grécia, Síria, Fenícia e o Novo Mundo, ou seja as "nações da agricultura". Por último, os monarcas portugueses que ganharam foro de paradigma - D. Dinis, D. Duarte, D. João II, D. Manuel, D. Pedro II, e D. José. Cfr. "Ao leitor. Considerações geraes, e sua dedução analytica", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*(1835), nº 37, p. 3-11.

<sup>107</sup> Em contrapartida, os assuntos da indústria vão ter um papel de maior dinamismo, no evoluir dos projectos e das realizações da Sociedade Promotora da Industria Nacional. Tenha-se em conta a organização das Exposições dos produtos industriais em 1840 e 1844, no Convento dos Paulistas, ou seja nas próprias instalações da Sociedade Promotora.

<sup>108</sup> Encarregue igualmente da *Revista Universal Lisbonense*. Em ambas as publicações defende posições, e juízos de valor, muito próximas do ideal do progresso da «civilização industrial», dado que "os paizes só agriculas não vivem, vegetam na miséria e no

sobrevivência, apegado à memória e à simbologia de ter sido a única sociedade de interesses materiais, com uma componente técnica e científica, a existir desde a Revolução de 1820:

"As guerras e as revoluções tem destruído, reformado, ou feito esquecer muitas idéas contemporaneas, ou anteriores á que deu origem á Sociedade Promotora da Industria Nacional. Muitas Sociedades nascidas depois desta, acabaram, e algumas sem deixar de si uma memoria que as fizesse lembradas. É uma triste verdade que a história das Sociedades em Portugal não é muito gloriosa" <sup>109</sup>.

Uma «triste» constatação apesar de alguns pequenos episódios de experimentações localizadas e de curta duração. Lembre-se que sob o governo da carta constitucional, em Novembro de 1826, se propoz a criação de uma **Sociedade Patriótica de Agricultura**, cujo modelo de funcionamento seria o da Sociedade Promotora da Industria Nacional. Os membros seriam recrutados entre os principais e mais capazes lavradores da cidade, vila ou cabeça de comarca <sup>110</sup>. O arquétipo das Sociedades

---

abatimento de todas as forças moraes". *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (1851), nº 1, p. 4. No entanto, a *Revista* revelou-se um mecanismo cultural de grande apetência para divulgar temas e debates agraristas e agronómicos.

<sup>109</sup> *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (1851), nº 1, p. 3.

<sup>110</sup> Cfr. J. S. Ribeiro (1876), *História dos Estabelecimentos [...]*, vol. VI, p. 278-279. "O fim das sociedades de agricultura seriam: promover o melhoramento dos processos ruraes; o aperfeiçoamento das machinas empregadas nos mesmos processos; a conservação e augmento das raças de animaes proprios para os misteres de lavoura e de equitação; a aclimatação das plantas exoticas uteis, a conservação dos frutos e sementes [...]. A Camara e juizes territoriais seriam obrigados a dar ás Sociedades de agricultura toda a coadjuvação, e a fornecer-lhes os esclarecimentos que estas exigiam". *Idem, ibidem*, p.

Patrióticas e o plano de uma rede de Sociedades defendidas por Soares Franco na *Gazeta de Agricultura* matinhavam-se vivos, e esperando oportunidade de execução e atenção por parte do poder legislativo. Fenómenos isolados e sem significado, e repercussões nacionais foram, de facto, o caso do Governador Civil de Aveiro, que por Portaria de 29 de Outubro de 1835 criou a Sociedade Promotora dos Melhoramentos do districto de Aveiro e da ilustração dos povos do mesmo districto <sup>111</sup>. Caso semelhante se verificou em Castelo Branco, ao ser ali institucionalizada a Sociedade Civilisadora do districto administrativo de Castelo Branco, que funcionou durante cinco sessões, entre 8 de Novembro de 1836 e 2 de Fevereiro de 1837 <sup>112</sup>. Julgamos estar em presença de movimentações das elites intelectuais e científicas locais, que detinham um espaço político suficientemente alargado para poderem institucionalizar estes mecanismos de sociabilidade instructiva e civilizadora.

Episódios que encontraram ecos nas alterações dos Códigos do Setembrismo - caso do Código Administrativo de 1836 <sup>113</sup>, editado em 1837

---

278-279. Já por Portaria de 23 de Setembro de 1836 se recomendava a formação de Associações "commerciaes, agriculas, e fabris, nas capitaes dos districtos Administrativos". *Repertorio ou indice geral alphabetico e remissivo de toda a legislação portuguesa* (1838), p. 41.

<sup>111</sup> Cfr. J. S. Ribeiro (1879), *ob. cit.*, vol. VIII, p. 404-405.

<sup>112</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 324-327.

<sup>113</sup> Este Código previa a divisão do território em Districtos, em Concelhos e em Freguesias. No Artigo 110º afirmava-se: "Aos Administradores Geraes [dos districtos] pertence tambem § 1. Promover quanto ser possa em seus Districtos, ou mesmo na Capital delles, o estabelecimento d'Associações Agricolas e Industriaes, para animação e protecção das Artes, do Commercio e da Agricultura. § 2. Visitar todos os annos o Districto, examinando e vendo as necessidades publicas, o melhoramento de que são

- e do Cabralismo - promulgado em 1842 <sup>114</sup>, que dariam sequência a alguns dos artigos referentes ao ensino agrícola, articulados nas reformas de Instrução Pública de 1844 <sup>115</sup>.

E, no entanto as Sociedades não se impuseram como uma realidade nacional durante o longo período que medeia entre as nossas balizas institucionais e culturais de 1772 e 1852 ...!

### 1.6. Das Sociedades às Associações

O modelo e a ideia de Sociedades e Associações que incluíssem um cariz agrarista e agronómico alterou-se substancialmente ao longo das décadas de trinta e quarenta de oitocentos, para fazer despontar realidades inovadoras a partir dos anos cinquenta, nomeadamente quando do aparecimento, em 1851, da Real Associação Central de Agricultura

---

susceptíveis os Estabelecimentos, e cada ramo de industria, as reformas que são possíveis, as economias que podem fazer-se etc. para informar o Governo com todos os dados estatísticos que podem obter". *Código Administrativo de 1836*(1837), p. 64-65.

<sup>114</sup> Cfr. *Código Administrativo 1842* (1845), Artigo 224 - competências do Governador civil -, § XIII. - "Promover o estabelecimento de sociedades agrícolas e industriaes, e de quaesquer outras para objectos de utilidade publica", p. 71 e ss.

<sup>115</sup> Ver o próximo capítulo referente ao Ensino Agrícola, especialmente o plano legislativo que cria uma rede de escolas agrícolas no País, a partir das Sociedades que os Governadores Civis haviam feito constituir nos diferentes Districtos do território nacional. Cfr. ainda *Legislação Portuguesa . 1844*(1845), "Decreto lei 20 de Setembro de 1844", p. 306 e ss.

Portuguesa, que início se designou Sociedade de Agricultura em Lisboa <sup>116</sup>. Na mesma época o ensino agronómico passou a ser da responsabilidade institucional do Instituto Agrícola de Lisboa <sup>117</sup>.

Significa, então, que durante 1830-1852 Sociedades e Associações, projectos e realidades, se distanciaram bastante do modelo de reputação científica, patriótico, literário protegido e incentivado tanto pelo Estado, da regeneração das Luzes, como pelo Estado da regeneração do individualismo liberal.

---

<sup>116</sup> "Varios proprietários e lavradores representaram ao governo, pedindo-lhe que houvesse de confirmar os estatutos de uma sociedade de agricultura, por elles fundada na cidade de Lisboa. O governo, pelo decreto de 2 de julho de 1851 confirmou os estatutos que lhe foram apresentados, compostos de oito artigos, essencialmente preparatorios para futura e definitiva constituição da sociedade, e organização dos serviços. O governo approvou a fundação da sociedade de agricultura, e confirmou os estatutos respectivos, com a clausula expressa de que ficavam dependentes de nova approvação as alteracnoes que a experiencia mostrasse necessarias". J. S. Ribeiro (1879), *ob. cit.*, vol. VIII, p. 346. Cfr. ainda Visconde de Coruche (1886), *A agricultura e o Paiz*, p. 6 : conferência, sobre a importância da Agricultura e dos Agricultores, apresentada à Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, vulgo R.A.C.A.P..

<sup>117</sup> Atente-se neste pequeno excerto do discurso de inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa - "A inauguração, Senhores, de uma instituição esperançosa para a sciencia e para a Sociedade, de uma instituição incessantemente reclamada pelos votos do paiz, não pode deixar de inspirar um serio interesse a todos os portugueses que desejarem a prosperidade da pratica. A criação do ensino agricola veiu satisfazer uma necessidade social, veiu marcar uma nova era á nossa industria rural [...] Não acompanhar o movimento agronomico que caracteriza e illustra o nosso seculo, não cooperar com as demais nações nesta cruzada de civilização - fôra renegar o nosso passado, e renunciar estolidamente ás inapreciáveis vantagens da região agricola, que nos coube em partilha". José Maria Grande (1853), *Considerações sobre os principais obstáculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura*, p. 5.



O sentido da própria sociabilidade alterou-se. Emergiam os círculos de ócio, os cafés, os clubes, os gabinetes de leitura, mais tarde a taberna, os pátios e as vilas operárias <sup>118</sup>, que se sobrepunham à tradicional sociabilidade científica e literária. Numa outra dimensão, os grupos de opinião pública motivados pelos interesses agrários, sentiam-se legitimados pela ciência da Agronomia <sup>119</sup>, isto é, pelos desenvolvimentos apreendidos na imprensa científica na Europa além-Pirinéus.

O modelo de sociabilidade de interesses científicos e económicos, medido pelo diapasão do enciclopedismo e da actuação das elites científicas, encontrava-se já ultrapassado. Um novo, mais especializado e assente no saber técnico e científico dos interesses de grupos económicos ligados à agricultura estava em fase de desenvolvimento e as elites científicas olhavam com certo desdém para o papel de intervenção cultural da Academia das Ciências, como o publicismo periódico evidencia:

---

<sup>118</sup> Cfr. os seguintes estudos - Adeline Daumard (1986), *La vie de salon en France dans la première moitié du XIX e. siècle [...]*; Paul Gerbod (1986), *Une forme de sociabilité bourgeoise: le loisir tehrmal en France, en Belgique et en Allemagne (1800-1850) [...]*; Hans-Ulrich Jost (1986), *Sociétés culturelles et artistiques en Suisse [...]*; Jean Quéniart (1986), *Les formes de la sociabilité musicale en France et en Allemagne (1750-1850) [...]*; e Omar Carlier (1990), *Le café maure. Sociabilité masculine et effervescence citoyenne (Algérie XVII-XX siècles) [...]*.

<sup>119</sup> Cfr. José Maria Grande (1854), *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o ano escolar de 1853-1854*; (1855), *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no ano agrário de 1854-1855*. Cfr. ainda M<sup>a</sup> Carlos Radich (1987), *A agronomia portuguesa [...]*.

"A Academia, depois de uma decadência rápida e desastrosa, perdeu-se na triste indolência em que jaz hoje. Quando as sciencias se desenvolvem em todo o mundo, quando o ensino vae entre nós progredindo n'algumas escolas superiores e fazendo suas descobertas e theorias modernas ao nivel da moderna philosophia, quando em fim a historia patria aparece lucida, a academia limita-se a lançar para o diario do Governo todos os anos um simples programa. Em quanto o mundo scientifico se agita, em quanto o pensamento cava os abismos da natureza, o que faz a nossa Academia ? Estrangeiros vem explorar o nosso solo, estudar geologicamente os nossos terrenos: estrangeiros vem completar as nossa flora, estudar a fauna dos nossos rios: estrangeiros percorrem o paiz, e lançam os lineamentos geraes da historia da arte portugueza [...] o que faz a Academia? [...] Nada! Nada!"<sup>120</sup>.

A Academia dos saberes incentivadores de Brotero, Correia da Serra e de outras personalidades das Luzes havia já sido diluída por novos mecanismos culturais, entre os quais se contam as Sociedades Agricolas, como instituições necessárias para o progresso e desenvolvimento do País, com intervenção real ao nivel dos meandros políticos.

Esta crescente ideia de valorizar as Sociedades ganhou dignidade administrativa, sendo "uma das attribuições dos governadores civis, designadas no código administrativo [ de 1842] artigo 224 parágrafo 13, o promover o estabelecimento de sociedades agriculas, industriaes e de

---

<sup>120</sup> João Andrade Corvo, "A Academia das Sciencias", *A Epocha* (1846), nº 33, p. 92-93. A Academia parecia, assim, ter perdido a sua vitalidade científica e utilitária, que a havia caracterizado no período setecentista. Cfr. Robin Briggs (1991), *The «Académie Royale des Sciences» and the pursuit of utility [...]*, p. 66-87.

quesquer outras para objectos de utilidade publica: e achando-se determinado no decreto de 20 de Setembro de 1844 artigo 89, que em cada capital de districto administrativo haja uma sociedade de agriculas, presidida pelo respectivo governador civil, composta de pessoas intelligentes e zelosas dos progressos agronomicos, de que sejam correspondentes os procuradores à junta geral dos districto, os administradores do concelho, e os medicos e cirurgiões do partido, e que tenha por fim vulgarizar os conhecimentos e meios adequados para o melhoramento da agricultura" 121.

Estava lançada a semente que, sob o ponto de vista legislativo e jurídico, iria alimentar os projectos de Sociedades de Agricultura e as primeiras experiências conseguidas. Legislou-se e regulamentou-se um ideário desde há muito em circulação em Portugal, correspondente a uma realidade abstracta e teorizada, a que faltava o indispensável sopro de vida material.

A leitura da imprensa, como veiculo de opinião pública, dá-nos um suficiente e alargado panorama da riqueza de ideias, da multiplicidade de projectos, das preocupações científicas - a agronomia estava a impor-se cada vez mais, como um saber autónomo - solucionáveis por meio destas Sociedades<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> José Silva Passos "Sociedades Agriculas - Ponderações", *Revista Universal Lisbonense* (Agosto 1840), n.º 14, p. 157. Cfr. a legislação sobre instrução pública para o ano de 1844: *Collecção de Legislação. 1844* (1845), p. 306 e seguintes.

<sup>122</sup> Do mesmo modo as sociedades defensoras dos interesses industriais estavam também na ordem do dia, pegando-se no exemplo da Sociedade Promotora da Industria em França que "Tem por derradeiro a sociedade poderosamente contribuido para o bom resultado das machinas de fabricar papel, para as estamparias sobre tecidos, couros, etc., para a

Em 1843, Ayres de Sá Nogueira <sup>123</sup>, faz publicar o grande projecto relativo à fundação de uma Associação Agrícola do Reino <sup>124</sup>. Havia começado a ser esboçado com a projectada Associação Agrícola dos Vinhos da Extremadura, na qual se incluíam muitos proprietários, lavradores e representantes das Câmaras Municipais desta zona Administrativa <sup>125</sup>.

A análise do projecto em causa, e a atenção dada a este assunto pela *Revista Universal Lisbonense*, são factores que nos importa reter e analisar<sup>126</sup>.

As finalidades apontadas para a sua criação pautam-se pelas seguintes linhas programáticas:

"Promover em geral o augmento da agricultura; ou seja dando maior desinvolvimento ao systema de lavoira usado entre nós até hoje, ou seja introduzindo novos processos, instrumentos, e generos de cultura nova, que

---

cultura do aasucar de beterraba, para o fabrico de vidros corados [...] para o fabrico das garrafas com a fortidão necessaria para conterem vinhos espumosos; [...]". "Sociedade Promotora da Industria. França", *Revista Universal Lisbonense* (Janeiro 1842), n.º 4, p. 46.

<sup>123</sup> Este colaborador da *Revista Universal Lisbonense* seria um dos treze irmãos de Bernardo Sá Nogueira, Visconde de Sá da Bandeira.

<sup>124</sup> Estamos na peugada do fio que conduzirá, na segunda metade do século XIX, à fundação da R.A.C.A.P., que anteriormente referenciámos.

<sup>125</sup> Cfr. Ayres de Sá Nogueira, "Sociedades Agricolas", *Revista Universal Lisbonense* (Out. 1843), n.º 9, p. 100

<sup>126</sup> O projecto de Estatutos desta Associação permite-nos perceber que se trata de um mecanismo de pressão, e, simultaneamente, uma busca de protecção politica, por parte dos agricultores

sendo apropriados á natureza do nosso clima, e o torrão, produzem e deixam lucro" 127.

Os associados tinham de ter como qualidade de aptidão a condição de serem proprietários "de predios rusticos situados no reino, qualquer que seja a valia do seu predio" 128. O centro de funcionamento radicava-se em Lisboa. "Aqui haverá uma direcção, que será chamada - direcção geral da associação agrícola. Em todas as cidades do reino haverá sua direcção especial dependente da geral. Tanto ás sessões e conferencias d'estas, como ás da assembleia geral será sempre convidada para se achar presente, querendo, a autoridade administrativa local" 129.

Dado tratar-se de uma Associação de cariz global, seriam criadas comissões específicas relativas às principais culturas do reino; a saber, os cereais, as vinhas, os olivais, as matas e os montados. Quer dizer, entramos nas áreas de interesses materiais e individuais, perdendo-se a vertente idealista e pedagógica que havia caracterizado o movimento propagandístico das Sociedades por terras portuguesas, desde o final do século XVIII.

Quanto aos objectivos a promover eram múltiplos e variados 130. Destacamos o de evitar o contrabando de cereais e de carnes 131, o

---

127 Ayres de Sá Nogueira, "Associações Agrícolas", *Revista Universal Lisbonense* (Out. 1843), n.º 10, p. 110.

128 *Idem, ibidem*, p. 110.

129 *Idem, ibidem*, p. 110.

130 Cfr. *Idem, ibidem*, (Nov., 1843), n.º 12, p. 137-138.

131 Cfr. Albert Silbert (1977), *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*; M<sup>a</sup> Manuela Ribeiro (1977), *Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautal [...]*; e M<sup>a</sup> de Fátima Bonifácio (1922), *Seis estudos sobre o liberalismo português*.

desenvolvimento das estradas, dos caminhos e o encanamento do Tejo <sup>132</sup>. Entre os melhoramentos das culturas incluíam-se como prioritários a cultura do arroz (que passava por uma campanha educativa e sanitária...), a da amêndoa molar, a cultura do carrapateiro (destinado à produção de óleo para iluminação) e da oliveira.

Paralelamente a Associação Agrícola tinha preocupações relativas às matas, sobretudo às de choupo, de castanho e de pinho. Finalmente, estava na mira dos seus objectivos a criação de uma Caixa de recursos para acudir aos lavradores <sup>133</sup> e a concessão de um edifício para se exporem as novas máquinas agrícolas.

Estes interesses materiais organizados e polarizados pelas Sociedades dos anos quarenta, sob a capa do Novo Código Administrativo contemplavam também o projecto de criação de um Instituto Superior Agrícola, inserido nas reformas do ensino <sup>134</sup>, de modo a relacionar a malha institucional prevista para as Sociedades Agrícolas Nacionais com o Instituto Agrícola.

---

<sup>132</sup> Este objectivo irá ser isoladamente recuperado pela *Liga dos Melhoramentos Materiais*, como um pouco mais adiante se verá.

<sup>133</sup> "A proposta do Sr. Sá Nogueira é a mais acertada, e deve produzir todo o effeito - bancos filiaes do de Lisboa nas capitaes das provincias - delegações d'estas nas cidades, e vilas notaveis, tudo bem organizado, farão a felicidade do reino no presente, e no futuro", afirma um assinante do Algarve, da *Revista Universal Lisbonense* (Nov. 1843), n.º 15, p. 170.

<sup>134</sup> "Deixamos transcrito o título 5.º da proposta de lei sobre reforma dos estudos apresentados pelo governo ás cortes em 4 de Março de 1843, e pela comissão respectiva da camara dos srs. Deputados, modificada e convertida em projecto de lei com o número 67 em 31 de Março do mesmo anno". "Reflexões acerca do projecto do Instituto e Sociedades Agrícolas Nacionais", *Jardim Portuense* (Agosto 1844), n.º 11, p. 165-166.

O ensino permaneceu com um instrumento complementar aos projectos agraristas. Destaque-se o seguinte excerto sobre a temática em apreço:

"Em cada uma das capitaes dos districtos se formará uma sociedade agricola, de que será presidente nato o governador civil, e de que serão igualmente correspondentes os membros das juntas geraes de districto, os administradores dos Concelhos, e os medicos e cirurgiões de partido. Estas sociedades, que serão compostas de pessoas intelligentes e zelosas dos progressos da agricultura, terão por fim vulgarizar o conhecimento e premios propios para o melhoramento desta industria. O director do Instituto agricola enviará annualmente a todas as sociedades agricolas uma exposiçào dos progressos, e estado do estabelecimento[...]" 135

Paralelamente, e ao longo dos anos quarenta, decorria o desejo de imitar o paradigmático desenvolvimento económico da Inglaterra e da França.

"Entre os meios que em Inglaterra encaminharam e produziram tão portentoso aperfeiçoamento e riqueza agricola e industrial, figuram em primeira ordem as sociedades locais de agricultura e industria" 136, mecanismos de interesse público que estavam acima das paixões políticas, mas antes congregavam os interesses materiais e individuais dos "lavradores", dos proprietários", dos "industriais", dos "artistas" e dos corpos científicos".

---

135 *Jardim Portuense* (Agosto 1844), nº 11, p. 165 (sublinhado nosso).

136 Luís António Rebello da Silva, "Formação de Sociedades de Agricultura e Industria", *Revista Universal Lisbonense* (Setembro 1845), nº 14, p. 158.

De França adequava-se o modelo das escolas de Grignon, onde "se ensinam e aprendem theorica e praticamente, agricultura, arte veterinária, botânica, horticultura, mathematica, physica e chimica d'applicação e contabilidade"<sup>137</sup>.

Rebello da Silva procurava acima de tudo fazer passar a ideia de que o progresso da agricultura, e por inerência da indústria, só seria viável através de duas condições - a criação de bem organizadas sociedades e um ensino superior e especializado <sup>138</sup>.

Segundo um testemunho empenhado da época ficamos ao corrente dos progressos efectuados:

"De 1834 para cá alguma coisa se tem feito pela instrução publica, mas é força confessar que mais se tem olhado para as reformas dos estudos superiores, que menos eram necessarias, e que de mudança em mudança tem piorado [...] apoz a necessaria instrução elementar dos habitantes do campo vem naturalmente o estabelecimento das sociedades agronomicas, e dos collegios d'agricultura, e quintas-exemplares [...] Queremos persuadir-nos que não ha mingoa de desejos em nossos compatriotas para estas e outras emprezas de publica utilidade ; e que deve attribuir-se a sua falta á nossa natural apathia, á novidade da providencia e sobretudo á mutua desunião e desconfiança que entre nós tem semeado a peste dos partidos. Aos Governadores Civis intendemos que cumpra convocar os proprietarios e

---

<sup>137</sup> *Idem, ibidem*, p. 159.

<sup>138</sup> "[...] convencidos de que similhante sociedades são o meio mais prompto, mais fecundo e mais constitucional, para metter a nossa atrazada e esmorecida agricultura e industria em caminho de vitalidade e melhoramento progressivo". *Idem, ibidem*, p. 159.

peessoas mais influentes e ilustradas de seus districtos, aproveitar as boas disposições de uns, dissipar os preconceitos de outros, e despertar a actividade de todos para se conseguir similhante fim"<sup>139</sup>.

As ideias, as propostas e os projectos gravitavam no cenário cultural e político português; faltava provavelmente o espaço de oportunidade de as lançar em obra e de erguer e ultrapassar os conflitos ideológicos e as dissensões constitucionais na sociedade portuguesa. De uma forma unânime se reconhecia que era tão "elevado o pensamento civilizador d'estas instituições, tão reconhecida a sua utilidade, que reputamos superfluo adduzir argumentos de sciencia, e principalmente d'agronomia, para serem apreciados pelos nossos leitores; todos eles reconhecem que nenhuns progressos uteis se conseguem sem multiplicados ensaios, que a agricultura, debaixo de qualquer ponto que se considere, é uma sciencia de factos baseados em longas observações, pelas quaes evidentemente se reconhece que nem todos os solos e climas são apropriados ás infimas variedades de grãos, plantas, arvores, fructos e flores que nos fornece a natureza, e de que tanto carece a especie humana" <sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> R. Fernandez Thomas, "Sociedades e Instituições Agricolas", *Revista Universal Lisbonense* (Dez. 1848), nº 5, p. 49-50.

<sup>140</sup> "Sociedades Agricolas", *O Industriador* (1849), vol. I, p. 107. Sob o pretexto da apresentação da Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense (1844), passa este periódico o discurso da exaltação das funções científicas das sociedades agricolas, que se devem reger pelos principios agronomicos. "A botânica, a chymica, a physica, e a zoologia na applicação dos seus diversos ramos, são cousas absolutamente indispensaveis ao lavrador intelligente. Sem alguns d'estes conhecimentos nunca elle poderá conscientemente saber a epocha exacta da sementeira, e floração das plantas, aquella em que o estado da sua seiva lhe permite fazer as transplantações, enxertos, cortes etc., qual a natureza das terras mais convenientes para as diversas especies de

E, talvez, uma das vias de solução estivesse em executar em Portugal o que se aconselhava fazer para Espanha:

"Em lugar de estarmos sempre a olhar para os ministros do gabinete hispanhol, olhemos para a Hispanha, para o pensamento económico que a domina[...]"<sup>141</sup>.

Enquanto a necessidade de criar Sociedades e outras instituições de agricultura no país, se torna inadiável, a imprensa de conhecimentos úteis faz avançar um outro tema agrarista: noticiar os Congressos Agrícolas, que se realizam na Europa mais desenvolvida <sup>142</sup>. Estava dado o mote que iria reaparecer na segunda metade do século XIX, a partir do aparecimento da R.A.C.A.P. e do Instituto Superior de Agricultura.

Um outro lado do problema do idealizar e projectar sociedades, reside nas pequenas, esporádicas e isoladas concretizações verificadas ao longo dos últimos anos da década de quarenta.

---

plantações; os adubos que lhe devem ser applicados, ou seja naturaes ou artificiaes, sua composição e influencia segundo a compleição do territorio, ou o seu temperamento, e substancias nutritivas que encerram, conforme as especies de plantas que se cultivam; a maneira por que se remedieam os defeitos naturaes ou accidentaes do solo; o systema de cultura mais adequada ao clima agricola de cada districto ou concelho, e influencias metereologicas n'elles predominantes: enfim alternativa das colheitas, e a divisão das terras apropriadas a determinadas especies de vegetação, base de toda a boa cultura", *Idem, ibidem*, vol I, p. 338.

<sup>141</sup> S. J. Ribeiro de Sá, "Discurso de abertura da Sociedade Agricola de Madrid", *Revista Universal Lisbonense* (Out. 1849), nº 3, p. 25.

<sup>142</sup> Cfr. "Congresso dos agricultores alemães", *Revista Universal Lisbonense* (Março 1850), nº 22, p. 255-256 e "Congresso da agricultura na Prussia", *Revista Universal Lisbonense* (Maio 1851), nº 34, p. 397-399 e nº 35, p. 410-412.

A Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense teve os seus Estatutos publicados em Fevereiro de 1843 <sup>143</sup>, consignando a primeira Sociedade Agrícola do país. Uma sociedade vocacionada para dirigir e orientar as experimentações agrícolas, dispondo para uso dos sócios, de um gabinete de leitura. Local de encontro e debate, e de consulta de livros e memórias destinados a contribuirem para o melhoramento da agricultura na ilha de s. Miguel <sup>144</sup>.

Esta novidade não deixou de impressionar a imprensa publicista de divulgação de ideias agraristas e agronómicas. Face ao plano de preparação de uma rede de Sociedades Agrícolas no país, era imprescindível explorar as grandes vantagens da "Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense [...] [que] principiou a funcionar no anno de 1844, e são já incontestaveis os beneficos resultados que ella tem proporcionado á agricultura e industria dos habitantes da Ilha de S. Miguel" <sup>145</sup>.

De igual modo, quando da fundação da Sociedade, se pode perceber a exaltação de um discurso jornalístico nos seguintes temas:

"Recebemos o primeiro numero de um periodico mensal, intitulado «O Agricultor Michaelense», impresso em Ponta Delgada [...] Esta primeira mostra, que de si dá a sociedade recém-instaurada n'aquella terra, sob o tiulo

---

<sup>143</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro, (1879), *Historia dos Estabelecimentos [...]*, vol. VIII, p. 413.

<sup>144</sup> O *Agricultor Michaelense*, publicação mensal, era um órgão oficial da Sociedade, e publicou-se numa primeira série entre 1843-1845. Mais tarde retomou-se a publicação, 1848-1852, estando a orientação de redacção entregue a António Feliciano de Castilho, que se havia deslocado, em trabalho, para os Açores. O *Almanach Rural dos Açores*, de 1851, esteve também ligado à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

<sup>145</sup> "Sociedades Agrícolas", *O Industriador* (1849), vol. I, p. 107.

de Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense [...] Por nossa parte julgamos cumprir um dever propondo á imitação das mais provincias e do reino, o exemplo dos zelosos associados de Ponta Delgada" 146.

Não podemos deixar de reparar num duplo objectivo de publicitação da Sociedade açoreana. Após a promulgação do Código Administrativo de 1842 havia que divulgar a histórica e singular experiência açoreana fazendo sentir na opinião pública a importância das Sociedades Agrícolas:

"Somos um paiz agricula - Devemos cuidar seriamente da nossa agricultura - são as palavras sacramentais com que se pretende melhorar a triste sorte desta malfadada terra. Estão repetidas até á saciedade e ao cabo onde estão as nossas associações agricolas? Onde estão as quintas-modelo? onde estão as publicações agrciolas, que tanto se precisam e as escolas que fazem sahir a agricultura do acanhado campo da rotina, para um campo mais vasto como a sciencia?" 147.

Por outro lado, noticiar o exemplo de S. Miguel, permitia, igualmente, demonstrar a eficácia das Sociedades para o desenvolvimento da agronomia e da inovação científica na agricultura, como pedagogicamente nos explica um dos periódicos da época:

"A variedade dos productos agricolas não se restringe á riqueza do solo, á prova de benignidade dos terrenos e dos climas; é mais do que isto, por que traz consequentemente consigo um accrescimo de vitalidade das

---

146 *Revista Universal Lisbonense* (Nov. 1843), n.º 43, p. 160. (Sublinhado nosso).

147 "A Sociedade Promotora de Agricultura Michaelense e o seu jornal", *Revista Universal Lisbonense* (Abril 1848), n.º 19, p. 217.

povoações pelas variadas substancias que ministra para a conservação da especie humana [...] foi com este proposito que a sociedade se dedicou a obter estas variedades de productos, a ensaiar as innovações para os conseguir [...] Assim pois a sociedade demonstrou pratica e utilmente a cultura do milho, adoptando n'esta cultura o systema agronomico seguido nos Estados Unidos da America [...] " 148.

Associar a "agricultura de recreio" (a actividade hortícola e de jardinagem) ao espirito de sociabilidade mundana foi o objectivo impulsionador da Sociedade Horti-Agricola do Porto, fundada em 1845 149, como se pode comprovar por estas linhas:

"Realizou-se finalmente o projecto de se fundar nesta Cidade uma sociedade de cultura e recreio analoga a muitas que existem nos paizes civilizados, a cujo influxo se devem principalmente os grandes progressos que nos ultimos tempos teem feito a cultura assim util, como recreativa, e o desenvolvimento intelectual e moral dos cultivadores" 150.

O contacto com os principios estatutários da Sociedade permitem-nos perceber que se procurava aliar a sociabilidade à instrução hortícola, estabelecendo-se "um gabinete de leitura, com as melhores obras e jornaes de cultura, tanto nacionaes, como estrangeiros. Divulgando bons escriptos

---

148 "Sociedades Agricolas", *O Industriador* (1849), vol. I, p. 107.

149 Seguindo o exemplo da sociedade Real d'Horticultura de Paris e da Associação das Damas Protectoras da Horticultura. Da Sociedade portuense faziam parte a elite social local, sobretudo as personagens femininas, que faziam anteceder os seus nomes próprios dos titulos 'condessa', baronesa', viscondessa'. Cfr. *Jardim Portuense* (Jan. 1845), nº 1, p. 12-13.

150 *Jardim Portuense* (Fev. 1845), nº 2, p. 27.

populares acerca da cultura, e seus accessorios. Mandando vir de fora praticos experimentos para ensinarem os alumnos do seu estabelecimentos estrangeiros, para ahi aprenderem com os melhores professores da sua arte" 151. Os melhores resultados seriam festiva e condignamente premiados.

Uma preocupação, decerto, com os jardins e hortos particulares dos reputados sócios portuenses, entre os quais se contavam Manoel Browne, Joaquim Augusto Kopke, José da Silva Passos, Adriano Ferreira Pinto Basto, Luiz Walter Tinelli, abençoados pelo Bispo do Porto, também membro fundador desta singular, e mundana, Sociedade Horticola.

Ainda em 1849, na cidade do Funchal, onde José Silvestre Ribeiro era na altura governador civil, surge a Sociedade Agrícola Madeirense 152. De facto, era "para lamentar que depois da Ilha de S. Miguel ter organizado a sua tão acreditada Sociedade de Agricultura, e depois de haver começado as suas Exposições Industriaes, a Ilha da Madeira não visse inaugurar, no seu territorio, estes dois fecundísimos principios de civilização" 153.

---

151 *Jardim Portuense* (Set. 1844), nº 12, p. 184. Previa-se também o estabelecer contactos com "a organização de associações agricolas e scientificas nas provincia, e correspondendo-se com ellas, assim como com as sociedades, cultivadores, e agronomos nacionais e estrangeiros". *Idem, ibidem*, p. 184.

152 Cfr. J. Silvestre Ribeiro, (1879), *Historia dos Estabelecimentos Scientificos [...]*, vol. VIII, p. 419- 423. A Sociedade tinha como linhas orientadoras a difusão dos conhecimentos agronómicos, tendo, em 1851, publicado *O Agricultor Madeirense*, jornal agrícola da Sociedade Agrícola Madeirense.

153 "Sociedade Agrícola e Exposição Industrial na ilha da Madeira", *Revista Universal Lisbonense* (Dez. 1849), nº 12, p. 133.

O exemplo das sociedades das ilhas foi de tal modo marcante para o pensamento continental que se julgou poder associar a matriz nacional e institucionalizada das Sociedades dependentes dos governadores civis, com um modelo regional, mediante a imitação das "ideias padrão e altamente conceituada da Sociedade Agrícola de S. Miguel" <sup>154</sup>.

Não nos espantamos, pois, de ver publicitar o projecto da Sociedade Agrícola do Algarve <sup>155</sup>, sediada em Faro, e a Associação Agrícola da Estremadura <sup>156</sup>, com sede em Lisboa, como um corolário normal do impacto do exemplo açoreano.

---

<sup>154</sup> "Sociedades Agrícolas", *O Industriador* (1849), vol. I, p. 338.

<sup>155</sup> Cfr. "Sociedades Agrícolas", *O Industriador* (1849), vol. I, p. 338-340. Seriam sócios desta Sociedade a elite agrícola (em termos económicos e sociais) e a elite científica algarvia. de modo a se ocuparem cientificamente "Da conservação das mattas, e da plantação d'árvores de fructo, ou de construcção, nas estradas, rocios, devezas ou baldios [...] Da conveniencia da poda e limpeza das oliveiras [...] Da plantação e tratamento das figuerias, amendoeiras e alfarrobeiras [...] Dos pastos artificiais e naturaes e das pastagens [...] Da lavoura de cereaes [...] Da cultura das vinhas, principalmente sobre o aperfeiçoamento das podas, e feitura dos vinhos, convindo fabricar com particular esmero [...] e faze-los chegar, como amostras aos diversos mercados da Europa".

<sup>156</sup> Cfr. "Associação Agrícola da Extremadura", *Revista Universal Lisbonense* (Agosto 1851), nº 2, p. 15-16. "Algumas pessoas, convencidas da absoluta necessidade de acabar com esta vergonha nacional, solicitaram e alcançaram do Governo a aprovação dos Estatutos, que ao adiante publicaremos com a maior satisfação. Pesa sobre essas pessoas a grave responsabilidade de não deixar perder a grande idéa civilisadora, que se contem em taes Estatutos, que já alcançou a sanccção de uma pratica util e honrosa na Sociedade de Agricultura Michaelense, que na situação em que está o nosso paiz bem se pode chamar associação modelo" (p. 15).

De facto, a Sociedade de Agricultura de Lisboa, como passou a ser vulgarizada a Sociedade da Extremadura <sup>157</sup>, ao ver os seus Estatutos confirmados por decreto de 2 de Julho de 1851, conseguiu centralizar os objectivos de lavradores e de agricultores com os interesses agronómicos. Apesar de sediada em Lisboa, procurou assumir o carácter nacional, não só colocando-se sob protecção régia, como também enunciando-se como impulsionadora da criação de outras como consta do artigo 6º dos Estatutos: "empregará todos os seus esforços para que nas provincias se fundem associações agricolas, analogas a ella no objecto da sua instituição, mas perfeitamente livres, e com as quaes possa estabelecer uma correspondencia constante, da qual resultem a luz e força para mais facilmente se obterem os fins patrioticos da sociedade"<sup>158</sup>.

Estamos em crer que a institucionalização da Sociedade de Lisboa <sup>159</sup>, não pode ser desligada das movimentações de opinião pública que alguns dos homens da ciência e da política vinham fazendo no final dos anos quarenta, através da imprensa instructiva e científica. Uma das manifestações desses grupos de pressão foi a constituição da *Liga Promotora dos Interesses Materiaes do Paiz*, com o porta voz periodistico *A Liga*, já acima refererida.

---

<sup>157</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1879), *Historia dos Estabelecimentos Scientificos [...]*, vol. VIII, p. 345.

<sup>158</sup> "Associação Agricola da Extremadura", *Revista Universal Lisbonense* (Agosto 1851), nº 2, p. 16.

<sup>159</sup> Dez anos mais tarde cederia o espaço de influência à Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, reconhecida por decreto lei de 16 abril de 1860.

Os seus mentores <sup>160</sup> orientavam-se pelo "principio eminentemente civilizador de reunir todas as illustrações, de combinar todos os interesses, de acalmar todas as paixões, de discutir, e promover todas as reformas de que dependdesse a prosperidade publica" <sup>161</sup>.

A *Liga* procurava concentrar e gerir todos os interesses das muitas sociedades literárias e industriais, com um grande número de lavradores, artistas e comerciantes, contando com o apoio de políticos e deputados, que deveriam influenciar as esferas do Poder para a concretização dos melhoramentos materiais que Portugal carecia. Porém, as dissensões políticas da altura <sup>162</sup>, criaram uma fricção aberta entre o Governo e a direcção da *Liga*. Resultado?

"Um Decreto do Ministerio do Reino fechou a Liga dos Interesses Economicos, negando-lhes a approvação dos seus estatutos [...] custará a crer que se fechasse uma sociedade, cuja existencia se advogou, cujas bases se abençoaram oficialmente, e que morre, diz-se, por começar a ocupar-se daquillo porque mais a elogiava..." <sup>163</sup>.

Os outros exemplos de Sociedades Agrícolas surgiram igualmente em horizontes geográficos distanciados do centro nevrálgico do poder. Refira-se o da cidade açoreana de S. Miguel e a do Funchal, na ilha da Madeira.

---

<sup>160</sup> Ayres de Sá Nogueira; José Maria Grande; Policarpo Francisco de Lima; José Maria da Silva Leal; Albano Affonso d'Almeida Coutinho; João Pereira Mousinho. Cfr. "Liga Promotora dos Interesses Materiaes do Paiz", *A Epocha* (1849), nº 11, p. 218.

<sup>161</sup> "Liga Promotora dos Interesses Materiaes do Paiz", *A Epocha* (1849), nº 11, p. 218.

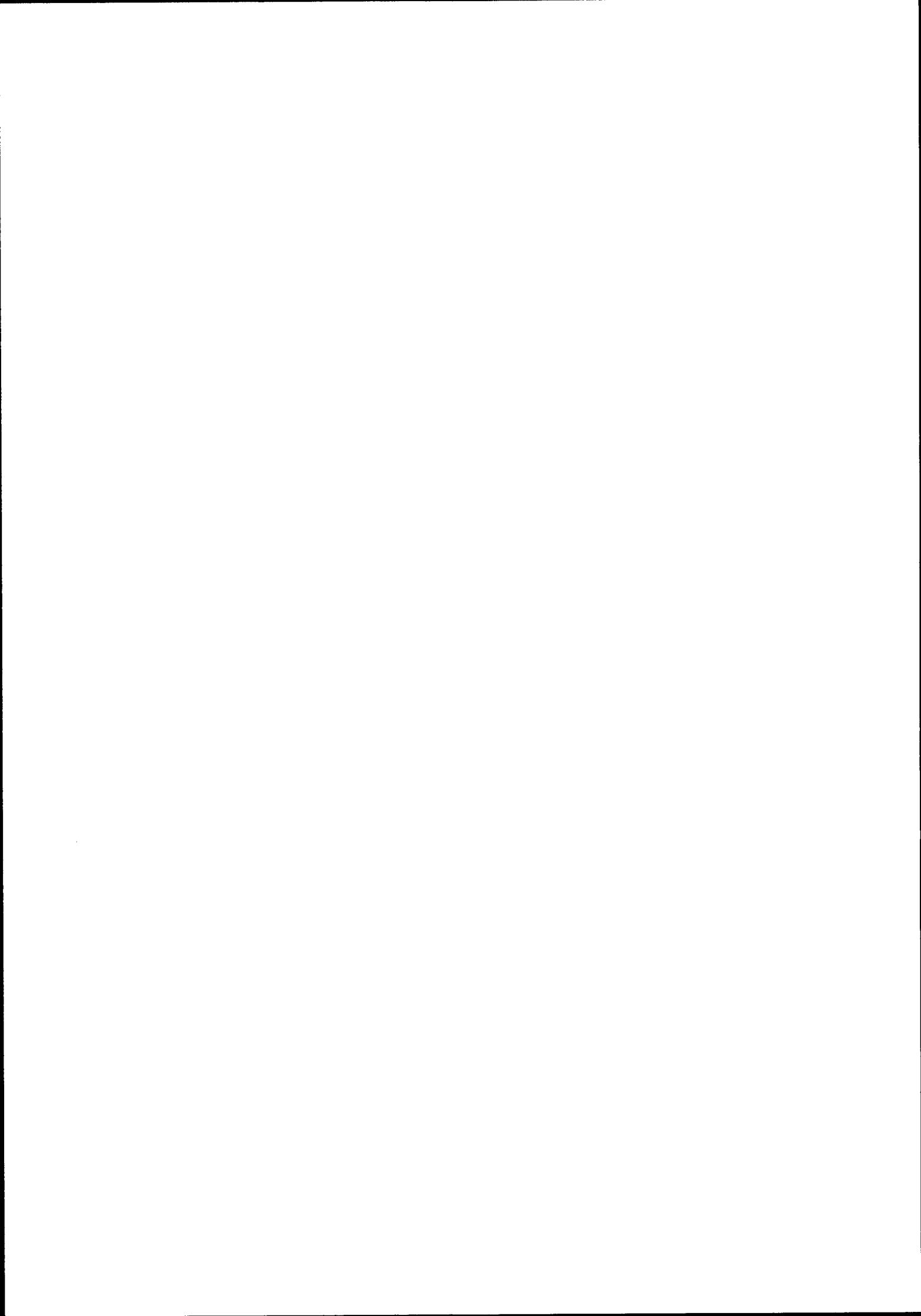
<sup>162</sup> Cfr. M<sup>a</sup> de Fátima Bonifácio (1992), *A guerra de todos contra todos [...]*.

<sup>163</sup> L. Rebello da Silva, "A Liga", *A Epocha* (1849), nº 40, p. 199.

Porém, durante os anos de 1842 e de 1844, sob a vigência do governo da Carta Constitucional de Costa Cabral, teoricamente fizeram-se criar nos círculos da jurisdição de poder do Governador Civil, em cada districto, uma Sociedade Agrícola e uma Escola Agronómica.

Como explicar que nenhuma Sociedade tenha desabrochado no continente? Falta de capacidade organizativa, regional e central? Excesso de entusiasmo legislativo, numa ansia de imprimir ao País uma velocidade cultural comparável aquela que os emigrados da guerra civil haviam visto, e vivido, por terras da França e de Inglaterra? Pouca atenção do poder político às questões materiais, às pequenas realidades? Incapacidade das finanças do Estado ou incapacidade de execução da elite política, demasiado ocupada em assegurar o regime constitucional, e irradiar para sempre os requebros tradicionalistas dos seguidores absolutistas do Senhor D. Miguel?

Em 1851 tem lugar o último acontecimento da longa cadeia de acontecimentos da história da implantação do liberalismo em Portugal. Existia, então, uma considerável, e já amadurecida, reserva de ideias, para implantar um modelo de Sociedades Agrícolas Industriais no País. Sociedades adequadas ao modelo de desenvolvimento que o progresso da civilização industrial evidenciava, na altura, no Palácio de vidro e ferro da primeira Exposição Industrial, em Londres, em 1851...



## CAPITULO 2 O Ensino Agrícola

Para os difusores do agrarismo <sup>1</sup> o ensino da agricultura foi considerado, paralelamente com as sociedades científicas e/ou agrícolas, uma das pedras de toque do desenvolvimento da actividade agrícola.

As modificações institucionais da esfera cultural e científica, em Portugal e na Europa, reflectiram-se particularmente no ensino institucionalizado da agricultura entre nós. Um longo e complexo percurso foi percorrido entre as paradigmáticas figuras de Avelar Brotero <sup>2</sup> e José

---

<sup>1</sup> Entre estes difusores contam-se os membros da Academia das Ciências de Lisboa e os colaboradores da imprensa científica que impulsionaram a progressiva institucionalização do ensino agronómico. Cfr. "Homenagem ao Conselheiro João Ignacio Ferreira Lapa", *Revista Agronómica* (Jan. 1906), nº 1, p. 11-20.

<sup>2</sup> Sócio da Real Academia das Sciencias de Lisboa, responsável em 1791 pela cadeira de Botânica e Agricultura, na Faculdade de Filosofia Natural, na Universidade de Coimbra, Autor de um Tratado de Agricultura. Cfr. Abílio Fernandes (1986), *História da Botânica em Portugal [...]*, p. 896-907 e (1988), *Relance sobre a vida e a obra de Félix Avelar Brotero [...]*, p. 1-13.

Maria Grande <sup>3</sup>, tal como Maria Carlos Radich estruturalmente evidencia no seu trabalho <sup>4</sup>.

"A criação do Instituto Agrícola de Lisboa, em 1852, vem estabelecer uma peça fundamental para a solidificação da agronomia e para a afirmação de um grupo profissional, a «classe agronómica». com efeito, o movimento de ideias e de trabalho sobre técnicas e tecnologias agrícolas que se desenha desde o último quartel do século XVIII irá carecer, durante toda a primeira metade do século XIX, de um suporte institucional suficientemente robusto para sustentar a sua acção e estruturar a presença social da agronomia e dos agrónomos" <sup>5</sup>.

É exactamente este espaço temporal entre a eferevescência agrarista das luzes fisiocratas <sup>6</sup> e a institucionalização do saber agronómico autonomizado que nos interessa analisar em função de uma leitura orientada dos tratadistas, e publicistas, portugueses. Ou melhor, das

---

<sup>3</sup> Em 1852 foi nomeado Director do recém criado Instituto Agrícola de Lisboa.

<sup>4</sup> Cfr. M<sup>a</sup> Carlos Radich (1987), *A agronomia portuguesa no século XIX. A imagem da natureza nas propostas técnicas* e (1988), *O elogio da ciência: a agronomia portuguesa no século XIX [...]*.

<sup>5</sup> M<sup>a</sup> Carlos Radich (1988), *O elogio da ciência: a agronomia portuguesa no século XIX [...]*, p. 90.

<sup>6</sup> Cfr. José Esteves Pereira (1984), *Economia em Portugal no século XVIII. Aspectos de mentalidade [...]*; (1984), *Natureza e expressão do saber [...]*; (1987), *Luzes na Enciclopédia. Luzes em Portugal [...]*; Ernest LLuch / Lluís Argemí (1985), *Agronomia y fisiocracia en España (1750-1820)*; Lluís Argemí d'Abadal (1985), "Estudios Preliminar" in *El pensamiento agrario de la Ilustración*, p. 7-36; Renato Pasta (1989), *Scienza politica e rivoluzione. L'opere dei Giovanni F abbroni (1750-1822) intellettuale e finzionario al servizio dei Lorena*, Capítulo IV - "La riforma dell'agricoltura", p. 225-324.

traduções e adaptações feitas dos textos dos agrónomos europeus ou das longínquas e eruditas autoridades romanas. Pertenciam a este universo livros e brochuras com um elevado sentido pedagógico que circulavam em classes de tipologias concretas - *dicionários de agricultura* ; *catecismos agrícolas* ; *tratados de agricultura* ; *manuals e guias* do agricultor. Títulos que saíram das oficinas tipográficas portuguesas institucionais, como a Imprensa Regia/ Imprensa Nacional, a Imprensa da Universidade de Coimbra ou a da Academia das Sciencias. Títulos que eram também publicitados nas notas de leitura da imprensa instructiva <sup>7</sup>.

Finalmente, importa levantar uma outra questão, relacionada com a importância do ensino agrícola, ou seja, o papel motivador (ou desmobilizador?) das polémicas e dos projectos jurídicos referentes à propriedade. A possibilidade de uma literatura agrarista especializada poder ter contribuído para a viabilização de debates, de reformas jurídicas e de medidas legislativas que marcaram as vivências dos Parlamentos liberais <sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> "Antes d'esta epocha [Dezembro 1852] , nos fins do seculo passado e no começo do seculo actual, já muitos escriptos procedentes de homens notaveis haviam derramado alguma luz no seio das populações ruraes sobre a melhor forma de cultivar a terra e d'ella extrahir certos primores [...] As Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa são vasto repositório de muitos d'esses notaveis escriptos, e em outras publicações periódicas d'esse tempo se encontram documentos valiosos para o estudo do grangeio da terra, ainda hoje cheio de bastante actualidade e immenso prestimo pela grande copia de factos verdadeiros e justas observações que n'elles se encerram". B. C. Cincinato da Costa (1892), *Breve noticia sobre o ensino superior agricola* , p. 7.

<sup>8</sup> Fundamentalmente o periodo vintista e a fase do vigor legislativo dos vencedores liberais de 1834, ou a «verdadeira revolução liberal portuguesa», no dizer de Alexandre Herculano. Cfr. Alexandre Herculano (1856/1873), "Mouzinho da Silveira ou la révolution portugaise ", *Opúsculos*, tomo II, p. 53-112.

## 2.1. De Brotero a José Maria Grande: a via institucional

O final do século XIX foi pródigo em dar à estampa memórias históricas sobre o ensino agrícola em Portugal. Os engenheiros agrónomos e silvicultores não deixaram de conciliar os seus trabalhos científicos com uma vertente de erudição histórica. Tradição que ainda hoje se conserva muito presente no universo de valores e no conceito de cultura dos agrónomos <sup>9</sup>, compartilhada igualmente pela Universidade de Coimbra especialmente pelo Instituto Botânico <sup>10</sup>. É, pois, relativamente fácil estabelecer o itinerário factual do ensino da agricultura em Portugal, desde a reforma pombalina até ao início do funcionamento do Instituto Agrícola em 1853.

O ponto inicial do ensino institucionalizado da agricultura insere-se no âmbito do espírito das reformas iluminadas de D. Maria I que " no anno de 1791, por carta regia datada de 24 de janeiro e publicada na folha official, muito tempo antes de se pensar a serio em ensino professional agricola na França, na Belgica e outras nações cultas da Europa, era creada , junto á faculdade de philosophia da Universidade de Coimbra, uma cadeira de botanica e agricultura geral, onde , ao lado do estudo das plantas e das condições de meio mais favoraveis ao seu desenvolvimento, se apprendia tambem a aproveitar-lhes os seus principaes productos. Foi commetida a regencia d'esta cadeira, por decreto de 25 de fevereiro, ao mui celebre botanico portuguez Felix Avelar Brotero, que por muitos annos a professou

---

<sup>9</sup> Cfr., a título exemplificativo Eugénio de Castro Caldas (1991), *A agricultura portuguesa através dos tempos*; C.M.L. Baeta Neves (1983-1984), *O ensino superior florestal em Portugal: antecedentes históricos, origem e evolução até à actualidade [...]*.

<sup>10</sup> Especialmente a figura tutelar do Prof. Abílio Fernandes e a importância vital da Biblioteca, e do Catálogo do Instituto.

com indiscutível distinção, embora, pela exiguidade do tempo e pela natureza da escola, a não pudesse tornar tão prática e de imediata aplicação, como era mister fazer. Era este ensino mais abstracto do que objectivo - como naturalmente o determinava a indole de uma educação universitária ..." <sup>11</sup>.

O conhecimento da agricultura em termos científicos tinha as suas origens e raízes na reforma pombalina de 1772 <sup>12</sup>, uma vez que os seus Estatutos haviam considerado que a "Filosofia em geral envolve Sciencias tão vastas, e dilatadas que não podem ser dignamente cultivadas, senão repartindo-se em diferentes Corporações, e Faculdades, cada huma das quaes se empregue com mais efficaz applicação no seu respectivo objecto" <sup>13</sup>.

Esta possível especialização torna-se ainda mais nítida no texto de Francisco de Lemos, ao evidenciar a necessidade de potencializar os recursos pedagógicos e experimentais - o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório Químico <sup>14</sup> - que a Universidade dispunha,

---

<sup>11</sup> B. C. Cincinato da Costa (1892), *Breve notícia sobre o ensino superior agricola*, p. 8.

<sup>12</sup> "[...] embora o Senhor Marquês de Pombal tenha providenciado para que se instituisse, junto da Universidade, um jardim Botânico para mostrar as plantas vivas, que no Gabinete de Historia Natural «não podem ver-se nele as plantas senão os seus cadáveres, secos, macerados, e embalsamados» - o certo é que pelo Estatuto de 1772 uma só cadeira, a História Natural, abrangia a Mineralogia, a Zoologia e a Botânica". Maximo Correia (1953), *Discurso do Reitor da Universidade de Coimbra [...]*, p. 14. Cfr. *Instituto superior de Agronomia [...]*, (1920), p. 7, que faz remontar à Universidade de Coimbra a origem da agricultura como disciplina científica.

<sup>13</sup> *Estatutos [...]*, (1772), p. 222.

<sup>14</sup> Cfr. Rómulo de Carvalho (1987), *História do Gabinete de Física da Universidade de coimbra desde a sua fundação até ao jubileu do professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790)*; (1987), *A história natural em Portugal no século XVIII*, p. 39-78 ;

contribuindo simultaneamente para ilustrar os planos de prosperidade da agricultura:

"Considerando pois a Junta literaria a grande importancia, e necessidade das Sciencias Filosoficas; e vendo que ainda depois de separadas os dois grandes Ramos da Filosofia Natural que se mandaram ensinar nos cursos de Mathematica, e de Medicina: Restavam ainda por ensinar muitas outras disciplinas pertencentes á mesma parte da Filosofia Natural como são a Historia Natural; a Fisica Experimental; e a Chimica; as quaes servem de promover a industria dos Homens; e de introduzir, adiantar, e aperfeiçoar muitas Artes, muito necessarias e importantes para o bem commum dos Estados" <sup>15</sup>.

A figura de Brotero, abrilhantada pelo prestígio de várias Academias científicas internacionais, e com a publicação, em Paris, em 1788, do *Compendio de Botânica* <sup>16</sup>, torna-se a figura tutelar da nova cadeira de Botânica e Agricultura, para a qual elabora o respectivo manual - *Principios de Agricultura Philosophica*, em 1793 <sup>17</sup>.

---

(1982). *A física experimental em Portugal no século XVIII*, p. 73-90 e ainda A. M. Amorim da Costa (1984). *Primórdios da ciência química em Portugal*, p. 23-66 e p. 82-89.

<sup>15</sup> Francisco de Lemos (1777), *Relação Geral do Estado da Universidade*, p. fl. 109.

<sup>16</sup> Obra que reflecte os laços científicos, e cosmopolitas, estabelecidos com Lineu e a Academia da Suécia. Brotero dedica este Compendio a Vicente de Sousa Coutinho, embaixador português na Corte de Versalhes. A minúcia das notas de rodapé permitem-nos tomar contacto com a profusão de obras e autores que faziam parte do universo deste naturalista português.

<sup>17</sup> Presidiu à elaboração da obra o seguinte princípio: "A Agricultura considerada não como huma cega tradição de certos trabalhos, ou mero empirismo, mas sim como a sciencia da mais proveitsa cultura das terras e vegetaes, abrange huma grande vastidão

Um outro marco do ensino institucionalizado da agricultura teve lugar na cidade invicta. Não podemos ficar indiferentes ao facto de a Academia de Marinha e Commercio do Porto <sup>18</sup> passar a inserir uma cadeira de agricultura, em estreita relação com os interesses agraristas da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Por iniciativa da Junta de Administração desta instituição, foi criada a cadeira de agricultura na Academia de Marinha e Commercio do Porto <sup>19</sup>, em 1818 <sup>20</sup>, cuja regência foi "confiada primeiro ao

---

de philosophicos conhecimentos". A. Brotero (1793), *Principios de Agricultura Philosophica*, p. 1. O plano, e o conteúdo da obra, segue muito de perto o parisiense compendio de botânica, em ambos se trata do sistema de circulação das plantas, consideradas dentro de uma taxinomia de componentes: o tronco, as raizes, os ramos, os gomos, as folhas e outros "productos tidos por accessivos".

<sup>18</sup> Segundo o depoimento de Brotero de 1815 a Inspeccão da Junta da Companhia Geral do Alto Douro pretendia estabelecer uma cadeira de Agricultura na Academia Real de Marinha e Comercio da cidade do Porto: "a Junta queria generosamente fazer todos os gastos necessario com o ordenado do Professor, com os instrumentos e maquinas novas, e mesmo comprar hum terreno para experiencias, mas o não ter nesse tempo apparecido hum Professor com as circumstancias que ella exigia, fez demorar este designio até ficar suffocado com os contratemplos da guerra". Felix Avelar Brotero. "Reflexões sobre a agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de escolas ruraes practicas, ou por outros, ella pode melhorar-se, e tornar-se florente", *História e Memória da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1815), tomo IV, parte I, p. 83.

<sup>19</sup> A Academia de Marinha e Commercio do Porto surgiu na sequência da Aula de Nautica, criada em 1762, a "instâncias e expensas dos mercadores desta cidade". Americo Pires de Lima (1937), *A botânica e a Academia Politécnica*, p. 3. Em 1803 a Aula Nautica deu lugar à Academia, recomendando ali de 29 de Julho do mesmo ano que o ensino da Agricultura seja provido logo que as circunstâncias o permitisse, ou seja, na prática, em 1818, por carta régia de 3 de Outubro, vindo a cadeira a funcionar pela primeira vez em 1819-1820. Cfr. igualmente Alexandre Sousa Pinto (1937), *A física na Academia Politécnica do Porto*, p. 4-5; Domingos José Rosas da Silva (1937), *As ciencias geologicas na Academia Politécnica do Porto*, p. 4-5. Registe-se, desde já, a ligação institucional e

muito versado economista e homem de letras Agostinho Albano da Silveira Pinto, no anno de 1815" <sup>21</sup>.

Em 1824, ainda segundo Cincinato da Costa, Joaquim Navarro de Andrade - director literário da Academia de Marinha e Commercio do Porto - na altura encarregado da referida cadeira, procurou demonstrar a necessidade de reformular o ensino da agricultura. No parecer então emitido pode ler-se:

"Sendo a agricultura uma sciencia que tem de privativo e independente de auxilios scientificos externos, é pela maior parte uma sciencia de applicações, e por conseguinte essencialmente carecedora de principios estranhos a ella, e derivados de outras sciencias philosophicas auxiliares, sem as quais se não podem de modo nenhum entender uma grande parte das explicações technicas [...] é claro que a sobredita cadeira de agricultura assim desacompanhada desde a sua criação das luzes das sciencias subsidiarias, e indispensaveis, demanda necessariamente um arrançamento diferente de que possa resultar a utilidade que se ponderou e suppoz na occasião em que foi creada, e cuja falta se deve considerar como o

---

cientifica que ira haver entre a Academia de Marinha e Commercio do Porto e a Academia Politécnica, a criar em meados da década de 30.

<sup>20</sup> Por Carta Regia de 3 de Outubro 1818 foi criado o Curso de Agricultura, na Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, ligado á Companhia dos Vinhos do Alto Douro, sob a responsabilidade de Agostinho Albano Silveira Pinto. "A frequência deste curso era na verdade pequena. Desde o ano de 1819 a 1820 até o de 1828 a 1829 não houve mais de 86 alunos matriculados, ou 8 a 9 por ano, termo médio, e destes eram raros os que levavam o curso até ao fim". Artur de Magalhães Basto (1937), *Memória histórica da Academia Politécnica do Porto*, p. 31.

<sup>21</sup> B. C. Cincinato da Costa (1892), *Breve noticia sobre o ensino superior agrícola*, p. 8.

primeiro, e essencial motivo da pouca affluencia de discipulos de sorte que desse mesmo insignificante numero de concorrentes, poucos, e em alguns casos nenhum tem chegado a frequentar todo o anno lectivo, desanimados de não perceberem nem ao menos a linguagem scientifica, da qual não tinha, assim como outros principais elementos, o menor conhecimento" 22.

Agostinho Albano da Silveira Pinto voltou, no entanto, a ocupar-se do ensino da agricultura na Academia do Porto, depois de ter sido demittido em 1829 pelo governo de D. Miguel 23.

Variadas atribuições teve a história do ensino desta cadeira na cidade invicta. A fase da estabilidade surgiu quando os saberes da agricultura, associados aos da botânica e aos da química, passaram, em definitivo, para a Academia Politécnica do Porto 24.

Queremos ver neste esforço de institucionalização do ensino científico da agricultura o desejo de espalhar pelas três cidades do país - Coimbra,

---

22 **Apud.** de Domingos José Rosas da Silva (1937), *As ciências geológicas na Academia Politécnica do Porto*, p. 4-5.

23 Foi reintegrado em 1833 e jubilado na Cadeira de Agricultura por Carta Régia de 6 de Dezembro de 1834. Cfr. Americo Pires de Lima (1937), *A botânica e a Academia Politécnica*, p. 4. Para uso dos alunos escreveu Agostinho Albano da Silveira Pinto *Primeiras linhas de chimica e botânica, coordenadas para uso dos alumnos que frequentam a aula de Agricultura da Real Academia e commercio da cidade do Porto*, obra dedicada à Junta de Administração da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Cfr. José Pereira Salgado (1937), *A química na Academia Politécnica do Porto*, p. 3, nota 1.

24 A Academia Politécnica do Porto data de 1837, incluída nas reformas dos irmãos «Passos».

Porto e Lisboa <sup>25</sup> - grupos de personalidades científicas oriundas do novo ramo de saberes institucionalizados pela Filosofia Natural, com a missão científica de contribuir para a regeneração da agricultura nacional .

Neste caso da agricultura do Alto Douro, ciência e interesses económicos e comerciais encontravam-se estreitamente ligados, de tal modo que a cátedra de agricultura <sup>26</sup> pode ser encarado como um sintoma do espírito ilustrado característico da época. Mas pode também ser sintomática da tentativa de associar uma directriz económica, sobre a propriedade e a terra, com a necessidade de a fazer sustentar numa base de saberes

---

<sup>25</sup> Lembremos que a capital dispunha da acção pedagógica das aulas previstas pela Real Academia das Sciencias de Lisboa . "Nesta fase de evolução do ensino em Portugal a Academia não funcionava apenas como corporação literária e científica, mas também interferia na orgânica escolar". Rafael Avila de Azevedo (1972), *Tradição educativa [...]*, p. 400. Cfr. Rómulo de Carvalho (1981), *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, p. 26-71.

<sup>26</sup> Cfr. o estudo de caso de Maria Luisa Villara Reyero (1978), *La enseñanza agrícola en Valencia [...]*, p. 185-189, que assinala para Valencia do século XVIII a divisão do ensino para os proprietários - a cátedra de agricultura - e para os lavradores - as cartilhas rústicas e o papel dos párocos. "En Informe, elevado en 1795 al consejo de Castilla por la Sociedad Económica matritense, no era sino el fruto como hemos dicho, de la preocupacion de los "ilustrados" por el estado de nuestra agricultura y ya habían intentado llevar a la practica algunas de estas ideas: las Sociedades establecieron "clases" de agricultura e incluso los individuos de la de Segovia pensaron solicitar que en los seminarios conciliares se estableciera una Catedra de Agricultura, para que los párrocos pudieron difundir estas enseñanzas, aunque no se atrevieron a proponerlo por parecerles «mucha novedad»". *Idem , ibidem* , p. 189. Cfr. ainda "Del establecimiento y progresos de la Cátedra de agricultura de Zaragoza [para 1773]", *Semanario de Agricultura y Artes [...]* (Agosto 1797), vol. II, nº 32 , p. 78-82.

científicos <sup>27</sup>. Julgamos que a agricultura do Alto Douro poderá servir como exemplo da tentativa de transformar a agricultura de Antigo Regime numa nova agricultura, economicamente rentável para o proprietário .

Face ao percurso já feito pelo tempo de aceleração que a transição do século XVIII para o século XIX constituiu, e pelo papel desempenhado as personalidades e instituições no ensino da agricultura, pensamos ser importante determo-nos nos projectos de ampliação deste tipo de empreendimento que, numa matriz epistemológica da Filosofia Natural, seria a pedra fundamental para fazer desenvolver e vitalizar o processo agrícola português. A ideologia da ciência serviria, então, cabalmente os propósitos e os empreendimentos da ideologia iluminista dos reformadores políticos. Vejamos, em detalhe, alguns dos seus textos e o significado real, e simbólico, que tiveram no nosso contexto histórico.

---

<sup>27</sup> Cfr. o texto de Vilarinho de S. Romão - António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão - sobre o «negro» historial da Companhia, uma vez que este deputado vintista defendeu a sua extinção, (1833), *Memória histórica e analítica sobre a Companhia dos Vinhos*, p. 5-128. Sobre o perfil científico e académico de Girão cfr. Antonio Luiz Ferreira Girão (1870), *Notícia Biográfica do Visconde de Villarinho de S. Romão*, p. 11-13. Registe-se o seguinte contraste: "Concomitantemente à publicação destas memórias [Memórias Económicas da Academia das Ciências] era nomeado um desembargador e não um licenciado em Filosofia Natural, como seria lógico, para superintender na agricultura na margem esquerda do sul do Tejo nas comarcas de Évora, Setúbal e Santarém. Tratava-se de Alberto Carlos de Meneses, da Relação e Casa do Porto". Rafael Avila de Azevedo (1972), *Tradição educativa [...]*, p. 400. No entanto, tivemos oportunidade de registar igualmente o carácter «agronómico» do trabalho desta Comissão no Livro de Registo da Comissão de Exame dos Foraes e Melhoramentos da Agricultura. 1812, Biblioteca Pública de Évora, Fundo Manizolla, Cod. 179.

Em 1815, Felix Avelar Brotero faz publicadar as suas «Reflexões» em torno da situação agrícola portuguesa, onde é dado um papel de relevo às escolas rurais <sup>28</sup>. Com o perfil de figura pública prestigiada defende o papel activo e interveniente do ensino agrícola na modificação do panorama material da agricultura portuguesa <sup>29</sup>, a exemplo das múltiplas Sociedades europeias que cultivam a "Sciencia Agriologica" <sup>30</sup>. E defende ainda o papel activo e de intervenção que os *filósofos* - leia-se as personalidades que cultivam as ciências naturais - devem ter na sociedade real, e "[...] não menos procede tambem da obrigação, que tem os Parochos de instruir a mocidade das suas Freguezias nos principios geraes da Agricultura, e Economia Rural proprias do seu paiz, contidos em huma Cartilha que he seguida ao Cathecismo da Religião" <sup>31</sup>.

Não nos esqueçamos que em Espanha circulava no final do século XVIII o *Semanario de Agricultura dirrigido a los parrochos*, conhecido em

---

<sup>28</sup> Felix Avelar Brotero, "Reflexões sobre a agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de escolas ruraes practicas, our por outros, ella pode melhorar-se, e tornar-se florente", *História e Memória da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1815), tomo IV, parte I, p. 75-92. Nas notas seguintes citaremos este texto de Brotero do seguinte modo - "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", e a indicação da página.

<sup>29</sup> No capítulo seguinte iremos analisar a imagem publicista que os periódicos científicos transmitiram da memória, da história e do estado da agricultura em Portugal. Julgamos ser uma das ideias que mimeticamente circularam década após década, geração sob geração, em variados discursos de sabor ideológico e político, de poder ou de contra-poder, conforme as conturbações que o país viveu entre 1772-1851.

<sup>30</sup> F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 79.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 80.

Portugal, vocacionado e especializado na defesa do agrarismo, e com amplas funções pedagógicas <sup>32</sup>.

Brotero considerava que o ensino da agricultura se deve dividir em duas áreas: o ensino na Universidade, ou seja a agricultura da Filosofia Natural e nas escolas rurais, ou a agricultura do campo e das quintas. Para o primeiro caso contavam os exemplos das Universidades estrangeiras, que contrastavam bastante com a Universidade de Coimbra, onde a experiência da cadeira de botânica e agricultura estava longe de constituir uma unidade de ensino agrícola (ou agronómico nos padrões científicos da época) autónoma e individualizada <sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> "En una sociedad agraria profundamente ajena a la cultura, con porcentajes muy altos de analfabetismo, sin enseñanza primaria, fuera de la impartian instituciones privadas como conventos y algunas Sociedades Economicas, el párroco resultaba un vehiculouente nada despreciable para influir en ella. Al menos teóricamente disponia de una cultura que le capacitaba para comprender la información vulgarizada que se suministrase y, además, su mismo ministerio le dotaba de una posición moralmente prestigiosa en el municipio o aldea rural, con la que su influencia beneficiosa se veia fortalecida". Fernandes Díez Rodríguez (1980), *Prensa agraria en la España de la Ilustración [...]*, p. 35.

<sup>33</sup> Como primeiro exemplo é apontado a Universidade de Edimburgo, a «sede» dos bolseiros portugueses, como anteriormente já assinalámos, que dispunha de vários terrenos para experimentações agrícolas e de uma cadeira de Agricultura. Cfr. F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 80.

Fazendo-se eco das palavras de Sinclair <sup>34</sup>, Brotero defende que nestas escolas de ensino superior se não "seguisse cegamente a experiencia, ou a Agricultura empirica, mas que fosse guiada pela razão e Filosofia Natural [...] [tendo Sinclair pedido] ao grande Darwin <sup>35</sup> que para esse fim fizesse hum «Tratado de Agricultura Filosofica», o qual elle publicou no anno de 1800, com o titulo de «Phitologia, ou Filosofia da Agricultura, fundada na Botanica pura e physiologia, na Chymica Pneumatica moderna, na Physica, e Mineralogia» "36.

Brotero defende, pois, a institucionalização de um curso específico para a agricultura, com os professores da Universidade de Coimbra e/ou da Academia das Sciencias de Lisboa, mas que funcionasse de modo autónomo em relação a outras instituições científicas, evitando-se repetir o mau exemplo da França "[...] que até agora não tem approvado as Cadeiras e Escolas de agricultura e Economia Rural; persuadida de que, para aperfeicoar a instrucção que havia, bastavão as Academias, e as Sociedades Agrarias, os

---

<sup>34</sup> John Sinclair fundador da Junta de Agricultura inglesa ( *The Agriculture Board* ), membro da *Royal Society* e autor do *Código de Agricultura*, que foi publicitado pelos periódicos de emigração de Londres ( em 1815 ) e de Paris ( em 1819 ), *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Cfr. B. Anton Ramirez (1865/1988), p. 524 e p. 926.

<sup>35</sup> Este naturalista havia já sido publicitado pela imprensa das Luzes. Cfr. "Analyse da Zoonomia, ou leis da vida organica de Erasmo Darwin", *Bibliotheca Universal* (1804), nº XII, p. 83-103. E ainda Brotero que reconhece que nas suas aulas usou a Fitologia do doutor Darwin, "e os que conservam resumos das minhas Prelecções [...] reconhecerão facilmente que eu segui essencialmente o mesmo plano, muito antes da publicação da dita Phytologia, ainda que fui menos hypothetico nas minhas theorias physiologicas". F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 83.

<sup>36</sup> F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 80.

Professores de Sciencias Filosoficas, e os escritos e experiencias dos bons agronomos" 37.

No entender deste viajado naturalista o que faltava ao caso português era apenas a capacidade de organização e decisão do poder político para estender pelo reino o ensino da agricultura, a nível superior e rural, aperfeiçoando o que já se havia estabelecido. No rol das carências contavam-se a ausência de um Curso Filosofico na capital. O remédio chegou a ser receitado pelo Conde de Linhares ao propor a existência de duas Escolas, uma de Agricultura e Economia Rural, outra de Veterinária 38. "Os planos destas Escolas tinham por intuito instruir a Nação nas melhores theorias e practicas actuaes de Agricultura e Economia Rural seguidas na Europa" 39 .

---

37 F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 81 (sublinhado nosso).

38 "[...] um notavel homemd'Estado [o Conde de Linhares daquela epocha, propozera ao Principe Real d. João, então regente do reino, o estabelecimnto de um curso philosoppico na capital com duas escolas additas a elle, uma de agricultura e economia rural, e outra de arte veterinarias; proposta que foi aceite, mas que ficou delongada para tempos de menos mingua e de menos cuidados". [Preâmbulo legislativo de] João Chrysostemo de Abreu e Sousa, 29 Dez. 1864, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, *Diário de Lisboa. Folha official do governo portuguez* (2 Jan. 1865), nº 1, p. 1.

39 F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 83-84. Por Europa, nesta matéria, entendia Brotero a França, a Inglaterra, a Alemanha (casa de Austria, Praga, Pavia, Florença), a Polónia e a Espanha. Cfr. F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 81-82.

Como a última parte da sua memória reflecte <sup>40</sup>, segundo Brotero, restava apenas unir o poder ao saber, para ligar o ensino à divulgação de experiências de agricultores, que seria proporcionada pela implantação entre nós de colónias de agricultores <sup>41</sup>, com um carácter instructivo e pedagógico, como se pode depreender das suas palavras:

"Não faltarião habeis colonos Suissos, e Irlandezes, que convidados com avanços e premios adequados vissem estabelecer-se nas povoações novamente fundadas nas Serras das nossas três Provincias do Norte; assim como também não faltarião Toscanos e Milanezes habeis, que viessem habitar em semelhantes outras novas povoações do Alemtejo e Algarve"<sup>42</sup>.

Note-se que o país é, implicitamente, dividido por ele em duas grandes partes - o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrânico <sup>43</sup>. Para a região atlântica viriam os colonos do Norte da Europa, enquanto para o clima quente e seco da região mediterrânica se destinaria aos oriundos da

---

<sup>40</sup> "Em Portugal [...] as Escolas Ruraes certamente auxiliarão em muito maior grão as Cadeiras de Agricultura, e os bons escritos agrarios, e a Nação na verdade viria em fim a saber melhor agricultar: mas por ventura he facil estabelecer em Portugal estas Escolas Ruraes, e a Cadeira no estado actual das possibilidades nacionaes? Mas supponhamos que isso seria facil agora, ou depois da paz geral; e mesmo admittamos que se poderão ensinar, e aprender bem somente em tres Escolas Ruraes todas as praticas de Agricultura e Economia Rural adequadas ás differentes localidades deste Reino...". F. A. Brotero (1815), *ob. cit.*, p. 84-85.

<sup>41</sup> O tema das colónias agrícolas estava directamente relacionado com as existência e o funcionamento das Sociedades Agrícolas, sobretudo no que diz respeito à educação das populações rurais. Cfr. André J. Bourde (1967), *Agronomie et agronomes en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, vol. II, p. 1030-1076 e vol. III, p. 1505-1560.

<sup>42</sup> F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 88.

<sup>43</sup> Cfr. Orlando Ribeiro (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*

península Itálica . Estas colónias desempenhariam ainda o papel de granjas modelos <sup>44</sup>, verdadeiras escolas práticas de economia rural e agricultura, onde a inovação trazida de um modo personalizado (e não pela via livresca...) seria um verdadeiro sucesso.

Finalmente, e em síntese, Brotero aponta friamente as providências que os Governadores do Reino deveriam tomar para acelerar e desenvolver o progresso da agricultura. Tratava-se de criar uma Sociedade de Agrónomos, através da Junta de Agricultura <sup>45</sup>, da qual fariam parte seis Deputados Agrónomos, todos bachareis formados pela Faculdade de Filosofia ( e não pela Faculdade de Canones e Leis...). Era sua função estabelecer ligações

---

<sup>44</sup> Não podemos deixar de referir a já conhecida funcionalidade das granjas dos conventos como áreas de experimentação agrícola. "De todo o tempo a Agricultura merecera entre nós uma certa atenção do Estado e das forças vivas da Nação. Os numerosos conventos espalhados pelo Reino e usufruindo largos tractos de terreno que cultivavam ou faziam valorizar contribuíam para a divulgação de processos de cultura que os monges ensaiavam nos seus hortos [...] Foram os monges que arborizaram a serra do Bussaco; quasi toda a região de Alcobaça, o pomar de Portugal, pertencia aos frades cistercienses que a agricultavam". *Instituto Superior de Agronomia* (1920), p. 7-8. Os estudos monográficos sobre alguns conventos reforçam-nos esta ideia. Cfr. Luis Carlos Amaral (1987), *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*; Aurélio de Oliveira (1979), *A Abadia de Tibães 1630/80 - 1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o antigo Regime*; M<sup>a</sup> João Violante Branco Marques Silva (1990), *Esgueira e suas gentes. A vidad de uma aldeia do século XV; Monastères Benedictins et Cisterciens dans les Albuns de Croy (1596-1611)* (1990) . Veja-se ainda o interessante contributo de Robert Lemoine (1986), *L'enseignement scientifique dans les collèges bénédictins [...]*, sobretudo o que diz respeito às técnicas de agricultura , p. 121.

<sup>45</sup> Sem dúvida o equivalente ao modelo britânico «The Agriculture Board», popularizado pelos agraristas ingleses. Cfr. *The Agrarian History of England and Wales*, vol. VI. 1750-1850.

entre a Academia das Ciências e esta Junta e ao mesmo tempo implantar as Escolas Rurais Práticas, mantendo-se a cadeira de agricultura e botânica, na Universidade <sup>46</sup>. Em simultâneo, seria preparadom quadro de reformas legislativas referentes à **propriedade** e à **terra**. Um e outro discurso, o técnico-científico e o jurídico, dever-se-iam conjugar e encontrar numa nova dimensão de propriedade e de cultura agrária, materializando, deste modo, o progresso da agricultura portuguesa!

Reflexo também da existência de uma comunidade de debates científicos <sup>47</sup> e de discussão de temas na Real Academia das Sciencias de Lisboa, é, sem dúvida, o texto de Trigozo <sup>48</sup>, publicado igualmente em 1815.

Para Mendo Trigozo o ensino da agricultura divide-se numa parte teórica, constituída pelos livros e pelas aulas, e numa parte prática e produtiva, em contacto com a terra e as culturas. E a agricultura não pode estabelecer apenas uma relação privilegiada com a Botânica, mas deve associar-se aos descobrimentos da Física, da Matemática, da Química e da Medicina, evidenciando um alargado horizonte científico para os saberes

---

<sup>46</sup> Cfr. F. A. Brotero (1815), "Reflexões sobre a agricultura de Portugal [...]", p. 92.

<sup>47</sup> Cfr. Paolo Rosso (1988), *Storia della Scienza*, Tomo I, p. 8-28; cfr. ainda o estudo colectivo sobre os sócios fundadores da Royal Society of London- veja-se bibliografia «Cultura-Ciência» D. Mcke (1960); E. S. Beer(1960); Bowen (1960); Scott (1960); Copeman (1960); Masson (1960); Symonds (1960); Summerson (1960); Roman (1960); Andrade (1960); Fulton (1960); Josten (1960); Martin (1960); Youngson (1960); Bluhm (1960); Ronan (1960); Payne (1960); Josten (1960).

<sup>48</sup> Sebastião Francisco de Mendo Trigozo, "Projecto de hum Estabelecimento de Escolas de Agricultura Pratica", *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1815), tomo IV, parte I, p. 58-73. Nas referências que se seguirem mencionaremos este texto da seguinte forma: Mendo Trigozo (1815), "Projecto de hum Estabelecimento [...]".

agronómicos <sup>49</sup>. Mas, esta combinação de saberes de nada servirá "em quanto os Agricultores não tiverem huma instrucción conveniente, todos os seus projectos, todos os seus melhoramentos serão nullos, ou precarios e muitas vezes ruinosos" <sup>50</sup>, se não for dada uma atenção especial à instrução do Agricultor <sup>51</sup>.

No ideário deste sócio académico o progresso e o melhoramento da actividade agrícola dependia da capacidade individual e no factor humano que dependia. Para tal haviam já contribuído os saberes naturais que haviam produzido memórias e corografias, no âmbito da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Por mais benéficas que fossem as medidas agraristas tomadas, de nada serviriam se não obedecessem a uma força de coesão interna e nacional, que só a existiencia de uma rede de ensino agrícola poderia garantir. As afirmações de Trigozo são, neste sentido, claras e inequívocas:

"Pessoas de huma reconhecida instrucción, e que gozão da confiança do Governo, estão incumbidas de examinar os obstáculos legaes que se oppõem a ella, e os meios de os desvanecer, e de melhorar o nosso systema agronómico. O meu objectivo restringe-se somente a mostrar, que em o estado actual dos nossos conhecimentos passar-se-hão muitos annos, e talvez

---

<sup>49</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

<sup>51</sup> "N'huma palavra considero Portugal nnao isoladamente, mas em relação com os outros Paizes, e governando-se pela mesma Legislação politica e economica que actualmente tem, e neste caso he que affirmo, que nunca poderão concorrer os seus generos com os dos Estrangeiros, em quanto os Agricultores não forem mais instruidos". Mendo Trigozo (1815), *ob. cit.*, p. 59-60, nota a), (sublinhado nosso).

seculos antes que as nossas terras aumentem a quantidade das suas produccões, se não se promover a instrucción por meio de Escolas de agricultura pratica" 52.

As medidas tomadas para fomentar o ensino da cadeira de agricultura (que não contemplava necessariamente um global conhecimento de um saber de feição agronómico) 53, não se mostravam suficientes para suprir as características estruturais do perfil do agricultor português. De um lado, a secular falta de uma instrução metódica agrícola, por outro "o pequeno número de pessoas capazes de os adquirir [os conhecimentos teóricos] não se costumam empregar em o cultivo de suas fazendas, que deixão entregues ao cuidado de Administradores subalternos" 54.

Deste modo, o projecto de uma rede de escolas agrícolas deveria contemplar também a agricultura prática, nas suas diversas componentes científicas. Para isso deveria contribuir um conhecimento teórico dos saberes envolvidos pela agronomia; tais como os efeitos fertilizantes dos estrumes, as

---

52 *Idem, ibidem*, p. 60 (sublinhado nosso).

53 No âmbito da epistemologia dos saberes científicos da Filosofia Natural, o conceito de agricultura estava estritamente ligado à botânica, enquanto que o conceito de agronomia implica uma metodologia para os diferentes saberes combinando os conhecimentos da botânica, com a física, a química, a geologia, a medicina e a economia rural. Agronomia era pois uma forma eclética de alicersar um novo saber, útil, pragmático e que pudesse contribuir para a perfectibilidade humana e a regeneração da Nação. Pensamos ser nesta dimensão que se insere o discurso científico de Mendo Trigozo que estamos a seguir. Cfr. Condorcet (1970), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* e Sergio Moravia (1986), *Il tramonto dell'Illuminismo. Filosofia e politica nella società francese (1770-1810)*, Capítulo IV - *Gli ideologues e l'organizzazione della cultura (1789-1799)*, p. 315-444.

54 Mendo Trigozo (1815), *ob. cit.*, p. 61.

sementeiras e a sua rotação, os afolhamentos, o grau de fertilidade dos solos, as novas culturas alternativas <sup>55</sup>.

Preso às leituras dos tratadistas agrónomos do século XVIII <sup>56</sup>, Trigozo exhibe a solução para os problemas por si colocados sobre a mesa. Adotar um modelo padrão - a Inglaterra de Arthur Young ; um espaço de observação - o condado de Durham e estabelecer a extrapolação para o caso português.

Em terras britânicas, um grupo de agricultores escolheu um terreno de "experiências agronómicas", juntando-se vários subscriptores para esse efeito, que desejavam potencializar ao máximo o seu empreendimento. Então, "consultarão o célebre Arthur Young sobre o methodo, que elle julgava mais proprio para fazer florecer a Agricultura; se a publicação de memorias, se os Premios, ou se finalmente huma Escola de Experiencias" <sup>57</sup>.

A resposta foi inequívoca - a criação das Escolas Praticas de Agricultura.

Em Portugal distribuir-se-iam uma pelo Algarve, outra em Trás-os-Montes e uma terceira em Lisboa. "Estas tres Escolas, a das Provincias do Norte, a das do sul, e a terceira (que pela sua posição chamarei central)

---

<sup>55</sup> "A Agricultura pratica offerece huma grande diversidade de ramos a que se deve attender: em os vegetaes já cultivados no Paiz, ella pode melhorar o seu cultivo, e augmentar a sua producção, de preparar e empregar os estrumes (cousa ainda entre neos bem pouco conhecida); pode introduzir o uso de muitos instrumentos que diminuirão consideravelmente a mão de obra, em fim climatizar muitas plantas e arvores exoticas, de que se tirarão grandes interesses". *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>56</sup> Especialmente Young e Sinclair, os dois agrónomos considerados perfeitos.

<sup>57</sup> Mendo Trigozo (1815), *ob. cit.*, p. 65.

parecem-se absolutamente indispensáveis, e também me persuado serem bastantes, attendendo que o Alemtejo pode em grande parte tirar a sua instrução da Escola Central, quanto lho permitir o calamitoso estado da sua Economia agrária, e que o Minho he a provincia que menos necessidade tem deste socorro imediato"<sup>58</sup>.

**Brotero e Trigozo** - duas propostas, duas visões sobre a funcionalidade do ensino agrícola entre nós. No entanto, uma importante característica em comum - a valorização do discurso científico de agricultura, em detrimento de um discurso jurídico ou legislativo. Na óptica de ambos o poder e o saber da ciência deveriam hierarquizar o poder político e a capacidade de legislar sobre a agricultura. Porém, os traços de evolução histórica da sociedade portuguesa, nos tempos que se seguiram a estas duas propostas foram de feição a sobrevalorizar o discurso jurídico e não o discurso científico. O palco da Constituição de 1822 foi fértil em resoluções legislativas referentes à agricultura, entendida como terra/propriedade, como um bem individual, mas parca em medidas que viabilizassem uma *revolução agrícola* de modelo Norfolk ou a rápida divulgação da *Nova Agricultura*, pela via do ensino institucionalizado <sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 68. Considerava-se fundamental que as três granjas tivessem como Director e subdirector bachareis formados pela Faculdade de Filosofia, "ainda tão pouco frequentada entre nós, por não se ter determinado occupação alguma para os que se empregão simplesmente no seu estudo". *Idem, ibidem*, p. 69 (sublinhado nosso).

<sup>59</sup> Numa leitura orientada que efectuámos ao movimento peticionário agrícola vintista, reunido por Albert Silbert, em busca de traços de «Nova Agricultura», não encontramos vestígios de os cultivadores legitimarem as suas queixas por motivos «agronómicos». Cfr. Albert Silbert (1985), *Le problèmem agraire portugais [...]*.

O desinteresse dos vintistas quanto ao problema do ensino agrícola teve ecos no final da década de vinte. Apenas o ensino de Veterinária, ligado ao Exército foi concretizado <sup>60</sup>.

Sigamos um texto anónimo escrito em 1825, mas apenas publicado em 1828 pela Impressão Régia <sup>61</sup>, que contém um conjunto de medidas institucionais para implementar as escolas agrícolas práticas em Portugal. O Autor escondido sob a capa de sócio da Academia das Ciências, estabelece primeiro o ponto de situação e de seguida oferece aos seus pares científicos uma alternativa, e um "Discurso composto para ser recitado na Sessão extraordinária em que se tratasse de discutir decisivamente o anterior projecto de regulamento" <sup>62</sup>, referente ao modelo de funcionamento de escolas agrícolas.

---

<sup>60</sup> "A Escola de Veterinária estabelecida na Luz e mais tarde transferida para a calçada do Salitre em Lisboa, havia sido criada em 29 de Março de 1830 no governo do Senhor D. Miguel". *Instituto Superior de Agronomia [...] (1920)*, p. 11, nota 6. Esta medida haveria de permanecer até 1845. Por carta de lei de 28 de Abril, desse ano, havia sido criada a Escola de Veterinária Militar, ficando até 1855 (carta de lei de 13 de Julho) na dependência dos saberes e dos poderes militarizados. A partir de 1855, passou o ensino de Veterinária a fazer parte do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa.

<sup>61</sup> *Reflexões sobre o progresso da agricultura portugueza (1828)*. A proximidade das datas explicitadas, 1825 e 1828, aliada a um determinado sabor ideológico do discurso científico proposto levantaram-nos a hipótese de o texto poder ser atribuído a José Maria Dantas Pereira que trabalhou com Mendo Trigozo na Junta Promotora da Agricultura, e da Industria Portuguesa. Cfr. Trigozo (1933), *Memórias*, p. 186, 195 e 196 e *Reflexões sobre o progresso da agricultura portugueza (1828)*, p. 4-5. Recordemos que por esta altura a Sociedade Promotora da Industria Nacional se encontrava paralizada, podendo esta Junta funcionar um pouco como uma possível substituição institucionalizada.

<sup>62</sup> *Reflexões sobre o progresso da agricultura portugueza (1828)*, p. 8.

O ponto de situação é estabelecido em torno dos polos urbanos que contemplam o ensino da cadeira de agricultura - Coimbra e Porto - quer à sombra da instituição universitária quer ao abrigo dos interesses dos comerciantes e viticultores do Alto Douro, sob a capa da instituição tutelar da Academia Real de Marinha.. Conviria, pois, localizar em Lisboa uma "Cadeira semelhante", institucionalizando uma Comissão, ou Junta de industria e agricultura, criada pelo Estatuto da Academia Real das Ciencias. O plano estava gizado ao pormenor:

"Esta Junta poderia diffundir a ciencia por todo o reino melhor do que hum professor ensinando em Lisboa, e do que muitos professores situados em diversos lugares; ainda mesmo quando estes professores se correspondessem com aquelle, e deixassem aliás de formar hum corpo agigantado, que exigindo mantença desproporcionada ás nossas forças, teria pelo menos duração muito mesquinha e curta.

Com effeito esta Junta poderia enviar ás Camaras em cada semana huma folha, contendo impressos ou melhor preceitos, e as principais noticias concernentes á agricultura; poderia mesmo compor huma cartilha rural, conveniente para ser lida nas escolas depois da religiosa; poderia medeante hum dos seus membros, dirigir em Lisboa hum estabelecimnto de agricultura prática, patenteado, e explicado pelo mesmo socio ao publico, que concorresse alli em qualquer prefixo dia de cada semana; e executar outro tanto a respeito de hum gabinete technologico, aonde se colligissem as machinas, e na falta dellas as suas estampas, bem como os escritos mais importantes sobre as artes e agricultura" <sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

O Autor prossegue a exposição dos seus pontos de vista, defendendo que a Escola de Lisboa deveria ter em conta o trabalho já desenvolvido em Coimbra e no Porto: "[...] julguei pois bastante principiar dando o maior impulso é Cadeira existente na Universidade, observando os resultados da que existe no Porto, e collocando em Lisboa o centro divulgador das luzes ao pé da principal escola pratica, ou do principal exemplo, e de huma aula mais hum gabinete de technologia [...] Com effeito o meu systema reduz-se a observar os fructos produzidos pela Cadeira Portuense, a dar o maior alento possivel á de Coimbra, e estabelecer em Lisboa huma escola pratica, junto a huma Sociedade central, que dê o maior impulso a todo o reino, já communicando-se com os professores das ditas cadeiras, e das que se foram estabelecendo; já correspondendo-se com as camaras, e com os magistrados territoriais (correspondencia que bem pode abranger os parochos, a gente mais instruida, e os nossos socios residentes fora de Lisboa); já fazendo circular em todo o reino adequados e pequenos folhetos, que ao mesmo tempo instruaõ, e provoquem appetite de maior instruccão; já compondo, e espalhando por pequeno preço huma cartilha, que seja lida nas escolas depois da religiosa" <sup>64</sup>.

Estamos perante um projecto de um sócio da Real Academia das Ciências, que procura rentabilizar ao máximo as suas potencialidades científicas e pedagógicas, tentando demonstrar o carácter nacional da instituição científica, que se deveria sobrepor aos elementos regionais existentes. Prova de que a Junta Promotora da Agricultura, e da Industria portuguesa, em sintonia com a Academia, deveria funcionar com um carácter

---

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, p. 9 - 10.

global, de modo a abarcar todo o ensino agrícola, nas suas diferentes componentes, são as atribuições previstas para o Secretario:

"[...] mandar vir exemplares dos melhores jornais, publicados pelas Instituições analogas estrangeiras; e assim destes jornais, como de quaesquer outras obras respectivas, e dos escriptos apresentados á Junta, fará extrahir quanto possa occupar meia folha de impressão, que será distribuida semanariamente pelas Camaras do Reino, e pelas pessoas que mais bem merecem da Junta; a qual se desvelará em diffundir desta maneira promptissima os conhecimentos mais adequados para promoverem a agricultura, e a industria em Portugal" 65.

Para complementar esta acção formativa a Junta deverá dirigir um estabelecimento de agricultura pratica, e "animará todos os desta natureza, tendentes a promover com o exemplo tudo o que poder concorrer para o progresso da mesma agricultura" 66.

Percebemos que a ideia de fundar uma verdadeira escola de ensino agrícola não esmorecia, nem tão pouco a convicção de ser a sua existência determinante para o progresso e adiantamento da agricultura nacional. As origens desta convicção encontravam-se na Academia e nas suas *Memórias* ou no seu imenso projecto de uma *Obra Periodica sobre a Agricultura de*

---

65 *Idem, ibidem*, p. 4.

66 *Idem, ibidem*, p. 4-5.

*Portugal*<sup>67</sup>, que deveria contemplar as temáticas inerentes ao ensino agrícola  
68 .

Quando nos detemos na estrutura institucional da cadeira de Agricultura, verificamos que a década de trinta do século XIX foi um período de viragem e de aceleração. "Foram também notáveis os esforços feitos pela Faculdade de Filosofia e a Universidade, pelas suas autoridades académicas, para valorizar e tornar cada vez mais eficiente o ensino da Agricultura [...] dois factos, porém, convém pôr em relevo. O primeiro, referente à reforma de 1836, que ampliou o quadro de estudos, tornando independentes as disciplinas de Mineralogia, Zoologia e Botânica, ficando a Agricultura isolada, agora com a designação de Agricultura, economia rural e tecnologia. O outro diz respeito às reiteradas tentativas de fazer culturas modelo, em terrenos que depois de muitas solicitações foram entregues à Universidade e eram pertença dos extintos Colégio de S. Bento e dos Carmelitas descalços, cujas cercas eram adjacentes ao Jardim Botânico"<sup>69</sup>.

De igual modo verificamos haver alterações na cidade do Porto, no que toca ao ensino da agricultura. "Pelo decreto de 13 de Janeiro de 1837, foi reformada a Academia Real da Marinha e Comércio do Porto e transformada

---

<sup>67</sup> Cfr. *Prospecto da obra periodica sobre a agricultura em Portugal* (1788), impresso pela tipografia da Academia.

<sup>68</sup> Os temas de ensino agrícola usuais nos tratadistas de setecentos, versavam a Agricultura em geral; a Agricultura em particular; os Instrumentos de lavoura; os Gados e animais uteis; as Artes dependentes da agricultura; os Transportes. Cfr. André J. Bourde (1967). *Agronomie et agronomes en France au XVIII siècle*, vol. I, p. 253-423.

<sup>69</sup> Maximo Correia (1953), *Discurso do Reitor da Universidade de Coimbra [...]*, p. 15.

em Academia Politécnica <sup>70</sup>. Nas medidas legislativas de Passos Manuel constava no elenco da Politécnica nortenha uma 7ª cadeira - História Natural dos três reinos da Natureza aplicada às artes e aos ofícios- e uma 10ª, designada de Botânica, Agricultura e Economia Rural, Veterinaria <sup>71</sup>.

Estamos, pois, perante modificações epistemológicas na cadeira dada à responsabilidade de Brotero <sup>72</sup>, consagradas pelo poder legitimador de uma portaria, neste caso de 27 de Outubro de 1836, mais tarde confirmada e ampliada em 1840 e em 1848 <sup>73</sup>, de modo a formalizar firmemente a viragem do ensino agrícola, em Portugal <sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup> Américo Pires de Lima (1937), *A botânica na Academia Politécnica do Porto*, p. 4.

<sup>71</sup> Estas cadeiras funcionariam também em sintonia com o Jardim Botânico, que serviriam igualmente a Escola Médico-Cirúrgica. Cfr. Américo Pires de Lima (1937), *ob. cit.* p. 4-7.

<sup>72</sup> Cfr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho (1872), *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, p. 46-47.

<sup>73</sup> "A portaria de 27 de Outubro de 1836 mandou incorporar no jardim botânico a cerca do extinto Collegio de S. Bento e parte da do extinto convento dos carmelitas descalços, afim de que as duas cercas sejam destinadas principalmente para a plantação e cultura de arvores e arbustos que não se tem podido reunir por falta de espaço naquelle bello estabelecimento, habilitando-o assim melhor para o ensino da botancia e agricultura, a que é destinado. Esta concessão foi confirmada e ampliada em portaria de 24 de outubro de 1840 e decreto de 21 de novembro de 1848. Os rapidos e incessantes progressos das sciencias naturaes tornavam cada vez mais urgente uma nova organizaçao do curso philosophico e o decreto de 5 de dezembro de 1836 approvou e mandou pôr em execução o novo plano de estudos, proposto ao Governo pelo dr. José alexandre de Campos, vice-reitor da Universidade". Joaquim Augusto Simões de Carvalho (1872), *ob. cit.*, p. 45.

<sup>74</sup> "O estudo da Agricultura na Faculdade de Filosofia de Coimbra tomou assim largo incremento e o número de publicações e manuscritos, muitos existentes na Academia de Ciências de Lisboa, atestam bem a operosidade e devoção dos seus cultores

Mas, a localização institucionalizada do ensino da Agricultura no espaço do poder <sup>75</sup>, que Lisboa, capital do Reino constituía, só veio a ter lugar com o funcionamento da Escola Politécnica, cuja 9ª cadeira se designava Botânica e Princípios de Agricultura <sup>76</sup>. Como responsável estava A. J. Figueiredo e Silva <sup>77</sup> que, na aula de abertura do ano de 1838 fez a apresentação científica da Botânica <sup>78</sup>, salientando a componente de conhecimentos teóricos e práticos, e a consequente utilidade para a agricultura:

"Alguem haverá que ponha em dúvida a necessidade dos conhecimentos botânicos na Agricultura, fundado em ser ella uma Arte

---

conimbricenses". Maximo Correia (1953), *Discurso do Reitor da Universidade de Coimbra [...]*, p. 16.

<sup>75</sup> Para esta questão dos espaços de ciência e de poder cfr. Ana Luisa Janeira (1987), *Sistemas epistémicos [...]*, p. 96.

<sup>76</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p.103-104. Esta 9ª cadeira fazia parte do elenco do 3º ano. Cfr. Pedro José da Cunha (1937), *A Escola Politécnica de Lisboa [...]*, p. 10-11.

<sup>77</sup> Antonio Joaquim de Figueiredo e Silva, bacharel formado em filosofia pela Universidade de Coimbra e doutor em Medicina pela Faculdade de Montpellier. foi professor do Instituto Agrícola, sócio da Academia, tendo publicado a tradução do *Curso elementar de Agricultura e Economia Rural*, de Raspail e algumas publicações na segunda metade do século XIX relativas a agronomia, nomeadamente *Bibliotheca Agronomica* (1850) e o *Curso de Economia Agrícola* (1850). Cfr. F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. I, p. 160.

<sup>78</sup> As autoridades científicas apresentadas foram Lineu, Buffon, Humbolt, Ecluse, Jussius, Hoffmansseg, Link, Brotero, procurando, pois, combinar um saber teorizante e de taxinomias com uma matriz experimentalista, que as viagens científicas do racionalismo setecentista permitiam, e faziam desenvolver. Cfr. A. J. de Figueiredo e Silva, "Discurso recitado na abertura da aula de botânica e princípios d'agricultura da Eschola Polytecnicna, em 3 de fevereiro de 1838", *Annaes das Sciencias Medicas* (Fev. 1838), n.º 2, p. 33-48.

eminentemente pratica, e em serem as lições da experiencia as de maior importancia em todos os processos agrarios [...] Com effeito quasi não ha parte das Botanica que não concorra tributariamente para formar a Sciencia do Agricultor: a Physiologia vegetal serve de guia na avaliação dos differentes methodos de cultura; por ella pode obrigar a terra a satisfazer as suas maiores exigencias. A Botanica propriamente dita é a que deve dirigir-se em quanto ao conhecimento escolha e nomenclatura das plantas cultivadas, ou das que merecem sê-lo. Finalmente a Geografia botanica lhe ensina os preceitos que deve seguir na aclimatação e naturalização d'especies novas"<sup>79</sup>.

Parece-nos fundamental acentuar não ter sido com a Escola Politécnica que se autonomizou científica e epistemologicamente o saber da "agricultura científica", ou seja da agronomia. O Código Administrativo de 1842 - a que aludimos anteriormente, quando abordamos as Sociedades Agrícolas - e as reformas de Instrução Publica contribuíram fortemente para a sua autonomia, crescimento e emancipação, coadjuvados pelas personalidades científicas interessadas por estes problemas e regressadas do

---

<sup>79</sup> A. J. de Figueiredo e Silva, "Discurso recitado na abertura da aula de botância e principios d'agricultura da Eschola Polytechnica, em 3 de fevereiro de 1838", *Annaes das Sciencias Medicas* (Fev. 1838), n<sup>o</sup> 2. p. 48-49. Mais acrescenta o Autor sobre o contributo que a Botânica tem também para a Medicina: "Não é menos manifesta a importância da applicação da Botanica à Materia Medica. Quem haverá que nnao perceba a obrigaçnao que o Medico tem de conhecer as plantas de que se serve no tratamento das molestias? Igual dever incumbe ao Pharmaceutico, que as prepara e ministra". *Idem, ibidem*, p. 50.

exílio europeu. Neste número incluiu-se a figura carismática de José Maria Grande <sup>80</sup>.

A partir da leitura do Decreto de 20 de Setembro de 1844 é-nos relativamente fácil entender que o discurso do poder se havia já alterado, quanto à institucionalização de um ensino especializado, e específico, da agronomia:

" Título IV

Artigo 88º:

É o governo authorizado a estabelecer uma, ou duas Escolas para o ensino da agricultura theorica, e da agricultura prática sobre a parte material dos processos da cultura, e sobre os diversos ramos de economia rural.

O Governo logo que se offerecer oportunidade, procederá a esta organização nos locais mais apropriados do Reino, pelo modo que mais convier aos interesses de tão importante industria; [...]

Artigo 89º:

Em cada uma das Capitaes de districto haverá uma Sociedade Agrciola, com o fim de vulgarizar os conhecimentos, e meios adequados para o

---

<sup>80</sup> José Maria Grande "bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1823. doutoramento na Bélgica, na Universidade de Lovaina (enquanto emigrado - 1836 - por motivo da perseguição movida aos liberais). Em 1841, nomeado lente de Botânica da Escola Politécnica e director do Jardim Botânico da Ajuda [1841] (função inerente). Nomeado Director do Instituto Agrícola (recém-criado - 16 de Dezembro de 1852) em 7 de Janeiro de 1853, lugar em que se manteve até à sua morte, ocorrida em 15 de Setembro de 1857". Mário de Azevedo Gomes (1958), *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, p. 17 (sublinhado nosso). José Maria Grande foi sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa e de outras Academias estrangeiras. Responsável por vários artigos publicistas e pelo *Guia e Manual do Cultivador*, em 1849.

melhoramento da agricultura. Estas sociedades, compostas de pessoas inteligentes, e zelozas dos progressos agronómicos, serão presididas pelos Governadores Civis, e terão por seus correspondentes os Membros das Juntas Geraes dos Districtos - os Administradores dos Concelhos - e os Medicos e Cirurgiões de partidos das Camaras Municipaes.

Artigo 90º:

As Escolas Agronómicas enviarão annualmente a todas as Sociedades Agrícolas uma exposição dos progressos da sua administração, remetendo-lhes, sempre que for possível, as sementes e modelos de quaesquer objectos, que convier vulgarizar" 81.

Chegamos a uma fase entre o magistério de Brotero e a acção científica, publicista e de feição agronómica, de José Maria Grande. Ou seja, o momento em que se estabeleceu um plano de várias cadeiras de agronomia (um conjunto de saberes científicos referentes à Natureza, complementares entre si, desdobrados em ensino teórico e prático). **Sociedades e Ensino** agrícolas tornaram-se as ideias vitais de um movimento de pressão que se fazia sentir junto da opinião pública e dos círculos do poder políticos, para institucionalizar a agronomia como um saber autónomo 82. Progresso

---

81 *Legislação Portuguesa 1844*, (1845), p. 316.

82 Cfr. M<sup>a</sup> Carlos Radich (1987), *A Agronomia portuguesa no século XIX* [...], p. 636-749. A segunda metade do século XIX e o dealbar do XX foram muito férteis em produções editoriais relativamente à memória historiográfica dos primeiros agrónomos portugueses; cfr. Alberto Correia Pinto de Almeida (1901), *Henrique de Mendia* [...]; António Mendes Almeida (1920), *Elogio histórico do silvicultor Bernardino Barros Gomes* [...]; (1888), *A silvicultura em Portugal* [...]; José Joaquim de Almeida (1910), *Esquisse historique du Portugal agricole* [...]; (1922), *D. António Xavier Pereira Coutinho* [...]; (1930), *O Professor D. Luiz Filipe de Castro* [...]; José Verissimo de Almeida (1888), *A reforma do ensino superior de agricultura* [...]; (1892), *João Ignacio Ferreira Lapa* [...];

agronómico que tinha como rosto personalizado as Sociedades Agrícolas e os seus mecanismos de reputação e de elite científica <sup>83</sup> para agregar as "pessoas zelosas e inteligentes" interessadas pela agronomia.

Olhando o quadro legislativo de 1844 ressalta igualmente enunciado dos artigos citados. Reflecte o novo espírito científico consagrado pela Escola Politécnica de Lisboa e pela Academia Politécnica do Porto, e por uma crescente valorização dos conhecimentos de matriz politécnica <sup>84</sup>. E, no entanto, só o Governo da Regeneração, através do decreto de Dezembro de 1852 <sup>85</sup> viria a finalmente institucionalizar o ensino agronómico e a criar este tipo de Escola em Lisboa, espaço urbano e político <sup>86</sup> sempre adiado nas

---

(1897-1898), *Reorganização do ensino agronómico e veterinário [...]*; (1904), *Meio século de ensino agronómico (1853-1903) [...]*.

<sup>83</sup> Para o problema das elites científicas e as suas ligações às Academias científicas e às Universidades cfr. Paolo Rossi (1988), *Storia della scienza*, tomo I, p. 28. Num número especial da revista *Análise Social* (n.º 116-117) dedicado às elites em Portugal, as elites científicas estiveram completamente ausentes das comunicações e dos debates havido.

<sup>84</sup> Cfr. Jean Torallas (1986), *La physique expérimentale [...]*; Pierre Costabel (1986), *Institutions et structures [...]*; Janis Langis (1987), *La république avait besoin de savaants. Les débuts de l'Ecole centrale des travaux publics et les cours révolutionnaires de l'an III*.

<sup>85</sup> Ministros da Coroa : António Maria Fontes Pereira de Melo, Duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães e António Aluizo Jervis de Atouguia.

<sup>86</sup> Numa perspectiva comparativa veja-se o interessante estudo sobre ciência e urbanização da cidade do Novo Mundo, em que os jardins têm uma funcionalidade de demarcar espaços sociais, e de evidenciar conhecimentos botânicos. "No es casualidad que el jardín [no rio Capibaribe, Olinda-Brasil] incluya las principales fuentes de agua potable del complejo urbano de Mauriciópolis (Recife -A. Vaz). Además se le dotó de un zoológico y de un gran acuario formado por tres grandes piscinas. Si se añade que una de las dos torres de la casa sirvió de Observatorio Astronómico y que en el interior, el cronista Barleus habla de «Museo» no puede haber duda de que se trata de una

questões do ensino agrícola, apesar das apetências pedagógicas e didáticas reveladas desde o século XVIII pela Academia das Ciências e pelo Jardim Botânico.

Pensamos que apenas as mudanças políticas - e a emergência de um poder de novas vontades - na viragem do século XIX tornaram possível uma realidade pensada e explicitada em vários textos e vontades individuais. "A fundação do Instituto Geral de Agricultura marcou o reconhecimento, por parte dos poderes públicos, de que era necessário o desenvolvimento das Ciências Agrárias na sua nova orientação"<sup>87</sup>. Que razões plausíveis podemos nós encontrar para perceber esta rapidez de compreensão por parte dos (novos) poderes públicos?

A utilização dos periódicos científicos e instructivos da época imediatamente anterior à Regeneração de 1851 permite-nos obter algumas pistas explicativas.

Fernandez Thomaz <sup>88</sup>, em 1848, denuncia o atraso e o carácter rotineiro da nossa agricultura. Considera-os, mesmo, como a principal causa

---

verdadera Casa de las Ciencias, tal como aparece soñada por los escritos de los utopistas científicos de principios del siglo XVII". Juan Sala Catalá (1990), *El paraíso urbanizado: ciencia y ciudad en el Brasil Holandés [...]*, p. 346.

<sup>87</sup> Ruy F. Mayer (1953), *Reflexões a propósito de um centenário [...]*, p. 21.

<sup>88</sup> Roque Joaquim Fernandez Thomaz, de seu nome completo, foi doutor e lente catedrático da Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra (tendo completado o curso em 1835); deputado às Cortes constituintes de 1837; vogal do conselho Geral de Instrução Publica. Publicou um opúsculo sobre questões do ensino das «ciencias económicas-administrativas» na Universidade de coimbra. Cfr. F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. VII, p. 187-188.

de grandes prejuizos <sup>89</sup>. Apesar de serem evidentes os esforços de melhorar e regenerar a instrução pública desde 1834, muito faltava ainda fazer, e o Autor apresenta um plano delineado de fases progressivas e de etapas encadeadas:

"Apoz a necesária instruccão elementar dos habitantes do campo vem naturalmente o estabelecimento das sociedades agronomicas, e dos collegios d'agricultura, e quintas-exemplares [...] Queremos persuadir-nos que não ha mingoa de desejos em nossos compatriotas para estas e outras emprezas de publica actividade [...] Aos Governadores Civis entendemos que cumpria convocar os proprietarios e pessoas mais influentes e illustradas de seus districtos, aproveitar as boas disposições de uns, dissipar os preconceitos de outros, e despertar a actividade de todos para se conseguir semelhante fim. E sem duvida por todos os districtos que a agricultura se deve principalmente melhorar, porque as circunstancias phisicas de muitos d'elles são differentes e demandam variados remedios" <sup>90</sup>.

Subjacente às suas palavras está o Código Administrativo de 1842 e o Decreto de 20 de Setembro de 1844, a que já aludimos. Isto significa que em termos burocráticos o distrito. Com a figura tutelar do Governador Civil - é a unidade administrativa valorizada para estabelecer a rede organizadora das escolas de ensino agricola, condição considerada indispensável para esbater rapidamente, e com éxito, o marasmo reconhecido desta actividade

---

<sup>89</sup> Cfr. R. Fernandez Thomaz, "Sociedades e Instituições Agrícolas", *Revista Universal Lisbonense* (Dez. 1848), n.º 5, p. 49.

<sup>90</sup> R. Fernandez Thomaz, "Sociedades e Instituições Agrícolas", *Revista Universal Lisbonense* (Dez. 1848), n.º 5, p. 50.

económica. Paralelamente estão as Sociedades, de que a Sociedade Real d'Agricultura de Inglaterra, fundada em 1838, constitui com os seus *dez mandamentos* um verdadeiro arquétipo de funcionalidade <sup>91</sup>.

A *Revista Universal Lisbonense*, através do artigo de R. Fernandes Thomaz, adianta mais alguns promenores sobre este assunto. Por exemplo, a Inglaterra não dispunha de Escolas agrícolas específicas, "à excepção do Collegio Real de Agricultura de Cirencester, fundada em 1845" <sup>92</sup>.

Ainda na mesma Revista fazia-se a resenha do funcionamento das Escolas agrícolas particulares, existentes em França, e o ensino teórico-prático específico deveria ser ministrado numa Escola Central, como a

---

<sup>91</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 50, nota de rodapé. A sociedade inglesa fora fundada com 466 membros, e em 1844 contava já com 7.000 sócios, apesar de a Inglaterra se afirmar perante o Mundo como a primeira Nação industrial!

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, n.º 5, p. 51. O ensino agrícola era neste país semelhante ao português, ou seja estava na dependência das Universidades: Oxford que mantinha em funcionamento a cadeira de economia rural; Edimburgo com a cadeira de agricultura e a de química agrícola e em Aberdeen a de agricultura. "Desta falta de estabelecimentos públicos, como o de Grignon em França, resulta que os alumnos eram até aqui obrigados a irem estudar com os mais acreditados lavradores de diferentes condados, plano, que ainda que muito proficuo para aprender a parte pratica, é demasiado imperfeito para adquirir o conhecimento dos principios scientificos da cultura". *Idem, ibidem*, (Dez. 1848), n.º 5, p. 51. Nestes condados o ensino durava dois anos lectivos e estava organizado nas seguintes cadeiras curriculares: 1ª - instrução oral na agricultura pratica; 2ª geometria elementar aplicada à medição da terra; 3ª mecânica em suas aplicações aos instrumentos agrários, construções de telheiros e abrigos; 4ª hidraulica aplicada a viagens e irrigações; 5ª desenho de planos para instrumentos e edificios rurais; 6ª química e fisica em relação com a cultura; 7ª mineralogia e geologia; 8ª botânica e fisiologia vegetal e zoologia; 9ª elementos de arte veterinária; 10ª contabilidade agricola

*Institution Royale Agronomique de Grignon* . Nela lecionavam-se as seguintes cadeiras:

- 1ª - Princípios de agricultura racional e direcção do governo de uma fazenda
- 2ª - Princípios de economia rural
- 3ª - Metodos mais aprovados de contabilidade rural
- 4ª - Construcção de predios rusticos, estradas e instrumentos agrários
- 5ª - Fisiologia vegetal e Botânica
- 6ª - Horticultura
- 7ª - Ciência florestal
- 8ª - Princípios gerais de Veterinaria
- 9ª - Legislação a respeito da propriedade
- 10ª - Geometria aplicada às medições de terrenos
- 11ª - Desenho geometrico d'instrumentos
- 12ª - Física aplicada à agricultura
- 13ª - Noções gerais de mineralogia
- 14ª - Medicina doméstica para uso dos lavradores <sup>93</sup>.

Quando os alunos terminavam os estudos, depois de examinados por mestres - lentes de Física, de Química, de Matemática - era-lhes atribuído uma carta de engenheiros agricolas. O modelo alemão - também trazido ao terreiro destes jogos de referências - é algo semelhante, uma a vez que o Estado sustenta em vários locais Academias e "quintas exemplares" públicas, que contam com um museu, um herbário, um jardim botânico, professores e bibliotecas especializadas.

---

<sup>93</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, nº 5, p. 51 - 52.

Face aos modelos apresentados, o Lente de Filosofia Fernandez Thomaz não se furta a estabelecer um balanço sobre a conjuntura portuguesa desde o final dos anos quarenta:

"Em presença do quadro que acabamos de tracar dos meios empregados pelas nações mais ilustradas para o aperfeiçoamento da sua agricultura, podemos com segurança dizer que nada havemos feito pela nossa. A cadeira d'Agricultura, Economia Rural, e Veterinaria, creada na Universidade pela reforma de 36, não pode preencher o fim que se pretende. Não é junto de um estabelecimento d'instrucção superior, fazendo parte de uma faculdade, e sujeita ao methodo d'ensino, e mais disposições estatutarias da Universidade de Coimbra, não é, repetimos que semelhante cadeira pode servir na pratica da cultura [...] E verdade que na lei da ultima reforma d'instrucção [1844] lá vem consignadas no titulo 4º, artigo 88 e 89 não só a criação de uma ou duas escolas praticas de agricultura, como tambem a producção de sociedades agricolas em todas as capitaes de districto [...] Temos escholas de musicos e dancadores: só a agricultura não tem um só mestre que a ensine. Panem et Circenses diziam os Romanos. Circenses temo-los nós de sobra, é justo que nos deem agora o pão que nos falta" <sup>94</sup>.

Estas afirmações levam-nos a pensar que um sector das elites científicas das ciências naturais tiveram alguma influência nos critérios utilizados na legislação de 1842 e 1844. Torna-se claro que, para eles, o ensino agrícola deveria ser independente de Universidades, ou de Politécnicas, consagrando a parte teórica e a parte prática, e passando

---

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, nº 5, p. 52.

diplomas de engenheiro agrícola/agrônomo, e não Diplomas de licenciatura em Filosofia Natural ou Medicina... .

O governo da Regeneração, influenciado pelo ministro francês Turret de 1848, promulgou a lei de Dezembro de 1852, "vindo a espalhar a grande luz da instrução pelos centros agrícolas e populações ruraes" <sup>95</sup>. Por decreto estabeleciam-se três graus de ensino : o mecânico, o artístico e o científico, ou em linguagem mais prosaica, o ensino de nível primário, de nível secundário e o de nível superior. A instrução de 1º grau seria recebida nas Quintas de ensino, cultivadas por particulares; a de 2º grau, nas Escolas Regionais - Viseu, Evora e Lisboa - e a de 3º grau no Instituto Agrícola e nas Quintas de ensino <sup>96</sup>.

O "Instituto era destinado a aperfeiçoar e desenvolver a agricultura: pelo ensino - pelo exemplo - e pela experiencia. A parte doutrinal seria professada nas cadeiras - a exemplar nos campos de cultura aperfeiçoada - e a experimental nos campos destinados aos ensaios e experiencias [...] O curso de Agrónomos durava 4 anos e além de comprehender todas as cadeiras do Instituto eram os alunos obrigados a frequentar a 1ª parte da fisica e da química da Escola politécnica como cadeiras auxiliares, afora a prática"<sup>97</sup>.

Criavam-se os laços de correspondência entre o que havia sido desde o século XVIII o ensino superior agrícola e os novos espaços

---

<sup>95</sup> B. C. Cincinato da Costa (1892), *Breve notícia sobre o ensino superior agrícola*, p. 9. Cfr. do mesmo Autor (1900), *L'enseignement supérieur [...]*.

<sup>96</sup> Cfr. J. Silvestre Ribeiro (1878), *História dos estabelecimentos científicos [...]*, tomo VII, p. 31.

<sup>97</sup> *Instituto Superior de Agronomia* (1920), p. 9.

institucionalmente consagrados para os domínios da agronomia, contando com o seguinte elenco de Cadeiras:

1ª - Elementos das sciencias histórico-naturais, elementos de física, química e geologia agricola;

2ª - Zoologia, anatomia e fisiologia comparadas;

3ª - Botânica e fisiologia vegetal

4ª - Agricultura geral;

6ª - Zootécnia e princípios de veterinária;

7ª - Economia agricola, administração e contabilidade rural, artes agricolas, legislação, engenharia rural <sup>98</sup>.

A abertura do primeiro ano lectivo, 1853/54, ficou sempre marcado pela figura do director da nova instituição - José Maria Grande, personalidade que evidenciou a colegas e alunos elevado grau de uma cultura técnica, científica e de componente humanística, seguindo uma secular tradição dos eruditos da agricultura.

"As grandes verdades da sciencia agronomica são conquistas alcançadas pela philosophia experimental do nosso tempo. Os domínios daquela sciencia dilatam-se todos os dias. A agrolgia, a zootecnia, e a engenharia rural progridem sem cessar. O seu corpo de doutrinas vai-se organisando, e pondo ao nivel dos outros ramos dos conhecimentos humanos. E sua arte agricola é antiga como as sociedades, a sciencia agronomica é de modernissima data. E hoje ninguem duvida que esta sciencia está reservada

---

<sup>98</sup> A primeira reforma do Instituto Agricola teve lugar por carta de lei de 17 de Julho de 1855. Cfr. *Idem, ibidem*, p. 11.

para os mais gloriosos destinos, pela larga influencia que não pode deixar de exercer sobre o bem-estar das populações, e sobre a multiplicação da raça humana.

Se as principaes doutrinas das sciencias agricolas são novas, e pouco conhecidas, é claro que por isso mesmo devem ser generalizadas com profusão, e que todos os esforços feitos neste sentido hão-de ser constantemente applaudidos pelos homens para quem a fortuna publica for uma aspiração sincera " 99.

## **2.2. Ideários e propostas de ensino agrícola**

Pensamos poder-se explicar a organização e a rapidez da institucionalização do ensino agrícola de 1852, numa possível eficácia dos artigos publicistas de carácter agrário e agronómico, que após 1834 inundaram a imprensa instructiva e científica .

Vejamos, então, o que podemos considerar como o empenhamento militante dos periódicos, dos colaboradores e das próprias empresas jornalísticas nesta matéria de institucionalizar o ensino agrícola em Portugal. Só então nos deteremos no plano de estudos criado pelo já famoso «decreto de 1852» e no papel desempenhado por José Maria Grande.

---

<sup>99</sup> José Maria Grande (1854), *Relatório sobre os trabalhos escolares [...]*, p. 6.

O tema do ensino agrícola, de forma institucional, ainda que associado à temática do ensino em geral, desde cedo surge na imprensa científica portuguesa <sup>100</sup>. No entanto, foi a imprensa instructiva e empresarial dos anos quarenta, a ter um papel importante na divulgação formativa, e de pressão, junto da opinião pública, e dos poderes políticos. Uma arma periódica que aproveitava a conjuntura nacional de debates e de reformas da nossa instrução pública em Portugal <sup>101</sup>.

A Agricultura, e o seu ensino de forma científica, e o da "Economia Política, é de tal importancia para todos, como partes essenciaes da sciencia

---

<sup>100</sup> Sob o impulso de Candido Xavier, em Paris em 1819, os *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*, divulgam amplamente o papel global e formativo que o método de ensino de Lancaster tem na formação cívica e moral do cidadão. "Estamos certos que o nosso leitor agradecerá este serviço, por quanto, nesta materia, como em todas as cousas praticas, mormente nos seus principios, hum anno de experiencias não pode deixar de interessar muito todo o bom cidadão, que reconhece na instrução propria de cada classe o interesse da religião, a força do Governo, a felicidade dos individuos, e por todos os meios a base da prosperidade do Estado", Candido Xavier, "Dos progressos do ensino mutuo em 1818 nos paizes das differentes partes do Mundo: e das novas escholas do Ensino mutuo em Portugal", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1819), tomo VI, p. 55. Cfr. do mesmo Autor, "Ensino Mutuo em 1819", *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1820), tomo X, p. 89-105. Neste artigo faz-se um pequeno balanço do que tem sido feito nesta matéria em Portugal - "Em Outubro de 1818 erão frequentadas 55 escholas portuguezas, por 3.643 discipulos, tanto paisanos, como militares; a prosperidade d'estas escholas he de feliz presagio para a propagação do methodo, em todo o continente portuguez" (*Idem, ibidem*, p. 95).

<sup>101</sup> Temos de levar em linha de conta que os periódicos instructivos eram rostos colectivos e personalizados, resultantes do somatório de várias vontades intellectuais. Algumas destas personalidades - de perfil científico e possuidores de uma cultura técnica - tiveram oportunidade de intervir directamente nas decisões politicas e no enunciado de algumas das medidas legislativas.

social, que julgamos fazer algum serviço a nossos compatriotas. dedicando-lhe uma parte especial da nossa publicação literaria" <sup>102</sup>, afirma Agostinho Albano da Silveira Pinto, que havia desempenhado, como vimos, funções de docência no campo científico da Agricultura <sup>103</sup>.

A Economia Rural <sup>104</sup>, parte integrante da Economia Política, devia andar de par com o estudo e o planeamento científico das questões agrárias e agronómicas <sup>105</sup>, tal como os modelos dos países da Europa já haviam consagrado. Fala-se, evidentemente, da Inglaterra, da Flandres e da Alsácia

---

<sup>102</sup> "Agricultura", *Revista Estrangeira* (Março 1838), p. 267. Este periódico de Coimbra, que vivia essencialmente com base na tradução dos artigos estrangeiros dos periódicos instructivos, não deixa de demonstrar uma certa militância nacional e patriótica nesta matéria de ensino agrícola, propondo-se oferecer aos leitores um conjunto de textos produzidos durante os "25 mezes, em que durante o tempo da usurpação, nos foi preciso estar homisiado, para escapar á prisão nas cadêas da Relação [Porto] , por haver-mos sido pronunciado na sanguinaria Alçada, que por tão longo tempo aterrou esta cidade, e todo o Portugal: devião ser publicados para serem o texto das prelecções d'Agricultura, que por espaço de alguns annos, professámos na Real Academia da Marinha e Commercio desta cidade [Porto] , do que desistimos [ Agostinho Albano da Silveira Pinto] porque o usurpador nos demittio do emprego , que desde bastantes annos exerciamos; [...]", p. 267.

<sup>103</sup> "[...] sciencia dos preceitos praticos com que se hão-de cultivar os campos ou terrenos". "Agricultura", *Revista Estrangeira* (Março 1838), p. 268.

<sup>104</sup> "[...] principios theoreticos,e os precieots praticos delles provenientes, com que se hão-de emprehender as operações ruraes a fim de que se tire da terra o maximo proveito com o minimo trabalho e despeza". *Idem, ibidem* , p. 268.

<sup>105</sup> "[...] sciencia das leis naturaes que determinam a mais prospera cultura. Ella se emprega particularmente no modo de beneficiar as terras, communicando ao solo aquellas substancias que podem conservar ou augmentar a sua fecundidade, ou desenvolvendo os succos nutritivos no mesmo solo contidos" *Idem, ibidem* , p. 268. Chamamos particular atenção para o carácter de scientificidade que as palavras, por nós sublinhadas, comportam.

106, e do papel que tiveram para vulgarizar, e popularizar, procedimentos individuais científicos:

"Como o calculo deve guiar sempre o agricultor, cumpre que elle não adopte methodos novos sem serem justificados pela mais severa experiencia; alias quasi sem exame se condemnarão usos que o tempo tem consagrado, acreditados por felizes resultados; e introduzindo innovações incompatíveis com o terreno, clima, e circunstancias particulares do paiz, acabarião por arruinar a sua fortuna" <sup>107</sup>.

O experimentado lente de Botânica e Agricultura da Academia de Marinha do Porto não termina, porém, o seu parecer de empenhamento individual sem forçar a nota do papel que cabe à legislação agrária em todo o processo de institucionalização o ensino da agricultura - "Uma legislação proctetora pode, em poucas linhas e em poucos annos, no nosso paiz naturalmente fertil e ameno domiciliar a abundancia, reparar os males passados, cuja origem data ja de seculos, e consolidar a nossa independencia" <sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> Cfr. *Idem. ibidem*, p. 271, onde é reforçado o papel que Chaptal teve para a vertente científica da agricultura. "La Química es esencialmente necesaria para la gloria y prosperidad de una nacion: y en el momento en que todos los talentos trabajan por el bién peublico, cada uno por su parte debe de contribuir, y presentar á la Sociedad el tributo del talento con que no pueda contribuir con algunos materiales para este sobervio edificio: baxo este aspecto me atrevo á presentar esta obra, y espero será juzgada segun mi intencion" Chaptal (1793), *Elementos de Quimica*, p. 2. Cfr. ainda o «Discurso Preliminar» (p. 6-34) em que estabelece as relações científicas existentes entre o seu trabalho na Química e os naturalistas como Duhamel, Boyle, Buffon ...

<sup>107</sup> "Agricultura", *Revista Estrangeira* (Março 1838), p. 272.

<sup>108</sup> *Idem. ibidem*, p. 278.

Estamos perante dois problemas - o discurso da ciência da agricultura e o discurso das leis sobre a agricultura; a capacidade agrícola e os recursos naturais de Portugal e o potencial dinamismo dos "novos proprietários" <sup>109</sup>, reclamando protecção e marcando definitivamente o panorama social e económico da questão agrária a partir da legislação de Mouzinho da Silveira <sup>110</sup>. As propostas do ensino agrícola, os ideários apresentados, são-lhes, em última instância, dirigidos, como o grupo que podia mobilizar ou fazer mobilizar a riqueza natural da agricultura e a sua rentabilidade, em termos de economia política nacional.

Ao auscultarmos a imprensa instructiva verificamos que os seus colaboradores e redactores tinham plena consciência deste facto, pois que a consideravam como um "grande agente da civilização [que] vai progredindo em a sua benéfica missão derramando por todas as classes algum desenvolvimento intelectual" <sup>111</sup>.

---

<sup>109</sup> "[...] as lutas civis entre legitimistas e liberais (1828-1834) e a subsequente vitória destes últimos, pondo em prática as ideias teóricas e doutrinárias dos economistas oficiais, bem como a abolição dos morgados [...] que deu livre curso ao ritmo das divisões sucessórias, favoreceram a aquisição de terras e de propriedades, e, até, a reconstituição de grandes herdades. Reduzindo-se, ainda, velhos comunitarismos agrários, fragmentando-se, vendendo-se ou aforando-se baldios comunais, mais se acelerou durante o século XIX a divisão da propriedade, mas também, e paradoxalmente, se tornou possível o aparecimento de grandes explorações unitárias no Centro e no sul do país". Verginia Rau (1961), *Estudos de História Económica [...]*, cap. "A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média", p. 28.

<sup>110</sup> Cfr. Miriam Halpern Pereira (1989), *Mouzinho da Silveira. Obras*, vol. I, p. 59-94

<sup>111</sup> J. S. A., "A Agricultura e a instrução popular em Portugal", *Revista Académica* (Abril 1845), nº 3, p. 43.

A *Revista Académica* tornou-se num dos arautos da instrução agrícola, ao defender planos de ensino e ao utilizar as páginas do periódico para difundir a instrução agrícola, e propagandear o gosto por tão nobre arte: "depois seremos plenamente indemnizados de nossos trabalhos e fadigas, quando nossas terras forem amanhadas, não segundo a fé que os nossos lavradores prestam a prestígio e crenças populares, mas conforme com os dictames da theoria e da experiencia"<sup>112</sup>.

O plano para a organização do ensino agrícola passava pelas escolas primárias, destinadas a ir acabando com a ignorância dos futuros pequenos lavradores <sup>113</sup>, enquanto os proprietários instruídos deveriam ter uma acção pedagógica junto dos camponeses e rendeiros, acompanhados e auxiliados pelos "parochos, as authoridades e os litteratos", de modo a levar a bom termo tão "civilizadora missão" <sup>114</sup>.

No entanto, a agricultura tinha de dispor de um ensino oficial, organizado e axiomatizado por diferentes graus de dificuldade, e de especialização, para acompanhar o ritmo das reformas de instrução, que os homens do liberalismo estavam empenhados em levar a efeito. Como

---

<sup>112</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>113</sup> Na certeza que os grandes lavradores se preocupavam desde cedo com a instrução dos seus filhos. Cfr. Helder Adegar Fonseca (1992), *Economia e atitudes económicas no alentejo oitocentista* e Conceição Andrade Martins (1992), *Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e osé Maria dos Santos [...]*.

<sup>114</sup> Cfr. J. S. A., "A Agricultura e a instrução popular em Portugal", *Revista Académica* (Abril 1845), nº 3, p. 43-44.

articular, e estabelecer um plano de ensino para o nível primário, secundário e superior ?

A resposta encontra-se num periódico que divulga as propostas difundidas em Espanha:

"Os primeiros elementos de agricultura necesarios a todos os habitantes de qualquer povoação podiam facilmente ser ensinados nas escholas de instruccão primaria, como se usa em Allemanha, isto é, por meio de certas tabuadas que se fizessem ler ás creanças, e ao mesmo tempo lhe servissem de traslados e modelos para escrever. Estas lições que longe de prejudicar os estudos mais essenciaes, como os de moral e religião, fariam conhecer algumas maximas agriculas que conviria propagar extracta-las em forma de compendio; e deveriam ensinar-se da mesma sorte que o cathecismo de doutrina e as maximas moraes"<sup>115</sup>.

Na plataforma superior deveriam os alunos ter uma preparação adequada, ou seja, conhecimentos das disciplinas de ciências matemáticas, físicas e naturais, acompanhados de noções de medicina, veterinária e

---

<sup>115</sup> "Agricultura. Plano de Escolas para este ramo. Traduzido do espanhol", *Revista Recreativa* (1846), vol I, nº 20, p. 159-160. "Nas escollas primarias apenas se ensinariam os elementos de agricultura; nas secundarias haveria chefes ou directores de industria rural, e assim se dirigiria a agricultura com grande proveito [...] Estes homens, com o seu trabalho e pratica destruiriam os maus costumes que existem entre os lavradores e agronomos da provincia a que pertencessem, aconselhando o uso dos melhores instrumentos de lavoura e a applicação das boas regras de cultura[...] Os ensaios feitos na escolla superior seriam extensivos a todo o ensino pratico, e theoretico". "Agricultura. Modelo de estabelecimentos de cultura. Traduzido do hispanhol", *Revista Recreativa* (1846), vol. I, nº 21, p. 168.

zoologia, com aplicações práticas no âmbito da arboricultura e da horticultura. "Destas escolas superiores poderiam até sahir engenheiros agrícolas, que não seriam menos proveitosos que os das minas, estradas, etc. A cargo destas estariam as construcções das casas ruraes que servissem de modellos, as grandes roturações, dissecações, e mesmo melhoramentos, em cuja empresa poderia atee o governo ser interessado; todos os planos submetidos a um conselho superior de agricultura que deveria formar-se em cada provincia, a quem seriam propostos os meios do progresso da agricultura" 116.

Ao nível da difusão das propostas não resistimos a inserir como exemplo de escola gratuita, em França, o modelo de Coetebo. "Cem mil socios subscriptores do «Jornal dos conhecimentos uteis» estabeleceram em França a Escola gratuita de Coetbo, que bem pode servir de typo aos nossos empreendedores,, quando, mais civilizados e menos egoistas, olhamos os interesses publicos pela devida face" 117.

Nessa escola funcionava um vasto leque de disciplinas 118, consideradas indispensáveis para formar um corpo de engenheiros agrícolas, capazes de reproduzir este género de ensino em qualquer lugar. Podendo

---

116 "Agricultura. Plano de Escolas para este ramo. Traduzido do espanhol". *Revista Recreativa* (1846), vol I, nº 20, p. 160. Queremos ver neste excerto um reflexo adaptado da situação burocrata criada pelo *Código Administrativo* de 1842, a que já aludimos várias vezes.

117 "Economia rural. Escola gratuita de Coetbo", *O Illustrador* (Maio 1846), nº 34, p. 266.

118 As cadeiras apontadas são as seguintes: anatomia, medicina veterinária, botânica, química aplicada à agricultura, física, economia industrial, contabilidade agrícola, geometria, agrimensura, desenho linear.

mesmo dinamizar a constituição de uma sociedade agrícola e de um Jornal dos conhecimentos uteis, ou seja, um periódico de ensinamentos agrícolas - verdadeiro órgão didáctico da escola. Temos de ter em linha de conta, de facto, o papel polarizador e mobilizador que os periódicos científicos podiam ter, como veículos de intervenção e de formação cultural directa, junto dos seus leitores e subscriptores <sup>119</sup>.

Propositadamente guardamos para o final três periódicos de forte intervenção cultural de feição agrarista na sociedade portuguesa: a *Revista Universal Lisbonense* <sup>120</sup>, *A Epoca* e a *Revista Popular*.

Encontramos neste último periódico múltiplas e diversificadas notícias sobre as instituições e os saberes científicos directamente relacionados com o ensino da agricultura em Portugal. Lembramos o papel desempenhado pela botânica na Escola Médico-cirurgica de Lisboa <sup>121</sup>, e no plano de

---

<sup>119</sup> De certa forma também em Portugal tivemos este tipo de publicações de cariz didáctico e pedagógico. Lembramos alguns títulos da imprensa científica como : *O Panorama* com Alexandre Herculano; a *Revista Universal Lisbonense*, com Feliciano Castilho e posteriormente com Ribeiro de Sá ; *A Epoca*, com José Maria Grande. Publicações directamente ligadas a instituições tivemos as diversificadas Memórias da Academia das Ciências, a imprensa médica e a farmaceutica. Depois de 1852 as instituições quer de Ensino quer as Sociedades e Associações agrícolas e industriais, passaram a ter as suas próprias publicações.

<sup>120</sup> Os artigos que aqui mencionaremos deste periódico são apenas os que abordam em sentido restricto a forma de institucionalizar o ensino agrícola em Portugal. No entanto, não queremos deixar de referir o forte contributo deste periódico lisboeta para a difusão de todas as ideias agrárias, agraristas e agronómicas, e ao qual tantas vezes recorreremos.

<sup>121</sup> Cfr. João José de Sousa Telles, "Botânica. O pinheiro", *Revista Universal Lisbonense* (Out. 1846), nº 23, p. 268. O autor trabalhava no jardim botânico da Escola e relata as experimentações observadas com o transplante de pinheiros aí efectuada.

desenvolvimento do ensino superior agrícola a partir da já existente Escola de Veterinária.

"Sendo a *Revista* o representante dos nossos interesses agrícolas na flata de outro jornal (no continente) <sup>122</sup> mais especialmente dedicado a essas materias, parece-nos de rigoroso dever chamar a atenção publica, sobre as relações vantajosas que podem exisitir entre a agricultura e a Eschola Veterinaria" <sup>123</sup>.

Se o Parlamento estava em vias de reformar esta instituição então porque não aproveitar e associar essa reforma à ligação que deveria sempre exisitir entre a actividade agrícola e a criação de gado <sup>124</sup> ?. Mais importante do que discutir a substituição um ou dois lentes na Escola de Veterinária, era crucial aproveitar o ensejo das alterações para pôr em prática o que legalmente já exisitia, através do Código Administrativo de 1842 e das reformas da instrução pública de 1844. Por outro lado, porque não aproveitar o carácter militarizado da veterinária, e fazê-la progredir

---

<sup>122</sup> Está implícito o elogio ao *Agricultor Michaelense*, órgão da Sociedade Agrícola Michaelense.

<sup>123</sup> "A eschola veterinaria, em relação à nossa agricultura", *Revista Universal Lisbonense* (Maio 1848), nº 25, p. 289.

<sup>124</sup> "Lembra-nos de ler, em uma obra de um dos mais distintos agronomos francezes, que, sem gado, não pode haver lavoira. [provavelmente Duhamel] Ora, se este raciocinio e verdadeiro, como não podem duvidar todos quantos conhecem o viver dos campos, também se nnao poderá negar, que a creaçnao e conservação dos gados depende da importância e desenvolvimnto, que se der ao estudo e pratica veterinaria". *Idem*, *ibidem*, p. 289. Lembremos que os fertilizantes conhecidos, e utilizados, eram todos de origem natural, não se conhecendo ainda os adubos químicos.

acompanhada de um saber de ponta - a agronomia? O articulista explicita, a nosso ver, o problema:

"A questão maxima, relativa á Eschola Veterinaria, é saber se ella pode ou deve ser uma instituição util á nossa tão desleixada agricultura"<sup>125</sup>, colocando, pois o problema da resolução de tão secular problema no foro das reformas de ensino, como a pedra de magia que há tanto tempo o discurso agrarista português vinha reclamando.

Nestas mesmas águas navegavam também os reputadores colaboradores de *A Epoca*, João Andrade Corvo e Luiz Augusto Rebello da Silva :

"A historia dos progressos da agricutura não é outra senão a historia destas duas forças, a theoria e a pratica, caminhando uma para a outra, desenvolvendo-se isoladamente, e unindo-se por fim n'um laço estreiro[...]"<sup>126</sup>.

A história do ensino da agricultura comporta, na verdade, três fases da evolução: a empírica, a sistemática e a positiva <sup>127</sup>. De factos mal observados passou-se para uma observação sistematizada nos domínios da

---

<sup>125</sup> "A eschola veterinaria, em relação a nossa agricultura". *Revista Universal Lisbonense* (Maio 1848), nº 25, p. 290. Ainda que o Autor defenda a progressiva desmilitarização da Escola, com a entrada dos saberes da agronomia.

<sup>126</sup> "Necessidade do ensino da agricultura", *A Epoca* (1848), nº 1, p. 3.

<sup>127</sup> sobre as correntes do positivismo na sociedade portuguesa vejam-se os estudos de Fernando Catroga (1977), *Os inícios do positivismo em Portugal [...]*; (1988) *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal* e (1991), *A memória de 1845 na fundamentação do republicanismo português [...]*.

física, da química e da fisiologia vegetal. "Então grandes intelligencias se lançaram nas especulações da sciencia agricola, com mais ou menos felicidade: foram os representantes desta epoca em França os Duhamées, os Parmentiers etc" 128.

Surge no horizonte da cultura ocidental de então o período *positivo* "em que a sciencia e a experiencia, a theoria e a pratica se uniram e casaram intimamente, dando origem aos fructos mais preciosos, e aos mais maravilhosos resultados para a industria. Foi a Inglaterra, que primeiro trilhou esta feliz estrada [...] A Alemanha acompanhou a Inglaterra nestes progressos: e a França, occupada com as guerras e as revoluções sociaes, só mais tarde pode tomar parte neste trabalho" 129.

Interessava, pois, a Portugal apanhar o comboio no andamento mais veloz, a fim de contrariar e recuperar o tempo perdido. Todos os meios de instrução - tanto directa como indirectamente - deveriam actuar em sintonia. Entre os primeiros, incluíam-se os jornais e os manuais publicados 130; nos segundos entrava a accção das Escolas, com particular destaque para as do ensino secundario e superior:

---

128 "Necessidade do ensino da agricultura", *A Epoca* (1848), nº 1, p. 3.

129 *Idem, ibidem* p. 3.

130 José Maria Grande deu um grande contributo para este mecanismo ao fazer publicar nas páginas de *A Epoca* "Esboço de uma história da agricultura", *A Epoca* (1848), nº2, p. 17-19, prolongando-se, como os folhetins, nos números seguintes. Registe-se ainda a publicação, nos mesmos moldes, de "Guia e Manual do Cultivador", *A Epoca* (1848), nº 6, p. 81-85. A colecção destes últimos textos seriam depois publicados em brochura pela tipografia do periódico.

"[...] julgamos que quatro [estabelecimentos de ensino agrícola], dois nas provincias do norte, e dois nas provincias do sul, e um instituto central em Lisboa, que fosse como o viviero para alimentar ccom a theoria as experiencias das quintas-modellos, seriam mais que sufficientes para dar aos lavradores a melhor das instruccões, a que entra pelos olhos"<sup>131</sup>.

A racional articulação entre ensino agrícola primário, secundário e superior fecundaria a Nação portuguesa, impediria a miséria, o ócio, o pauperismo e a prostituição - as graves doenças sociais do final da primeira metade do século XIX. "O governos portuguez, mais do que nenhum outro, deve empenhar-se em auxiliar, por todos os meios os desenvolvimentos agrícolas. Se se adoptarem medidas que derramem a instruccão nas massas, que excitem o gosto das emprezas de agricultura nos homens poderososo e ricos, e que acordem o espirito fecundo da associação, muito temos a esperar do futuro" <sup>132</sup>. Palavras que decerto traduziam o pensamento de José Maria Grande, Andrade Corvo e Augusto Rebello da Silva <sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> "Necessidade do ensino da agricultura", *A Epoca* (1848), nº 1, p. 4. Com uma noção muito clara da realidade acrescenta-se que para este modelo ser verdadeiramente funcional e pleno de êxito era necessario facilitar e desenvolver as vias de comunicação e os estabelecimentos de crédito. Afinal, procurava-se reviver de um modo actualizado os ideários de Mendo Trigozo, apresentados à Academia das Sciencias de Lisboa, em 1815.

<sup>132</sup> "Necessidade do ensino da agricultura", *A Epoca* (1848), nº 1, p. 4-5.

<sup>133</sup> Não seria estranho ao espirito destas três personalidades científicas *A Epoca* ter publicitado o modelo de ensino auto-sustentando, assente no principio de uma Escola agrícola particular onde "[...] os rapazes que frequentam a eschola eram obrigados a trabalhar de tarde n'uma pequena porção de trra, que tinha sido dada ao mestre; pagando-lhe assim com o seu trabalho a instruccão que delle recebiam, ao mesmo tempo que adquiriam conhecimentos praticos sobre o modo de agricultur a terra [...] A

Pensamos ser ainda o peso científico, e a amizade pessoal de José Maria Grande, que explicam a inclusão, neste periódico de interesses económicos, de um artigo de D. Miguel Colmeiro <sup>134</sup>, sobre o sistema de ensino agrícola em Portugal e Espanha, defendendo-se uma profícua troca de experiências. O mote é claro:

"Quão importante seja que os naturalistas hespanhoes se relacionem, porque o devem fazer, com os portuguezes, e noticias de instruccão publica em Portugal, particularmente no que pertence a sciencias naturaes" <sup>135</sup>. As razões para este interesse iberista de índole científico encontramos-las nas palavras de Colmeiro:

"Digamo-lo já, a Peninsula hespanhola forma uma só região, divisivel em outras de ordem inferior bastante caracterisadas; porem inseparaveis [...] Estranho é por certo que dois vizinhos e semelhantes sob diversos aspectos, se desconheçam tanto neste ponto, que nem os portuguezes conhecem bem a altura em que se acham as sciencias e a instruccão publica em Hespanha,

---

edificação de uma casa, propria para este genero de estabelecimentos, e de que o mestre pague tambem a renda e da maior utilidade". "Escolas que por si se sustentam", *A Epoca* (1848), nº 9, p. 134. O artigo é pedagogicamente acompanhado de uma estampa para ilustrar o que o texto tão didacticamente explana, a fim de poder contribuir para "a felicidade dos nossos campos".

<sup>134</sup> Doutor em medicina, cirurgia e ciências naturais. Professor do Museu de Ciências Naturais em Madrid e membro do Real conselho de agricultura. Cfr. B. Anton Ramirez (1865/1988), *Diccionario de bibliografia agronomica [...]*, p. 875.

<sup>135</sup> [sem titulo] *A Epoca* (1848), nº 20, p. 309. Artigo foi extraído do «Boletim Official de Commercio, Instrucción e Obras Publicas», publicado em Madrid.

nem nós estamos inteirados do que entre elles se passa, sendo-nos quasi desconhecidos os seus homens e as suas cousas scientificas"<sup>136</sup>.

E altura de passarmos para outra das figuras paradigmáticas do processo de institucionalização do ensino agrícola - Ferreira Lapa <sup>137</sup>. Em vários artigos da *Revista Popular*, teceu uma verdadeira campanha de opinião pública e de pressão política, junto do Parlamento e do(s) Governo(s) deste período de viragem oitocentista.

A questão do ensino foi despoletada pela publicação informativa de um dos debates parlamentares. "O sr. doutor Assis de Carvalho <sup>138</sup> acaba de apresentar na Camara dos senhores deputados um projecto de lei, que tem por fim a união da escola veterinaria com uma das escolas agricolas, creadas pelo decreto de 20 de setembro de 1844. Só por este modo poderá existir realmente uma boa escola veterinaria, e um instituto agricola, em que se

---

<sup>136</sup> *Idem . ibidem*, p.310. Contudo, Colmeiro mostra conhecer os nossos Filósofos naturalistas - José Correia da Serra, Felix Avelar Brotero, Manuel Henriques de Paiva, Vellozo de Miranda, José Velloso Xavier, Domingos Vandelli, João Loureiro, Bernardino António Gomes, Mousinho de Albuquerque. Revela também ter alguma informação relativa a algumas das nossas instituições científicas, como a Real Academia das Ciências, a Universidade de Coimbra e a Escola Politécnica. Um destaque especial para os Jardins Botânicos portugueses - o de Coimbra, o da Ajuda, e das Politécnicas, em Lisboa, e no Porto.

<sup>137</sup> João Ignacio Ferreira Lapa "diplomado pela Escola Médico-Veterinária do Salitre (1844/1845) e logo depois aqui ingressado no professorado (1845) como lente da cadeira de Anatomia e fisiologia. Por fusão desta Escola com o Instituto Agrícola, em 1855,, passou à regencia de Física, Química, Meteorologia applicadas à Agricultura e à Fisiologia Veterinária". Mário de Azevedo Gomes (1958). *Informação histórica [...]*, p. 18-19.

<sup>138</sup> Francisco de Assis de Carvalho, formado em medicina pela Universidade de Coimbra, lente de Zoologia e sócio da Academia das Ciências.

ensinem milhares de coisas utilíssimas, e desgraçadamente desconhecidas neste paiz"<sup>139</sup>.

Tal como já vimos aproveitava-se o pretexto da reforma dos estudos de Veterinária <sup>140</sup> para propor a sua união com uma das escolas agrícolas, teoricamente existentes, mas sem nunca terem passado do papel. Podia-se, assim, implantar, no país, um sistema inovador, avançado, que acompanhasse o progresso dos conhecimentos agrícolas e veterinários da Europa. A ideia defendida por Assis de Carvalho no Parlamento, através de

---

<sup>139</sup> "Eschola de veterinaria e de agricultura", *Revista Popular* (Fev. 1849), n.º 51, p. 404. Um ano antes já o mesmo periódico havia lançado as perguntas inquietantes sobre esta matéria: "Onde estão as nossas quintas modelos? Onde estão as nossas associações agrícolas? Onde estão as publicações agrícolas, de que tanto se carecia? Onde estão as escolas, que fazem sair a agricultura do acanhado campo da rotina, para um campo tão vasto como a sciencia?". "Instrução popular", *Revista Popular* (Abril 1848), n.º 9, p. 66.

<sup>140</sup> "Creou-se em vez de eschola, uma enfernaria, e dois dos quatro veterinarios, que tinham ido estudar fora, abandonaram, desanimados, a carreira, entregando-se ao estudo da medicina humana [...] Em 1830 organisou-se uma especie de eschola, enfesada e rachytica - era uma eschola em harmonia com as ideias que entnao vogavam acerca da veterinaria. Em 1838 fez-se a transferencia d'este estabelecimento para o Salitre. Desprovida de pessoal e do material indispensavel, ficou por 5 annos a eschola veterinaria n'um estado de miseria e abandono, de que só ha exemplo entre nós. O sr. Visconde de Sá da Bandeira tentou reformar este estabelecimento em 1838; mas a reforma, com quanto tirasse a eschola do estado de marasmo que a levara quasi á sepultura, não foi capaz de lhe dar forças sufficientes para satisfazer, não ao fim para que o fôra creada, mas ao fim para que o devera ter sido. A reforma de 1845 algum bem fez á eschola, porque deu aos veterinarios mais vantagens, e alguma consideração; mas o estabelecimento continuou a ficar acanhado, com pessimas accomodações, e com falta, quasi absoluta, de tudo o que se requer para o ensino pratico, complemento indispensavel das theorias que se aprendem nas aulas[...]" "Eschola de veterinaria e de agricultura", *Revista Popular* (Fev. 1849), n.º 52, p. 413.

um projecto de lei para a criação de uma escola de veterinária e de agricultura.

Parece-nos importante reforçar a matriz de complementaridade defendida para os dois tipos de ensino - agricultura e veterinária - o facto de Ferreira Lapa assumir, jornalisticamente, as posições daquele deputado :

"Alliar a agricultura com a veterinaria, pondo em comunidade de ensino as affinidades e reciprocos serviços de ambas tnao naturaes, tão íntimas e tão frequentes na vida dos campos; tirar da quasi nullidade, por compressão, fins e descaminho de meios, uma eschola, outra do limbo de um decreto sem execução para um mesmo Centro, onde se produzem o que lhes ee individual e o que lhes é commum, sem os gastos e difficuldades do isolamento, e com o maximo proveio da combinação de luzes congeneres; eis a essencia e o bello do projecto que alcança todas as vantagens [...] e nos vem dotar a um tempo de duas escholas n'uma, a nós que, para fallar a verdade nas duas não tínhamos nenhuma"<sup>141</sup>.

Verificamos haver, na sociedade portuguesa, várias pressões para a fundação de um Instituto Agrícola. Grupos constituídos pelos lentes da Escola

---

<sup>141</sup> J. I. Ferreira Lapa (lente da Escola Veterinaria), "Considerações acerca do projecto de lei do sr. deputado Assis de Carvalho em que se trata de fundar um Instituto Agrónomo", *Revista Popular* (Jan. 1850), nº 43, p. 341. Ferreira Lapa vai defender em artigos seguintes a complementaridade de saberes entre a *agronomia* e a *zootécnia*, discutindo os planos currciulares de uma e de outra ciência, discordando do projecto apresentado pelo lente de Botânica da Escola Politecncia de Lisboa, A. J. de Figueiredo e Silva, para se manter sempre um fiél defensor de Assis de Carvalho. Cfr. *Idem, ibidem*, (Jan. 1850), nº44, p. 349-350; *Idem, ibidem*, (Jan. 1850), nº45, p. 357-358 e *Idem, ibidem*, (Jan. 1850), nº 46, p. 365-366.

Politécnica (de Lisboa e Porto), da Escola de Veterinária e pelas personalidades científicas de Coimbra. E ainda grupos que faziam veicular a mensagem ou através do trabalho, individual, científico e parlamentar dos seus membros, ou pelos periódicos em que estes colaboravam e defendiam os seus pontos de vista. Tudo isto explica, afinal, a aparente facilidade da criação do ensino superior agrícola em Portugal, por um simples decreto lei do governo da Regeneração do final de 1852!<sup>142</sup>

E neste contexto que Ferreira Lapa volta a apresentar os seus pontos de vista, desta vez para explicar a necessidade de também criar veterinários de districto:

"Não ha genero agricola, que, como os gados, exija mais sciencia para se produzirem, a sciencia para se conservarem; e tão complicada é ella, tão util e necessaria, que constituiu um ramo á parte dos conhecimentos agricolas, e um mister, ou profissão distincta e especial. Homens e ducados exclusivamente para este mister, offerecem aos productores de gados os resultados práticos daquelles conhecimentos, dispensando-lhes o trabalho, e o tempo que precisariam empregar em os adquirir. Estes homens são os - Veterinários. Nos paizes, em que o ensino se acha estabelecido, e em que a profissâo de agricultor não é um destino filho do simples acaso, mas de uma educação, de uma carreira, á qual se chega mediante um noviciado academico, durante o qual se amestram, e exercitam parallelamente a

---

<sup>142</sup> Cfr. Ferreira Lapa, "Projecto para a fundação de um Instituto Agronomico Lusitano", *Revista Popular* (Julho 1852), p. 231, cuja leitura nos permite perceber o grande entusiasmo com que Ferreira Lapa acompanha as mediações do projecto de Aires de Sá Nogueira, colaborador de temas agrários da *Revista Universal Lisbonense*.

intelligencia e os braços, estes homens especiaes não são dispensados, com quanto o lavrador receba sobre a produccão animal, quasi tão vasta instrucción como sobre a produccão vegetal"<sup>143</sup>.

### **2.3. Aprender agricultura , lendo periódicos instructivos**

Quando nos lançamos no rasto das ideias agraristas e agronómicas na imprensa científica, tinhamos consciência de que os jornais haviam funcionado como um mecanismo alternativo ao ensino agrícola. Sendo assim, as possíveis leituras científicas e instructivas haviam dado algum alento a um reduzido universo de agricultores - leitores. Foi assim viável popularizar a ciência agrícola e, simultaneamente, desempenharam os jornais um importante papel pedagógico e didáctico <sup>144</sup>. Porém, o seu papel está longe de ser (re)conhecido e conseqüentemente valorizado...

Outros canais de divulgação, decerto, existiam, como os contactos pessoais entre os proprietários agricolamente esclarecidos e as personalidades de formação científica, directamente ligada à agricultura.

---

<sup>143</sup> Ferreira Lapa, "Alvitre de grande interesse para a agricultura. Necessidade de crear veterinarios de districto". *Revista Popular*(Out. 1852).nº 41, p. 322. (Sublinhado nosso).

<sup>144</sup> "[...] el campo de la ciencia popular va ganando fuerza como un área de estudio. Investigadores de muchos países llevan a la práctica una variedad de aproximaciones (a este campo), tanto periodísticas, como sociológicas o literarias. Una aproximación particularmente fructifera es la historia. De hecho, gran parte de la investigación depende de estudios de casos históricos". Bruce V. Lewenstein (1988). *Qué significa «conocimiento público de la ciencia»?* *Una investigación intercultural [...]*, p. 263.

"[...] No tempo de Herculano, mal se reconhecia a existência de uma ciência agrícola nacional, embora Ferreira Lapa e os seus outros colaboradores trabalhassem já afincadamente para a estruturar. Herculano, para ajuizar da conveniência de adquirir uma junta de bois, recomenda que se chame o alveitar. Nas «Cartas de Vale de Lobos», em cada página das quais se sente o vivo propósito de orientar criteriosamente a exploração, não se encontra qualquer referência a consultas a agrónomos ou veterinários. Se não soubessemos que Herculano se correspondia ocasionalmente com Ferreira Lapa e Bernardo Lima, que ouvia com interesse as opiniões de António Augusto de Aguiar sobre a vinificação, diríamos que a agronomia portuguesa era de todo ignorada por um dos mais esclarecidos agricultores da época"<sup>145</sup>.

Se os contactos personalizados foram, sem dúvida, um meio para o alargamento do conhecimento agronómico, os periódicos instructivos e

---

<sup>145</sup> Ruy F. Mayer (1953), *Reflexões a propósito de um centenário [...]*, p. 20-21. E na confirmndo que houve um trabalho preparatório na institucionalização da Agronomia em Portugal, esclarece, no mesmo texto, o Autor: "Mas a Agronomia Portuguesa achava-se já em plena formação, seguindo os trilhos que a Ciência mundial principiava a romper surgira, na Europa, um grupo de cientistas, à frente dos quais é justo colocar Bertholet, Liebig, Grandeau, Lawes e Gilbert, que reconheceu que entre o trabalho da terra e as indústrias manufactureiras muito havia de comum. O solo, para esses homens, revelou-se como uma vasta oficina; as plantas e os animais agrícolas eram para eles verdadeiras máquinas-ferramentas, destinadas, como as das fábricas, a transformar matérias-primas, convertendo-as nos produtos complexos que são o amido, o açúcar, os óleos e tantos outros", *Idem, ibidem*, p. 21.

científicos não deixaram de ter um papel extremamente relevante no itinerário da institucionalização do saber agronómico em Portugal <sup>146</sup>.

Na busca efectuada, tivémos como uma das preocupações fundamentais a pesquisa de lições da agricultura, de conhecimentos com suporte científico, que fossem apresentados aos leitores com um elevado grau de sistematização, cumprindo-se muitas vezes a regra do geral para o particular. Procurámos igualmente as notas de leitura referentes aos manuais agrícolas que iam sendo publicados em Espanha, França, Inglaterra ou Itália.

Entrámos assim em contacto com um conjunto documental, de teor formativo e informativo, que se formara e crescera paralelamente às aulas ministradas pelos lentes, de agricultura e botânica, na Universidade de Coimbra, na Academia de Marinha e Comércio do Porto, na Escola e na Academia Politécnica de Lisboa e Porto.

Recordemos alguns casos de exemplaridade. Os lentes de Coimbra, da segunda década do século XIX, responsáveis pelo *Jornal de Coimbra*, procuraram dar aos artigos agraristas do periódico um sentido didáctico, com algumas conotações discursivas de patriotismo. Logo em 1812, sentiram-se profundamente irritados pela publicação de um artigo no londrino *Investigador Portuguez em Inglaterra*, sobre a deplorável situação da

---

<sup>146</sup> Cfr. L. Argemí d'Abadal (1988), *Nueva agronomía y agrarismo en la España ilustrada [...]*; Joaquín Fernández Pérez (1988), *La difusión y divulgación de la literatura agronómica durante la ilustración en España [...]*.

agricultura portuguesa <sup>147</sup>. Responderam <sup>148</sup> de modo a tornar muito claro que o conjunto de personalidades científicas da cidade universitária estava a par dos mecanismos apontados pelo redactor londrino: educar os agricultores, formar sociedades de Agricultura e ministrar o ensino veterinário na Universidade de Coimbra <sup>149</sup>.

Estamos ainda perante um debate entre dois periódicos, a pretexto da necessidade de alargar o ensino agrário. No caso do *Jornal de Coimbra*, as

---

<sup>147</sup> Cfr. *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, para o ano de 1811. Nele se faz sentir a tradição agrarista dos memorialistas da Academia. Propõem também a necessidade de observar, de viajar e de antoar, para salientar o estado deplorável em que o país economicamente se encontrava. As soluções e os remédios podiam vir gradualmente sugeridas nas páginas do periódico londrino.

<sup>148</sup> "Reflexões sobre objectos d'Agricultura tocados no «Investigador Portuguez em Inglaterra. Por ...», *Jornal de Coimbra* (Nov. 1812), p. 305-313.

<sup>149</sup> "Que remedios applicar a tantos males, e a tantos abusos? Educar os Agricultores, e obrigar a esse fim os que se destinão aos lugares de Letras a formarem-se tambem em Philosophia para adquirirem os conhecimentos de Physica, Mecanica, Chymica, botanica, e Agricultura, e entenderem as nossas leis agrárias [...] Formar, depois d'este passo, huma Sociedade de Agricultura em cada cabeça de Comarca, composta dos Lavradores mais experimentados, Medicos das Camaras, Juiz de Fora, e Corregedor, que será o seu Presidente nato. Tera ella a seu cargo colligir todos os conhecimentos e descobertas modernas sobre os diferentes ramos de Agricultura; redigir em lingoagem clara, e acomodada á capacidade dos Lavradores os principios fundamentaes, e genericos da mesma Agricultura; e ensinar aos ditos Lavradores os terrenos proprios para taes, ou taes sementes, para taes, ou taes plantas; qual maneira de ter prados artificiaes, de fazer estrumes, de facilitar a cultura, util, e economico de os converter, e preparar para o uso da vida. Estabelecer na Universidade de Coimbra hum curso regular de Veterinaria [...] Eis aqui os remedios indicados pelos Redactores do «Investigador Portuguez». Examinando cada hum dos quaes achei nelles obstáculos muito dignos de consideração que vou a ponderar". "Reflexões sobre objectos d'Agricultura tocados no «Investigador Portuguez em Inglaterra. Por ...», *Jornal de Coimbra* (Nov. 1812), p. 306.

suas páginas foram o mecanismo ideal para legitimar e reforçar os pontos de vista das personalidades da Universidade de Coimbra:

"Observo também todos os dias ensinar-se publicamente na Universidade de Coimbra, e pelos Professores de Botanica, tudo o que pôde contribuir para o melhoramento e instrução da classe agricultora. O conhecer as plantas pelos seus caracteres; assignar a cada huma o seu proprio terreno, e mostrar o modo de cultivallas: o examinar a natureza das terras, e que sementes se lhes devem lançar: o determinar a qualidade que devem ter, e a sua exposição para os pomares das diferentes frutas, e para os prados artificiais [...] Apresentão-se os modellos dos instrumentos ruraes ultimamente inventados e dirigidos pelas Leis da Physica; mostram-se as suas utilidades; e ensinam-se finalmente os principios fundamentais da Agricultura" <sup>150</sup>.

O leitor era confrontado com a defesa do ensino da agricultura já existente na Universidade de Coimbra, e com uma chamada de atenção para as reformas agrárias que os Governadores do Reino estavam a projectar empreender <sup>151</sup>. Neste mesmo contexto, decorriam trabalhos científicos, teóricos e práticos, publicados pelos lentes <sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> "Reflexões sobre objectos d'Agricultura tocados no «Investigador Portuguez em Inglaterra. Por ...", *Jornal de Coimbra* (Nov. 1812), p. 310.

<sup>151</sup> É neste artigo que se publica na integra a Portaria de 17 de Outubro de 1812, com as três rúbricas dos Governadores do Reino, referente à comissão para o Exame dos Foraes e melhoramentos da Agricultura. Cfr. *Idem, ibidem*, (Nov. 1812), nota da p.311-312.

<sup>152</sup> Cfr. Manuel Augusto Rodrigues (1990), *A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do periodo colonial [...]*, p. 99-102; Rómulo de Carvalho (1987), *A história natural em Portugal no século XVIII*, "Viagens filosóficas", p. 81-97. Vejam-se ainda as perspectivas de trabalho abertas na obra coordenada por

Quando se verificasse um encontro entre as duas vias - o ensino e as reformas da agricultura - a estrutura agrária portuguesa podia, então, "cessar as antigas rotinas abraçadas na Agricultura, e com especialidade nos instrumentos agronomicos; então poderão os Lavradores fazer construir carros, arados, e charruas, segundo os modellos apontados nas excellentes Memorias, que temos em Portugal sobre semelhantes objectos [...] Dados estes passos podem ter lugar as Juntas, ou Sociedades de Agricultura, não em todas as Comarcas <sup>153</sup> porque isso se torna muito complicado, e difficuloso; mas na Capital de cada huma das Porvncias aonde seria facil achar hum homem assás instruido, que fosse o Presidente [...] As Juntas deverião todos os mezes remetter todas essas observações, conhecimentos, e descobertas ao Tribunal da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas, e Navegação para esta consultar a S. A. R. sobre as providencias, que julgasse mais convenientes, e efficazes, e ordenar depois hum Código Systematico de Leis Agrarias, o qual não temos, e de que tanto precisamos" <sup>154</sup>.

O *Jornal de Coimbra*, apesar desta atitude corporativa, publicada em resposta ao jornal da emigração londrina, não deixou, porém, de dar várias achegas para o alargamento sistematizado e racional dos conhecimentos agrários. E, na verdade, a continuidade deste contributo publicista nos

---

Fernán del Pino Díaz (1988), *Ciencia y contexto histórico nacional en las expediciones ilustradas a América*.

<sup>153</sup> Cfr. o capítulo anterior sobre as ideias e os projectos para as sociedades agrícolas, para este período oitocentista.

<sup>154</sup> "Reflexões sobre objectos d'Agricultura tocados no «Investigador Portuguez em Inglaterra. Por ...", *Jornal de Coimbra* (Nov. 1812), p. 312.

outros jornais científicos , quase nos permite formar um verdadeiro *Manual de Agricultura teórica e prática* para a primeira metade do século XIX.

A química de Chaptal, e as suas possíveis aplicações a algumas áreas agrícolas foi um dos assuntos ventilados e apresentados, de modo a funcionar como um manual <sup>155</sup>, talvez alternativo, e complementar, ao que vigorava na Universidade, na Faculdade de Filosofia, da autoria de Vicente Coelho de Seabra <sup>156</sup>. Da série de artigos publicados, cujos conteúdos científicos deviam ser aplicados ao processo de fermentação do vinho, é notória a sistematização apresentada, completada pela notas de erudição em pé de página <sup>157</sup>.

Na mesma linha se insere um outro artigo referente à classificação dos solos aráveis <sup>158</sup>, designados ainda por "terra" na linguagem científica da

---

<sup>155</sup> "Memoria sobre a fermentação do vinho, na qual se trata 1º da materia vegetal, susceptivel d'esta fermentação; 2º dos inconvenientes do methodo actualmente usado na factura do vinho; 3º de hum meio seguro de evitar estes inconvenientes", *Jornal de Coimbra* (1812), vol. 2, p. 181-190; p. 284-291; p. 314-323.

<sup>156</sup> Cfr. Vicente Coelho de Seabra (1788/1790), *Elementos de Chimica*, no qual realça no «Discurso Preliminar» a applicabilidade que a quimica tem na agricultura: cfr. p. VII-X.

<sup>157</sup> Os capitulos e os parágrafos são muitas vezes acompanhadas pela legitimização das autoridades químicas - Lavoisier, Fourcroy, Fabroni, Vauquelin, Gay-Lussac.

<sup>158</sup> "Memória sobre o conhecimento das qualidades de Terra, suas propriedades e applicações á Agricultura", *Jornal de Coimbra* (1817), vol. 11, p.193-202. Já em 1812, se regista a publicitação, entre nós, deste tipo de conhecimentos agraristas - "As obras geopónicas (que tratão das terras) definem as terras por caracteres, de que seria difficil deduzir consequencias a respeito das propriedades dos terrenos, que ellas compõem". Assim se iniciava em 1812 um ciclo de artigos sobre a classificação das terras para a rentabilização agrícola. Cfr. "Geonomia ou conhecimento das terras", *Gazeta de Agricultura*(Out. 1812), nº 43, p. 338 - 340; (Nov. 1812), nº 44, p. 346-347; (Nov. 1812), nº 45, p. 354-356; (Nov. 1812), nº 46, p. 363-364; (Nov. 1812), nº 47, p. 371-372; (Dez. 1812), nº 48, p. 378-379.

época, como é visível neste pequeno excerto doutrinário que acompanha o sistema de classificação e capacidade agrícola dos terrenos:

"Quasi todos os Lavradores conhecem, e distinguem perfeitamente as diferentes qualidades de chão de seus Casaes, Quintas e Fazendas e que cada uma das mesmas qualidades cria melhor esta semente, ou aquella planta, mas não obstante este conhecimento confirmado pela experiencia de tantos seculos, todos semeião, e plantão indistinctamente, porque todos querem ter de tudo, n'aquelle terreiro que herdarão; e isto apesar de verem em uma peça de terra a semente mal lograda, e em outra a planta languida"<sup>159</sup>.

De Londres chegavam as observações agronómicas e os ensinamentos de John Sinclair <sup>160</sup>. Numa transcrição adaptada do que a *Edinburgh Review* havia anteriormente publicado da obra deste autor, visavam os redactores de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* dar um plano de melhoramentos para a agricultura em Portugal:

"[...] trataremos dos meios de preservar e augmentar a fertilidade das terras, e de extrahir dellas os mais preciosos productos; e em segundo lugar dos meios de obter estes mesmos productos com a mior economica possivel de trabalhos, e dinheiro" <sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> "Memória sobre o conhecimento das qualidades de Terra, suas propriedades e applicações á Agricultura", *Jornal de Coimbra* (1817), vol. 11, p. 193; (sublinhado nosso).

<sup>160</sup> "Economia Política, isto he Exposição dos Systemas de Agricultura, adoptados nos lugares mais cultivados da Escocia: com algumas observaçoens sobre o aperfeiçoamento de que elles são susceptiveis", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Abril 1815), vol. 12, p. 234-242.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, p. 235.

A agricultura prática está sempre presente nesta exposição adaptada, nomeadamente na defesa da *revolução dos nabos e do trevo*, baseada nas verificações de J. Tull <sup>162</sup>. Publicista que avançava com o método agrícola de afolhamentos e rotações, como o mais eficaz para a preparação química dos terrenos que se destinavam à produção de cereais. Assim se explicitavam os meios "os meios pelos quaes se podem obter os productos da terra com a maior economia possível de trabalho e dinheiro" <sup>163</sup>.

É neste sentido de economia rural que o texto de Sinclair inclui na parte final a apresentação das vantagens de algumas "novas máquinas agrícolas", de modo a diminuir as despesas do lavrador e a aumentar a sua rentabilidade. Também o problema da racionalização dos gastos com os edifícios rústicos evidencia algumas das preocupações com a economia rural, como se pode depreender destas linhas:

"Huma questão há muito debatida em agricultura hé qual deva ser a própria dimensão dos predios [...] A nossa opinião sobre a materia hé, que a

---

<sup>162</sup> "Huma vantagem de grande momento a favor do consumo do trevo e dos nabos hé que elles co-operão muito para augmentar e melhorar o esterco a ponto, de que memso em aquellas terras pouco adaptadas para a plantação dos nabos, estes são agora cultivados somente para esse fim". "Economia Política, isto he Exposição dos Systemas de Agricultura, adoptados nos lugares mais cultivados da Escocia: com algumas observaçoens sobre o aperfeiçoamento de que elles são susceptiveis" *Idem, ibidem*, vol. 12, p. 236. É nítida a associação científica entre o sistema de Norfolk, o agrónomo Tull, o viajante naturalista Young, e as sistematizações agrícolas de Sinclair, cruzando-se aqui e ali com os princípios químicos aplicados à agricultura do químico inglês Davy.

<sup>163</sup> "Economia Política, isto he Exposição dos Systemas de Agricultura, adoptados nos lugares mais cultivados da Escocia: com algumas observaçoens sobre o aperfeiçoamento de que elles são susceptiveis", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Maio 1815), vol. 12, p. 396.

dimensão dos predios deve ser regulada pelos interesses do proprietário, e do rendeiro; parece-nos impracticavel, e desnecessario fixar hum certo limite: o bem do publico em geral hé que nos deve determinar sobre a propria dimensão de qualquer predio..."<sup>164</sup>.

A obra do escocês John Sinclair teve igualmente ecos de publicismo em Paris, junto dos emigrados portugueses. Saliente-se que o *Codigo de Agricultura* foi elaborado a partir de uma vasta e alargada recolha de leituras, e "Conclue com observações geraes sobre os meios capazes de produzir o melhoramento da agricultura na totalidade de hum paiz, quaes são, 1º estabelecer nelle a educação, o ensino, e instrução agricola; 2º extinguir os osbstáculos que empecem ou retardão os progressos d'este ramo de industria; 3º animar a intelligencia dos cultivadores e estimular os seus esforços por meio de premios"<sup>165</sup>.

Ainda de Paris, e nos mesmos moldes, chegam aos leitores portugueses de periódicos científicos, notícias sobre *O Curso de Agricultura*<sup>166</sup>, de Agustin de Quinto, apresentando-se este autor espanhol, como uma das principais figuras continuadoras do mito agrarista consagrado na Espanha de Carlos III.

---

<sup>164</sup> *Idem, ibidem*, (Maio 1815), vol. 12, p. 403.

<sup>165</sup> "John Sinclair - Código de Agricultura", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomo IV, p. 120.

<sup>166</sup> *Curso de agricultura pratica conforme aos ultimos progressos desta sciencia, e aos melhores methodos das outras nações da Europa*, editado em Madrid em 1818. Cfr. "Agustin de Quinto - curso de Agricultura", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomo VI, p. 3-17.

A este propósito, os responsáveis pelos *Annaes das Sciencias , das Artes e das Letras* esclareciam que:

"O melhor do que nesta analyse apresentamos aos nossos leitores he extrahido, e até em parte traduzido do relatório, que apresentou á Sociedade de agricultura em Paris o respeitavel agronomo François de Neufchâteau, o qual com a sua reconhecida sabdoria analysando esta obra ampliou as ideias historicas e agrarias da Hespanha"<sup>167</sup>.

Os *Annaes* pretendiam, simultaneamente, evidenciar que o publicismo agrário deveria ser acompanhado da produção e da edição de obras similares a este «Curso de Agricultura»:

"Pensamos porém que bons livros de agricultura escriptos na lingua nacional são hum dos meios efficazes para divulgar ideias e practicas acertadas nesta arte, pois que nem todos os que se destinão a ella podem assistir ás lições de huma eschola publica; quando he facil a toda a pessoa que sabe ler, estudar hum livro, e instruir-se em sua casa, principalmente na arte de cultivar a terra; pois que a natureza apresenta continuamente no campo exemplos e phenomenos, que sendo attentamente observados podem ou confirmar o que os livros ensinão, ou mostrar o erro que nelles estiver escripto"<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> *Idem, ibidem*, p. 3. Aliás a obra de Quinto recebe os mais elogiosos comentários: "Os agronomos francezes, no ensaio historico da agricultura da Europa, inserido no principio do tomo 1º do *Theatro de Agricultura* de Olivier de Serres, edição de 1804, e redigido por M. Gregoire, reputão aquelle belo relatorio como hum monumneto erigido pela sabdoria ao amor da patria". *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>168</sup> *Idem, ibidem*, p. 15 (sublinhado nosso). A obra de Quinto é um produto cultural datado, e fruto de vários outros trabalhos agraristas e científicos anteriores.

O manual é apresentado nas suas diferentes partes e capítulos, abarcando a arquitetura rural, os instrumentos aratórios, os animais destinado aos serviço da agricultura, do cultivo em geral das várias produções agrícolas, das árvores, dos prados, da indústria da seda, do vinho e do azeite ...

Na apresentação de um e de outro manual é claro para o leitor haver duas questões. Uma, que os agricultores portugueses deveriam inteirar-se rapidamente destes compêndios de ensinamentos teórico-práticos da agricultura; pelo menos enquanto as traduções não se efectuassem, ou agrónomos portugueses não se dedicassem a compilar em códigos racionais os principios científicos de como praticar a nova agricultura natural. A segunda questão comporta uma tonalidade discursiva que apela à mudança, ou a mudanças, na agricultura portuguesa. Mudanças no quadro da defesa do direito de propriedade <sup>169</sup>, mudanças de atitudes culturais que favorecessem a alteração de mentalidades dos agricultores, e dos cultivadores.

Os responsáveis pelos *Annaes* são explicitos ao apontarem o itinerário que há a cumprir entre nós:

"[...] 1<sup>o</sup> estabelecer nelle [Portugal] a educação, o ensino, e instrucción agricola; 2<sup>o</sup> extinguir os obstáculos que empecem ou retardarão os progressos d'este ramo de industria; 3<sup>o</sup> animar a intelligencia dos cultivadores, e

---

<sup>169</sup> "Separar do cultivador o direito de propriedade, obsta aos progressos da agricultura, e tambem ao augmento da povoação, por isso mesmo, que deixando ao homem somente a esperança de huma utilidade passageira, amortece nelle o bello e natural sentimento do do amor de familia". "John Sinclair - Código de Agricultura", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomo IV, p. 137 (sublinhado nosso).

estimular os seus esforços por meio de premios [...] Pelos methodos acima apontados se pode tirar grande proveito de alguns sitios turbosos, que nos são assaz conhecidos na nossa patria, e actualmente estereis, quaes são no Alentejo a maior parte dos terrenos existentes, nas seis leguas, que decorrem desde a Comporta até Melides, no Algarve varios espaços no termo de Silves, e nas margens da ribeira do Dilouca, na Extremadura em consideraveis terrenos desde o Snr. dos Milagres, termo de Leiria, até à margem do Mondego, e nas provincias do Norte, especialmente na de Traz-os-Montes"<sup>170</sup>.

Num outro registo, no que se reporta ainda à possibilidade de fruir do ensino dos temas agricolas, através das páginas dos periódicos incluímos o saber contido nos *Catecismo Agricolas*. Modelo simples e linear de arrumar os temas básicos e elementares de uma boa agricultura num encadeado pedagógico de perguntas e respostas. De fácil entendimento, quer pela via da leitura directa, quer pela via da oralidade ou do magistério de uma assembleia de catequese agrícola, estes pequenos opúsculos contribuiriam para se poderem ministrar os ensinamentos básicos e rudimentares aos jovens potenciais agricultores, ou aos cultivadores que necessitavam de algumas lições de modernidade de cultura agrícola. Candido Xavier explicita os objectivos do seu trabalho, neste domínio:

"Agora offerecemos a primeira parte de hum cathecismo de agricultura ordenado de modo, que segundo o nosso parecer, possa combinar

---

<sup>170</sup> "John Sinclair - Código de Agricultura", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomo IV, p. 120; p. 128.

com o methodo do ensino mutuo <sup>171</sup>, e pode ser por meio d'elle ensinado nas escholas em lugar de outros livros ..."<sup>172</sup>.

Os catecismo rurais detinavam-se principalmente às escholas rurais, e ao papel que os párocos rurais poderiam e deveriam, ter junto dos seus paroquianos. Apresentavam-se como qualquer outro catecismo, ou seja em forma dialogante, de pergunta - resposta, entre mestre e discípulo. Numa

---

<sup>171</sup> Cfr. Candido Xavier, "Dos progressos do ensino mutuo em 1818 nos paizes das differentes partes do Mundo: e das novas escholas do Ensino mutuo em Portugal", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomoVI, p. 53-79; Candido Xavier, "Ensino Mutuo em 1819", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1820), tomo X, p. 89-105; Neste ultimo artigo, que funciona como uma especie de balanço sobre o que já foi realizado em Portugal, pode ler-se o seguinte: " Desde o mez de Outubro de 1815, huma Determinação da Regencia creou em Portugal escholas de Ensino mutuo: hoje estão florescentes. A ignorancia em que se estava da existencia das escholas portuguezas na epoca da ultima Assembleia geral, nos obrigou a deixá-las em silencio: hoje corrigimos esta omissão com o mais vivo prazer. Em Outubro de 1818 erão frequentadas 55 escholas portuugezas, por 3.643 discipulos, tanto paisanos, como militares: a prospereidade d'estas escholas\he de feliz presagio para a propagação do methodo, em todo o continente portuguez". *Idem, ibidem* (1820), p. 95. Resta-nos acrescentar que o Director da Escola de Ensino Mutuo em Portugal era João Crisóstomo do Couto e Melo, bacharel formado em Matemeatica pela Universidade de Coimbra (entre 1799-1800). Foi professor do Colégio Militar e Director das Escolas Militares de primeiras letras; membro correspondente da Sociedade de Instrução Elemental de Paris. Partidário das ideias liberais de 1820, foi depois um ferveroso defensor de D. Miguel, a quem serviu até à Convenção de Evora-Monte, tendo escrito alguns pequenos opusculos de cariz politico. Autor de manuais de saberes matematicos e responsavel pela *Exposição do novo methodo de ensino mutuo, seguido nas escholas militares de primeiras letras em Portugal, desde o anno de 1817*, Lisboa, 1823. Cfr. F. Innocencio da Silva, *Diccionario Bibliographico [...]*, vol. III, p. 349-350.

<sup>172</sup> "Cathecismo de Agricultura", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), tomo III, p. 1-2.

primeira parte indicavam-se as substâncias e agentes que a Natureza utiliza na "origem, formação e aperfeiçoamento das plantas"; enquanto numa segunda se explicam de que modo estes elementos actuavam nos "diferentes ramos da agricultura pratica"<sup>173</sup>.

Os autores/autoridades invocados foram os da «Nova Agricultura», Duhamel de Monceau, Cotte, Padre Froger, André Fabroni, Bertrand; as explicações doutrinárias eram acompanhadas de algumas máximas morais, de elevação espiritual, tidas como indispensáveis à mocidade rural.

A eclosão da Revolução Liberal de 1820 relegou estas questões sobre manuais ou catecismos agrícolas para segundo plano, substituindo-os pelos textos políticos, ideológicos e doutrinários de várias tendências. No entanto, não podemos deixar em claro, o papel didáctico dos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* até à década de trinta, momento em que se opera uma assinalável viragem destes veículos culturais em Portugal.

Durante o triénio vintista, publicaram-se pequenos excertos de traduções sobre processos técnicos referentes a assuntos específicos, como as causas científicas que contribuem do engorduramento do vinho <sup>174</sup>.

Mas a ideia de um manual, publicado em capítulos ao longo de vários números dos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, surge com uma possível adaptação, para a economia rural, dos ensinamentos agraristas ao contexto vintista:

---

<sup>173</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 2-3.

<sup>174</sup> "Extracto de huma Memoria de Mr. J. Ch. Herpin, sobre o engorduramento do vinho", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Julho 1822), nº 3, p. 56-61;

"Grandes males demãdão grandes remedios. Cumpre seguir caminhos contrarios aos que nos levãrão á perdição. Quebrar-se-hão as prizões que maniatavão a agricultura, e as artes: cuidar-se-ha na instruccão dos habitantes dos campos, athé aqui inteiramente abandonados. Os lavradores não sabem que praticão huma Sciencia que depende de outras, que exige, talvez, os conhecimentos mais extensos, e a pratica mais bem discutida, e confirmada. Jamais se considerou nos campos como necessario, o aprender a Economia Rural; mas a sua necessidade he bem provada por essa multidão de escritos, que acerca della tem publicado os sabios das nações cultas [...] Nesta época venturosa, e de tão feliz agouro para a nossa Patria, época em que todo o bom Portuguez deve concorrer, quanto possa, para a grande obra da nossa regeneração; congratulando-me com maiores e melhores producções, que vos preparão os sabios da Nação" 175

Os restantes ensinamentos publicados, respeitantes a alguns aspectos particulares e especificos da agricultura, foram, normalmente, extraídos de dicionários agricolas e de periódicos estrangeiro 176. Por exemplo, em 1828

---

175 "Economia Rural, a colméa pyramidal ou methodo natural e simples de augmentar prodigiosamente os productos das abelhas, de os crestar annualmente sem os destruir no todo ou em parte, de fazer germinar os ovos dos enxames que perecerão, e de converter o mel em assucar branco. Obra extrahida do Tratado do Inventor M. Ducouedic, por Joaquim Eustachio de Azevedo Franco", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Junho), nº 2, p. 75-96 (sublinhado nosso). O artigo, organizado em lições, continuou a publicar-se nos numeros seguintes: *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Agosto 1822), nº 4, p. 98-110; (Setembro 1822), nº 5, p. 123-144; (Outubro 1822), nº 6, p. 145-167; (Dezembro 1822), nº 8, p. 170-201; (Jan. 1823), nº 99, p. 195-201.

176 Um exemplo é o seguinte artigo: "Copia das instruccões que se distribuirão e distribuem com as sementes abaixo declaradas, feitas as dictas instruccões pelo socio o

publicaram-se vários excertos de um *Manual de teórico e prático de Jardineiro* <sup>177</sup>.

A partir do paradigmático ano de 1835, e ao longo do resto da década de trinta são visíveis as várias inovações, ao nível do grau de sistematização apresentada. A *Revista Estrangeira*, em 1837, a propósito dos poços artesianos <sup>178</sup>, esboça um trabalho significativo neste campo, secundado pelas lições de agronomia, da responsabilidade de Agostinho Albano da Silveira Pinto. Ao público leitor avisa o seguinte:

"Propomo-nos portanto publicar em cada numero a serie de trabalhos que temos sobre a Agricultura, parte dos quaes, posto que impressos, achão-se ineditos, e um pequeno numero de pessoas só, a quem havemos feito presente das poucas folhas impressas é que os possuem" <sup>179</sup>.

De facto, trata-se de um conjunto de princípios, organizados racionalmente, sobre a agricultura química, a fisiologia vegetal e os princípios gerais de agricultura, de modo a que o leitor possa obter um visão científica

---

senhor L. B.F.T. Gyrão, relator da Comissão de Agricultura", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Nov. 1827), n.º 31, p. 156-159.

<sup>177</sup> "Excertos. Artigo traduzido da obra intitulada - «Manuel complet theorique et pratique du Jardinier», par C. Baibly, Paris, anno 1825". *Annaes da sociedade Promotora da Industria Nacional*, (Fev. 1828), n.º 34, p. 245-277.

<sup>178</sup> Cfr. "Geologia. Modo de fazer prosperar a Agricultura Portugueza", *Revista Estrangeira* (Maio 1837), n.º 2, p. 125-128. Trata-se da tradução e adaptação de uma comunicação apresentada na Academia das Ciências de Paris.

<sup>179</sup> "Agricultura. agronomia", *Revista Estrangeira* (Março 1838), n.º 3, p. 267-278.

da "Agricultura ou sciencia dos preceitos praticos com que se hão-se cultivar os campos ou terrenos"<sup>180</sup>.

Após a introdução doutrinária e científica, seguiam-se os capítulos sobre as diferentes composições químicas dos terrenos <sup>181</sup>. Podemos dizer que as lições por capítulos sobre agronomia tinham iniciado o seu reinado, tal como acontecia com a estética do Romantismo nos folhetins ou nas novelas na imprensa literária e instructiva <sup>182</sup>.

Característico deste tipo de publicações temos o *Catecismo de Agricultura* publicado durante o ano de 1837 no *Archivo Popular* <sup>183</sup>. Texto apresentado em 73 lições, versando os seguintes assuntos:

Cap. I - Das substâncias primitivas das plantas

Cap. II - Da germinação

---

<sup>180</sup> "Agricultura agronomia". *Revista Estrangeira* (Março 1838), n.º 3, p. 268. Os principios botânicos inerentes aos conhecimentos agrícolas haviam sido explicitados anterioremente: "Agronomia ou sciencia das leis naturaes que determinão a mais prospera cultura. Ella se emprega particularmente ao modo de beneficiar as terras, communicando ao solo aquellas substancias que podem conservar ou augmentar a sua fecundidade, ou desenvolvendo os succos nutritivos no mesmo solo contidos". *Idem*, *ibidem*, p. 268.

<sup>181</sup> Cfr. "Agronomia", *Revista Estrangeira* (Abril 1838), n.º 4, p. 380-386; (Maio 1838), n.º 15, p. 469-480.

<sup>182</sup> Cfr. Alvaro Manuel Machado (1986), *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*.

<sup>183</sup> "Cathecismo de Agricultura", *Archivo Popular* (Maio 1837), n.º 8, p. 63-64; n.º 9, p. 70-71; (Junho 1837), n.º 10, p. 79-80; n.º 11, p. 86-87; n.º 12, p. 95-96; n.º 13, p. 103-104; (Julho 1837), n.º 15, p. 19-120; n.º 16, p. 127-128; n.º 17, p. 135-136; n.º 18, p. 143-144; (Agosto 1837), n.º 19, p. 151-152; n.º 20, p. 159-160; n.º 21, p. 167-168; n.º 22, p. 175-176; (Set. 1837), n.º 23, p. 183-184; n.º 24, p. 187-188.

Cap. III- Da Vegetação

Cap. IV - Dos alimentos das plantas

Cap. V - dos órgãos principais que servem à nutrição das plantas

A estratégia de apresentação era a habitual dos catecismos: diálogo de pergunta e resposta, entre o mestre e o aluno. Tal já se havia verificado no catecismo rural, publicado pelos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, no início do século XIX <sup>184</sup>. Um exemplo que antecedeu a edição do livro *Catecismo Popular de Agricultura*, na década de cinquenta, de Silvestre Bernardo Lima, lente de Veterinária no Instituto Agrícola <sup>185</sup>. Este movimento editorial de catecismos agrícolas foi característico também da Espanha oitocentista <sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Curiosamente, em Espanha o primeiro «Catecismo rural» data de 1824, e é oriundo também dos círculos dos emigrantes liberais: *Catecismo de Industria Rural y Doméstica*, lo publica R. Ackermann, Londres, 1824. Foi publicado anonimamente em Londres. Cfr. B. Antón Ramirez (1788/1988). *Diccionario de bibliografía agronomica [...]*, p. 66.

<sup>185</sup> Cfr. Silvestre Bernardo Lima (1856). *Catecismo Popular de Agricultura ou pequenas Encyclopédia agrícola para as Escolas Primarias e para as Quintas de ensino*. Obra aprovada em concurso pelo Conselho de instrução pública e premiada pelo Governo, Lisboa. Imprensa Xavier de Souza. Bernardo Lima dedicou este «catecismo popular» a José Maria Grande, como uma forma de homenagear a memória do grande impulsionador da institucionalização do ensino agrícola em Portugal. Este tipo de publicação constitui as raízes genealógicas do movimento de publicações, que Manuela Domingues apelidou "instrução para um país agrícola", a propósito da coleção de livros de David Corazzi, para a década de 1880, «Biblioteca do Povo e das Escolas». Cfr. Manuela Domingues (1985). *Estudos de sociologia da cultura [...]*, p. 95-99.

<sup>186</sup> Cfr. *Catecismo de Agricultura*, por don Estebán Pastor, tercera edición, Madrid, 1839; *Catecismo de Agricultura universal*, ó sea la agricultura en los todos los lugares. Traducción hecha de los *Rudimentos agrícolas* publicados en frances por el marqués de Travenet, agricultor práctico y miembro del Consejo general de Cher. Acomodada á nuestro país y dedicada á sus jóvenes labradores, por Don Pedro Martin de Lopez,

Neste final da década de trinta, tratou-se afinal de encontrar uma forma de ministrar, a nível secundário, conhecimentos agronómicos, com fortes incidências botânicas, de uma forma racional e sistematizada, coadjuvando a teoria com algumas experimentações práticas.

Outro assunto que se evidenciou com algum relevo nas páginas dos periódicos instructivos desta época foi o da classificação dos solos, "sendo tão útil e necessario o humus nos terrenos, e sem o qual a vegetação não vai ávante, ou nem mesmo haverá germinação, se sua quantidade fôr excessiva, elle determinará huma vegetação vigorosa em demasia no tronco e folhas, á custa das sementes, que ou abortão ou são em menos quantidade que lhes he propria e relativa; he da sua mutua combinação provém a fertilidade do solo"<sup>187</sup>.

---

Madrid, 1848: *Catecismo de Agricultura*, por don Jaime Llansó, catedrático de dicha asignatura en la Casa - Lonja de Barcelona -, Barcelona, 1850; *Catecismo de Agricultura*, escrito en aleman por el célebre agricultor doctor Hamm, traducido al castellano por d. Andres de Arango, comisario regio de Agricultura y vocal del Jurado de la Exposición agrícola de 1837, añadido con un Diccionario de palabras tecnicas y la reduccion de nuestras medidas al sistema métrico. Dedicado á los labradores españoles de ambos os mundos, Madrid, 1858; *Catecismo Elemental de Agricultura Práctica*, zootecnia, horticultura, jardeneria, montes y plantios; con una breve reseña de economia y administracion rural y un sencillo método de agricultura y afora de liquidsos y áridos. Escrito al alcance de niños, para que pueda servir de texto en las escuelas de ambos sexos; por don Juan zoilo Fernandez y Perez, licenciado en farmacia, individuo de la Junta general de Agricultura y regente de química, Madrid, 1856. Cfr. B. Antón Ramirez (1788/1988), *Diccionario de bibliografía agronomica [...]*, p. 59-67.

<sup>187</sup> "Agricultura. composição química dos terrenos", *Archivo Popular* (Fev. 1840), nº 6, p. 48. Este artigo havia-se iniciado em (Fev. 1840), nº 5, p. 39-40.

Retomavam-se antigas <<lições>> setecentistas de Boheravio relativas à importância dos elementos de Física e de Química na da percepção constituição da Terra e na sua importância para a agricultura <sup>188</sup>. Esta foi uma orientação retomada pelo único periódico científico da guerra civil:

"Hum dos objectos mais importantes na Agricultura he sem duvida o conhecimento exacto dos terrenos, e o modo de os beneficiar, com a mistura de outras terras. Deixando de referir as hypotheses, e extensas theorias que se tem escripto ácerca da formação do nosso globo, resumir-nos-hemos a expor somente o que interessa ao Agricultor, ao qual só importa saber os ultimos resultados dos socorros que prestão á sciencia Agraria a Chymica, Fysica, Mineralogia etc"<sup>189</sup>

O assunto interessou igualmente os *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, de 1840, pois publicaram uma série de artigos referentes à classificação geonómica dos terrenos. Trata-se de uma lição tecnicista, que termina com a seguinte ideia conclusiva:

"Temos pois todos os terrenos cultivaveis reduzidos a vinte variedades. Se por alguma circumstancia local fosse necessario subdivi-los

---

<sup>188</sup> Cfr. "Propriedades notaveis do Elementos Terrestre", *Miscellanea Curioosa e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 178-201.

<sup>189</sup> "Noções sobre o conhecimento dos Terrenos, relativamente á Agricultura". *Colleção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes, e Industria* (1831), nº IV, p. 53. O artigo explana, de um modo sistematizado, os vários tipos de terrenos existentes e as suas características potenciais para a agricultura.

ainda mais, muito facil seria denominar com precisão as novas subdivisões pelos principios que ficão determinados" 190.

Para um total, e cabal, esclarecimento dos seus sócios e leitores a Sociedade Promotora da Industria Nacional empenhou-se em prosseguir os seus esclarecimentos sobre esta matéria 191.

O assunto foi também alvo de atenção publicista por parte de um periódico da cidade do Porto. O *Jardim Portuense* fazia conhecer aos seus leitores que "Entre os obstaculos, que mais estorvão os progressos da agricultura, e o desenvolvimento, que ella parece querer tomar nestes tempos, avultam as noções vagas, contradictorias, e mesmo erroneas, de que estão imbuidos os agricultores em geral acerca da natureza, e classificação das terras araveis"192.

---

190 "Sobre o conhecimento dos terrenos relativamente a agricultura", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Maio 1840), nº 5, p. 117. O artigo tem continuação em (Junho 1840), nº 6, p. 127-131.

191 "Economia agricola. Das funções do terreno na vegetação. Da germinação das sementes, e de seu primeiro desenvolvimento nas substancias terrosas", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (Fev. 1842), nº 26, p. 613-615. Ainda sob a dimensão de ensinamentos técnicos referentes aos terrenos podemos indicar a publicação de "Agrimensura ou principios fundamentais de geometria paratica applicada à medição dos terrenos", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional* (1848), nº 49, p. 5-40. O objectivo deste artigo era fornecer um útil manual de geometria de terrenos, para os medidores de propriedades se poderem socorrer em matéria de partilhas e heranças.

192 "Classificação e analyse pratica dos solos, ou terras araveis", *Jardim Portuense* (Maio 1844), nº 8, p. 115. Trata-se de um artigo traduzido, que inclui a "taboa synotica dos solos araveis", seguido da sua explicação e explicitação prática. Cfr. *Idem, ibidem*, p. 116-119. O artigo tem continuação, *Jardim Portuense* (Junho 1844), nº 9, p. 135-136. "Analyse agricola dos solos. De nenhuma utilidade seria ao agricultor a classificação dos solos, que

Gostaríamos de retomar o fio cronológico da difusão de conhecimentos sistematizados referentes ao saber agrícola/agronómico, ou a tentativa de encontrar as raízes dos manuais de agricultura da segunda metade do século XIX português. Para este movimento deu um importante contributo a *Encyclopédia Rural*, em 1841. Na própria apresentação do periódico se afirmava pretender-se elaborar um "tractato d'Agricultura Portugueza [...] destinado somente a propagar os conhecimentos desta Sciencia de pura practica..."<sup>193</sup>.

As lições enciclopédicas, claras e acessíveis a todos os leitores, e que tratassem os temas em apreço, começaram, então, a surgir com grande regularidade. Os principios gerais da fisiologia vegetal, uma panorâmica da classificação do reino animal, alguns conhecimentos básicos de veterinária e, claro, a indispensável química aplicada à agricultura, onde se incluíam a classificação dos solos e o seu enriquecimento através dos estrumes <sup>194</sup>.

Devemos, no entanto, fazer um reparo ao discurso utilizado. A linha matriz seguida é a do conhecimento enciclopédico do século XVIII, presente, por exemplo, no leque de Autoridades referenciadas (Tull, Sinclair, Buffon, Fourcroy), mas adaptada aos valores e interesses culturais de um determinado publico leitor de meados de oitocentos. Os paralelismos entre

---

deixamos exposta, se elle não tivesse meios ao seu alcance para avaliar a quantidade dos ingredientes, que entram em qualquer terra: visto que a classificação é baseada nas proporções destes ingredientes". *Idem, Ibidem*, p. 135.

<sup>193</sup> *Encyclopédia Rural* (Jan. 1841), n.º 1, p. 2.

<sup>194</sup> Cfr. "Principios da Vegetação", *Encyclopédia Rural* (Jan. 1841), n.º 1, p. 2; "Ideia Geral do Reino Vegetal", *Idem*, (Jan. 1841), n.º 1, p. 13; "Veterinaria", *Idem*, (Jan. 1841), n.º 1, p. 15-21; "Physiologia Vegetal" *Idem*, (Março 1841), n.º 3, p. 49-55.



setecentos e oitocentos são constantes, e a mensagem transmitida funciona porque se acredita que alguns postulados de um saber científico são já universalmente aceites. Vejamos um rápido exemplo:

"Assim como os animaes se nutrem e crescem em virtude dos alimentos que comem, e que pela digestão se transformam em sua propria substancia, assim tambem os *vegetaes se formam e se desenvolvem por meio de succos nutrientes que a terra lhes fornece*, e que são elaborados em seus vasos proprios, e soffrem, por assim nos explicarmos, uma especie de digestão, que aseimelha estes succos á indole e natureza da planta, e que depois os reduz a sua propria substancia"<sup>195</sup>.

Muitos conceitos científicos estariam já, pois, completamente integrados no plano cultural e mental da população alfabetizada (ainda que tenhamos de ter em linha de conta que boa parte destes artigos eram traduções e/ou adaptações de textos franceses ou ingleses...); só assim, no entanto, se tornava possível recorrer a este jogo de paralelismos entre as fisiologias vegetais, animais e humanas <sup>196</sup>.

A *Revista Universal Lisbonense*, em 1843, alimentou uma polémica com o lente da cadeira de Agricultura na Universidade de Coimbra, António Joaquim de Figueiredo e Silva, a proposito da tradução do original francês de

---

<sup>195</sup> "Ideia geral do reino vegetal", *Encyclopedia Rural*, (Jan. 1841), nº 1, p. 13 (sublinhado nosso).

<sup>196</sup> Cfr. Mathew Ramsey (1988), *Professional and popular medicine in France 1770-1830. The social world of medical practice*.

um manual de agricultura. Raspail<sup>197</sup>, era o nome do autor que estava em causa.

O responsável pela cadeira defendia que a tradução do *Curso elementar de agricultura e de economia rural de M. Raspail* era a solução mais viável, económica e rápida para a actualização do manual setecentista de Brotero. "[...] Quanto a ser o livro de auctor estrangeiro, nada ha em particular que estranhar a respeito do compendio de Agricultura, quando é sabido que em quasi todas as disciplinas, tanto das sciencias naturaes como das chamadas positivas, se dá na Universiodade de Coimbra por livros estrangeiros [...] Catão, Columella, Virgilio, Olivier de Serres, Rosier, Sinclair, Dombasle, Thaer e tantos outros, que no seu, louco amor da sciencia, julgaram escrever para todo o mundo, teriam sido, às avessas de todos os mais, prophetas só na sua terra"<sup>198</sup>.

A redacção da Revista, por seu lado, contrapunha uma outra directriz completamente antagónica. Para Figueiredo e Silva estava em causa um manual universitario elaborado por ele próprio, sem interromper "por dois ou três anos as aulas". Ora, Castilho (na altura ainda responsável pela publicação...) defendia a existência de um manual/curso de agricultura para todos os cultivadores, fossem ou não frequentadores das aulas de Filosofia Natural. Vejamos um pequeno excerto da sua acutilante prosa:

---

<sup>197</sup> "O Curso elementar d'Agricultura e Economia rural de Raspail é havido entre os agrónomos, por obra não perfeita: mas a menos imperfeita e, ate hoje, a mais cabal no seu genero. Raspail é muito moço, não reside no campo, mas na cidade, e em Paris". "Agricultura", *Revista Universal Lisbonense* (Jan. 1843), nº 19, p. 232.

<sup>198</sup> Antonio Joaquim de Figueiredo e Silva, "A Agricultura de Raspail", *Revista Universal Lisbonense* (Fev. 1843), nº 22, p. 269-270

"É nossa opinião que os escriptos destinados a classes numerosas, e geralmente pouco cultivadas como são os homens do campo, é necessario vigiar que não se apresentem ideas e doutrinas senão muito averiguadas e applicaveis; porque desde o momento em que ahi acharem coisas contrarias ás verdades que lhos tem ensinado um longa experiencia, menospresarão tudo o que se contem no livro, sem distinguirem o bom do mau, de modo que em vez de fazerem verdadeiros progressos e de abandonarem o que nas suas usanças e preocupações ha de atraso e ignorancia, desconfiarão de tudo o que lhes diz um homem que, segundo elles, os quiz enganar"<sup>199</sup>.

Este pequeno pormenor serve, talvez, para melhor se perceber como as figuras de vulto da agronomia em Portugal se foram interessando tanto pela criação de um Instituto como por escrever verdadeiros manuais científicos para o lavrador, enquanto tal não acontecia. E neste plano que inserimos a lição de agronomia de Luiz Antonio Rebello da Silva sobre o modo de preparar a sementeira do trigo, a Norte a e Sul do Tejo <sup>200</sup>. Num mesmo registo de preocupações científicas e pedagógicas colocamos os artigos de Fernandes Thomaz em *O Industrial Portuense*, relativamente à questão da agricultura teórica e da agricultura prática:

---

<sup>199</sup> *Idem, ibidem*, p. 270. Nos numeros seguintes a polémica subiu de tom: "Se o traductor do Raspalho fosse de verão dar um passeio ao Minho, veria os milhares dos seus frescos valles enredados de feijoeiros e abóboras porqueiras, quando já no sul se andam debulhando as ervilhas". *Idem, ibidem*, (Março, 1843), n.º 27, p. 338.

<sup>200</sup> Cfr. Luiz Antonio Rebello da Silva, "Agronomia. Escolha e preparação das sementes cereaes que se houverem de lançar à terra", *Revista Universal Lisbonense* (Nov. 1845), n.º 22, p. 255-257.

" A applicação da chymica à agricultura não data de longos annos: e talvez não passe do meado do seculo passado. Home, Chaptal e Dowy a principio, e hoje Liebig, Roussungault e outros tem sobre tudo contribuido para estabelecer bases solidas, e dar uma direcção verdadeiramente scientifica aos trabalhos da cultura, ajudando-os com as luzes da chymica [...] Nenhuma experiencia filha do exercicio da arte pode jamais ser opposta aos principios da sciencia, porque estes devem incluir os resultados das operações practicas, de que em alguns casos são exclusivamente derivados"<sup>201</sup>.

Queremos reafirmar que o publicismo agrícola, em matéria de ensino agrícola, entrou nesta altura numa nova fase. A terminologia alterou-se substancialmente, quando a confrontamos, por exemplo com os signos da *Encyclopedía Rural*, anteriormente referida. Vejamos uma passagem, ainda da responsabilidade de Fernandes Thomaz:

"Porque se alternão porem nas plantas as arvores de diferentes raças? Porque se trocãõ as relvas nas campinas? Porque obtem o lavrador mais produto, e por mais tempo quando muda, do que quando persiste na mesma sementeira? a razão não é só porque uma colheita rouba mais ao terreno, do que a outra; mas porque uma tira mais de uma substancia, e outra de outra substancia diversa. O grão desfalca-o, e empobrece-o do

---

<sup>201</sup> Fernandes Thomaz, "A chymica em suas relações com a agricultura", *O Industrial Portuense* (Nov. 1845), nº 9, p. 265. As lições qualitativas são continuadas; cfr. *Idem*, (Dez. 1845), nº 10, p. 297-302 (no qual se explicam os principios científicos que regem os afolhamentos e as rotações); *Idem*, (Jan. 1846), nº 11, p. 331-334. O mesmo periódico inclui ainda "Dos terrenos, e sua natureza, e do meio de os conhecer", *O Industrial Portuense* (Agosto 1845), nº 6, p. 171-174.

phosphoro, a palha da silica e o bolbo ou da raiz alkalina. Depois de quinze, ou vinte colheitas por ex. da mesma especie o solo fica tão falto das substancias necessarias, que a planta as não pode haver delle em quantidade para se nutrir, e criar no tempo prefixo de ser sua desenvolução natural. As raizes fazem o que podem para absorver do terreno o que precissão, mas vem o inverno, e para o crescimento antes da sazonação. Assim no trigo, o primeiro effeito da falta do acido phosphorico é diminuir o tamanho das espigas e o numero de grãos; o outro é protrahir a desenvolução da palnta até ao inverno" 202.

Estavam reunidas, a nível científico e pedagógico, as condições necessárias para que as personalidades habilitadas avançassem, no quadro institucional possível do Portugal do período imediatamente após os aconteceres da M<sup>a</sup> da Fonte e da Patuleia 203, com um Manual e Guia de Agricultura e de Agronomia, vocacionado para os agricultores escolarizados. Essa tarefa foi cabalmente desempenhada pelo núcleo de colaboradores do periódico *A Epoca*, de 1849. Ele é o exemplo vivo do papel activo que um periódico científico pode desempenhar na sociedade, e como pode ser o polo de concentração (ou atracção) de várias vontades científicas, pulverizadas pela mediana de actuação social dos seus membros.

"Num paiz, onde os homens dados ao estudo, e sobre tudo inteiramente consagrados a uma qualquer especialidade são em pequeno

---

202 Fernandes Thomaz. "A chymica em suas relações com a agricultura", *O Industrial Portuense* (Dez. 1845), n<sup>o</sup> 10, p. 297.

203 Cfr. Luisa Tiago Oliveira (1989). *A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns problemas [...]*.

numero; os periodicos, para serem lidos, isto é, para poderem ser uteis, devem ter variedade nos assumptos, amenidade na forma, e excitarem a curiosidade ou pela novidade da matéria, ou pelo seu interesse palpitante [...] Sentimos, e muitas pessoas sentiam como nós, que Portugal carecia de uma Revista, em que se discutissem e tratassem as questões de interesse publico com o preciso desenvolvimento, para as tornar comprehensíveis aquelles que não andar pelas bibliotecas consultando extensos tratados e memorias enfadonhas[...]"<sup>204</sup>.

Assim se expressavam, em 1849, Andrade Corvo e Rebelo da Silva. Estamos em crér ter sido dentro do espirito acima expresso que *A Epoca* lançou mãos para a publicação de três textos marcantes na história do ensino autodidacta e da divulgação da agronomia em Portugal. Referimo-nos ao *Guia e Manual do Cultivador*, de José Maria Grande <sup>205</sup>, as *Licções sobre a*

---

<sup>204</sup> *A Epoca*, n.º 28, p. 1-2. Número que assinala o primeiro balanço da publicação. Os redactores mencionam como relevante o facto de dado o "nosso universo de leitura" não se poder tom.mar como modelo fiel nem as revistas instructivas inglesas, nem a famosa *Revue des deux Mondes*. Cfr. M.ª da Conceição Meireles (1991), *Representações das relações de Portugal e Espanha e da questão ibérica na «Revue des deuxMondes» (1831-1880) [...]*.

<sup>205</sup> Cfr. *A Epoca* (1848), n.º 6, p. 81-85; n.º 7, p. 100-104; n.º 8, p. 130-133; n.º 9, p. 130-133; n.º 10, p. 145-147; n.º 11, p. 161-165; n.º 12, p. 177-181; n.º 12, p. 193-197; n.º 14, p. 209-212; n.º 15, p. 225-228; n.º 16, p. 241-244; n.º 17, p. 257-261; n.º 18, p. 273-276; n.º 19, p. 321-324; n.º 21, p. 321-324; p. 24, p. 370-373; n.º 26, p. 399-403; n.º 27, p. 415-418; (1849), n.º 28, p. 7-10, n.º 30, p. 35-39; n.º 31, p. 53-55; n.º 33, p. 85-89; n.º 35, p. 119-124; n.º 36, p. 133-138; n.º 37, p. 149-151. Todas as peças periodísticas foram recolhidas e feitas publicar em brochura em 1849. Cfr. o anúncio da publicação *A Epoca* (1849), n.º 33, p. 96, onde se afirma: "Vai publicar-se esta obra elementar de agricultura theorica e pratica, onde os nossos cultivadores poderão encontrar as noções mais essenciaes desta sciencia expendidas em linguagem intelligivel e clara".

*dependência em que a agricultura racional está na chimica* <sup>206</sup>, proferidas no Grémio Literario por Julio Maximo de Oliveira Pimentel e o *Curso de Economia Agrícola* <sup>207</sup>, professado também no Grémio Literario <sup>208</sup> pelo tradutor de Raspail, A. J. Figueiredo.

No que toca a José Maria Grande, os 949 parágrafos sistematizados e alinhados das suas lições encontram-se divididos em quatro partes estruturais- a botânica, organização e vida das plantas; os principios da economia rural; os principios de veterinária; e finalmenmte os preceitos e maximas do agricultor. Os objectivos da publicação são desde logo explicitados ao leitor:

---

<sup>206</sup> Cfr. *A Epoca* (1849), n.º 48, p. 325-327; n.º 49, p. 344-347; n.º 50, p. 356-359; n.º 51, p. 372-376.

<sup>207</sup> Cfr. *A Epoca* (1849), n.º 40, p. 199-204; n.º 43, p. 248-252; n.º 44, p. 261-264; n.º 45, p. 278-281; n.º 46, p. 293-296

<sup>208</sup> O Grémio Literário nasceu em Lisboa, na Rua do Ouro, em 1846, com Estatutos promulgados no *Diário do Governode* 31 de Março desse ano. "Dando começo à execução do seu programa, o Grémio Litereario abriu nesse ano de 1847 um curso de lingua italiana para illustração dos seus sócios [...] No ano seguinte, em 1848, esses trabalhos tomam um considereavel desenvolvimento: instalam-se simultaneamente, regidos por socios da nascente agremiação, os seguintes cursos: Higiene, Filosofia, História, Literatura, Astronomia e Geografia, Engenharia Civil e Construções, Economia Política e Administração, e Agricultura". João Saraiva (1968), *Conferência O Grémio Litereario [...]*, p. 5. Este papel de instrucnao de temas científicos era já seguido em Madrid, pelo Ateneo Científico, Literario y Artístico. Cfr. Antonio Ruiz Salvador (1971), *El Ateneo Científico, Literario y Artístico (1835-1885)*, especialmete o capítulo «la ilustración pública», «ciencias útiles y ciencias de lujo», p. 52-73. Cfr. ainda Francisco Villacorta Baños (1985), *El Ateneo de Madrid (1885-1912)*, o capítulo «El Ateneo científico, literario y artístico de Madrid 1835-1843», p. 21-23.

"O Guia e Manual do Cultivador é publicado com o fim de fomentar a instrução da classe agricola [...] Nós temos Academias, e Conservatorios onde à custa de grandes sacrificios, se ensinão todas aquelas artes; mas não temos uma eschola experimental de agricultura" <sup>209</sup>. Dai a importância de se publicar duplamente este primeiro manual português de agronomia em Portugal!

Associando as explicações, fundamentalmente de Botânica e Veterinária, a uma componente pedagogicamente pragmática, José Maria Grande consegue, de um modo organizado e cientificamente racional demonstrar a eficácia, por exemplo das rotações e dos diversos tipos de afolhamentos <sup>210</sup>, das várias classes de adubos, ou dos preparos e cuidados a ter com as sementeiras <sup>211</sup> e com as colheitas. Os instrumentos agricolas, com

---

<sup>209</sup> *A Epoca* (1848), nº 6, p. 81.

<sup>210</sup> " [...] § 552 º A theoria physiologica dos afolhamentos funda-se nos seguintes principios. 1º. Nem todas as plantas absorvem da terra as mesmas bazes salinas. 2º. Nem todas profundam semelhantemente no solo. 3º. Nem todas o esgotam igualmente, antes ha algumas que o melhoram. 4º. As excreções de certas plantas podem servir de alimento a outras. 5º Os principios que alguns aspiram no ar pelos seus tecidos verdes são depostos no solo por intervenção das raizes. 6º. Os amanhos ministrados à terra na cultura de certas plantas podem communicar-lhe uma grande fertilidade. 7º. Nem todas as culturas deixam crescer igualmente as más ervas: ante ha algumas que as desterram quasi inteiramente do solo". José Maria Grande, "Guia e Manual do Agricultor", *A Epoca* (1848), nº 19, p. 291.

<sup>211</sup> " [...] § 590 º Se a importancia agronomica das lavouras não fôra uma verdade praticamente comprovada e reconhecida desde que existem agricultores, bastaria a simples enunciação das vantagens, que deixamos indicadas, para demonstrar theoreticamente a sua immensa utilidade. Não há porém agricultor por pouco versado que seja na arte da cultura, que ignore que a capacidade productiva da terra depende em

destaque para os novos tipos de arados <sup>212</sup> e as "culturas especiais" são outros assuntos igualmente tratados, com o mesmo empenho e rigor...

As conferências proferidas no Grémio Literário, e publicadas pelo periódico de Andrade Corvo, iam também na mesma linha de orientação metodológica. Apenas diferam quanto à especificidade dos assuntos abordados, mais precisos e mais restrictos, e quanto ao tom de colloquialidade que os textos publicados apresentam.

"Meus senhores - o objecto de que me encarreguei para fazer na vossa presença algumas leituras, não é mais do que uma demonstração de como a agricultura racional depende da chymica [...] O fim da agricultura é alimentar a especie humana com os productos vegetaes; tirando de limitado espaço a maior somma possível de productos, com a minima despeza, conservando sempre fertil a terra que os produziu. considerada assim, a agricultura é, diz Liebig, conjunctamente uma sciencia e uma arte" <sup>213</sup>.

---

grande parte da sua faculdade absorvente e da sua permeabilidade aos succos nutritivos". *Idem, ibidem*, nº 24, p. 371.

<sup>212</sup> "[...] No nosso paiz o Sr. Le Cocq desejando remediar o grande inconveniente da perda do tempo que apresentam os arados de aiveca movel na mudança da mesma aiveca [...] assim como a imperfeição do trabalho do arado de Dombbsle na lavoura das encostas de grande inclinação, introduziu na sua granja exemplar do Prado, sita nos suburbios de Castello de Vide, o arado cujo desenho apresentamos, e que é um feliz aperfeiçoamento do famoso arado ou charrua dobrada de Valcourt". *Idem, ibidem*, (1849), nº 28, p. 7.

<sup>213</sup> Julio Maximo Pimentel, "Lições sobre a dependencia em que a agricultura racional esta da chimica", *A Epoca* (1849), nº 48, p. 325-326.

Utilizando o mesmo tom de oralidade, A. J. Figueiredo assenta a sua palestra nos fundamentos agronómicos de Gasparin <sup>214</sup>. "A agricultura, diz M. de Gasparin, elevada ao nível dos outros conhecimentos humanos, e uma sciencia muito real [...] Já não é esta sciencia puramente descriptiva e historica, que se limitava a contar as practicas usadas entre os cultivadores mais industriosos; a sua ambição é presentemente preced-los na carreira, explicar-lhes suas proprias operações, reduzi-las a valores numericos, e indicar-lhes outras novas" <sup>215</sup>.

A proposta sistematizada de estudos "proprios da agricultura" dividem-se, segundo a conferência de Figueiredo em nove ramos diferentes, mas complementares entre si: a agricultura geral; a lavoura; a aclimação; a horticultura; a produção animal; a administração e a contabilidade rural; a arquitectura rural e os diferentes ramos da "industrias e da tecnologia agricolas". "Taes são os estudos que completam o quadro das sciencias agricolas" <sup>216</sup>, que constituem uma possível proposta para um plano de estudos superiores de Agronomia... Este mesmo tema ocupou as intervenções seguintes de A. J. Figueiredo, com especial atenção para o projecto do

---

<sup>214</sup> Gasparin inseria-se numa linha actualizada de Rozier. "la composition de mon Cours d agriculture a été commence en 1840. Depuis ce temps de nombreuses recherches, des experiences importantes, des procédés nouveaux, ont modifié en quelques parties la théorie et la pratique de la science. Le lecteur doit sentir comme moi le besoin d'une revision methodique des principes que j'ai successivement exposés". Gasparin (1860). *Cours d'Agriculture*, vol VI, p. 1. Gasparin apresentav-se para os entusiastas da agronomia como a Autoridade que deveria substituir em Portugal a tradução de Raspail, em circulação nos anos quarenta.

<sup>215</sup> A. J. Figueiredo, "Curso de Economia Agricola", *A Epoca* (1849), nº 42, p. 234.

<sup>216</sup> *Idem, ibidem*, nº 43, p. 251.

Deputado Assis de Carvalho que se encontrava em discussão na Câmara dos Deputados.

Afinal, a análise do tema sempre presente e vivo em todos os artigos e lições ao longo de várias centenas de páginas, permitiu-nos efectuar a arqueologia de um velho projecto sempre adiado - a criação do ensino agrícola específico em Portugal, país tradicionalmente vocacionado para a agricultura, como muitos dos publicistas se esforçaram sempre por frisar .

#### **2. 4. Os tratados, os dicionários e os manuais de Agricultura**

Pareceu-nos imprescindível terminar este já longo capítulo dedicado às possíveis formas de ensinar agricultura, desde Brotero a José Maria Grande, com um breve relance sobre o movimento editorial de temas agraristas produzidas paralelamente a acção dos redactores e colaboradores dos jornais científicos e instructivos. E, inevitavelmente, fomos tropeçando em muitas das figuras que já havíamos encontrado. Apresentavam-se agora como Autores, compiladores ou tradutores, ou seja demonstrando a diversidade do seu trabalho de personalidades científicas no seu tempo e espaço culturais.

Entre as edições nacionais temos de referir em primeiro lugar as que tiveram como origem a instituição universitária. Felix Avelar Brotero, Vicente Coelho Seabra e João António Dalla Bella, figuram no grupo dos que elaboraram manuais como trabalho decorrente do seu magistério científico,

teórico e prático, na Universidade de Coimbra, e com a marca de prestígio da Academia das Ciências de Lisboa.

Vicente Seabra, dedicando o seu *Compêndio de Química* à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, abre deste modo as suas lições teóricas e práticas:

"Sem hum bom Compendio de Chimica, que appresente á mocidade com ordem as idéas de huma theoria luminosa, de balde se amontoão experiencias sem nexo, e sem destino fixo. O espirito embarcado não dá passo; ou se avança, he por entre espinhos, e precipicios. A parte practica desta tão util Sciencia, allumiada pela tocha das verdades theoreticas, e derigidas por hum ajuizado sistema, vós bem sabeis, quanto intereca á humanidade aperfeicoar a Agricultura, o Comercio, e as Artes [...]"<sup>217</sup>.

Na mesma linha se encontram as publicações de Avelar Brotero. Se em Paris ganhou o respeito da comunidade científica internacional com a elaboração do *Compêndio de Botânica*<sup>218</sup>, em Portugal a publicação do seu *Manual de Agricultura* reflecte o cruzamento dos princípios da Botânica com

---

<sup>217</sup> Vicente Coelho de Seabra (1788), *Elementos de Chimica [...]*, p. IV (sublinhado nosso).

<sup>218</sup> Cfr. F. A. Brotero, *Compêndio de Botânica* (1788), 2 vols.; trabalho com um grande aparato de erudição no que toca aos autores lidos e referenciados, com especial destaque para Lineu. . Nestes dois volumes publicados em Paris é nítido o esforço pedagógico de demonstrar que a Botânica é uma ciência indispensável e fundamental ao avanço da Medicina, da Agricultura e das Artes. Fonseca Benevides, em 1839 reedita esta obra, também em dois volumes, num esforço notório de recuperação do trabalho do prestigiado lineanista português. Cfr. também Fonseca Benevides (1841), *Diccionario de glossologia botanica ou descripção dos termos technicos de organographia, taxonomia, physiologia e pathologia vegetal*, edição proporcionada pela Academia das Ciências.

a actividade agrícola <sup>219</sup>. A divisão em capítulos reflecte a aplicação da teoria à prática da observação do crescimento e do desenvolvimento dos seres vegetais na Agricultura <sup>220</sup>.

No início do século XIX, João Antonio Dalla Bella apresenta, em 1805, o *Tratado d'Agricultura Theorico-Pratica*, que reflecte a forma de organização, e a sistematização dos tratados agrícolas de Duhamel e da *Nova Agricultura*. Divido em várias *Partes*, apresenta-se em dois volumes, para tratar dos seguintes temas: da variedade e características das plantas; dos elementos das plantas; dos tipos de adubos; das lavouras e das culturas alternativas; dos

---

<sup>219</sup> "A agricultura considerada não como huma cega tradição de certos trabalhos, ou mero empirismo, mas simm como a sciencia da mais proveitosa cultura das terras e vegetaes. abrange huma grande vastidão de philosophicos conhecimentos [...] Os vegetaes, em quanto entes organizados e prolificos, tem grande analogia com os animaes, mas nenhum delles tem nervos, nem faculdade motora". Brotero (1793), *Principios de Agricultura Philosophica*, p. 1-2.

<sup>220</sup> Cap. I - Do tronco; Cap. II - Das raizes ou extremidades inferiores; Cap. III - dos ramos, ou extremidades superiores; Cap. IV - Dos gomos; Cap. V - Das folhas; Cap. VI - De alguns productos tidos por acessivos. Registe-se que este *Manual de Agricultura Filosofica*, de Brotero, rompia com o paradigma de apresentar o conhecimentos sobre a agricultura baseado na tradição e na observação, tal como Herrera, grande autoridade agrícola do Renascimento, havia feito no seu livro de *Agricultura General*, que por sua vez havia retomado muito da memória tradística da agricultura Arabe. Cfr. Abu Zacaria, *Libro de Agricultura*, escrito no âmbito da escola agrícola andaluza, no início do século XII. Retomaremos, mais tarde, este assunto quando tratmos das raizes dos agrónomos do século XVIII e o aparecimento da *Nova Agricultura*.

instrumentos agrícolas; dos diferentes tipos de cereais <sup>221</sup>; da batata, dos diferentes tipos de linhos e do algodão <sup>222</sup>.

Em publicações paralelas, encarregou-se Dalla-Bella de cobrir as outras áreas características da agricultura portuguesa, como a oliveira <sup>223</sup> e a produção de azeite, seguindo a linha apontada pelo ciclo de *Memórias Económicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa*, de feição técnico-fisiocrata<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> Neste alargado grupo, com que abre o vol. II, inclui-se já o arroz, ao lado do trigo, da cevada, do milho, da aveia e das leguminosas.

<sup>222</sup> "Eu certamente, para me affastar, quanto posso, d'incorrer em algum erro, e para que cada hum possa dar mais credito a quanto estou para expôr, nada direi, que não tenha sido comprovado com muitas experiencias em outros Paizes, tanto pelos antigos, como pelos Modernos Agricultores mais famosos; estando eu mais persuadido do que disse hum Author excellent nos seus Elementos de Commercio: que o melhor de todos os methodos, para quem quizesse fazer hum Tratado completo d'Agricultura, seria ajuntar as experiencias feitas em varios Paizes sobre terrenos differentes. Por isso desde agora confesso, exceptuando algumas experiencias por mim feitas, e outras muitas, que eu presenciei, não hei-de ajuntar do meu, senão algumas explicações, que me parecerem mais convenientes, para fazer a minha Obra mais clara, e amis facil á intelligencia de todos". João Antonio Dalla-Bella (1805), *Tratado de agricultura [...]*, p. XXXII.

<sup>223</sup> Cfr. J. A. Dalla-Bella (1784), *Memorias e observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal*, (ed. da Academia das Ciências); (1786) *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal* (edição da Universidade de Coimbra); (1818), *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal, 2ª edição corrigida e annotada por Sebastião Francisco de Mendo Trigozo* (editada pela Academia das Ciências), como lente em Coimbra. Dalla-Bella publicou ainda (1789-90) *Physices Elementa*, 3 vols.

<sup>224</sup> Sobre a dimensão técnica da Fisiocracia veja-se Ernest Lluch (1985), *Agronomia y Fisiocracia en España (1750-1820)*.

Num segundo grupo colocaremos os tradutores de Autores agraristas estrangeiros. Em destaque surgem-nos os nomes do abade Rosier e de Francisco Soares Franco, unidos pelo *Dicionário de Agricultura*, um verdadeiro modelo enciclopedista para as questões agrícolas <sup>225</sup>. O tradutor, e adaptador português <sup>226</sup>, explicita a sua opção de trabalho:

"Penetrado pois do conhecimento da grandissima influencia, que tem a Agricultura na prosperidade de huma Nação, e da falta, que della ha entre nós, resolvi no meio dos meus trabalhos Academicos, e clinicos tirar huma porção de tempo, para o empregar no estudo, e publicação de huma Obra de Agricultura, projecto em que ao mesmo tempo que me instruo, sou de algum modo util ao meu paiz. O Diccionario do Abbade Rosier me pareceo a Obra

---

<sup>225</sup> Cfr. Benedita Cardoso Câmara (1989). *Do agrarismo ao liberalismo [...]*, p. 27-53.

<sup>226</sup> Tenhamos em linha de conta que Rosier, ou Rozier, foi também traduzido e adaptado em Espanha, um pouco antes do aparecimento da edição portuguesa. Cfr. *Curso completo ó diccionario universal de agricultura teórica-prática, económica y de medicina rural y veterinaria*, escrito en frances por una Sociedad de agronomos y ordenado por el abate Rozier, traducido al castellano por D. Juan alvarez Guerra, individuo de la Sociedad económica de Madrid, Madrid, 1798-1803, Imprenta Real, 16 tomos, com mais de 400 páginas cada um. "El pensamiento de traducir por primera vez esta notable obra, que, con el auxilio de nuestros autores clásicos, ha sido el fundamento principal de otras publicaciones de igual índole que pasan por originales, y cuyos artículos ó tratados más interesantes han dado tambien materia para esos apreciables manuelitos que han solido aparecer con el carácter de anónimos, partió de D. Francisco Fernandez Molinillo [...] [de la] Sociedad Económica Matritense [...] y propagar-se la obra por la Peninsula". B. Anton Ramirez (1865/1988). *Diccionario de bibliografía agronómica [...]*, p. 101 (sublinhado nosso).

mais acomodada a este respeito, e della principalmente he que fiz o presente extracto"<sup>227</sup>.

Estavam lançadas as bases de muitos dos textos agraristas que iriam circular anonimamente ou povoar páginas dos jornais científicos e instructivos. A estrutura organizativa de um dicionário de matriz enciclopedista, e as adaptações feitas aos condicionalismo naturais portugueses, permitiram uma rápida consulta temática, pontual ou permenorizada sobre qualquer assunto de agricultura, de economia rural, de veterinária ou mesmo de farmacopeia ou matéria de indole medicinal.

Circulavam em simultâneo algumas traduções de Manuais ou Tratados de Agricultura, que em capítulos, ou em "conversações" davam a história experimental e empririca das várias actividades agrícolas . Colocamos neste grupo os *Elementos de Agricultura* de Bertrand <sup>228</sup>, cuja segunda edição em lingua portuguesa data de 1805., ou a *Agricultura Simplificada*, de 1814, resultante da sistematização das várias memórias instructivas apresentadas às Sociedades Agricolas e Económicas europeias. E, nesta linha, várias outras traduções famosas foram surgindo no movimento editorial português <sup>229</sup>.

---

<sup>227</sup> Francisco Soares Franco (1804), *Diccionario de Agricultura [...]*, p. X. A edição foi feita pela Universidade de Coimbra.

<sup>228</sup> Membro da sociedade Económica de Berne, à qual apresentou o seu trabalho "para fazer beneficio aos proprietarios das terras, a seus rendeiros e a todas as pessoas, que destes elementos ppodem receber alguma instrucção[...]". Bertrand (1805), *Elementos de Agricultura*, s/p.

<sup>229</sup> Veja-se a obra de referência de A. Gonçalves Rodrigues (1992), *A tradução em Portugal*, vol. I e II.

Paralelamente foram aparecendo as edições simplificadas, de ensino de agricultura, que tratavam dos jardins, dos pomares, dos animais, das hortas dos estrumes...<sup>230</sup>. Um longo tempo de maturação agrarista e agronómica.

Continua, pois, a permanecer a incógnita. Porquê tanto tempo até à institucionalização do ensino agronómico em Portugal? O discurso jurídico e político em torno da **terra**, da **propriedade**, da **agricultura** galvanizou poderes e a opinião pública, favorecidos pelas lutas entre liberalismo - absolutismo <sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> Cfr. João Garrido (1749), *Livro de Agricultura*, (com reedição em 1764, 1814, 1837); João Antonio de Oliveira (1769), *Agricultor Perfeito*, "extraído de vários autores", que não seguiam o modelo da agricultura filosófica; *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos[...]*, (1770), demonstrando a eficácia de experimentação dos jardins para a inovação das culturas na agricultura europeia; Manuel Arruda (1792), *Aviso aos lavradores [...]*, com várias receitas para fertilizar a terra, seguindo de perto os ensinamentos colhidos na leitura de *Maison Rustique*. Podemos aqui igualmente incluir a série de textos de AONIO, especialmente o *Juizo Universal sobre culturas e produções* (1823) e *Brados e Clamores dos Povos Lavradores [...] Alentejo e Extremadura* (1823), com a particularidade de as reflexões serem em forma literária, drama ou soneto.

<sup>231</sup> Cfr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (1802), *Memoria sobre a avaliação dos bens de prazo; Discurso Juridico, Económico e Politico em que se mostra a origem da Agricultura* (1801); Vicente Antonio Esteves de Carvalho (1814), *Memoria sobre a origem e progressos da emphyteuse*; Porfirio Hemeterio Homem de Carvalho (1815), *Primeiras linhas do direito agrário d'este reino*; Vicente Antonio Esteves de Carvalho (1815), *Observações históricas, e críticas sobre a nossa legislação agrária*; Vicente Antonio Esteves de Carvalho (1815), *Reflexões filosóficas sobre a origem e primeiros progressos da propriedade*; *MEMORIA oferecida aos deputados das Cortes portuguezas de 1821, sobre alguns objectos de reforma* (1821); *MEMORIA ou Projecto para correcção e reforma dos abusos forenses, que ao illustradissimo Congresso da Nação em Cortes offereceo com o maior respeito hum portuguez inimigo de abusos*; *MEMORIA sobre os laudemios que offerecem ao soberano congresso da Nação os habitantes da provincia do Minho* (1821); José Antonio de Oliveira Barreto (1821), *Memoria sobre as verdadeiras*

Outros factores polarizaram o debate agrícola em Portugal. Pensemos na comissão de exame dos forais e melhoramento da Agricultura de Carlos Alberto Menezes, na polémica Fernandes Tomás e Lobão...<sup>232</sup>, nas reformas agrárias do Parlamento vintista, no debate nacional em torno da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro <sup>233</sup>, e nas estruturais reformas da

---

*causas da ruina da agricultura*. Texto extremamente curioso, inserido na mesma linha de legitimar o direito da propriedade individual. "A primeira causa da ruina da Agricultura são as innumeráveis doações de terrenos, que os fidalgos possuem em toda a parte do Reino [p. 3] [...] A segunda causa da ruina da Agricultura são os innumeráveis males, que resultão dos direitos, que a sbrecarregão. Ninguém ignora que desde Lisboa desde Abrantes, de huma e outra margem do Tejo, são os campos mais ferteis de Portugal; mas estes campos pertencema maior parte à Coroa, ao Infantado, à Casa da Rainha, ao Senado, à Patriarcal, a Corporações religiosas, seculares e regulares, aos Grandes [p. 6] [...] Outro estorvo à prosperidade da Agricultura são as Leis municipaes, que estabelecem condemnações contra os Lavradores [p.9] [...] São outras tantas causas da ruina da Agricultura as immensas vallas entulhadas, cheias de arvores, arrombadas, que com a mais pequena cheia inundão os campos [p. 10] [...] Outra causa de ruina he a falta de cultura, e do cumprimento das Leis agrarias. Os Corregedores são curão de fazer plantar arvores, semear pinhaes [p. 11] [...] Outra objecção ao progresso da Agricultura são os dizimos, em que ha huma desigualdade immensa [p. 11] [...]". Cfr. ainda para um periodo posterir João Pedro Ribeiro (1835), *Memoria sobre as ventagens dos prazos a bem da agricultura e riqueza nacional*.

<sup>232</sup> Veja-se Manoel d'Almeida e Sousa (1814), *Discurso juridico, historico e critico sobre os direitos dominicaes e provas delles neste reino em favor da corôa, seus donatarios, e outros mais senhorios particulares*; Manoel Fernandez Thomaz (1814), *Observações sobre o discurso que escreveu Manoel d'Almeida e Souza em favor dos direitos dominicaes da corôa, donatarios e particulares*, cfr. também Francisco Soares Franco (1822), *Explicação à lei de 5 de Junho de 1822 sobre a reforma dos forais*.

<sup>233</sup> Cfr. Christovão Guernez (1814), *Discurso historico e analytico sobre o estabelecimento da Companhia Geral do Alto Douro*; *MEMORIA sobre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto douro, em confutação de representação que alguns feitores e negociantes inglezes fizeram em Londres pedindo a sua extinção, pelo autor da*

desamortização e da venda dos bens nacionais ao longo da década de trinta. Factos que, a nosso ver, provam como a agricultura foi encarada pelo poder político vigente sobretudo como uma arma económica e financeira <sup>234</sup>, e não como ciência.

A revolução agrária nacional, no sentido agronómico, tardou muito tempo a chegar... apesar de se ter feito sempre sentir a presença de mecanismos que não deixavam morrer o contacto com as agriculturas avançadas da Europa. As elites científicas ligadas às ciências Naturais - os

---

*Memoria a favor da Companhia das Reas Pescarias do Reino do Algarve* (1814) ; *MEMORIA sobre a razão da instituição da Companhia dos Vinhos do Alto Douro no Porto, e sobre a necessidade da sua conservação* ; José Taveira de Magalhães Sequeira (1821) *Projecto indicativo do plano que deve adoptar-se para o regulamento da actual feira dos vinhos do Alto Douro* ; José Taveira de Magalhães Sequeira (1821), *Observação imparcial sobre o projecto da reforma da Companhia de Agricultura das Vinhas do alto douro, oferecida aos amantes da verdade e da justiça* ; José Taveira de Magalhães Sequeira (1821), *Memoria em que se expõem algumas reflexões importantes sobre a agricultura e commercio dos Vinhos do Alto Douro, oferecida ao Soberano Congresso* ; José Taveira de Magalhães Sequeira (1821), *Exposição demonstrativa da necessidade, que ha de conservar-se a Junta da Companhia de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro* ; José Antonio Borges Peixoto (1821), *Memoria sobre a utilidade, e necessidade da conservação da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro e projecto sobre a sua reforma* ; *PROCEDIMENTO da Junta ou Exame dos males nascidos do uso, e do abuso do poder da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro* por hum anonimo (1821) ; *JUIZO do anno que a illustrissima Junta da Administração da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, remetteu ao Governo em 1822, sobre a novidade de 1821* (1822) ; *OPINIAO da III. Junta da Administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, remetida ao Governo para ser presente ao Soberano Congresso* (1822). Quando tratarmos do «imaginário das regiões agrícolas» voltaremos a encontrarmo-nos com as controvérsias inerentes à Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro .

<sup>234</sup> Cfr. Magda Pinheiro (1992), *Os portugueses e as finanças no dealbar do liberalismo. Estudo e documentos*, p. 8-13.

domínios da Filosofia Natural - nunca deixaram morrer a esperança e a divulgação dos novos conhecimentos científicos. No entanto, foram sempre ultrapassados pelo poder retórico e jurídico das elites oriundas da Faculdade de Canones e de Leis, o grande reservatório político do Portugal Contemporâneo, (re)contado por Oliveira Martins.

Políticos que apenas acordaram para o desenvolvimento das infra-estruturas viárias muito tarde. Durante este longo período em que se balbuciava insistentemente na divulgação e no ensino da ciência da agricultura, o Portugal agrícola era um conjunto de ilhas isoladas entre si, sem comunicação viária, sem mercados internos unificados. Faltavam pontes, faltavam rios navegáveis, faltavam estradas, faltava ainda o símbolo do progresso da civilização do vapor - o caminho de ferro. Tudo tardou em aparecer....

As leis que regulavam a economia interna estavam dependentes das contingências climáticas - secas inesperadas ou inundações não desejadas, rios a estravasarem o leito, estradas estropiadas e fechadas, o interior sem ligações com o litoral; o Norte isolado do Sul <sup>235</sup>.

Tem-se, progressivamente, noção e a consciência de uma constante repetição de ideias e propostas, que passam para a categoria dos lugares

---

<sup>235</sup> Cfr. David Justino (1988), *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810 - 1913*, os capítulos «Os transportes[...]», vol. I, p. 172 - 207 e os itens «caminho de ferro» e «as estradas», vol. II, p. 176-193. Ainda sobre o problema das infra-estruturas materiais das vias de comunicação em Portugal, cfr. Fernanda Alegria (1990), *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*; e Teodoro de Matos (1980), *Transportes e comunicação sem Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*.

comuns, desde o século XVIII. A legislação produzida pelos Setembristas e pelos Cabralistas completa-se, mas na prática não passa de parágrafos abstractos, publicados nalgumas páginas da colecção de legislação portuguesa.

Tudo se repisa e repete, mas pouco se concretiza de facto. Sociedades Agrícolas, Escolas Agrícolas, Ensino Veterinário foram temas que fizeram fervilhar o pensamento de vários dos homens da emigração liberal, regressados após o triunfo militar do liberalismo. Mas, os modelos vistos nos considerados países cultos e civilizados mostravam-se desadequados à dinâmica da sociedade portuguesa. Era fácil criar decretos e portarias; difícil era o nascimento materializado do que se havia articulado no plano teórico.

À desadequação de ritmos de desenvolvimento, soma-se a turbulência política e constitucional; adiciona-se o minar ideológico entre absolutistas, miguelistas e o regime monárquico constitucional, também com tensões e rupturas desgastantes.

Quando alinhamos um quadro cronológico de factos culturais, institucionais e políticos e, simultaneamente, olhamos para os perfis biográficos das personalidades científicas que dinamizam os periódicos instructivos, percebemos o elevado grau de rapidez e de eficácia que as reformas estruturais do nosso País puderam assumir nos anos cinquenta e sessenta do século passado. Bastava accionar um detonador para fazer despoletar as realizações materiais, há tanto tempo pensadas, idealizadas e arquitectadas pelos agrónomos portugueses...

### CAPITULO 3      O Discurso Agrarista : Ideologia, Memória e Valores Transmitidos

Um determinado discurso produzido, e divulgado <sup>1</sup>, releva sempre uma infindável quantidade de cambiantes. Nele o passado e o presente entrelaçam-se; o real e o imaginário unem-se para dar uma nova encenação do tempo, ou dos tempos vivenciais, dos autores. Nesta ordem de ideias, o discurso sobre as potencialidades do agrarismo para a realidade portuguesa é também parte integrante da estrutura da história da cultura portuguesa no período que delimitámos: a transição do século XVIII para o XIX. Os quadrantes em que se pode repartir a análise desse discurso, permite-nos, pela via da história da cultura, entrar nos domínios da história da ciências, dos seus enigmas e aproximações metodológicas <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. Michel Foucault (1974), *Les mots et les choses [...]*; Michel de Certeau (1975), *L'écriture de l'histoire*.

<sup>2</sup> Cfr. David L. Hull (1988), *Science as a process. An evolutionary account of the social and conceptual development of science*; Helge Kragh (1989), *Introducción a la historia de la ciencia*; Paolo Rossi (1990), *Las arañas y las hormigas. Una apología de la historia de la ciencia*; Robin E. Rider (1990), *El experimento como espectáculo [...]*; G. S. Rousseau (1990), *Los libros científicos y sus lectores en el siglo XVIII [...]*; Horacio Capel (1990), *El público y la circulación de obras de geografía en la España del siglo XVIII [...]*; David Knight (1990), *La popularización de la ciencia en la Inglaterra del siglo XIX [...]*.

Queremos neste capítulo analisar, e visualizar, as ideias inerentes a um discurso de memória (memória colectiva, histórica e espacial) <sup>3</sup> e de história usado em nome da divulgação global das ideias agrárias, agraristas e agronómicas e da sua legitimidade científica.

A história como utensílio de ideologia e de memória social <sup>4</sup> sempre esteve presente nos textos dos agrónomos e nas várias formas de governo - o das luzes e o do liberalismo . A recuperação social da memória colectiva foi sempre uma medida preventiva, política e ideológica, uma espécie de «Deus escondido» <sup>5</sup>. Estamos em crer que foi igualmente um tempo privilegiado pelos cientistas, ou melhor pelas personalidades ligadas à produção e à difusão da ciência <sup>6</sup>.

E se pegarmos nos periódicos como um possível "teatro de representações" <sup>7</sup> , verificamos que a desmontagem do discurso emitido

---

<sup>3</sup> Cfr. Maurice Halbwachs (1968), *La mémoire collective* , capítulos «La mémoire collective et le temps», e «La mémoire collective et l'espace» , p. 80-166.

<sup>4</sup> Cfr. Pierre Nora responsável pela direcção da obra colectiva *Les Lieux de la Memoire*.

<sup>5</sup> Cfr. Lucien Goldmann (1959) *Le Dieu caché [...]*.

<sup>6</sup> Cfr. Evertt M. Rogers (1983), *Diffusion of innovations*; Greg Meyers (1989), *Science for women and children: the dialogue of popular science in the nineteenth century [...]*; José Luís Brandão da Luz (1991), *Criatividade científica, imaginação e metáfora [...]*; René Taton (1986), "Préface" à obra colectiva *L'Enseignement et diffusion des sciences en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*; Juan José Saldaña (1990), *La formation des communautés scientifiques au Mexique [...]*.

<sup>7</sup> Tomámos de empréstimo a expressão de Peter Burke (1992), *O mundo como teatro [...]*, p. 148-160. A interessante leitura deste autor, que procura casar a sociologia com a história (cfr. também Peter Burke (1990), *Sociologia e História* ), alertou-nos, entre muitos outros autores, para a importância de observar os "códigos dos discursos", que implica a observação milimétrica dos discursos dos actores sociais da ciência e das características

comporta diversas heranças culturais. A história de um ou vários saberes, a história das instituições académicas e científicas, a par com a instrumentalização de práticas e de representações culturais<sup>8</sup>. Deambulando pelos valores reais e míticos, poderemos entrar no campo das estruturas do imaginário<sup>9</sup>, nos poderes simbólicos das legitimidades de recorrência<sup>10</sup>. E estaremos, talvez, perante uma tentativa de inventar a sociedade<sup>11</sup>, num tempo de transição política, económica, e culturalmente diversificada.

Estas outras deambulações pelo discurso do agrarismo talvez nos façam ainda descobrir algumas das facetas da memória, e do imaginário colectivo da sociedade portuguesa da primeira metade do século XIX. Memória, história, valores, ideologia, mitos vão-se cruzar perante os nossos olhos de leitores. Decerto, não esqueceremos as recomendações de Peter Burke:

"Como historiador cultural, considero útil abordar a questão dos usos da memória social perguntando porque será que algumas culturas parecem mais preocupadas em recordar o seu passado do que outras"<sup>12</sup>.

---

das instituições produtoras dos seus perfis - as Universidades; "[...] nenhum estudioso que se interesse pela história social das ideias pode ignorar estas «instituições peculiares», quer sejam encaradas fundamentalmente como centros de produção e de divulgação de novas ideias quer, pelo contrário, como agentes de preservação e de transmissão da herança cultural" (p. 159).

<sup>8</sup> Cfr. Roger Chartier (1988), *A história cultural. Entre práticas e representações*.

<sup>9</sup> Cfr. Gilbert Durand (1989), *As estruturas antropológicas do imaginário*.

<sup>10</sup> Cfr. Pierre Bourdieu (1989), *O poder simbólico*.

<sup>11</sup> Cfr. Jacques Revel (1990), *A invenção da sociedade*.

<sup>12</sup> Peter Burke (1992), *O mundo como teatro [...]*, p. 245. E num último, e entusiasmante, desafio ao leitor é simbolicamente recordado o seguinte: "Existiu em tempos um oficial

### 3. 1. A história e a memória cultural da agricultura

A história da agricultura, ou melhor das origens da agricultura, remonta-nos a um périplo de confluências sagradas e civilizacionais <sup>13</sup>. Resultado de uma visão da história europocêntrica, a triologia do pão, do vinho e do azeite, característico da civilização do mediterrâneo <sup>14</sup>, mas também de três movimentos religiosos e civilizacionais, segundo Braudel: o universo da civilização cristã, o da islâmica e a do mundo ortodoxo, do Mediterrâneo oriental <sup>15</sup>.

---

chamado «Recordador» («Remembrancer»). O título era na realidade um eufemismo para colector de impostos; o trabalho do oficial consistia em recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer. Essa é uma das funções mais importantes do historiador". *Idem, ibidem*, p. 251.

<sup>13</sup> Cfr. Fernand Braudel (1989), *Gramática das Civilizações*, p. 320 - 332, em que se demonstra que na herança do Humanismo Renascentista, que circula até à actualidade, existiu uma forte componente da Civilização romana, um diálogo da Roma pagã com a Roma de Cristo.

<sup>14</sup> "La historia entera del Mediterráneo: de seis a diez milenios de historia en un mundo enorme para medida de los hombres, dislocado, contradictorio, y superabundante estudiado por los arqueólogos y los historiadores, es decir, una masa de conocimientos que desafía a toda síntesis razonable. el pasado mediterráneo, a decir verdad, es una historia acumulada en capas tan espesas como la historia de la lejana China [...] El Mediterráneo, más allá de sus divisiones políticas actuales, es tres comunidades culturaes, tres enormes y vivaces civilizaciones, tres maneras cardinales de pensar, creer, comer, beber, vivir... En verdad, tres monstruos dispuestos a enseñar los clientes, tres personajes de interminable destino, implantados desde siempre, por lo menos desde siglos y siglos". Fernand Braudel (1989), *El Mediterráneo*, p. 11.

<sup>15</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 112-115.

A história da agricultura remonta sempre ou a um tempo mítico - o Bíblico <sup>16</sup> - ou à grandes civilizações do crescente fértil, para atingir um apogeu de desenvolvimento técnico e económico transmitido dos Gregos para os Romanos <sup>17</sup>. E estes, por sua vez, transformaram esses conhecimentos em paradigmas agronómicos, celebrizados pela literatura e pelos tratadistas do Império de Roma <sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Gilbert Durand trata, sob o ponto de vista das estruturas do imaginário, as questões da «filosofia agrícola», inerentes ao mito do eterno retorno das religiões, no qual se inclui também a tradição judaica e cristã das forças naturais da renovação da Natureza. Cfr. G. Durand (1989), *As estruturas antropológicas do imaginário*, p. 203-209. Por seu lado Peter Burke incorpora como parte integrante da memória individual transmitida socialmente a «memória Bíblica»: "A cadeia de exemplos poderia ser ampliada mais ainda, uma vez que a Bíblia está também cheia de esquemas, e alguns dos acontecimentos nela narrados são também apresentados como recriações de outros anteriores". Peter Burke (1992), *O mundo como teatro [...]*, p. 243.

<sup>17</sup> Cfr. Eugenio de Castro Caldas (1991), *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Este agrónomo do Instituto Superior de Agronomia simboliza a escola dos agrónomos portugueses, que desde sempre olharam a agricultura, e o seu ensino, de um modo diacronicamente regressivo, de modo a integrar a agricultura portuguesa, as suas culturas e as suas técnicas nas grandes correntes de desenvolvimento agrário universal. Assim a síntese da história da agricultura portuguesa comporta um longo caminho, que tem início nos sistemas agro-pastoris do Neolítico, passando pelos Fenícios, gregos e Cartagineses. Ponto de paragem importante os progressos da agricultura sob o Império Romano, para de seguida se passar às invasões bárbaras, e à herança agrícola do Cristianismo e do Islamismo, com largas referências às possíveis influências da agricultura Árabe e do «Livro de Agricultura» de Abu Zacaria. Só, então, se inicia a história da agricultura em Portugal, a partir do espaço do Reino de Portugal e dos Algarves.

<sup>18</sup> Refira-se a sucessão dos tratadistas agrícolas romanos: Catão, Paládio, Columela, Varrão, Virgílio, Horácio. Cfr. na bibliografia «Agricultura» os textos de apresentação que Moses Amzalak lhes consagrou, no âmbito do estudo das doutrinas económicas em Portugal.

A popularidade dos escritores latinos revelou-se de grande importância para a história da cultura ocidental<sup>19</sup>, de um modo particular para a das técnicas e culturas agrícolas características do mundo Mediterrâneo<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Um movimento quase cíclico de voltar, ou retornar, aos clássicos e ao seu imaginário, nos quais por vezes se descobre uma espantosa realidade e actualidade das coisas. Em recente colóquio sobre o assunto chamava-se a atenção dos participantes e leitores para o facto de Gregos e Latinos povoarem o nosso imaginário, e nos abrirem espontaneamente as portas para a dimensão do simbólico e do sagrado. "Les perspectives de l'imaginaire renouvellent le discours philosophique, et le font sortir de ses anciennes ornières, au moment même où il trouvait ses limites; et je serais tenté de dire que le discours philosophique de demain passera par les chemins de l'imaginaire, ce qui l'ouvre et le recentre à la fois dans un discours plus ancien, platonicien, de redécouverte". Joel Thomas (1992), *Pour une relecture des oeuvres latines [...]*, p. 12. Ainda sobre a utilização dos autores clássicos cfr. Peter Burke (1992), *O mundo como teatro [...]*, o capítulo "Da popularidade dos historiadores antigos, 1400-1700", p. 171-193.

<sup>20</sup> Sobre o papel dos agrónomos antigos na formulação conceptual e temática da história da agronomia italiana no final do século XVIII cfr. Marino Berengo (1985), *Le origini settecentesche della storia dell'agronomia italiana [...]*, p. 869. Interessante artigo onde se dá igualmente conta da importância das «bibliotecas georgicas» de seiscentos, dedicadas à agricultura, e onde os agrónomos fisiocratas das Luzes Católicas se vão inspirar e remontar para estabelecer os princípios da «Nova Agricultura» para os «Agricultores Filósofos». Ainda nesta linha veja-se a introdução de Eloy Terrón (1981), para a reedição de *AGRICULTURA GENERAL compuesta por Alonzo Herrera* (1513), no momento em que se detém a analisar as fontes agrícolas clássicas utilizadas por este protegido do mecenato de Cardeal Cisneros - cfr. p. 22-29; clara a demonstração das razões porque Herrera se socorreu de Columella, Varrão, Catão, Virgílio, uma vez que todos eles golrificaram as características agrícolas dos países mediterrâneos - os cereais, a vinha, a oliveira, em paralelo com as hortas e as árvores de fruto (estas últimas também transmitidas por via árabe). Cfr. ainda Jose Urbano Martinez Carreras (1970), no estudo introdutório que faz da personagem e da produção bibliográfica de Gabriel Alonso Herrera, para a reedição da *OBRA DE AGRICULTURA*.

O caminho que pretendemos agora percorrer, prende-se com o objectivo de pintar um fresco desta mesma história civilizacional da agricultura, na qual se inclui a agricultura portuguesa, e por consequências aspectos, meandros e prismas da cultura portuguesa.. A genealogia de citações que os artigos produzem, desde o final ilustrado do século XVIII e a primeira metade do século XIX, são paradigmas que se repetem, instrumentalizadas ao sabor das várias conjunturas nacionais que se foram vivendo. Para nós o importante, é reter que o discurso científico do presente, e a ideologia científica e dos cientistas produzida e veiculada pelas páginas dos periódicos, não se conseguiu **nunca** separar das teias da memória social da História, comportando sempre uma carga historicista dos vários saberes acumulados e encadeados <sup>21</sup>.

E podemos considerar dois níveis de utilização da memória: o real e o imaginário. No primeiro temos em lugar de destaque a agricultura dos Romanos, com um herói destacado - Columella . Num segundo plano os pontos de passagem obrigatórios por todos os povos que se dedicaram à agricultura, desde os povos bíblicos passando pelos , cartagineses, egípcios, fenícios , gregos.

Na apologia da causa agrícola difundida, por exemplo, pela a *Bibliotheca das Sciencias e Artes* , remete-se o leitor para a obra deste célebre tratadista romano. Seleccionam-se excertos para apresentar a

---

<sup>21</sup> Cfr. O trabalho de Norberto Cunha (1987), *Ciência, conhecimento e sociedade em Abel Salazar* , p. 274-283 ; Ana Leonor Pereira Dwarkasing (1989), *No rasto de problemas actuais da História* ; (1991), *Novas sensibilidades científico culturais em Portugal na aurora do século XX [...]*; (1991), *O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Augusto Henriques [...]*.

agricultura teórica, a prática e a teórico-prática, de modo a influenciar a opinião pública, neste caso a intelectualidade agrícola da Itália, e os leitores de pendor fisiocrata portugueses, das Luzes setecentistas <sup>22</sup>.

A apresentação das autoridades de memória agrícola aparecia directamente ligada à apresentação elogiosa e valorativa dessa mesma actividade. Considerava-se que a "Agricultura he a arte de cultivar a terra, e de a fazer fertil, e capaz de produzir as arvores, hervas, grãos, legumes, e as fructas que servem para a subsistencia, e necessidade do homem. Abraça tambem a agricultura a arte de multiplicar, e conservar toda a casta de gados uteis aos campos; finalmente ella he a primeira, a mais dilatada, e mais essencial de todas as artes" <sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> "Os Romanos, para animar a agricultura, a primeira das artes uteis, souberão aproveitar-se da opinião publica, sempre mais eficaz que as mesmas leis. As tribuus dos campos erão estimadas; as da Cidade compostas de gente ociosa [...] Os agricultores occupavão o primeiro lugar depois da nobreza; para se ser soldado, e ser considerado no numero dos defensores da patria, era necessario possuir terras". "Discurso sobre a Agricultura dos antigos, principalmente dos Romanos; considerações geraes sobre o estado, em que ella se acha actualmente em Italia, e preceitos tirados dos antigos. Artigo traduzido do Italiano", *Bibliotheca das Sciencias e Artes*(1793), vol. 1, p. 81. Excerto que será (re)aproveitado por Dalla Bella (1805), na introdução ao seu *Tratado d'Agricultura Theorico-Pratica*, p. XIV. Uma prova de que os artigos eram lidos, e muitas vezes completamente copiados, ou que o universo de colaboradores dos periódicos científicos não era muito alargado. Assim, as palavras e as ideias repetiam-se e circulavam mimeticamente de publicação em publicação.

<sup>23</sup> "Discurso sobre a Agricultura dos antigos, principalmente dos Romanos; considerações geraes sobre o estado, em que ella se acha actualmente em Italia, e preceitos tirados dos antigos. Artigo traduzido do Italiano", *Bibliotheca das Sciencias e Artes*(1793), vol. 1, p. 71.

As alusões agrícolas ao exemplo romano surgem, igualmente, sempre que os tratadistas, ou os memorialistas, agraristas portugueses se referem à história da nossa agricultura, cujas raízes fazem mergulhar, inevitavelmente, na ocupação romana da Península Ibérica. Mas, o primeiro momento emblemático da memória da agricultura romana esteve a cargo do periódico parisiense da primeira emigração liberal - Os *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*.

Em 1819 inicia-se a publicação de *Re Rustica*, tradução seiscentista do português Fernão d'Oliveira, cujo manuscrito se encontrava na Biblioteca Real de Paris <sup>24</sup>, e que juntamente com as *Odes* de Horacio constituíram dois importantes repositórios da cultura agrícola e literária romana, legada aos subscriptores e leitores do periódico parisiense <sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> "Todos os paizes civilizados tem procurado e procurão publicar por meio da imprensa tudo quanto podem descobrir pertencente á sua literatura antiga, seja qual for o grao de interesse que a obra possa offerecer [...] Esperando porém que o exemplo de nacionaes e estrangeiros haja hum dia (e talvez bem depressa, como he para desejar) de pôr termo áquella ambição mal entendida, o que he mais para lamentar he a perda que a Nação experimentou de muitas obras, que peregrinando, como talvez alguns dos seus Autores, vierão dar a paizes estrangeiros, onde felizmente forão acolhidas e conservadas, mas aonde, nullas para a literatura das Nações que as possuem, servem só, de augmentar o luxo precioso dos seus importantes archivos: taes são entre muitas outras, as obras de Fernão d'Oliveira, que se achão em Paris, comprehendidas no Codice n<sup>o</sup> 10022 existente na bibliotheca Real". "Sobre a Traducção dos Livros de Re Rustica de Columella, por Fernão d'Oliveira", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), vol. IV, p. 4-5.

<sup>25</sup> Cfr. "Columella. Traduzido por Fernam d'Oliveira. Prologo de Lucio Junio Moderato Columella nos livros de Re Rustica dirigido a Publio Silvino", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1819), vol. IV, p. 14-24; (1819), vol. V, p. 16-31; (1819), vol. VI, p. 27-41; (1820), vol. VII, p. 15-25; (1820), vol. VIII, p. 6-24; (1820), vol. IX, p. 5-24; (1820) vol. X, p. 6-23; (1821), vol. XI, p. 5-56 . Cfr. também "Traducção da(s) Odes(s) [...] de Horacio",

Este fascínio pela agricultura romana, e pela cultura do império romano, manteve-se durante o período vintista. Também a recorrência aos autores da cultura greco-romana pontuou algumas das diatribes jornalísticas de forte pendor político e ideológico <sup>26</sup>.

Por razões de retórica e de oratória - o mito dos tribunos romanos - as referências à exemplaridade agrícola dos Romanos sempre esteve muito presente <sup>27</sup>, nas cadeias de povos que haviam estimado e valorizado a agricultura, desde o seu aparecimento, real, mítico ou religioso... No caso concreto do contexto vintista português, pensamos que as alusões e a recorrência ao império romano surgem porque se pretendia evidenciar o modo como o Estado legislador deveria influenciar o desenvolvimento do País, que passava também pelo aumento da população:

"Assim fallando de população faz-se necessario mencionar as relações intimas que com ella tem a agricultura, as manufacturas, o commercio, o clima, os costumes, a natureza do terreno, a situação geographica, as leys politicas civis e criminaes, a religião, e todas as mais cousas que são ligadas, e della inseparaveis [...] As antigas leys de Roma convidavão os cidadãos ao

---

*Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1820), vol. IX, p. 3-4; prolongando-se até 1822. Ainda dentro do mesmo espirito bucólico e ruralista de exaltar a memória agrícola da cultura romana cfr. "Georgicas portuguezas. Por Luiz da Silveira Mouzinho de Albuquerque, dedicadas a sua Mulher D. Anna Mascarenhas de Ataíde, Paris, 1820", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1820), vol. IX, p. 3-25. Sobre este pequeno trabalho de Mouzinho de Albuquerque cfr. Madga Pinheiro (1992), *Luís Mouzinho de Albuquerque. Um intelectual na revolução*, p. 29-55.

<sup>26</sup> Cfr. José A. Santos Alves (1990), *Ideologia e Política na imprensa do exílio. «O Portuguez» (1814-1826)*, p. 83-90.

<sup>27</sup> Cfr. "Agricultura", *Despertador Nacional* (Jan. 1821), nº I, p. 9-11.

matrimonio: o Senado e o povo fizerão a este respeito amudados regulamentos. Afora as leys, os censores animarão e promoverão os casamentos, uma vez concedendo premios, outras punindo os celibatarios, conforme tudo isto as precisões da republica" 28.

A população agrícola portuguesa era olhada como "muito mesquinha", e ainda mais a classe dos cultivadores. Este facto em nada podia contribuir para a "comodidade dos preços das subsistências" 29, que em tempo de mutações políticas podia ser desfavorável aos protagonistas da revolução!

Histórias de agricultura, nas quais as autoridades agraristas romanas são um ponto de passagem quase obrigatório, quer se trate da memória da agricultura portuguesa, quer se trate da memória agrícola da civilização ocidental. Plínio, Catão, Columella, Varrão, Plutarco são ainda lembrados quando se trata de estabelecer um paralelismo entre a agricultura francesa e a do grande império romano 30 . Ou, ainda, para extrapolar para o caso

---

28 "Ensayo sobre população", *Jornal da Sociedade Literaria Patriotica* (Junho 1822), n.º 17, p. 485-490 (sublinhado nosso). Não esqueçamos que o dualismo agricultura - população era um velho problema da história das ideias económicas portuguesas. Ponto de cristalização com Manuel Severim de Faria, símbolo da doutrina económica portuguesa do século XVII; mas, um binómio que os memorialistas económicos da Real Academia das Ciências de Lisboa não deixaram cair em saco sem fundo.

29 "Ensayo sobre população", *Jornal da Sociedade Literaria Patriotica* (Junho 1822), n.º 18, p. 509.

30 Cfr. "Diferença aparente entre o consumo em trigo dos romanos em diversas epochas, e o que se faz actualmente em França. Importancia d'este objecto sobre o juizo da povoação", *Novos Annaes das Sciencias e das Arte* (Março 1827), n.º II, p. 34-49. Trata-se de um texto construído com bases em hiperboles e hipóteses, de modo a demonstrar que o consumo de trigo no Império romano era muito mais avultado do que o da França no século XVIII.

português a história universal da agricultura: "Devemos esperar que depois de tão venturosos acontecimentos como os que acabam de ter lugar em Portugal <sup>31</sup> um assumpto de tanta importancia merecerá a mais seria contemplação" <sup>32</sup>.

O apreço pela agricultura dos romanos, e pelos seus tratadistas, manter-se-à sobrevivente durante a primeira metade do século XIX português, lembrando sempre aos potenciais leitores rurais ou agrícolas que os romanos sempre "honraram singularmente a Agricultura" <sup>33</sup>.

Entre os periódicos que honraram igualmente a agricultura portuguesa, e a sua cientificidade, podemos contar o jornal *A Epoca*, de 1848, já por diversas vezes aqui mencionado, e utilizado como plataforma de intelegibilidade de várias tonalidades do discurso agrarista em Portugal. Também este periódico não deixou de incluir uma história da agricultura, na qual também o papel da literatura romana constitui um elo de articulação com as várias etapas históricas até ao século XIX <sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Refere-se o articulista à outorga da Carta Constitucional.

<sup>32</sup> "Agricultura", *Novos Annaes das Sciencias e das Artes* (Jan. 1827), nº I, p. 114.

<sup>33</sup> "Duas palavras sobre a utilidade da agricultura", *Encyclopedia Rural* (Jan. 1841), nº 1, p. 5. Nesta resenha sobre a utilidade da agricultura não se furtam os compiladores deste periódico rural em salientar, e transcrever, o plano de rede de ensino agrícola que Columella havia preconizado para o Império romano. Transcrição, e alusão, que ciclicamente se repete na imprensa portuguesa desde o século XVIII, quando a corrente fisiocrata irrompeu no panorama cultural da Filosofia Natural.

<sup>34</sup> Cfr. "Esboço de uma Historia da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 2, p. 17-19. Voltaremos a este interessante, e simbólico, artigo várias vezes ao longo deste capítulo.

Queremos com estes dados informativos reforçar a ideia de que os clássicos romanos fazem parte de um longa cadeia de heranças e de genealogias, de questões teóricas, de experimentações práticas, de mitos herdados e de paradigmas postos em movimento <sup>35</sup>, numa inevitável teia de Penélope.

Para os actores sociais colaboradores nos periódicos científicos, defendendo a causa agrícola de Portugal, através de múltiplos e variados recursos retóricos e estilísticos, a carga historicista da agricultura portuguesa surge sempre acompanhada de aproximações com uma causa «universal», real e mítica.

Num olhar retrospectivo, reforça-se a ideia de que a religião e os deuses foram intervenientes importantes, e determinantes, na misteriosa "arte da agricultura" <sup>36</sup> :

---

<sup>35</sup> Na historiografia económica portuguesa dos anos cinquenta Moses Amzalak (1953) dedicou uma especial atenção ao estudo monográfico dos autores agrícolas romanos: *Cató e a agricultura; Columella e a economia agrícola; Paládio e a exploração agrícola; Varrão e o Livro «Rerum Rusticarum»*; e ainda (1959) *Sêneca e as suas ideias económicas*

<sup>36</sup> Mistério sagrado da renovação das forças naturais que está subjacente a Criação do Mundo: "Deus disse: «Que a terra produza verdura, erva com semente, árvores frutíferas que dêem fruto sobre a terra, segundo as suas espécies, e contendo semente». E assim aconteceu. A terra produziu verdura, erva com semente, segundo a sua espécie, e árvores de fruto, segundo as suas espécies, com a respectiva semente. Deus viu que isto era bom". *Antigo Testamento, Génesis, 1, 11-12*. O problema da renovação da Natureza, e da sua explicitação e inteligibilidade sempre esteve no cerne das preocupações do pensamento humano. Cfr. Jacques Gadille (1989), *Robert Lenoble, historien des sciences (1900-1959)[...]*, p. 203-215.

"Quasi todas as naçoens tributavão vassalagem aos deozes, da invenção desta nobre arte" 37.

Por seu turno Dalla Bella no seu tratado teórico e prático, ao prefaciá os conhecimentos a ministrar ao **bom agricultor**, ao **bom lavrador** 38, não descursa o papel de vanguarda da agricultura nas civilizações que marcaram a memória da civilização ocidental (e na qual a sociedade portuguesas indubitavelmente se insere). O rol é extenso: os Egípcios, os Judeus, os Fenícios, os Persas, os Caldeos, os Cartagineses, os Gregos e, como elemento de contraste e de exotismo, "os Chinas". E, num ápice, vem a conclusão silogística: "Quem na verdade pensa menos favoravelmente d'Agricultura dá o maior indício da ignorancia mais crassa, e de ser totalmente desamparado do amor da sua Patria" 39.

Na prosa dos periodistas instructivos, a memória universal da agricultura perde-se, de facto, nos remotos tempos bíblicos, nos povos que desenvolveram e "promoverão a Agricultura com grande vantagem, e utilidade publica" 40. Povos que transmitiram esse saber e tradição às

---

37 "Discurso sobre a Agricultura dos antigos, principalmente dos Romanos; considerações geraes sobre o estado, em que ella se acha actualmente em Italia, e preceitos tirados dos antigos. Artigo traduzido do Italiano", *Bibliotheca das Sciencias e Artes* (1793), vol. 1, p. 71-83.

38 Tenhamos em conta que estas expressões comportam uma carga técnica e científica - dominar e empregar as propostas da «Nova Agricultura» nas culturas quotidianas. Mas, comporta igualmente uma valorização moral e social, de padrões de conduta na gestão da "norma da casa". Um pouco mais adiante voltaremos a este problema.

39 João A. Dalla Bella (1805), *Tratado d'Agricultura theorico-pratica*, p. XVI.

40 "Memoria sobre Agricultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1812), vol. 5, p. 64.

civilizações do Mediterrâneo Oriental, até se atingir a fase de expansão geográfica com os Romanos, sempre lembrados como "os que elevaram a Agricultura ao estado mais florente" 41.

O tempo e o espaço glorioso do modelo arquétipo de toda a Civilização Ocidental, a Cristã 42, são colocados como interlocutores imprescindíveis de um discurso não só de defesa do agrarismo, mas que reclama igualmente reformas e alterações para a sociedade vigente.

Também a necessidade de legitimar a origem da propriedade individual através do movimento da História implicou, na agitação e no entusiasmo utópico do vintismo, o recurso ao início dessa mesma História:

"Assim lemos, que Abrahão estabelecera o seu direito sobre alguns poços nas terras de Abimelech; e lhe requereu um juramento para sua segurança; por isso que o mesmo Abrahão os tenha mandado abrir" 43.

---

41 "Memoria sobre Agricultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1812), vol. 5, p. 66. Cfr. ainda (Dez. 1812), vol. 5, p. 217-224; (Jan. 1812), vol. 5, p. 402-409. Uma história universal da agricultura repleta de referências de erudição, que legitimam e revelam o universo cultural do autor, que justifica o labor apresentado da seguinte forma: "De toda a precedente História se collige claramente que a Agricultura merecera em todo o tempo o particular cuidado dos Povos civilizados, que os soberanos pelos seus Governos formarão regulamentos agrarios mais, ou menos completos, para promover a prosperidade dos campos". *Idem, ibidem* (Jan. 1812), vol. 5, p. 408 (sublinhado nosso).

42 O Novo Testamento é a "soberana Luz do Mundo [...] reprehendendo a ociozidade dos obreiros, e Agricultores preguiçosos[...]" "Memoria sobre Agricultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1812), vol. 5, p. 66.

43 "Discurso acerca da origem do direito de propriedade", *Despertador Nacional* (Abril 1821), nº IV, p. 229.

Um tempo longínquo, mítico e religioso publicitados paralelamente à Razão e à Lei Natural "que primeiro começa a fazer uso da cousa que encontra desamparada, adquire sobre ella uma especie de propriedade, de cuja posse não pode legitimamente ser esbulhado; pois em tal caso o direito de possuir permanece, em quanto dura o acto de occupação (Puff.)[sic.]"<sup>44</sup>. Uma clara alusão ao jusnaturalismo vintista que justificava a construção de um Estado de Direito Natural Liberal.

À medida que o século XIX avança, assistimos a uma amálgama ainda mais mesclada a tempos e espaços da memória e da história da agricultura. No início da década de quarenta, um popularizado divulgador rural estabelecia as seguintes premissas sobre a importância da agricultura para toda e qualquer sociedade humana:

"Segundo os livros sagrados, os homens que viveram no principio do mundo só se occupavam da Agricultura. O Deluvio não mudou a sua occupação, porque vemos a familia previligiada que d'ella escapou, dar-se immediatamente ao exercicio d'esta arte" <sup>45</sup>.

Contudo, desde o século XVIII até 1841 muito se havia já escrito e publicado sobre a exemplaridade das histórias agrícolas recentes, de países experimentadores, como este texto publicado em Paris pode simbolizar:

---

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 226.

<sup>45</sup> "Duas palavras sobre a utilidade da agricultura", *Encyclopedia Rural* (Jan. 1841), nº 1, p. 4. Na mesma linha se encontra o artigo "Considerações historicas sobre a agricultura, principalmente a michaelense", *O Agricultor Michaelense* (Jan. 1848), nº 1, p. 22-25; (Fev. 1842), nº 2, p. 47-48. . O périplo efectuado é o seguinte: Geneseis, Antiguidade Oriental e Clássica e depois o grande salto para o século XVIII.

"Como de todos os meios, o mais eficaz, e talvez o unico verdadeiramente tal, é a instituição das quintas experiemntaes, comecemos pelo plano que o sabio agronomo Sinclair imaginou, quando convenceu o ministro inglez da utilidade d'estes estabelecimntos. Sinclair é instituidor da administração ingleza. Não contente com ter promovido o bem da sua patria, propoz as mesmas ideas ao presidente dos Estados Unidos da America septentrional, onde foram executados. Tambem as propoz ao Instituto de Franca, o qual as louvou, mas o governo francez não as poz em pratica, senão em parte, e muito depois da proposta do sabio philanthropo inglez" 46.

Neste itinerário de tentativas de recuperação da história da agricultura não podemos deixar de dar atenção à síntese editada por *A Epoca* 47, um dos mais importantes jornais científicos, no campo da agronomia de meados do século XIX português 48.

---

46 "Agricultura", *Novos Annaes das Sciencias e das Artes* (Março 1827), nº II, p. 105 (sublinhado nosso). Curiosamente, este artifício de retórica circulou igualmente na *Encyclopedia Rural*: "[...] voltar-mos as nossas vistas ao mundo actual, nós veremos as Nações mais civilizadas darem os seus cuidados a este indispensavel ramo dos conhecimentos humanos; porque é elle mesmo o primeiro elemento da civilização do mundo. A França, a Inglaterra, e os Estados Unidos da America são sobre tudo os tres principaes Estados que nos fornecirão os primeiros e principaes artigos da nossa publicação[...]". "Duas palavras sobre a utilidade da agricultura", *Encyclopedia Rural* (Jan. 1841), nº 1, p. 7 (sublinhado nosso).

47 "Esboço de uma História da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 2, p. 17-19.

48 Relembremos que se trata do periódico em que colaboravam regularmente João Andrade Corvo, José Maria Grande e Luiz Augusto Rebello da Silva.

O mito das origens implicava uma passagem pela figura de Moisés, pela Grécia e por Roma, para se ficar retido nos Visiogodos, que ocuparam a Península Ibérica e em tempo de paz se ocupavam da agricultura. A grande inovação na sequência habitual da narrativa do fio temporal reside na fixação agrícola do tempo Árabe:

"Com a invasão dos arabes na Hispanha voltaram de novo os progressos industriaes, agrícolas, e litterarios. Este povo animado de uma nova fé estava então com toda a robustez de uma juventude ardente, animava, e dava força a todos os paizes sobre que estendia o seu domínio.

A Península gozou de uma grande prosperidade no primeiro período da dominação arabe. As artes uteis foram então cultivadas a par das sciencias e da litteratura: as cidades germinavam por toda a parte, e levantaram-se soberbas e coroadas pelas mesquitas e alcaçares grandiosos; os poetas cantaram as delicias dos campos e dos amores; os rios foram atravessados por magníficas pontes, e as suas aguas dirigidas e aproveitadas por canaes dispendiosos; em fim a agricultura e a horticultura prestantemente animados pelos principes: daqui resultou uma fertilidade quasi sem exemplo, uma riqueza inexgotavel" 49.

E as novidades sucedem-se, ao apresentar-se a Reconquista como um período de retrocesso agrícola, escudando-se sob as citações de Alexandre Herculano, da sua polémica *História de Portugal* ... Um período curto mas que apagou da memória social medieval os tratadistas agrícolas árabes, que popularizaram as descrições e observações do "terreno fértil de Hespanha" 50.

---

49 "Esboço de uma História da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 2, p. 18.

50 Cfr. *Idem, ibidem*, nº 3, p. 33.

Ao embrenharmo-nos no reconto da história da agricultura em Portugal , sempre em articulação com as **outras histórias culturais dos outros espaços europeus** envolventes, recuperam-se os heróis agrícolas e o seu papel de intervenção no fomento agrarista.

Em primeiro lugar o papel dos monges, a quem "foram confiadas extensas porções de terra, para elles as cultivarem, e amanharem: e assim o faziam com grande proveito do paiz; porque as tradições agrícolas da antiguidade eram elles só que as conservaram entre os christãos. Das mãos dos monges, e dos bispos era distribuida tambem a pequenos lavradores muita porção de terras, que estes arroteavam debaixo da direcção de seus senhorios" <sup>51</sup>. Pertinente, achamos, esta referência ao papel pedagógico dos monges no atribulado contexto liberal de 1848, após a extinção das ordens religiosas ...

A sequência da apresentação dos reis forma o esboço do quadro de decadência que se pretende dar da agricultura portuguesa: os sucedâneos de D. Dinis <sup>52</sup> e o ponto mais negro e profundo - D. Manuel <sup>53</sup>. Apenas com D.

---

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>52</sup> "De D. Diniz em diante a agricultura começou a decahir, e o pensamento de augmentar a população perdeu-se de todo: nem valeram , para salvar da ruina, as leis violentas e sanguinarias de D. Pedro que, no seu amor selvagem por esta utilissima arte, condemnou os lavradores por não empalheirassem toda a sua palha a perderem as orelhas e a serem açoitados; nem as sabias leis de D. Fernando, auctor dessas famosas disposições das Sesmarias ...". "Esboço de uma História da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 3, p. 34.

<sup>53</sup> A partir de D. Manuel "Portugal para se enterrar abriu uma sepultura, que abrangeu o mundo; foi uma morte gloriosa, mas de que não pode ressuscitar". "Esboço de uma História da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 3, p. 35.

José, e o ministro Sebastião José de Carvalho, e com D. Maria se estabeleceram alguns melhoramentos a nível legislativo <sup>54</sup>.

Mas, a Europa sempre continuou a rodar e a girar. Dos prelos e das tipografias do Mundo Moderno saíam as obras dos agraristas Herrera, Olivier des Serres, Duhamel, Rozier, Tull, Sinclair, Marchall, Young e de tantos outros...<sup>55</sup>, que vieram também influenciar os intelectuais agraristas portugueses do século XVIII e XIX.

### **3. 2. A imagem da decadência agrícola**

Para a difusão das ideias agrárias e agraristas em Portugal muito importa ter em linha de conta um "ponto zero", que os autores das Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa se empenharem a construir como imagem, e a divulgar como paradigma. O mito da decadência agrícola, inerente à valorização da doutrina e das técnicas decorrentes de uma certa visão da Fisiocracia setecentista, circulou posteriormente por toda a primeira metade do século XIX, estando sempre subjacente aos balanços, às propostas e às inovações que os autores e os tradutores propõem nas páginas da imprensa de divulgação de conhecimentos técnicos, úteis e científicos. A

---

<sup>54</sup> Cfr. "Esboço de uma História da Agricultura", *A Epoca* (1848), nº 5, p. 65-68.

<sup>55</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, nº 4, p. 49-51. Para uma leitura panorâmica das obras destes autores veja-se a Bibliografia, secção de fontes impressas.

uma agricultura atrasada e desadequada às características naturais, propunha-se uma outra realidade científica, rentável e de feição a desencadear um verdadeiro fomento das várias culturas agrícolas..

O estudo José Luís Cardoso sobre os memorialistas da Academia ajuda-nos a confirmar algumas das permissas que inferimos da leitura dos diferentes códigos de discursos dos autores setecentistas e oitocentistas. O mito da decadência assentava, segundo J .L. Cardoso, em duas bases complementares: o sistema jurídico da propriedade e o desfasamento técnico agrário existente <sup>56</sup>. Debater ambos os temas equivalia a discutir os pontos essenciais da sociedade portuguesa de Antigo Regime, vincando-se que "a prosperidade comercial e industrial seguida nos fins do século XVIII não era extensiva ao mundo rural" <sup>57</sup>.

Ao olhar de descrença vs. decadência sucede uma outra alteridade a do renascimento vs. reforma. Deste segundo binómio ocupar-nos-emos quando dermos atenção às propostas de inovação e de reforma, para obter uma possível "revolução agrária" <sup>58</sup> para a vinha, para a cultura cerealífera e para a oliveira, no Portugal mediterrâneo da primeira metade do século XIX

...

---

<sup>56</sup> Cfr. José Luís Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal [...]*, Capítulo VI - "A situação da agricultura e as (re)formas projectadas do seu desenvolvimento, p. 103-120.

<sup>57</sup> José Luís Cardoso (1989), *ob. cit.* p. 103.

<sup>58</sup> Cfr. Henrique de Barros (1974), *Extensão rural e Reforma Agrária [...]*; Carlos da Silva (1974), *O problema da extensão agrícola no quadro do seu condicionamento por uma Reforma Agrária [...]* e Claudio Sanchez Albornoz (1932), *La reforma agraria y la experiencia historica. Intervención parlamentar.*

Sobre o possível significado da prosa de decadência, no qual agora nos vamos fixar, não podemos deixar de referir algumas das constatações de Peter Burke sobre esta matéria:

"Encontra-se disponível uma longa série de metáforas tradicionais para descrever a mudança para pior. Esta podia ser apresentada como a chegada do Outono, ou como o refrescar do calor ou «fervor», como a aproximação da escuridão, o pôr do sol, o aspecto minguante da Lua, o esvaziar da maré, ou, pelo contrário, como uma «inundação» de infortúneos. A mudança para pior podia ainda ser visualizada em termos arquitectónicos, como «demolição» ou «ruína» de um edifício, ou em termos agrícolas, como a exaustão de um solo outrora fértil. Particularmente populares eram as metáforas médicas: a mudança para pior podia ser descrita em termos de doença, de degeneração, de exaustão, de velhice e de morte" 59.

Foi sob esta perspectiva que auscultámos a imagem construída da agricultura portuguesa, sempre sob o signo da *decadência*, e da imperiosa necessidade de *regeneração*.

Em 1789 Domingos Vandelli vê publicada a sua primeira memória relativa à situação da agricultura em Portugal, na qual enumera o "estado de decadência" do Reino, as suas causas físicas e morais, acompanhadas de algumas reflexões sobre as leis agrárias existentes 60 .

---

59 Peter Burke (1992), *O mundo como teatro [...]*, p. 197 (sublinhado nosso).

60 Cfr. José Luis Cardoso (1988), *Os escritos económicos e financeiros de Domingos Vandelli [...]*, p. 33-38.

Se a época de ouro da agricultura portuguesa foi a de D. Dinis, quando o espaço agrícola era completamente aproveitado, a situação setecentista é de um profundo e flagrante contraste, quer com os tempos medievais, quer com os países avançados sob o ponto de vista agrícola: a França e a Inglaterra. Há, pois, uma lógica de argumentação por detrás das palavras do naturalista Vandelli, que formula deste modo o seu pensar sobre o assunto:

"A decadência total da agricultura teve princípio com as conquistas e se conservou neste deplorável estado pelos exorbitantes privilégios, pelos tributos sobre os géneros de primeira necessidade, e com a proibição de sacar produtos da agricultura. Então não se cuidou mais em cultivar, e povoar os terrenos incultos; mas pelo contrario grande parte dos cultivadores se despovoaram, e ficaram sem cultura: não se cuidou mais nos públicos caminhos, nem na navegação interior, e ficaram quase em total inobservância as sábias leis agrarias. Além destas primeiras causas da decadência da agricultura se acrescentam mais as causas físicas, e morais ainda existentes, que impedem o seu adiantamento"<sup>61</sup>.

O problema tem de ser dissecado em duas vertentes: as causas físicas e as causas morais. Um olhar de observação científica, tal como o médico observa o seu paciente <sup>62</sup>, em que se detectam as causas visíveis e as ocultas,

---

<sup>61</sup> Domingos Vandelli, "Memoria sobre a agricultura deste Reino, e de suas conquistas", *Memorias Economicas da R.A.S.L.* (1789/1990), tomo I, p. 132.

<sup>62</sup> Cfr. Jacques Roger ((1971), *Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIII<sup>e</sup> siècle [...]*; José M. Lopez Piñero (1985), *Ciencia y enfermedad en el siglo XIX*; Antonio Lafuente (1988), *Los profesionales de la sanidad tras su identidad en la Ilustración [...]*; Agustín Albarracín Teulón (1988), *Las ciencias biomédicas en España, de 18001 1936 [...]*.

sem dúvida as mais difíceis de atalhar e remover do corpo enfermo <sup>63</sup>. Foram sobretudo estas "causas morais" que criaram, e alimentaram, as linhas estruturantes do eterno retorno ao "mito da decadência da agricultura portuguesa".

A solução? Podia residir na adopção oficial de princípios agrícolas modernos, na divulgação dos Novos Códigos de Agricultura <sup>64</sup>, ou os respeitantes aos aspectos técnicos e experimentais, ou os relativos aos aspectos jurídicos e legislativos, fundamentados pela legitimidade do Direito Natural e da propriedade privada <sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Para as causas físicas, Vandelli enumerava as seguintes: 1. distribuição do terreno em grandes herdades; 2. caminhos e rios que se impraticáveis; 3. inundações dos grandes rios, por falta de escoamento devido; 4. rivalidades entre habitantes e aldeias; 5. falta de meios para cultivar os terrenos; escasso número de habitantes e de gado. As causas ocultas, e mais profundas, afiguram-se mais complexas para serem de imediato remediadas: 1. falta de instrução ou de educação para os lavradores; 2. os filhos do campo desertarem para as cidades; 3. gravosas pensões e imposições sobre os agricultores; 4. ausência de isenções aos lavradores que possuem os cargos mais onerosos; 5. o desprezo em que se tem os lavradores; 6. demandas frequentes, perniciosas e morosas; 7. lavradores que são oprimidos pelos Ministros; 8. grande miséria em que os lavradores são educados; 9. grande quantidade de criados e vadios; 10. ausência de meios que facilitem a fixação dos colonos estrangeiros. Destacamos neste grupo de causas ocultas, em especial as causas 1., 5., 7. e 8., uma vez que as vamos encontrar explicitamente referenciadas ao longo de toda a primeira metade do século XIX, consoante as adaptações conjunturais necessárias aos diferentes momentos políticos e culturais.

<sup>64</sup> Cfr. Domingos Vandelli, "Memoria sobre a agricultura deste Reino, e de suas conquistas", *Memorias Economicas [...]* (1789/1990), tomo I, p. 132-133.

<sup>65</sup> Cfr. Esteves Pereira (1983), *O pensamento político em Portugal no século XVIII*. António Ribeiro dos Santos, p. 274-288.

No entanto, Vandelli alerta para os perigos de se ficar apenas pelas soluções mais fáceis de colocar em marcha, ou seja as legislativas "(sendo a multiplicidade das leis mais prejudicial que util à agricultura); mas é necessário que, à imitação dos antigos romanos haja censores agrários, ou pessoas inteligentes, para as fazer observar, honrando e premiando os bons lavradores. Sem facilitar o transporte dos produtos da agricultura, de nada serve aumentar a mesma, porque a despesa é tão considerável presentemente nela pelos maus caminhos, e falta de navegação interior, que em algumas comarcas, e terras por falta de consumo, e extracção dos ditos produtos ficam estes a um preço tão módico, que os lavradores são obrigados a restringir a cultura pouco mais do que o necessário para o sustento dos habitantes, ou deixar incultas as terras para pastos, e ser criadores de gado, como no Alentejo"<sup>66</sup>.

Paralelamente à explicitação do mito da decadência da agricultura, os memorialistas da Academia apresentavam também para o primeiro volume de 1789, o esboço de uma história de etapas da agricultura portuguesa, na qual era visível o acentuar do descalabro até ao tempo possível da

---

<sup>66</sup> Domingos Vandelli, "Memoria sobre a agricultura deste Reino, e de suas conquistas", *Memorias Economicas [...]* (1789/1990), tomo I, p. 134 (sublinhado nosso). Decerto que Vandelli reforçou esta sua teorização do problema agrícola português na Memória que apresentou à Academia em 1796: "[...] À vista do exposto concluo, que uma viagem filosófica feita no reino [...] é um objecto de suma importância para toda a nação, e por consequência mui digno de ser tomado em consideração por esta respeitável, e sábia sociedade, que tanto se empenha em promover a pública felicidade, e o bem do Estado". Domingos Vandelli [não assinada], "Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino e depois nos seus domínios" [1796], *Memórias Económicas Inéditas [...]*, (1987), p. 35-36. Cfr. José António de Sá (1783), *Compendio de observações que formam o plano de viagem politica, e filosófica que se deve fazer dentro da patria*.

Regeneração ilustrada, da boa vontade e da magnanimidade de S. M. D. Maria I, símbolo emblemático do início da "sétima idade da nossa lavoura, na qual ela começa a ver alguns estabelecimentos, que lhe são favoráveis"<sup>67</sup>.

O contraponto da decadência da agricultura residia no elogio, implícito, à soberana e ao seu tempo reinante, o tempo das Luzes, dos gabinetes de leitura, da sociabilidade científica, das traduções dos autores agraristas estrangeiros <sup>68</sup>. Um visão do mundo português que deixou também ecos em muitos dos textos deixados manuscritos, e anónimos, na Academia das Ciências de Lisboa <sup>69</sup>, ou em memórias só publicadas em plena vigência do

---

<sup>67</sup> J. Verissimo Alvares da Silva, "Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782", *Memórias Económicas [...]* (1789/1990), tomo I p. 186. No ponto seguinte deste capítulo (3.3.) ocupar-nos-emos exclusivamente das «idades da agricultura» em Portugal, na óptica dos agraristas.

<sup>68</sup> Cfr. A. A. Gonçalves Rodrigues (1992), *A tradução em Portugal*, vol. I.

<sup>69</sup> As *Memórias Económicas Inéditas* publicadas por José Luis Cardoso (1987) demonstram-nos de um modo claro e inequívoco como a construção da lógica explicativa da decadência da agricultura portuguesa estava assimilada e incorporada no (in)consciente colectivo dos sócios da Academia das Ciências. "Os obstáculos da agricultura, ou são físicos, ou morais: os físicos consistem na ignorância da arte respectivamente ao preparo das terras, estrumes, e instrumentos aratórios, situação local, clima etc. Os morais provêm da opressão aos lavradores, desprezo de seus privilégios, das injustiças, que as justiças lhes fazem; dos foros, e tributos, que pagam, da carestia dos jornais, da falta de braços, do monopólio de muitas terras na mão de poucos[...] de não haver rios navegáveis, de faltar o concerto das estradas, e pontes[...]". José António de Sá, "Memória sobre alguns obstáculos da agricultura que conviria remover [lida 17 Junho 1812] J. L. Cardoso (1987), *Memórias Económicas Inéditas*, p. 131. Num mesmo registo de pontos de vista e de análise diacrónica da realidade portuguesa vejam-se também as seguintes textos: "Demonstração das principais causas como se têm arruinado a agricultura, industria, e povoação do reino de Portugal, e os meios com que me parece se pode restabelecer [anónimo, 1796], *idem, ibidem*, p. 97-119;

Vintismo. Tal é o caso de António Araújo Travassos, que ao eleger como zona mítica da decadência da agricultura, a questão cerealífera no Alentejo, evoca ainda os lugares de passagem da lógica setecentista. As terras estão incultas porque "estão desprezadas como se não tivessem dono, porque pertencem ou ao Publico, ou à Coroa, ou a Morgados e grandes Senhores que não sabem ou não podem ter capitaes sufficientes para as arrotearem, e que não se atrevem a admitir a posse, sem exigir foros ou outras condições" <sup>70</sup>.

Vandelli e Travassos apresentam-nos estas imagens agrícolas decadentistas através de uma nítida separação de um discurso baseado na lógica expositiva da Ciência. Imagens longínquas da argumentação dos saberes científicos naturais. No entanto, o tempo das Luzes, em Portugal, abriu vias de comunicabilidade científica. Uma espécie de plataforma legitimadora, arquitectada pelas personalidades aderentes à nova Filosofia Natural, os lentes da Universidade de Coimbra, os sócios de Academias

---

"Representação da urgente necessidade que tem Portugal de cuidar desde já, e deveras promover a sua agricultura [anónimo, s/d], *idem, ibidem*, p. 121-12.

<sup>70</sup> Antonio de Araujo Travassos, "Discurso político sobre a Agricultura, particularmente a de Portugal escripto em 1792", *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1822), tomo XVI, p. 5. Pela leitura atenta do texto, verificamos que o Autor, em 1822 deputado vintista, faz um arrolamento global das "causas fisicas" - de foro legislativo - e das "causas morais" - a valorização necessária dos cultivadores, perante o Estado e a Sociedade. Estes mesmos princípios podem ser encontrados nas breves "Reflexões sobre a Agricultura de Portugal", *O Redactor* (Nov. 1803), nº 3, p. 102-106. Em síntese afirma-se: "A agricultura depende essencialmente de duas cousas, de braços, e de leis sabias que preteção os colonos, sem o que já mais se espere que ella possa existir. Havendo boas leis a população augmenta, e a Agricultura se melhora ao passo que cresce a população[...!]", *Idem, ibidem*, p. 103.

científicas nacionais e internacionais. E Vandelli e Travassos pertenciam, de facto, a este universo...

Estas personalidades detinham o poder do saber <sup>71</sup>, o poder de usar as palavras e o discurso científico. O poder e o saber necessários a uma observação dissecadora da realidade, que permitia diagnosticar a doença e receitar farmacopeias adequadas, e ao mesmo tempo medicar intervenções cirúrgicas próprias e actualizadas, em culturas e instrumentos agrários <sup>72</sup>.

Os memorialistas da Academia efectuaram uma viagem à realidade portuguesa, através de inquéritos, de observações naturalistas, e de uma consulta à memória histórica, para obterem os dados relativos ao estado e à situação da agricultura em Portugal, "que numa perspectiva genérica ou aplicada à região particular que descrevem, num tratamento em bloco ou específico a este ou àquele problema, procuram inventariar as «causas físicas e morais» do estado de «decadência» da agricultura e prescrevem medidas que, em seu entender, permitiriam operar uma modificação de tal estado de coisas"<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> Cfr. Georges Canguilhem (1977), *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*; (1979), *Etudes d'histoire de philosophie et des sciences*; Bernard Balan (1979), *L'ordre et le temps. L'anatomie comparée et l'histoire des vivats au XIX e. siècle*.

<sup>72</sup> Cfr. os índices remissivos das *Memórias Económicas [...] (1789-1815 / 1990-1992)*, organizados por José Luís Cardoso, nos quais é nítida a influência das leituras, ou pelo menos das referências, das novas ciências newtonianas aplicadas à agricultura (a química, a física, a botânica). Um universo enciclopedista estava pois subjacente à formação científica destes autores de «Memórias Económicas».

<sup>73</sup> J. Luís Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal [...]*, p. 107

No entanto, é necessário ter em linha de conta que, para os actores sociais em presença, a *decadência* era também uma arma ideológica <sup>74</sup>, funcionando como um dos elos necessários à execução da pedagogia das Luzes. Apontar os erros e malefícios seculares a fim de reforçar o sucesso das soluções apontadas e os caminhos da regeneração da agricultura.

Fomos constatando ao longo das nossas leituras cruzadas, que esta imagem transitou de época para época. Até ao período vintista vêmo-la ser esgrimida com todo o furor ideológico que a situação pós 1812 em Portugal exigia e proporcionava. Vejamos os intervenientes e as bases de argumentação.

O oficial *Jornal de Coimbra* publicou vários retratos impressionistas do estado da agricultura portuguesa, por regiões. O objectivo era a elaboração de um inquérito, acompanhado das respectivas respostas, para demonstrar que haveria muitos obstáculos específicos a remover, conforme os casos vistoriados e observados.

---

<sup>74</sup> "[...] aceitar pacificamente o diagnóstico da «decadência» feito pelos memorialistas que actuavam dentro ou fora da Academia das Ciências de Lisboa, faz correr o risco de nos ser imputado um certo seguidismo discursivo que contribui para reforçar um mito, do qual os protagonistas em estudo não podiam ter consciencia". J. Luís Cardoso (1989), *O pensamento económico em Portugal [...]*, p. 107-108. Ainda sobre o mito da decadência agrícola no pensamento setecentista cfr. José Vicente Serrão (1988), *O pensamento agrário setecentista [...]*, p. 25-50, que analisa o discurso agrário no contexto pré fisiocrata, com especial destaque para a figura de Ribeiro Sanchez. Ou seja um outro actor social, das águas científicas de setecentos, que necessitava por motivos ideológicos, culturais e políticos de reiterar uma imagem de «decadência» da realidade portuguesa, sobretudo das suas "potencialidades naturais" - a agricultura.

No rol dos gravames para uma localidade da Comarca de Coimbra contava-se a ignorância dos moradores, devido à ausência de escolas e da grande distância da Igreja paroquial, o peso das contribuições estabelecidas em foral, e as despesas do concelho, muitas vezes arbitrariamente aumentadas pelos Corregedores e oficiais de Provedoria. "Tudo isto se oppõe aos progressos da Agricultura, assim como ao sucesso e tranquilidade dos Povos, de quem ella depende" 75.

A mesma sintonia discursiva encontramos quando o memorialista de serviço ao Algarve - Constantino Botelho de Lacerda Lobo 76 - descreve a sua situação:

"A grande decadência, em que se observa a Agricultura no Reino do Algarve tem muitas causas Physicas, que a adiantão. 1ª Faltam Estradas e Pontes; 2ª Prados naturaes e artificiaes; 3ª Não se procurão as Nascentes, nem se aproveita a agoa dos Rios e Ribeiras para a rega dos Campos; 4ª Não ha Matas, que forneção as madeiras precisas na Economia rural, e Architectura; 5ª Não tem Maquinas e Instrumentos para facilitar a mão de obra; 6ª os Portos do Mar vão sendo cada vez menos importantes "77.

---

75 "Informação do estado em que se acha a Agricultura næste Couto de Villa Nova de Monsarros, comarca de Coimbra", *Jornal de Coimbra* (1818), vol. 13, p. 46. Todo o artigo estende-se da p. 41 a p. 47.

76 Sócio e colaborador da Academia de Ciências, Lente de Fisica experimental na Universidade de Coimbra e autor de textos sobre a Companhia de Pescas no Algarve.

77 Constantino Botelho de Lacerda Lobo, "Agricultura. Memoria sobre a Agricultura do Algarve, e melhoramento que pode ter, remetida aos Redactores por \*\*\*", *Jornal de Coimbra* (1812), vol. 1, p. 241. Trata-se de uma Memória que se prolonga por três capítulos, e que constitui uma autêntica proposta de desenvolvimento agrícola para o Algarve, a fim de colmatar a decadência em que se encontrava a agricultura do

Enumeram-se os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura. Apontam-se alternativas, sob a forma de propostas de reforma, o remédio contra a inoperância da decadência. Recursos de retórica, que também funcionavam quando se tratava da agricultura no Brasil, tomando-se como ponto de passagem paradigmático a agricultura praticada na América do Norte <sup>78</sup>.

No entanto, a circulação da ideia de atraso longínquo relevava outras potencialidades, e outros tempos de análise e desmontagem discursiva. É fundamental que nos detenhamos nas peripécias desempenhadas pelas imagens de decadência da agricultura, protagonizadas entre dois periódicos desta época: o *Jornal de Coimbra* e o *Investigador Portuguez em Inglaterra*.

Coloque-se em cena as personagens e os dois polos geográficos: Coimbra e Londres.

"Quando eu ha 20 annos lia em diversos escritos, e ouvia dizer repetidas vezes, que Portugal apenas lavrava pão para 3 mezes [...] já então

---

barrocal meridional. Cfr. *Jornal de Coimbra* (1812), vol. 1, p. 240-253; p. 315-323; p. 405-420. Voltaremos a estes textos quando nos debruçarmos sobre o imaginário das regiões agrícolas.

<sup>78</sup> Cfr. "Reflexões sobre o melhoramento da agricultura no Brasil, por \*\*\*", *Jornal de Coimbra* (1819), vol. 14, p. 165-173. No entanto, um ano antes publicava o mesmo *Jornal de Coimbra* um «patriótico» e emocionado artigo, desfazendo a ideia de que a agricultura de Minas Geraes se encontrava desprezada - "Lendo inserta na *Gazeta de Lisboa* a relação de um Naturalista, que fez breve excursão na Provincia de Minas Geraes, fui tocado de um manifesto erro [...] - que a Agricultura he ali totalmente desprezada". "Agricultura de Minas Geraes", *Jornal de Coimbra* (1817), vol. 11, p. 266, prolongando-se o artigo até p. 275. Assim se comprova, como a imagem da decadência possuía conotações ideológicas e susceptíveis de instrumentalização.

fazia minhas combinações de facto, e o seu resultado era sempre, que esses homens se enganavão nos seus calculos, ou por não terem dados sufficientes para affirmarem proposições tão absurdas, ou porque nunca entrarão seriamente na averiguação da verdade [...] Quando porem me chegou ultimamente à mão o *Investigador Portuguez em Inglaterra*, não posso cabalmente expressar a minha admiração e espanto à vista do que li no Num. 1 d'elle desde a pag. 83 até 94. Os mesmos absurdos variados por mil maneiras; huma summa pobreza de tudo em Portugal: a Agricultura, e Industria Nacional aniquilada, a População reduzida a cousa muito pouca[...]”<sup>79</sup>.

A exaltação do lente de Canones e Leis, patente num texto já anteriormente utilizado, tinha sido originada por um artigo sobre a situação da agricultura portuguesa, em comparação com a inglesa, publicado por um dos periódicos da emigração londrina. Nele se afirmava:

“[...] que diremos nós de Portugal, onde a agricultura se acha n'hum estado de atrazamento incrível; onde os lavradores não tem mais conhecimentos, que os de rotina, e onde aquelles que os deviam esclarecer, e instruir, isto he, as camaras e Corregedores, ignorão, tanto como elles, os principios scientificos, e mais do que elles a pratica de diversos ramos da agricultura? Para se formar huma ideia precisa e clara do estado deploravel

---

<sup>79</sup> Matheus de Sousa Coutinho, "Memoria Historica da População e Agricultura de Portugal", *Jornal de Coimbra* (1811), vol. 5, p. 231-232.

da agricultura em Portugal, basta ver o que elle foi em diferentes epocas, e o que he hoje"<sup>80</sup>.

Os pontos de partida de um e outro dos intervenientes são distintos. Semelhantes, no entanto, as lógicas de argumentação, a fim de defenderem os seus pontos de vista. O que nos interessa aqui reter é o facto de a imagem de atraso ser utilizada, e refutada, conforme os contextos discursivos em que os respectivos autores os inserem, e consoante os pressupostos políticos e culturais defendidos. As palavras e os lugares comuns podem-se repetir, mas a ordenação das ideias lança-nos em polémicas entre "Antigos e Modernos"<sup>81</sup>, se nos é permitida a usurpação da expressão para este problema.

Um e outro autor têm visões diferentes da História, não tanto quanto à sua memória, mas fundamentalmente no que toca ao seu devir e à sua construção. Assim elogiar o presente, pode significar a manutenção e a exaltação do *status-quo* estabelecido; enquanto o paralelismo entre dois

---

<sup>80</sup> "Reflexões sobre a carta antecedente, e a respeito da agricultura e Portugal", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811), vol. I, p. 84. Também os outros periódicos londrinos, mais activos nas questões de opinião política, do que na divulgação de conhecimentos instructivos, deram algumas pinceladas para reforçar o estado deplorável da agricultura portuguesa, e quanto era necessário proceder a reformas globais do País, que inserissem também as questões agrícolas. Cfr. João Pedro Rosa Ferreira (1992), *O Jornalismo na emigração. Ideologia e política no «Correio Braziliense» (1808-1822)*, p. 147-160 e José Augusto dos Santos alves (1922), *Ideologia e política na imprensa do exílio. «O Portuguez» (1814-1826)*, p. 143-170.

<sup>81</sup> Cfr. José Antonio Maravall (1966), *Antiguos y modernos. La idea de progreso en el desarrollo inicial de una sociedad*; (1991), *Estudios de la historia del pensamiento español (siglo XVIII)*.

Estados agrícolas - Portugal e Inglaterra - pode significar qual a linha que se preconiza para as reformas desejadas e sonhadas, ou a regeneração necessária ao País, que estaria utopicamente nas mãos do Príncipe Regente:

" Vê-se pois que a Corte do Brazil conhece a importancia da Agricultura, e commercio, conhece a necessidade de animar aquella [...] He pois necessario, que os vassallos, em vez de se occuparem somente em censuras imprudentes e em se prejudicarem reciprocamente, empreguem todos os seus esforços, e luzes em esclarecer o Governo" <sup>82</sup>.

Talvez fosse este o parágrafo que mais irritou e determinou, em última instância, a prosa de Matheus de Sousa Coutinho. Este procurou demonstrar que se Portugal resistiu às invasões francesas, estava em condições de retomar as linhas de orientação reformista preconizadas sobretudo durante o período mariano. Na sua perspectiva, era possível as ideias e os acontecimentos históricos ficarem incubados por algum tempo, e depois despontarem tal qual a sua origem ou arquétipo de concepção, como se, entretanto, o Mundo se tivesse mantido imóvel e parado... <sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> "Reflexões sobre a carta antecedente, e a respeito da agricultura e Portugal". *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811), vol. I, p. 93.

<sup>83</sup> A reacção do corpo redactorial do *Investigador Portuguez em Inglaterra* efectuou-se num momento de viragem de linha editorial no periódico londrino. Num violento ataque ao "senhor Fiscal de Coimbra" recusa-se que a "epoca marcada na sua introdução he a mais florecente, de que as cidades e os campos tem gozado. Oxalá que assim fosse !!!" 'Reflexão critica sobre a «Memoria Historica da População e Agricultura», por Matheus de Souza Coutinho, Dr. Oppositor às Cadeiras da Faculdade de Canones, e Fiscal da Fazenda Real da Universidade de Coimbra. Publicada no *Jornal de Coimbra*, vol 5, p. 231". *Investigador Portuguez em Inglaterra* (Jan. 1815), vol. 11, p. 396. Cfr. também *idem*,

Mas, estamos longe de esgotar o tema da decadência publicitada pela imprensa instructiva portuguesa <sup>84</sup>. Simbolicamente terminamos o período pré-liberal com um outro olhar londrino:

"Quando comparamos o pingue terreno, e benigno clima de Portugal com o da Inglaterra, tão ingrato, e desfavorecido da natureza; quando passamos depois a comparar os principios, progresso, e estado actual da agricultura das duas nações, esmorecemos, e nos lastimamos, vendo o estado florente da agricultura de Inglaterra, e o atrasamento da de Portugal [...] he necessario confessarmos, que a sua agricultura se acha em um estado decadente, e até (digamo-lo por uma vez) em ruina; aquele reino, que em

---

(Fev. 1815), vol. 11, p. 533-546, em que se rebatem todos os factos enumerados por Sousa Coutinho.

<sup>84</sup> Numa linha de consonância discursiva registre-se, paradoxalmente, os artigos publicados pelos dois periódicos da contenda: "Observações, dirigidas aos Redactores do *Investigador Portuguez em Inglaterra*, sobre a nossa Economia Política, particularmente relativa à nossa Agrciultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Fev. 1814), vol. 8, p. 636-646, no qual se pretende demonstrar que protecção cerealífera não é um sinónimo de desenvolvimento da agricultura. "Questões importantes à prosperidade da agricultura em Portugal", *Jornal de Coimbra* (1816), vol 9, p. 240-249, retendo-se no papel prejudicial que os impostos sobre a terra e a produção agrícola desempenharam como obstáculos ao seu desenvolvimento. Defende-se o direito de propriedade, com base na legitimidade de Filangieri e de A. Smith e na recuperação da «memória literária» do académico João Pedro Ribeiro sobre os entraves da agricultura portuguesa - forais, enfiteuse, laudémio, corporações religiosas, mão morta. Cfr. João Pedro Ribeiro, "Memoria sobre os inconvenientes, e ventagens dos prazos, com relação á Agricultura de Portugal", *Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1806), tomo VII, p. 284-296.

outro tempo exportava grãos, faz hoje votos ao céu para não morrer de fome..." 85.

E globalmente assim circulou, e se manteve, o mito da decadência da agricultura, ideologicamente instrumentalizado 86 pelos revolucionários liberais de 1820.

Um periodista de Coimbra apresentava, em 1821, o seguinte quadro da situação agrícola portuguesa:

"Todas as Nações em fim soberão apreciar os grandes proveitos, que da Agricultura resultão, como premios e recompensa dos trabalhos e despesas necessarias para a fazer prosperar. E tempos houvve, nos quais se diz que o nosso Portugal tambem os conheceu; mas isto desapareceu, como tudo o que era bom. Presentemente não se dava honra ao arado, segundo era justiça; e assim muitas terras estão incultas, e outras parecem estereis, um castigo de se lhes haverem roubado os braços precisos, por diferentes maneiras " 87.

Não estamos muito distanciados das tonalidades de argumentação dos memorialistas da Academia das Ciências. Os pretextos para recuperar a

---

85 "Agricultura de Portugal", *Espelho Politico e Moral* (Maio 1813), nº 2, p.9.

86 Sobre a instrumentalização ideológica dos temas históricos cfr. Luís Reis Torgal (1990), *História e Ideologia*, p. 20.

87 "Agricultura", *Despertador Nacional* (Jan. 1821), nº I, p. 11-12. Este artigo articula-se com os pressupostos editoriais e ideológicas do grupo de redactores: "reservaremos sempre algumas páginas deste Periodico para darmos ao Publico algumas Memorias e reflexões, que importa muito, que sejam conhecidas por toda a classe Agriculora". *Idem*, *ibidem*, p. 12.

memória do País, passando pelo desfiar dos vários reinados, que são etiquetados segundo uma escala de valores diferenciada da dos agraristas setecentistas <sup>88</sup>. No entanto, o resultado final, aquele que interessava ao fervor revolucionário de tudo fazer renascer do ponto zero, e se apresentar como a grande alternativa à decadência existente, é muito clara e explícita:

"He finalmente tão visível a cadeia de males, com que nos achavamos manietados e oprimidos, que a sua narração fatigaria, sem instruir por mui sabida, e justamente avaliada por todos os Constitucionaes do seculo XIX. Sim ninguém pode duvidar que os nossos males tem sido communs com os de todos os Povos do meio dia da Europa, e que em quasi toda esta venturosa Região se tenha estabelecido o tyranico Monstro do Despotismo" <sup>89</sup>.

Verificamos, assim, quão flexível podia ser a imagem da decadência agrícola portuguesa, que em tempo de revolução era imediatamente instrumentalizada para se opor ao "tyranico Monstro do despotismo" numa fraternal e internacional luta dos ideais liberais e constitucionais, no qual se

---

<sup>88</sup> Enquanto os agraristas setecentistas consideravam o tempo das descobertas como o início da decadência e derrocada da agricultura, o colaborador Vitorino José Monteiro de Vasconcellos considera os reinados de D. João I e II, Afonso V e D. Manuel, momentos "gloriosos" da nossa História. Cfr. Vitorino José Monteiro de Vasconcellos, "Discurso politico sobre as causas, urgencias e vantagens da nossa Regeneração", *Despertador Nacional* (Maio 1821), n.º V, p. 312.

<sup>89</sup> Cfr. Vitorino José Monteiro de Vasconcellos, "Discurso politico sobre as causas, urgencias e vantagens da nossa Regeneração", *Despertador Nacional* (Maio 1821), n.º V, p. 314. O espírito de empenho revolucionário, e ideológico, com que o artigo foi escrito fá-lo anteceder de uma curiosa nota: "O presente discurso, concebido e feito para sair à luz depois do sempre memoravel dia 24 de Agosto, foi retido até agora, porque as poucas Imprensas, que havia na Cidade do Porto, mal tem podido dar vasão a papeis de maior importancia". *Idem, ibidem*, p. 311.

arregimentavam portugueses e espanhóis, neste início da década de vinte do século XIX.

E a imagem de decadência agrícola não podia terminar sem a referência à região do Alentejo:

"Se a Provincia de Alentejo se achara hum estado tão abatido em cultura e povoação, he porque lhe não foi cauta a sorte de se estabelecerem nella Corporações Monasticas, nem esses grandes Senhores, a quem o Estado prodigalisou os seus vastos terrenos gratuitamente, os quais não cuidavam mais no augmento da agricultura, deixando aquellas Herdades a montados [...] e nem estes mesmos augmentarão; porque apenas se contentão com as rendas das pastagens agrestes, que pela grande extensão de territorio são importantes; e por isso são extensas as Aldeas, são muito poucas as Villas, e só quatro Cidades" <sup>90</sup>.

O tema da decadência da agricultura em Portugal <sup>91</sup>, teve também um longo e extenso corolário jurídico e legislativo, durante os períodos

---

<sup>90</sup> "Discurso sobre Agricultura", *Diario Economico* (Dez. 1822), nº 1, p. [4]. Ao Alentejo voltaremos mais tarde, quando tratarmos das regiões agrícolas, idealizadas pelo imaginário dos agraristas portugueses.

<sup>91</sup> Recordemos um excerto do inflamado discurso de Manuel Fernandes Tomás no Parlamento vintista - "[...] Mas não foi possível, Senhores dar sobre a agricultura providências gerais. Até ao tempo de nossas gloriosas conquistas em Africa e no Oriente a agricultura sustentou com firmeza o edificio social, porque os portugueses a consideravam então como fonte perene de sua riqueza e da sua sólida grandeza. Isso contudo acabou, porque hoje só nos resta a lembrança do que fomos". Manuel Fernandes Tomás (1974), *A revolução de 1820*, p. 54.

constitucionais <sup>92</sup>. Conheceu ainda uma nova fase com a legislação de Mouzinho da Silveira, completada pelas medidas de Joaquim António de Aguiar, relativas à extinção das ordens religiosas e à venda dos seus bens.

Por outro lado, a sociedade portuguesa, depois da vitória militar dos liberais, alterou-se profundamente. As rupturas da *forma mentis* portuguesa foram consideráveis. Olhar o passado, criticar o presente e perspectivar o futuro passou a ser feito com outra utensilagem mental, com outras bases de argumentação cultural e ideológica <sup>93</sup>. De igual modo, o universo científico modificou-se. O espírito e os ideais enciclopedistas, inerentes ao aparecimento da Academia das Ciências de Lisboa, cederam terreno aos interesses politécnicos e materialmente pragmáticos, tecnicistas e utilitários.

Natural seria que também o discurso agrarista se transformasse, que a história da agricultura portuguesa tomasse outros rumos, outras direcções mais conciliáveis com o contexto de debates de questões nacionais, e com a inovadora institucionalização dos saberes científicos.

---

<sup>92</sup> Reparar que os contributos historiográficos existentes sobre este assunto (com grande incremento por altura das comemorações do Bicentneário da Revolução Francesa), sempre se alhearam do universo técnico, científico ou pedagógico relacionado com o modo de praticar agricultura, ligado a uma outra «reforma vs. revolução agrária», praticada nos campos, nas culturas, nos instrumentos aratórios. Estamos em crer que, tal como no plano historiográfico, também a realidade vintista efectuou esse divórcio. Duas perspectivas de olhar a questão agrícola e agrária, e que quase nunca se cruzaram e complementaram na realidade portuguesa...

<sup>93</sup> Cfr. o estudo de José Esteves Pereira (1974), *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*, p. 24-27.

### 3.3. As idades da agricultura em Portugal

A caracterização da *lenda negra* da agricultura em Portugal só fica completa com a passagem pelas etapas que essa mesma lenda construiu para consumo da opinião pública <sup>94</sup>. De um lado, uma visão cíclica da História de Portugal. A ela se prendem os mitos de origem, que a *Monarquia Lusitana* proporcionou aos eruditos setecentistas e oitocentistas. Do outro lado, é inseparável desta visão de sucessão de etapas o tempo histórico dos Iluministas, do qual Condorcet com a sua obra foi, sem dúvida, um porta voz de muita eficácia <sup>95</sup>.

Pensar a existência da agricultura em Portugal em termos de etapas, de ciclos, de tempos positivos e de tempos negativos, apenas tinha um objectivo: demonstrar à opinião pública quanto as reformas, as transformações e a inauguração de uma (eterna) nova etapa se tornavam necessárias e fundamentais ao melhoramento da condição da realidade portuguesa. Lado a lado com os gérmens de pessimismo, comportava também este tipo de discurso, sementes de esperança e de utopia - a possibilidade de

---

<sup>94</sup> Utilizamos a expressão, no sentido que Ricardo Garcia Cárcel (1992), utiliza para o seu livro *La leyenda negra. Historia y opinión*, numa interessante e erudita revisitação à história de Espanha, e às suas maldicões face aos europeus do outro lado do Pirinéus. "Nuestro propósito ha sido no juzgar quién o qué posee la razeon, sino registrar - cual notarios y no jueces - los argumentos y contraargumentos de los contenciosos arrastrados en la guerra de opinión, objecto de nuestro análisis histórico. La crítica de los mitos y de los tópicos empieza por demostrar las lógicas de su configuración, oscurecimiento, desaparición y resurrección. La mejor aproximación a la verdad histórica se consigue demostrando las reglas de juego que presiden el ir y venir de las opiniones, las creencias, los juicios de valor". *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>95</sup> Cfr. Condorcet (1770), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*.

tudo (re)fazer no dia seguinte ! Ou por outras palavras atingir, as proximidades do paradigma da perfectibilidade humana.

Interessemos-nos, por agora, pela realidade documental com que a opinião pública portuguesa de setecentos e oitocentos privou através da imprensa instruciva e científica.

No opinar de um memorialista da Academia das Ciências de Lisboa a história agrícola portuguesa tem início na Sagrada Escritura. Esta o ponto de partida diacrónico, a que se seguem as várias *idades da agricultura*: o tempo dos romanos, o tempo dos godos e o tempo dos mouros <sup>96</sup>. Ou seja antes da formação da monarquia portuguesa já a "agricultura nacional" contava com o registo de actividade de três épocas anteriores, de outros povos que aqui deixaram raízes, experimentos, conhecimentos e destruições <sup>97</sup>. A

---

<sup>96</sup> José Veríssimo Alvares da Silva, "Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782", *Memórias Económicas [...]* (1789/1990), tomo I.

<sup>97</sup> Depois do período áureo dos Romanos "Uma multidão de bárbaros, que conhecia pouco os interesses da lavoura (como acontece a todos os povos ignorantes) caindo sobre o meio-dia, e ocidente da Europa extingue toda a cultura, que restava do tempo dos romanos. A noite de ignorância lança por toda a parte trevas; as ciências, e as artes fogem; correm rios de sangue humano; e segundo o seu costume o furor da guerra se acende entre estes barbaros vencedores". José Veríssimo Alvares da Silva, "Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782", *Memórias Económicas [...]*, (1789/1990), tomo I, p. 157. É ainda a esta «idade» que o Autor remonta os privilégios e as "doações às Igrejas desde o principio da monarquia principiaram a ser sem medida [...] Os particulares tinham o mesmo espirito de doar à igrejas e mosteiros [...] Estas doações, que agora tanto danificam a lavoura, tiveram origem de três causas. A 1ª, a ignorância da antiga disciplina da Igreja sobre a

quarta época da história da agricultura portuguesa é constituída pelo período entre a formação da monarquia e o reinado de D. Dinis <sup>98</sup>. A quinta época é formada pelo período que separa o «rei lavrador» do «rei venturoso» - D. Manuel. O momento mais baixo e decrépito da realidade agrícola portuguesa viveu-se exactamente na sexta idade: de D. Manuel a D. José <sup>99</sup>.

---

aquisição de bens, os quais aborreciam os padres da Igreja nos primeiros séculos; 2<sup>a</sup> a pobreza das igrejas de Espanha por aquele tempo; 3<sup>a</sup> as utilidades temporais, que os doadores tiveram". *Idem, ibidem*, p. 165-167.

<sup>98</sup> "Sustentando milhões de homens em tempo dos romanos, diminuída pelo desdouro, que os godos davam ao trabalho, reduzida à mais triste situação no tempo dos mouros pelas continuas guerras, que estes tinham contra os cristãos, e entre si; com a constituição da monarquia a agricultura começa a ter uma melhor face; D. Dinis a faz brilhar em seu reinado, cujo esplendor conserva até os tempos de D. Manuel. Mil funestas causas esgotando o erário, e rendas públicas, e crescendo de reinado em reinado levam à mais triste situação: livre já de alguns males se mostra desde o reinado do Sr. D. José. A exaltação ou abatimento da agricultura segue a vicissitude dos impérios[...]" José Verissimo Alvares da Silva, "Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782", *Memorias Económicas [...]*, (1789/1990), tomo I, p.151.

<sup>99</sup> Neste período localizam-se os desaires da história agrícola portuguesa: o início da decadência com "tanto ouro, tanta especiaria e tanta droga da Índia"; a expulsão de "muitas famílias" do Reino (clara alusão à expulsão dos Judeus), o desastre de D. Sebastião; o governo dos Filipes e a bancarrota; as guerras da Restauração. Cfr. José Verissimo Alvares da Silva, "Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782", *Memorias Económicas [...]*, (1789/1990), tomo I, p. 175-186. É muito nítido no articulado do texto o perfil do intelectual do século XVIII; as críticas apontadas são acompanhadas pelo levantar das potencialidades que as vivências portuguesas proporcionaram à agricultura... apenas os governos não quiseram, não puderam, desfrutá-las. É o caso dos "canaviais de açúcar", das sementeiras de arroz que se observavam no Oriente; o milho grosso da América, as árvores de espinho como as laranjeiras ...

É clara, e inequívoca, a opção ideológica escolhida para marcar a fronteira da mítica e promissora *sétima idade*, do consulado pombalino ao tempo da institucionalização da Real Academia das Ciências de Lisboa. Aliás, não nos é difícil perceber, pela caracterização usada para cada uma das *idades*, que a lógica de construção partiu de dois pressupostos complementares: a sétima idade como o momento da sabedoria e da confluência das Luzes em Portugal, a que a acção da Rainha veio contribuir para dar um maior brilho, especialmente ao proporcionar o ciclo de Memórias Económicas da Academia <sup>100</sup>, nas quais se tratariam dos problemas da agricultura portuguesa <sup>101</sup>.

No final do século XVIII (1792), ainda sob os auspícios da Academia, surgiu uma outra proposta, semelhante, de periodização da "História da Agricultura em Portugal" <sup>102</sup>. Os cinco períodos que medeiam o tempo do Conde D. Henrique e o ano de 1781 encontram-se assim distribuídos: primeiro período: Conde D. Henrique a Pedro I; segundo: D. Fernando a D. João II; terceiro: D. Manuel ao Cardeal Rei; quarto: Dos Filipes a D. Pedro II; quinto: D. João V até ao presente.

---

<sup>100</sup> Refira-se uma das memórias inéditas "Demonstração das principais causas como se tem arruinado a agricultura, industria, e povoação do reino de Portugal, e os meios com que me parece se pode estabelecer "[anónimo,1796] , J. L. Cardoso (1987), *Memórias Económicas Inéditas*, p. 97-119. Também aqui o apontar dos erros se prende com o sistema fundiário e de doações do início da monarquia, acrescido da "excessiva ambição das ordens monacais" e da "preguiça e omissão dos povos"

<sup>101</sup> Cfr. o "Discurso Preliminar" proferido pelo Abade Correia da Serra, *Memórias Económicas (...)*(1789/1991), vol. I.

<sup>102</sup> "Memória para a História da Agricultura em Portugal", *Memórias de Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa* (1792), tomo II, p. 5-42.

O autor, anónimo, caracteriza as fases da nossa história agrícola em função das culturas e das características de cultivar de cada uma das etapas. Presente está, inevitavelmente, uma visão cíclica "da História dos soberanos em ordem à Agricultura" <sup>103</sup>, como o próprio reconhece.

Se no primeiro momento se salienta o papel dos monges agricultores <sup>104</sup> e a figura de D. Dinis - "A Este Rei se attribuem muitas Leis favoráveis á Agricultura. Esta he a voz de todos os tempos" <sup>105</sup> - rapidamente se passa para o discurso da exaltação, com a utilização da Lei das Sesmarias, cujo texto se transcreve, a fim de preservar, e perpetuamente lembrar, a «boa legislação agrícola».

O ponto de ruptura é centrado nas guerras com Castela (1383-1385), agravando-se com os novos rumos que o País tomou a partir do século XV. "O genio Portuguez encantado de falsa gloria do descobrimento, e conquista [...] a facilidade e o gosto das navegações; a falta de premios, e commodos para animar os Lavradores; as grandes herdades divididas em folhas; e a diminuição dos Cultores pela peste, guerras e emigrações para as colónias, tudo isto devia necessariamente adiantar a ruina desta arte proveitosa"<sup>106</sup>.

---

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>104</sup> "O mais do tempo empregavão em cultivar por suas proprias mãos as terras que lhe forão doadas, dando testemunho publico da sua observancia, e do amor ao trabalho honesto [ a utilidade intrinseca da Agricultura, os exemplos destes virtuosos Monges, o favor do Principe, e dos poderosos, para o augmento da povoação, e por consequencia da Cultura, tudo animou os homens, e começarão a empregar-se com mais gosto nos trabalhos da lavoura". *Idem, ibidem*, p. 7; 9.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

É dentro desta lógica de guerra, peste e emigração que o memorialista insere o mito da nossa decadência agrícola. Os tempos políticos posteriores - a governação filipina, apenas serviram para aprofundar mais a crise existente, e ferir o sentimento de orgulho nacionalista e patriótico subjacente à componente agrarista.

Com o olhar colocado no paradigma das Luzes, e nas suas capacidades regeneradoras, centra-se a luz do fundo do túnel na governação de D. José I <sup>107</sup>, ainda que o seu ministro de ferro - Sebastião José - se mantenha totalmente ausente dos textos apresentados. Viviam-se os tempos da *viradeira* à altura da elaboração discursiva desta memória <sup>108</sup>. Lógico, pois, que recaísse na figura régia toda a responsabilidade governativa e se fizesse notar que no seu tempo "se conheceo, e augmentou hum novo genero de lavoura neste Reino, que foi o do Arroz: e este género correspondeo tambem aos trabalhos dos Lavradores, que já hoje temos bem pouca necessidade do socorro dos Estrangeiros" <sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> A lista de todas as medidas de carácter agrário tomadas no reinado josefino são recordadas, tal como se fizeram com a Lei das Sesmarias fernandinas.

<sup>108</sup> "[...] Sua Augusta filha, digna filha de hum tal Pai, e verdadeiramente Mãe da patria. Quantas nobres esperanças não concebemos nós á vista dos nossos primeiros passos do seu Governo! Ella manda observar todas as Leis do seu Augusto Pai, á excepção daquellas poucas cousas, que as differenças do tempo, e das circumstancias pedião, que se exceptuassem. Depois a Lei de 9 de Agosto de 1777 deu novas, e utilissimas Providencias á Companhia de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro". "Memória para a História da Agricultura em Portugal", *Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1792), tomo II, p. 41 (sublinhado nosso).

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 41.

Na lógica construída, destas cinco idades da agricultura em Portugal, era imprescindível terminar com a galvanização da Soberana e do tempo útil da sábia governação:

"Mas sobre tudo, que esperanças não devemos nós conceber, quando vemos, que ella authoriza hum Academia, que se emprega toda no estudo dos interesses da Patria? Que Ella favoreceu hum ajuntamento de homens sabios, que na Provincia do Minho trabalhão nas vantajens da Agricultural. Que ella manda pelo seu Tribunal de policia fazer as listas vitalicias, e mortuarias, para indagar o estado da povoação; examinar os generos, que sobejão aos Lavradores, livres das despezas de lavoiras, e tributos; alimpar arvores, enxertar zambujos, e outras semelhantes providencias, que nos annunciaõ grandes cousas! Nós esperamos com todos os votos o seu Codigo, e ouxalá, que nenhuma infelicidade perturbe os seus objectos..."<sup>110</sup>.

A estrutura das idades da agricultura estava assim montada, e demonstrada, a partir das reputadas publicações científicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Vejamos como o paradigma circulou e se adaptou a tempos futuros.

Em artigo publicado pelo *Investigador Portuguez em Inglaterra*<sup>111</sup>, num conjunto de reflexões acerca do estado da agricultura portuguesa, pega-se no problema das "fases". A primeira abarca o aparecimento do conde D.

---

<sup>110</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>111</sup> "Reflexões sobre a carta antecedente, e a respeito da agricultura em Portugal", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811), vol. I, p. 83-94. Trata-se ainda do artigo que motivou uma viva reacção a Matheus de Sousa Coutinho, colaborador do *Jornal de Coimbra*, como há pouco vimos.

Henrique até D. Fernando, em que D. Dinis é apresentado como "verdadeiro modelo de bons princípios" e o "Pai da Patria" <sup>112</sup>. Registe-se, no entanto, a omissão à lei das Sesmarias. A figura de D. Fernando serve para lembrar a grande abundância de trigo, "apesar das guerras que havia". Uma clara alusão às guerras contra os castelhanos, em que o país havia estado envolvido.

A segunda fase cobre o período de vai de D. João I a D. Sebastião, ou seja o culminar da decadência da agricultura e da população, que viria a culminar com o "desgraçado Rey d. Sebastião [...] arrancou dos mesmos campos [do Reino], que pretendeo beneficiar, onze mil homens que erão precizos à sua cultura..." <sup>113</sup>. Os factos que caracterizam este período são os habituais: a busca de glória e conquistas, o êxodo da população e a expulsão dos Judeus.

Se o período filipino é passado em branco, já a terceira fase tem como balizas a "revolução de 1640" e o reinado de D. José. A falta de população impediu qualquer desenvolvimento da agricultura, seguindo-se mimeticamente o pensamento da doutrina mercantilista da época.

O alento que a Nação tanto necessitava, a "Agricultura, e Commercio, como fontes da prosperidade, e riqueza nacional, taes forão os objectos mais caros a este grande Monarca [D. José]" <sup>114</sup>. Procurava-se dar continuidade às

---

<sup>112</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 85. As expressões utilizadas têm uma duplicidade nítida; para os espíritos liberais, sobretudo os que se encontravam no exílio, os epítetos de exemplaridade atribuídos a D. Dinis podiam ser também aplicados ao Príncipe Regente.

<sup>113</sup> *Idem, ibidem*, p. 86-87.

<sup>114</sup> *Idem, ibidem*, p. 88.

medidas que possibilitassem ao País a regeneração de que tanto se necessitava se as "regias intençoens fossem fielmente cumpridas, o que mais hum a vez se não verificou" 115. E é sobre esta inoperância que se introduz o habitual olhar de decadência do Portugal pós invasões francesas 116.

Mas, para estabelecer uma nova etapa, regeneradora e geradora de felicidade individual e nacional, bastaria colocar a atenção do legislador na tónica do ensino; "seria facil formar hum a Sociedade de Agricultura em cada cabeça de comarca composta dos lavradores mais experiemntados, Medico, ou Medicos da Comarca, Juis de Fora, e Corregedor, que seria o Prezidente nato. Ella teria a seo cargo o colligir todos os conhecimentos, e descobertas modernas sobre os differentes ramos de Agricultura, e a justa applicação dellas ao terreno, e mais circumstancias particulares daquella comarca [...]"117. Assim se caminharia para a nova idade da agricultura em Portugal.

A resposta ao *Investigador Portuguez em Inglaterra* esteve a cargo de Matheus de Sousa Coutinho, como já tivêmos ocasião de comprovar a propósito da temática da "decadência da agricultura" 118.

---

115 *Idem, ibidem*, p. 88.

116 "Nas viagens, que fizemos por todo o Portugaal, nos vimos com dor por toda a parte vastos, e preciozos terrenos incultos" "Reflexões sobre a carta antecedente, e a respeito da agricultura em Portugal", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811), vol. I, p. 90. E mais grave que a ausência de cultivo, nota o autor eram os procediemntos rotineiros e desadequados das novas técnicas agrícolas. Em tudo se notava a grande ausência de instrução agrícola.

117 *Idem, ibidem*, p. 91.

118 "Será possível que haja hum só Portuguez que affirme, que escreva, e que nas terriveis circumstancias em que nos temos visto, publique à face da Europa inteira, que não temos pão, que não temos azeite, lãs, madeiras, e que finalmente nada temos, do que

A réplica assenta também numa visão de sucessão de etapas, cujos parâmetros cronológicos são coincidentes com os anteriormente delineados pelo *Investigador Portuguez em Inglaterra*. Apenas a lógica argumentativa a apresentar à opinião pública difere, assim como o recurso às legitimidades históricas existentes <sup>119</sup>.

De facto o primeiro período inicia-se com a formação do Reino, tendo como figura destacável D. Dinis "hum dos mais illuminados, magníficos, e prudentes de todos os Reis, que então governavão a Europa. Foram grandes os estabelecimentos d'este Monarcha para segurar a felicidade dos seus povos promovendo o additamento das Sciencias, e Artes na fundação de escolas publicas por todas as Cidades do Reino, e de huma Universidade em Lisboa que depois passou a Coimbra. A Lavoura lhe mereceo hum cuidado especial [...]" <sup>120</sup>. É nítida, e clara, a instrumentalização da memória para o discurso da ilustração e da exaltação das suas obras reformadoras, por parte deste Lente de Canones e de Leis.

A segunda etapa deste ciclo de "idades agrícolas" inicia-se com D. João I e os novos rumos dados à Nação, culminando os maus ventos, coincidentemente, com os "feitos gloriosos de D. Manuel". As marcas

---

nos he necessario á vida?". Matheus de Sousa Coutinho, "Memoria Historica da População e Agricultura de Portugal", *Jornal de Coimbra* (1811), vol. 5, p. 231-255.

<sup>119</sup> Sousa Coutinho socorre-se de Brandão, Faria e Sousa e P. Mariana como Autores que enquadram a sua ideia de Estado e de Sociedade.

<sup>120</sup> Matheus de Sousa Coutinho, "Memoria Historica da População e Agricultura de Portugal", *Jornal de Coimbra* (1811), vol. 5, p. 234 (sublinhado nosso). Paralelamente à exaltação de D. Dinis, surge em imediaato segundo plano a figura paradigmática de D. Fernando.

deixadas pelos fumos da India, configuram o epílogo dramático dos "Sessenta annos de sujeição ao governo Hespanhol [que] acabou de arruinar Portugal na Agricultura, no Commercio, na Povoação, nas Artes, e nas Sciencias" 121. Assim fica assinalado o terceiro período agrário, cuja saída é marcada, também, pela revolução de 1640 e o esboço de um novo horizonte, ainda que o Reino fosse caracterizado por "largos espaços totalmente desertos"122 .

A quinta etapa da triste história da agricultura portuguesa é encenada triunfalmente:

"Neste estado de abatimento geral, em que tudo se achava em Portugal, era necessario hum daquelles genios singulares para effectuar revoluções extraordinarias tanto na ordem física, como na ordem moral. Este genio raro, este homem verdadeiramente appareceo a final na Pessoa do Senhor D. José I" 123.

O texto laudatório ao caracterizar a figura providencialista de D. José e o magistério do Marquês de Pombal, reforça o retorno ao mito sebastiânico e a visão providencialista, voluntarista e individualista de Matheus de Sousa Coutinho. O epílogo faz-se pelo anúncio do consulado mariano:

---

121 Matheus de Sousa Coutinho, "Memoria Historica da População e Agricultura de Portugal", *Jornal de Coimbra* (1811), vol. 5, p. 241. De lembrar que na lógica do Investigador Portuguez em Inglaterra, o tempo da monarquia dualista estava ausente da periodização construída.

122 *Idem, ibidem*, p. 242. Esta quarta fase, que medeia 1640 e o aparecimento de D. José I é apresentada como uma antecâmara que prepara os novos tempos, e marca o ritmo da capacidade de regenerar que o Governo das Luzes podia ter.

123 *Idem, ibidem*, p. 242.

"Aos 13 de Maio de 1777, foi aclamada Rainha a Senhora D. Maria I, filha do Senhor D. José I, a qual continuou, e concluiu o grande edifício a que seu Augusto Pai tinha lançado os alicerces" 124.

Na óptica do autor, o tempo vivencial de 1811 era ainda um tempo de estruturação, e essencialmente, de consolidação dos muitos benefícios desenvolvidos pela Augusta Soberana. O olhar de decadência oficialmente veiculado pela Academia das Ciências 125 servia para retratar fielmente quão venturoso e esperançoso tinha sido o final do século XVIII em Portugal. Nesse tempo, e nesse espaço cultural haviam-se forjado as mudanças e gizado as reformas. Os acontecimentos posteriores eram encarados como precalços, escolhos de um caminho já previamente traçado e planeado. Um percurso glorioso e regenerador, que nada tinha a ver com o tempo das descobertas, da pimenta e do ouro, época amaldiçoada pelas correntes agraristas da economia política que dependia da população para o desenvolvimento da Nação. 126.

---

124 *Idem, ibidem*, p. 246.

125 Cfr. "Demonstração das principais causas como se têm arruinado a agricultura, inustria, e povoação do reino de Portugal, e os meios com que me parece se pode restabelecer [anonimo], [1796], J. L. Cardoso (1987), *Memórias Económicas Inéditas*, p. 97-119. Este texto que não foi publicado, apenas vem reforçar o que as *Memórias Económicas* editadas em quatro volumes consagraram como postulados de decadência e de "idades da agricultura" em Portugal.

126 Quase somos levados a falar num anti-mito, no que toca ao tempo das descobertas e da exaltação nacionalista que o binómio História e Ideologia sempre foi pródigo em elaborar. "Sem dúvida que os Descobrimentos nos marcaram politicamente. Sem dúvida que imprimiram carácter à maneira de nos vermos e de vermos no nosso papel de nação na História. Sem dúvida que alargaram o depósito dos nossos conhecimentos, e os conhecimentos gerais do português médio. E sem dúvida também que revolveram

Com a entrada de Portugal no tempo forte das revoluções políticas e culturais, desfizeram-se os rastros da periodização agrarista. Acalmados os ânimos liberais, restava comemorar os heróis da revolução do tempo agrário do liberalismo: Brotero, como protagonista da agricultura científica <sup>127</sup>; Mouzinho da Silveira, como fundador "das bases da reforma administrativa, judicial e de fazenda" e da "verdadeira revolução"<sup>128</sup> liberal, e agrária.

### 3.4. Os valores morais, sociais e económicos da agricultura

Em 1848 e 1849 o ex-redactor da *Revista Universal Lisbonense*, António Feliciano Castilho, publicou no *Agricultor Michaelense* várias peças

---

nalguns pontos o espírito do pequeno círculo intelectual ligado às suas actividades. Mas não é esse o nosso problema específico agora [...] A história da Expansão, por certo ângulo de análise, é a história dos «perigos e guerras esforçadas» em que andámos metidos. Os naufrágios, as doenças, as traições, as adversidades e sofrimentos de toda a ordem, puseram-nos em confronto quase diário com a morte do próximo e o risco da própria sobrevivência. Como crentes, sentimos antes de cada vitória quanto dependíamos da vontade de Deus, e depois dela quanto sem Deus nada poderíamos ter alcançado. E os insucessos trazidos pelos anos - com os apuros económicos e políticos do reino, o abanono das praças de Africa, a decadência do império internacional acabado, o assalto das possessões ultramarinas pelos holandeses, ingleses e franceses - abriram dentro de nós a torrente do amargo desengano". J. S. da Silva Dias (1982), *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 269 e p. 273.

<sup>127</sup> Cfr. "Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana. O dr. Felix Avellar Brotero", *Revista Litteraria* (1846), tomo 11, p. 139-151.

<sup>128</sup> L. A. Rebello da silva, "José Xavier Mousinho da Silveira", *A Epoca* (1849), nº 42, p. 230. Cfr. também J. B. de Almeida Garrett, "Memoria Historica de J. Xavier Mousinho da Silveira", *A Epoca* (1849), nº 52, p. 387-394.

de um mesmo mote, que eternizou, e mitificou, a actividade agrícola em Portugal: *Felicidade pela Agricultura* <sup>129</sup>.

Pretendia-se com este folhetim periódico galvanizar a actividade agrícola, recuperar o estatuto social e político dos agricultores, dos cultivadores, e de um modo geral das gentes do campo. "Lavradores verdadeiros não são só os cidadãos mais produtivos, mas também os mais pacíficos e patrióticos (Janeiro de 1848)" <sup>130</sup>, assim se expressava Castilho aos agricultores dos Açores.

A valorização moral e ética da actividade social e económica ligada à terra, à Mãe-Natureza, tinha igualmente outras cambiantes. A corrente religiosa <sup>131</sup> e a componente nacional e patriótica, elementos fundamentais para se atingir a "Felicidade da Pátria" de todos os cidadãos

---

<sup>129</sup> Os vários artigos publicados no periódico açoreano foram reunidos pelo seu autor em 1903. "Reuni para este livrinho algumas das minhas utopias, já publicadas em um pequeno, mas boníssimo, periódico mensal provinciano, *O Agricultor Micaelense*, a fim de que o Outono, que tão cedo vem às folhas periódicas, não destruisse com elas os meus pensamentos de amor dos homens [...] Não amo revoluções, nem as quero, nem creio nelas; [...] A terra nos fará ricos, a instrução, poderosos; a moralidade, unidos. A riqueza, o poder, a fraternidade, que são a civilização, felizes." Assim prefaciava Castilho a primeira edição do seu livro *Felicidade pela Agricultura*, dedicado ao seu amigo José Silvestre Ribeiro. Seguimos a reedição «fac-simile» de 1987.

<sup>130</sup> A. Feliciano Castilho (1903/1987), *Felicidade pela Agricultura*, p. 34 (sublinhado nosso).

<sup>131</sup> Cfr. *Idem, ibidem*, p. 73-86. Contudo, a todo o livro está subjacente uma forte influência do sentimento religioso católico, no formular do discusso agrarista, nas propostas de instrução formuladas, no discorrer do funcionamento das Sociedades Agrícolas, de que o *Agricultor Michaelense* é um órgão, até às encenações imaginadas dos serões rurais e das Cortes agrícolas.

verdadeiramente patriotas. Vejamos um texto conclusivo de todo um ideal agrarista defendido para a sociedade portuguesa, no final da primeira metade do século XIX:

"Demais, a ocupação agrícola para um povo nem sequer é desabrida. Se tem espinhos ... verduras, flores e frutos lhos disfarçam. Se a sua lida é contínua, a variedade a acompanha; se lhe chamam canceira, ela é saúde; se pobreza, ela fonte de todos os haveres; se obscura e humilde, ela a menos dependente, se rude, ela a mais cheia de conhecimentos práticos, a mais vizinha do Criador, e , como tal, a mais fecunda em inspirações.

Acrescentemos que para Portugal não há já hoje outra ocupação possível.

A conquista! não. Os descobrimentos? não. As minas? não. A indústria? não. As nossas conquistas, os nossos descobrimentos, as nossas minas, a nossa indústria, é o solo da Pátria. É o único mister para que ainda nos restam braços, instrumentos, forças, e liberdade. É o único labor, em que nenhuma inveja estrangeira perigosa não de vir perturbar-nos.

O Ceptro de D. Afonso Henriques, e o de D. Manuel, perderam-se; o de D. José quebrou-se. Ceptro, e não escárneo, só pode ser hoje no Trono Português o de D. Sancho I, e o de D. Dinis" <sup>132</sup>.

Uma dicotomia de reis-heróis e de reis-pérfidos; de períodos abençoados e de períodos infortunados. Encontramos, pois, aqui alguns dos pontos de passagem das nossas últimas deambulações, levando-nos a pensar que a síntese, de contornos literários, apresentada por Castilho se foi

---

<sup>132</sup> A. Feliciano Castilho (1903/1987), *Felicidade pela Agricultura*, p. 63.

forjando num mesmo tempo e no mesmo espaço vivencial de outras ideias agrárias e agraristas.

Começamos pela inevitável genealogia recorrente das produções memorialistas da Academia das Ciências, e por um dos seus mais activos e reputados autores - Domingos Vandelli, uma das lusas importações do iluminismo católico italiano <sup>133</sup>.

No entender deste naturalista "Para ocupar a gente ociosa deve preferir-se a agricultura. Mas geralmente será inútil tanto a agricultura como as fabricas, e as artes, não usando os meios convenientes para esta aplicação, e não prevenindo, quanto é possível este número, e não se cuidando em uma educação, ou pública instrução proporcionada a estas qualidades de pessoas"<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> "A estes italianos [ Franzini e Ciera] se junta ainda Domenico Vandelli que, tal como os seus conterrâneos, já anteriormente havia sido convidado para ensinar no Colégio dos Nobres; chegado a Portugal em 1764, regressou todavia ao seu país ainda antes do início do funcionamento do Colégio, para de novo voltar e se instalar em Coimbra em 1772 onde fica a reger as cadeiras de história natural e de química do novo curso de Filosofia ". José Luis Cardoso (1988), *Os escritos económicos e financeiros de domingos Vandelli [...]*, p. 32.

<sup>134</sup> Domingos Vandelli, "Memoria sobre a preferêcia que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as fábricas", *Memórias Económicas [...]* (1789/1990), vol. I, p. 188. Algumas das memórias conservadas inéditas, e recentemente publicadas, apontam na memsa direcção, ou seja a agricultura como ocupação valorativa face à Sociedade e ao Estado. Cfr. "Exórdio da Agricultura" [1780], J. L. Cardoso (1987), *Memorias Económicas Inéditas [...]*, p. 57-61; José António de Sá, "Memória académica sobre o modo de honrar os lavradores, evitar a sua estupidez, e ignorância com aplicação à provincia de Trás-os-Montes" [1787], ob. cit. p. 89-96. António de Sá salienta ainda que os lavradores são, pela sua ocupação, os mais dignos, e os mais estimados da Nação (cfr. p. 94).

A agricultura poderia ter uma função regeneradora e social, na esteira dos princípios penais defendidos por Filanghieri, Bentham e Howard<sup>135</sup>. Apenas pelo trabalho de cultivar, que ocupa o espírito e o corpo, e coloca o agente económico em contacto directo com o esplendoroso espectáculo da Natureza, se pode dar uma útil e benéfica função social aos indivíduos ociosos, transmitindo-lhes princípios valorativos, normas de conduta social e um perfil ético de agir em conformidade com os demais indivíduos em sociedade, no quadro de um Estado de Direito Natural <sup>136</sup>.

Devemos, no entanto, referir que ideias e postulados semelhantes são frequentes na imprensa científica das luzes. A agricultura surge ali como o arquétipo necessário à manutenção dos valores civilizacionais:

"A Historia nos apresenta multidão de exemplos de Paizes inteiros, que sem terem experimentado estragos, ou ruínas notáveis, cairão em hum

---

<sup>135</sup> Cfr. Gaetano Filangieri (1840), *Oeuvres*, vol. II, "Des délits et des pènes" e "Des lois relatives à l'éducation, aux moeurs, et à l'instruction publique"; Jérémie Bentham (1840), *Oeuvres*, "Principes du Code Pénal" e "Panoptique", p. 223-244; John Howard (1792), *The state of prisons in England and Wales with preliminary observations and an account of some foreign prisons and hospitals*.

<sup>136</sup> No princípio XVIII Vandelli explicita: "São os princípios incontestáveis, e seguidos pelo melhores economos políticos. 1. Que a fortuna do Estado, e a da utilidade, exceptuando os selvagens, que vivem da caça, e pesca, está nas mãos dos cultivadores. 2. Que as produções da terra são a única riqueza, e verdadeira riqueza, e a cultura dela o único princípio da sobriedade; 3. Que o consumo, é o único agente, que dá valor à produção, que a anima, e a estende, e multiplica. 4. Que em proporção do valor dos frutos a terra será melhor trabalhada, e em consequência as colheitas mais abundantes". Domingos Vandelli, "Memoria sobre a preferéncia que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as fábricas", *Memórias Económicas [...]* (1789/1990), vol. I, p. 189.

estado de frouxidão, e esterilidade meramente por negligência, e desprezo da Agricultura[...]" 137.

E os caminhos apontados são os mesmos de sempre: o reforço da tónica da instrução, e o conjunto de valores que tal pedagógico trabalho deverá comportar 138, de modo a obter um adulto perfil de um sadio agricultor, vivendo em perfeita harmonia com as forças da Natureza, tal qual nos retratam as magníficas cenas campestres das telas do pintor Goya... :

"Póde o lavrador contar no numero dos prazeres annexos á sua profissão, a tranquillidade fysica, a saude. Olhai [...] para estes rostos pallidos, para estes olhos apagados, pernas inchadas, e cansadas com o pezo, que sobre si trazem: este he o homemm da civilização depravada. Voltai agora por hum pouco os olhos, e reparaí nesse rizonho campo o robusto lavrador no seio das suas fazendas arrancando as hervas d'entre as que semeara; e noutra parte abrindo hum canal e livre passagem ao regato do seu vergel; podando para aquella parte as arvores com o seu vigorozo braço: o ar puro que respira e o proporcionado exercicio desenvolvem, emantém as suas forças sem enfraquece-las, a tempo que seus tenros filhinhos não longe delle brincando

---

137 "Estado acerca da questão, qual será o melhor methodo da educação dos camponezes relativa á Agricultura, tirado das Memorias, e Observações da Sociedade Economica de Berne, anno 1766", *Miscellanea Curiosa, e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 11.

138 "Examinando as Regras, que se devem observar na Educação moral do Camponez, [...] O amor ao trabalho he o alicerce das Virtudes do Camponez; este sentimento he o unico que adoça o estado do Cultivador, e lhe faz gostosa a sua vocação: os Pis acharão mais facilidade na natural inclinação [...] ". *Idem, ibidem*, p. 22. Entre os vícios que em primeiro lugar se devem combater, pela educação e elvaçnao moral, encontra-se o da bebedeira, "excessos tão nocivos à sua economia [ dos Estados ] e tão contrarios aos progressos da Agricultura" *Idem, ibidem*, p. 26.

sobre a neve, frescos e sadios, e de bellas cores confirmem a boa constituição de su pai: eis aqui o homem duma natureza civilizada" 139.

Pensamos estar em presença de uma sinopse remota das descrições dos serões rurais descritos, e imaginados por Castilho, na sua cartilha da *Felicidade pela Agricultura!*

Decorrente desta harmonia Homem - Natureza, encontramos o perfil do «bom agricultor», em sentido moral e também numa aceção técnica e «agronómica», para utilizar o conceito da *Nova Agricultura*.

"Por bom Lavrador entendo o que rege, e governa com intelligencia, e com ordem os fructos da terra [...] O habil Lavrador, ou o que trabalha para o ser, deve tambem conhecer a qualidade do terreno, que vão occupar os seus cuidados, o clima, a posição, a cultura dos grãos, que convém ao mais prompto, e mais consideravel consummo, o numero dos habitadores que o cercam, os seus caracteres, á extensão do commercio que fazem [...] Não he o Lavrador,

---

139 "Discurso sobre as vantagens da Agricultura, e o paralelo entre os costumes do campo, e os habitantes das Cidade lido na Assembleia publica da sociedade Real de Agricultura da Cidade de Laon", *Jornal Encyclopedico* (Abril 1790), p. 36-37 (sublinhado nosso). Veja-se também "sobre o pão dos differentes povos do mundo", *Jornal Encyclopedico* (Abril 1789), p. 396-408, que com uma outra finalidade, conduz também o leitor a uma visão benéfica e reconfortante da Natureza. Neste caso como «Mãe Providência», capaz de grangear diferentes tipos de «pão» (símbolo da alimentação da sociedade ocidental de Antigo Regime), desde a fruta-pão à batata. Ainda no plano das subsistências veja-se "Maximas geraes sobre a Agricultura, Industria e Commercio", *Jornal Encyclopedico* (Jan. 1789), p. 57-80, que valoriza a agricultura sob o ponto de vista da doutrina económica inerente às correntes Fisiocratas.

ou o Abegão em huma terra o pai de huma numerosa familia, o maioral de huma caza, ou o representante do seu amo?"<sup>140</sup>.

Evidenciando uma leitura atenta dos clássicos latinos dedicados à causa da agronomia, prossegue a caracterização do modelo ideal de bom agricultor, salientando o papel da mulher <sup>141</sup> na boa manutenção da obra rural, da casa agrícola e dos "estabelecimentos anexos", ou seja o tratamento dado à criação e manutenção dos animais domésticos, tal como os Autores clássicos costumavam compendiar.

A consciencialização do papel pedagógico do "bom agricultor" vê-mo-lo claramente assumido pelo lente e publicista agrícola João António Dalla Bella, ao relatar os seguintes factos:

"[...] no tempo que morava na Universidade de Coimbra, os vizinhos da minha Quinta, com os quaes eu sempre conversava com grande gosto, podavão a sua vinha, quando eu podava a minha; semeavão os Trigos, quando vião que eu semeava; já querião fabricar o Azeite e os vinhos mais perfeitamente, como a elles tinha explicado e mostrado na prática" <sup>142</sup>.

Atitudes desta índole podemos apelar de mimetismo pedagógico, afinal também um meio de promover e fomentar o ensino agrícola, a partir

---

<sup>140</sup> "Qualidades que deve ter o bom Lavrador, ou o Proprietario, que por si mesmo cultivar as terras, e as qualidades que deve ter sua mulher, por Mr. de Sutieres", *Jornal Encyclopedico* (Jan. 1791), p. 166-168.

<sup>141</sup> "Feliz, e mui ditoso será aquelle [Lavrador], a quem o Ceo concedeo huma suave e ajuizada esposa capaz de o ajudar, e que se queira conformar aos seus projectos". *Idem*, *ibidem*, p. 172.

<sup>142</sup> J. A. Dalla Bella (1805), *Tratado d'Agricultura theorico-pratica*, p. XIX.

da acção, e da formação cultural, de um exemplar e científico agricultor. Mecanismo que podia funcionar como modelo prático e visual, mas também mediante a leitura edificante e instructiva de conversações sobre o tema em questão, dando uma funcionalidade de transmissão de saberes às descobertas dos sábios, inúteis se não atingissem o seus destinatários. "O dono de terras, que de ordinario sabe lêr o seu pouco poderá instruir-se nas memorias que qualquer Academia, ou qualquer sabio em particular tiver publicado. Para illustrar o lavrador, poder-se-hia distribuir hum bom Compendio, claro e simples, dos primeiros rudimentos de Agricultura, e dos methodos mais convenientes à sua Provincia; Compendio que seria necessario introduzir nas escollas, em que são educados os filhos dos plebeos, e mesmo dos grandes"<sup>143</sup>.

Na mente dos periodistas agraristas do século XVIII e XIX estava claro que os bons agricultores necessitavam de cuidar e valorizar da sua educação, ou seja adquirirem os necessários conhecimentos químicos, físicos e botânicos <sup>144</sup>. Deste modo " O Lavrador verá então augmentar o consumo no

---

<sup>143</sup> "Commercio e Agricultura. Vistas economicas e politicas sobre a Agrciultura. Pelo Barão de Haller", *Semanario de Instrução e Recreio* (Agosto 1813), nº 51, p. 388. Este interessante artigo do Barão Haller, traduzido para português, inicia-se, em (Agosto 1813), nº 49, p. 353-358, com um olhar retrospectivo sobre o papel desempenhado pelos bons agricultores desde os «Antigos», terminando em (Agosto 1813), nº 52, p. 401-107, com uma explanação dedicada ao ensino dos agricultores; missão para a qual cultivadores, políticos e filósofos deveriam convergir todos os seus melhores esforços.

<sup>144</sup> Sobre estas duas questões específicas cfr. "Carta a M. Clennell sobre a educação propria para hum agricultor", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Julho 1811), vol. I, p. 80-83 ; "Será a educaçã necessaria, ou avantafoza as classes inferiores?", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1811), vol. 2, p.21- 25 e "Mizerias da

mesmo lugar da produção, reconhecerá imediatamente o valor do seu trabalho; e dos lucros, que resultam da concorrência dos compradores entenderá, que as suas terras valem bem os cuidados da cultura"<sup>145</sup>.

Este discurso normativo inerente ao agricultor/possuidor de terra alargava-se também para a exaltação do direito de propriedade e para a condição de proprietário, fundamental para a afirmação do indivíduo da sociedade liberal. Na óptica do Estado liberal, dos seus governantes e ideólogos a felicidade social assentava no direito à propriedade. "Todas as propriedades são e devem permanecer igualmente sagradas, igualmente invioláveis perante a lei e a sociedade. Se alguns forem adquiridas por meios reprovados pela honra e pela moral, a moral pública e a religião vingarão a sociedade de um crime que escapa à acção das leis" <sup>146</sup>.

Assim se exprime o discurso intelectual, político e jurídico referente à terra e a actividade agrária, cujo objectivo cimeiro era demonstrar e provar a legitimidade da inviolabilidade da propriedade, como um bem, um valor. Por seu lado, o proprietário era simultaneamente encarregue de respeitar um conjunto de normas específicas, normas respeitantes à virtude social e à caridade cristã <sup>147</sup>.

---

ignorância e vantagens da ciência", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1811), vol. 2, p. 25-30.

<sup>145</sup> Antonio da Vezição Freire de Carvalho, "Memoria economica sobre a utilidade de applicar as manufacturas das nossas materias primeiras aos progressos da Agricultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Fev. 1814), vol. 8, p. 572.

<sup>146</sup> "Economia social. Do direito de propriedade e da desigualdade de condições", *Revista Litteraria* (1841), nº 38, tomo 7, p. 147.

<sup>147</sup> Cfr. "Economia social. Do direito de propriedade e da desigualdade de condições", *Revista Litteraria* (1841), nº 38, tomo 7, p. 143-167.

Curiosamente é ainda a *Revista Litteraria* da década de 1840 que transmite o olhar reprovador sobre o lado negativo e miserabilista assumido pela figura do agricultor / proprietário :

"Duas vezes, em 1835 e em 1837, recorrendo a Irlanda, o citado viajante visitou expressamente os districtos aonde a fome costuma residir de preferencia. Referirei, diz elle, tudo o que vi? Não. Ha infortunios tão superiores á humanidade, que a lingua não acha palavras com que os possa exprimir. E depois, se eu fosse a contar as scenas de luto e de angustia que testemunhei; se fosse repetir os ais, e gritos de desespero que ouvi, se fosse a dizer o que tem de doloroso a voz de uma pobre mãe, que nega um pouco de pão a seus filhos esfomeados; e, no meio destas miserias extremas, houvesse de pintar a insultante opulencia de que á vista de todos fazem alarde os ricos; a immensidade de seus dominios, aonde a mão do homem creou aguas fictícias, valles e collinas artificiaes; a magnificencia de seus palacios..."<sup>148</sup>.

Talvez esta imagem descritiva de negras cores sociais para as vivências agrícolas, em profundo contraste com o idílio rural preconizado por Castilho, tenha de algum modo influenciado a grande mobilização dos

---

<sup>148</sup> "Economia social. Influencia da Industria Agricola", *Revista Litteraria* (1842), tomo 9, p. 364. A imprensa que estudamos comportava igualmente a defesa de um outro tipo de valores, os ligados à industria. "A Inglaterra, a Belgica, e a França são os paizes mais manufactores da Europa, e tambem são os melhor cultivados. Na Hespanha, na Itália, na Russia, em que a industria está pouco desenvolvida, a agricultura acha-se ainda na infancia; e deve notar-se, que o solo da Hespanha, da Russia etc. é muito mais fertil do que o da França e o da Inglaterra". "Industria e Agricultura", *Revista Popular* (Junho 1848), n<sup>o</sup> 16, vol. I, p. 123-124. Exemplos de diferentes niveis de instrumentalizar realidades e de influenciar a opinião pública.

poderes públicos, para valorizar a agricultura em Portugal. Uma valorização que tinha de passar pela institucionalização de alguns princípios básicos, como uma rede de ensino nacional secundário e superior. O balanço de meados do século efectuado pela Sociedade Promotora da Industria Nacional, que sempre revelou dar grande importância aos valores económicos e sociais da agricultura, aponta para a ausência de ensino, de bancos rurais, de celeiros comuns <sup>149</sup>, defendendo-se uma vez mais a existência de agricultura racional para todo o País:

"A agricultura com quanto tenha nestes ultimos annos feito progressos, sendo um delles o do estabelecimento do Instituto Agricola <sup>150</sup>, de que tantas vantagens praticas se devem esperar debaixo de uma boa direcção, está com tudo ainda em grande atrazo entre nós, ou seja por falta de applicação e estudo por parte dos interessados, ou seja pelos habitos inveterados de uma rançosa rotina, de que não querem desprender-se os muitos dos nossos agricultores"<sup>151</sup>.

O corolário de valores inerentes à agricultura, na sua mais larga dimensão, que temos vindo a apontar, não pode ficar indiferente à "cruzada agricola" <sup>152</sup> protagonizada pela *Revista Universal Lisbonense*, sempre fiél a

---

<sup>149</sup> Cfr. "Agricultura", *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*(Out. 1851), p. 64-71.

<sup>150</sup> O Instituto Agricola no momento em que o artigo é redigido estava apenas criado institucionalmente e não ainda em funcionamento.

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*, (Nov. 1851), p. 96-100.

<sup>152</sup> "Srs. Redactores da *Revista Universal Lisbonense*, por Deus e pelos homens que trabalham, e que merecem, desenvolva V. as theses, e ajude a fazer uma cruzada contra uma praga que ameaça destruir todas as fortunas, e todas as familias agricultoras". José

muitos dos princípios inculcados pelo seu redactor inicial - António Feliciano de Castilho.

Em conjunto podemos afirmar dizer que a cruzada se traduz essencialmente num pedido de protecção ao governo:

"Mui util seria à agricultura, que o sabio governo que hoje nos rege, o auxiliasse para então melhor poder desinvolver os seus conhecimentos n'este objecto, e facilitar-se ainda mais aos lavradores do Riba-Tejo, para elles mesmo verem, e mandarem os mais habéis de seus criados a servirem-se dos diversos instrumentos que lhe são desconhecidos até agora"<sup>153</sup>.

Em causa estava essencialmente a (re)habilitação da agricultura face à opinião pública, de modo a pressionar o poder legislativo a proceder também a medidas conducentes à valorização, e protecção, da agricultura e dos agricultores. "Os interesses da agricultura são dos primeiros que a Revista tem defendido, e que havemos de continuar a defender. Julgámos que os podemos promover juntando como título de chronica agricola , quantos alvitres nos vierem à mente em seu favor, e quantas noticias tendentes a esse fim nos sejam remetidas. O que nos factos é a coadjuvação dos nossos agricultores, essa esperamos que nos não falte, pois que por este

---

de Freitas de Barboza, "Aos lavradores", *Revista Universal Lisbonense* (Agosto 1843), nº 48 , p. 592.

<sup>153</sup> Antonio Fortunato da Silva (Azambuja), "Um caminho para os progressos verdadeiros na agricultura nacional", *Revista Universal Lisbonense* (Junho 1843), nº 43, p. 525. Cfr. também José Joaquim Ramalho, "Alvitres em favor da agricultura portuguesa", *Revista Universal Lisbonense* (Fev. 1843), nº 20, p. 241-242. Neste caso a chamada de atenção para as entidades governamentais vai no sentido de criar escolas rurais, de distribuir folhetos agronómicos pelos proprietários.

modo, mui encarecidamente lh'a roghamos, e toda em proveito seu. Todas as comunicações, neste sentido são bem vindas e agradecidas" 154.

E a remessa de colaborações enviadas foi de facto muito alargada, reflectindo várias vozes sobre os diferentes modos de promover e valorizar a agricultura em Portugal 155 . Mas esses são outros caminhos, outras polémicas que mergulham no campo da economia política e das opções legislativas e governativas, da nossa segunda metade do século XIX...

---

154 S. J. Ribeiro de Sá, "Chronica Agricola", *Revista Universal Lisbonense* (Set. 1850), nº 1, p. 2.

155 Cfr. especialmente Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, "Algumas ponderações sobre a estagnação dos nossos productos agricolas", *Revista Universal Lisbonense* (Maio 1849), nº 28, p. 325-326; S. J. Ribeiro de Sá, "Interesses Agricolas", *Revista Universal Lisbonense* (Set. 1850), nº 48, p. 573-374. O sentido critico do responsável do periódico, funcionou como um fiél de balança para as variadas e multiformes queixas, conselhos, sugestões, propostas sobre um infindável número de assuntos, todos com prioridade, a tratar em beneficio da agricultura em Portugal. "O estudo da situação economica do paiz é, por vezes, invadido por formulas que nada provam. A banalidade do seu repetido uso, sem nenhum outro argumento, toma o lugar da séria discussão dos principios. Não falta quem, por habito, julgue salvar a agricultura, em fazendo ouvir as phrases pomposas de - ensino agricola - estradas - e bancos ruraes [...] Devemo-nos convencer de que nos falta muito para sermos de facto uma nação agricola, embora diga o contrario muita dessa gente, que responde a todas as lamentações do paiz, dizendo: - tudo se remediará porque somos uma nação agricola". *Idem, ibidem* p. 573. Ribeiro de Sá analisa o que é conscientemente possível aplicar e accionar, face à verdadeira e real situação do país. Acima dos valores morais, civilizacionais da felidiade pela agricultura, é demonstrado o discurso dda adequação do possível, sobretudo no que toca aos bancos rurais.

### 3.5. O papel do clero na divulgação do discurso agrarista

No início deste capítulo afluíramos o entrosamento de alguns elementos religiosos na explicitação da memória e dos valores da agricultura, para a Civilização Ocidental, assente na pedra basilar do Cristianismo. Pensamos ser, agora, oportuno deixar explicitas algumas dessas marcas, protagonizadas pelo clero na divulgação do pensamento agrarista.

O papel desempenhado pelo clero - abades, párocos, bispos - na divulgação das técnicas agrárias e de uma visão científica da Ciência, permite-nos compreender algumas questões importantes da Ciência e do mundo do sagrado.

A. Bourde, na sua obra sobre os agrónomos em França dedica um dos três volumes ao papel regional e local desempenhado pelos curas, como interlocutores entre os vários tipos de agricultores e o mundo letrado e de prestígio dos membros das Academias e das Sociedades científicas e económicas <sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> "Le curé «pouvoir local», ce n'est pas jouer sur les mots, surtout lorsqu'il s'agit de l'agriculture. Depuis le milieu du siècle les ecclésiastiques campagnards sont encouragés de toute part à intervenir activement dans la vie des terroirs par l'entremise de leurs ouailles qu'il s'agit pour eux d'éduquer, de guider et d'informer. L'opinion éclairée les enpousse, et beaucoup ne sont pas insensibles à ces appels; le gouvernement leur en fait un devoir [...] Quelques curés connaissent ou possèdent des ouvrages agronomiques. Par les feuilles locales, ils perçoivent des échos de ce qui s'écrit dans les coûteaux périodique «économiques» et il n'est pas exclu qu'ils aient eu parfois connaissance de ces derniers. Après 1761, certains, plus notables, seront invités aux «académies» agricoles ou à faire partie des sociétés d'agriculture". André J. Bourde (1967), *Agronomie et agronomes en France au XVIII e. siècle*, vol. III, p. 1393-1394.

No contexto das luzes e da pedagogia de setecentos estamos perante problemas da conciliação de uma moral cristã - intrinsecamente católica - com as propostas de inovação técnica (no que toca a novas culturas e novos procedimentos agrícolas) e de uma nova matriz científica, assente no paradigma da Filosofia Natural. Abades e figuras eclesiásticas carismáticas tornam-se arautos da divulgação de saberes naturais, racionais e iluminados. São perfis de divulgadores de conhecimentos padronizados como científicos, assentes em princípios esclarecidos, como os avançados por Frei Manuel do Cenáculo:

"Que o Clero he hum objecto mui levantado, ao qual o Mundo dirige continuamente as suas observações, ou de respeito, ou de estranheza: Que elle he o Instructor dos Mysterios e das Virtudes" <sup>157</sup>. Para mais à frente especificar que "Os objectos confiados ao Homem Ecclesiastico são inexplicaveis na ordem sobrenatural; são cousas sagradas; são Divinas. Ainda mesmo na ordem natural são grandes, e magnificas, porque são virtude; e porque o Ecclesiastico he hum espirito, e pelo seu porte deve ser sempre racional: nelle buscão os outros Homens luz; não devem encontrar sombras: buscão doutrina; não devem achar desalentos" <sup>158</sup>.

---

<sup>157</sup> Frei Manuel do Cenáculo (1784), *Instrucção Pastoral [...]*, p. 15.

<sup>158</sup> *Idem, ibidem*, p.21. No entender de Pedro Calafate, que estudou de um modo sistematizado o pensamento de Cenáculo, "O conhecimento científico é afirmado como uma condição tão básica quanto indispensavel para o progresso da civilização histórica, mas o apelo a uma dimensão de profunda espiritualidade é percebido como condição de realização do homem naquilo que mais o dignifica". Pedro Calafate (1991), *O conceito de natureza [...]*, p. 420.

Estamos, pois, perante uma nítida convivência entre o Clero - como mediador religioso - e a Ciência <sup>159</sup>, na qual entroncam os princípios da *Nova Agricultura*, com os métodos empiristas, como vertente explicativa para a sua dimensão científica.

Os problemas da corrente agrarista de setecentos coadunava-se com a corrente de sentimento religioso da época, em que a Natureza era lida como um magnífico espectáculo <sup>160</sup>. Os novos conhecimentos sobre a Natureza eram também elementos intrínsecos à leitura da Natureza na óptica das Luzes Católicas.

Os pontos de vista inconciliáveis entre Ciência e Igreja teriam lugar num outro tempo cultural e mental, no século XIX, dominado pelo

---

<sup>159</sup> Cfr. Francisco Contente Domingues (1989), *Ilustração e catolicismo (1751-1800) [...]*.

<sup>160</sup> Cfr. Georges Gusdorf (1972), *Dieu, la Nature, l'Homme au siècle des lumières*.

positivismo e pelo darwinismo <sup>161</sup>, para no século XX se viverem ainda noutro nível de inconciliação. <sup>162</sup>.

Na aceleração do tempo histórico que foi o século XVIII, a *Parábola do Semeador* foi decerto um dos elementos litúrgicos valorizados <sup>163</sup>. Ali temos uma alusão valorativa à actividade agrícola, complementada pela do trabalho do Semeador.

Estamos em presença de dois reflexos culturais: a valorização da agricultura pelas correntes agraristas e fisiocratas, e a valorização da categoria de trabalho, do trabalho agrícola. Bicetris desta transformação foi,

---

<sup>161</sup> O empenhado e positivista autor oitocentista Draper refere sobre a época setecentista: "El estudio científico de la naturaleza tiende, no sólo a corregir y enoblecir las concepciones intelectuales del hombre, sino que sirve también para mejorar su condición física, sugiriéndole perpetuamente la idea de hacer aplicación de sus descubrimientos a las necesidades de la vida". John William Draper (1885/1987), *Historia de los conflictos entre la religión y la ciencia*, p. 261. O prefaciador desta reedição, insere Draper na polémica do darwinismo: "a partir de 1859 - fecha de publicación de El origen de las especies - el, darwinismo, que se presentaba como una «segunda revolución copernicana» iba a sustentar en las décadas siguientes virulentas reacciones en los medios eclesiásticos". *Idem, ibidem*, p. 17. Para o contexto português, em que Júlio Henriques se destacou como um divulgador das teorias darwinistas veja-se o estudo de Leonor Pereira Dwarkasing (1991), *O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra [...]*.

<sup>162</sup> Estava-se ainda muito distanciado das dicotomias inconciliáveis entre Religião e Ciência, que, por exemplo, Norberto Cunha assinala no seu completo e exaustivo estudo sobre Abel Salazar: "Abel Salazar foi - como dissémos já - um estudante republicano. Ora, ser republicano implicava, de um ponto de vista filosófico, ser materialista e / ou positivista e, de um ponto de vista religioso, ser ateu ou agnóstico; de qualquer modo anti-liberal". Norberto Cunha (1989), *Gênese e evolução do ideário de Abel Salazar*, p. 76.

<sup>163</sup> Cfr. *Novo Testamento, Mateus 13*, «Sermão em Parábolas» **O semeador** vers. 3-9.

sem dúvida, a *Encyclopédie*, cujos princípios contrastavam com os tradicionais conselhos da Patrística, como nos faz ressaltar Jean Ehrard:

"Educateurs avertis, les bons Pères qui président aux éditions successives du *Dictionnaire français et latin* savent l'utilité pédagogique des récréations... Une chose est le temps du travail, une autre celui du plaisir. L'originalité de l'Encyclopédie est de refuser paisiblement cette opposition: pour Jacourt le travail ne succède pas au plaisir, il est « la source de tous plaisirs ». Voilà donc l'homme réconcilié avec lui-même; non dans la passivité édénique de la pastorale - innocente d'avant la faute - mais dans l'élan d'une énergie créatrice que n'a contaminée aucune tare originelle. Dans la mythologie morale des Lumières - encore sensible au rêve bucolique - le laboureur supplante le berger "164.

Numa rápida leitura aos tratados ou aos manuais agraristas é fácil deparamos com alusões explícitas ao papel que o clero deveria ter como divulgador de técnicas e de conhecimentos científicos agrários. No *Tratado de Agricultura Theórico-Práctica*, Dalla Bella apresenta uma verdadeira proposta de trabalho para os curas paroquiais:

"Depois das instruções moraes, poder-se-ha dar melhor obra de caridade, que a de dirigir os Cultivadores das terras para este grande ponto,

---

<sup>164</sup> Jean Eharard (1985), *Aspects de l'idée du travail dans l'Encyclopédie [...]*, p. 293. O contributo deste arauto da História das Ideias, simbolicamente inserido numa homenagem colectiva ao historiador da Europa de Setecentos - Franco Venturi, foi de uma enorme utilidade esclarecedora para este passo do nosso trabalho, ou seja como conciliar explicativamente o papel dos difusores eclesiásticos com a apologia da Nova Agricultura, em todas as suas componentes, cambiantes e repercussões para uma sociedade em mutação, denominada de Antigo Regime.

que toca mais proximamente o seu ser, e a sua melhor existencia? A Agricultura he huma Arte creada pelo altissimo: Adão que tinha recebido do seo Creador todas as condições, teve por sua habitação o Paraíso Terrestre, para que o cultivasse e guardasse: mas, depois de ser deitado fora deste lugar delicioso, pelo seu delicto, foi condemnado com toda a sua posteridade a procurar a sua subsistencia, entre suores e fadigas. Logo para obedecer a huma Lei divina, he necessario exercitar a Agricultura, ou ao menos instruir os Cultivadores; a fim de que os homens sejam menos infelices naquele estado..." 165

Ilustrar e educar o cultivador era, de facto, um papel que poderia caber ao clero, coadunando-se com a sua missão de guia material e espiritual, tal como Frei Manuel do Cenáculo havia aconselhado numa das suas Pastorais ao clero diocesano:

"O Ecclesiastico preside com authoridade a povos sabios, e rudes: carece de saber quanto lhe for possivel em proporção a suas forças, estado, e situações; o que seja de bom conselho a huns, e outros em suas duvidas. O rustico he supersticioso, e abusa das creaturas com inercia, ou malicia, entendendo ser nelles mysterio, o que he Natureza. O Pai Espiritual dos povos deve ter luzes para se atrever com sagacidade e sabedoria a erros populares. A pessoa do povo, que observa o Ecclesiastico instruido com esta erudição, não tardará em perguntar-lhe os arbitrios de melhorar sua agricultura, e a razão das cousas, que só tiver apercebido ácerca da Natureza por fôra della, e por costume. Todos os lucros cessantes pela ignorancia calada do Ecclesiastico, no que lhe he possivel aprender, se convertem em continuadas

---

165 João A. Dalla Bella (1805), *Tratado d'Agricultura [...]*, p. XX.

utilidades, se elle sabe aconselhar, persuadir, e convencer aos que carecem de aviso, e luz para melhorarem suas fortunas"<sup>166</sup>.

Esta "melhoria das fortunas" individuais através do domínio e da fruição da Natureza estava em conformidade com os tratadistas <sup>167</sup>, com as autoridades episcopais, e ainda com a linha de acção programática de algum clero paroquial.

Na tradução e adaptação que Francisco Soares Franco faz do *Diccionario de Agricultura* do abade Rozier, se se criticam as excessivas romarias que comprometem os potenciais dias de trabalho, não se deixa de elogiar e enaltecer "O actual Arcebispo de Braga [que] concede, e paga promptamente hum premio, a quem planta hum certo numero de tanchas de oliveira, que

---

<sup>166</sup> Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja (1786), *Instrucção Pastoral [...] sobre os estudos fisicos do seu clero*, p. 7-8. "O Deus de Cenáculo e, de um modo global, o Deus do «iluminismo católico» não se insurge contra a vontade humana de grandeza, mas tão só contra os casos em que tal vontade se exerça sem Ele ou contra Ele. Existe pois um reconhecimento de legitimidade do esforço humano para se apoderar do Universo que é, ao mesmo tempo, uma valorização clara da civilização e da história. Cada conquista da civilização histórica constitui uma extensão do reino de Deus, de onde a fortuna da alegoria da árvore, associada ao homem, ao longo da tradição do cristianismo: é na medida em que aprofunda as suas raízes na terra que a árvore se eleva ao céu". Assim comenta Pedro Calafate (1991), as pastorais de «Natureza» de Frei Manuel do Cenáculo, *O conceito de Natureza [...]*, p. 421.

<sup>167</sup> Dalla Bella recorda a intervenção do Cenáculo para com o «seu Clero» sobre a "conveniencia, necessidade, e obrigação de se applicarem ás Sciencias Naturaes, e, principalmente aquella, que elle justamente chama Bem dita Agricultura". João A. Dalla Bella (1805), *Tratado d'Agricultura [...]*, p. XXIII, tendo anteriormente recordado o papel que os Pastores das Igrejas Protestantes, na Europa do Norte, tinham junto da população, como intermediários culturais das Sociedades e Associações de Agricultura. Cfr. *idem*, *ibidem*, p. XXII.

vinguem; o efeito correspondeo á esperança. Poucas acções serão tão meritorias, como os desta natureza - premiar a industria - ainda espiritualmente olhadas; porque he muito mais facil impedir, que hum homem, ou huma familia caião na pobreza, e nos vicios, do que sustenta-los, ou corrigi-los depois"<sup>168</sup>.

Aliás, o referido Arcebispo de Braga, considerado "o Cenáculo de Braga" <sup>169</sup> teve um papel pastoral de cariz agrícola e científico, muito relevante no Brasil, como evidenciam os textos recentemente publicados por Oliveira Ramos <sup>170</sup>. Um trabalho desenvolvido no Novo Mundo, com uma réplica em Portugal, no reino dos Algarves, veiculada pelo Bispo D. Francisco Gomes, "o prelado [que] publicou *Instruções sobre a cultura das batatas*" <sup>171</sup>. Além da cultura deste tubérculo, mereceram a sua atenção o amanho e preparo dos figos <sup>172</sup>, a enxertia dos zambujeiros, evidenciando uma

---

<sup>168</sup> F. Soares Franco (1804), *Diccionario de Agricultura [...]*, «Plano do Tratado de Agrciultura», p. 145.

<sup>169</sup> Cfr. J. Augusto Ferreira (1932), *Memoria historica do catecismo elementar no Arcebispado de Braga*, p. 47

<sup>170</sup> Cfr. Oliveira Ramos (1991), *Diários das visitas pastorais no Pará de D. Fr. Caetano Brandão*.

<sup>171</sup> Joaquim Romero Magalhães (1987), *Alguns aspectos da produção no Algarve [...]*, p. 25. Francisco Xavier de Athaide Oliveira (1902), *Biografia de D. Francisco Gomes de Avelar*, afirma acerca deste texto: Procuramos este folheto em todas as bibliotecas publicas, sem resultado. É fora de toda a dúvida a sua publicação". *Idem, ibidem*, p. 413.

<sup>172</sup> "Em 3 de Setembro [1804] publicou o prelado a celebre pastoral ácerca do amanho e preparo do figo. [...] Esta Pastoral é a afirmação mais grandiosa das suas crenças superiores e do seu modo especial de interpretar os livros santos. O digno representante dos apstolos mostrou bem compreender que o evangelho se tornva egualmente divino quando entrava pelas questões do ensino popular e do desenvolvimento geral, e que sendo o Cristianismo uma religião para homens tinha de compeeder na sua esfera de

orientação iluminista/utilitarista para os párocos, e estes para com os povos, de modo a ensinarem os cultivadores e semeadores a retirarem o maior proveito material das potencialidades, e prodígios da Natureza que caracterizam o «Reino Algarvio»...

No que toca às operações de enxertia do zambujeiro, estamos no plano dos ensinamentos característicos de um manual agrícola, ou de um tratado de agricultura, recuperando a tradição dos latinos, e reflectindo, simultaneamente, as leituras, e os conhecimentos, da *Nova Agricultura*. As várias operações técnicas são descritas pormenorizadamente, e com grande minúcia pedagógica. Não faltam recomendações quanto à época própria, para no Algarve, se proceder à operação de enxertia. E a ideia conclusiva e valorativa surge rápida e incisiva:

"Concorre muito para a maior utilidade de qualquer ramo de cultura, averiguar o cultivador com muito cuidado qual é a arvore que melhor se faz no seu campo e melhor produz; pois é certo que em um terreno prosperam certas arvores e em outros outras, e na mesma especie produz mais certa qualidade. Em todo o Algarve se dão bem as oliveiras, com mais ou menos producção, segundo o terreno e cultura [...] De pouca ou nenhuma utilidade será enxertarem-se os zambujeiros, se por preguiça, por ignorancia e por

---

acção o ensino dos meios humanos, que deviam facilitar os interesses particulares desses homnes e os geraes do Estado". Francisco Xavier de Athaide Oliveira (1902). *Biografia de D. Francisco Gomes de Avelar*, p. 164; 166-167. Preocupava-se o Prelado em esclarecer os agricultores e comerciantes quão cuidado deveria ser o tratamento e o amanho dos figos, ao longo do seu processo de cura, uma vez que se tratava de um produto de «utilidade do Estado», destinado à exportação, a fim de se contribuir para a felicidade geral.

descuido se deixarem desfalecer e perder os enxertos, inutilisar as oliveiras, arruinar ou perder o fructo"<sup>173</sup>.

E, se retornarmos ao texto de Dalla Bella, compreendemos ainda melhor como os párocos podiam ter um importante papel de divulgadores de agricultura. É sintomático o modo como termina o seu *Discurso Preliminar*:

"Daqui vem: que todos os amantes do bem público desejão concordes, que os Parocos e Curas queirão abraçar hum officio tão digno; que, além de ser charo aos olhos do Altissimo, pode felicitar a sua Patria; augmentar as rendas do soberano, e tambem as de todas as classes do corpo politico; procurar copiosamente a melhor subsistencia de todos; acrescentar as Artes e o Commercio; finalmente, a desterrar da terra, a imagem da miseria, que rodeia os pobres aldeões, e se manifesta nas terras, que os mesmos mal cultivão"<sup>174</sup>.

---

<sup>173</sup> D. Francisco Gomes do Avelar (1813), *Instrucções para a enxertia dos zambujeiros* [Typ. Rollandiana], **apud.** Francisco Xavier de Athaide Oliveira (1902), *Biografia de D. Francisco Gomes de Avelar*, p. 341 (sublinhado nosso). Consideramos sintomática do espírito das Luzes e da importância da visão do utilitarismo de Estado, que se encontram subjacentes ao epílogo deste interessante texto do Bispo do Algarve: "Em todos estes artigos, e na factura do azeite ha muito mais que notar e providenciar, tudo de muita consequencia, mas nem o tempo, nem a paciencia e nem a pouca actividade dos cultivadores permitem por agora mais; e disto mesmo, inda que pouco, se roga aos mesmos a pratica para sua utilidade e do publico, pois bem deviam os olhos verter lagrimas de sangue ao ver que por negligencia se perdem tantos dons que Deus liberalmente espalhou por todo o territorio portuguez e principalmente no Algarve". *Idem, ibidem*, p.342 (sublinhado nosso).

<sup>174</sup> João A. Dalla Bella (1805), *Tratado d'Agricultura [...]*, p. XXIV.

Para obtermos dados para uma possível confrontação com o contexto português, efectuámos uma breve incursão ao ambiente agrarista e agronómico espanhol, guiados pela excelente obra de referência de Braulio Antón Ramirez <sup>175</sup>, paciente erudito do século XIX. Foi-nos possível entender melhor o facto de o pároco ser olhado pela cultura da ilustração, e pela cultura do liberalismo, como um intermediário cultural, no fértil campo da difusão das ideias agrárias. Desse curto itinerário aqui damos conta.

Em Madrid, 1791, é publicado, pela impressora de B. Cano, um manual de agricultura denominado *El Labrador Vascongado, ó antiguo agricultor español. Demonstracion de las mejoras de que es susceptible la Agricultura en las Provincias Vascongadas, y de las grandes ventajas que se podrían lograr en todo el Reino, observando las reglas de la antigua labranza* Por D. Antonio de San Martin y Burgoa, presbítero beneficiado de la villa de Ondarroa, en el señorío de Vizcaya <sup>176</sup>.

Um outro Tratado, desta vez publicado em Zaragoza, corria o ano de 1793, na impressora de Blas Miedes, versou sobre as Sociedades Económicas, e com pertinência (por parte da tradutora) se perguntava se as Mulheres poderiam fazer parte efectiva dessas mesmas instituições, de cariz económico e pedagógico. Em comum um discurso agrário e agrarista dirigido intencionalmente aos membros do clero. Falamos de *Discursos sobre el problema de si corresponde á los parrocos y curas de las aldeas el*

---

<sup>175</sup> Braulio Antón Ramirez (1865/1988), *Diccionario de Bibliografía Agronómica y de toda clase de escritos relacionados con la agricultura seguido de un índice de autores y traductores con algunos apuntes biográficos*

<sup>176</sup> **Apud.** *Idem, ibidem*, p. 202

*instruir á los labradores en los buenos elementos de la economia campestre. Al cual va junto un plan que debe seguirse en la formacion de una obra dirigida á la mencionada instruccion del Sr. Francisco Grisellini, miembro de las principales Academias de Europa, y secretario de la Sociedad Patriotica de Milan Traducidos del italiano por encargo de la Real Sociedad Aragonesa, por Doña Josefa Amar y Borbon* <sup>177</sup>.

De igual modo, a ideia de se industriarem agricolamente os párocos, para através destes se atingirem camadas mais alargadas de população, esteve subjacente à edição em Madrid, em 1798 , de *Pensamientos políticos y económicos dirigidos á promover en España la Agricultura y demas ramos de industria; á extinguir la ociosidad y dar ocupacion útil y honesta á todos los brazos* Su autor D. Miguel Ignacio Perez Quintero, de la Real Academia de la Historia y de la de Buenas Letras de Sevilla, socio de número correspondiente de las Económicas de Madrid, Sevilla, etc , impresso por B. G. de Lastra <sup>178</sup>. Os párocos deveriam ensinar os rústicos e esclarecer acerca da conveniência de fomentar a criação de "sociedades municipais agronómicas" <sup>179</sup>.

Na cidade de Pamplona, saído dos prelos de J. Domingo, em 1800, é tornado do domínio da leitura *Epítome Cristiano de Agricultura, segun las instrucciones del Semanario y de las puras fuentes de onde se derivan. Obra*

---

<sup>177</sup> **Apud.** *Idem, ibidem*, p. 124.

<sup>178</sup> **Apud.** Braulio Antón Ramirez (1865/1988), *Diccionario de Bibliografia Agronómica [...]*, p. 311.

<sup>179</sup> "[...] para proteger los conocimientos y prácticas utiles, destinando para los gastos indispensables los terrenos baldios, que siendo de todos, no son de nadie". *Idem, ibidem*, p. 311.

*recomendada á las escuelas de niños y utilíssima para los señores párrocos que quieran tener la bondade de instruir á sus feligreses uniendo el cultivo del campo con las maximas sólidas de nuestra santa religion* Dispuesto y ordenado por el M.R.P.M. Fr. José Maria Larumbe, prior del convento de Carmelitas Observantes de Pamplona <sup>180</sup>.

Na Real Sociedade Aragonesa, no ano de 1800, lavraram-se palavras de apreço relativos aos esforços feitos por diversos párocos, ao fomentarem o cultivo e a instrução agrícola junto dos seus paroquianos, como o comprovam as respectivas Actas <sup>181</sup>. Na mesma linha se encontrava *Trascendencia pública y suma utilidad de ganar curso en las escuelas de Botánica y Agricultura, los matriculados en facultad mayor*. Por D. Juan Francisco Bahí, publicado nas « Memorias de Agricultura y Artes », Barcelona, 1821 (tomo XII, pag. 153-193) <sup>182</sup>.

No entanto, algo de inovador se pode recolher e registar nestas noticias bibliográficas. Em primeiro lugar, o facto do espanhol «triênio liberal» ter mantido um espaço cultural para o tipo de intervenção que temos vindo a referir. "De esta manera los curas párrocos podrian inculcar en el animo de sus respectuosos feligreses la aficion á lo que más puede influir en la

---

<sup>180</sup> **Apud.** *Idem, ibidem*, p. 148. Uma explanação sobre os beneficios espirituais da prática e do exercicio da Agricultura, sem dúvida na mesma linha das instruções de Frei Manuel do Cenáculo ao seu clero, como anteriormente vimos.

<sup>181</sup> Cfr. *Compendio de las Actas de la Real sociedad Aragonesa, correspondiendo al año de 1800, formado mediante comision de la misma, por su secretario don Diego de Torres* **Apud.** *Idem, ibidem*, p. 79.

<sup>182</sup> **Apud.** *Idem, ibidem*, p. 770-771.

prosperidad de los pueblos"<sup>183</sup>, numa linha continuadora do pensamento e dos ecos de Jovellanos e de Campomanes <sup>184</sup>. Em segundo plano, é visível a preocupação em articular os estudos das escolas Botánicas com os da faculdade maior , a fim de obrigar quantos desejassem seguir estudos maiores serem, previamente, instruídos num curso de economia rural, com conhecimentos de Botânica e de Agricultura. Sem dúvida uma outra faceta do paradigma discursivo, cultural e científico, pairava no horizonte dos tratadistas!

Esta componente sentiu-se também na linguagem utilizada. Assim, através do agrarismo vamos desembocar na "Ensenanza Agronómica", pois conviria "que la Agricultura hiciese parte de la educacion", afirmava-se no *Semanario de Agricultura* , em 1832 (tomo II) <sup>185</sup>. Ao mesmo tempo reforçava-se a necessidade dos párocos se instruírem cientificamente nas questões da agricultura.

O culminar institucionalizado deste processo tomou corpo em 1859: *Guía legislativa y directiva de escuelas rurales, ó Manual para la organizacion y régimen de las Escuelas rurales de primera enseñanza, dedicada á los párrocos y maestros de los pueblos rústicos* , por D. Justo Pico de Coaña, maestro de la Escuela pública de Vivero, y profesor habilitado para la

---

<sup>183</sup> *Idem, ibidem* , p. 770 (sublinhado nosso).

<sup>184</sup> Jovellanos personagem grada da Ilustração espanhola , e europeia, indubitavelmente, que privou de perto com o Bispo de Barcelona - D. Pedro Diaz de Valdés - que apresentou à Sociedade Vascongada a seguinte Memória : *El Padre de su pueblo, ó medios para hacer temporalmente felices á los pueblos con el auxilio de los señores curas párrocos*. Cfr. *Idem, ibidem* , p. 770.

<sup>185</sup> *Apud. Idem, ibidem* , p. 565.



segunda enseñanza doméstica en las matemáticas elementares y geograficas, Mondoñedo, edição de Perrote y Romero 186.

Conhecer este percurso ajudou-nos a reflectir sobre o contexto português, sobre o possível papel do clero como interlocutor cultural, nas questões agrárias, paralelamente ao dos periódicos de conhecimentos instructivos e científicos. Poderão os eclesiásticos ter também ocupado o lugar de divulgadores científicos, combinando os esplendores da fé, com os da ciência e os da pregação junto das ovelhas do rebanho? 187.

Mas, voltemos à nossa imprensa instructiva, e tentemos perceber de que modo estes temas eclesiásticos se conjugaram com as técnicas e as temáticas agraristas divulgadas pelos periódicos das luzes e do liberalismo. A primeira asserção surge-nos, ainda, das bandas Hispánicas. Falamos do *Semanario de Agricultura y Artes dirigido á los párrocos*, Madrid, 1797-1808, 23 tomos 188, de que existe uma colecção na Bilbioteca Nacional, em Lisboa, com carimbo revelando a origem de uma biblioteca conventual.

---

186 Apud. *Idem, ibidem*, p. 172.

187 Seguimos a hipótese levantada por Michel Lagree (1989), *L'Abbé Moigno vulgarisateur scientifique (1804-1884) [...]*. "L'abbé Moigno a voué un culte égal aux «splendeurs de la foi» et à celles de la science [...] L'apologétique dont il dessine les contours repose d'une part sur le concordisme entre les sciences de la nature et la tradition biblique et chrétienne, et d'autre part, dans la ligne du XVIIe et du XVIIIe siècle, sur la conception des mathématiques comme instrument privilégié de la révélation religieuse [...] Sur ces bases, Moigno reprend les thèmes classiques du concordisme entre la tradition chrétienne et les différentes sciences populaires, dont les moindres assertions sont vérifiées par les découvertes récentes". *Idem, ibidem*, p. 174-175.

188 Cfr. Braulio Antón Ramirez (1865/1988), *ob. cit.*, p. 385-386, que fornece um quadro muito completo das características do periódico e da sua projecção cultural.

O estudo efectuado por Fernando Díez Rodrigues <sup>189</sup> demonstra-nos como este Semanario surgiu em grande sintonia com a linha editorial acima apresentadas. Quanto aos temas, podemos dizer que as Sociedades e as preocupações com o ensino agrícola, a par com o relato de experimentações agrícolas, constituem as temáticas dominantes deste duradouro jornal. Adivinha-se um profícuo diálogo entre paroquianos e presbíteros, discutindo e analisando o crescimento agrícola de novas culturas como as batatas, os nabos, o arroz ou as plantas forrageiras, destinadas a alimentar o gado...

Paralelamente a esta divulgação agrícola, alimentada por prelados de vários graus da hierarquia eclesiástica <sup>190</sup>, o *Semanario de Agricultura y Artes* contribuía para codificar um discurso agrarista e moralizador sobre a saúde pública, a física e a espiritual.

---

<sup>189</sup> Cfr. Fernando Díez Rodrigues (1980), *Prensa en la España de la Ilustración «El Semanario de Agricultura y Artes dirigido a los Parrocos» (1797-1808)*. Este Autor após traçar algumas das coordenadas das reformas da Ilustração e dos seus canais, relativos ao aparecimento desta publicação salienta o papel social e cultural que o clero poderia ter na sociedade de Antigo Regime. "En una sociedad agraria profundamente ajena a la cultura, con porcentajes muy altos de analfabetismo, sin enseñanza primaria, fuera de la que impartían instituciones privadas como conventos y algunas Sociedades Económicas, el párroco resultaba un vehiculouente nada despreciable para influir en ella. Al menos teóricamebnte disponía de una cultura que la capacitaba para comprender la información vulgarizada que se le suministrase y, además, su mismo ministerio le dotaba de una posición moralmente prestigiosa en el municipio o aldea, con la que su influencia benéfica se veía fortalecida". *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>190</sup> Cfr. a título de simbólico exemplo *Semanario de Agricultura y Artes dirigido a los Parrocos* (Março 1797), nº 13, p. 203-206; (Julho 1797), nº 29, p. 35; (Jan. 1798), nº 53, p. 14.

"La engañada ambicion, el deseo de ocuparse, la viva impresion que nos hacen las bellezas de la naturaleza, y los proyectos lisongeros malogrados ó cumplidos nos hacen recurrir á vida del campo: el hombre disgustado espera hallar en ella placeres nuevos; el indolente busca la quietud, y la soledad el que aborrece la compañía: aprecia el campo el genio observador por las maravillas que le presenta siempre nuevas; ocupa su imaginacion elevada con sublimes ideas, y el dulce encanto de una vida inocente complace á la melancolía de las almas sensibles [...] Ninguno, pues, apreciará en lo que se merecen los placeres de la vida del campo, si antes no se ha puesto en paz consigo mismo dandose una ocupacion útil; y ninguna es mas sencilla y facil que los cuidados de la agricultura á que se acomodan toda clase de talentos y caracteres con ventajas que nunca se pueden ponderar bastante. Quál es el encanto singular que la suprema sabiduría puso en este arte tan sensillo tomado por ocupacion, tan complicado si se mira como ciencia? La salud, que es el primero de los bienes, y sin el qual todo es desagradable, se mantiene y fortifica con el exercicio de la agricultura. Este *bien estar*, que se experimenta sin poderle referir, y que depende del perfecto equilibrio de los humores y del uso de las fuerzas vitales, convierte en placeres las cosas mas pequenãs, y nos dispone á gozar en todo quanto empleamos nuestras facultades. El magestuoso teatro en que se verifican las ocupaciones de la agricultura las da un valor que no tiene las demas, quál es el arte que se exerce en medio de las mas bellas escenas de la creacion, y baxo la inmediata influencia de los fenómenos celestes? El labrador nunca dexa de mirar con interes los dulces rocios, las lluvias criadoras, los vientos, las nievas y las escarchas: si brilla y calienta el sol, es para madurar sus cosechas; si le cubren las nubes es para regarlas; y si los temporales excitan

sus temores, tambien son un remedio contra la insensibilidad, y la indiferencia; y dan nuevo valor á los frutos que perdonaron" 191.

Longo excerto, sem dúvida, mas esclarecedor quanto ao modo como a actividade agrícola combinava harmoniosamente uma visão da Natureza com a de Deus. A harmonia, a fruição da felicidade, do espírito e da matéria, coadunam-se, admiravelmente, num simbólico espectáculo da natureza, no qual o castigo divino estão arredados dos novos horizontes mentais da Humanidade.

Se referimos a dimensão prometaica inerente a alguns artigos deste periódico <sup>192</sup>, é forçoso também mencionar a sua componente enciclopedista. Esta matriz abarca abarca várias culturas agrícolas. Uma matrix explicitada através da divulgação de diferentes e inovadoras técnicas, imbrincadas numa dimensão científica, onde reina, essencialmente, a Botânica.

Estamos a aproximarmo-nos de um tipo de leitura muito familiar coma dos *Cursos de Agricultura*, pelos *Dicionarios de Agricultura*, pelos *Tratados Teórico-Práticos de Agricultura*. Quer dizer, o plano editorial do *Semanario de Agricultura y Artes*, a enorme profusão e diversidade, de artigos publicados <sup>193</sup>, permite-nos olhá-lo como uma *Enciclopédia Agrícola*

---

191 "Agricultura Moral", *Semanario de Agricultura y Artes [...]* (Agosto 1797), nº 33, vol. II, p. 94-95 (sublinhado nosso). Trata-se de um artigo traduzido do jornal filosófico francês *La Décade Philosophique*, segundo a própria informação do periódico espanhol.

192 Cfr. David Landes (1975), *L'Europe technicienne ou le Prométhée libéré [...]*.

193 "Es una característica de las publicaciones periódica que aparecen en España a lo largo del siglo XVIII la diversidad de los temas tratados. Seria inútil esperar, en los comienzos de la prensa periódica, criterios férreos en cuanto a la selección del material publicable con el fin de mantener una especialización de contenido. En general las publicaciones o bien nacen ya con una concepción muy ecléctica respecto a lo que

194, construída sob a forma de um diálogo entre leitores, redactores e colaboradores 195.

Voltando-nos para os periódicos portugueses, encontramos, igualmente, alguns traços marcantes da importância que os membros do clero poderiam ter na divulgação dos valores da agricultura e das técnicas agrícolas.

---

tendrá cabida en sus páginas, o bien en la práctica llegan a ella. *El Semanario de Agricultura* no es un caso aparte, aunque podríamos situarle entre aquellas publicaciones que mantienen a lo largo de toda su vida una cierta coherencia con el fin primordial para el que fueron creadas. Se dirige a divulgar en el medio rural toda una serie de conocimientos sobre agricultura y artes domésticas que favorezcan una mejora en la producción, tanto mejorando los cultivos existentes, como introduciendo otros nuevos, así como enseñando a sacar el mejor partido posible a unas actividades económicas complementarias y consecuentes con el mundo agrario". Fernando Diez Rodríguez (1980), *Prensa agraria en España [...]*, p. 65.

194 É importante referir-se que o modelo de conhecimentos ou a matriz pedagógica, subjacente à publicação dos artigos no periódico em causa, não segue o arquetipo dos «catecismos agrícolas» ou das «cartilhas rurais», já referidas por Jovellanos no seu *Informe*, no âmbito das propostas de ensino agrícola. Cfr. Fernando Diez Rodríguez (1980), *Prensa agraria en España [...]*, p. 66-92.

195 Tenhamos presente, no entanto, o público eleito para dar utilidade a tão alargada avalanche de artigos, de instruções e de conhecimentos: "Convengamos en que le humilde labrador, que cultiva los campos de sus abuelos, no necesite de nuestras instrucciones; pero jamas saldrá de su carril: el hijo seguirá la misma rutina que el padre; y de aquí nace que en medio de naciones civilizadas hay distritos, y aun provincias enteras, cuyos habitantes toscos y pobres están hoy lo mismo que seiscientos años hace: convengamos tambien en que el cultivador inteligente acostumbrado desde la niñez á las faenas rurales, executa quanto hemos prescrito, sin apercibiense de que lo hace, con una facilidad natural que supera al arte del observador..." "Agricultura Moral", *Semanario de Agricultura y Artes [...]* (Agosto 1797), nº 33, vol. II, p. 100.

É este o sentido de alguns dos artigos da *Miscellanea Curiosa e Proveitosa*, de 1780. O cultivador deverá ser um observador atento dos prodígios que a agricultura lhe proporciona. "Como todas as virtudes se devem estribar no íntimo convencimento de Religião para se arraigarem no coração, devemos inculcar ao Campones com antecipação o respeito, o amor, e o temor ao Ente supremo, que devem ser os principaes motivos para regular-lhes os costumes e inclinações. Pelo que aconselhamos que se faça anticipadamente comprehender á Mociade a sua dependencia da divindade" 196.

Os párocos poderiam ter aqui um possível tema para algumas homílias 197 sobre os mistérios da Revelação, ainda que "isto não estorva que não possamos sem escrupulo, e que não devamos em certas occasiões exercitar-nos em penetrar, sendo possível, o segredo da Natureza, occupação bem digna do Homem, e que foi creado para Espectador intelligente, e ao mesmo tempo usufruario, se nos he permitido usar desta expressão, para que usando moderadamente, e com acções de graças dos bens, que elle nos grangeia, o nosso espirito conforme as intenções do seu Author, se leve com

---

196 "Estado acerca da questão, qual será o melhor methodo da educação dos campones relativa á Agricultura, tirado das Memorias e Observações da Sociedade Economica de Berne, anno 1766", *Miscellanea Curiosa, e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 31.

197 Também os termos usados no artigo sobre a fertilidade da terra nos transporta para terrenos próximos do imaginário eclesiástico: "Se a fecundidade da Terra he admiravel em desenvolver, e nutrir as plantas, não he menos maravilhosa na formação das sementes, e na sua conservação, e no grão de assasonamento, que imprime cada anno para os pôr capazes de nos darem novos bens, pondo-se capazes para successivos desenvolvimentos, que segurão ás producções vegetaes huma especie de immortalidade". "Da fertilidade da Terra", *Miscellanea Curiosa, e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 207.

tanta vivacidade a admirar, abençoar, e glorificar, quanto de depende de nós fazello" 198.

Seguiam, assim, em paralelo os mistérios da Igreja com os mistérios da agricultura; caberia ao clero o grato papel de efectuar a passagem de testemunho, compreensível e inteligível, da dimensão divina para a realidade terrestre.

Mas, o pároco visto como um possível intermediário de ensino agrícola, está também presente. Recordemos os catecismos para meninos rurais, nos quais, lado a lado com a doutrina cristã, se inseriam os fundamentos elementares da prática agrícola. Magistério paralelo aos das pregações dominicais, que contavam com o contributo das "Escolas do Campo" 199.

O clero - párocos, abades, bispos - era um grupo social e cultural que deveria ter um papel crucial junto das camadas rurais, quanto à difusão dos conhecimentos e da valorização da agricultura. Sob o ponto de vista dos ideários, para se obter a regeneração agrícola portuguesa bastaria seguir as directrizes pastorais e os periódicos científicos. Leituras instructivas que os mesmos membros eclesiásticos estariam, moralmente, obrigados a ler ou a consultar ...<sup>200</sup>.

---

<sup>198</sup> *Idem, ibidem*, p. 213.

<sup>199</sup> Cfr. "Estado acerca da questão, qual será o melhor methodo da educação dos camponeses relativa á Agricultura, tirado das Memorias e Observações da Sociedade Economica de Berne, anno 1766", *Miscellanea Curiosa, e Proveitosa* (1780), tomo II, p. 32 - 36.

<sup>200</sup> Cfr. "Sciencias Agricultura", *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Nov. 1812), vol. 5, p. 32-40, onde se reconta o caso do Abade de Losanan, cura de Santa Maria de

Nesta mesma linha se encontrava o controverso e inflamado ( por questões políticas e ideológicas) Padre José Agostinho de Macedo. Considerava fundamental juntarem-se às Juntas Agrícolas "alguns dos Parocos mais instruidos, e dos Magistrados aquelle ou aquelles que de seu mote proprio quizessem concorrer para o trabalho da Junta [...] " <sup>201</sup>, podendo assim o Lavrador beneficiar de uma alargada informação oral, acerca dos processos técnicos mais aconselháveis e úteis para a agricultura.

A viragem para uma matriz politécnica que o País conheceu após a *Revolução de Setembro*, não exclui da nossa cultura agrarista, e gradativamente agronómica, o elemento religioso e clerical. Tratou-se, sim, de equacionar novas realidades a recursos anteriormente usados, relembrando parábolas <sup>202</sup>, ou apelando para uma enérgica e eficaz intervenção dos párocos junto das camadas rurais, no sentido de lhes incutir

---

Lombriasco, membro de muitas sociedades sábias, que apresentou o seu relatório sobre agricultura científica, centrado nas doenças do trigo e no modo de as combater, lido na Sociedade de Agricultura do Sena, sessão de 15 de Julho de 1812.

<sup>201</sup> "Agricultura. Breve exposição dos principios que constituem a bondade e riqueza da Agricultura de hum paiz", *Jornal Encyclopedico* (Jan. 1820), nº 1, p. 44-48.

<sup>202</sup> Cfr. "Agricultura. A recompensa da perseverança e do trabalho ou o Deserto de Barbó", *Revista Estrangeira* (Maio 1837), nº 2, p. 189-195. Trata-se de um literário relato sobre um pastor do Jura - Barbó - que transformou um deserto num paraíso agrícola, graças às "bençãos do Céu" e do perfil do Padre Brunet que "resolveo preencher a sua primeira missão: fiel ao mais nobre sacerdocio, o de ensinar, passou da obscuridade do claustro ao gremio dos lavradores, e não podendo já ensinar os meninos emprenheo mais difficil tarefa, e ainda mais periogsa, a d'instruir os pais:[...]". *Idem, ibidem*, p. 192.

uma vertente tecnicista referente aos assuntos agrícolas. Tal é o apelo de João Andrade Corvo, em 1849:

"A agricultura portugueza está atrasada, pela ignorancia dos lavradores, que desconhecem os preceitos mais simples da sciencia, e nem fazem idéa das descobertas que já hoje são populares em outros paizes [...] Interessar o clero no bem geral, empenha-lo na obra de regeneração, na transformação social que hoje se passa no mundo, sem com tudo o desviar da sua missão de paz, e dar ás novas ideas um alliado poderoso, que lhes ha-de tornar mais facil o triumpho [...] A accção do clero pode estender-se tambem sobre a agricultura. Mais instruido do que os simples lavradores o parochó pode, dando-se ao grato e ameno trabalho de estudar os principios da sciencia, aconselhar e dirigir os pequenos proprietarios, indicar-lhe as modificações que lhes convem introduzir nas suas culturas, os melhoramentos economicos que podem fazer nos intrumentos aratorios, em fim po-los ao facto das conveniencias do mercado, e das leis geraes que o regem"<sup>203</sup>.

Recuperar o passado ou a realista interpretação do presente histórico de 1849? Talvez apenas lembrar que as medidas legislativas (como as de Mouzinho da Silveira...) podem actuar rapidamente, mas as coordenadas de pensamento e de travejamento mental não se dissipam, nem se esvaem, no articulado racional e abstracto de uma prosa legal. Porque não recuperar, por exemplo, o papel dos monges - "homens instruídos" - na divulgação dos saberes agrícolas?

---

<sup>203</sup> João Andrade Corvo, "Influencia do clero nos progressos da agricultura", *A Epoca* (1849), nº 32, p. 71-72 (sublinhado nosso).

Andrade Corvo, um perfil científico a par de activas intervenções na vida política e do poder político <sup>204</sup>, está muito conscinte da importância que tem para o universo mental e cultural dos políticos portugueses referir o exemplo paradigmático que, uma vez mais, vem de França. O Bispo de Mans fizera uma intervenção na Assembleia Agrícola sobre a acção dos párocos como divulgadores agrícolas. "Um exemplo notavel, que confirma o que temos dito sobre a utilidade que o clero dos campos pode tirar da sua applicação a algum ramo de agricultura, acha-se consignado no Jornal de Agricultura pratica, publicado pelos redactores da Maison Rustique" <sup>205</sup>.

Esta incursão pela seara da memória e dos valores da agricultura nos contornos discursivos da nossa cultura, permitiu-nos perceber os fios condutores que efectuaram a cristalização da AGRICULTURA como temática marcante do pensamento português. E como o movimento do periodismo científico, accionado por vários agentes sociais e culturais da Ciência, a reflectiu e a enquadrou.

Valores económicos e comportamentais, sentimentos, juízos de apreço ou de recusa sobre o passado histórico foram equacionados em torno da difusão da mensagem agrarista, de um sempre novo e renovado agrarismo !

---

<sup>204</sup> João Andrade Corvo, tenente coronel e lente da Escola Politécnica, desempenhou várias missões oficiais, com base no seu saber científico, como a participação que teve no Relatório sobre a Exposição Universal de Paris de 1857 - Agricultura - ou a colaboração dada à Comissão encarregue de estudar os arrozais em Portugal (assunto que trataremos mais à frente) .

<sup>205</sup> João Andrade Corvo, "Influencia do clero nos progressos da agricultura", *A Epoca* (1849), n.º 32, p. 73.



Vimos coabitar Romanos e Cristãos, tempos bíblicos e tempos de racionalidade científica, enaltecer o Portugal medieval e denegrir a epopeia das Descobertas... Para, afinal, se desembocar no último grau do Progresso da civilização das Luzes, consagrada em Portugal na Universidade reformada pelo Pombalismo, ou na fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, sob a protecção de D. Maria I.

Como ficar indiferente ao modo como a "decadência e a crise da agricultura" sempre foram empolgadas pelas forças ideológicas de várias conjunturas! Ecos permanentes de um determinado discurso cultural e político, que se prolonga, e arrasta, até aos comunitários dias deste final do século XX ... .